

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012



2,934 milhões
de clientes atendidos

2.012 MW
de capacidade instalada
de geração

24.923 GWh
de energia distribuída

R\$ **6,3** bilhões
de receita operacional líquida*
* Não considera Receita de Construção

R\$ **1,3** bilhão
EBITDA

R\$ **342** milhões
de lucro líquido

R\$ **14,4** bilhões
de ativo total

R\$ **370** milhões
de dividendos distribuídos



Índice de Ações com Tag Along Diferenciado **ITAG**



Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada **IGC**



Índice Valor Bovespa **IVBX 2**

IBOVESPA




RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012
MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

O Projeto Vencer, lançado em 2009 para adequar a Empresa dentro das melhores práticas e custos gerenciais consolidou as bases do que a EDP é nos dias de hoje, e o sucesso da Empresa, em 2012, deve-se, principalmente, aos esforços realizados por meus colegas neste ano e nos anteriores. Agradeço, sinceramente, a todos pela recepção e pelo apoio neste primeiro ano de gestão à frente da EDP no Brasil.

Diálogo transparente com as partes interessadas

Iniciamos, em 2012, uma reflexão estratégica para projetar a evolução da Empresa para os próximos anos que contribuirá para atingirmos a ambição de ser a melhor empresa de energia do setor elétrico brasileiro. Almejamos ser uma companhia cada vez melhor, que continue, no desafiante contexto do mercado brasileiro, a criar valor sustentável para os acionistas, para os clientes, para as pessoas e para o mercado, por meio de uma gestão relacional fundamentada no diálogo transparente com as partes interessadas e no entendimento aprofundado das necessidades de cada uma delas.

Esse diálogo já nos permitiu alcançar conquistas importantes, em momentos difíceis, no ano passado. O projeto de combate a perdas comerciais com comunidades, desenvolvido pela EDP Bandeirante e EDP Escelsa, as nossas Empresas Distribuidoras, é um exemplo claro dessa capacidade. Com ajuda do Instituto EDP e das áreas operacionais, criou-se um modelo de relacionamento com comunidades, que começou este ano a produzir resultados muito interessantes.

Consideramos que há apenas uma maneira de concretizar nossas aspirações e ela começa com as pessoas, por meio de foco, competência técnica e paixão. São pontos centrais do nosso modelo de negócio a saúde, a segurança dos colaboradores e dos terceiros, além do incentivo ao desenvolvimento profissional, mediante variados instrumentos de gestão de pessoas.

Ambiente positivo no mercado brasileiro, porém com maior nível de risco

Em 2012, o ambiente econômico foi mais favorável no Brasil do que em outras geografias do Globo. No entanto, as mudanças do quadro regulatório influenciaram a percepção externa sobre o perfil de risco do País.

A pesada estrutura tributária, bem como a complexidade do licenciamento ambiental, assim como os custos de mão de obra elevados na construção de novos empreendimentos exercem pressão e são fatores a ser observados com cautela na análise de novos investimentos. A empresa está atenta a esses aspectos e tem buscado mitigar os impactos de tais fatores por meio de ganhos de eficiência.

O ano de 2012 foi marcado ainda por um regime hidrológico desfavorável, que veio colocar uma forte pressão no nível dos reservatórios hidrelétricos. O Operador Nacional do Sistema determinou, assim, o aumento no despacho das termelétricas, fato que impactou, diretamente, o preço de liquidação da energia e, consequentemente, o das nossas operações.

Crescimento sustentado na Geração, com foco na responsabilidade social

Na área de finanças, realizamos com sucesso duas emissões de debêntures uma na Energest e outra na Holding Energias do Brasil. Alongou-se a dívida, com a negociação de um Project Finance para a UHE Santo Antônio do Jari, de 18,5 anos. De forma geral, a empresa está adequadamente protegida em relação a riscos.

O atraso na obra da Usina Termelétrica Porto do Pecém foi parcialmente superado e, em dezembro de 2012, a planta recebeu autorização da Aneel para iniciar operação comercial de sua primeira unidade geradora, com capacidade instalada de 360 MW.

Ainda na geração, concluímos a repotenciação de UHE Mascarenhas, no prazo e custos planejados com aumento da capacidade de 189 MW para 193,5 MW, com o mesmo potencial hídrico e sem qualquer impacto ambiental. Em dezembro de 2012, vencemos o leilão para concessão da UHE Cachoeira Caldeirão no rio Araguari, no Amapá, com capacidade instalada de 219 MW. Já as obras da UHE Santo Antônio do Jari completaram 1 ano e se seguem dentro do cronograma.

Nesse contexto de expansão da geração, ir além do que é exigido por lei é uma premissa da EDP. Um exemplo é o caso da Vila Itapuru, onde a construção da UHE Santo Antônio do Jari implicou o reassentamento de 22 famílias, acompanhado pela construção, por parte da EDP, de uma nova vila, com saneamento, acesso a energia elétrica, painéis solares, além de outras benfeitorias.

Visão "Cliente" na Distribuição e na Comercialização gera satisfação

Na Distribuição, o ano de 2012 culminou com os resultados positivos do Processo de Transformação Organizacional do último triênio. A EDP Bandeirante e a EDP Escelsa registraram evoluções positivas, tanto nos indicadores de qualidade técnica, como nos de qualidade comercial. Os níveis de satisfação do cliente atingiram os valores mais elevados da história das Empresas. No caso da EDP Bandeirante, esta evolução francamente positiva, valeu-lhe o prêmio setorial de "Melhor Evolução de Desempenho" da ABRADEE, bem como o destaque "Clientes" no Prêmio Nacional da Qualidade.

Prosseguimos o nosso trabalho de otimização da Distribuição, estando em andamento um projeto estratégico para acentuar a eficiência e produtividade das Empresas. No último ano demos ainda continuidade ao movimento de "primarização" seletiva, que nos tem possibilitado a melhoria da qualidade dos nossos serviços, já que reassumimos a condução de algumas atividades que, no passado, estavam terceirizadas.

O projeto InovCity, em Aparecida, com a implementação de uma solução de smart metering em cerca de 13 mil locais de consumo, e com projetos piloto de mobilidade elétrica, geração distribuída, eficiência energética, iluminação pública eficiente, entre outros, constitui uma janela aberta para aquele que será o futuro da distribuição de energia elétrica. A EDP assumiu, através deste importante projeto, o seu pioneirismo neste domínio, tirando partido de toda a sua experiência internacional, nomeadamente em idêntico projeto em Évora, Portugal.

Medidas para recapacitação e automação da rede de distribuição, visando preparar a infraestrutura para a previsível intensificação de condições climáticas adversas, são iniciativas cruciais, que contribuem para a melhor adaptação do negócio às novas condições do nosso entorno. A operacionalização do projeto ClimateGrid nos centros de operação do sistema e da distribuição da EDP Bandeirante e da EDP Escelsa, é um exemplo disso mesmo.

Inovabilidade incorporada no modelo de gestão da EDP no Brasil

Em 2012, consolidamos o conceito de inovabilidade, avançando na gestão compartilhada das áreas de Inovação e Sustentabilidade, porque temos plena consciência de que estas são duas faces do sempre desejado desenvolvimento sustentável.

Temos a certeza de que a sustentabilidade faz parte do discurso, mas acima de tudo, da atuação diária da EDP, por meio de um arcabouço robusto de políticas corporativas sobre transparência, ética, direitos humanos, combate à corrupção, trabalho infantil, meio ambiente, etc., seguindo os Princípios do Pacto Global.

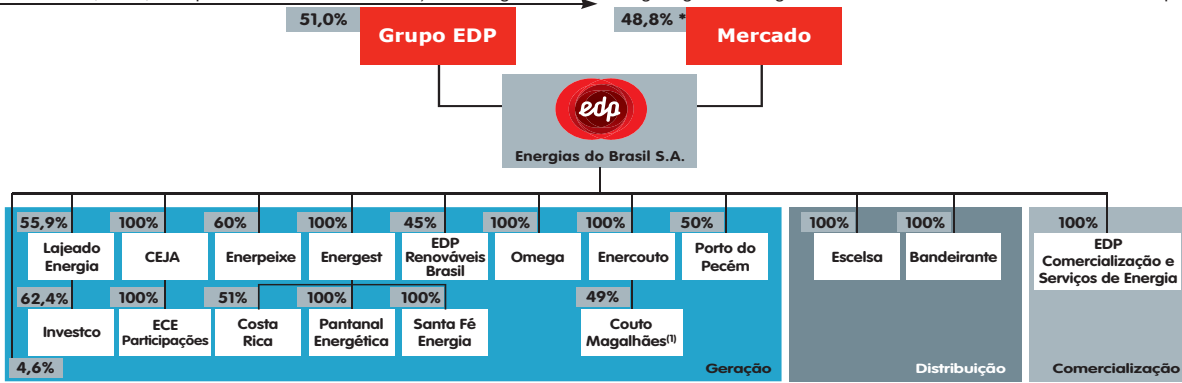
Nosso objetivo é estar sempre na fronteira do conhecimento, assumindo práticas de gestão de negócios que preservem o relacionamento com todas as partes interessadas. O equilíbrio e o diálogo transparente são a essência da nossa atuação sustentável.

Uma palavra final para agradecer a confiança do nosso Conselho de Administração, bem como toda a dedicação e empenho dos nossos Colaboradores. Temos a certeza de que o trabalho que realizamos conjuntamente é fundamental para os Clientes que servimos, para os Parceiros com quem colaboramos e para rentabilizar os investimentos dos nossos Investidores. Sabemos que estamos na direção certa. A ambição é de sermos cada vez melhores.

Ana Maria Fernandes
Presidente da EDP Energias do Brasil

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A EDP Energias do Brasil é uma holding que detém investimentos no setor de energia elétrica, consolidando ativos de geração, distribuição e comercialização. Está presente no segmento de geração em nove estados (Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Ceará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará, Amapá e Rio Grande do Norte) e no segmento de



*Ações em Tesouraria: 840.675 (0,2%)

(1) A EDP Energias do Brasil solicitou devolução da concessão de Couto Magalhães em 2012 e aguarda aprovação da Aneel.

CENÁRIO MACROECONÔMICO E O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

O ano de 2012 foi marcado pela busca da retomada do crescimento econômico. No entanto, a economia mostrou-se irregular, tendo o PIB crescido apenas 0,7%, de janeiro a setembro de 2012, na comparação com igual período do ano anterior.

Ao longo do ano, o Governo estabeleceu diversas medidas com o objetivo de impulsionar a economia - estímulo a projetos de infraestrutura, redução das taxas de juros, redução de impostos e desoneração da folha de pagamento. Estas ações beneficiaram de sobremaneira o comércio varejista, cujo volume de vendas, segundo o IBGE, cresceu 8,4% - no acumulado até novembro de 2012 - e tiveram reflexos sobre o emprego (taxa média de desocupação no acumulado do ano de 5,5%, menor que o recorde histórico de 2011) contribuindo para minimizar os impactos da crise internacional sobre a indústria.

O setor industrial brasileiro foi bastante afetado pela desaceleração da economia mundial - destaque para o arrefecimento da Europa, EUA e China (principais parceiros comerciais do Brasil) - e pelo baixo ritmo de investimento no mercado interno. No acumulado do ano, de acordo com o IBGE, a produção física industrial teve retração de 2,7%.

Ainda assim, as exportações e importações brasileiras tiveram, de acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), o segundo maior valor da série histórica da balança comercial em 2012 (mesmo apresentando retração em relação a 2011), com os valores de US\$ 242,6 bilhões e US\$ 223,1 bilhões, respectivamente. Com esses resultados, o saldo comercial foi de US\$ 19,4 bilhões e a corrente de comércio, de US\$ 465,7 bilhões.

O ano também foi marcado por cortes na taxa básica de juros, a Selic, fechando o ano no patamar de 7,25%, ante 11,0% em janeiro de 2012. Essa queda demonstrou a preocupação do Governo em tentar manter a economia Brasileira aquecida frente à crise externa. A redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), de 5,5% a.a para 5,0% a.a. também foi destaque em 2012.

CONSUMO DE ENERGIA

De acordo com a EPE (Empresa de Planejamento Energético), o consumo nacional de energia elétrica na rede totalizou 448,2 TWh em 2012, representando um acréscimo de 3,5% em relação a 2011. As classes residencial e comercial foram as que mais contribuíram para este resultado, com incrementos de 5,0% e 7,9%, respectivamente, impactadas por fatores como aumento da renda e queda do desemprego. O consumo das famílias cresceu 5,0% em 2012.

Destaca-se, também, o desempenho da classe comercial, refletindo o aumento deste segmento no ambiente econômico. Já a classe industrial foi impactada pelo arrefecimento da produção industrial brasileira, reduzindo o consumo frente ao registrado no ano anterior.

AMBIENTE REGULATÓRIO
Alterações Regulatórias

O ano de 2012 foi marcado por significativas alterações nas regulamentações aplicadas ao setor de energia elétrica, entre elas, a Medida Provisória nº 579/2012, na qual o governo federal apresentou medidas para reduzir a conta de energia elétrica. A redução média prevista para todo o Brasil é de 20,2%, decorrente da atuação do governo em duas frentes: Renovação das Concessões (13%) e redução de Encargos Setoriais (7%).

A Medida Provisória nº 579/2012, que resultou na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, estabeleceu que as concessionárias de geração e transmissão, que foram licitadas antes de 13 de fevereiro de 1995 (art. 19 da Lei nº 9.074/1995) e que tiverem seus contratos vencendo entre 2013 e 2017, poderão prorrogar antecipadamente as suas concessões. As concessões de geração alcançadas pela Lei deverão disponibilizar sua garantia física de energia para o regime de cotas a ser distribuído proporcionalmente ao mercado de cada distribuidora, impactando a contratação de energia. Por sua vez, as concessionárias de transmissão, atingidas pela MP579/12, terão considerados em sua tarifa, somente os custos de operação e manutenção, encargos e tributos, já que os ativos vinculados à prestação do serviço estarão totalmente amortizados.

No que se refere aos Encargos Setoriais, as cotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR deixarão de ser cobradas dos consumidores e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE será inicialmente reduzida em 75% de seu valor atual.

O Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013 estabeleceu uma maior abrangência para a aplicação dos recursos da CDE, os quais poderão ser utilizados para subsidiar os descontos tarifários previstos em lei, como a tarifa social baixa renda, rural, água, esgoto e saneamento, irrigantes, entre outros. Desse modo, a diferença auferida de receita, devido aos descontos concedidos, não será mais ressarcida por meio das tarifas dos demais consumidores.

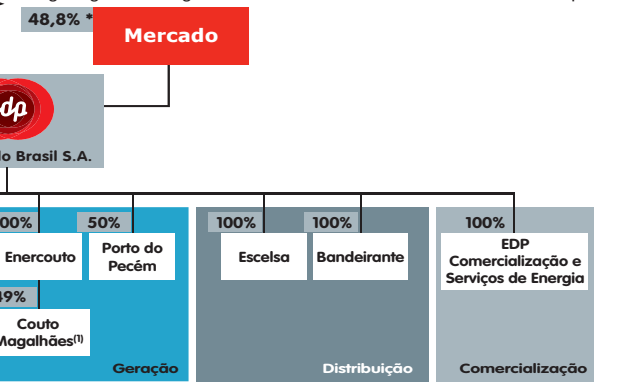
Em 24 de janeiro de 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, específica para o ajuste dos custos de energia, custos de transmissão e encargos setoriais, de todas as distribuidoras de energia. Assim, simultaneamente, serão reduzidos os custos não gerenciáveis e as tarifas de fornecimento, não havendo impactos na margem das distribuidoras, relativamente aos efeitos descritos neste parágrafo, que serão percebidos pelos consumidores a partir do final de janeiro de 2013.

As concessões de geração hidroelétrica detidas pelo Grupo EDP Energias do Brasil - por terem sido outorgadas após fevereiro de 1995, data de entrada em vigor da Lei 8.987 - não são atingidas pelas mudanças regulatórias em pauta. Entretanto, estas mudanças poderão influenciar as regras que serão aplicadas às prorrogações destas concessões no futuro, conforme as condições estabelecidas agora:

- Remuneração por tarifa calculada pela ANEEL para cada usina hidroelétrica;
- Venda da energia das usinas (certificado chamado de Garantia Física) por meio de cotas destinadas exclusivamente ao Ambiente Regulado, ou seja, às distribuidoras; e
- Submissão aos padrões de qualidade do serviço fixado pela ANEEL.

distribuição em dois estados (São Paulo e Espírito Santo). Controlada pela EDP Energias de Portugal, uma das maiores operadoras europeias no setor energético, a EDP Energias do Brasil abriu seu capital no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, em julho de 2005, aderindo aos mais elevados padrões de governança corporativa.

O organograma a seguir sintetiza a atual estrutura societária do Grupo:



*Ações em Tesouraria: 840.675 (0,2%)

(1) A EDP Energias do Brasil solicitou devolução da concessão de Couto Magalhães em 2012 e aguarda aprovação da Aneel.

REVISÕES TARIFÁRIAS

A metodologia para a realização do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária (3CRTP) foi publicada após a data de revisão tarifária de algumas distribuidoras. Desta forma, a Diretoria da ANEEL, decidiu que as empresas com revisão tarifária entre 2011 e fevereiro de 2012, tivessem as suas tarifas prorrogadas até a data do próximo reajuste tarifário, todavia com efeitos retroativos à data originalmente definida. A EDP Bandeirante, cujo contrato de concessão estabelecia que a revisão tarifária ocorresse em outubro de 2011, teve, no processo tarifário de 2012, os efeitos retroativos da revisão tarifária de 2011 e do reajuste tarifário de 2012. A partir da diferença entre as tarifas prorrogadas e aquelas definidas na revisão tarifária, foi gerado um componente financeiro, que será amortizado em três parcelas, sendo a primeira considerada no reajuste tarifário de 2012 e as demais nos reajustes subsequentes. A EDP Escelsa terá a sua sexta revisão tarifária com a nova metodologia, em agosto de 2013.

REAJUSTES TARIFÁRIOS

EDP Bandeirante - O reajuste tarifário anual¹ médio concedido à concessionária foi de 11,45%, reposicionando as tarifas para o período de 23 de outubro de 2012 a 22 de outubro de 2013. Em relação à tarifa praticada até 22 de outubro de 2012, homologada no reajuste tarifário anual de 2010, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos, já considerado o reposicionamento tarifário de 2011, foi de 7,29%.

O ajuste financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária Periódica de 2011 da EDP Bandeirante, no valor total de R\$ 78 milhões, foi dividido em três parcelas, sendo a primeira já considerada nesse reajuste.

EDP Escelsa - O reajuste tarifário anual² médio concedido à concessionária foi de 14,29%, reposicionando as tarifas para o período de 07 de agosto de 2012 a 06 de agosto de 2013. O efeito médio percebido pelos consumidores cativos da EDP Escelsa foi de 11,33%, considerando os ajustes financeiros referentes a períodos anteriores.

LEILÕES

Em 2012, ocorreram quatro leilões no Ambiente Regulado: Leilão A-5 em Dezembro e Leilões de Ajuste em Março, Junho e Setembro.

O Leilão A-5, de 14 de dezembro de 2012, para suprimento a partir de 2017, comercializou 302,2 MW médios de energia ao preço médio de R\$91,25/MWh. Foram negociados 10 empreendimentos eólicos, no produto disponibilidade, perfazendo um total de 151,6 MW médios ao preço médio de R\$87,94/MWh. Nesse Leilão, a EDP Energias do Brasil obteve a concessão da UHE Cachoeira Caldeirão, que será construída no Rio Araguari no Estado do Amapá. A usina vendeu 129,7 MW médios por um prazo de 30 anos ao preço de R\$ 95,31/MWh (base: Dez/12). Também foi comercializado no Leilão os 20,9 MW médios adicionais da UHE Santo Antônio do Jari em contratos regulados, por 28 anos, ao preço de R\$ 82,00/MWh (base: Dez/2012).

Foram promovidos três Leilões de Ajuste em 2012, em diferentes submercados, totalizando 119,5 MW de energia comercializada a preços médios diversos que variaram entre R\$114,51/MW e R\$142,46/MWh.

De forma geral, os leilões de energia de 2012 supriram a demanda de energia requerida pelos distribuidores, haja vista que após vários adiamentos o governo federal decidiu cancelar o leilão de energia A-3 de 2012, previsto para ser realizado em 12 de dezembro, que negociaria contratos com fornecimento de energia a partir de 2015, ao avaliar que não haveria necessidade de contratação adicional de energia pelas distribuidoras para atender o consumo.

ALTERAÇÕES DE NATUREZA SOCIETÁRIA

No início do ano, em 5 de janeiro de 2012, a EDP Energias do Brasil comunicou que sua controladora EDP - Energias de Portugal, nos termos do comunicado ao mercado realizado em 4 de janeiro de 2012, informou a aquisição de participação qualificada imputável à China Three Gorges.

Em 28 de maio de 2012, a EDP Energias do Brasil celebrou instrumento de alienação da totalidade das cotas da Evrecy Participações Ltda. ("Evrecy"), à CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP"), pelo valor total de R\$ 58 milhões. Em Comunicado ao Mercado, emitido em 21 de Dezembro de 2012, a EDP Energias do Brasil comunicou ao mercado que, em 11 de dezembro de 2012, ocorreu a aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL da efetivação da Operação de venda das quotas da Evrecy de sua titularidade à CTEEP.

Em 8 de julho de 2012, a EDP Energias do Brasil firmou acordo para assumir a gestão da obra da Usina Termelétrica Energia Pecém I, por meio da aquisição, em conjunto com a MPX Energia em iguais proporções, de 100% das ações da MABE Brasil Ltda., consórcio formado pelas empresas Maire Tecnimont Group e Grupo Efaced, pelo valor simbólico de R\$ 1,00. A aquisição ainda está sujeita ao cumprimento de condições precedentes, sendo a responsabilidade da EDP Energias do Brasil, apenas referente a Usina Termelétrica Energia Pecém I.

Adicionalmente, em 30 de outubro de 2012, a Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A., no âmbito de Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 30 de outubro de 2012, delibera pela modificação de denominação social, passando esta a ser EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A.

Por fim, em Comunicado ao Mercado emitido em 14 de dezembro de 2012 a EDP Energias do Brasil comunicou que obteve, no âmbito do leilão A-5 realizado pela ANEEL, a concessão da Central Hídrica de Cachoeira Caldeirão que será construída no Estado do Amapá, no rio Araguari, com capacidade instalada de 219 MW.

ÁREAS DE NEGÓCIO*

(* Os dados operacionais não foram auditados pelos Auditores Independentes.

¹ Resolução Homologatória ANEEL nº 1.368 de 16/10/2012

² Resolução Homologatória ANEEL nº 1.326 de 31/07/2012

GERAÇÃO
Principal vetor estratégico para o crescimento dos negócios da EDP Energias do Brasil, a área de geração encerrou o ano de 2012 com capacidade instalada de 2.012 MW. O crescimento em relação aos 1.828 MW de capacidade instalada em 2011 deve-se à entrada em operação comercial da primeira unidade da Usina Termelétrica Energia Pecém I (180 MW, proporcional à participação de 50% da Companhia) e à repotenciação da UHE Mascarenhas (4,5 MW).
Enerpeixe - Participa com 60% do capital na usina hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins, construída em parceria com Furnas Centrais Elétricas. A capacidade instalada da usina de 452 MW foi regularizada para 498,75 MW, com a publicação da Portaria MME nº 11, de 19/05/2011, que contempla também o acréscimo de 9,5 MW médios na Garantia Física.
Energest - Controla direta e indiretamente os ativos de geração de energia elétrica, da EDP Energias do Brasil, que pertencem à própria ENERGEST (em 31/07/2011 a ENERGEST incorporou a Castelo Energético S.A. - CESA), à Santa Fé Energia, Costa Rica e Pantanal Energia, detendo 15 usinas em operação com potência total de 392,8 MW. As usinas estão localizadas nos Estados do Espírito Santo (324,0 MW de capacidade instalada) e Mato Grosso do Sul (68,8 MW de capacidade instalada). No segundo trimestre de 2012, foi iniciada a repotenciação da unidade geradora 1 da UHE Mascarenhas, acrescentando 4,5 MW de capacidade instalada.
Investco - Detém 1% da capacidade instalada da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), localizada no Rio Tocantins, estado do Tocantins. A usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada.
Lajeado Energia - Com participação de 72,27% na UHE Lajeado, a Lajeado Energia é detentora de 652,2 MW de capacidade instalada. A divisão da capacidade instalada da usina se dá em proporção à participação no capital votante.
EDP Renováveis Brasil - Empresa em que a EDP Energias do Brasil possui 45% de participação, possui dois parques eólicos em operação em Santa Catarina, totalizando 13,8 MW de capacidade instalada e, em 21/05/2011, entrou em operação comercial o terceiro parque eólico da empresa no Brasil, a EOL Cidreira I, em Tramandaí - RS, com 70 MW.
No ano de 2012, o volume de energia vendida pelas usinas do Grupo totalizou 9.450,3 GWh, 12,7% acima do registrado em 2011, devido, principalmente, a entrada em operação da primeira unidade geradora da Usina Termelétrica Energia Pecém I.

PROJETOS EM CONSTRUÇÃO
Usina Termelétrica Energia Pecém I
A estratégia para ampliar a capacidade instalada em geração da EDP Energias do Brasil inclui a construção da Usina Termelétrica Energia Pecém I em parceria de 50% com a MPX Energia, no estado do Ceará, com capacidade instalada de 720 MW, dos quais 615 MW médios foram vendidos pelo Grupo no leilão A-5 em outubro de 2007.
Em outubro de 2009, iniciaram-se os desembolsos dos financiamentos de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de R\$ 1,4 bilhão, e do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), no montante de US\$ 320 milhões. Em dezembro de 2012, os desembolsos do BNDES atingiram 99% do montante global, enquanto os desembolsos do BID alcançaram 98%, aproximadamente.
No dia 27 de março de 2012, a ANEEL aprovou a alteração do cronograma de implantação da Usina Termelétrica Energia Pecém I, bem como a data de início e suprimento prevista nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) para até 23 de julho de 2012. No entanto, a usina não iniciou a operação comercial no prazo concedido, pelo que teve que cumprir com seus compromissos de recomposição de lastro estabelecidos nos CCEARs por meio de aquisição de contratos de energia de terceiros.
No dia 08 de julho de 2012, a EDP Energias do Brasil firmou um acordo para assumir a gestão da obra da Usina Termelétrica Energia Pecém I através da aquisição, em conjunto com a MPX Energia, da MABE Brasil, em face de problemas financeiros dos sócios anteriores que colocavam em risco a conclusão do empreendimento. A aquisição da MABE, ainda sujeita ao cumprimento de condições precedentes, teve como objetivo principal evitar interrupções nos trabalhos em curso e garantir a gestão eficaz até a conclusão da obra.
O ano de 2012 foi marcado pela entrada em operação comercial da Unidade I, em 1º de dezembro, passando a ser remunerado segundo os termos dos CCEARs para essa unidade. A Unidade II fechou o ano nos estágios finais de construção tendo cronograma de início de operação comercial no primeiro trimestre de 2013.
No encerramento do ano, o projeto atingiu um progresso físico de 99,3% e o investimento acumulado em 2012, correspondente à participação da EDP Energias do Brasil, totalizou R\$ 284,9 milhões.

UHE Santo Antônio do Jari
Em 13 de outubro de 2011, a EDP Energias do Brasil adquiriu por meio de sua controlada Companhia Energética do Jari - CEJA a ECE Participações S.A., que detinha 90% dos direitos de exploração da UHE Santo Antônio do Jari, nos termos do Fato Relevante de 15 de junho de 2011.
Em 23 de dezembro de 2011, através de sua controlada indireta ECE Participações S.A., a Companhia adquiriu os direitos remanescentes de exploração da UHE Santo Antônio do Jari, tornando-se a única proprietária do projeto em construção. Em janeiro de 2012, a ANEEL anuiu a transferência integral destes direitos ao celebrar o aditivo ao contrato de concessão.
O investimento total previsto para o projeto situa-se entre R\$ 1.270 milhões e R\$ 1.410 milhões. Neste montante estão incluídos o investimento na construção da usina (EPC) para a capacidade instalada de 373,4 MW, os dispêndios em programas ambientais, a conexão à linha de transmissão e o pagamento do projeto aos vendedores. A UHE Santo Antônio do Jari celebrou um contrato de EPC (*Engineering Procurement and Construction*) na modalidade *turn-key* pleno com um consórcio constituído pelas empresas CESBE S.A. Engenharia e Empreendimentos, Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. e Areva Kobilitz S.A.
Em dezembro de 2010, a UHE Santo Antônio do Jari vendeu 190 MW médios por um prazo de 30 anos em contratos regulados no Leilão A-5 ao preço de R\$ 117,23/MWh (base: Dez/2012). Em dezembro de 2012, a usina vendeu 20,9 MW adicionais em contratos regulados por 28 anos ao preço de R\$ 82,00/MWh (base: Dez/2012).
A Licença de Instalação do projeto foi emitida em junho de 2011 e as obras foram iniciadas em agosto de 2011 com conclusão prevista para o final de 2014. No ano de 2012, foram também emitidas as Licenças de Instalação específicas para: (i) a construção da Linha de Transmissão (LT) 230 kV para conexão à Rede Básica; e (ii) a implantação do Projeto de Realocação da Vila de São Francisco do Irapuru.

DESEMPENHO OPERACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO CONSOLIDADA
Evolução do Mercado

	Volume (MWh)		Var.	Clientes (Unid.)		Var.
	2012	2011	2012/2011	2012	2011	2012/2011
DISTRIBUIÇÃO						
Residencial	5.337.635	5.127.530	4,1%	2.494.001	2.412.585	3,4%
Industrial	4.084.633	4.289.840	-4,8%	23.210	22.777	1,9%
Comercial	3.328.180	3.044.384	9,3%	223.870	209.260	7,0%
Rural	707.150	665.734	6,2%	168.664	163.608	3,1%
Outros	1.591.781	1.496.922	6,3%	23.626	22.975	2,8%
Energia Vendida a Clientes Finais	15.049.379	14.624.411	2,9%	2.933.371	2.831.205	3,6%
Suprimento convencional	553.825	492.422	12,5%	3	3	0,0%
Energia em trânsito (USD)	9.305.188	9.413.935	-1,2%	207	145	42,8%
Clientes livres	9.046.477	9.160.002	-1,2%	185	124	49,2%
Concessionárias	258.711	253.933	1,9%	3	3	0,0%
Consumo Próprio	14.419	12.937	11,5%	341	306	11,4%
Total Energia Distribuída	24.922.810	24.543.705	1,5%	2.933.922	2.831.659	3,6%

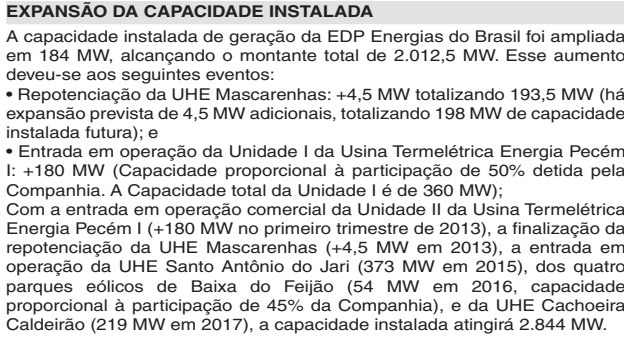
Parques Eólicos de Baixa do Feijão
A EDP Renováveis Brasil S.A., empresa em que a EDP Energias do Brasil detém 45% de participação, vendeu 57,2 MW médios de energia nova no Leilão A-5, realizado em 20 de dezembro de 2011, por meio de quatro projetos de geração eólica: Baixa do Feijão I, II, III e IV, localizados no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. Em conjunto, os projetos somam capacidade instalada de 120 MW. A venda de energia no mercado regulado tem prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2016, ao preço de R\$ 97/MWh. Os empreendimentos já possuem terrenos arrendados e pontos de conexão definidos a aproximadamente 13 km dos parques. O investimento total nos projetos situa-se entre R\$ 350 milhões e R\$ 400 milhões. A estrutura de financiamento dos projetos contempla uma alavancagem estimada de 60%. O início da operação do parque está previsto para janeiro de 2016.
UHE Cachoeira Caldeirão
Em Leilão A-5 realizado pela ANEEL, no dia 14 de dezembro de 2012, a EDP Energias do Brasil obteve a concessão da Central Hídrica de Cachoeira Caldeirão que será construída no Estado do Amapá, no rio Araguari, com capacidade instalada de 219 MW. Cachoeira Caldeirão vendeu 129,7 MW médios por um prazo de 30 anos regulados no Leilão A-5 ao preço de R\$ 95,31/MWh (base: Jan/12).
O investimento total estimado para o projeto é de R\$ 1,1 bilhão. O financiamento do projeto considera a obtenção de dívida de longo prazo com alavancagem estimada de até 60%.
Repotenciações
Em 2012, foram acrescidos 4,5 MW de capacidade e 1,9 MW médios de garantia física referente à repotenciação da primeira unidade geradora da UHE Mascarenhas. O término da repotenciação da usina está previsto para o ano de 2013, quando então a UHE Mascarenhas totalizará 198 MW de capacidade instalada total e 138,5 MW médios de garantia física.
EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
A capacidade instalada de geração da EDP Energias do Brasil foi ampliada em 184 MW, alcançando o montante total de 2.012,5 MW. Esse aumento deveu-se aos seguintes eventos:
• Repotenciação da UHE Mascarenhas: +4,5 MW totalizando 193,5 MW (há expansão prevista de 4,5 MW adicionais, totalizando 198 MW de capacidade instalada futura); e
• Entrada em operação da Unidade I da Usina Termelétrica Energia Pecém I: +180 MW (Capacidade proporcional à participação de 50% detida pela Companhia. A Capacidade total da Unidade I é de 360 MW);
Com a entrada em operação comercial da Unidade II da Usina Termelétrica Energia Pecém I (+180 MW no primeiro trimestre de 2013), a finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (+4,5 MW em 2013), a entrada em operação da UHE Santo Antônio do Jari (373 MW em 2015), dos quatro parques eólicos de Baixa do Feijão (54 MW em 2016, capacidade proporcional à participação de 45% da Companhia), e da UHE Cachoeira Caldeirão (219 MW em 2017), a capacidade instalada atingirá 2.844 MW.

Em outubro de 2012, a UHE Santo Antônio do Jari obteve um financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 736,8 milhões com prazo de 18,5 anos sendo 16 anos para amortização e carência até 15 de junho de 2015. O empréstimo foi concedido à taxa de TJLP + um spread de 1,86% ao ano.

Parques Eólicos de Baixa do Feijão
A EDP Renováveis Brasil S.A., empresa em que a EDP Energias do Brasil detém 45% de participação, vendeu 57,2 MW médios de energia nova no Leilão A-5, realizado em 20 de dezembro de 2011, por meio de quatro projetos de geração eólica: Baixa do Feijão I, II, III e IV, localizados no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. Em conjunto, os projetos somam capacidade instalada de 120 MW. A venda de energia no mercado regulado tem prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2016, ao preço de R\$ 97/MWh. Os empreendimentos já possuem terrenos arrendados e pontos de conexão definidos a aproximadamente 13 km dos parques. O investimento total nos projetos situa-se entre R\$ 350 milhões e R\$ 400 milhões. A estrutura de financiamento dos projetos contempla uma alavancagem estimada de 60%. O início da operação do parque está previsto para janeiro de 2016.
UHE Cachoeira Caldeirão
Em Leilão A-5 realizado pela ANEEL, no dia 14 de dezembro de 2012, a EDP Energias do Brasil obteve a concessão da Central Hídrica de Cachoeira Caldeirão que será construída no Estado do Amapá, no rio Araguari, com capacidade instalada de 219 MW. Cachoeira Caldeirão vendeu 129,7 MW médios por um prazo de 30 anos regulados no Leilão A-5 ao preço de R\$ 95,31/MWh (base: Jan/12).
O investimento total estimado para o projeto é de R\$ 1,1 bilhão. O financiamento do projeto considera a obtenção de dívida de longo prazo com alavancagem estimada de até 60%.

Repotenciações
Em 2012, foram acrescidos 4,5 MW de capacidade e 1,9 MW médios de garantia física referente à repotenciação da primeira unidade geradora da UHE Mascarenhas. O término da repotenciação da usina está previsto para o ano de 2013, quando então a UHE Mascarenhas totalizará 198 MW de capacidade instalada total e 138,5 MW médios de garantia física.
EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
A capacidade instalada de geração da EDP Energias do Brasil foi ampliada em 184 MW, alcançando o montante total de 2.012,5 MW. Esse aumento deveu-se aos seguintes eventos:
• Repotenciação da UHE Mascarenhas: +4,5 MW totalizando 193,5 MW (há expansão prevista de 4,5 MW adicionais, totalizando 198 MW de capacidade instalada futura); e
• Entrada em operação da Unidade I da Usina Termelétrica Energia Pecém I: +180 MW (Capacidade proporcional à participação de 50% detida pela Companhia. A Capacidade total da Unidade I é de 360 MW);
Com a entrada em operação comercial da Unidade II da Usina Termelétrica Energia Pecém I (+180 MW no primeiro trimestre de 2013), a finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (+4,5 MW em 2013), a entrada em operação da UHE Santo Antônio do Jari (373 MW em 2015), dos quatro parques eólicos de Baixa do Feijão (54 MW em 2016, capacidade proporcional à participação de 45% da Companhia), e da UHE Cachoeira Caldeirão (219 MW em 2017), a capacidade instalada atingirá 2.844 MW.

Repotenciações
Em 2012, foram acrescidos 4,5 MW de capacidade e 1,9 MW médios de garantia física referente à repotenciação da primeira unidade geradora da UHE Mascarenhas. O término da repotenciação da usina está previsto para o ano de 2013, quando então a UHE Mascarenhas totalizará 198 MW de capacidade instalada total e 138,5 MW médios de garantia física.
EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
A capacidade instalada de geração da EDP Energias do Brasil foi ampliada em 184 MW, alcançando o montante total de 2.012,5 MW. Esse aumento deveu-se aos seguintes eventos:
• Repotenciação da UHE Mascarenhas: +4,5 MW totalizando 193,5 MW (há expansão prevista de 4,5 MW adicionais, totalizando 198 MW de capacidade instalada futura); e
• Entrada em operação da Unidade I da Usina Termelétrica Energia Pecém I: +180 MW (Capacidade proporcional à participação de 50% detida pela Companhia. A Capacidade total da Unidade I é de 360 MW);
Com a entrada em operação comercial da Unidade II da Usina Termelétrica Energia Pecém I (+180 MW no primeiro trimestre de 2013), a finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (+4,5 MW em 2013), a entrada em operação da UHE Santo Antônio do Jari (373 MW em 2015), dos quatro parques eólicos de Baixa do Feijão (54 MW em 2016, capacidade proporcional à participação de 45% da Companhia), e da UHE Cachoeira Caldeirão (219 MW em 2017), a capacidade instalada atingirá 2.844 MW.



Notas:
(1) 50% de participação da EDP Energias do Brasil
(2) 45% de participação da EDP Energias do Brasil na EDP Renováveis Brasil
DISTRIBUIÇÃO
As atividades de distribuição são desenvolvidas por duas concessionárias que atendem cerca de 2,9 milhões de clientes em regiões que abrigam uma população total de aproximadamente 7,8 milhões de pessoas.
EDP Bandeirante - É uma sociedade anônima de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão firmado naquela data. A partir de abril de 2005, passou a ser subsidiária integral da EDP Energias do Brasil S.A.. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina.
Atua em 28 municípios do estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte, abrangendo cerca de 4,5 milhões de habitantes, compreendidos por 2,5 milhões no Alto Tietê e 2,0 milhões no Vale do Paraíba em uma área total de 9,6 mil Km². Em 2012, foram distribuídos 14.793 GWh a um total de 1,6 milhão de clientes faturados, representando um aumento de 0,5% da energia distribuída em relação a 2011. A região concentra empresas de setores econômicos importantes, tais como aviação e fabricação de papel e celulose.
EDP Escelsa - É uma sociedade anônima, de capital aberto desde 19 de janeiro de 1996, com sede em Vitória, estado do Espírito Santo e controlada pela EDP Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, sendo sua subsidiária integral, a partir de 29 de abril de 2005.
A EDP Escelsa atende a 70 dos 78 municípios do estado do Espírito Santo, numa área de 41.241 km², cobrindo aproximadamente 90% do Estado e 94% da população total, o que corresponde a 3,3 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025. As principais atividades econômicas da região são siderurgia, mineração de ferro, produção de papel, petróleo e gás. Em 2012, foram distribuídos 10.130 GWh a um total de 1,3 milhão de clientes faturados, representando um aumento de 3,2% da energia distribuída em relação a 2011.

Parques Eólicos de Baixa do Feijão
A EDP Renováveis Brasil S.A., empresa em que a EDP Energias do Brasil detém 45% de participação, vendeu 57,2 MW médios de energia nova no Leilão A-5, realizado em 20 de dezembro de 2011, por meio de quatro projetos de geração eólica: Baixa do Feijão I, II, III e IV, localizados no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. Em conjunto, os projetos somam capacidade instalada de 120 MW. A venda de energia no mercado regulado tem prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2016, ao preço de R\$ 97/MWh. Os empreendimentos já possuem terrenos arrendados e pontos de conexão definidos a aproximadamente 13 km dos parques. O investimento total nos projetos situa-se entre R\$ 350 milhões e R\$ 400 milhões. A estrutura de financiamento dos projetos contempla uma alavancagem estimada de 60%. O início da operação do parque está previsto para janeiro de 2016.
UHE Cachoeira Caldeirão
Em Leilão A-5 realizado pela ANEEL, no dia 14 de dezembro de 2012, a EDP Energias do Brasil obteve a concessão da Central Hídrica de Cachoeira Caldeirão que será construída no Estado do Amapá, no rio Araguari, com capacidade instalada de 219 MW. Cachoeira Caldeirão vendeu 129,7 MW médios por um prazo de 30 anos regulados no Leilão A-5 ao preço de R\$ 95,31/MWh (base: Jan/12).
O investimento total estimado para o projeto é de R\$ 1,1 bilhão. O financiamento do projeto considera a obtenção de dívida de longo prazo com alavancagem estimada de até 60%.

Repotenciações
Em 2012, foram acrescidos 4,5 MW de capacidade e 1,9 MW médios de garantia física referente à repotenciação da primeira unidade geradora da UHE Mascarenhas. O término da repotenciação da usina está previsto para o ano de 2013, quando então a UHE Mascarenhas totalizará 198 MW de capacidade instalada total e 138,5 MW médios de garantia física.
EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
A capacidade instalada de geração da EDP Energias do Brasil foi ampliada em 184 MW, alcançando o montante total de 2.012,5 MW. Esse aumento deveu-se aos seguintes eventos:
• Repotenciação da UHE Mascarenhas: +4,5 MW totalizando 193,5 MW (há expansão prevista de 4,5 MW adicionais, totalizando 198 MW de capacidade instalada futura); e
• Entrada em operação da Unidade I da Usina Termelétrica Energia Pecém I: +180 MW (Capacidade proporcional à participação de 50% detida pela Companhia. A Capacidade total da Unidade I é de 360 MW);
Com a entrada em operação comercial da Unidade II da Usina Termelétrica Energia Pecém I (+180 MW no primeiro trimestre de 2013), a finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (+4,5 MW em 2013), a entrada em operação da UHE Santo Antônio do Jari (373 MW em 2015), dos quatro parques eólicos de Baixa do Feijão (54 MW em 2016, capacidade proporcional à participação de 45% da Companhia), e da UHE Cachoeira Caldeirão (219 MW em 2017), a capacidade instalada atingirá 2.844 MW.

Repotenciações
Em 2012, foram acrescidos 4,5 MW de capacidade e 1,9 MW médios de garantia física referente à repotenciação da primeira unidade geradora da UHE Mascarenhas. O término da repotenciação da usina está previsto para o ano de 2013, quando então a UHE Mascarenhas totalizará 198 MW de capacidade instalada total e 138,5 MW médios de garantia física.
EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
A capacidade instalada de geração da EDP Energias do Brasil foi ampliada em 184 MW, alcançando o montante total de 2.012,5 MW. Esse aumento deveu-se aos seguintes eventos:
• Repotenciação da UHE Mascarenhas: +4,5 MW totalizando 193,5 MW (há expansão prevista de 4,5 MW adicionais, totalizando 198 MW de capacidade instalada futura); e
• Entrada em operação da Unidade I da Usina Termelétrica Energia Pecém I: +180 MW (Capacidade proporcional à participação de 50% detida pela Companhia. A Capacidade total da Unidade I é de 360 MW);
Com a entrada em operação comercial da Unidade II da Usina Termelétrica Energia Pecém I (+180 MW no primeiro trimestre de 2013), a finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (+4,5 MW em 2013), a entrada em operação da UHE Santo Antônio do Jari (373 MW em 2015), dos quatro parques eólicos de Baixa do Feijão (54 MW em 2016, capacidade proporcional à participação de 45% da Companhia), e da UHE Cachoeira Caldeirão (219 MW em 2017), a capacidade instalada atingirá 2.844 MW.

Repotenciações
Em 2012, foram acrescidos 4,5 MW de capacidade e 1,9 MW médios de garantia física referente à repotenciação da primeira unidade geradora da UHE Mascarenhas. O término da repotenciação da usina está previsto para o ano de 2013, quando então a UHE Mascarenhas totalizará 198 MW de capacidade instalada total e 138,5 MW médios de garantia física.
EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
A capacidade instalada de geração da EDP Energias do Brasil foi ampliada em 184 MW, alcançando o montante total de 2.012,5 MW. Esse aumento deveu-se aos seguintes eventos:
• Repotenciação da UHE Mascarenhas: +4,5 MW totalizando 193,5 MW (há expansão prevista de 4,5 MW adicionais, totalizando 198 MW de capacidade instalada futura); e
• Entrada em operação da Unidade I da Usina Termelétrica Energia Pecém I: +180 MW (Capacidade proporcional à participação de 50% detida pela Companhia. A Capacidade total da Unidade I é de 360 MW);
Com a entrada em operação comercial da Unidade II da Usina Termelétrica Energia Pecém I (+180 MW no primeiro trimestre de 2013), a finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (+4,5 MW em 2013), a entrada em operação da UHE Santo Antônio do Jari (373 MW em 2015), dos quatro parques eólicos de Baixa do Feijão (54 MW em 2016, capacidade proporcional à participação de 45% da Companhia), e da UHE Cachoeira Caldeirão (219 MW em 2017), a capacidade instalada atingirá 2.844 MW.

Repotenciações
Em 2012, foram acrescidos 4,5 MW de capacidade e 1,9 MW médios de garantia física referente à repotenciação da primeira unidade geradora da UHE Mascarenhas. O término da repotenciação da usina está previsto para o ano de 2013, quando então a UHE Mascarenhas totalizará 198 MW de capacidade instalada total e 138,5 MW médios de garantia física.
EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
A capacidade instalada de geração da EDP Energias do Brasil foi ampliada em 184 MW, alcançando o montante total de 2.012,5 MW. Esse aumento deveu-se aos seguintes eventos:
• Repotenciação da UHE Mascarenhas: +4,5 MW totalizando 193,5 MW (há expansão prevista de 4,5 MW adicionais, totalizando 198 MW de capacidade instalada futura); e
• Entrada em operação da Unidade I da Usina Termelétrica Energia Pecém I: +180 MW (Capacidade proporcional à participação de 50% detida pela Companhia. A Capacidade total da Unidade I é de 360 MW);
Com a entrada em operação comercial da Unidade II da Usina Termelétrica Energia Pecém I (+180 MW no primeiro trimestre de 2013), a finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (+4,5 MW em 2013), a entrada em operação da UHE Santo Antônio do Jari (373 MW em 2015), dos quatro parques eólicos de Baixa do Feijão (54 MW em 2016, capacidade proporcional à participação de 45% da Companhia), e da UHE Cachoeira Caldeirão (219 MW em 2017), a capacidade instalada atingirá 2.844 MW.

Repotenciações
Em 2012, foram acrescidos 4,5 MW de capacidade e 1,9 MW médios de garantia física referente à repotenciação da primeira unidade geradora da UHE Mascarenhas. O término da repotenciação da usina está previsto para o ano de 2013, quando então a UHE Mascarenhas totalizará 198 MW de capacidade instalada total e 138,5 MW médios de garantia física.
EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
A capacidade instalada de geração da EDP Energias do Brasil foi ampliada em 184 MW, alcançando o montante total de 2.012,5 MW. Esse aumento deveu-se aos seguintes eventos:
• Repotenciação da UHE Mascarenhas: +4,5 MW totalizando 193,5 MW (há expansão prevista de 4,5 MW adicionais, totalizando 198 MW de capacidade instalada futura); e
• Entrada em operação da Unidade I da Usina Termelétrica Energia Pecém I: +180 MW (Capacidade proporcional à participação de 50% detida pela Companhia. A Capacidade total da Unidade I é de 360 MW);
Com a entrada em operação comercial da Unidade II da Usina Termelétrica Energia Pecém I (+180 MW no primeiro trimestre de 2013), a finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (+4,5 MW em 2013), a entrada em operação da UHE Santo Antônio do Jari (373 MW em 2015), dos quatro parques eólicos de Baixa do Feijão (54 MW em 2016, capacidade proporcional à participação de 45% da Companhia), e da UHE Cachoeira Caldeirão (219 MW em 2017), a capacidade instalada atingirá 2.844 MW.

Repotenciações
Em 2012, foram acrescidos 4,5 MW de capacidade e 1,9 MW médios de garantia física referente à repotenciação da primeira unidade geradora da UHE Mascarenhas. O término da repotenciação da usina está previsto para o ano de 2013, quando então a UHE Mascarenhas totalizará 198 MW de capacidade instalada total e 138,5 MW médios de garantia física.
EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
A capacidade instalada de geração da EDP Energias do Brasil foi ampliada em 184 MW, alcançando o montante total de 2.012,5 MW. Esse aumento deveu-se aos seguintes eventos:
• Repotenciação da UHE Mascarenhas: +4,5 MW totalizando 193,5 MW (há expansão prevista de 4,5 MW adicionais, totalizando 198 MW de capacidade instalada futura); e
• Entrada em operação da Unidade I da Usina Termelétrica Energia Pecém I: +180 MW (Capacidade proporcional à participação de 50% detida pela Companhia. A Capacidade total da Unidade I é de 360 MW);
Com a entrada em operação comercial da Unidade II da Usina Termelétrica Energia Pecém I (+180 MW no primeiro trimestre de 2013), a finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (+4,5 MW em 2013), a entrada em operação da UHE Santo Antônio do Jari (373 MW em 2015), dos quatro parques eólicos de Baixa do Feijão (54 MW em 2016, capacidade proporcional à participação de 45% da Companhia), e da UHE Cachoeira Caldeirão (219 MW em 2017), a capacidade instalada atingirá 2.844 MW.

Repotenciações
Em 2012, foram acrescidos 4,5 MW de capacidade e 1,9 MW médios de garantia física referente à repotenciação da primeira unidade geradora da UHE Mascarenhas. O término da repotenciação da usina está previsto para o ano de 2013, quando então a UHE Mascarenhas totalizará 198 MW de capacidade instalada total e 138,5 MW médios de garantia física.
EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
A capacidade instalada de geração da EDP Energias do Brasil foi ampliada em 184 MW, alcançando o montante total de 2.012,5 MW. Esse aumento deveu-se aos seguintes eventos:
• Repotenciação da UHE Mascarenhas: +4,5 MW totalizando 193,5 MW (há expansão prevista de 4,5 MW adicionais, totalizando 198 MW de capacidade instalada futura); e
• Entrada em operação da Unidade I da Usina Termelétrica Energia Pecém I: +180 MW (Capacidade proporcional à participação de 50% detida pela Companhia. A Capacidade total da Unidade I é de 360 MW);
Com a entrada em operação comercial da Unidade II da Usina Termelétrica Energia Pecém I (+180 MW no primeiro trimestre de 2013), a finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (+4,5 MW em 2013), a entrada em operação da UHE Santo Antônio do Jari (373 MW em 2015), dos quatro parques eólicos de Baixa do Feijão (54 MW em 2016, capacidade proporcional à participação de 45% da Companhia), e da UHE Cachoeira Caldeirão (219 MW em 2017), a capacidade instalada atingirá 2.844 MW.

Repotenciações
Em 2012, foram acrescidos 4,5 MW de capacidade e 1,9 MW médios de garantia física referente à repotenciação da primeira unidade geradora da UHE Mascarenhas. O término da repotenciação da usina está previsto para o ano de 2013, quando então a UHE Mascarenhas totalizará 198 MW de capacidade instalada total e 138,5 MW médios de garantia física.
EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
A capacidade instalada de geração da EDP Energias do Brasil foi ampliada em 184 MW, alcançando o montante total de 2.012,5 MW. Esse aumento deveu-se aos seguintes eventos:
• Repotenciação da UHE Mascarenhas: +4,5 MW totalizando 193,5 MW (há expansão prevista de 4,5 MW adicionais, totalizando 198 MW de capacidade instalada futura); e
• Entrada em operação da Unidade I da Usina Termelétrica Energia Pecém I: +180 MW (Capacidade proporcional à participação de 50% detida pela Companhia. A Capacidade total da Unidade I é de 360 MW);
Com a entrada em operação comercial da Unidade II da Usina Termelétrica Energia Pecém I (+180 MW no primeiro trimestre de 2013), a finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (+4,5 MW em 2013), a entrada em operação da UHE Santo Antônio do Jari (373 MW em 2015), dos quatro parques eólicos de Baixa do Feijão (54 MW em 2016, capacidade proporcional à participação de 45% da Companhia), e da UHE Cachoeira Caldeirão (219 MW em 2017), a capacidade instalada atingirá 2.844 MW.

Repotenciações
Em 2012, foram acrescidos 4,5 MW de capacidade e 1,9 MW médios de garantia física referente à repotenciação da primeira unidade geradora da UHE Mascarenhas. O término da repotenciação da usina está previsto para o ano de 2013, quando então a UHE Mascarenhas totalizará 198 MW de capacidade instalada total e 138,5 MW médios de garantia física.
EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA
A capacidade instalada de geração da EDP Energias do Brasil foi ampliada em 184 MW, alcançando o montante total de 2.012,5 MW. Esse aumento deveu-se aos seguintes eventos:
• Repotenciação da UHE Mascarenhas: +4,5 MW totalizando 193,5 MW (há expansão prevista de 4,5 MW adicionais, totalizando 198 MW de capacidade instalada futura); e
• Entrada em operação da Unidade I da Usina Termelétrica Energia Pecém I: +180 MW (Capacidade proporcional à participação de 50% detida pela Companhia. A Capacidade total da Unidade I é de 360 MW);
Com a entrada em operação comercial da Unidade II da Usina Termelétrica Energia Pecém I (+180 MW no primeiro trimestre de 2013), a finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (+4,5 MW em 2013), a entrada em operação da UHE Santo Antônio do Jari (373 MW em 2015), dos quatro parques eólicos de Baixa do Feijão (54 MW em 2016, capacidade proporcional à participação de 45% da Companhia), e da UHE Cachoeira Caldeirão (219 MW em 2017), a capacidade instalada atingirá 2.844 MW.

Mercado Cativo
Energia vendida a clientes finais: O crescimento consolidado de 2,9% em 2012 reflete, principalmente, o aumento no consumo das classes residencial, comercial e rural. Nas Classes Residencial e Comercial, os incrementos de consumo são reflexo da expansão da base de clientes, do aumento do rendimento médio domiciliar per capita nacional em 6,9% e da queda da taxa média de desemprego.
EDP Bandeirante: O desempenho foi positivo tanto no segmento residencial (3,5%) quanto no comercial (9,7%). Estes resultados refletem o maior número de dias faturados (+1,4 no ano e por 2012 ter sido ano bissexto) e o resultado positivo dos indicadores econômicos nacionais. Adicionalmente, na classe comercial, ocorreram as migrações para o mercado livre de 16 clientes em 2012.
EDP Escelsa:

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

retiradas 120,7 mil ligações irregulares que resultaram na recuperação de receitas de cerca de R\$ 14,7 milhões.

COMERCIALIZAÇÃO

Atuando em todas as regiões do país, a EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A., é responsável pelas atividades de comercialização de energia e prestação de serviços para o mercado livre, tanto dentro quanto fora das áreas de concessão das distribuidoras da EDP Energias do Brasil. A empresa encerrou 2012 com 210 clientes, aumento de 53,3% em comparação ao ano anterior.

Em 2012, a energia comercializada totalizou 11.254 GWh, um aumento de 13,7% em relação ao ano anterior, em que foram comercializados 9.895 GWh.

O crescimento no volume foi impulsionado pelo aumento de vendas para clientes fora das áreas de concessão do grupo EDP, retenção dos clientes da carteira, em especial os potencialmente livres nas áreas de concessão do grupo EDP, além do aumento de vendas para geradoras e comercializadoras.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

• Receita Consolidada:

Em 2012, a receita operacional líquida totalizou R\$ 6.567,3 milhões, aumento de 15,1% em relação ao ano anterior. Excluindo a receita de construção, a receita operacional líquida foi de R\$ 6.331,5 milhões, 17,2% superior ao ano anterior. Os principais determinantes da evolução da receita líquida foram:

• Na geração:

A receita líquida consolidada da geração totalizou R\$ 1.364,2 milhões, crescimento de 24,4% em 2012.

Na Lajeado Energia houve maior venda de energia no Curto Prazo nos primeiros 9 meses do ano reflexo da estratégia de sazonalização e do quadro hidrológico favorável no período.

Na Energest houve aumento no volume de energia comercializada, decorrente do incremento da Garantia Física da UHE Mascarenhas e do aumento do nível de contratação da geradora. Esse acréscimo de energia foi comercializado em operações de curto prazo, favorecidas pelo preço alto do preço líquido das diferenças (PLD).

Em relação à Usina Termelétrica Energia Pecém I, houve o início do contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), em 23 de julho de 2012. Dada a postergação do início de geração comercial, a Usina teve que adquirir energia no Mercado Livre para garantir os contratos de fornecimento de energia até a data de entrada em operação comercial. A regulação vigente prevê que esse custo seja repassado segundo a Resolução Normativa nº 165/2005 da ANEEL. Entretanto a Usina Termelétrica Energia Pecém I solicitou à ANEEL que o artigo 3º da Resolução Normativa nº 165/05 fosse integralmente afastado, alterando o critério de repasse mensal do custo de aquisição de energia. O pleito ainda encontra-se em análise pela diretoria da ANEEL. Porém, dados os precedentes existentes, para o cálculo da receita da Usina Termelétrica Energia Pecém I foi considerado o repasse pelo ICB (índice de custo-benefício) do leilão no qual a energia foi comercializada (LEN A-5 de 2007), corrigido pelo IPCA. Adicionalmente, em 1º de dezembro de 2012, a Unidade I iniciou sua operação comercial passando a ser remunerada segundo os termos do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) para essa unidade.

• Na distribuição:

A receita líquida consolidada da EDP Bandeirante e EDP Escelsa totalizou R\$ 4.461,8 milhões, crescimento 5,4% em 2012. Excluindo a receita de construção, a receita operacional líquida foi de R\$ 4.228,0 milhões, 7,6% superior ao ano anterior.

Aumento de 2,9% no volume de energia vendida a clientes finais, impulsionado, principalmente, pelo aumento no consumo das classes residencial, comercial e rural.

Redução de 1,2% do volume de energia distribuída a clientes livres em 2012, frente a 2011, principalmente devido à desaceleração da produção industrial.

Impacto das novas regras instituídas com os procedimentos da revisão tarifária relativas à receita de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente (PRORET 2.7) que passaram a ser contabilizadas como Obrigações Especiais em Curso, a partir da data contratual de revisão tarifária do 3º Ciclo de Revisões. Desse modo, a EDP Bandeirante provisionou o montante de R\$ 50,1 milhões referente ao período de 23 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2012, reduzindo a Receita Operacional. Quando do início do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, o valor acumulado nessa subconta receberá o tratamento usual de depreciação dos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

Reajuste tarifário anual médio na EDP Escelsa de 14,29% a partir de 07 de agosto de 2012 com efeito médio percebido pelos consumidores cativos de 11,33%, considerando os ajustes financeiros referentes a períodos anteriores.

Revisão e Reajuste Tarifário na EDP Bandeirante de -1,85% e 11,45%, respectivamente. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos, já considerando a revisão tarifária de 2011 e o reajuste tarifário de 2012, foi de 7,29%, aplicado a partir de 23 de outubro de 2012.

Além disso, devido ao atraso na finalização da metodologia do 3º ciclo de revisão tarifária, a ANEEL manteve congeladas as tarifas da EDP Bandeirante, homologadas em outubro de 2010, até 23 de outubro de 2012.

• Na comercialização:

A receita líquida da EDP Comercializadora totalizou R\$ 1.354,6 milhões em 2012, com aumento de 47,0% em relação a 2011, em decorrência, do aumento de 13,7% no volume comercializado, reflexo da intensificação das negociações curto e longo prazo e das vendas do 13º leilão de ajuste, além do aumento de 36,0% no preço médio de venda em relação a 2011.

• Gastos Operacionais Consolidados

Os gastos operacionais, desconsiderando o custo de construção, totalizaram R\$ 5.358,5 milhões em 2012, o que representa um aumento de 27,3% em relação ao ano de 2011.

Os gastos não gerenciáveis estão relacionados à compra de energia, encargos de uso da rede elétrica e taxa de fiscalização da ANEEL e totalizaram R\$ 4.295,8 milhões em 2012, 43,1% acima do ano anterior.

O valor de energia elétrica comprada para revenda totalizou R\$ 3.499,5 milhões, 52,0% acima de 2011, em decorrência de:

(i) início de suprimento de energia de dois novos produtos em 2012, adquiridos nos leilões de energia nova, necessários ao atendimento do crescimento do mercado.

(ii) acréscimo no preço médio da compra de energia, reajustado pela variação do IPCA;

(iii) acréscimo no valor da energia comprada de ITAIPU, em 2012, devido ao aumento de 17% no dólar do período;

(iv) Realização de compra de energia para recomposição de lastro, em função do atraso para entrada em operação da Usina Termelétrica Energia Pecém I.

(v) O PLD permaneceu num patamar elevado, alcançando a média de R\$ 166,69/MWh ao longo de 2012, contra a média de R\$ 29,42/MWh em 2011, refletindo em maior despacho das usinas térmicas no período. O PLD é formado por um modelo estatístico definido pelo ONS com o objetivo de otimizar a exploração das usinas no Brasil, influenciado pelo nível dos reservatórios de água no país e pela expectativa hidrológica de curto prazo. Quando o PLD atinge um valor acima do custo variável de geração térmica, as térmicas passam a ser despachadas com o objetivo de manter o equilíbrio do sistema.

Em 2012, a conta de encargos de uso e conexão apresentou saldo de R\$ 737,2 milhões, 13,2% acima do apresentado em 2011 devido do reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, além do acréscimo nas distribuidoras proveniente dos encargos de energia de reserva em função de início de suprimento de energia elétrica proveniente de fonte eólica, objeto do 2º Leilão de Energia de Reserva, com o início do suprimento em julho de 2012.

A variação de 4,4% na taxa de fiscalização é decorrente do reajuste no valor do encargo realizado pelo regulador.

As compensações financeiras tiveram acréscimo de 12,0% em razão do crescimento da geração realizada no período, base para cálculo desse encargo, além do aumento da tarifa anual utilizada para a apuração do valor. Os Custos de matéria-prima, que são itens relacionados aos insumos para

geração de energia térmica (carvão e diesel) apresentaram um efeito de R\$ 5,5 milhões devido ao início de operação da primeira unidade geradora da Usina Termelétrica Energia Pecém I.

No acumulado de 2012, os gastos gerenciáveis, excluindo os custos de construção, depreciação e amortização, totalizaram R\$ 722,3 milhões em 2012, redução de 16,1% em relação aos R\$ 861,2 milhões em 2011.

Gastos Gerenciáveis (R\$ mil)	2012	2011	Var.
Pessoal	(322.236)	(287.618)	12,0%
Material	(28.715)	(26.566)	8,1%
Serviços de terceiros	(360.848)	(346.570)	4,1%
Provisões	(37.476)	(82.816)	-54,7%
Outros	26.981	(117.623)	n.d.
Total PMSO	(722.294)	(861.193)	-16,1%
Custo com construção da infraestrutura	(235.736)	(303.747)	-22,4%
Depreciação e amortização	(340.417)	(345.589)	-1,5%
Total dos gastos gerenciáveis	(1.298.447)	(1.510.529)	-14,0%
IGP-M (últimos 12 meses)*			7,8%
IPC-A (últimos 12 meses)**			5,8%

* Fonte: FGV

**Fonte: IBGE

Na conta de gastos com pessoal, o aumento de R\$ 34,6 milhões (+12,0%) resulta, principalmente, da combinação dos seguintes efeitos:

(i) Reajuste salarial médio de 6,7% em cumprimento ao acordo coletivo, resultando em encargos adicionais sobre folha de pagamento, além do aumento do quadro de pessoal do Grupo (+149 colaboradores), sobretudo, em função da primarização de mão de obra na EDP Bandeirante (+R\$ 20,0 milhões);

(ii) Efeito não recorrente da reestruturação organizacional da Unidade de Negócio da Distribuição - desligamentos ocorridos no 1T12 (+ R\$ 11,3 milhões, do quais +R\$ 5,1 milhões na EDP Bandeirante e R\$ 6,2 milhões na EDP Escelsa);

(iii) Incremento dos gastos com benefícios (vale-alimentação, refeição e convênio farmácia) em decorrência da aplicação do índice de reajuste e maior número de colaboradores no Grupo (+R\$ 4,9 milhões);

(iv) Maiores gastos com assistência médica em função do aumento do número de colaboradores, reajustes contratuais e maior utilização dos serviços entre os períodos comparados (+R\$ 4,7 milhões);

(v) Efeitos não recorrentes ocorridos no 2T12 e 4T12 referentes ao crédito SAT (Seguro de Acidente de Trabalho) relativa aos anos de 1991-1999 e 2005-2010 na EDP Escelsa devido a pagamentos a maior em períodos anteriores (-R\$ 8,5 milhões); e

Na conta materiais, o acréscimo de R\$ 2,1 milhões (+8,1%) entre os exercícios de 2012 e 2011 deve-se aos maiores gastos com material destinados para melhoria das instalações da sede administrativa em São Paulo, além de maiores gastos com combustível e material de manutenção de veículos.

No item serviços de terceiros, o incremento de R\$ 14,3 milhões (+4,1%) na comparação anual deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

(i) Reajustes contratuais de prestadores de serviço no período (+R\$ 14,7 milhões);

(ii) Maior pagamento de serviços de consultoria (+R\$ 5,5 milhões);

(iii) Gastos de Consultoria referente à Inventário de Ativos nas Distribuidoras (Demanda Regulatória) (+R\$ 4,7 milhões);

(iv) Gastos com Consultoria Jurídica referente ao êxito do processo SAT na EDP Escelsa (+R\$ 1,3 milhão);

(v) Gastos não recorrentes com padronização e melhoria das instalações da sede administrativa em São Paulo (+R\$ 1,2 milhão); e

(vi) Efeito da primarização na EDP Bandeirante, com redução das equipes prestadoras de serviço e redução de atividades de manutenção de rede e volume de podas, além de finalização de projetos técnicos (-R\$ 13,0 milhões).

No item provisões, redução de R\$ 45,3 milhões reflete, principalmente, os seguintes eventos:

(i) Efeito não recorrente, em 2011, referente aos saldos de provisão para devedores duvidosos devido a melhorias implementadas no ciclo comercial, processos internos de Revenue Assurance (garantia de receita) e novo critério de contabilização de parcelamento adimplente na EDP Bandeirante e na EDP Escelsa (+R\$ 22,0 milhões);

(ii) Provisão de Fees de Sucesso para processos Possíveis e Remotos (+R\$ 4,5 milhões, sendo +R\$ 0,6 milhão na EDP Bandeirante, R\$ 2,3 milhões na EDP Escelsa e R\$ 1,5 milhão na Investco);

(iii) Efeito não recorrente de reversão de PDD em função do acordo entre EDP Comercializadora e a Ampla Energia para o fim da disputa judicial entre as companhias referente à sentença arbitral proferida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. O acordo firmado prevê a manutenção do contrato de comercialização de energia celebrado em 26 de junho de 2002, com validade até 2022 (-R\$ 35,9 milhões);

(iv) Efeito não recorrente, no 2T11, em função de mudança de classificação de risco de perda de "possível" para "provável" do litígio em curso entre as empresas EDP Bandeirante e White Martins S.A., referente ao aumento das tarifas no período de vigência do Plano Cruzado (-R\$ 25,1 milhões);

(v) Efeito não recorrente, em 2011, referente à provisão do processo arbitral de obrigações x empreiteira EDEX na construção da PCH São João (-R\$ 5,6 milhões);

(vi) Efeito não recorrente, em 2011, referente ao reconhecimento de provisão para contingências referentes ao plano cruzado (-R\$ 5,6 milhões);

(vii) A queda de R\$ 144,6 milhões na conta outros é decorrente dos seguintes efeitos principais:

(i) Efeito não recorrente em 2011 relativo ao ganho contábil na aquisição da empresa ECE Participações S.A. (UHE Santo Antônio do Jari) baseado em laudo de avaliação de mercado conforme harmonização das práticas internacionais - CPC 15 e CPC 18 (+R\$ 10,2 milhões);

(ii) Efeito não recorrente de multa por atraso na Usina Termelétrica Energia Pecém I referente ao descumprimento do prazo de entrada em operação (+R\$ 6,5 milhões);

(iii) Efeito não recorrente da conclusão da venda da Evrecy Participações Ltda. à CTEEP realizada em maio de 2012 (-R\$ 31,5 milhões);

(iv) Efeito não recorrente, relativo à venda de imóveis das distribuidoras (-R\$ 16,0 milhões, sendo R\$ 11,1 milhões na Bandeirante e R\$ 4,5 milhões na Escelsa);

(v) Ajuste da conciliação contábil referentes a passivos constituídos para serviços provisionados e não realizados (-R\$ 12,7 milhões);

Além dos itens mencionados acima, a linha de Outros foi impactada positivamente pelo Valor Novo de Reposição dos ativos de distribuição em R\$ 102,4 milhões (R\$ 24,5 milhões na EDP Bandeirante e R\$ 77,9 milhões na EDP Escelsa). Conforme definido na Medida Provisória nº 579, os ativos da concessão passam a ser indenizados considerando o Valor Novo de Reposição - VNR, o mesmo utilizado nos processos de Revisão Tarifária das Concessões de Distribuição de Energia para a definição da Base de Remuneração Regulatória, onde o valor apurado e considerado para constituição do novo Ativo Financeiro refere-se ao percentual não depreciado dos ativos até o término da Concessão.

A conta de depreciação e amortização totalizou R\$ 340,4 milhões no ano de 2012, queda de 1,5% em relação a 2011, reflexo do menor aproveitamento de créditos de PIS e COFINS devido à mudança no critério de utilização dos créditos que deixaram de ser divididos em 12 parcelas e passaram a ser de acordo com a vida útil do ativo.

• EBITDA e Margem EBITDA

Em 2012, o EBITDA consolidado (lucro antes de imposto de renda, resultados financeiros, depreciação e amortização) totalizou R\$ 1.313,5 milhões, representando uma redução 14,6% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA consolidada teve queda de 7,7 p.p., alcançando 20,7%.

O EBITDA da geração, excluindo eliminações, totalizou R\$ 754,5 milhões, redução de 5,8% em relação a 2011, reflexo do atraso da entrada em operação da Usina Termelétrica Energia Pecém I.

Nas distribuidoras EDP Bandeirante e EDP Escelsa, o EBITDA totalizou R\$ 564,7 milhões em 2012, decréscimo de 25,2% em relação a 2011, reflexo do aumento dos gastos não gerenciáveis em função do aumento do preço de liquidação das diferenças, do arrefecimento do crescimento econômico e do mercado e do impacto do congelamento das tarifas por conta da revisão tarifária da EDP Bandeirante.

Na comercialização, o EBITDA foi de R\$ 53,7 milhões e o aumento de 64,2% em relação a 2011 deve-se, sobretudo, à intensificação das negociações de curto e longo prazo, das vendas do 13º leilão de ajuste, da assertiva estratégia de gestão do portfólio além da reversão da provisão constituída devido ao fim da disputa judicial com a Ampla.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida consolidada em 2012 foi de R\$ 245,7 milhões, inferior à despesa de R\$ 283,4 milhões em 2011. Contribuíram para este resultado: (i) redução da despesa não recorrente na EDP Bandeirante, em função de atualização monetária do passivo relacionado a litígio em curso com a empresa White Martins S.A.; (ii) redução de ajustes de marcação a mercado e a valor presente do endividamento; (iii) resultado cambial mais positivo em função das operações de Hedge e Swap.

• Lucro Líquido

Em função dos efeitos acima analisados, o lucro líquido consolidado alcançou R\$ 341,6 milhões em 2012, 30,4% inferior ao de 2011.

• Endividamento

A dívida bruta consolidada totalizou R\$ 4.280,8 milhões em dezembro de 2012, aumento de 18,5% em comparação a dezembro de 2011.

A variação do endividamento bruto em 2012 ocorreu, principalmente, por:

(i) desembolso de R\$ 300 milhões do financiamento de longo prazo com o BNDES cujo recurso foi utilizado para quitar o empréstimo ponte da ECE Participações S.A. com o Banco do Brasil para a construção da UHE Santo Antônio do Jari; (ii) emissão das debêntures da Energest no valor de R\$ 120 milhões a ser liquidado em abril de 2017; (iii) captações que totalizaram R\$ 183,6 milhões entre CALC-BNDES, Crédito Agrícola e BEI nas distribuidoras;

(iv) desembolso de R\$ 60,6 milhões do BNDES para a construção da Usina Termelétrica Energia Pecém I; (v) emissão de R\$ 450 milhões em debêntures na EDP Energias do Brasil, cujo destino será aporte no negócio de geração, deduzidos da (vi) amortização de debêntures da EDP Escelsa no montante de R\$ 83,3 milhões; e (vii) amortizações de dívidas de longo prazo nas empresas de geração e distribuição.

Com as novas captações realizadas ao longo do ano, o prazo médio da dívida consolidada, manteve-se em 4,5 anos em dezembro de 2012 em comparação a dezembro de 2011.

Do total da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2012, 9,1% estavam denominados em moeda estrangeira, integralmente protegidos da variação cambial e da Libor por meio de instrumentos de hedge e Swap.

O custo médio da dívida do Grupo, em dezembro de 2012, era de 8,7% ao ano, em comparação a 10,3% ao ano no final de 2011, levando-se em consideração os juros capitalizados das dívidas e encargos incorridos nos últimos 12 meses. A redução do custo médio deve-se à redução da Selic média e da TJLP em 2012, em relação a 2011, além da contratação de novas dívidas indexadas ao CDI.

A dívida de curto prazo totaliza R\$ 800,7 milhões. Desse montante, R\$ 226,5 milhões referem-se à distribuição e R\$ 557,8 milhões à geração.

Ao longo de 2013, na distribuição haverá amortizações de debêntures da EDP Escelsa, totalizando R\$ 83,3 milhões, além de amortizações mensais de financiamentos com BNDES e demais credores. Na geração, ocorrerão desembolsos do financiamento de longo prazo com o BNDES para a construção da UHE Santo Antônio do Jari. Por outro lado, ocorrerão amortizações dos financiamentos das usinas em operação, além do início de amortização do financiamento da Usina Termelétrica Energia Pecém I.

A dívida líquida, considerando o valor de R\$ 572,4 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R\$ 3.708,5 milhões em 31 de dezembro de 2012, com aumento de 36,5% em relação a dezembro de 2011, devido à queda de 36,1% (R\$ 323,5 milhões) no saldo de caixa e disponibilidades no final de 2012. Esta redução no saldo de caixa é resultante da pressão de margem nas distribuidoras com aumento do custo da compra de energia e do impacto do congelamento das tarifas por conta da revisão tarifária da EDP Bandeirante, bem como do atraso da entrada em operação comercial da Usina Termelétrica Energia Pecém I.

A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o ano em 2,8 vezes, em comparação a 1,8 vezes em dezembro de 2011.

Detalhamento dos financiamentos desembolsados durante 2012

Holding

Em 6 de setembro de 2012, a EDP - Energias do Brasil S.A. concluiu emissão de Debêntures no valor de R\$ 450 milhões. As Debêntures possuem prazo de 18 meses, com pagamento de juros e amortização em fevereiro de 2014. A emissão obteve classificação de crédito Aa2.br pela Agência Moody's e seu custo foi definido em processo de bookbuilding em 105,50% do CDI.

Distribuição

Em fevereiro de 2012, as distribuidoras do Grupo, EDP Bandeirante e EDP Escelsa, concluíram a captação de recursos através do Banco Europeu de Investimento (BEI) no valor de US\$ 19,7 milhões, equivalentes a R\$ 34,1 milhões por empresa. A captação tem como objetivo o financiamento do investimento das distribuidoras e possui prazo de 6 anos, com pagamentos de juros semestrais e amortização final. Foi contratado hedge por meio de contrato de swap pelo prazo completo ao custo nominal de 93,4% do CDI. Em junho de 2012, ocorreram desembolsos do Contrato de Abertura de Limite de Crédito (CALC) do BNDES. O total liberado para a EDP Bandeirante totalizou R\$ 8,5 milhões enquanto que para a EDP Escelsa foi de R\$ 17,0 milhões. O prazo de vencimento é até 2019 e taxas de juros de TJLP + 1,81% a 3,32%.

Em setembro de 2012, a EDP Escelsa assinou junto ao Banco do Brasil, contrato de empréstimo na modalidade de Crédito Agroindustrial, no valor de R\$ 90 milhões. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 98,50% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em setembro de 2014.

Geração

Energest

Em abril de 2012, a Energest S.A. emitiu Debêntures no valor de R\$ 120 milhões. As Debêntures possuem prazo final de 5 anos, pagamento de juros semestrais e amortizações no final do 4º e 5º ano. A emissão obteve classificação de crédito Aa1.br pela Agência Moody's e seu custo foi definido em processo de bookbuilding em CDI + 0,98% a.a.

ECE Participações S.A.

Em 26 de outubro de 2011, a ECE contratou linha de crédito no valor de R\$ 360 milhões, junto ao Banco do Brasil, como empréstimo-ponte para implementação e construção da UHE Santo Antônio do Jari, à taxa de 109% do CDI, com vencimento em 13 de outubro de 2013.

Em dezembro de 2012, foi assinado o contrato de financiamento de longo prazo para a UHE Santo Antônio do Jari com o BNDES. O financiamento totaliza R\$ 736,8 milhões, com prazo de 18,5 anos sendo 16 anos para amortização e carência para início de pagamento até 15 de junho de 2015, com taxa de juros de TJLP + 1,86% a.a. No final do mês, foi efetuado o primeiro desembolso no total de R\$ 300,0 milhões, que foi utilizado para a liquidação do empréstimo-ponte contatado junto ao Banco do Brasil.

Usina Termelétrica Energia Pecém I

O empréstimo do BNDES totaliza R\$ 1,4 bilhão (em R\$ nominais, excluindo juros durante a construção), com prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, com carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo contratado é de TJLP + 2,77% a.a. e durante a fase de construção os juros serão capitalizados. No final de 2012, o desembolso desse empréstimo totalizou R\$ 1,4 bilhão.

O empréstimo do BID totaliza US\$ 327 milhões, sendo que o contrato de financiamento prevê um "A Loan" no montante total de US\$ 147 milhões e um "B Loan" no montante total de US\$ 180 milhões, com prazo total de 17 anos no "A Loan" e 13 anos no "B Loan", com carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. As taxas iniciais do "A Loan" e "B Loan" são Libor + 350 bps e Libor + 300 bps, respectivamente, com step ups ao longo do período.

O desembolso total do financiamento até 31 de dezembro de 2012 foi de

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

US\$ 319,8 milhões. O valor desembolsado consiste em US\$ 143,8 milhões do "A Loan" e em US\$ 176,0 milhões do "B Loan".

RATINGS DA EDP ENERGIAS DO BRASIL E DE SUAS DISTRIBUIDORAS

Em abril de 2012, a Standard & Poor's manteve os ratings da EDP Escelsa em "BB+" na escala global e em "AA+" na escala nacional, com perspectiva estável. Houve manutenção do rating da EDP Bandeirante na escala nacional em "AA+", com alteração da perspectiva de "positiva" para "estável". Adicionalmente, em maio e em abril de 2012, respectivamente, a Moody's manteve os ratings de emissor da EDP Bandeirante e da EDP Escelsa com classificação "Baa3" na escala global e "Aa1.br" na escala nacional, com perspectiva "estável". Com isso, as distribuidoras da EDP Energias do Brasil permanecem com a classificação investment grade em escala global. A agência de classificação de risco também manteve os ratings de emissor em moeda local da EDP Energias do Brasil em "Ba1" na escala global e em "Aa2.br" na escala nacional, com perspectiva "estável". Adicionalmente, a Moody's atribuiu os ratings de emissor em moeda local da Energest em "Baa3" na escala global e em "Aa1.br" na escala nacional, com perspectiva "estável".

INVESTIMENTOS

Os investimentos da EDP Energias do Brasil totalizaram R\$ 976,8 milhões em 2012, com aumento de 20,9% em relação aos recursos destinados às áreas de negócios no ano anterior. Os investimentos em distribuição, incluindo obrigações especiais, totalizaram R\$ 242,7 milhões, com queda de 25,0% em relação a 2011 e os investimentos na geração totalizaram R\$ 729,8 milhões, 54,3% acima de 2011. Mais detalhes estão disponíveis nos itens específicos de investimentos em distribuição e geração deste relatório de administração.

Investimentos (R\$ mil)	2012	Peso (%)	2011	Peso (%)	Δ Anual (%)
Distribuição	242.676	24,8%	323.607	40,1%	-25,0%
EDP Bandeirante	101.043	10,3%	184.825	22,9%	-45,3%
EDP Escelsa	141.633	14,5%	138.782	17,2%	2,1%
Geração	729.816	74,7%	473.122	58,6%	54,3%
Enerpeixe	3.462	0,4%	5.727	0,7%	-39,5%
Energest	73.743	7,5%	61.587	7,6%	19,7%
Lajeado / Investco	6.484	0,7%	23.155	2,9%	-72,0%
Santa Fé	1.897	0,2%	16.752	2,1%	-88,7%
Pecém	284.855	29,2%	295.894	36,6%	-3,7%
Jari	359.375	36,8%	70.007	8,7%	413,3%
Outros	4.296	0,4%	10.933	1,4%	-60,7%
Total	976.788	100,0%	807.662	100,0%	20,9%

MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2012, as ações da EDP Energias do Brasil estavam cotadas a R\$ 12,49, encerrando o ano com desvalorização de 4,3%, superando o IEE, que desvalorizou 11,7%, mas com desempenho inferior ao Ibovespa, que valorizou 7,4%. O valor de mercado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 5,9 bilhões. Houve negociação das ações da Companhia em todos os pregões de 2012, totalizando 445,6 milhões de ações negociadas, com média diária de 1.811,3 mil ações e o volume financeiro totalizou R\$ 5.814,9 milhões, com média diária de R\$ 23,6 milhões.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia era representado na sua totalidade por 476.415.612 ações ordinárias nominativas. Do total de ações, encontrava-se em circulação 232.602.924, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e permaneciam em tesouraria 840.675 ações.

Desdobramento de Ações Ordinárias

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), realizada em 10 de abril de 2012, foi aprovada a proposta de desdobramento das ações ordinárias representativas do capital social da EDP Energias do Brasil, de forma que cada ação ordinária passou a ser representada por três ações de mesma espécie e com os mesmos direitos políticos e econômicos da ação desdobrada.

A posição acionária considerada para este desdobramento de ações teve como base a data de 10 de abril de 2012. Assim, os acionistas inscritos naquela data nos registros da Companhia tiveram direito ao recebimento das ações oriundas do desdobramento. Como decorrência do desdobramento, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 476.415.612 (quatrocentos e setenta e seis milhões, quatrocentas e quinze mil e seiscentas e doze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem que haja alteração do valor do capital social.

Adicionalmente, a partir do dia 7 de Janeiro de 2013, as ações da Companhia passaram a integrar o índice Bovespa com participação de 0,645%. O Índice Bovespa ("Ibovespa") é um dos mais importantes indicadores de desempenho das cotações do mercado de ações brasileiro.

REMUNERAÇÃO DE ACIONISTAS

A EDP Energias do Brasil tem como política distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio no valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado da Companhia, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Não obstante à adoção da política de distribuição de dividendos acima referida, a Companhia poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em montante inferior a 50% do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia, das condições macroeconômicas, de revisões e reajustes tarifários, de mudanças regulatórias, estratégia de crescimento, limitações contratuais e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas da EDP Energias do Brasil.

Em 10 de abril de 2013, o Conselho de Administração da Companhia levará para aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO) o pagamento de proventos de R\$ 370,2 milhões, correspondente a R\$ 0,78 por ação, mantendo a remuneração ao acionista estável em relação ao ano anterior.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por oito membros, incluindo um diretor executivo e quatro conselheiros independentes. Os conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral para mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. O órgão é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes gerais dos negócios, incluindo a estratégia de longo prazo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar seu funcionamento, além das atividades definidas em lei e no Estatuto Social da Companhia.

A EDP do Brasil está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto pelos seguintes membros:

- Antônio Luis Guerra Nunes Mexia - Presidente do Conselho e do Comitê de Remuneração;
- Ana Maria Machado Fernandes - Conselheira e Diretora Presidente da EDP no Brasil;
- Nuno Maria Pestana de Almeida Alves - Conselheiro indicado pelo acionista controlador;
- Jorge Manuel Pragana da Cruz de Moraes - Conselheiro indicado pelo acionista controlador;
- Pedro Sampaio Malan - Conselheiro independente;
- Francisco Carlos Coutinho Pitella - Conselheiro independente e presidente do Comitê de Auditoria
- Modesto Souza Barros Carvalhosa - Conselheiro independente e Presidente do Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa; e
- Paulo Cesar Hartung Gomes - Conselheiro independente.

O Conselho de Administração possui três Comitês de Assessoramento, sendo eles: Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa. Os comitês são responsáveis por assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias apresentadas. Todos são integrados exclusivamente por três conselheiros, que podem solicitar informações e sugestões de integrantes

da Diretoria-Executiva ou de membros do corpo gerencial da Companhia. **Comitê de Auditoria:** assegura o cumprimento e a correta aplicação dos princípios e das normas contábeis; emite pareceres sobre as contas apresentadas pelos administradores e demonstrações financeiras; avalia o desempenho dos auditores externos e internos; estabelece procedimentos para o recebimento, a guarda e o tratamento de reclamações no âmbito do Canal de Comunicação e Denúncia da EDP no Brasil. O comitê é presidido pelo conselheiro independente Francisco Carlos Coutinho Pitella e conta com a participação de Nuno Maria Pestana de Almeida Alves e Pedro Sampaio Malan. Em 2012, o comitê realizou 6 (seis) reuniões. **Comitê de Remuneração:** assessora o Conselho nas decisões sobre políticas de remuneração da EDP no Brasil e de suas controladas. Tem dois membros indicados pelo controlador - Antônio Luis Guerra Nunes Mexia (presidente) e Nuno Maria Pestana de Almeida Alves - e um terceiro membro independente (Pedro Sampaio Malan). Em 2012, o comitê reuniu-se 1 (uma) vez.

Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa: zela pela perenidade da organização, com visão sustentável de longo prazo e considerando possíveis mudanças sociais e ambientais; assegura a adoção das melhores práticas de governança corporativa e o respeito a princípios éticos, para aumentar o valor da sociedade, facilitar o acesso ao capital a custos mais baixos e, assim, contribuir para o fortalecimento do Grupo; é responsável pela criação do processo de autoavaliação do Conselho de Administração, introduzido em 2010. O comitê é presidido pelo membro independente Modesto Souza Barros Carvalhosa e tem a participação de Paulo Cesar Hartung Gomes e Jorge Manuel Pragana da Cruz de Moraes. Em 2012, o comitê reuniu-se 1 (uma) vez.

Os currículos dos conselheiros podem ser encontrados em nosso website www.edpbr.com.br/ri.

Diretoria-Executiva

A Diretoria Executiva é composta por quatro membros eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos. É encarregada de administrar os negócios e adotar os atos necessários ou convenientes, bem como executar as deliberações do Conselho de Administração. Os quatro integrantes da atual Diretoria foram reeleitos para um mandato de três anos (em vigor até dezembro de 2014, com possibilidade de reeleição). Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta pelos seguintes membros: **Diretora-presidente:** Ana Maria Machado Fernandes; **Diretor vice-presidente de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Gestã:** Miguel Dias Amaral; **Diretor vice-presidente de Geração e Comercialização:** Luiz Otavio Assis Henriques

Diretor vice-presidente de Distribuição: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

Os currículos dos diretores podem ser encontrados em nosso website www.edpbr.com.br/ri

SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Pelo 7º ano consecutivo, a EDP Energias do Brasil permaneceu no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (ISE).

Além disso, a EDP no Brasil disseminou o conceito de *Inovabilidade*, a importância do relato de sustentabilidade, a todos os colaboradores do Grupo no Brasil, por meio da realização de um evento interno que contou com a participação de representantes da BM&FBOVESPA e do HSB Global Asset Management, este último na condição de coordenador do grupo de trabalho *Principles for Responsible Investment*.

No que concerne à temática das mudanças climáticas, pelo 2º ano consecutivo foi realizado o levantamento da pegada carbônica dos colaboradores da EDP no Brasil: foram obtidas respostas de 671 pessoas, correspondendo a 460 toneladas CO2e (equivalente a mais de 1.150 árvores). Em torno de 84,1 toneladas de CO2e, emitidas durante o Encontro 2012 - evento dos colaboradores da EDP no Brasil, nas localidades de São Paulo (SP), São José dos Campos (SP) e Vitória (ES) - foram compensadas pela geração de energia renovável na Pequena Central Hidrelétrica (PCH) São João, equivalente a 85 créditos de carbono registrados em sistema voluntário. Adicionalmente, a empresa foi considerada uma das 10 melhores empresas em *Disclosure e Performance no Carbon Disclosure Project (CDP)*, dentre as 52 empresas participantes.

O Instituto EDP é responsável pelo relacionamento da EDP Energias do Brasil nas dimensões de cultura, esporte e educação com as partes interessadas nas áreas de influência das atividades da companhia. O desenvolvimento dos projetos integra um conjunto de variáveis, nomeadamente as particularidades de cada local e as características e iniciativas das organizações da sociedade civil dessas localidades, potencializando as sinergias entre as partes.

Os programas e projetos do Instituto, tais como o Programa de Voluntariado, Dentistas do Bem, EDP nas Escolas, EDP Solidária, além das ações desenvolvidas dentro do projeto InovCity, em Aparecida do Norte (SP), continuam sólidos e mostrando resultados vigorosos. O Edital de Seleção Pública de Projetos inovou em 2012, integrando os investimentos culturais, esportivos e educacionais para os estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Tocantins.

Em 2012, os investimentos do Instituto EDP somaram R\$ 5.240 mil, sendo R\$ 3.647 mil oriundos de incentivos fiscais, como leis de incentivo à cultura e ao esporte.

ESTRATÉGIA E GESTÃO

O ano de 2012 foi de mudanças para a EDP no Brasil. Uma nova presidência da empresa, associada às mudanças estruturais que o setor de energia elétrica está sofrendo no Brasil, motivaram a revisão do planejamento estratégico de longo prazo da EDP Energias do Brasil, com foco em 2020. Não obstante a execução da estratégia estabelecida em 2009 foi consolidada e sua implementação mostra resultados concretos. Os três pilares estratégicos, crescimento orientado, eficiência superior e risco controlado, mostram-se concretizados, com aumento equilibrado na geração e na comercialização de energia; maior eficiência na distribuição - fundamentada na inovação e na qualidade do atendimento ao cliente. Tudo isso, garantindo-se o controle de risco.

Nos últimos anos, a empresa se preparou para o crescimento estruturado. As aquisições de Parques Eólicos de Baixa do Feijão (RN) e da UHE Cachoeira Caldeirão (AP), juntamente com a consolidação das construções da UHE Santo Antônio do Jari e da Usina Termelétrica Energia Pecém I, fortaleceram a competência de construção e de O&M no Brasil. Esse processo de acúmulo de experiência se consolidou em 2012.

Adicionalmente, sólidas ações nas vertentes de inovação e sustentabilidade contribuíram para colocar a EDP no Brasil em posição privilegiada para enfrentar os desafios do setor nas próximas décadas. A consolidação da área de *Inovabilidade* e os projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) ilustram esse posicionamento.

O *Balanced Scorecard (BSC)* continua sendo a ferramenta de gestão utilizada na EDP desde 2005, revista anualmente. Ela é a ferramenta que norteia as ações dos colaboradores. Somam-se a ela as metodologias *Kaizen e Lean* e os sistemas de certificações ISO e OHSAS, que sustentam a execução da estratégia corporativa.

Os resultados da execução da metodologia LEAN nas áreas técnicas e comerciais das distribuidoras da EDP no Brasil mostraram um diferencial em relação à execução em outras geografias. Por exemplo, o *case* de implementação da metodologia nos centros de manutenção da distribuição ganhou reconhecimento na 10ª edição *Lean Summit América Latina*. Também, foram realizadas, em 2012, auditorias trimestrais para verificar se os processos que foram modificados se mantêm aderentes à metodologia. Existe ainda uma visão de disseminação e execução do processo, buscando sua auto-sustentação, de forma a alcançar um nível de maturidade necessário para que o processo ocorra, naturalmente, em um sistema de melhoria contínua.

A EDP Escelsa certificou 2 subestações pela a norma ISO 14001 (meio ambiente), enquanto as outras empresas do Grupo EDP no Brasil mantiveram as certificações obtidas em anos anteriores, tais como a própria ISO14001, a OHSAS 18001 (saúde e segurança ocupacional) e ISO9001 (qualidade), conforme os escopos de cada uma delas. O acompanhamento das estratégias (distribuição, geração e comercialização) ocorre nas reuniões de controle estratégico, que visam à integração entre gestores e à disseminação de objetivos e metas. Abertos a todos os colaboradores das distribuidoras, os *roadshows* semestrais apresentam o

planejamento estratégico com objetivos, prioridades e os principais resultados dos indicadores de gestão, com *feedback* muito positivo dos participantes. É realizado, ainda, um encontro estratégico-operacional mensal, para monitoramento de indicadores comerciais, técnicos e financeiros das Unidades de Negócio (UN).

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Em 2012, foi realizado um intenso trabalho voltado para redução das reclamações de clientes. Ele envolveu as áreas de operação das distribuidoras, visando melhor identificar as causas das principais dificuldades nos processos atuais da organização. Foram criados grupos de trabalho e uma área específica para endereçar as reclamações, além da substituição do fornecedor de *call center*. Essas ações permitiram uma redução das reclamações nas ouvidorias da ANEEL e de nossas Distribuidoras - nesse último caso, em torno de 42%. Já o Índice de Satisfação da Qualidade Percebido (ISQP), teve uma evolução no desempenho de 12%, ficando acima de 84%. Na pesquisa ABRADÉE, a EDP Bandeirante ganhou 14 posições em relação a 2011, alcançando a 6ª posição entre as distribuidoras com mais de 500 mil clientes. A EDP Escelsa subiu 2 posições e ocupa a 10ª posição. Da mesma forma, houve redução nos indicadores DEC e FEC, ambos ficando abaixo do estabelecido nas metas da ANEEL.

Outro programa importante, o de combate às perdas técnicas e comerciais, tem dois focos principais. O primeiro visa ao consumidor fraudador, àqueles pequenos estabelecimentos comerciais e industriais que furtam energia. Nesse caso, o novo sistema de medição visa dificultar o furto, e penalizar o consumidor por meio de tecnologia e equipamentos modernos, associados a estratégias de inteligência de combate às perdas. Por exemplo, a instalação de medidores de consumo de energia em postes, em uma caixa fechada, ao invés de instalá-lo no ponto comercial, dificulta a fraude. Adicionalmente, instala-se nessa caixa, um sistema de alarme, que, no caso de tentativa de burlar o sistema, o centro de medição das distribuidoras é comunicado imediatamente, o que permite o envio de equipes de campo ao local da ocorrência.

O outro foco é o consumidor de baixa renda, que fica inadimplente ou faz fraude, muitas vezes por necessidade. Nesse caso, a estratégia da EDP no Brasil é ajustar o consumo desse público para que suas contas fiquem dentro do orçamento familiar. Isso é feito pela combinação de consumo baixo com a utilização de eletrodomésticos eficientes e tarifa social. Essa ação faz com que o consumidor se sinta mais cidadão, por ter uma conta em seu nome, e estimula-o a consumir energia de forma legal e segura. Para a empresa, em ambos os casos, há redução de perdas e de inadimplência. Na EDP Comercializadora, foi concebida a área de pós-venda, para prover mais informações para a gestão do negócio dos clientes, aumentando, assim, o nível de interação com os mesmos. O objetivo é prover aos clientes detalhes sobre o que estão comprando. Há informações sobre troca de consumos, que permitem ao cliente realizar simulações e projeções de custo e de orçamento, além de outros mecanismos para facilitar o pleno entendimento do assunto. Assim, o cliente compreende a EDP como uma empresa que, de fato, se preocupa com o seu cliente, que é transparente e que a ele disponibiliza as informações necessárias para a gestão do seu negócio.

GESTÃO DE PESSOAS

Dentre as principais ações desenvolvidas pela área de Recursos Humanos em 2012, tiveram destaque os programas educacionais e os de capacitação, tais como a Escola de Eletricistas, Escola de Geração, e iniciativas de bem-estar voltadas aos colaboradores, como o Programa Conciliar.

A Escola dos Eletricistas é uma parceria com o SENAI para a capacitação de indivíduos desempregados nas comunidades onde a EDP no Brasil atua. São cerca de 480 horas de treinamento durante 4 meses, período em que a EDP assegura os custos do curso. Em 2012, foram 6 turmas na EDP Bandeirante e 4 na EDP Escelsa. Em função de uma reestruturação, as áreas técnicas da EDP Bandeirante puderam absorver 100% das pessoas capacitadas. Caso a EDP não consiga empregar, terceiros podem contratar os profissionais que participaram do programa, pois essas pessoas já estão treinadas de acordo com os padrões exigidos pela EDP.

Na Escola de Geração, o foco é ampliar a capacidade do operador para atuar na operação e manutenção integrada. Isso é uma inovação, pois são raros os modelos operacionais em que se capacita um profissional de manutenção para operar. Esse treinamento é bienal e realizado por todos os operadores, ampliando a capacidade de cada um deles de operar e também de fazer manutenções corretivas.

O Programa Conciliar, cuja proposta é gerar condições para que o colaborador consiga atingir maior equilíbrio entre a sua vida profissional e pessoal, estimula a prática do esporte, da ginástica laboral e disponibiliza acompanhamento psicológico e jurídico caso solicitado pelo funcionário. Há também um pilar de serviços, disponível na intranet da empresa, no qual estão listados diversos parceiros, que concedem descontos para os colaboradores em serviços como salão de cabeleireiro, lavanderia, colônia de férias para os filhos, etc.

A *inovabilidade* é uma competência estratégica para o negócio da EDP no Brasil, pois a empresa quer ser reconhecida como uma empresa inovadora e sustentável. O módulo *Inovabilidade* no Programa de Desenvolvimento de Lideranças busca trabalhar por processos associativos, cujo objetivo é prover diferentes repertórios para que o líder consiga fazer diferentes conexões com a *inovabilidade* em situações do dia-a-dia profissional. Por fim, pode-se evidenciar o papel de conciliação decisivo que a área teve na negociação da greve na obra da Usina Termelétrica Pecém I, já que se conseguiu assegurar que o diálogo fosse o principal instrumento de negociação.

Saúde e segurança no trabalho

Com base nas visitas operacionais realizadas ao longo de 2012, na aplicação de ferramentas de estudo de maturidade do sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho (SST) (Curva de Bradley) e Nível de Habilidades x Atitudes (Modelo de Cego a Expert - Fredy Kofman), são evidenciadas as oportunidades de melhoria do processo atual e, também, de implantação de um modelo de Gestão Comportamental para fortalecer a cultura de SST e garantir a execução dos trabalhos da maneira mais segura. Nesse sentido, foi realizado, em 2012, um primeiro piloto na Investco, utilizando a metodologia BBS - *Behaviour Based Safety*. O objetivo é criar comportamento baseado na segurança, interagindo com as atitudes das pessoas. O treinamento é baseado em um jogo de estímulos, com discussões e reflexões a respeito da segurança, estimulando que os gestores, em primeiro lugar, absorvam esse comportamento. No mesmo ano, realizou-se nas distribuidoras o "Dia D de Segurança". No dia, promoveu-se uma ação surpresa, sem aviso prévio, em que os diretores e gestores foram a campo para fazer inspeção e orientação de segurança aos colaboradores próprios e terceiros. Embora tenham ocorrido 5 acidentes fatais, todos com terceiros, e 8 acidentes de trabalho com afastamento com colaboradores próprios, verificou-se uma melhoria nos demais indicadores de segurança em 2012, em relação ao ano anterior. Houve redução de 13% nos acidentes envolvendo trabalhadores diretamente empregados pela companhia, enquanto os acidentes com prestadores de serviços caíram 19%. A taxa de gravidade com colaboradores caiu 52,63%, enquanto a taxa de gravidade com prestadores de serviço caiu 28,57%.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

As atividades de P&D são focadas nas regras da ANEEL e no desenvolvimento de tecnologia aplicada, ou seja, àquilo que existe pronto no mercado com potencial de ser incorporado às práticas da empresa. Os projetos de pesquisa e desenvolvimento são estabelecidos para obtenção de melhorias nos processos de geração e distribuição de energia, a partir de critérios relacionados à eficiência operacional, a redução de riscos e a otimização de receita.

Os 3 principais projetos em desenvolvimento de tecnologia aplicada com foco na distribuição são: o Field Service Automation (FSA), que é uma ferramenta que faz uma melhor gestão da equipe externa visando a melhorar a eficiência operacional da força de trabalho, mediante um sistema baseado em algoritmos que podem determinar a sequência de trabalho de cada equipe, com baixíssima interferência humana. Em 2012, uma equipe de 32 profissionais internos realizaram estudos e levantamentos de todos os processos de campo e os custos associados, visando a identificar as áreas prioritárias em que o projeto será implantado.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Outro projeto é a definição da Estratégia de Telecomunicação, dado que a empresa é muito dependente das telecomunicações para suas operações, e representam um custo bastante significativo. As tendências de mercado mapeadas, tais como medição inteligente, microgeração distribuída e mobilidade elétrica, dependem crucialmente das telecomunicações. Em 2012, foi elaborada uma estratégia em telecomunicações.

O terceiro projeto é o de Mobilidade Elétrica, que tem como principal objetivo preparar a empresa para essa tendência. Ele está dividido em três pilares - no primeiro, a meta é entender o negócio de mobilidade elétrica no mundo todo, de forma a considerar possíveis migrações de tecnologias para o Brasil, capazes de impactar as áreas de concessão da EDP. No segundo, em parceria com o IEE-USP, buscou-se replicar a infraestrutura de um eletroposto de carregamento igual ao de Portugal, visando a recolher dados do sistema em operação. O terceiro pilar visa a desenvolver uma ferramenta de planejamento que faz estudos e modelos sobre impacto da inserção de veículos elétricos no País. A ferramenta será interligada à rede da empresa, gerando um modelo de previsão de cenários que determina, por exemplo, em quais localidades será necessário reforçar a rede.

Existem ainda 10 projetos de P&D na Geração, dos quais 8 estão em andamento e 2 foram finalizados em 2012. Dentre eles, destacam-se:

- Estudos e aplicações de geotecnologias à determinação de impactos e restrições socioambientais da Usina de Lajeado - plataforma SIG para identificação e tomada de decisões administrativas;
- Caracterização da cadeia produtiva do capim elefante para geração de energia elétrica finalizado em setembro de 2012;
- Minirredes com fontes intermitentes para atendimento de áreas isoladas;
- Sistema inteligente de supervisão georreferenciada de reservatório através de veículo autônomo;
- Desenvolvimento de metodologia para detecção precoce de danos no isolamento de unidades hidrogeradoras pela análise do espectro de impedância;
- Produção de biodiesel de microalgas existentes em reservatórios de usinas hidrelétricas com o aproveitamento da biomassa residual como fonte de energia;
- Desenvolvimento de sistema inteligente online de avaliação de perda de vida útil de componentes de hidrogeradores devido a agentes estressores e alterações do regime operacional;
- Pesquisa e Desenvolvimento de células fotovoltaicas utilizando filmes de diamante CVD;
- Desenvolvimento de sistema para acompanhamento das estruturas das barragens de concreto e terra integrado ao centro de diagnóstico de segurança de barragens;
- Adequação de metodologias para a previsão e reabilitação de voçorocas visando à melhoria do desempenho de reservatórios para a geração de energia.

INOVAÇÃO

O projeto InovCity em Aparecida do Norte (SP), com objetivo de testar diversas tecnologias que permitam criar uma cidade energeticamente mais eficiente, teve significativos avanços, conquistando os primeiros resultados em 2012. Foram instalados 1.301 medidores inteligentes monofásicos e 10.000 bifásicos, houve o desenvolvimento do módulo de corte e religa, do sistema SMM, do sistema Home Control, do Display, a realização do estudo do sistema de comunicação, da homologação do PAV do medidor monofásico e do medidor bifásico, além do monitoramento do faturamento.

Na vertente de eficiência energética desse programa, foram doadas 460 geladeiras, 560 chuveiros, 61.140 lâmpadas eficientes e instaladas 104 luminárias Led e 79 kits de aquecedores solares. Além disso, capacitaram-se 70 professores e 2.614 alunos pelo projeto Boa Energia nas Escolas. Foram ainda realizados 10.190 cadastros de clientes, doados 17 scooters, 2 bicicletas elétricas e instalados 5 pontos de recarga de veículos elétricos no contexto da Mobilidade Elétrica.

Por meio do Instituto EDP, foram capacitados 233 professores no projeto Educando para o Turismo e distribuídos 5.100 kits escolares pelo EDP nas Escolas. Foram realizadas palestras para cerca de 500 pais e 3.000 alunos sobre eficiência energética e sobre o projeto InovCity. Além disso, foram treinados 150 alunos no projeto Guri, programa de formação do Governo do Estado de São Paulo e da Secretaria da Cultura, que promove cursos de educação musical para crianças e jovens das instituições de ensino da rede pública do município de Aparecida. Adicionalmente, foram entrevistados 516 pessoas no Projeto RG.

O projeto ClimaGrid, que faz parte do Plano Tecnológico Empresa, foi implementado nos centros de operação do sistema e da distribuição da EDP Bandeirante e da EDP Escelsa. A tecnologia possui um banco de dados que armazena informações climáticas históricas e em tempo real e permite a previsão do tempo. A ferramenta possui uma rede de medição de descargas dentro da nuvem para detectar raios e chuvas, e faz o rastreamento de tempestades severas. O georeferenciamento, em tempo real, dessas variáveis permite antecipar ações corretivas da equipe de manutenção.

Uma outra aplicação da ferramenta é identificar onde aportar investimentos com base em dados históricos de locais onde eventos extremos acontecem com maior frequência. Ademais, tal influência na gestão operacional da empresa permite identificar, por exemplo, picos de consumo relacionados ao tempo.

O Prêmio EDP Inovação 2020 nasceu em 2010 com uma proposta que visa a promover o empreendedorismo em diversas áreas de negócio ligadas ao setor elétrico. Na terceira edição, o prêmio contou com ações de divulgação presencial em 15 universidades e 4 incubadoras localizadas em diversos

estados do Brasil. Como resultado, foram obtidas 43 inscrições de projetos, das quais 22 foram aprovadas para a segunda etapa. Nessa fase, a EDP no Brasil financiou, para até dois representantes por projeto, um curso na FGV-SP para os auxiliar na elaboração do Plano de Negócios. Após a entrega, os projetos foram avaliados novamente e 6 deles foram selecionados para uma apresentação para a diretoria da EDP no Brasil e representantes da FGV. Dessas apresentações, foram escolhidos os três melhores projetos, que serão detalhados pelos autores, e até Março de 2013 o vencedor será escolhido e anunciado.

Ao final de 2012, o programa Bolsa de Inovação atingiu o seu 7º Desafio, com 2 temas propostos: 1) Como preservar o conhecimento na EDP?, 2) Indique sua ideia sobre faturamento e arrecadação. Foram realizados workshops e apresentações com colaboradores da TIC, Gestão da Receita e Regulatório para a difusão da cultura de inovação e da ferramenta Bolsa de Inovação, mediante atividades dinâmicas nos auditórios da EDP Bandeirante em São José dos Campos e da holding em São Paulo. Desde o 1º Desafio, 74% das soluções aprovadas para implementação pelo Innovation Team (comitê de inovação composto por diretores e gestores das variadas áreas da empresa) já foram executadas ou estão sem fase de execução.

A EDP no Brasil está entre os finalistas do *Management Innovation Exchange* (MIX) com o projeto *Innovation Mentors*, que prevê a criação de uma rede de inovação interna em toda a organização, em que cada mentor é treinado como um inovador de negócios e gestão, adquirindo novos papéis e responsabilidades, para trabalhar como uma extensão da área de Inovação. O MIX é uma plataforma desenvolvida por *Gary Hammel*, em conjunto com a *McKinsey* e a *Harvard Business Review*, com o objetivo de recolher e discutir inovação na gestão e na forma como as empresas estão organizadas. Além dessa partilha de informações, o MIX também realiza competições, entre elas o último desafio *"Innovating Innovation"*, em que a EDP está entre os 24 finalistas das 140 propostas concorrentes.

O projeto Luz Portátil Brasil é uma parceria internacional que leva tecnologia de ponta a comunidades na Amazônia. Essa parceria é constituída pela EDP - Energias do Brasil (EDP), Instituto EDP Energias do Brasil (IEDP), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), The Portable Light Project (PLP), Projeto Saúde e Alegria (PSA), e pelo Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas e da Auto Sustentabilidade (IDEAAS). Contando ainda com profissionais do Massachusetts Institute of Technology e Harvard University. O projeto é liderado pelo Instituto EDP e concluiu a entrega de kits de energia solar e iluminação a LED destinados a populações isoladas da região Amazônica. Nesta etapa, o projeto contempla 300 famílias, beneficiando 1.650 ribeirinhos que habitam o Rio Arapiuns, região de Santarém, Pará. Foi investido mais de R\$ 1 milhão no desenvolvimento tecnológico, produção e distribuição dos equipamentos, treinamento dos beneficiários, transferência de conhecimento e mapeamento socioeconômico e energético da região alvo do projeto.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

As Distribuidoras no Brasil investem 0,5% de sua receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética. Os investimentos em conservação de energia dirigem-se, essencialmente, a clientes residenciais de baixo poder aquisitivo e a entidades sem fins lucrativos, com o objetivo de demonstrar a importância de ações como o combate ao desperdício de energia elétrica e a utilização segura da rede elétrica e, simultaneamente, diminuir a inadimplência, tornando os custos mais acessíveis aos consumidores.

Os investimentos em 2012 atingiram R\$ 28,4 milhões, com economia de energia de 29.305 MWh/ano e redução de 20 MW na demanda na ponta. Além disso, o custo evitado com a energia economizada representou cerca de R\$ 6,8 milhões.

O projeto Boa Energia nas Comunidades que visa à promoção de ações de conservação de energia em comunidades de baixo poder aquisitivo, com ações educacionais e substituição de equipamentos obsoletos por outros mais modernos e eficientes, assim como adequação de instalações irregulares, beneficiou 25.358 clientes com a substituição de 141.570 lâmpadas eficientes, 202 reformas de instalações internas com a substituição do chuveiro elétrico e substituição de 434 refrigeradores na área de concessão da EDP Bandeirante.

Na EDP Escelsa, com o projeto Agentes da Boa Energia, que tem como objetivo a legalização de unidades consumidoras irregulares por meio de ações sociais, incluindo orientações para o cadastro da tarifa social, foram adequadas 8.158 Unidades Consumidoras (UC's) com instalações irregulares, além de doação de padrões de entrada e kits internos. Os resultados foram 26.475 UC's atendidas e 63.963 equipamentos eficientes doados, sendo 59.668 lâmpadas fluorescentes compactas, 500 chuveiros inteligentes e 3.795 geladeiras. A implantação desse projeto no Planalto Serrano fez as perdas caírem de 45% para 30% em seis meses.

O Projeto Boa Energia nas Escolas promoveu ações educacionais em 277 escolas municipais e estaduais da rede de ensino público, atendendo 1.297 professores, 109.683 alunos e 13.708 participantes em eventos e palestras educativas nas áreas de concessão das distribuidoras. Na EDP Escelsa, o Projeto Eficiência Energética em Prédios Públicos promoveu ações de substituição de equipamentos em 9 prédios públicos, sendo 54 aparelhos de ar condicionado, 5248 lâmpadas, 2658 reatores e 2148 luminárias. O Projeto Boa Energia Solar promoveu a substituição do chuveiro elétrico convencional por outro sistema com aquecimento solar e 500 chuveiros elétricos inteligentes. Foram atendidas 3.042 UC's, doados 3.042 coletores solares e reservatórios térmicos e 9.126 lâmpadas fluorescentes compactas na EDP Escelsa, enquanto na EDP Bandeirante o projeto beneficiou

1.117 clientes com a substituição do chuveiro elétrico por coletores solares, reservatórios térmicos e chuveiros inteligentes, além da substituição de 6.702 lâmpadas dessas residências.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

• A EDP no Brasil foi reconhecida no Prêmio Época Empresa Verde na categoria Boas Práticas Ambientais e o Relatório Anual de Sustentabilidade 2012 recebeu menção honrosa em aspectos socioambientais pela ABRASCA;

• A EDP no Brasil foi referenciada entre as 100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa que premia as empresas que adotam as principais práticas em relação à governança corporativa, capital humano, sustentabilidade, ética e relacionamento com os *stakeholders*, transparência, responsabilidade social e ambiental, qualidade de vida e cidadania corporativa;

• A área de Recursos Humanos da EDP no Brasil foi premiada na categoria desenvolvimento e educação, do "Prêmio Sodexo Vida Profissional", um prêmio nacional que mobiliza a comunidade de Recursos Humanos no País;

• A EDP no Brasil foi reconhecida na 14ª Edição do IR Global Rankings como Top 5 na categoria de 'Financial Disclosure Producers' e TOP 3 na categoria 'Best CFO'. O IRGR reconhece as melhores práticas na comunicação entre empresa e investidor. Na edição de 2012, o IRGR contou com uma nova categoria, a 'Best CFO/IRO', na qual o vice-presidente de Finanças e de Relações com Investidores da EDP, Miguel Amaro, ficou entre os primeiros;

• Gestora Executiva de Relações com Investidores, Mayte Souza Dantas de Albuquerque, foi considerada, pelo terceiro ano consecutivo, uma das três melhores profissionais de RI no Setor Elétrico na América Latina em pesquisa realizada pela revista *Institutional Investor*;

• A EDP no Brasil foi premiada na categoria de *Utilities* na 12ª edição do Prêmio 100 + Inovadoras no uso de TI, promovido pela IT Midia, que avalia as melhores práticas empresariais no uso da Tecnologia da Informação como estratégia de inovação e investimento;

• Gestor executivo de Tecnologia da Informação e de Comunicação, Vanderlei Ferreira, recebeu o prêmio IT Leaders 2012, promovido pela revista *Computerworld* em parceria com a IDC Brasil, que elege os executivos de tecnologia do Brasil que mais se destacaram durante o ano;

• A EDP Bandeirante foi a vencedora, na categoria 'Evolução de Desempenho', do Prêmio ABRADDEE 2012. O prêmio avaliou o grau de melhoria em cinco critérios - satisfação do cliente, gestão operacional, gestão econômico-financeira, qualidade da gestão e responsabilidade social;

• A EDP Bandeirante foi destaque no Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ, que visa a reconhecer as práticas de gestão aplicadas pelas empresas, no critério clientes;

• A EDP Escelsa recebeu a premiação máxima do Prêmio Qualidade Espírito Santa pela 4ª vez consecutiva;

• EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Enerpeixe receberam o selo Empresa Amiga da Criança, que reconhece as responsabilidades socioculturais de empresas.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, em Dezembro de 2011, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A Deloitte iniciou a prestação de serviços em março de 2012.

Em 2012, foram prestados serviços de procedimentos previamente acordados para atendimento ao Órgão Regulador, procedimentos de Due Diligence e revisão da matriz de risco dos controles internos no valor de R\$577. Estes serviços superam 5% do valor do contrato de auditoria. Os serviços foram concluídos dentro do exercício de 2012.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), conforme requerido pela Instrução CVM nº 457 de 13 de julho de 2007.

AGRADECIMENTOS

A Diretoria da EDP Energias do Brasil agradece a todos que trabalharam e contribuíram para a conquista e sustentação da posição de destaque que a companhia mantém no cenário nacional. Em especial, nosso reconhecimento pela confiança dos acionistas, clientes e pelo empenho e competência dos colaboradores. Agradecemos também o apoio dos nossos fornecedores, parceiros e demais *stakeholders*.

Para informações complementares sobre a gestão da Inovabilidade da EDP Energias do Brasil S.A. consulte o nosso Relatório Anual, que estará disponível nos meios de comunicação da empresa no início do segundo trimestre de 2013.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	Nota 31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
	Reclassificado		Reclassificado		
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	99.054	230.222	572.378	895.868
Títulos a receber	6	3.402	1.121	4.530	4.165
Ativo financeiro indenizável	15			797	797
Consumidores e concessionárias	5		1.352.308	963.226	963.226
Impostos e contribuições sociais	7	105.289	95.958	404.812	519.210
Partes relacionadas	9	10.698	15.638	359	
Dividendos a receber	28	183.043	208.019		
Estoques	10		109.609	68.077	
Cauções e depósitos vinculados	11	222	222	24.856	10.107
Despesas pagas antecipadamente		63	198	957	4.887
Rendas a receber			6.150	4.825	
Ativos financeiros disponíveis para venda	37	19.806	33.011	19.806	33.011
Outros créditos	13	1.789	598	222.896	161.837
		423.366	584.987	2.718.661	2.666.010
Não circulante					
Títulos a receber	6	20.602	21.018	21.324	23.897
Ativo financeiro indenizável	15			690.278	482.285
Consumidores e concessionárias	5			40.294	63.657
Impostos e contribuições sociais	7			63.770	38.184
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8			749.871	791.997
Partes relacionadas	9	153.771	73.441	69.488	2.223
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	12	195.400	10.237		
Cauções e depósitos vinculados	11	12.213	8.979	244.650	245.635
Despesas pagas antecipadamente				496	
Outros créditos	13	14.291	13.012	46.327	39.811
		396.277	126.687	1.926.002	1.688.185
Investimentos	14	4.392.502	4.168.961	96.541	32.896
Propriedades para investimentos	16			4.127	4.186
Imobilizado	17	5.004	3.113	6.259.530	5.659.533
Intangível	18	1.670	856	3.424.982	3.565.143
		4.399.176	4.172.930	9.785.180	9.261.758
Total do ativo		5.218.819	4.884.604	14.429.843	13.615.953

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	Nota 31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
	Reclassificado		Reclassificado		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	19	7.897	6.446	1.033.442	703.742
Impostos e contribuições sociais	7	44.623	40.203	502.642	551.130
Dividendos	28	113.393	115.631	201.472	192.612
Debêntures	20			435.535	107.923
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21			365.206	471.798
Benefícios pós-emprego	22		6	35.498	30.035
Obrigações estimadas com pessoal	23	11.364	8.407	67.660	59.164
Encargos regulamentares e setoriais	24			205.108	275.374
Uso do bem público	25			21.953	20.184
Provisões	26	6.429	5.108	56.443	162.127
Outras contas a pagar	13	4.742	5.390	141.156	114.349
		188.448	181.191	3.066.115	2.688.438
Não circulante					
Impostos e contribuições sociais	7	43.879	44.466	111.855	136.817
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.908	2.828	387.391	468.710
Debêntures	20	460.674		1.052.633	860.637
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21			2.427.454	2.173.228
Benefícios pós-emprego	22			491.344	262.412
Partes relacionadas	9	768	109		
Encargos regulamentares e setoriais	24			17.071	7.035
Uso do bem público	25			242.140	231.139
Provisões	26	31.569	25.250	182.507	182.568
Provisão para passivo a descoberto	14	27.781	25.482	1.455	1.587
Reserva para reversão e amortização	2.2.5			17.248	17.248
Outras contas a pagar	13	449	264	82.427	38.496
		567.028	98.399	5.013.525	4.379.877
Patrimônio Líquido					
Capital social	27.1	3.182.716	3.182.716	3.182.716	3.182.716
Reservas de capital	27.3	144.540	95.598	144.540	95.598
Reservas de lucros	27.3	1.194.422	1.379.110	1.194.422	1.379.110
Outros resultados abrangentes	27.3.2	(51.721)	(45.796)	(51.721)	(45.796)
Ações em tesouraria		(6.614)	(6.614)	(6.614)	(6.614)
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		4.463.343	4.605.014	4.463.343	4.605.014
Participações de não controladores	27.4			1.886.860	1.942.624
Total do patrimônio líquido		4.463.343	4.605.014	6.350.203	6.547.638
Total do passivo e patrimônio líquido		5.218.819	4.884.604	14.429.843	13.615.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total controladora	Não controladores	Total consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2011	3.182.716	95.598	1.311.052	(6.614)	(28.274)	-	4.554.478	1.900.643	6.455.121
Dividendo adicional aprovado em 07/04/2011			(238.678)				(238.678)		(238.678)
Resultado líquido do exercício						490.714	490.714	181.392	672.106
Destinação do lucro									
Constituição de reserva legal			24.536			(24.536)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)						(131.000)	(131.000)	(139.309)	(270.309)
Dividendo adicional proposto			239.249			(239.249)	-		-
Reserva de retenção de lucros			95.929			(95.929)	-		-
Outros resultados abrangentes									
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego					(80.270)		(80.270)	(154)	(80.424)
Ativos financeiros disponíveis para venda					5.018		5.018		5.018
Hedge de fluxos de caixa					(31.565)		(31.565)		(31.565)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					36.317		36.317	52	36.369
Transferência para Reserva de lucros			(52.979)		52.979		-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.182.716	95.598	1.379.109	(6.614)	(45.795)	-	4.605.014	1.942.624	6.547.638
Reservas de capital		48.942					48.942	(48.942)	-
Dividendo adicional aprovado - AGO 10/04/2012			(239.249)				(239.249)		(239.249)
Resultado líquido do exercício						341.644	341.644	191.893	533.537
Destinação do lucro									
Constituição de reserva legal			17.082			(17.082)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)						(130.422)	(130.422)	(198.689)	(329.111)
Dividendo adicional proposto			194.140			(194.140)	-		-
Outros resultados abrangentes									
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego					(237.365)		(237.365)	(40)	(237.405)
Ativos financeiros disponíveis para venda					(2.707)		(2.707)		(2.707)
Hedge de fluxos de caixa					(6.270)		(6.270)		(6.270)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					83.756		83.756	14	83.770
Transferência para Reserva de lucros			(156.660)		156.660		-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.182.716	144.540	1.194.422	(6.614)	(51.721)	-	4.463.343	1.886.860	6.350.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
					Reclassificado
Receitas	29	1.777	1.384	6.567.283	5.705.409
Custo da produção e do serviço de energia elétrica					
Custo do serviço de energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda				(3.499.543)	(2.302.822)
Encargos de uso da rede elétrica				(737.216)	(651.398)
				(4.236.759)	(2.954.220)
Custo da produção da energia elétrica					
Custo da matéria-prima consumida				(5.533)	-
				(5.533)	
Custo de operação	30				
Pessoal				(189.407)	(167.551)
Materiais e serviços de terceiros				(230.179)	(222.686)
Depreciações e amortizações				(273.931)	(261.194)
Outros custos de operação				(13.525)	(36.090)
				(707.042)	(687.521)
				(4.949.334)	(3.641.741)
				(243.492)	(309.295)
Custo do serviço prestado a terceiros				1.374.457	1.754.373
Lucro bruto		1.777	1.384	1.374.457	1.754.373
Despesas e Receitas operacionais	30				
Despesas com vendas		(484)	(1.430)	(11.827)	(41.825)
Despesas gerais e administrativas		(49.523)	(67.642)	(305.583)	(310.908)
Depreciações e amortizações		(6.209)	(12.192)	(66.486)	(84.395)
Outras despesas e receitas operacionais		(16.443)	12.479	(17.501)	(125.266)
		(72.659)	(68.785)	(401.397)	(562.394)
Resultado antes do Resultado financeiro, tributos e participações societárias		(70.882)	(67.401)	973.060	1.191.979
Resultado das participações societárias	14.1	436.505	569.951	(2.898)	(3.482)
Receitas financeiras	31	27.085	30.647	191.962	210.256
Despesas financeiras	31	(49.821)	(44.278)	(437.672)	(493.699)
Resultado financeiro		(22.736)	(13.631)	(243.492)	(309.295)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		342.887	488.919	724.452	905.054
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.243)	(354)	(146.327)	(234.587)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			2.149	(44.588)	21.249
	32	(1.243)	1.795	(190.915)	(213.338)
Resultado líquido do exercício		341.644	490.714	533.537	691.716
Atribuível aos acionistas controladores		341.644	490.714	341.644	490.714
Atribuível aos acionistas não controladores				191.893	201.002
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores					
Resultado básico por ação (Reais/Ação)		0,71838	1,03183	0,71838	1,03183
ON					
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)		0,71838	1,03183	0,71838	1,03183
ON					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
				Reclassificado
Geração do valor adicionado	27.874	13.789	10.601.607	9.169.172
Receita operacional	1.961		9.459.758	8.372.895
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			(9.640)	(37.256)
Receita relativa à construção de ativos próprios	3.247	1.897	662.297	417.290
Receita de Construção			235.736	303.747
Outras receitas	22.666	11.892	253.456	112.496
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(51.439)	(42.391)	(6.145.587)	(4.583.832)
Custos da energia comprada			(3.881.895)	(2.588.773)
Encargos de uso da rede elétrica			(808.979)	(717.825)
Materiais	(4.813)	(1.952)	(260.689)	(245.904)
Serviços de terceiros	(29.582)	(24.375)	(747.570)	(522.312)
Custo com construção da infraestrutura			(235.736)	(303.747)
Outros custos operacionais	(17.044)	(16.064)	(210.718)	(205.271)
Valor adicionado bruto	(23.565)	(28.602)	4.456.020	4.585.340
Retenções				
Depreciações e amortizações	(6.209)	(12.192)	(351.865)	(375.022)
Valor adicionado líquido produzido	(29.774)	(40.794)	4.104.155	4.210.318
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	27.085	30.647	205.952	245.015
Participações dos não controladores			(174.109)	(181.392)
Resultado da equivalência patrimonial	436.505	569.951	(2.898)	(3.482)
Valor adicionado total a distribuir	433.816	559.804	4.133.100	4.270.459
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	24.959	12.933	217.986	186.429
Benefícios	3.648	3.276	64.751	57.404
FGTS	2.058	1.880	24.989	17.471
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	25.784	21.869	1.308.532	1.385.833
Estaduais	566	215	1.587.154	1.485.734
Municipais	492	164	6.121	5.357
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	30.711	25.908	531.804	596.980
Aluguéis	3.954	2.845	32.335	24.927
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	130.422	131.000	130.422	131.000
Partes beneficiárias			17.784	19.610
	222.594	200.090	3.921.878	3.910.745
Lucros retidos	211.222	359.714	211.222	359.714
	433.816	559.804	4.133.100	4.270.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
				Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	342.887	488.919	724.452	905.054
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			9.002	37.243
Ativo financeiro indenizável - baixa			8.701	9.071
Valor justo do ativo financeiro indenizável			(102.439)	-
Depreciações e amortizações	6.213	12.192	342.583	345.894
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	46	71	32.566	44.817
Despesas pagas antecipadamente			2.727	1.712
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre			5.006	6.136
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10.302	(633)	260.390	360.984
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			32.028	34.214
Provisão para plano de benefícios pós-emprego			30.491	23.890
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	7.640	14.526	55.658	126.448
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			1.638	1.012
Ajuste a valor presente			4.156	(1.155)
Participações societárias	(436.505)	(569.951)	2.898	3.482
Ganho gerado sobre mais valia concessão				(10.184)
Provisão para perdas com investimentos	(20.978)	2.300	(20.978)	2.300
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária			53.251	52.717
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária			(13.713)	(17.288)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária			3.898	4.934
Atualização (reversão) monetária contraprestação contingente			(521)	
Outros	(4.425)		5.353	(9.681)
	(94.820)	(52.576)	1.437.147	1.921.600
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Consumidores e concessionárias			(401.263)	(79.157)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(9.331)	14.110	(60.599)	13.440
Estoques			(49.431)	(39.503)
Cauções e depósitos vinculados	(3.234)	(286)	(57)	(1.692)
Despesas pagas antecipadamente	135	(8)	1.698	(904)
Rendas a receber			(1.325)	(238)
Títulos a receber			4.191	3.567
Outros ativos operacionais	(2.603)	(1.525)	(64.233)	2.330
	(15.033)	12.291	(571.019)	(102.157)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	1.451	3.076	325.387	73.446
Outros tributos e contribuições sociais	14.617	361	34.454	(5.932)
Benefícios pós-emprego			(33.529)	(28.707)
Obrigações estimadas com pessoal	2.957	3.633	7.805	8.162
Encargos regulamentares e setoriais			(50.402)	(8.601)
Provisões			(12.398)	(66.537)
Devolução ao consumidor - PIS e COFINS COSIT 27			(74)	(56.878)
Outros passivos operacionais	(469)	595	(6.026)	(7.620)
	18.556	(4.733)	211.078	(74.907)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(91.297)	(45.018)	1.077.206	1.744.536
Imposto de renda e contribuição social pagos			(151.492)	(264.688)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(91.297)	(45.018)	925.714	1.479.848
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienação (adição) ao investimento	61.430		53.307	(283.918)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia ou Energias do Brasil ou Controladora), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades. A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas (denominadas Grupo):

Empresas	Consolidação	% Participação	
		31/12/2012	31/12/2011
		Direta	Indireta
Distribuição			
Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante)	integral	100,00	100,00
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa)	integral	100,00	100,00
Geração			
Energest S.A. (Energest)	integral	100,00	100,00
Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica)	integral	51,00	51,00
Pantanal Energética Ltda. (Pantanal)	integral	100,00	100,00
Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé)	integral	100,00	100,00
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	integral	55,86	55,86
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	integral	100,00	100,00
ECE Participações S.A. (ECE Participações)	integral	100,00	100,00
Investco S.A. (Investco)	integral	40,78	40,78
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	integral	60,00	60,00
Terra Verde Bioenergia Participações S.A. (Terra Verde)	integral	92,00	92,00
EDP Renováveis Brasil S.A. (EDP Renováveis)	por equivalência patrimonial	45,00	45,00
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	proporcional	50,00	50,00
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM)	proporcional	50,00	50,00
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)	proporcional	50,00	50,00
Central Nacional de Energia Eólica S.A. (Cenaeeel)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis	45,00	45,00
Elebrás Projetos S.A. (Elebrás)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis	45,00	45,00
Central Eólica Baixa do Feijão I S.A. (Feijão I)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis	45,00	45,00
Central Eólica Baixa do Feijão II S.A. (Feijão II)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis	45,00	45,00
Central Eólica Baixa do Feijão III S.A. (Feijão III)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis	45,00	45,00
Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A. (Feijão IV)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis	45,00	45,00
Central Eólica Aventura S.A. (Aventura)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis	45,00	45,00
Comercialização			
EDP Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Comercializadora)	integral	100,00	100,00
Transmissão			
Evrecy Participações Ltda. (Evrecy)	integral		100,00
Outras			
Enercouth S.A. (Enercouth)	integral	100,00	100,00
Escelsa Participações S.A. (Escelsapar)	integral	100,00	100,00
Omega Engenharia e Assessoria Ltda. (Omega)	integral	100,00	100,00

1.1 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões/autorizações/permisões de geração, distribuição e de transmissão de energia:

1.1.1 Em operação

Empresas	Usina	Estado	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Concessão/Autorização/Registro	
					Início	Término
Distribuição						
Bandeirante		SP			23/10/1998	23/10/2028
Escelsa		ES			17/07/1995	17/07/2025
Geração						
Energest	UHEs Mascarenhas, Suíça, Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito/PCHs Viçosa e São João	ES/MG	295,03	191,12	17/07/1995	19/05/2029
Pantanal	CGHs Coxim, São João I e São João II/PCH Paraisópolis I/UE Assis Chateaubriand	MS	52,76	34,78	04/12/1997	23/12/2029
Santa Fé	PCH Francisco Gros	ES	29,00	16,40	13/11/2001	13/11/2031
Costa Rica	PCH Costa Rica	MS	16,00	11,67	05/11/2001	05/11/2031
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	TO	498,75	280,50	07/11/2001	07/11/2036
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	TO	902,50	526,60	15/01/1998	15/01/2033
Cenaeeel	UEE's Horizonte e Água Doce	SC	6,21	1,51	12/08/2002	11/12/2032
Elebrás	UEE Elebrás Cidreira I	RS	31,50	10,86	05/09/2002	05/09/2032

1.1.2 Em fase de construção

Empresas	Usina	Estado	Capacidade Instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Concessão/Autorização/Registro	
					Início	Término
Geração						
(*) Porto do Pecém	UTE Porto do Pecém I UHE Santo Antônio	CE	180,07	157,75	01/07/2008	01/07/2043
ECE Participações	do Jari	PA/AP	373,40	217,70	21/12/1987	31/12/2044

(*) Refere-se a unidade geradora UG1 da controlada em conjunto Porto do Pecém, vide nota 3.1

Distribuição

Contratos de Concessão das controladas Bandeirante e Escelsa

As principais obrigações estipuladas nos contratos de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato se for necessário para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Bandeirante e Escelsa.

Bandeirante e Escelsa: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar, pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica, as tarifas homologadas pelo Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

Geração

Contratos de Concessão da controlada Energest

Contratos de concessão da Controladora (UHEs Mascarenhas, Suíça, Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito)

O prazo das concessões das UHEs da Controladora, poderão ser prorrogados por período de até 20 anos, nos termos do § 20 do artigo 40 da Lei nº 9.074/95, com a redação dada pelo artigo 80 da Lei nº 10.848/04, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das Concessionárias, desde que a exploração das usinas hidrelétricas estejam nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração das usinas hidrelétricas, as concessionárias terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

Os contratos de concessão das UHEs da Controladora estabelecem que o preço aplicável na comercialização da energia elétrica produzida será negociado livremente pelas concessionárias com os compradores, conforme artigo 10 da Lei nº 9.648/98, e artigos 27 e 28 da Lei nº 10.438/02, com redação dada pelas Leis nº 10.604/02 e nº 10.848/04.

Os contratos de concessão das UHEs da Controladora estabelecem que, extinta a concessão, operar-se-á, de

pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida às concessionárias, observados os valores e as datas das respectivas incorporações ao sistema elétrico.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Contrato de Concessão da controlada Pantanal (UHE Assis Chateaubriand)

O contrato de concessão estabelece que a critério exclusivo do Poder Concedente, e para assegurar a continuidade e qualidade da energia produzida, o prazo da concessão poderá ser prorrogado, no máximo por igual período, mediante requerimento da concessionária.

Na exploração das usinas hidrelétricas, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O contrato estabelece, para comercialização de energia, que a concessionária aplique as tarifas homologadas pelo Poder Concedente e atenda a disciplina legal que vier a ser estabelecida para o setor elétrico após a assinatura do respectivo contrato. As tarifas são reajustadas com periodicidade anual.

O contrato de concessão estabelece que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados, procedendo-se os levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A controlada Pantanal aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Autorizações da Controladora (PCHs Viçosa e São João), das Controladas Santa Fé (Francisco Gros), Pantanal (Paraisópolis) e Costa Rica

O prazo das autorizações das PCHs vigorará pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogado a critério da ANEEL, nos termos do artigo 7º da Resolução 110/99 e 111/99.

Na exploração das PCHs, as autorizadas terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Ao final do prazo desta Autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

Registros da Controlada Pantanal (CGHs Coxim, São João I e II)

Os aproveitamentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 1.000 kW são denominadas Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas obter o registro junto a ANEEL, conforme o art. 8º da Lei nº 9.074/95. O registro vigorará por prazo indefinido em regime precário conforme artigo 22 da Resolução ANEEL nº 395/98.

A energia elétrica produzida pelas CGHs destina-se à comercialização exclusiva no mercado regulado.

Contratos de Concessão da controlada Investco

A Investco detém o direito de exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MW, representando uma potência total instalada de 902,5MW e assegurada de 701,4MW.

Da potência e energia asseguradas, a Investco deverá destinar 617,48MW e 2.877.660MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso a Investco não consiga entregar essa quantidade de energia, deverá ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos. No advento do termo final do contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados em auditoria da mesma.

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do contrato de concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e a Investco titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do contrato de concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação delas no citado contrato.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias da UHE Lajeado, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no contrato de concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação no contrato de concessão, a Investco tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Investco recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$1.351, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Contratos de Concessão da controlada ECE Participações

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo de 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da concessionária, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O projeto básico da UHE Jari foi alterado em 27 de julho de 2011, através do Despacho nº 3.080 da ANEEL, passando sua potência de 300 MW para 373,4 MW de capacidade instalada. A garantia física relacionada à potência de 300 MW é de 196,1 MW médios de energia assegurada, conforme Portaria MME nº 34/10. Em 23 de maio de 2012, o Ministério de Minas e Energia através da Portaria MME nº 35/12, publicou a revisão da garantia física passando de 196,1 para 217,7 MWm (Casa de Força Principal 214,5 MWm e Casa de Força Secundária 3,2 MWm).

No leilão A-5 ocorrido em dezembro de 2010, foram vendidos 190 MW médios correspondente a um fator de utilização de 65% da capacidade instalada, já aprovados pela ANEEL, pelo período de 30 anos a findar-se em 31 de dezembro de 2044.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a ECE Participações recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$574, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Contratos de Concessão da controlada Enerpeixe

O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data de suas assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001. O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento das concessionárias, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 meses antes do término do prazo do contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública referente a exploração de energia elétrica.

No caso da energia gerada ser inferior a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizadas a Enerpeixe terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que contemplem os valores contratados e/ou utilizados de acordo com a legislação, critérios e regras do GCOL (Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica) em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL. A qualquer tempo, para atender o interesse público e na forma da legislação em vigor, o Poder Concedente poderá promover a encampação mediante indenização prévia dos bens ainda não depreciados que tenham sido realizados pelas concessionárias. A determinação do valor da

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

indenização será realizada por auditoria do Poder Concedente. Caso ocorra a declaração de caducidade da concessão, o Poder Concedente indenizará os Investimentos realizados pelas concessionárias durante a vigência do contrato ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados, deduzidos os valores das penalidades e dos danos porventura decorrentes do fato motivador da caducidade.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando integralmente consistentes com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

As controladas diretas e indiretas e as controladas em conjunto são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuarão sendo consolidadas até a data que cessar tal controle.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo, instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos disponíveis para venda mensurados a valor justo.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Consumidores e concessionárias (Nota 5)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, e compreendem:

- (i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias, distribuidoras e empresas de comercialização de energia livre, bem como a estimativa da receita referente à energia consumida e não faturada;
- (ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado do exercício (Nota 5.4);
- (iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5.1);
- (iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: Residencial há mais de 90 dias, Comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias. Adicionalmente, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e concessionárias, e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Ativo financeiro indenizável (Nota 15)

As controladas Bandeirante e Escelsa reconhecem um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

c) Estoques (Nota 10)

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços e o carvão mineral da controlada em conjunto Porto do Pecém são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

d) Investimentos (Nota 14)

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo Grupo ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

• Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida diretamente contra o Patrimônio Líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

• Controladas em conjunto

Os acordos de "joint venture" que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Qualquer ágio resultante da aquisição da participação da Companhia em uma controlada em conjunto é contabilizado de acordo com a política contábil da Companhia com relação ao ágio resultante de uma combinação de negócios.

Outros investimentos que não se enquadrem nas categorias acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

• Direito de concessão

Conforme o ICPC 09 os Direitos de Concessão são classificados como investimentos líquidos dos impostos diferidos, na controladora.

e) Propriedades para investimentos (Nota 16)

Os investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional das controladas e pelos quais se aufera uma renda, são avaliados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

f) Ativos de infraestrutura geridos por conta do Poder Concedente (Notas 15 e 18)

Os ativos de infraestrutura geridos por conta do Poder Concedente estão apresentados nos grupos de Ativo financeiro indenizável, Imobilizado e Intangível, devido a implementação dos CPCs e estão abaixo descritos:

Ativos vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

g) Imobilizado (Nota 17)

São registrados em Imobilizado todos os ativos tangíveis das geradoras e apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão das distribuidoras. São contabilizados pelo: i) custos de aquisição, acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra; ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração; iii) os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso; iv) nas geradoras térmicas e eólicas, pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado; e v) deduzidos da depreciação acumulada e perdas na redução ao valor recuperável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, geração térmica e eólica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão. No caso das usinas hidrelétricas em regime de produção independente, a Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h) Intangível (Nota 18)

Os intangíveis compreendem:

- Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. O aproveitamento do ágio é registrado pelo prazo remanescente da concessão.
 - Softwares: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
 - Direitos de concessão - outros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
 - Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
 - Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.
 - Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados da Enerpeixe e Investco, em contrapartida a pagamentos mensais ao Governo Federal, conforme contrato assinado entre as partes. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do bem público até o final dos contratos de concessão e amortizado de acordo com os prazos desses contratos.
 - Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas Bandeirante, Escelsa e Lajeado, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros pelo prazo de concessão das companhias.
 - Ágio gerado por conta de uma combinação de negócios: é registrado por conta da diferença entre o valor pago pelo negócio adquirido e o valor de mercado deste negócio.
- A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis de intangíveis associados a direito de concessão não superam os prazos residuais dos contratos de concessão. Intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são avaliados anualmente para fins de imparidade, conforme nota 2.2.j abaixo.
- Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

i) Licenças ambientais (Notas 18 e 26)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é constituída uma provisão e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

j) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do Imobilizado, Propriedade para investimento e Intangível, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

k) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

l) Fornecedores (Nota 19)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

m) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 20 e 21)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

As operações de *swap* foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado do exercício.

n) Provisões (Nota 26)

Contingências (Nota 26.1)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Desmantelamento

São constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base térmica e eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

Contraprestação contingente (Nota 26.3)

Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos são atualizados pela taxa de juros efetiva e variações no valor justo.

o) Uso do bem público (Nota 25)

É um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados da Enerpeixe e Investco, calculados até o final dos contratos de concessão e reconhecidos a valores presentes pelas taxas implícitas nos respectivos contratos.

p) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

q) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7, 8 e 32) O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados, nas controladas indiretas Costa Rica, Pantanal e Santa Fé conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente e, na Controladora e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis, às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. A partir da edição do Pronunciamento Técnico CPC 32 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros Resultados Abrangentes. Em 23 de março de 2010, a controlada Escelsa obteve, junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 26/2010, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2010, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede. Em 22 de dezembro de 2009, a controlada Energest obteve junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/2009, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, sobre 33,08% da receita gerada pela Usina Mascarenhas localizada no Município de Baixo Gandu no Estado do Espírito Santo correspondentes a 28,16% do total da receita da companhia, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2005. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social. A Reserva de incentivos fiscais na controlada Enerpeixe, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07. r) Benefícios pós-emprego (Nota 22) A Companhia e suas controladas possuem planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão e aposentadoria. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas nas notas 22.1, 22.2, 22.3, 22.4 e 22.5. Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas pelo CPC 33, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos benefícios definidos, segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2012. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do período em que os serviços são prestados. s) Reserva para reversão e amortização Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela controlada Bandeirante na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica e, sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a., pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente. t) Capital social (Nota 27) Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social. Ações recompradas classificadas como ações em tesouraria são reconhecidas como uma dedução do Patrimônio líquido, incluindo os custos de aquisição. Quando estas ações são novamente disponibilizadas para o mercado, o custo associado é retirado do Patrimônio líquido e o excedente ou déficit são transferidos para os Lucros acumulados. u) Dividendos e juros sobre capital próprio (Nota 28) A distribuição de Dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. v) Apuração do resultado O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente. A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada. O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos

materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terciarizados e outros custos diretamente alocados. As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de hedge, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de swap e hedge, que estão reconhecidos no resultado. w) Uso de estimativa e julgamento Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente, e para avaliação de imparidade que é em base anual. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências; Planos de benefícios pós-emprego; Análise de redução ao valor recuperável dos ativos; Provisões para desmantelamento; Provisão para contraprestação contingente; e Avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis. x) Instrumentos financeiros (Nota 34) Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Instrumentos financeiros não derivativos incluem Caixa e equivalentes de caixa, Cauções e depósitos vinculados, Contas a receber e outros recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, Empréstimos, financiamentos, Debêntures e Fornecedores, assim como Contas a pagar e Outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo: • Instrumentos mantidos até o vencimento Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. • Instrumentos disponíveis para venda Os investimentos da Companhia e/ou suas controladas em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos financeiros são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulado no Patrimônio líquido é transferido para resultado. • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por elas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. • Empréstimos e recebíveis São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Instrumentos financeiros derivativos Instrumentos financeiros derivativos são contratos que possuem as seguintes características: a) seu valor se altera em função das variações de mercado que influenciam taxas de juros, cotações de câmbios, preços de commodities, etc.; b) não necessita de investimento inicial líquido ou o investimento inicial é bem inferior ao que seria exigido para contratos similares no mercado; e c) sempre será liquidado em data futura. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (trade date) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação. Contabilidade de cobertura (hedge accounting) A Companhia e suas controladas, passaram a qualificar, desde de 2008, determinados instrumentos financeiros para a contabilidade de cobertura (hedge accounting). Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos: i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura; ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz; iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável; iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de hedge accounting; e v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado. A Companhia e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação. Cobertura de fluxos de caixa A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido - na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade. Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por

contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo. Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. Efetividade Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a Companhia e suas controladas executam testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e retroativamente de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre. Desreconhecimento Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento ou entrega de caixa ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem. y) Moeda estrangeira Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. z) Combinação de negócios e ágio Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivo resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, pelo seu valor justo ou pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O ágio é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O ágio não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável. O deságio é reconhecido diretamente no resultado pela adquirente quando o total dos valores justos for superior ao valor pago pelo negócio. aa) Contratos de arrendamentos Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. ab) Contratos de concessão O CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11. A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Como os contratos de concessão das distribuidoras do Grupo têm tais características, então esta interpretação é aplicável. Já os contratos das geradoras do Grupo apresentam características distintas, portanto a interpretação não é aplicável. De acordo com a ICPC 01, a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado. Na Distribuição aplica-se o modelo bifurcado por ser remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica. ac) Resultado por ação O Resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O Resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e Resultado por ação diluído. ad) Demonstrações do valor adicionado A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. 2.3 Demonstrações financeiras consolidadas As Demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 668/11, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 14.2). As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes: • Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas e controladas em conjunto; • Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas e controladas em conjunto, bem como das contas mantidas entre estas controladas; • Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados; • A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia linha a linha;

- Quando uma controlada da Companhia realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto;
- As combinações de negócios foram consideradas desde setembro de 2008, determinando o custo de aquisição, reconhecendo e mensurando todos os ativos e passivos assumidos, bem como participações de não controladores, reconhecendo e mensurando o ágio por rentabilidade futura, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho é reconhecido nos resultados do exercício.

A controlada em conjunto Porto do Pecém é consolidada pelo método proporcional desde 14 de outubro de 2008 (Nota 2.6.1);

A controlada em conjunto Porto do Pecém Transportadora de Minérios é consolidada pelo método proporcional desde 29 de abril de 2011 (Nota 2.6.2); e

A controlada em conjunto Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica é consolidada pelo método proporcional desde 1º de junho de 2011 (Nota 2.6.3).

2.4 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo (Nota 38).

2.5 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em Outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Novos normativos e revisões sobre consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011)

IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas e incorporou a SIC-12 Consolidação - Sociedades de Propósito Específico. Esta norma introduz o conceito de controle como a base de consolidação. Esta definição de controle considera três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que a IFRS 10 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Negócios em Conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures, e aborda como deve ser classificada uma participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto. Esta norma define que os acordos de participação são classificados como operações conjuntas (reconhecimento de ativos e passivos) ou joint ventures (método da equivalência patrimonial), conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e encontra-se em fase de avaliação dos impactos por parte da Administração da Companhia.

IFRS 12 - Divulgação de Participações em outras Entidades

A IFRS 12 exige a divulgação abrangente de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os riscos associados a participações em outras entidades, bem como os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. No geral, as divulgações exigidas são agrupadas nas categorias mais amplas a seguir mencionadas: Julgamentos e premissas significativas; Participações em controladas; Participações em acordos conjuntos e coligadas; Participações em entidades estruturadas não consolidadas. A IFRS 12 relaciona exemplos específicos e divulgações adicionais que informam mais detalhadamente cada um desses objetivos de divulgação, inclusive outras orientações acerca das divulgações abrangentes exigidas.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 01 de janeiro de 2013 - CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28)

Inclusão da referência a Empreendimento Controlado em Conjunto. A exemplo da versão anterior do Pronunciamento CPC 18 a presente norma inclui a referência a Investimento em Controlada, que não consta na versão do IAS 28 (emitido pelo IASB), mas é necessária no Brasil em função da previsão, contida na Legislação Societária Brasileira, de que nas demonstrações contábeis individuais o investimento com controlada seja avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o CPC 18 (R2) não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (IFRS 11)

As principais alterações incluíram compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação da IFRS 11 - Joint Arrangements, a sua aplicação mandatária se dá a partir de 2013, e alteram o Pronunciamento original principalmente quanto a eliminação da opção de se consolidar os denominados investimentos controlados em conjunto (joint ventures) e a diferenciação entre uma controlada em conjunto e acordos de operação conjunta, como definidos no Pronunciamento. A Administração da Companhia encontra-se em fase de avaliação dos impactos da norma.

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos. Eliminação da utilização do "método do corredor" passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros resultados abrangentes, prática esta já utilizada pela Companhia e suas controladas desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010. Além do reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados, e a despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. Os impactos esperados são com relação ao reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados como despesa quando da alteração do plano em substituição do diferimento contra o resultado.

Nas controladas Escelsa, Energest e Investco os impactos estimados são de uma redução no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2012 de R\$29.766 e aumento na despesa de Pessoal do exercício de 2012 em R\$26.996, quando apresentado de forma comparativa com as demonstrações financeiras para o exercício a partir de 31 de dezembro de 2013. Em contrapartida, a amortização de custo do serviço passado no valor de R\$2.770 por ano que ocorreria, no prazo médio, por mais 14 exercícios não impactará mais a despesa.

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10)

Essa norma exige que a controladora apresente suas demonstrações financeiras consolidadas como se fosse uma única entidade econômica, substituindo as exigências anteriormente contidas na IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e SIC 12 - Consolidação - Entidades de Propósito Específico. Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 10. A Administração da Companhia entende que o CPC 36 (R3) não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades (IFRS 12)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 12. A Administração da Companhia entende que o CPC 45 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 13. A Administração espera que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11)

A revisão desse pronunciamento não altera a essência da versão original. Foram realizadas apenas algumas compatibilizações de texto no sentido de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada e em Controladas (IAS 28)

A única alteração refere-se à mudança do item 22A e a inclusão dos itens 22B e 22C, com a proposta de não eliminar os resultados que, do ponto de vista da consolidação, são considerados não realizados nas demonstrações individuais de uma controlada, quando da venda de ativos para a controladora ou outras controladas do mesmo grupo econômico, de forma a evitar que a participação de sócios não controladores na

controlada vendedora tenham seus possíveis dividendos ou recebimentos de lucros diferidos no tempo. Resumidamente, transações que gerem mais ou menos valias entre empresas do mesmo grupo econômico, não devem ser reconhecidas na controladora, nem no consolidado, porque não refletem alterações a esse nível.

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 01 de janeiro de 2015.

ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12)

As principais mudanças são no sentido de dar clareza aos itens da interpretação bem como renomeação de alguns subtítulos. Os parágrafos 28 a 30 que tratavam de Apresentação e divulgação foram excluídos da ICPC 01 e adicionados na ICPC 17, nos parágrafos 6 e 7. A revisão da ICPC 01 e a emissão da ICPC 17 contemplam as alterações feitas pelo próprio IASB, incluindo algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção das ICPCs é produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação da IFRIC 12 e da SIC 29. A revisão feita não trouxe alterações significativas.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas, Consolidadas e Equivalência Patrimonial

A revisão desta interpretação decorre do processo de audiência pública do CPC 18 (R2), nos itens descritos acima, que implicam mudanças diretas nas demonstrações financeiras. Foram efetuadas mudanças adicionais no sentido de dar clareza aos itens da interpretação fornecendo referências cruzadas de itens correlacionados com outras normas, bem como renomeação de alguns subtítulos.

2.6 Investimentos em controladas em conjunto

2.6.1 Porto do Pecém

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e a demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da controlada em conjunto, em fase pré-operacional Porto do Pecém, são apresentados a seguir:

Balanço Patrimonial em 31/12/2012 - Resumido			Demonstração do resultado em 31/12/2012 - Resumida		
Ativo		Passivo			
Circulante	442.064	Circulante	471.408	Receitas	333.066
Não circulante	304.426	Não circulante	2.464.000	Custo do serviço de energia elétrica	(525.932)
Imobilizado	3.410.324	Patrimônio líquido	1.222.866	Despesas operacionais	(20.892)
Intangível	1.460			Resultado financeiro líquido	(96.518)
				IRPJ e CSLL	103.276
Total	4.158.274	Total	4.158.274	Prejuízo do período	(207.000)

2.6.2 Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e a demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da controlada em conjunto, em fase operacional Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., são apresentados a seguir:

Balanço Patrimonial em 31/12/2012 - Resumido			Demonstração do resultado em 31/12/2012 - Resumida		
Ativo		Passivo			
Circulante	1.018	Circulante	420	Receitas	1.558
Imobilizado	80	Patrimônio líquido	678	Despesas operacionais	(1.990)
Intangível				Resultado financeiro líquido	56
Total	1.098	Total	1.098	Prejuízo do período	(376)

2.6.3 Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 e a demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da controlada em conjunto, em fase operacional Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A., são apresentados a seguir:

Balanço Patrimonial em 31/12/2012 - Resumido			Demonstração do resultado em 31/12/2012 - Resumida		
Ativo		Passivo			
Circulante	2.984	Circulante	2.246	Despesas operacionais	(142)
Não circulante		Patrimônio líquido	738	Resultado financeiro líquido	(130)
Total	2.984	Total	2.984	Prejuízo do período	(272)

As informações relativas a passivos contingentes, compromissos relacionados à participação da Companhia nos empreendimentos controlados em conjunto, assim como o método utilizado para reconhecer o investimento em entidades controladas em conjunto, estão divulgadas nas notas 26.1.2.2, 14 e 1, respectivamente.

2.7 Reclassificações nos exercícios anteriores

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.7.1 Balanço Patrimonial Controladora

A Companhia reclassificou o direito de concessão no valor de R\$254.411 do grupo de Intangível para Investimento, pois de acordo com o ICPC 09 o direito de concessão deve ser tratado nas Companhias individuais como Investimento e nas demonstrações consolidadas como Intangível.

De acordo com o CPC 33, a Companhia reclassificou o saldo de ganhos e perdas atuárias líquidos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos no valor de R\$128.546 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de lucros.

Consolidado

A controlada Costa Rica fez uma reclassificação entre Obrigações estimadas com pessoal e Impostos e contribuições sociais no valor de R\$354.

A controlada em conjunto Porto do Pecém Operação e Manutenção fez uma reclassificação entre Outras contas a pagar entre circulante e não circulante no valor de R\$241. Para adequação ao CPC 32, os ativos e passivos fiscais diferidos não circulantes foram compensados, gerando uma reclassificação no montante de R\$46.327. Esta reclassificação ocorreu para as controladas Enerpeixe, Energest e ECE.

A controlada Enerpeixe fez uma reclassificação entre Cauções e depósitos vinculados (Ativo Circulante para Ativo Não circulante) no valor de R\$43.915.

A controlada Lajeado fez uma reclassificação do saldo de Títulos a receber da Rede Energia no valor de R\$4.948 do Ativo Circulante para o Não circulante, para melhor comparabilidade dos saldos contábeis.

De acordo com o CPC 33, a Companhia reclassificou o saldo de ganhos e perdas atuárias líquidos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos no valor de R\$128.546 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de lucros.

2.7.2 Demonstração do Resultado Consolidado

Receita e Custo com construção: De acordo com o CPC 17, o valor de R\$303.747 desta natureza antes registrado líquido em Gastos operacionais foi reclassificado para Receita de construção (Nota 29) e Custo com construção da infraestrutura (Nota 30).

Reclassificação de Receita financeira para Despesa financeira, no valor de R\$33.805.

Reclassificação de Outras despesas e receitas operacionais para Despesas gerais e administrativas, no valor de R\$425.

2.7.3 Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado

Reclassificação da Participação dos não controladores no Resultado líquido do exercício para adequação ao CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas.

2.7.4 Demonstração do Valor Adicionado Controladora

A Companhia reclassificou os Impostos Federais no valor de R\$236 para a Remuneração de capitais de terceiros - Aluguéis.

Consolidado

Para adequação ao CPC 09 reclassificamos os Créditos de PIS e COFINS da rubrica de Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$356.392 (R\$285.951 referente a Custos da energia comprada, R\$66.427 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$572 referente a Materiais, R\$3.442 referente a Serviços de terceiros), de Outras Receitas no valor de (R\$6) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$29.432, para Distribuição do valor adicionado (R\$400.625 referente a Impostos Federais, (R\$14.807) referente aos Aluguéis) no valor de R\$380.669.

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$411.563, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$396.174 (R\$218.773 referente a Materiais, R\$172.302 referente a Serviços de terceiros, R\$1 referente a Seguros e R\$5.098 referente a Outros custos operacionais), R\$20.610 referente a Pessoal (R\$16.721 referente a Remuneração Direta, R\$3.142 a Benefícios

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

e R\$747 referente a FGTS) e R\$513 referente a Impostos Federais da linha Distribuição do valor adicionado. A controlada Lajeado fez uma reclassificação de PIS e COFINS sobre Juros Sobre Capital Próprio - JSCP anteriormente classificado como dedução da Receita financeira no valor de R\$953, apresentado na DVA como Impostos, taxas e contribuições. As controladas Pecém e ECE fizeram uma reclassificação de Outras receitas no valor de R\$88.088, para Juros (referente a juros capitalizados) alocados na Distribuição do valor adicionado. De acordo com o CPC 17 a receita e o custo com construção, no valor de R\$303.747 antes registrado líquido em Gastos operacionais foi reclassificado para Receita de construção e Custo com construção da infraestrutura, afetando as controladas Bandeirante e Escelsa.

2.7.5 Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado

A controlada Energest fez uma reclassificação de Concessionárias no valor de R\$13 para Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas no resultado das atividades operacionais. Reclassificação dos créditos de PIS e COFINS anteriormente alocados nas rubricas Depreciações e amortizações no valor de R\$303, sendo que, R\$190 foram alocados no Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados, (R\$231) em Impostos e contribuições sociais - atualização monetária, (R\$5.154) em Impostos e contribuições sociais compensáveis, R\$1.580 em Outros tributos e contribuições sociais e R\$3.312 em Imposto de renda e contribuição social pagos. Reclassificação dos Impostos e contribuições sociais das atividades operacionais no valor de R\$7.498 para Impostos e contribuições sociais - atualização monetária no resultado das atividades operacionais. Reclassificação da atualização monetária de Cauções e depósitos vinculados a litígios, no valor de R\$5.867 anteriormente apresentado em Cauções e depósitos vinculados (aumento) diminuição de ativos operacionais. E para a adequação do CPC 03 houve a reclassificação de Cauções e depósitos vinculados no valor de (R\$270), inicialmente alocados em ativos operacionais para as atividades de financiamento. Reclassificação de P&D (MME e FNDCT) no valor de R\$9.390 reclassificados de Encargos regulamentares e setoriais - provisão para Encargos regulamentares e setoriais na variação dos passivos operacionais. Reclassificação de uso do bem público no valor de R\$18.097 de atividade operacional para atividade de financiamento. Reclassificação dos Juros da atualização monetária - Tangará e Rede Energia das atividades operacionais no valor de R\$3.312 para títulos a receber alocados nos ativos operacionais. Exclusão do efeito de R\$19.860 referente a capitalização de encargos antes apresentado em adições ao imobilizado e intangível, na atividade de investimento, e em encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures na atividade operacional, por não representar efetiva saída de caixa. Reclassificação do valor residual do ativo imobilizado no valor de R\$9.401 para as Adições ao imobilizado, intangível e ativo financeiro indenizável alocadas na atividade de investimento. Reclassificação de Cauções e depósitos vinculados no valor de (R\$270), inicialmente alocados em ativos operacionais para as atividades de financiamento, para adequação ao CPC 03.

3. Eventos do Exercício

3.1 Alteração do Cronograma de Implantação da Usina Termelétrica Energia Pecém

Em 27 de março de 2012, a ANEEL aprovou a alteração do cronograma de implantação da usina termelétrica Energia Pecém ("Energia Pecém" ou "empreendimento"), bem como da data de início e suprimento prevista nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Por unanimidade, a entrada em operação comercial das duas unidades geradoras da Usina Termelétrica Pecém I foi postergada para até 23 de julho de 2012.

No entanto, a controlada em conjunto Porto do Pecém não teve condições de disponibilizar as duas turbinas para operação comercial, pelo que tem que cumprir com seus compromissos de recomposição de lastro estabelecidos nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por meio de aquisição de contratos de energia de terceiros.

Em 12 de julho de 2012, devido às dificuldades encontradas na entrada em operação comercial, a controlada em conjunto Porto do Pecém enviou uma carta para a ANEEL solicitando que o artigo 3º da Resolução Normativa nº 165/05 seja integralmente afastado e autorizado o pagamento mensal do menor valor entre: (i) o contrato de compra de energia celebrado pela usina para lastrear sua venda no Ambiente de Contratação Regulada; e (ii) o preço da energia no contrato de venda original entendido, para os CCEARs por disponibilidade, como o custo que o consumidor teria caso a usina estivesse em operação comercial. Até 31 de dezembro de 2012 a ANEEL não tomou uma decisão sobre o pedido, no entanto, considerando o histórico de aprovações e de discussões no âmbito da revisão da REN nº 165/05, o limitador mínimo da CVU, foi considerado para o recolhimento do repasse do custo de aquisição. Desta forma, está sendo registrada perda de R\$173.172 na controlada Porto do Pecém por não ser possível o repasse integral do custo de aquisição de energia do contrato de lastro, sendo a expectativa da Companhia que este valor seja inferior após essa anuência. O valor reconhecido no consolidado da Companhia foi de R\$86.586 (50% de participação societária).

Em 30 de novembro de 2012 a ANEEL através do Despacho nº 3.811 liberou a unidade geradora UG1, de 360.137kW de capacidade instalada, da UTE Porto do Pecém I, para início da operação comercial a partir do dia 1º de dezembro de 2012, quando a energia produzida pela unidade geradora deverá estar disponível no Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Unidade II encontra-se em estágio avançado de comissionamento, já tendo ocorrido o primeiro acendimento da caldeira (*first fire*) e o processo de sopro de vapor. Os próximos eventos previstos são: (i) testes à turbina e gerador; (ii) ensaios de sincronização e (iii) serviço operacional, vide nota 40.6.

3.2 Alienação da controlada Evrecy Participações Ltda.

Em 28 de maio de 2012, a Companhia celebrou o instrumento particular de alienação da totalidade das quotas da Evrecy, de sua titularidade, que representam 100% do capital social da Evrecy, à Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, pelo valor total de R\$58.000, a serem pagos em moeda corrente nacional.

Em 11 de dezembro de 2012 foi aprovada pela ANEEL, a efetivação da operação de venda de 100% das quotas da Evrecy de titularidade da Companhia para a CTEEP.

Em 21 de dezembro de 2012 à alienação do investimento da Evrecy para a CTEEP foi concluída pelo valor total de R\$63.100, gerando um ganho para a Companhia de R\$31.477 registrado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas - Outras, vide nota de Gastos Operacionais (Nota 10).

3.3 Primeira revisão tarifária periódica - Evrecy

O Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/08-ANEEL e o seu Primeiro Termo Aditivo, estabelece para a Evrecy a data de 1º de julho de 2009 para a Primeira Revisão Tarifária Periódica e ciclo revisional de 4 anos. Entre Revisões são aplicados os Reajustes Anuais na data de 1º de julho de cada ano, corrigindo a Receita Anual Permitida - RAP do ano anterior pelo IGP-M, adicionada ou subtraída a Parcela de Ajuste apurada nos últimos doze meses.

Através da Resolução Homologatória nº 1.313/12, a ANEEL estabelece as RAPs das concessionárias de transmissão de energia elétrica para o ciclo 1º de julho de 2012 a 30 junho de 2013.

A RAP da Evrecy para o ciclo 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 é de R\$8.555.

3.4 Assunção das Operações da MABE

Em 8 de julho de 2012, a Companhia e a sua parceira, a MPX Energia S.A. (MPX), celebraram contrato de compra e venda com o objetivo de adquirir pelo valor simbólico de R\$1,00, a totalidade das ações da MABE Brasil Ltda. (MABE), em iguais proporções, empresa que pertencida ao consórcio formado pela Maire Tecnimont Group (Tecnimont) e pelo Grupo Efaced (Efaced). A aquisição está sujeita a um conjunto de condições precedentes, de entre as quais se destaca a aprovação do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, após as quais, a Companhia e a MPX poderão assumir em conjunto a gestão das obras das Usinas Termelétricas Energia Pecém, Itaqui e Pecém II, evitando interrupções nos trabalhos em curso e garantindo a conclusão das usinas.

A Companhia e a MPX acordaram que Pecém II e Itaqui, empreendimentos controlados integralmente pela MPX, serão administrados exclusivamente pela MPX, obrigando-se esta última a manter a Companhia indene de quaisquer ônus, perdas, contingências, despesas, desembolsos ou custos, assim como se responsabilizando por perdas e danos diretamente relacionados a esses empreendimentos.

A operação estruturada resultou no compromisso de aporte financeiro na MABE do montante de R\$421.000, por parte da Tecnimont e da Efaced. Adicionalmente, a Tecnimont e a Efaced continuam a garantir o desempenho das usinas, por meio de aporte de garantias bancárias relativas à performance técnica das unidades (não envolvem indenização por atraso) no montante de R\$411.000. Cabe ainda ressaltar que a Tecnimont e a Efaced aportaram garantias bancárias adicionais no valor total de R\$166.000 para cobrir eventuais contingências.

Além dos montantes mencionados acima, a Tecnimont e a Efaced renunciaram aos montantes atualmente retidos pelas usinas a título de garantia de execução, no valor total de R\$185.000, sendo R\$100.000 referentes à Pecém.

Até 31 de dezembro de 2012, as condições mencionadas acima não foram completamente cumpridas e portanto a Companhia e a MPX não assumiram a gestão das operações da MABE.

3.5 Devolução da controlada indireta Couto Magalhães

A ANEEL, por meio do Despacho nº 2.395/12, resolveu: (i) determinar o encaminhamento ao Ministério das Minas e Energia - MME do requerimento formulado pelas concessionárias Enercouth e Rede Couto Magalhães Energia, integrantes do Consórcio Ener-Rede Couto Magalhães, de extinção da concessão da UHE Couto Magalhães, objeto do Decreto s/nº, de 2 de abril de 2002 e do Contrato de Concessão nº 21/02-ANEEL, com pronunciamento favorável ao seu acolhimento, por ocorrência de Fato do Princípio caracterizador de condição objetiva que inviabiliza a exploração do potencial hidráulico, sem qualquer ressarcimento às Concessionárias; (ii) determinar o encaminhamento à Secretaria do Tesouro Nacional - STN do requerimento formulado pela Enercouth S.A. e pela Rede Couto Magalhães Energia, da extinção da cobrança dos pagamentos pelo Uso de Bem Público - UBP, exigíveis a partir de 15 de julho de 2012, nos termos do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 21/02-ANEEL, com pronunciamento favorável ao seu acolhimento ou, ao menos, à suspensão da cobrança até que seja proferida a decisão definitiva pelo MME, e (iii) determinar que as garantias apresentadas pelas concessionárias sejam devolvidas, no caso de pronunciamento favorável do MME e da STN quanto aos itens (i) e (ii) acima.

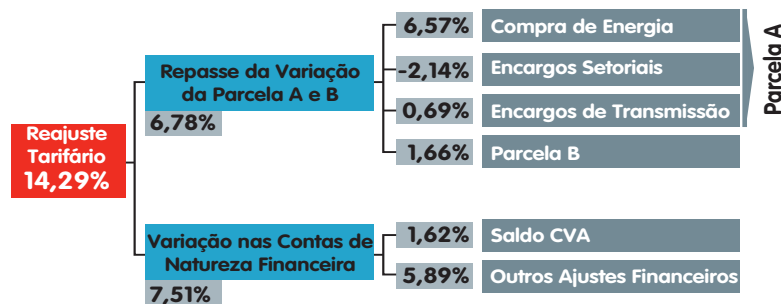
As Companhias envolvidas no Consórcio Ener-Rede Couto Magalhães estão analisando a possibilidade de reembolso do investimento já efetuado, motivo pelo qual ainda se mantêm os ativos registrados. O montante registrado em 31 de dezembro de 2012 na Enercouth é de R\$3.307, sendo R\$3.211 referente ao imobilizado e R\$96 ao intangível.

O requerimento formulado pelas concessionárias Enercouth e Rede Couto Magalhães está em análise pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

3.6 Reajuste tarifário de 2012 - Escelsa

Em 31 de Julho de 2012 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em reunião pública ocorrida nesta

data, aprovou o reajuste tarifário anual médio de 14,29%, a ser aplicado às tarifas da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA ("EDP Escelsa"), a partir de 7 de agosto de 2012, sendo 6,78% relativo ao reajuste tarifário anual econômico e 7,51% referente aos componentes financeiros pertinentes. Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da EDP Escelsa, associados à recuperação relativa a períodos passados, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos será de 11,33%. No processo de reajuste tarifário, a ANEEL considera a variação de custos que as empresas experimentaram no decorrer de doze meses anteriores. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis (Parcela B), sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X e custos não gerenciáveis (Parcela A), como energia comprada de geradoras, encargos de transmissão (transporte de energia), os encargos setoriais, como Conta de Consumo Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e taxa de fiscalização, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros ajustes financeiros. Na composição do reajuste aplicado em 2012 para a EDP Escelsa destacam-se os componentes da Parcela A, a Parcela B e os ajustes financeiros, conforme demonstrado no quadro a seguir:



* Correspondentes principalmente ao saldo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e aos demais itens financeiros previstos em regulamentação.

3.7 Revisão tarifária 2011 - Bandeirante

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.365/12, homologou o resultado da Terceira Revisão Tarifária Periódica - RTP.

O reposicionamento tarifário é de -1,85%, sendo -2,22% relativo ao reposicionamento econômico e 0,37% referente aos componentes financeiros pertinentes. Considerando-se os ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da controlada Bandeirante, associados à recuperação relativa a períodos anteriores a outubro de 2011, o efeito médio aos consumidores cativos é de -2,25%, sendo -0,79% o efeito médio para os consumidores de alta e média tensão e -3,64% o efeito médio para os consumidores de baixa tensão.

No processo de revisão tarifária periódica, que se dá a cada quatro anos na EDP Bandeirante, a ANEEL recalcula os parâmetros dos custos gerenciados pela Companhia (Parcela B) que incluem os custos operacionais, avalia os investimentos realizados (Base de Remuneração Regulatória - BRR) e a remuneração do capital. Os custos não gerenciáveis (Parcela A), como energia comprada de geradoras, encargos de transporte de energia e encargos setoriais, a exemplo da Conta de Consumo Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e taxa de fiscalização, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros ajustes financeiros, são considerados tomando-se por base a variação de preços nos doze meses imediatamente anteriores.

O Fator X, a partir deste ciclo de revisão tarifária, passa a ser função dos Componentes "Pd" (ganhos de produtividade), "T" (trajetória para adequação de custos operacionais) e "Q" (incentivo à qualidade), os quais foram homologados em: "Pd" - 1,08%; "T" - 0,0% e "Q" a ser apurado a partir do reajuste tarifário de 2013.

Na composição do reposicionamento tarifário de 2011, objeto da Audiência Pública nº 055/12, destacam-se os componentes: Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, derivados da Base de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta é de R\$3,0 bilhões e a Base de Remuneração Líquida é de R\$1,545 bilhão.

3.8 Reajuste tarifário 2012 - Bandeirante

A ANEEL, em reunião pública ordinária da diretoria ocorrida em 16 de outubro de 2012, aprovou o reajuste tarifário anual de 2012 da Companhia, a ser aplicado a partir de 23 de outubro de 2012. O reajuste tarifário é de 11,45%, sendo 7,60% relativo ao reposicionamento econômico e 3,85% referente aos componentes financeiros pertinentes.

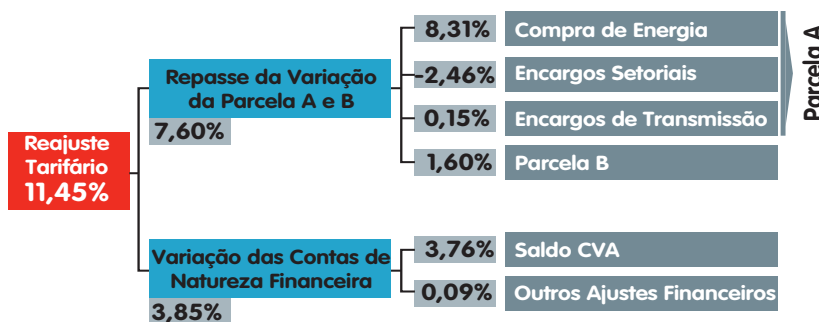
Em relação à tarifa praticada atualmente, homologada no reajuste tarifário anual de 2010, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos, já considerando a revisão tarifária de 2011 e o reajuste tarifário de 2012, é de 7,29%, sendo 7,82% o efeito médio para os consumidores de alta e média tensão e 6,82% o efeito médio para os consumidores de baixa tensão.

O ajuste financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária Periódica de 2011 da controlada Bandeirante, no valor total de R\$78.000, será dividido em três parcelas anuais, estando incluída a primeira nesse reajuste e as demais nos reajustes subsequentes.

No processo de reajuste tarifário, a ANEEL considera a variação dos custos verificada nos doze meses anteriores, ou seja, de outubro de 2011 a setembro de 2012. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis (Parcela B), sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X e custos não gerenciáveis (Parcela A), como energia comprada de geradoras, encargos de transporte de energia, encargos setoriais, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL, a exemplo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros ajustes financeiros.

A seguir demonstra-se o resumo dos valores aprovados, destacando-se os componentes da Parcela A, a Parcela B e os ajustes financeiros:

EDP Bandeirante: Decomposição do Reajuste Tarifário de 2012



3.9 Acordo entre a EDP Comercializadora e a Ampla Energia e Serviços S.A. - Ampla

Em 12 de novembro de 2012 foi realizada um acordo entre a controlada e a AMPLA a fim de finalizar a disputa judicial entre as partes referentes a sentença arbitral proferida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem.

De forma a solucionar a questão como um todo foi aprovado:

(i) pagamento pela AMPLA no valor de R\$35.923 correspondente ao direito reconhecido pela arbitragem associado ao valor das diferenças de preço previstas no contrato e o valor efetivamente pago pela AMPLA com relação ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2004 e 28 de agosto de 2006; (ii) pagamento pela controlada de R\$14.923 por meio do aumento dos preços vigentes em 2012 para os contratos de compra de energia celebrados; e (iii) manutenção do contrato de comercialização de energia celebrado entre as partes em 26 de junho de 2002 até o ano de 2022.

Para a data-base de 31 de dezembro 2012 após o acordo entre as partes, o valor de R\$35.923, será liquidado em 8 parcelas mensais.

3.10 Venda de energia leilão A-5 - UHE Santo Antônio do Jari

No leilão A-5 ocorrido em 14 dezembro de 2012 foi vendida a energia adicional da UHE Santo Antônio do Jari, aprovada pela ANEEL em julho de 2011, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR de 20,9 MW médios. O início do Contrato de Comercialização de Energia - CCEAR será em janeiro de 2017 pelo período de 28 anos.

3.11 Concessão da Central Hídrica de Cachoeira Caldeirão

Em 14 de dezembro de 2012 a Companhia, no leilão A-5 realizado pela ANEEL, obteve a concessão da Central Hídrica de Cachoeira Caldeirão que será construída no Estado do Amapá, no rio Araguari. O projeto conta com Capacidade Instalada de 219 MW e Energia vendida no ACR de 129,7 MW médios, com previsão do início do contrato de comercialização - CCEAR em Janeiro de 2017 pelo prazo de 30 anos.

O investimento total estimado é de R\$1 bilhão e o início das obras está previsto para 2013.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	62.025	16.210	310.503	217.378
Aplicações financeiras - renda fixa	37.029	214.012	261.875	678.490
Total	99.054	230.222	572.378	895.868

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia e suas controladas possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Controladora referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures, remunerados a taxas que variam entre 98,0% e 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A taxa média de aplicação do Grupo varia entre 97,0% e 103,0%.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 34.

5. Consumidores e concessionárias

	Consolidado					Saldo	Saldo
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	líquido em 31/12/2012	líquido em 31/12/2011
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	131.724	119.815	20.508	272.047	(20.508)	251.539	207.818
Industrial	37.398	39.884	39.443	116.725	(19.180)	97.545	64.267
Comércio, Serviços e Outras Atividades	66.524	39.968	14.314	120.806	(8.093)	112.713	78.567
Rural	12.758	9.188	3.625	25.571	(335)	25.236	21.692
Poder Público							
Federal	5.216	347	67	5.630	(35)	5.595	4.527
Estadual	7.152	477	420	8.049	(365)	7.684	5.693
Municipal	10.330	5.169	5.719	21.218	(173)	21.045	12.592
Iluminação Pública	14.782	5.026	2.678	22.486	(214)	22.272	26.074
Serviço Público	13.156	723	593	14.472		14.472	20.741
Clientes livres	44.581			44.581		44.581	36.683
Fornecimento não faturado	297.660			297.660		297.660	261.454
Parcelamentos de débitos	61.426	7.491	55.123	124.040	(69.082)	54.958	35.551
(+) Ajuste a valor presente	(1.458)			(1.458)		(1.458)	12
Outros créditos	28.748		1.493	30.241		30.241	28.592
Total Circulante	729.997	228.088	143.983	1.102.068	(117.985)	984.083	804.263
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	269.681	2.136	677	272.494	(522)	271.972	129.117
Energia de curto prazo	75.980			75.980		75.980	21.884
Encargos de uso da rede elétrica	4.419	370	1.096	5.885		5.885	7.962
Outros	13.977		411	14.388		14.388	
Total Circulante	364.057	2.506	2.184	368.747	(522)	368.225	158.963
Total Não Circulante	1.094.054	230.594	146.167	1.470.815	(118.507)	1.352.308	963.226
Não Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Industrial	4.960			4.960	(3.209)	1.751	2.489
Comércio, Serviços e Outras Atividades	18			18	(18)		18
Parcelamentos de débitos	50.039			50.039	(3.118)	46.921	46.731
(-) Ajuste a valor presente	(13.507)			(13.507)		(13.507)	(10.821)
Total Não Circulante	41.510	-	-	41.510	(6.345)	35.165	38.417
Concessionárias							
Energia de curto prazo	6.912			6.912	(6.912)		
Piratininga							21.079
Outros	5.248			5.248	(119)	5.129	4.161
Total Não Circulante	12.160	-	-	12.160	(7.031)	5.129	25.240
Total Não Circulante	53.670	-	-	53.670	(13.376)	40.294	63.657

5.1 Energia de Curto Prazo

Refere-se, principalmente, às transações de venda de energia, realizadas no âmbito da CCEE.

5.2 Concessionária - Piratininga

Em 29 de junho de 2012, foi efetuado o encontro de contas dos valores a receber e a pagar no montante de R\$76.309 e R\$76.538, respectivamente, com a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, decorrentes da cisão parcial da controlada Bandeirante realizada em 1º de outubro de 2001. Os valores foram corrigidos monetariamente nos termos estabelecidos no protocolo de cisão, e a diferença no valor de R\$229 liquidado na referida data.

5.3 Concessionárias - Suprimento de energia elétrica

Em 12 de novembro de 2012 foi realizada um acordo entre a controlada EDP Comercializadora e a Ampla, vide nota 3.10. Em decorrência do acordo firmado, foi efetuado no exercício a reversão da Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD no valor de R\$35.923 a ser liquidado em 8 parcelas mensais de 31 de janeiro de

2013 a 31 de agosto de 2013.

5.4 Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, conforme CPC 12, foi calculado com base na taxa média de remuneração do investimento, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2012 correspondia a 15,07% a.a. da Escelsa e 11,36% a.a. da Bandeirante (15,07% a.a. em 31 de dezembro de 2011), afetando negativamente o resultado das distribuidoras no período em R\$4.156 (positivamente em R\$1.359 em 2011).

5.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As distribuidoras controladas Bandeirante e Escelsa constituíram com base na Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico a provisão para crédito de liquidação duvidosa:

- i) Residencial: vencidos há mais de 90 dias;
 ii) Comercial: vencidos há mais de 180 dias; e
 iii) Demais classes: vencidos há mais de 360 dias.
 No exercício as Distribuidoras efetuaram a revisão dos critérios de apuração da PCLD dos parcelamentos de débitos, passando a adotar os seguintes critérios:
 i) Clientes baixa tensão: parcela vencida há mais de 90 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento;
 ii) Clientes média e alta tensão: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento; e
 iii) Poder Público: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento, deduzindo-os dos valores cobertos através de apresentação de Nota de Empenho.
 A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 34.5.

6. Títulos a receber

	Controladora				Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.								
Cessão de crédito - Rede Energia S.A.								
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	3.402	1.121	20.602	21.018	4.503	4.138	10.548	13.832
Outros					27	27		
Total	3.402	1.121	20.602	21.018	4.530	4.165	21.324	23.897

Controladora: O montante de R\$24.004 (R\$22.139 em 31 de dezembro de 2011) refere-se às ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" de emissão da controlada Investco, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um Instrumento financeiro na categoria de Empréstimo e recebíveis por satisfazerem a definição de Ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de Caixa ou outro Ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2032 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Consolidado: Cessão de crédito - Tangará Energia S.A. - refere-se, ao saldo da repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a controlada Lajeado e a Tangará Energia S.A., em 31 de agosto de 2004, aprovado pela ANEEL através dos Ofícios nº467/00-SFF/ANEEL e 1.706/04-SFF/ANEEL, com as seguintes condições: prazo para pagamento de 120 meses, carência de 18 meses, término em 29 de fevereiro de 2016, remuneração de 100% do CDI e valor do contrato de R\$18.199. Como garantia foi dada uma nota promissória pela Tangará, no valor do saldo devedor.

Cessão de crédito - Rede Energia S.A. - refere-se ao saldo da consolidação e repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a controlada Lajeado e a Caiuá Distribuição de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2006, aprovado pela ANEEL através do Despacho nº 181/07, com as seguintes condições: prazo para pagamento de 86 meses, carência de 24 meses, término em 29 de fevereiro de 2016, remuneração de 100% do CDI mais 2% juros a.a. e valor do contrato de R\$23.532. Como garantia foi dada uma nota promissória pela Caiuá, no valor do saldo devedor.

7. Impostos e contribuições sociais

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Compensação de tributos federais	Saldo em 31/12/2012
Ativos - Compensáveis					
Imposto de renda e contribuição social	60.813			5.092	63.585
PIS e COFINS	469	281		(351)	399
IRRF sobre aplicações financeiras	3.591	1.943		(3.578)	1.956
IRRF sobre juros s/ capital próprio	31.060	38.068		(254)	39.269
Outros	25	55			80
Total	95.958	40.347	5.092	(36.108)	105.289
Circulante	95.958				105.289
Total	95.958				105.289

	Consolidado							Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Compensação de tributos federais	Reclassificação	Transferência	Alienação de empresas	
Ativos - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	324.545	2.061	(1.241)	9.767	114.256	(121.455)	(148)	189.425
ICMS	103.988	303.064			225	(319.458)		87.819
PIS e COFINS	54.359	536.003		85		(143.553)	(1.959)	101.116
PIS e COFINS - COSIT 27	11.591			86		(9.564)		2.113
IRRF sobre aplicações financeiras	20.364	6.251			6.616	(1.056)	2.156	17.400
IRRF sobre juros s/capital próprio	31.060	38.068			5.246	(254)	(29.605)	44.515
ISS	3.647					(2.807)	21	861
Outros	7.840	22.634			589	(11)	(5.061)	25.333
Total	557.394	908.081	(1.241)	9.938	126.932	(598.158)	(441)	468.582
Circulante	519.210							404.812
Não circulante	38.184							63.770
Total	557.394							468.582

	Controladora						
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Saldo em 31/12/2012
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	354	1.243				(354)	1.243
ICMS sobre diferencial de alíquota	5	(5)					-
PIS e COFINS	18.370	19.236				(18.485)	19.121
ISS	-	146					7
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	30	738				(731)	37
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	102	693				(667)	126
IRRF sobre juros s/capital próprio	17.269	19.563				(17.269)	19.563
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	43.402			2.955	(3.521)		42.836
REFIS - conversão em renda	4.446			217			4.663
Outros	691	11.367			(11.152)		906
Total	84.669	52.981	3.172	(16.212)	(36.108)	-	88.502
Circulante	40.203						44.623
Não circulante	44.466						43.879
Total	84.669						88.502

	Consolidado							Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	217.274	147.284		(37.240)	(4.635)		(189.865)	132.745
ICMS sobre diferencial de alíquota	289	3.227		(2.921)			(5)	590
ICMS	143.576	1.627.519		(1.309.299)	(319.458)		(30)	142.308
PIS e COFINS	87.383	964.130		(361.271)	(236.275)		109	110.277
ISS	794	9.169		(4.893)	(2.807)		(635)	1.639
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	503	4.690		(4.365)	(310)		(19)	453
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	296	2.373		(1.992)	(223)		(8)	432
IRRF sobre juros s/capital próprio	58.358	69.835		(23.494)	(34.863)			69.836
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	128.489		8.166	(33.953)				102.702
REFIS - conversão em renda	39.672		2.301					41.973
Outros	11.313	113.432		(113.264)		178	(11)	11.542
Total	687.947	2.941.659	10.469	(1.892.692)	(598.571)	(410)	(533.638)	614.497
Circulante	551.130							502.642
Não circulante	136.817							111.855
Total	687.947							614.497

7.1 Imposto de renda e contribuição social - Controladora

Os valores registrados referem-se basicamente a retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC, relativos a períodos anteriores.

7.2 PIS e COFINS

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66/02, convertida na Lei nº 10.637/02 e da Instrução Normativa nº 199/02, a distribuidora de energia elétrica Escelsa, como agente integrante da CCEE, exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados líquidos positivos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

7.3 ICMS

A controlada Bandeirante apresenta saldo de R\$71.180, inclui (i) créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R\$36.646, que de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar 87/96 são

compensados a razão de 1/48 avos por mês, e (ii) R\$34.534 referente a aquisição de créditos de ICMS de terceiros para compensação com o pagamento do ICMS devido pelas operações de venda de energia. Esta operação está prevista no regulamento do ICMS do Estado de São Paulo, Decreto nº 54.249/09 em seu artigo 84 inciso II. O saldo a pagar ao fornecedor do crédito está apresentado na nota 13.

7.4 Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09, REFIS conversão em

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

União(conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

Consolidado

Do valor total consolidado da dívida de R\$144.675 em 31 de dezembro de 2012, R\$102.902 foram parcelados e são atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R\$41.973 restantes possuem depósitos judiciais no montante de R\$79.567, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

Parcelamento de impostos - PAEX

A controlada Lajeado aderiu, em setembro de 2006, ao Parcelamento Excepcional - PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, que trata de parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 130 parcelas mensais e sucessivas (SRF/PGFN), corrigidas pela TJLP para os débitos com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, e em 120 parcelas mensais e sucessivas (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPMF, INSS e multa), corrigidas pela SELIC para os débitos com vencimento entre 1º de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União ou do INSS, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal ajudizada, inclusive aos débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

O débito consolidado em 130 parcelas mensais, de acordo com o disposto no artigo 1º da medida provisória nº303/06, está sendo pago desde setembro de 2006. Sobre o saldo devedor incidem juros mensais equivalentes à variação da TJLP.

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão do PAEX ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia

procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

8.1 Controladora

Natureza dos créditos	Controladora				Resultado 2011
	Passivo Não Circulante			Resultado 2011	
	31/12/2012	31/12/2011	Total		
Prejuízos Fiscais					
Base Negativa da Contribuição Social					
Diferenças Temporárias					
MTM Ações Rede	1.403	505	1.908	2.828	
Total diferenças temporárias	1.403	505	1.908	2.828	
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos	1.403	505	1.908	2.828	2.149

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos do exercício foi registrada em contrapartida a crédito do Patrimônio líquido em R\$920.

8.2 Consolidado

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, os quais serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, das controladas Energest, Lajeado, Porto do Pecém, Enerpeixe, Bandeirante, Escelsa, EDP Comercializadora, no prazo máximo de 10 anos.

Natureza dos créditos

Prejuízos Fiscais

Base Negativa da Contribuição Social

Diferenças Temporárias

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Benefício pós-emprego

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisão para resultados de swap

Provisão para perdas em estoques

Provisão para bônus empregados

MTM Ações Rede

Total diferenças temporárias

Benefícios pós-emprego - PSAP

Ágio incorporado

Diferenças Temporárias - RTT

Consumidores - ajuste a valor presente

Encargos financeiros - Recouping

Emprést. e financiamentos Moeda Estrangeira - MTM

Imobilizado em serviços - Intangíveis

Mais Valia - CPC 15

Amortização/Depreciação mais valia - CPC 15

Licenças ambientais - CPC 25

Uso do bem público - CPC 25

Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01

Instrumentos financeiros - CPC 39

Benefícios a empregados - CPC 33

Custos de empréstimos - CPC 20

Total diferenças temporárias - RTT

Total Ativo/Passivo Diferido

Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos do exercício foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R\$44.588 e a crédito de Patrimônio líquido em R\$83.770.

8.2.1 O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP da Bandeirante, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

8.2.2 O crédito fiscal do ágio é proveniente:

a) na controlada Bandeirante, da incorporação ocorrida no exercício de 2002; e da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da Bandeirante;

b) na controlada Escelsa, da incorporação ocorrida em abril de 2005; e da parcela cindida da Controladora Energias do Brasil, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da Escelsa; e c) na controlada Lajeado, da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo ágio pago pela companhia.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são aproveitados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das companhias, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R\$6.003 para a controlada Bandeirante até o ano de 2027, de R\$1.955 para a controlada Escelsa até o ano de 2025 e de R\$5.030 para a controlada Lajeado até o ano de 2032.

8.2.3 O crédito fiscal advindo da Provisão pagamento das Ações Preferenciais

Em dezembro de 2012 a controlada Investco reavaliou o cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ganhos da adoção dos CPCs, associados à classificação das ações preferenciais (classe PNA, PNB e PNC) como instrumentos financeiros conforme CPC 39, de forma a adequar à expectativa

de realização futura.

8.2.4 Prejuízos Fiscais

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

8.2.5 Projeção de resultados tributáveis futuros

As projeções de resultados tributáveis futuros indicam que as controladas Bandeirante, Escelsa e Lajeado apresentam base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários. Os créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas notas 8.2.1 e 8.2.2, serão realizados financeiramente até 2017 e 2032, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

A Administração da Companhia e de suas controladas elaboraram, em 31 de dezembro de 2012, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, e, para as controladas Bandeirante, Escelsa, Investco e Enerpeixe conforme requerido pela Instrução CVM nº 371/02, os referidos estudos foram aprovados pelos respectivos Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013. Essas estimativas são trimestralmente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Com base no estudo, a Companhia e suas controladas estimam recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios:

2013	2014	2015	2016	2017	2018 a 2020	2021 a 2022	Não circulante
129.430	196.658	150.387	100.435	74.311	69.704	28.946	749.871

Os valores contidos no intervalo de 2021 e 2022 referem-se a diferenças temporárias que irão se realizar até o término da concessão.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia e suas controladas com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado apresentadas como segue:

Controladora

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Partes relacionadas									
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	Bandeirante	01/07/2012		3.476	680			3.476	6.760
	Energest	01/07/2012		434	129			436	990
	EDP Comercializadora	01/07/2012		211	33			211	522
	Pantanal	01/07/2012		214	41			214	541
	Investco	01/07/2012		475	87			475	964
	Lajeado	01/07/2012		344	65			344	666
	Santa Fé	01/07/2012		128	25			126	268
	Evrecy	01/07/2012			8			40	95
	Escelsa	01/07/2012		2.991	662	766		2.224	6.738
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	Bandeirante	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	238	176		107	2.817	1.785
	Energest	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	100	87			1.143	895
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	32	44			363	340
	Enercouth	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	2	1			22	17
	ECE Participações	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	15				165	
	Instituto EDP	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	8				75	
	Pantanal	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	2	2			22	17
	Investco	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	12	8			136	85
	Lajeado	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	2	2			22	17
	CEJA	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	2	1			22	18
	Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		1			21	17
	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	53	158	2	2	547	507
	CESA	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011						3.650
	Energest	15/05/2003	15/05/2003 a 21/03/2013		61.386			3.121	2.771
Contrato de mútuo - 100% do CDI	CEJA	10/08/2009	10/08/2009 a 08/04/2011						6
	EDP Comercializadora	09/11/2009	09/11/2009 a 09/11/2011						283
	Escelsapar	27/06/2005	27/06/2005 a 29/11/2014	4.803	4.321			367	456
	Investco	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012		5.519			406	622
Contrato de mútuo - 102% do CDI	Terra Verde	01/01/2010	01/01/2010 a 25/02/2013	7.895	7.271			623	788
Contrato de mútuo - 110% do CDI	Pecém OM	05/12/2011	05/12/2011 a 31/12/2013	718	341			38	
	Pecém	24/09/2012	24/09/2012 a 09/12/2015	133.489				1.325	
Contrato de serviços de consultoria	Cenaee	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	80	235			52	235
	Elebrás	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	798	780			1.034	780
	EDP Renováveis	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	23	369			316	369
Contrato repasse de garantia sobre contratos de empréstimos	IEDP Renováveis Espanha			1.277				1.277	
Venda de ativos	Terra Verde	15/01/2010	15/01/2010 a 15/01/2014	6.647	6.647				
Total				164.469	89.079	768	109	21.460	31.202
Circulante				10.698	15.638				
Não circulante				153.771	73.441	768	109		
				164.469	89.079	768	109		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Partes relacionadas									
Contrato de Serviços de consultoria	EDP Renováveis	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	23	369			316	369
	Cenael	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	80	235			52	235
	Elebrás	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	798	780			1.034	780
Termo de confissão de dívida entre o Instituto EDP e a Bandeirante, aprovado pela ANEEL através do despacho nº 3.821/11.	Instituto EDP	01/10/2011	30/09/2012	558	838			64	29
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11.	Instituto EDP	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	7				75	
	EDP Renováveis	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	1	1				
Contrato repasse de Garantia sobre contratos de empréstimos	EDP Renováveis Espanha			1.277				1.277	
Contrato de mútuo - 105% do CDI.	Pecém	24/09/2012	24/9/2012 a 09/12/2015	66.744				663	
Contrato de mútuo - 110% do CDI.	Pecém OM	05/12/2011	05/12/2011 a 31/12/2013	359				19	
				69.847	2.223	-	-	3.500	1.413
Circulante				359					
Não circulante				69.488	2.223				
				69.847	2.223				

A partir de 1º de janeiro de 2011, Companhia é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na Companhia são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/11, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*. A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu às minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e suas controladoras, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do art. 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012 e para o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela Companhia, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos através do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

9.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes Bandeirante, Energest, EDP Comercializadora, Lajeado, Escelsa, Terra Verde, Escelsapar, Pecém OM, Pecém, Enercouth e CEJA são controladas diretas da Companhia.

As contrapartes Pantanal, Investco, Costa Rica, Santa Fé e ECE Participações são controladas indiretas da Companhia.

As contrapartes EDP Renováveis, Cenael, Elebrás e Instituto EDP são coligadas da Companhia.

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês

(i) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conselho de Administração
Remuneração Fixa: 100%
Diretoria
Remuneração Fixa: 82%
Remuneração Variável: 18%
Conselho Fiscal
Remuneração Fixa: 100%

9.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro 2012 (em R\$)

2012	Controladora			
	Conselho de administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal	Total
Número de membros	4 (*)	4 (**)	3 (***)	11
Remuneração fixa (em R\$)	708.000	2.416.785	110.261	3.235.046
Salário ou pró-labore	410.000	1.925.117	91.884	2.427.001
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	94.380	n/a	94.380
Remuneração por participação em comitês	180.000	n/a	n/a	180.000
Encargos sociais	118.000	397.288	18.377	533.665

13. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos a empregados		250	350	1.370	1.383
Adiantamentos a fornecedores				8.036	5.671
Modicidade tarifária - baixa renda	13.1			4.477	420
Dispêndios a reembolsar				10.209	10.192
Programa eficiência energética				428	428
RGR a compensar					134
Bens destinados à alienação	13.2			45.170	
Serviços em curso	13.3		3	104.083	128.084
Serviços prestados a terceiros		62	62	14.633	6.492
Desativações e alienações em curso				1.815	5.265
Compartilhamento de infraestrutura				1.428	1.353
Instrumentos financeiros derivativos					12.594
Outros	13.4	1.477	183	14.291	13.012
Total		1.789	598	14.291	13.012
Outras contas a pagar - Passivo					
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos				55.419	13.459
Contribuição de iluminação pública				15.213	14.672
Valores a pagar à Piratininga					
Cretores diversos - consumidores				11.170	13.933
Folha de pagamento		994	828	7.418	5.762
Modicidade tarifária - baixa renda				1.250	3.483
Cessão de créditos de ICMS	7.3			22.042	44.273
Juros sobre empréstimo compulsório				358	358
Arrecadação de terceiros a repassar					5.302
Valores a pagar TVs a cabo e telefonia				2.941	2.928
Outros	13.4	3.748	4.562	264	25.345
Total		4.742	5.390	449	264

13.1 Modicidade tarifária - baixa renda

Em atendimento ao Termo de Notificação nº 1.091/05 da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, no qual o Órgão Regulador determinou a revisão de critérios de cadastramento de clientes enquadrados na modalidade Baixa Renda, a Bandeirante registrou no exercício de 2008 o montante de R\$47.640 referente a valores a devolver aos consumidores das tarifas cobradas a maior. No exercício de 2010 foi efetuada a revisão da base de enquadramento e em decorrência dessa nova base a posição inicial passou a ser de R\$29.698. A devolução passou a ser efetuada a partir de março de 2009 e o saldo a devolver aos consumidores em 31 de dezembro de 2012 é de R\$11.267 (R\$13.500 em 31 de dezembro de 2011). Considerando que a legislação e regulamentação dessa matéria preveem o ressarcimento de parte dos valores a devolver, através do mecanismo da subvenção econômica, a Bandeirante efetuou concomitantemente o registro do valor a receber. O saldo a receber, quando da devolução total aos clientes em 31 de dezembro de 2012 é de R\$18.453 (R\$18.453 em 31 de dezembro de 2011). No caso de clientes inativos estão sendo tomadas as medidas para identificar a sua localização e efetuar a devolução.

2012	Controladora			Total
	Conselho de administração	Diretoria estatutária	Conselho fiscal	
Remuneração variável (em R\$)	n/a	544.800	n/a	544.800
Bônus	n/a	450.000	n/a	450.000
Encargos sociais	n/a	94.800	n/a	94.800
Valor Total da remuneração, por órgão (n/a) = Não Aplicável	708.000	2.961.585	110.261	3.779.846

(*) Das 08 posições do Conselho de Administração, apenas 4 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração é até R\$ 840.000, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2012.

(**) Das 06 posições da Diretoria Estatutária, 4 membros são remunerados, sendo que dos 4 membros 2 acumulam 2 funções (1 = Diretor Vice-Presidente de Comercialização e Diretor Vice-Presidente de Geração e 2 = Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores e Diretor Vice-Presidente de Controle de Gestão). A remuneração anual global da Diretoria é até R\$ 3.920.125 para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2012.

(***) Das 03 posições do Conselho Fiscal, todos são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho fiscal é de até R\$42.409, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2012.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

9.2.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R\$)

2012	Controladora			Total
	Conselho de administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	
Número de membros	4	4	3	
Valor da maior remuneração individual	288.000	1.327.798	36.754	36.754
Valor da menor remuneração individual	60.000	246.883	36.754	36.754
Valor médio da remuneração individual	177.000	592.317	36.754	

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Matéria-Prima - Carvão	64.659	25.112		
Matéria-Prima - Óleo Diesel	1.347	1.374		
Material de almoxarifado	14.075	8.961		
Resíduos e sucatas	28.776	31.348		
Outros	752	1.282		
Total	109.609	68.077		

11. Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Controladora		Consolidado					
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011				
Depósitos judiciais	26			12.213	8.979	195.710	188.953		
Cauções e depósitos vinculados		34.2	222	222	24.856	10.107	48.940	56.682	
Total		222	222	12.213	8.979	24.856	10.107	244.650	245.635

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados apresentados no circulante e não circulante do consolidado refere-se, basicamente, à parte das aplicações financeiras da controlada Enerpeixe no montante de R\$53.758 (R\$45.216 em 31 de dezembro de 2011), mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos e das operações de energia de curto prazo na CCEE.

12. Adiantamentos para futuros aumentos de capital

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Enercouth				500
Omega				4.590
CEJA			192.300	2.047
Terra Verde			3.100	3.100
Total			195.400	10.237

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

pessoal, material e serviços, relacionados diretamente ao objeto da concessão e que são apurados e registrados por meio do sistema de Ordens em Curso. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é basicamente projetos de Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE) das controladas Bandeirante e Escelsa. A realização desses valores nas Ordens em Curso ocorrerá quando da finalização dos projetos e a contabilização será contra a provisão no Passivo.

13.4 Outros credores e outros devedores - circulante e não circulante

Referem-se, basicamente, a valores a receber da permuta das ações detidas pela Companhia na Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul com as ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A., no montante de R\$11.036 (R\$10.034 em 31 de dezembro de 2011).

14. Investimentos

14.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora				Controladora			% Participação direta		
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Equivalência patrimonial	Dividendos/JSCP	Outros resultados abrangentes	Transferência passivo a descoberto	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Investimentos										
Bandeirante	791.369			80.968	(45.806)	(47.241)		779.290	100,00	100,00
Escelsa	708.780			156.952	(126.602)	(108.009)		631.121	100,00	100,00
Lajeado	636.806			84.504	(84.710)	(34)		636.566	55,86	55,86
Lajeado (Mais Valia)	84.515	50.769		(3.057)		(1.827)		130.400	55,86	55,86
Enercouth	4.567	500		(257)				4.810	100,00	100,00
Enerpeixe	787.952			113.986	(116.460)			785.478	60,00	60,00
Energest	516.627			103.964	(122.708)	(1.377)		496.506	100,00	100,00
EDP Comercializadora	49.689			38.507	(27.400)			60.796	100,00	100,00
CEJA		36.047		(15.009)			(21.038)	-	100,00	100,00
Porto do Pecém (Nota 2.6)	367.042	351.630		(103.101)		(4.138)		611.433	50,00	50,00
P. Pecém Transp. Minérios (Nota 2.6)	526			(188)				338	50,00	50,00
Pecém Operações e Manutenção (Nota 2.6)	292	213		(136)				369	50,00	50,00
EDP Renováveis	25.730	66.345		(2.899)				89.176	45,00	45,00
Omega	5.103	4.740		(14)				9.829	100,00	100,00
Evrecy	27.857		(29.953)	5.755	(3.659)			-	100,00	100,00
Outros	5.320							5.320		
Total	4.012.175	510.244	(29.953)	459.975	(527.345)	(162.626)	(21.038)	4.241.432		

	Controladora		
	Saldos em 31/12/2011	Amortização	Saldos em 31/12/2012
Direito de Concessão			
Bandeirante	24.417	(1.458)	22.959
Enerpeixe	2.882	(116)	2.766
Lajeado Energia	74.312	(3.542)	70.770
Porto do Pecém (Nota 2.6)	3.590	(10)	3.580
Pantanal	9.292	(590)	8.702
Total	114.493	(5.716)	108.777

	Controladora	
	Saldos em 31/12/2011	Saldos em 31/12/2012
Goodwill		
Lajeado Energia e Investco	42.293	42.293
Total	42.293	42.293

	Controladora			% Participação direta		
	Saldos em 31/12/2011	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas	Transferência passivo a descoberto	Saldos em 31/12/2012	31/12/2011
Passivo a Descoberto						
Escelsapar	1.516	1.557		3.073	100,00	100,00
CEJA	6.716	21.339		(21.038)	7.017	100,00
Terra Verde	17.250	574	(133)	17.691	92,00	92,00
Total	25.482	23.470	(133)	(21.038)	27.781	

As adições ocorridas no exercício referem-se a aumento de capital em todas as controladas.

Escelsapar

A Escelsapar possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$3.073 (R\$1.516 em 31 de dezembro de 2011).

Terra Verde

A Terra Verde possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$16.236 (R\$15.663 em 31 de dezembro de 2011) e na Companhia foi registrada uma provisão para perda com investimento no montante de R\$1.455 (R\$1.587 em 31 de dezembro de 2011).

Em Assembleia Geral Extraordinária da Terra Verde, realizada em 14 de setembro de 2010, a Companhia

manifestou interesse em interromper a implantação do projeto Terra Verde, em caráter definitivo, razão pela qual apresentou proposta de dissolução da sociedade que tem como outro acionista a Investimento Verde Participações Ltda., a qual não aceitou a proposta. Diante desse fato, a Companhia ajuizou, em 20 de setembro de 2010, a competente ação de dissolução da sociedade, processo nº 58300 201 01846178 que tramita na 3ª Vara Cível da Capital de São Paulo. Em 22 de dezembro de 2011 a Companhia celebrou com a Investimento Verde um Termo de Transação e Outras Avenças com o objetivo de suspender e consequentemente por fim às demandas judiciais e demais controvérsias, transação esta compreendendo o valor de R\$6.500 mil corrigido *pro rata die*, pelo IGP-M, a ser desembolsada pela EDP assim que satisfeitas as condições precedentes.

	Consolidado				
	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2012
EDP Energias do Brasil					
EDP Renováveis	25.730	66.345		(2.899)	89.176
Outros	5.320		(1)		5.319
Lajeado					
Outros	55				55
Omega					
Outros	520				520
EDP Comercializadora					
BBCE		200			200
Outros Investimentos					
Enercouth	1.271				1.271
Total	32.896	66.545	(1)	(2.899)	96.541

Participação acionária da EDP Comercializadora no Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE

Em 15 de dezembro de 2011 na Reunião de Diretoria da Companhia foi aprovada a aquisição de 1 lote de mil ações no valor de R\$200, pela EDP Comercializadora que lhe dará direito a uma posição no conselho de administração da BBCE. A BBCE é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado com Capital Social de R\$12 milhões (60 lotes de 1.000 ações) e está aberta a participação de todos os Agentes do Ambiente de Comercialização Livre - ACL. Em 28 de fevereiro de 2012 a EDP Comercializadora efetuou a integralização no Capital Social da BBCE no valor de R\$200.

14.2 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia				Passivos (circulantes e não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Receitas		Resultado do exercício			
	31/12/2012	31/12/2011	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante	Ativos totais	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Bandeirante	39.091.735	39.091.735	100,00	100,00	100,00	100,00	2.511.611	2.577.538	1.732.322	1.786.170	779.289	791.368	2.557.089	2.584.707	80.968	222.901
Enercouth	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	4.904	5.077	93	509	4.811	4.568			(257)	(177)
Energest	1.000.572	1.000.572	100,00	100,00	100,00	100,00	766.803	776.131	270.299	259.505	496.504	516.626	191.041	143.274	103.963	104.148
Enerpeixe	499.951	499.951	60,00	60,00	60,00	60,00	2.006.404	2.076.504	697.274	763.251	1.309.129	1.313.253	395.166	357.914	189.977	162.703
EDP Comercializadora	26.217	26.217	100,00	100,00	100,00	100,00	218.963	166.382	158.167	116.691	60.796	49.691	1.354.606	921.735	38.506	23.698
Escelsa	5.876	5.876	100,00	100,00	100,00	100,00	2.461.523	2.209.340	1.830.402	1.500.560	631.121	708.780	1.902.304	1.647.749	156.952	103.976
Escelsapar	10	10	100,00	100,00	100,00	100,00	4.368	5.381	7.441	6.897	(3.073)	(1.516)			(1.557)	(731)
CEJA	20.127	20.127	100,00	100,00	100,00	100,00	552.408	418.665	559.426	425.382	(7.018)	(6.717)			(36.348)	(7.144)
Lajeado	113.690	113.690	55,86	100,00	55,86	100,00	1.707.615	1.704.577	206.131	200.147	1.501.484	1.504.430	446.140	427.329	(7.539)	(6.145)
Porto do Pecém	475.274	475.274	50,00	50,00	50,00	50,00	2.079.137	1.718.441	1.467.704	1.351.000	611.433	367.441	166.533		(103.500)	(35.820)
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	600	600	50,00	50,00	50,00	50,00	549	679	210	152	339	527	779	406	(188)	(74)
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração	1	1	50,00	50,00	50,00	50,00	1.492	841	1.123	549	369	292			(136)	(259)
Terra Verde (i)			92,00	92,00	92,00	92,00	244	244	17.891	17.268	(17.647)	(17.024)			(623)	(11.856)
EDP Renováveis	46.893	46.893	45,00	45,00	45,00	45,00	234.163	189.769	35.992	132.558	198.171	57.211			(6.441)	(7.738)
Evrecy		21.512	100,00	100,00	100,00	100,00		29.747		1.890		27.857	9.885	6.518	5.755	4.879

15. Ativo financeiro indenizável

As controladas Bandeirante e Escelsa possuem saldo de R\$690.278 (R\$483.082 em 31 de dezembro de 2011, inclui a controlada Evrecy) no não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes ativos financeiros são avaliados com base no valor residual histórico dos ativos vinculados à concessão e que serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão.

A ANEEL emitiu em 7 de fevereiro de 2012, a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados.

Em virtude de o ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) ser omissivo sobre o tratamento contábil dessa situação, a Administração exerceu seu julgamento na aplicação de uma política contábil que refletisse a essência econômica dessa alteração e representasse adequadamente a posição patrimonial, conforme requerido pelo CPC 23 (IAS 8), item 10.

Como resultado dessa análise, o acréscimo no saldo do ativo financeiro indenizável, no valor de R\$3.979, apurado em 1º de janeiro de 2012, foi registrado em contrapartida ao saldo do ativo intangível, para refletir a nova parcela que será recuperada diretamente do Poder Concedente no final da concessão. Como decorrência desse registro contábil ocorreu uma redução equivalente no saldo do ativo intangível para adequar a parcela que será recuperada através da prestação dos serviços outorgados (venda de energia). A implementação desta alteração das taxas anuais de depreciação, resultou num acréscimo da vida útil média dos ativos da Companhia de 22 para 24 anos.

A Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783/13, em seu artigo 8º, parágrafo 2º determina que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente, motivo pelo qual as controladas Bandeirante e Escelsa efetuaram o registro contábil em dezembro de 2012 do valor da diferença entre o valor novo de reposição - VNR e o Custo Histórico Corrigido no montante de R\$102.439 em contrapartida à redução da rubrica de Valor novo de reposição em Gastos operacionais (Nota 30).

A movimentação do exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Transfe-rências de intangível	Adições	Valor novo de reposição	Baixas	Reclassi-ficação	Alienação de empresa (*)	Valor líquido em 31/12/2012
Ativo financeiro indenizável	483.082	129.926	1.939	102.439	(6.300)	188	(20.996)	690.278
Total	483.082	129.926	1.939	102.439	(6.300)	188	(20.996)	690.278
Circulante	797							797
Não circulante	482.285							690.278
	483.082							690.278

(*) Vide nota 3.2

16. Propriedades para investimentos

O saldo de R\$4.127 em 31 de dezembro de 2012 (R\$4.186 em 31 de dezembro de 2011), refere-se aos investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pela qual se aufera uma renda. São avaliados ao custo de aquisição.

O valor justo destas propriedades, de acordo, com avaliação de empresa terceirizada especializada em dezembro de 2012, é de R\$24.336 (R\$25.859 em 31 de dezembro de 2011).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 Imobilizado

	Controladora							
	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	6,25	8	(5)	3	10,00	8	(4)	4
Máquinas e equipamentos	12,64	1.281	(688)	593	10,00	1.043	(579)	464
Veículos	14,29	1.281	(611)	670	20,00	1.272	(476)	796
Móveis e utensílios	6,25	1.590	(1.076)	514	10,00	1.591	(995)	596
		4.160	(2.380)	1.780		3.914	(2.054)	1.860
Total do Imobilizado em serviço		4.160	(2.380)	1.780		3.914	(2.054)	1.860
Imobilizado em curso								
Administração		3.224		3.224		1.253		1.253
Total do imobilizado em curso		3.224		3.224		1.253		1.253
Obrigações vinculadas à concessão								
Total imobilizado		7.384	(2.380)	5.004		5.167	(2.054)	3.113

	Consolidado							
	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		169.090		169.090		164.612		164.612
Reservatórios, barragens e adutoras	1,87	1.993.878	(329.795)	1.664.083	1,03	1.982.466	(289.330)	1.693.136
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,77	1.120.996	(179.311)	941.685	2,09	777.274	(161.397)	615.877
Máquinas e equipamentos	2,69	2.333.215	(392.683)	1.940.532	2,52	1.687.378	(347.526)	1.339.852
Veículos	14,63	4.154	(3.095)	1.059	10,74	3.866	(2.613)	1.253
Móveis e utensílios	5,01	2.847	(1.325)	1.522	2,98	2.432	573	3.005
		5.624.180	(906.209)	4.717.971		4.618.028	(800.293)	3.817.735
Transmissão								
Terrenos		1		1		1		1
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,55	96	(53)	43	4,00	96	(49)	47
Máquinas e equipamentos	3,66	36.238	(10.424)	25.814	3,49	36.239	(9.144)	27.095
		36.335	(10.477)	25.858		36.336	(9.193)	27.143
Administração								
Terrenos		3.638		3.638		3.638		3.638
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,84	164	(43)	121	4,29	163	(36)	127
Máquinas e equipamentos	12,98	4.645	(2.386)	2.259	9,81	4.231	(1.956)	2.275
Veículos	14,50	3.681	(1.825)	1.856	19,26	3.652	(1.383)	2.269
Móveis e utensílios	6,66	3.282	(2.008)	1.274	8,91	3.268	(1.819)	1.449
		15.410	(6.262)	9.148		14.952	(5.194)	9.758
Atividades não vinculadas à concessão								
Terrenos		85		85		273		273
Móveis e utensílios	6,64	369	(257)	112	10,00	370	(234)	136
		454	(257)	197		643	(234)	409
Total do Imobilizado em serviço		5.676.379	(923.205)	4.753.174		4.669.959	(814.914)	3.855.045
Imobilizado em curso								
Distribuição		1		1				
Geração		1.509.700	(7.800)	1.501.900		1.810.738	(7.800)	1.802.938
Administração		4.455		4.455		1.550		1.550
Total do imobilizado em curso		1.514.156	(7.800)	1.506.356		1.812.288	(7.800)	1.804.488
Total imobilizado		7.190.535	(931.005)	6.259.530		6.482.247	(822.714)	5.659.533

O imobilizado em curso refere-se basicamente aos investimentos na UTE Porto do Pecém, no montante de R\$878.258 (R\$1.422.669 em 31 de dezembro de 2011), na UHE Santo Antônio do Jari, no montante de R\$426.602, na repotenciação das UHE's Lajeado, Mascarenhas e Tupirantins que totalizam R\$56.869 (R\$143.061 em 31 de dezembro de 2011) refere-se às UHEs Mascarenhas e Tupirantins e PCH Rio Bonito).

O saldo correspondente aos montantes da rubrica de Transmissão refere-se a itens do imobilizado em serviço das geradoras Costa Rica e Investco.

O valor de depreciação no Imobilizado em curso refere-se a provisão para imparidade da controlada Terra Verde, registrada até o período.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora					
	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço/Intangível	Depreciação	Baixas	Valor líquido 31/12/2012
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	4			(1)		3
Máquinas e equipamentos	464			(109)		593
Veículos	796			(159)	(33)	670
Móveis e utensílios	596			(82)		514
Total do imobilizado em serviço	1.860			304	(33)	1.780
Total do Imobilizado em curso	1.253	2.301		(324)	(6)	3.224
Total do imobilizado	3.113	2.301		(20)	(39)	5.004

	Consolidado							
	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Juros Capitalizados	Transferência para imobilizado em serviço/Intangível	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2012
Imobilizado em serviço								
Terrenos	168.525			4.478			(188)	172.815
Reservatórios, barragens e adutoras	1.693.075			11.602	(40.652)	(1)	5.364	1.669.388
Edificações, obras civis e benfeitorias	616.053	1		343.934	(17.896)	(168)	(71)	941.852
Máquinas e equipamentos	1.369.280	234		661.752	(58.771)	(3.406)	(5.792)	1.963.297
Veículos	3.521	118		518	(1.120)	(123)		2.914
Móveis e utensílios	4.591	214		243	(2.192)	(19)	70	2.907
Total do imobilizado em serviço	3.855.045	567		1.022.527	(120.631)	(3.717)	(617)	4.753.174
Total do Imobilizado em curso	1.804.488	625.733	96.409	(1.020.225)		(4.359)	4.309	1.506.356
Total do imobilizado	5.659.533	626.300	96.409	2.302	(120.631)	(8.076)	3.692	6.259.529

No exercício, não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis, nem ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

17.1 Ingressos

Construção UHE Santo Antônio do Jari

A controlada indireta ECE celebrou um contrato de *Engineering Procurement and Construction - EPC* na modalidade *turn-key* pleno com um consórcio constituído pelas empresas CESBE S.A Engenharia e Empreendimentos,

Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. e Areva Koblitz S.A.

A construção da UHE Santo Antônio do Jari tem evoluído de acordo com o cronograma previsto:

A Licença de Instalação do projeto foi emitida em junho de 2011 e as obras foram iniciadas em agosto de 2011 com conclusão prevista para o final de 2014. No ano de 2012, foram também emitidas as Licenças de Instalação específicas para: (i) a construção da Linha de Transmissão (LT) 230 kV para conexão à Rede Básica; e (ii) a implantação do Projeto de Realocação da Vila de São Francisco do Iratapuru.

O investimento correspondente à participação da Companhia totalizou R\$333.887, excluindo juros capitalizados no projeto de R\$19.205.

O investimento total previsto para o projeto situa-se entre R\$1.270 milhões e R\$1.410 milhões.

Construção UTE Porto do Pecém (vide notas 3.1 e 3.4)

O projeto atingiu um progresso físico de 99,3% e o investimento correspondente à participação da Companhia totalizou R\$210.269, excluindo juros capitalizados no projeto de R\$74.446.

A Unidade II encontra-se em estágio avançado de comissionamento, já tendo ocorrido o primeiro acendimento da caldeira (*first fire*) e o processo de sopro de vapor. Os próximos eventos previstos são: (i) testes à turbina e gerador; (ii) ensaios de sincronização e (iii) serviço operacional.

18. Intangível

	Controladora								
	31/12/2012				31/12/2011				
	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço									
Administração									
Software		20,00	2.770	(2.139)	631	20,00	2.522	(1.994)	528
Total do intangível em serviço		2.770	(2.139)	631		2.522	(1.994)	528	
Intangível em curso									
Administração		1.039		1.039		328		328	
Total do intangível em curso		1.039		1.039		328		328	
Total intangível		3.809	(2.139)	1.670		2.850	(1.994)	856	

	Consolidado								
	Nota	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço									
Distribuição									
Direito de concessão - Infraestrutura		4,02	4.188.378	(2.441.753)	1.746.625	4,78	4.110.408	(2.297.792)	1.812.616
			4.188.378	(2.441.753)	1.746.625		4.110.408	(2.297.792)	1.812.616
Geração									
Software		19,58	4.080	(3.111)	969	19,48	3.700	(2.520)	1.180
Servidão permanente			670		670		487		487
Direito de concessão - Licenças ambientais		14,87	3.854	(2.325)	1.529	16,58	3.854	(1.752)	2.102
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		3,27	171.560	(39.864)	131.696	3,27	171.561	(34.253)	137.308
Direito de concessão - Outros	18,1	2,39	1.249.450	(216.528)	1.032.922	2,39	1.249.449	(186.675)	1.062.774
			1.429.614	(261.828)	1.167.786		1.429.051	(225.200)	1.203.851
Transmissão									
Servidão permanente			111		111		111		111
			111		111		111		111
Administração									
Software		18,79	6.703	(4.613)	2.090	19,92	6.063	(3.992)	2.071
Direito de concessão - Outros	18,1		303.564	(55.534)	248.030		303.564	(49.152)	254.412
			310.267	(60.147)	250.120		309.627	(53.144)	256.483
Total do intangível em serviço			5.928.370	(2.763.728)	3.164.642		5.849.197	(2.576.136)	3.273.061

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Consolidado							
		31/12/2012			31/12/2011				
		Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em curso									
Distribuição			175.255		175.255		210.486		210.486
Geração			40.748		40.748		38.218		38.218
Administração			2.044		2.044		1.085		1.085
Total do intangível em curso			218.047		218.047		249.789		249.789
Atividades não vinculadas à concessão									
Ágio na incorporação de sociedade controladora			940.511		940.511		940.511		940.511
(-) Provisão para manutenção de dividendos			(940.511)		(940.511)		(940.511)		(940.511)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos			305.048		305.048		256.245		256.245
(-) Amortização acumulada do ágio			(305.048)		(305.048)		(256.245)		(256.245)
Subtotal									
Goodwill									
Lajeado Energia e Investco			42.293		42.293		42.293		42.293
			42.293		42.293		42.293		42.293
Total intangível			6.188.710		(2.763.728)		3.424.982		6.141.279
									(2.576.136)
									3.565.143

O ágio no montante de R\$42.293 gerado na combinação de negócios em setembro de 2008, quando a Companhia efetuou a troca de participação acionária detida na Enersul pelas participações acionárias detidas pela Rede Energia S.A. nas participadas Lajeado e Investco, bem como pelas participações acionárias detidas pela Rede Power do Brasil S.A. na Lajeado e Tocantins Energia S.A.

O ágio de expectativa de resultados futuros, sem vida útil definida é sujeito a análise de recuperação anual e sem efeitos fiscais.

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2011		Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortização	Baixas	Valor líquido em 31/12/2012
Intangível em serviço							
Software		528			248	(145)	631
Intangível em curso		328	946		(228)	(7)	1.039
		856	946		20	(145)	1.670

	Valor líquido em 31/12/2011		Ingressos	Juros capitalizados	Transferência para intangível em serviço/imobilizado	Transferências para ativo financeiro indenizável	Amortização	Baixas	Reclassificação para imobilizado	Valor líquido em 31/12/2012
Intangível em serviço										
Software		3.251	129		775		(1.215)	(1)	121	3.060
Servidão permanente		598			183					781
Direito de concessão - Licenças ambientais		2.102					(573)			1.529
Direito de concessão - Infraestrutura		1.812.616			276.789	(129.926)	(187.175)	(25.679)		1.746.625
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		137.308					(5.613)			131.695
Direito de concessão - Outros		1.317.186					(36.664)			1.280.952
Intangível em curso		249.789	245.046	8.903	(280.049)			(1.212)	430	218.047
Goodwill		42.293							(4.430)	42.293
Total Intangível		3.565.143	245.175	8.903	(2.302)	(129.926)	(231.240)	(26.892)	(3.879)	3.424.982

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual, representativa do conjunto de bens tangíveis e intangíveis.

O valor recuperável do ágio das controladas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Nesta base, para efeitos destes testes, foram definidos um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

Unidades geradoras de caixa: Bandeirante, Escelsa, Energest, EDP Comercializadora, Enerpeixe, Lajeado e Investco;

Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - *equity value*;

Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo e tarifas previstas e valor residual no final da concessão;

Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da concessão;

Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M/IPCA: 4,24% a.a.;

Taxa de desconto utilizada (líquido de imposto): taxa média da remuneração do investimento: 8,05%.

Em 31 de dezembro de 2012 o teste de recuperação dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No exercício não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis ou eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

18.1 Direito de Concessão - Outros

	Consolidado		
	Custo	Amortização	Total
Bandeirante	38.143	(15.184)	22.959
Lajeado	122.533	(51.761)	70.772
Enerpeixe	3.837	(1.071)	2.766
Porto do Pecém	3.590	(10)	3.580
Pantanal	13.373	(4.671)	8.702
ECE Participações	584.274		584.274
Investco	787.264	(199.365)	587.899
Total	1.553.014	(272.062)	1.280.952

20. Debêntures**20.1 Composição do saldo de Debêntures**

Agente Fiduciário	Empresa	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora				
										31/12/2012		31/12/2011		
										Encargos Não circulante	Principal Não circulante	Encargos Não circulante	Principal Não circulante	
Pentágono S.A.					1ª emissão em	28/08/2012 a	Investimentos em ativos de		Principal e juro em parcela					
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDPE	45.000	10	450.000	28/08/2012	28/02/2014	geração de energia	105,0% do CDI	única no final			11.086	450.000	
Custos de emissão	EDPE			(530)								(412)	(412)	
Total												11.086	449.588	460.674

Agente Fiduciário	Empresa	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Consolidado									
										31/12/2012		31/12/2011							
										Encargos Não circulante	Principal Não circulante	Encargos Não circulante	Principal Não circulante						
Banco Citibank S.A.	Escelsa	25.000	10	250.000	02/07/2007	02/07/2014	Alongamento da dívida. Pagamento das Senior Notes com vencimento em 15/07/2007.	105,0% do CDI	Principal anual e juro semestral			83.325	83.350	166.675		83.325	166.675	250.000	
Custos de emissão	Escelsa								Amortização mensal			(136)	(45)	(181)		(227)	(181)	(408)	
SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.	Bandeirante	39.000	10	390.000	01/07/2010	30/06/2016	Recomposição de caixa ao pagamento de dívidas e ao financiamento de capital de giro.	CDI + 1,50% semestral	Principal anual e juro semestral	17.080			390.000	407.080	25.360		390.000	415.360	
Custos de emissão	Bandeirante								Amortização mensal	(535)			(805)	(1.340)	(535)		(1.450)	(1.985)	
Banco Bradesco BBI S.A.	Energest	12.000	1	120.000	23/04/2012	23/04/2017	Alongamento da dívida, financiamento de capital de giro e financiamento de CAPEX.	CDI + 0,98% semestral	Principal anual a partir de abril/2016 e juro semestral	1.713			120.000	121.713					
Custos de emissão	Energest			(635)					Amortização mensal				(541)	(541)					
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDPE	45.000	10	450.000	1ª emissão em	28/08/2012 a	Investimentos em ativos de geração de energia	105,0% do CDI	Principal e juro em parcela única no final			11.086	450.000	461.086					
Custos de emissão	EDPE			(530)									(412)	(412)					
Oliveira Trust Custos de emissão	CEJA	300	1.000	300.000	1ª emissão em	24/10/2011 a	Alongamento da dívida. Liquidação das CCBs utilizadas na aquisição da UHE Jari.	110,5% do CDI	Principal e juro em parcela única no final	34.125		300.000	334.125	5.593		300.000	305.593		
Total									Amortização mensal				(37)	(37)					
										52.383	11.086	383.152	1.041.547	1.488.168	24.825	5.593	83.098	855.044	968.560

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

										Consolidado											
										31/12/2012					31/12/2011						
										Encargos		Principal			Encargos		Principal				
Moeda nacional	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total		
					30/05/2010	Programa Reluz - Município de		5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal			2.000	2.667	4.667			2.000	4.665	6.665		
					30/04/2015	Guarulhos/SP															
					30/03/2009	Programa Reluz - Município de		5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal			493	82	575			493	575	1.068		
					28/02/2014	Suzano/SP															
					30/08/2012	Programa Reluz - Município de		5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal			3	548	1.965	7		227	2.430	2.664		
					30/07/2017	Guaratinguetá/SP															
					30/07/2012	Programa Reluz - Município de		5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal			4	524	1.881			224	2.325	2.549		
					30/07/2017	Mogi das Cruzes/SP															
					30/08/2006	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal				1.065	2.752	3.817		1.064	3.819	4.883		
					30/07/2016																
					30/11/2009	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal				1.313	7.663	8.976		371	2.533	2.904		
					30/10/2019																
					05/06/2007	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.		105% do CDI	Principal anual e Juros semestral			97		20.497	335		20.400	20.400	41.135		
					05/12/2013	Capital de Giro															
					22/06/2011	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.		100% do CDI	Principal e juros em parcela única no final			4.476		30.000	1.800			30.000	31.800		
					06/06/2014	Capital de Giro															
					15/07/2008	Programa de Investimentos a de		3,3% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal			29		5.937	2.968	8.934	59	5.937	8.905	14.901	
					15/06/2014	maio de 2006															
					15/07/2008	Programa de Investimentos a de		3,3% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal			29		5.937	2.968	8.934	59	5.937	8.905	14.901	
					15/06/2014	maio de 2006															
					17/02/2010	Programas de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.		4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal			247		19.864	72.916	93.027	320	18.219	84.718	103.257	
					17/06/2019																
					17/02/2010	Programas de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.		4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal			312		24.693	88.172	113.177	388	21.933	96.882	119.203	
					15/05/2017																
					17/02/2010	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.			Principal e juros mensal												
					15/05/2017				Amortização mensal do custo de transação												
					30/01/2012	Programa Reluz - Município de		5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal												
					30/12/2016	Viana/ES															
					30/12/2008	Programa Reluz - Município de		5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal												
					30/11/2013	Alfredo Chaves/ES															
					30/11/2013	Programa Reluz - Município de		5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal												
					30/08/2006	Santa Maria de Jetiba/ES															
					30/07/2016	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal												
					30/05/2008																
					30/04/2018	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal												
					30/04/2010																
					30/04/2020	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal												
					30/01/2012																
					30/12/2021	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e juros mensal												
					10/02/2014	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.		105% do CDI	Principal anual e Juros semestral			464	7.134	8.080	8.080	23.758	1.123	8.080	16.160	25.363	
					10/02/2014	Capital de Giro															
					29/11/2010	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.		100% do CDI	Principal e juros em parcela única no final			1.919	30.295	7.000	110.500	149.714	1.226	20.597	7.000	117.500	146.323
					29/05/2015	Capital de Giro															
					27/05/2011	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.		100% do CDI	Principal e juros em parcela única no final												
					9/05/2014	Capital de Giro															
					24/06/2010	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.			Custo												
					24/06/2010																
					29/05/2015	Programa de investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica.		3,3% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal												
					15/07/2008																
					15/06/2014																
					15/06/2014																
					27/12/2007																
					33.160																
					35.358																

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A controlada Bandeirante mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, como segue:

22.1.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão**22.1.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável**

Estruturado na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição Variável", a partir de 1º de junho de 2011, a gestão do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante passou para responsabilidade da EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da controlada Bandeirante, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos no regulamento do PSAP/Bandeirante. O valor de R\$154.438 corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano que possui a adesão de 602 colaboradores em 31 de dezembro de 2012.

O plano possui as seguintes características:

(i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. Em decorrência do déficit apurado, a controlada Bandeirante possui um compromisso que está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano

é da controlada Bandeirante.

(ii) Planos de Benefícios Misto - BD e CD

• Plano BD - Vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a controlada Bandeirante e os participantes.

• Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada Bandeirante. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto passa a poder gerar responsabilidade atuarial à controlada Bandeirante.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a controlada Bandeirante contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou que nos Planos do tipo Benefício definido o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário, conforme demonstrado a seguir na movimentação do período do passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

	2012			2011		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(586.920)	492.753	(94.167)	(486.439)	373.195	(113.244)
Custo do serviço corrente	93		93	939		939
Custo dos juros	(58.926)		(58.926)	(51.189)		(51.189)
Rendimento esperado dos ativos		54.480	54.480		43.453	43.453
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(122.405)	50.827	(71.578)	(73.990)	82.364	8.374
Contribuições pagas pela Companhia		15.660	15.660		17.500	17.500
Contribuições pagas pelos empregados	(2.107)	2.107		(1.766)	1.766	
Benefícios pagos pelo plano	27.792	(27.792)		25.525	(25.525)	
Saldo final reconhecido	(742.473)	588.035	(154.438)	(586.920)	492.753	(94.167)
Valor presente das obrigações atuariais	(742.473)	588.035	(154.438)	(586.920)	492.753	(94.167)

O retorno real dos ativos do plano no exercício cresceu substancialmente por valorização daqueles ativos, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012.

A perda atuarial de R\$122.405 no valor presente das obrigações apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012 foi decorrente principalmente da revisão das premissas de crescimento salarial futuro utilizadas nesta avaliação. Em 2011, houve perda atuarial de R\$73.990.

As contribuições da controlada Bandeirante esperadas para este plano para o exercício de 2012 são de R\$16.075.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão da Bandeirante - PSAP/Bandeirante, reconhecida no resultado de 2012 e 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	1.771	1.207
Custo dos juros	58.926	51.189
Rendimento esperado dos ativos	(54.480)	(43.453)
Contribuições esperadas dos empregados	(1.864)	(2.146)
Total	4.353	6.797

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2012 de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social é de R\$73.733 (R\$26.492 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2011).

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Ajustes de experiência com ativos do plano (Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(50.827)	(82.364)	17.794	(10.854)	16.490
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	-8,64%	-16,72%	4,77%	-3,07%	5,28%
Ajustes de experiência com obrigações do plano (Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	122.405	73.990	32.761	(16.553)	(9.382)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	16,49%	12,61%	6,73%	-3,85%	-2,22%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(742.473)	(586.920)	(486.439)	(430.120)	(422.199)
Valor justo dos ativos	588.035	492.753	373.195	354.080	312.153
Situação do plano	(154.438)	(94.167)	(113.244)	(76.040)	(110.046)

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	31/12/2012 Alocação %	31/12/2011 Alocação %
Títulos de dívida	89,50%	85,60%
Ações	8,40%	11,56%
Imóveis	0,30%	0,36%
Outros	1,80%	2,48%
Total	100%	100%

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2012			2011		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo
Saldo inicial	(159.876)	258.427	(98.551)	(143.214)	239.072	(95.858)
Custo do serviço corrente	(394)		394	(113)		113
Custo dos juros	(15.699)		15.699	(14.729)		14.729
Rendimento esperado dos ativos		27.961	(27.961)		27.092	(27.092)
Ganhos/(perdas) atuariais	(26.995)	6.421	20.574	(13.304)	3.572	9.732
Contribuições pagas pela Companhia		210	(210)		175	(175)
Contribuições pagas pelos empregados	(206)	206		(172)	172	
Benefícios pagos pelo plano	12.024	(12.024)		11.656	(11.656)	
Saldo final	(191.146)	281.201	(90.055)	(159.876)	258.427	(98.551)

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a controlada Escelsa. A Administração da controlada Escelsa não registrou esse ativo por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou a reversão de valores no futuro.

Na qualidade de patrocinadora, a controlada Escelsa contribuiu com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A Companhia contribuiu no exercício com R\$2.882 (R\$2.778 em 2011).

Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes na situação do plano decorrentes de ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2012	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(6.421)	(3.572)	(28.137)	(1.972)	19.700
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	-2,28%	-1,38%	-11,77%	-0,99%	10,50%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	26.995	13.304	7.782	9.016	(8.448)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	14,12%	8,32%	5,43%	6,80%	-7,01%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(191.146)	(159.876)	(143.214)	(132.626)	(120.453)
Valor justo dos ativos	281.201	258.427	239.072	200.084	187.553
Situação do plano	90.055	98.551	95.858	67.458	67.100

Classe de ativo	2012		2011	
	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,22%	82,40%	10,84%
Ações	14,40%	16,27%	14,40%	16,31%
Imóveis	0,60%	10,01%	0,60%	10,77%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	100%	11,10%	100%	11,63%

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes do plano:

	31/12/2012	31/12/2011
Participantes ativos	666	749
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	136	103
Aposentados e pensionistas	653	610
Total	789	713
Total	1.455	1.462

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2012	2011
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,10% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Inflação	5,00% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas	5,00% a.a.	4,50% a.a.

RP 2000 Gerational
RP 2000 Disabled
Wyatt 85 Class 1

22.2 Escelsa

A controlada Escelsa mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

22.2.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões**22.2.1.1 Planos de Benefício definido e contribuição variável**

• Plano I - Escelsos estruturado na modalidade "Benefício Definido", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.

• Plano II - Escelsos estruturado na modalidade "Contribuição Variável", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

Esse plano tem a adesão de 661 colaboradores.

	2012			2011		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo
Saldo inicial	(159.876)	258.427	(98.551)	(143.214)	239.072	(95.858)
Custo do serviço corrente	(394)		394	(113)		113
Custo dos juros	(15.699)		15.699	(14.729)		14.729
Rendimento esperado dos ativos		27.961	(27.961)		27.092	(27.092)
Ganhos/(perdas) atuariais	(26.995)	6.421	20.574	(13.304)	3.572	9.732
Contribuições pagas pela Companhia		210	(210)		175	(175)
Contribuições pagas pelos empregados	(206)	206		(172)	172	
Benefícios pagos pelo plano	12.024	(12.024)		11.656	(11.656)	
Saldo final	(191.146)	281.201	(90.055)	(159.876)	258.427	(98.551)

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	31/12/2012 Alocação %	31/12/2011 Alocação %
Títulos de dívida	91,09%	90,80%
Ações	7,60%	7,76%
Imóveis	0,44%	0,50%
Outros	0,87%	0,94%
Total	100%	100%

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

Classe de ativo	2012		2011	
	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,22%	82,40%	10,84%
Ações	14,40%	16,27%	14,40%	16,31%
Imóveis	0,60%	10,01%	0,60%	10,77%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	100%	11,10%	100%	11,63%

O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R\$34.382 (R\$30.644 em 2011), face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R\$27.961 (R\$27.092 em 2011), ocasionando assim um ganho atuarial de R\$6.421 (R\$3.572 em 2011) não registrados no Patrimônio Líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superávit mencionado anteriormente.

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes dos planos:

	Plano I	Plano II	31/12/2012	31/12/2011
Participantes ativos	2	723	725	802
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos		15	15	11
Aposentados e pensionistas	719	214	933	941
Total	721	229	948	952
Total	721	952	1.673	1.754

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2012		2011	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,10% a.a.	11,10% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.
	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimentos salariais futuros	5,00% a.a.	5,00% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação				

Demográficas	2012		2011	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

22.2.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria, Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA	1.730	981	1.302	2.597
Assistência médica e seguro de vida	17.512	10.591	339.280	174.582
Previdência Privada - EnerPrev	27	26		
	19.269	11.598	340.582	177.179

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da controlada Escelsa.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado a seguir na movimentação do período do passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano	Valor presente (Passivo) das obrigações reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor presente (Passivo) das obrigações reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(188.751)	(188.751)	(96.725)	(96.725)
Custo do serviço corrente	(2.331)	(2.331)	(1.366)	(1.366)
Custo dos juros	(21.565)	(21.565)	(13.220)	(13.220)
Custo do serviço passado	(2.596)	(2.596)	(2.596)	(2.596)
Custo especial por término de benefício	(130)	(130)		
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(163.650)	(163.650)	(86.631)	(86.631)
Benefícios pagos diretamente pela Companhia	19.199	19.199	11.787	11.787
Saldo final reconhecido	(359.824)	(359.824)	(188.751)	(188.751)
Custo do serviço passado não reconhecido	(25.237)		(27.833)	
Valor presente das obrigações atuariais	(385.061)	(359.824)	(216.584)	(188.751)

A controlada Escelsa iria reconhecer como despesa linear no prazo médio de 10 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados. Porém, de acordo com a Instrução CVM nº695/12, que altera a versão do CPC 33 para (R1), os custos do serviço passados não reconhecidos até o exercício de 2012 serão reconhecidos integralmente no exercício de 2013.

A perda atuarial de R\$163.650 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente da revisão das premissas de inflação médica e a mudança na taxa de desconto nesta avaliação. Em 2011, houve perda atuarial de R\$86.631.

As contribuições esperadas da controlada Escelsa para estes benefícios para o exercício de 2013 são de R\$19.242.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2012 e 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	2.331	1.366
Custo dos juros	21.565	13.220
Custo do serviço passado	2.596	2.596
Custo especial por término de benefício	130	
Total	26.622	17.182

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2012 de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social é de R\$208.735 (R\$100.726 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2011).

Ajustes de experiência com obrigações do plano	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
	(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	163.650	86.631	33.765	25.182
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	42,50%	40,00%	26,55%	33,56%	-19,64%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações totalmente descobertas	(385.061)	(216.584)	(127.154)	(75.040)	(55.428)
Situação do plano	(385.061)	(216.584)	(127.154)	(75.040)	(55.428)

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência Médica na Aposentadoria	Pressupostos Centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
		2012	2011
Obrigação de benefício definido	358.141	+1%	-1%
Custo do serviço e Custo dos juros	25.358	406.823	317.582
		28.657	22.677

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2012		2011	
	AIA	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	n/a	n/a	6,90% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	n/a	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Inflação médica de longo prazo		11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2024	n/a	n/a
Inflação	n/a	n/a	n/a	n/a
Fator de envelhecimento	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1

Econômicas	2011		2011	
	AIA	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	n/a	n/a	7,59% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023	n/a	n/a

Econômicas	2011			
	AIA	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1

22.3 Investco

A controlada Investco mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

22.3.1 Assistência médica Lei 9.656/98: Benefício Definido

	2012		2011	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Assistência médica Lei nº9.656/98	19	8	551	243
Previdência Privada - EnerPrev		4		
	19	12	551	243

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da controlada Investco, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a controlada Investco contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações do plano:

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano	Valor presente (Passivo) das obrigações reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor presente (Passivo) das obrigações reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(251)	(251)	(158)	(158)
Custo do serviço corrente	(106)	(106)	(89)	(89)
Custo dos juros	(69)	(69)	(298)	(298)
Custo do serviço passado	(19)	(19)		
Custo especial por término de benefício			554	554
Ganhos/(Perdas) atuariais reconhecidos no PL	(125)	(125)	(260)	(260)
Saldo final reconhecido	(570)	(570)	(251)	(251)
Custo do serviço passado não reconhecido	(406)		(425)	
Valor presente das obrigações atuariais	(976)	(570)	(676)	(251)

A controlada Investco iria reconhecer como despesa linear no prazo médio de 21 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados. Porém, de acordo com a Instrução CVM nº 695/12, que altera a versão do CPC 33 para (R1), os custos do serviço passados não reconhecidos até o exercício de 2012 serão reconhecidos integralmente no exercício de 2013.

As contribuições da controlada Investco esperadas para este plano para o exercício de 2013 são de R\$19.

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	106	158
Custo dos juros	69	89
Custo do serviço passado	19	298
Custo especial por redução de benefício		(554)
Total	194	(9)

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social é de R\$254 em 31 de dezembro de 2012 (R\$171 em 31 de dezembro de 2011).

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência Médica na Aposentadoria	Pressupostos Centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
		2012	2011
Obrigação de Benefício definido	976	+1%	-1%
Custo do serviço e Custo dos juros	194	1.142	841
		209	181

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2012		2011	
	AIA	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.
Inflação médica de longo prazo	11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2024	n/a	n/a	11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023
Inflação	n/a	n/a	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1

22.4 Energest

A controlada Energest mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros Benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, AIA e Outros benefícios a aposentados.

22.4.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões

22.4.1.1 Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável

A controlada Energest é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde outubro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A controlada Energest é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a controlada Energest contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

Esse plano tem a adesão de 23 colaboradores.

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Valor presente (Passivo) das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano
Saldo inicial reconhecido	(1.187)	2.643	1.456	(986)
Custo do serviço corrente	(51)		(51)	(25)
Custo dos juros	(118)		(118)	(103)
Rendimento esperado dos ativos		292	292	243
Ganhos/(Perdas) atuariais	(201)	(80)	(281)	(131)
Contribuições pagas pela Companhia	15		15	15
Contribuições pagas pelos empregados	(7)	7		8
Benefícios pagos pelo plano	48	(48)		(66)
Saldo final reconhecido	(1.516)	2.829	1.313	(1.187)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.516)	2.829	1.313	(1.187)

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a controlada Energest. A Administração da controlada Energest não registrou esse

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de patrocinadora, a controlada Energest contribuiu, com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes destes planos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A controlada Energest contribuiu no período com R\$183 (R\$181 em 31 de dezembro de 2011).

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	80	(328)	930	(130)	(182)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	2,83%	-12,41%	43,97%	-4,67%	-7,37%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	201	131	(459)	622	182
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	13,26%	11,05%	-46,55%	46,42%	21,41%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(1.516)	(1.186)	(986)	(1.340)	(850)
Valor justo dos ativos	2.829	2.642	2.115	2.782	2.469
Situação do plano	1.313	1.456	1.129	1.442	1.619

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	31/12/2012		31/12/2011	
	Alocação %	Alocação %	Alocação %	Alocação %
Títulos de dívida	89,12%	88,37%		
Ações	8,57%	9,13%		
Imóveis	0,88%	0,97%		
Outros	1,43%	1,53%		
Total	100,00%	100,00%		

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

Classe de ativo	2012		2011	
	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,22%	82,40%	10,84%
Ações	14,40%	16,27%	14,40%	16,31%
Imóveis	0,60%	10,01%	0,60%	10,77%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	100,00%	11,10%	100,00%	11,63%

O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R\$212, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R\$292, ocasionando assim um perda atuarial de R\$80 não registrados no Patrimônio Líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superávit mencionado anteriormente.

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes dos planos:

	2012		2011	
	Plano I	Plano II	31/12/2012	31/12/2011
Participantes ativos			41	46
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos			4	2
Aposentados e pensionistas	1	1	2	4
	1	5	6	4
Total	1	46	47	50

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2012		2011	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,10% a.a.	11,10% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.

Demográficas	2012		2011	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	n/a	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1

22.4.2 Auxílio Incentivo a aposentadoria, Assistência médica e Outros benefícios a aposentados: Benefício definido

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA	4	37		
Assistência médica e seguro de vida	108	48	4.981	2.272
Previdência privada - EnerPrev	20	17		
	132	102	4.981	2.272

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos e, nos casos aprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da controlada Energest.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a controlada Energest contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos.

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano	Valor presente (Passivo) das obrigações reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor presente (Passivo) das obrigações reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(2.357)	(2.357)		
Custo do serviço corrente	(143)	(143)	(90)	(90)
Custo dos juros	(392)	(392)	(177)	(177)
Custo do serviço passado	(155)	(155)	(190)	(190)
Ganhos/(Perdas) atuariais reconhecidos no PL	(2.086)	(2.086)	(1.907)	(1.907)
Benefícios pagos diretamente pela companhia	40	40	7	7
Saldo final reconhecido	(5.093)	(5.093)	(2.357)	(2.357)
Custo do serviço passado não reconhecido	(1.353)	(1.353)	(1.508)	(1.508)
Valor presente das obrigações atuariais	(6.446)	(5.093)	(3.865)	(2.357)

A controlada Energest iria reconhecer como despesa linear no prazo médio de 17 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados. Porém, de acordo com a Instrução CVM nº 695/12, que altera a versão do CPC 33 para (R1), os custos do serviço passados não reconhecidos até o exercício de 2012 serão reconhecidos integralmente no exercício de 2013.

A perda atuarial de R\$2.086 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente da revisão das premissas de inflação médica e a mudança na taxa de desconto nesta avaliação. Em 2011, houve perda atuarial de R\$1.907.

As contribuições esperadas da controlada Energest para estes benefícios para o ano de 2013 são de R\$112. A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2012 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	143	90
Custo dos juros	392	177
Custo do serviço passado	155	190
Total	690	457

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2012 de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social é de R\$2.635.

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Ajustes de experiência com obrigações do plano			
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	2.086	1.907	
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	32,36%	49,34%	
Situação do plano			
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(6.446)	(3.865)	(1.651)
Situação do plano	(6.446)	(3.865)	(1.651)

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência médica na aposentadoria	Pressupostos centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
		+1%	-1%
Obrigação de benefício definido	6.202	7.294	5.313
Custo do serviço e custo dos juros	638	728	565

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2012		Outros benefícios a aposentados
	AIA	Assistência médica	
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	n/a	6,90% a.a. 5,00% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6,0% a.a. até 2024	5,00% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	n/a	n/a
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a

Demográficas	2012		Outros benefícios a aposentados
	AIA	Assistência médica	
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

Econômicas	2011		Outros benefícios a aposentados
	AIA	Assistência médica	
Taxa de desconto - nominal	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	n/a	7,59% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	11,0% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6,0% a.a. até 2023	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	n/a	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a

Demográficas	2011		Outros benefícios a aposentados
	AIA	Assistência médica	
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

Econômicas	2011		Outros benefícios a aposentados
	AIA	Assistência médica	
Taxa de desconto - nominal	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	n/a	7,59% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	11,0% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6,0% a.a. até 2023	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	n/a	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a

Demográficas	2011		Outros benefícios a aposentados
	AIA	Assistência médica	
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

22.5 EnerPrev - Planos de pensão do tipo Contribuição definida
A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra planos de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia e suas controladas administram planos PGBL contratados, este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e suas controladas. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições das patrocinadoras e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de patrocinadoras deste tipo de planos, a Companhia contribuiu no período com R\$770 (R\$672 em 31 de dezembro de 2011) e as companhias do Grupo EDP Energias do Brasil contribuíram no período com o montante de R\$3.102 (R\$2.508 em 31 de dezembro de 2011).

Esse plano tem a adesão de 66^(*) colaboradores da Companhia e 778^(*) colaboradores de suas controladas.

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

23. Obrigações estimadas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	9.505	7.054	56.813	49.891
IRPJ/CSSL			260	137
INSS e FGTS	1.859	1.353	10.587	9.136
Total	11.364	8.407	67.660	59.164

Na rubrica folha de pagamento estão contempladas, basicamente, provisões de férias, 13º salário e a provisão para participação nos lucros e resultados do período.

24. Encargos regulatórios e setoriais
As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Consolidado							
	Saldo em Nota	31/12/2011	Adições	Alienação de Saldo em				
				Paga-mentos	Baixa empresas			
Quota de reserva global de reversão - RGR	23.765	51.971	(68.947)	17	(15)	6.791		
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	27.305	292.100	(305.372)			14.033		
Juros sobre fundo de reversão	73	875	(875)			73		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	18.607	244.739	(242.951)			20.395		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	7.059	39.079	(38.403)			7.735		
Encargos tarifários (ECE/EAEEE)	31.772	15	(74)			31.713		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	24.1	72.676	31.370	1.758	(17.841)	(10.029)	(141)	77.793
Programa de eficiência energética - PEE	24.1	98.281	20.088	1.031	(59.422)		59.978	
Taxa de fiscalização - ANEEL		1.158	14.372	(14.321)		(3)	1.206	
Outros encargos	24.2	1.713	12.052	(11.303)			2.462	
Total	282.409	706.661	2.789	(700.087)	(69.434)	(159)	222.179	
Circulante		275.374					205.108	
Não circulante		7.035					17.071	
Total		282.409					222.179	

24.1 Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)
Os gastos com P&D e PEE efetuados pelas controladas são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 300/08 e 316/08. As controladas tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente por competência o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D e PEE, quando ocorre a sua baixa.

24.2 Outros encargos
A Lei nº 12.911/09, regulamentada pelos Ofícios circulares nº 965/10-SFF/ANEEL e 648/10-SAF/ANEEL, estabeleceu às concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de recolhimento adicional de 0,3% da Receita operacional líquida, utilizando-se do mesmo critério de constituição de passivo de P&D, para fins de ressarcimento a Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional.

25. Uso de Bem Público
As controladas Enerpeixe e Investco, como retribuição pela outorga a elas concedidas para exploração dos potenciais hidrelétricos das usinas Peixe Angical e Lajeado, respectivamente, pagam à União, ao longo do prazo de vigência dos contratos de concessões e enquanto os estiverem explorando, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido nos contratos de concessões, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro para a Enerpeixe e dezembro para a Investco.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 18) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do Bem Público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38. Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento. Os saldos do Passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto. Segue abaixo movimentação do exercício:

Principal	Consolidado	
	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2011	20.184	231.139
Ajuste a valor presente	(8)	(209)
Encargos e atualizações monetárias	252	31.993
Amortizações	(19.258)	
Transferência para o circulante	20.783	(20.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	21.953	242.140

26. Provisões - Circulante e Não circulante

Nota	Controladora				Consolidado				
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	26.1	6.429	5.108	31.569	25.250	14.088	15.582	171.024	163.453
Licenças Ambientais	26.2					12.663	20.321	9.404	17.207
Desmantelamento								2.079	1.908
Contraprestação contingente	26.3					29.692	126.224		
Total	6.429	5.108	31.569	25.250	56.443	162.127	182.507	182.568	

Nota	Consolidado								
	Passivo				Ativo				
	Baixas		Reversões		Depósito Judicial (Nota 11)		Ativo		
Instâncias	Saldo em 31/12/2011	Adições	Reversões	Atualização monetária	Reclassificação	Saldo em 31/12/2012	Depósito Judicial (Nota 11)	Ativo	
1ª, 2ª e 3ª	54.914	26.102	(21.167)	10.573		63.176	28.458	24.857	
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	78.862	18.171	(17.342)	8.391	(10.149)	62.317	27.280	30.479
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	14.925	138	(406)	869	7.995	7.995	995	2.903
Outros		30.334	14.126	(6.556)	9.909	10.149	51.624		
Total		179.035	58.537	(45.065)	(29.606)	(7.531)	185.112	56.733	58.239
Circulante		15.582				14.088			
Não circulante		163.453				171.024			
Total		179.035				185.112			

26.1.1.1 Trabalhistas

Bandeirante
 Contemplam ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Subsequentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da controlada Bandeirante ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.
 Incluem também diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras e adicional de periculosidade.
 O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2012 é R\$18.676 (R\$18.484 em 31 de dezembro de 2011).

Escelsa, Energest, Investco, Escelsapar, Enerpeixe e EDP - Energias do Brasil
 Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.
 O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$44.500 (R\$36.430 em 31 de dezembro de 2011).

26.1.1.2 Cíveis
Bandeirante
 Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$37.158 (R\$47.105 em 31 de dezembro de 2011), destacando-se:

Processos movidos pela White Martins, quais sejam:
 • Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a controlada Bandeirante cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R\$60.951 e em junho de 2011 foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R\$10.627. A controlada Bandeirante apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R\$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R\$66.072. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R\$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e o Superior Tribunal de Justiça discutindo a questão. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial contra uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2012 é de R\$13.994 (R\$11.407 em 31 de dezembro de 2011).
 • Processo nº 583.00.2000.577510-1, em trâmite na 32ª Vara Cível do Foro central da Comarca de São Paulo que discute a legalidade da majoração tarifária instituída pelas Portarias nºs 38/86 e 45/86 do DNAEE, e a consequente devolução dos valores supostamente pagos a maior durante o período de congelamento de preços (fevereiro a novembro de 1986). No mês de fevereiro de 2012, a autora iniciou a execução da sentença condenatória e apresentou os cálculos do valor da condenação, qual seja, R\$6.375. Em contrapartida, a controlada Bandeirante realizou depósito judicial em garantia do referido valor, porém apresentou também impugnação aos cálculos da White Martins, visando sua redução para aproximadamente R\$ 5,7 milhões. Tendo em vista o acolhimento da impugnação da controlada Bandeirante, realizamos a baixa do valor provisionado no valor atualizado do depósito judicial. Em 13 de agosto de 2012, a White Martins efetuou o levantamento do montante atualizado de R\$5.889 e a Bandeirante levantou o saldo remanescente no valor de R\$703. Aguarda-se arquivamento da ação. Não há saldo provisionado em 31 de dezembro de 2012 (R\$13.213 em 31 de dezembro de 2011).

Escelsa
 Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.644 (em 31 de dezembro de 2011 não existia saldo provisionado).

EDP Comercializadora
 A controlada EDP Comercializadora, em 31 de dezembro de 2011 era parte na Ação declaratória de Nulidade da decisão arbitral, em trâmite no Juizado de Niterói no estado do Rio de Janeiro, movido pela Ampla Serviços e Energia S.A. e o risco envolvido no processo era relativo a sucumbência no caso de eventual condenação da controlada EDP Comercializadora.
 Em 12 de novembro de 2012 foi realizado um acordo entre as partes, afim de finalizar os processos judiciais relativos ao contencioso do contrato firmado em 26 de junho de 2002, o que originou a reversão das contingências cíveis conforme apresentado no quadro, vide nota 5.2.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$4.433, sendo este totalmente revertido em 31 de dezembro de 2012.
Investco
Indenizações
 As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da controlada Investco por conta do citado enchimento.

Desapropriações
 Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela controlada Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela controlada Investco e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 é de R\$14.209 e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 12).
26.1.1.3 Fiscais
Bandeirante
 A controlada Bandeirante possui processos relativos à exigência de ICMS na conta de energia, avaliados como perda provável. Esses casos representam em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$4.285 (R\$12.274 em 31 de dezembro de 2011).
 Há também discussões administrativas sobre exigência relativa à suposta utilização de crédito indevido de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas, cuja provisão em 31 de dezembro de 2012 é de R\$219 (em 31 de dezembro de 2011 não havia essa provisão).

Escelsa Participações
 O INSS lavrou notificação para exigência da contribuição previdenciária em razão da desconsideração de autônomos e de outras pessoas jurídicas, alegando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a controlada Escelsa Participações. A provisão é de R\$2.446 (R\$2.367 em 31 de dezembro de 2012) e o processo aguarda decisão judicial.

26.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios - Circulante e Não circulante
 A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

26.1.1 Risco de perda provável

As Administrações da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora						
	Passivo			Ativo			
	Instâncias	Saldo em 31/12/2011	Baixas Adições Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012	Depósito judicial (Nota 11)	
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011	
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	9			2	11	1.882
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	15	(15)				
Outros		30.334	8.824	(6.338)	5.167	37.987	
Total		30.358	8.824	(6.353)	5.169	37.998	1.882
Circulante		5.108			6.429		
Não circulante		25.250			31.569		
Total		30.358			37.998		

	Consolidado								
	Passivo				Ativo				
	Instâncias	Saldo em 31/12/2011	Adições	Reversões	Atualização monetária	Reclassificação	Saldo em 31/12/2012	Depósito Judicial (Nota 11)	
1ª, 2ª e 3ª	54.914	26.102	(21.167)	10.573		63.176	28.458	24.857	
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	78.862	18.171	(17.342)	8.391	(10.149)	62.317	27.280	30.479
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	14.925	138	(406)	869	7.995	7.995	995	2.903
Outros		30.334	14.126	(6.556)	9.909	10.149	51.624		
Total		179.035	58.537	(45.065)	(29.606)	(7.531)	185.112	56.733	58.239
Circulante		15.582				14.088			
Não circulante		163.453				171.024			
Total		179.035				185.112			

Escelsa

A controlada Escelsa possui discussões judiciais relativas à exigência de ISSQN e IPTU avaliadas como perda provável, cuja provisão em 31 de dezembro de 2012 é de R\$321 (R\$284 em 31 de dezembro de 2011). Também discute multa aplicada pelo INSS com risco estimado em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$723 (em 31 de dezembro de 2011 não havia essa provisão). O processo encontra-se aguardando decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

26.1.1.4 Outros

Na Companhia as ações classificadas como Outros referem-se principalmente aos compromissos pactuados no processo de permuta das ações de controle da Enersul com as ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A., relativos às ações judiciais de diversas naturezas movidas contra Enersul cujos fatos geradores foram originados em períodos que o controle da Enersul, era exercido pela Companhia, o saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$37.987 (R\$30.334 em 31 de dezembro de 2011). Para as controladas Bandeirante e Escelsa parte do saldo desta rubrica inclui autos de infração editados pela ANEEL em processo de fiscalização que encontram-se em fase de recurso, no valor de R\$6.803.

26.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado				
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo		
	Instâncias	Saldo em 31/12/2011	Adições	Reversões	Atualização monetária	Reclassificação	Saldo em 31/12/2012	Depósito Judicial (Nota 11)	
1ª, 2ª e 3ª	958	1.471	411	405	119.410	91.551	6.117	6.133	
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª								
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	4.362	3.614			310.838	274.807	7.990	2.541
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	82.689	57.358	5.257	4.123	722.625	472.180	15.912	12.716
Outros		24.910	43.554			31.425	47.295		
Total		112.919	105.997	5.668	4.528	1.184.298	885.833	30.019	21.390

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

26.1.2.1 Trabalhistas

Escelsa
 Dentre as diversas ações de reclamações trabalhistas destacam-se 28 processos, envolvendo diversos colaboradores, os quais questionam as alterações realizadas no plano de cargos e salários, entre os anos de 2002 a 2006. Em 26 destes processos, a matéria está em discussão no Tribunal Superior do Trabalho, havendo ainda expectativa de decisões judiciais favoráveis à controlada Escelsa. Em 02 processos, por questões processuais, houve trânsito em julgado, mas ainda não houve materialização da sentença. O montante estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$27.217 (R\$21.653 em 31 de dezembro de 2011).

26.1.2.2 Cíveis

Bandeirante
 A controlada Bandeirante é parte no processo nº 2006.209.009405-0, em trâmite na 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de dezembro de 1986 a setembro de 2000. Em 23 de setembro de 2011, foi proferida sentença desfavorável à controlada Bandeirante julgando procedente o pedido da parte autora, acrescido de correção monetária e juros de mora, a partir de 1º de junho de 2011. Contra tal decisão, a controlada Bandeirante interpeôs recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento para o fim de limitar a condenação da controlada Bandeirante ao período de vigência da Portaria nº 153/86 (vigente até março/87). Em face da referida decisão, a controlada Bandeirante opôs embargos de declaração, os quais pendem de julgamento. Importante ressaltar que há entendimento pacífico nos tribunais superiores no sentido de que só é devida a devolução dos valores pagos no período do congelamento de preços, período este não discutido nesta ação, motivo pelo qual o grau de risco foi mantido em possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$76.017 (R\$61.967 em 31 de dezembro de 2011).
 A controlada Bandeirante é parte na ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Belo Horizonte, movida pela ADIC - Associação de Defesa de Interesses Coletivo, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). A controlada Bandeirante aguarda o julgamento dos recursos interpostos pela defensoria pública da União pelo Ministério Público Federal contra a decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$48.556 (R\$41.071 em 31 de dezembro de 2011).

Investco

As ações judiciais de natureza cível na controlada Investco referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar indenizações recebidas por conta do citado enchimento, no montante de R\$87.505 (R\$83.112 em 31 de dezembro de 2011).
 Por serem em número considerável, não se torna exequível a identificação da instância em que cada uma se encontra.

Escelsa

A controlada Escelsa é parte na ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Belo Horizonte, movida pela ADIC - Associação de Defesa de Interesses Coletivos, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). A controlada Escelsa aguarda o julgamento dos recursos interpostos pela defensoria pública da União pelo Ministério Público Federal contra a decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$21.608 (R\$18.277 em 31 de dezembro de 2011).
Porto do Pecém
Processo nº 2008.81.00.012450-9
 Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal ("MPF") objetivando: (i) que a SEMACE e o IBAMA abstenham-se de emitir licenças para atividades na área do Complexo Industrial-Portuário Governador Mário Cabral após o licenciamento do Complexo, (ii) a paralisação imediata das obras da Energia Pecém e (iii) o condicionamento de celebração de contratos pelo Estado do Ceará para novos empreendimentos ao prévio licenciamento ambiental do próprio Complexo Industrial. A causa não tem valor pecuniário.
Processo nº 2009.81.00.006337-9
 Medida Cautelar Incidental com pedido de liminar (distribuída por dependência à Ação Civil Pública nº 2008.81.00.012450-9) em face (i) do Estado do Ceará, (ii) de Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, da (iii) Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMACE e (iv) Porto do Pecém Geração de Energia S.A., requerendo provimento judicial que determine, em suma, que (i) a última paralise as obras de instalação da Termelétrica Energia Pecém, na área do Complexo Industrial, até que as falhas e omissões apontadas pelo MPF sejam supridas pela SEMACE, bem como que (ii) a SEMACE somente emita qualquer renovação das licenças já concedidas, ou qualquer nova licença ambiental para o empreendimento em questão, quando as referidas falhas e omissões forem contornadas. A causa não tem valor pecuniário.
Processo nº 2009.81.00.016918-2
 Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal ("MPF"), buscando a proteção de direitos e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

interesses coletivos relacionados à comunidade indígena Anacé, buscando-se evitar a desapropriação e o reassentamento do grupo étnico do seu território tradicional, ou seja, resguardar supostos direitos territoriais dos índios dessa etnia. Para tanto, formulou pedido liminar de suspensão de licenciamentos ambientais de projetos desenvolvidos na área e paralisação de todas as obras. A causa não tem valor pecuniário.

Processo nº 0002218-23.2010.4.05.8100

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal ("MPF"), buscando a proteção de direitos e interesses coletivos relacionados à comunidade indígena Anacé, buscando-se evitar a desapropriação e o reassentamento do grupo étnico do seu território tradicional, ou seja, resguardar supostos direitos territoriais dos índios dessa etnia. Para tanto, formulou pedido liminar de suspensão de licenciamentos ambientais de projetos desenvolvidos na área e paralisação de todas as obras. A causa não tem valor pecuniário.

26.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil

A Companhia possui discussões administrativas relativas à não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendarários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam R\$70.875 (R\$52.188 em 31 de dezembro de 2011).

Bandeirante

Dentre as principais causas com risco de perda avaliada como possível, destaca-se a discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela controlada Bandeirante no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R\$111.498 em 31 de dezembro de 2012 (R\$102.887 em 31 de dezembro de 2011). A controlada Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor de risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 e Resolução SF nº 98/10.

Possui ainda, discussão administrativa relativa à suposta utilização de crédito indevido de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas, no valor de R\$22.556 em 31 de dezembro de 2012 (Em 31 de dezembro de 2011 não havia provisão). A controlada Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento. A controlada Bandeirante possui Outras contingências fiscais no montante aproximado de R\$167.977 em 31 de dezembro de 2012 (R\$145.121 em 31 de dezembro de 2011), referentes à discussão administrativa de compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT nº 26/02 (impostos sobre RTE).

A controlada Bandeirante ajuizou medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com AES Eletroupaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nº 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025-69. Os advogados externos que patrocinam a ação classificaram a contingência referente aos encargos como perda possível. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$102.485. Atualmente o processo aguarda julgamento de Recurso aos Tribunais Superiores.

Escelsa

A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a controlada Escelsa; (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações importam em R\$7.401 em 31 de dezembro de 2012 (R\$9.205 em 31 de dezembro de 2011) e atualmente aguardam decisão administrativa.

Diversas Prefeituras - A controlada Escelsa discute judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos totalizam o montante de R\$9.363 em 31 de dezembro de 2012 (R\$8.654 em 31 de dezembro de 2011) e aguardam decisão em primeira instância.

A controlada Escelsa possui, ainda, discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT nº 26/02 (impostos sobre RTE), que somam R\$102.670 em 31 de dezembro de 2012 (R\$78.209 em 31 de dezembro de 2011).

EDP Comercializadora

A controlada EDP Comercializadora discute judicialmente a exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito no montante integral de R\$16.165 em 31 de dezembro de 2012 (R\$14.296 em 31 de dezembro de 2011) está garantido por fiança bancária. O processo aguarda julgamento. O valor de risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização dos débitos do Estado de Minas Gerais.

Existe discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004/2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. Esses processos somam R\$13.044 em 31 de dezembro de 2012 (R\$10.915 em 31 de dezembro de 2011).

26.1.2.4 Outros

Referem-se a contingência descrita na nota 26.1.1.4

26.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, nas controladas Bandeirante, Escelsa, Energgest, Escelsapar, Investco e Lajeado existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações os saldos de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 é de R\$29.391 (R\$27.725 em 31 de dezembro de 2011).

A controlada Bandeirante, através do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia, ajuizou dois Mandados de Segurança Coletivos contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando à suspensão dos efeitos dos Decretos nºs 55.421/10 e 55.867/10. Ambos os processos possuem sentença favorável, sendo que em um dos casos já houve julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual foi confirmada a sentença favorável às Distribuidoras. No segundo caso, aguarda-se conclusão do julgamento de 2ª instância. A Companhia e seus consultores externos avaliam o caso como perda remota. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012, nos termos dos Decretos, é de R\$ 117.031.

26.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$22.067 em 31 de dezembro de 2012 (R\$37.528 em 31 de dezembro de 2011) refere-se basicamente a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e operação das usinas de geração, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

26.3 Contraprestação contingente

Como parte do contrato de compra da ECE Participações pela CEJA e da transferência dos 10% adicionais da concessão UHE Jari para a ECE, foram acordadas contraprestações contingentes com os ex-proprietários. Até 31 de dezembro de 2012 foi pago, pela CEJA e ECE, o montante de R\$96.011 referentes a prorrogação do contrato de concessão, o aumento da pontência da usina, incremento da energia assegurada e homologação do REIDI. Permanecendo em aberto o montante de R\$21.843 (CEJA) e R\$2.427 (ECE), referentes a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional (DIFAL), objeto do Convênio ICMS nº 53, de 6 de julho de 2001 e R\$5.422 (CEJA) referente a celebração pela Companhia do CCEAR de 2010 com a respectiva contraparte relativa ao percentual de 1,99% da energia elétrica vendida no leilão 004/2010.

A controlada indireta ECE Participações, encontra-se em fase pré-operacional e apresentou prejuízo no período de R\$8.371.

27.

Patrimônio líquido

27.1 Capital social

O Capital social da Companhia é de R\$3.182.716, totalmente subscrito, representado por 476.415.612 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias, cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o Capital social até o limite de 200.000.000 de ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 está demonstrada a seguir:

	31/12/2012		31/12/2011		Acionista controlador
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Limitada (1) (2)	168.185.223	35,31	38.234.188	24,08	sim
Balwerk - Consult. Econômica e Particip., Soc. Unipessoal Ltda. (1) (2)	74.786.742	15,70	24.928.914	15,70	sim
EDP - Energias de Portugal, S.A. (2)			17.827.553	11,23	
Conselheiros e Diretores	48		57		
Ações em tesouraria (4)	840.675	0,18	280.225	0,18	
Outros (3)	232.602.924	48,81	77.534.267	48,81	
Total	476.415.612	100,00	158.805.204	100,00	

- (1) acionista com mais de 5% de ações com direito a voto.
- (2) Empresa de controle estrangeiro.
- (3) Há 232.602.924 ações em circulação do total de 476.415.612, ou seja, cerca de 48,81% do total de ações.
- (4) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

Em 10 de abril de 2012, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi instalado o Conselho Fiscal da Companhia.

Cálculo da quantidade de ações em circulação:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
Quantidade de ações controladores	242.971.965	51,01	80.990.655	51,01
Quantidade de ações tesouraria	840.675	0,18	280.225	0,18
Quantidade de ações de conselheiros e diretores	48		57	
Total de ações que não estão em circulação	243.812.688		81.270.937	
Total de ações	476.415.612		158.805.204	
Total de ações em circulação	232.602.924	48,81	77.534.267	48,81

Em 18 de julho de 2011, a EDP - Energias de Portugal, acionista controladora da Companhia, concluiu o processo de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da sua controlada EDP Energias do Brasil e de sua titularidade, que resultou na venda de 21.911.460 ações, reduzindo sua participação atual de 64,80% para 51,00% do capital da EDP - Energias do Brasil.

Desdobramento de Ações EDP

Em 10 de abril de 2012, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas da Companhia, foi aprovado o desdobramento das ações ordinárias representativas do capital social de forma que cada ação ordinária do capital social passa a ser representada por 3 (três) ações da mesma espécie e com os mesmos direitos políticos e econômicos da ação desdobrada, para cada ação existente na data da AGOE.

O desdobramento tem como intuito estimular a ampliação e diversificação da estrutura acionária da Companhia, objetivando, da mesma forma, o aumento da liquidez das ações negociadas na BM&FBOVESPA.

A instituição financeira custodiante das ações escriturais da Companhia - Itaú Corretora de Valores S.A. será responsável pelo crédito automático das novas ações na conta dos acionistas da Companhia, na proporção das ações inscritas nos registros de ações na data da realização da Assembleia Geral.

Em cumprimento do CPC 41 - Resultado por Ação, parágrafo 64, determina que a alteração efetuada na quantidade de ações, os cálculos por ação destas demonstrações e de quaisquer demonstrações contábeis de períodos anteriores apresentados devem ser divulgados no novo número de ações.

Alteração de participação acionária

Conforme comunicado ao mercado de 9 de agosto de 2012, a acionista controladora da Companhia, EDP Energias de Portugal (EDP Portugal), detentora diretamente de 53.482.659 ações (11,23%) do capital da Companhia, e indiretamente de 189.489.306 ações (39,77%) do capital da Companhia, através de suas empresas controladas Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Ltda. (EDP I&S) e Balwerk - Consultoria Econômica e Participações, Sociedade Unipessoal, Lda. (Balwerk), com respectivas participações no Capital social da Companhia de 114.702.564 ações (24,08%), e 74.786.742 ações (15,70%), realizou transferência da totalidade de sua participação direta na Companhia para a EDP I&S.

Como consequência da transferência realizada, as participações acionárias na Companhia antes detidas diretamente pela EDP Portugal passam a ser detidas pela EDP Portugal através de sua controlada EDP I&S, a qual será titular de 168.185.223 ações, representativas de 35,30% do capital da Companhia.

Referida alteração da participação societária não visa, nem resulta, em qualquer alteração do controle acionário da Companhia, uma vez que a EDP Portugal mantém-se como controladora da Companhia, mantendo participação total indireta de 51,00% do seu capital social votante e total.

27.2 Destinação do lucro

A política de dividendos da Companhia, conforme deliberado pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, propõe o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10 de abril de 2012, a destinação do lucro líquido com distribuição de dividendos no valor de R\$239.249 e JSCP no valor de R\$131.000 referentes ao exercício de 2011 a serem pagos no decorrer do exercício de 2012, sem ajuste, à acionista titular de ações ordinárias da Companhia na data-base da Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2012
Lucro líquido apurado no exercício	341.644
Constituição da reserva legal - 5%	(17.082)
	324.562
	324.562
	130.422
	194.140
	476.415.612
	0,27424

	31/12/2012	31/12/2011
Destinação do lucro:		
Dividendos intermediários - JSCP		
Dividendo adicional proposto		
Quantidade de ações		476.415.612
Dividendos por ação - R\$ - JSCP		0,27424

27.3 Reservas

	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.348	35.348
Resultado na alienação de ações em tesouraria	60.250	60.250
Outras reservas de capital	48.942	-
	144.540	95.598

Outros resultados abrangentes

Ativos financeiros disponíveis para venda	5.612	8.319
Hedge de fluxos de caixa	(83.976)	(77.706)
IRPJ/CSLL diferidos	26.643	23.591
	(51.721)	(45.796)

Reservas de lucros

Legal	175.940	158.858
Retenção de lucros	824.342	981.003
Dividendo adicional proposto	194.140	239.249
	1.194.422	1.379.110
Total	1.287.241	1.428.912

A Companhia, além da destinação integral do lucro líquido do exercício, irá destinar dividendos adicionais no montante de R\$45.687, utilizando resultados de exercícios anteriores retidos nas reservas de Retenção de lucros.

27.3.1 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

27.3.2 Outros resultados abrangentes

A movimentação de Outros resultados abrangentes no período é a seguinte:

	Saldo em		Provisão	Transfe- rência para	Saldo em	
	Nota	31/12/2011				Ganhos
Ganhos e (Perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	22		19.542	(256.907)	80.705	156.660
Ativos financeiros disponíveis para venda	37	5.491		(2.707)	919	3.703
	2,2	"x"				
Hedge de fluxos de caixa	e 21	(51.286)		(6.270)	2.132	(55.424)
		(45.795)	19.542	(265.884)	83.756	156.660
						(51.721)

Até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram revertidos para o resultado R\$12.540 referente ao hedge de fluxo de caixa.

27.4 Participações de não controladores

Os não controladores correspondem à participação que outros acionistas detêm sobre as nossas controladas. O saldo inclui partes beneficiárias emitidas pela Lajeado e de titularidade das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.

27.4.1 Partes beneficiárias

A controlada Lajeado, em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração nos Estatutos, criando 53.210.337 ações preferencias nominativas não conversíveis, sem direito a voto e terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária e, 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a controlada Lajeado, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela controlada Lajeado, observado o disposto na Lei nº 6.404/76. Estas ações, bem como as partes beneficiárias foram integralmente subscritas e adquiridas, nesta data, pela Eletrobrás. O saldo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é de R\$451.376.

O prazo de duração das partes beneficiárias é de até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferencias Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela controlada Lajeado (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto Social). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da controlada Lajeado até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28. Dividendos - Ativos e Passivos

	Controladora				Consolidado	
	Ativo		Passivo		Passivo	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Bandeirante	34.819	48.907				
Escelsa	38.099	38.066				
Energest	23.168	47.048				
EDP Comercializadora	9.298	5.599				
Enerpeixe	37.791	26.520				
Investco					13.601	6.937
Lajeado	39.868	41.451				
Evreco		428				
Acionistas -						
Energias do Brasil			113.393	115.631	113.392	115.631
Eletrobrás					46.382	49.344
Governo de Tocantins					2.903	3.020
Furnas Centrais Elétricas S.A.					25.194	17.680
Total	183.043	208.019	113.393	115.631	201.472	192.612

Os dividendos serão recebidos até 31 de dezembro de 2012.

29. Receita

	Controladora		Consolidado	
	R\$		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Outras receitas operacionais	1.961	1.384		
Subtotal	1.961	1.384		
(-) Deduções à receita operacional	(184)	(126)		
PIS/COFINS	(126)	(58)		
ISS	(58)	(58)		
Receita	1.777	1.384		

A receita refere-se basicamente a contratos de serviços de consultoria prestados a EDP Renováveis.

	Consolidado					
	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Fornecimento (**)						
Residencial	2.494.001	2.412.583	5.337.635	5.127.530	1.889.672	1.737.468
Industrial	23.210	22.777	4.084.633	4.289.840	1.105.923	1.138.932
Comercial	223.870	209.260	3.328.179	3.044.384	1.069.358	950.341
Rural	168.664	163.608	707.151	665.734	149.622	132.677
Poder público	18.506	18.105	567.339	528.627	198.030	177.039
Iluminação pública	2.686	2.553	549.853	528.320	101.623	94.287
Serviço público	2.434	2.317	474.590	439.975	106.377	97.966
Consumo próprio	341	306	14.419	12.937		
(-) Transferência para TUSD - clientes cativos					(2.387.275)	(2.215.330)
Fornecimento não faturado					39.211	11.194
	2.933.712	2.831.509	15.063.799	14.637.347	2.272.541	2.124.574
Suprimento de						
Energia elétrica	8	13	8.808.905	8.880.034	648.212	601.092
Energia de curto prazo	1		499.877	972.267	152.490	53.564
Comercialização					1.486.789	933.357
	9	13	9.308.782	9.852.301	2.287.491	1.588.013
Total Fornecimento e suprimento	2.933.721	2.831.522	24.372.581	24.489.648	4.560.032	3.712.587
Disponibilização do Sistema de Distribuição e Transmissão	207	145	9.305.188	9.413.934	3.053.388	2.872.194
TUSD - outros	207	145	9.305.188	9.413.934	661.071	649.513
TUSD - clientes cativos					2.387.275	2.215.330
TUSD - não faturado					(3.005)	882
TUST					8.047	6.469
Receita de construção					235.736	303.747
Outras receitas operacionais					282.746	238.734
Subtotal	2.933.928	2.831.667	33.677.769	33.903.582	8.131.902	7.127.262

(-) Deduções à receita operacional

P&D

Outros encargos

CCC

CDE

RGR

PIS/COFINS

ICMS

ISS

Receita

2.933.928 2.831.667 33.677.769 33.903.582 6.567.283 5.705.409

(**) Não auditado pelos auditores independentes.

(**) A receita de fornecimento é apresentada líquida de ICMS.

29.1 Receitas de ultrapassagem de demanda e energia reativa excedente - Bandeirante

A ANEEL através da REN nº 463/11, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente, a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, no caso da Companhia, a partir de 23 de outubro de 2011, determinou a contabilização como Obrigações especiais anteriormente registrado como Receita operacional em curso dos valores provenientes e por ocasião do 4º ciclo de revisões tarifárias, 2015 no caso da Companhia, o valor acumulado nessa subconta, até a data do laudo de avaliação os ativos, deverá ser transferido para a conta normal de Obrigações especiais, quando então, receberá o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações especiais. Não obstante a essa determinação a Companhia, por meio da ABRADDEE, contestou judicialmente o tratamento dessas receitas.

No dia 8 de fevereiro de 2012, a antecipação de tutela requerida pela ABRADDEE na Ação Ordinária nº 003357.85.2012.4.01.3400, em curso junto à 6ª Vara da JFDF, foi integralmente concedida. A decisão judicial foi no sentido de: a) suspender o tratamento das receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos constantes dos §§ 9 a 11 do item 3.1.1 ("Ultrapassagem de demanda e excedente de reativo") do item 3.1 ("Receitas inerentes ao serviço de distribuição") do Submódulo 2.7 ("Outras receitas") anexo à Resolução Normativa ANEEL nº 463/11; b) suspender a determinação de contabilização em separado dessas receitas como se Obrigações especiais fossem; e c) deferir tutela de caráter inibitório para determinar que a ANEEL abstenha-se de praticar qualquer ato tendente a exigir cumprimento das referidas disposições (o que impede a adoção de medidas outras destinadas a produzir o mesmo efeito).

No dia 19 de junho de 2012, o Juiz Convocado junto ao TRF-1, concedeu efeito suspensivo a Agravo de Instrumento interposto pela ANEEL, pelo que foi suspensa a antecipação de tutela originalmente concedida em primeiro grau e, com isso, restabeleceu-se a eficácia da Resolução Normativa ANEEL nº 463/11.

Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda dessa ação é remota, no entanto, a Companhia efetuou o registro contábil da Obrigação Especial. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$50.132 (R\$7.287 em 31 de dezembro de 2011).

30. Gastos operacionais

	Controladora				
	2012				
	Despesas operacionais		2011		
	Com vendas		Gerais e administrativas		Total
Gerenciáveis					
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			36.519		36.519
Material			1.580		1.580
Serviços de terceiros			29.646		29.646
Depreciação			6.064		6.064
Amortização			145		145
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				2.471	2.471
Aluguéis e arrendamentos				3.673	3.673
Outras	484	(21.895)	13.972	(7.439)	7.917
Total	484	55.732	16.443	72.659	68.785

31. Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	2012		2011		2012		2011	
Benefícios pós-emprego					(26.870)		(21.481)	
(-) Juros capitalizados					105.312		88.088	
Outras despesas financeiras					(19.816)	(18.925)	(45.591)	(54.651)
Total					(49.821)	(44.278)	(437.672)	(493.699)
					(22.736)	(13.631)	(245.710)	(283.443)

32. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	342.887	488.919	342.887	488.919	724.451	905.010	724.451	905.010
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(85.722)	(122.230)	(30.860)	(44.003)	(181.113)	(226.253)	(65.201)	(81.451)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes								
Doações	(503)	(275)	(181)	(99)	(1.310)	(923)	(472)	(332)
Perdas indedutíveis	(68)	(43)	(25)	(15)	(5.978)	(7.273)	(2.153)	(2.616)
Multas indedutíveis	(5)	(1)	(2)		(26)	(26)	(9)	(9)
Despesas indedutíveis					(391)	(471)	(141)	(170)
Gratificações a administradores	(333)	(102)	(120)	(37)	(857)	(635)	(310)	(228)
Pesquisa e desenvolvimento						715		257
Resultados de equivalência patrimonial	109.126	142.460	39.286	51.285	(725)	(847)	(261)	(306)
Partes beneficiárias						(4.903)		(1.765)
Programa REFIS						4.463		1.606
Juros sobre o capital próprio	(19.046)	(16.870)	(6.855)	(6.073)	55.996	54.187	20.161	19.508
Outras					(799)	(138)	(293)	(85)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos						(28.786)	(3.618)	(10.491)
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(4.382)	(626)	(1.577)	(225)	(15.406)	(5.931)	(5.546)	(2.132)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior						1.020	883	453
Ajuste lucro presumido						14.497	9.517	4.866

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Adicional IRPJ	24	24			409	302		
PAT					585	329		
Lei Rouanet					1.223	2.220		
Desporto					160			
FIA					178			
SUDENE/ADA					29.805	30.635		
Despesa de IRPJ e CSLL	(909)	1.326	(334)	469	(131.518)	(147.767)	(59.397)	(65.571)
Alíquota efetiva	0,27%	-0,27%	0,10%	-0,10%	18,15%	16,33%	8,20%	7,25%

33. Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

Para o exercício de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	341.644	490.714	341.644	490.714
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	475.575	475.575	475.575	475.575
Resultado básico e diluído por ações (Reais/Ação)	0,71838	1,03183	0,71838	1,03183

O desdobramento das ações, ocorrido em 10 de abril de 2012 conforme mencionado na nota 27.1, sem alteração do valor do Capital social, foi considerado no cálculo do resultado por ação do ano de ocorrência do evento, bem como para o exercício anterior para fins de comparação.

34. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nº 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09 e posteriores alterações, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

34.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

34.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	99.054	230.222	99.054	230.222
Títulos a receber	3.402	1.121	3.402	1.121
Partes relacionadas	10.698	15.638	10.698	15.638
Cauções e depósitos vinculados	222	222	222	222
Ativos financeiros disponíveis para venda	19.806	33.011	19.806	33.011
Não circulante				
Títulos a receber	20.602	21.018	20.602	21.018
Partes relacionadas	153.771	73.441	153.771	73.441
	307.555	374.673	307.555	374.673
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	7.897	6.446	7.897	6.446
Não circulante				
Debêntures	460.674		460.674	
Partes relacionadas	768	109	768	109
	469.339	6.555	469.339	6.555

Classificação dos instrumentos financeiros:

	Controladora					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa		99.054				99.054
Títulos a receber	24.004					24.004
Cauções e depósitos vinculados			222			222
Ativos financeiros disponíveis para venda				19.806		19.806
Partes relacionadas	164.469					164.469
	188.473	99.054	222	19.806	111.218	307.555
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores						7.897
Debêntures						460.674
Partes relacionadas						768
						469.339
						469.339

	Consolidado					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa		572.378				572.378
Rendas a receber	6.150					6.150
Títulos a receber	25.854					25.854
Ativo financeiro indenizável				690.278		690.278
Consumidores e concessionárias	1.392.602					1.392.602
Cauções e depósitos vinculados			73.796			73.796
Ativos financeiros disponíveis para venda				19.806		19.806
Partes relacionadas	69.847					69.847
Outros créditos - Derivativos		12.594				12.594
	1.494.453	584.972	73.796	710.084	2.863.305	2.863.305
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores						7.897
Debêntures						460.674
Partes relacionadas						768
						469.339
						469.339
Não circulante						
Outros ao custo amortizado						7.897
						460.674
						768
						469.339
						469.339

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	572.378	895.868	572.378	895.868
Títulos a receber	4.530	4.165	4.530	4.165
Ativo financeiro indenizável		797		797
Consumidores e concessionárias	1.352.308	963.226	1.352.308	963.226
Partes relacionadas	359		359	
Cauções e depósitos vinculados	24.856	53.969	24.856	53.969
Rendas a receber	6.150	4.825	6.150	4.825
Ativos financeiros disponíveis para venda	19.806	33.011	19.806	33.011
Outros créditos - Derivativos		2.783		2.783
Não circulante				
Títulos a receber	21.324	23.897	21.324	23.897
Ativo financeiro indenizável	690.278	482.285	690.278	482.285
Consumidores e concessionárias	40.294	63.657	40.294	63.657
Partes relacionadas	69.488	2.223	69.488	2.223
Cauções e depósitos vinculados	48.939	12.821	48.939	12.821
Outros créditos - Derivativos	12.594		12.594	
	2.863.304	2.543.527	2.863.304	2.543.527

Passivos financeiros

	Consolidado			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				
Fornecedores	1.033.443	703.742	1.033.442	703.742
Debêntures	435.535	107.923	435.535	107.923
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	350.519	389.057	348.653	392.881
Derivativos	16.553	78.917	16.553	78.917
Uso do bem público	28.435	20.184	21.953	20.184
Não circulante				
Debêntures	1.052.633	860.637	1.052.633	860.637
Empréstimos e financiamentos	2.376.902	2.075.682	2.355.258	2.108.032
Derivativos	72.196	65.196	72.196	65.196
Uso do bem público	242.140	231.139	242.140	231.139
	5.608.356	4.532.477	5.578.363	4.568.651

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

Os Títulos a receber são constituídos por Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" e refere-se à emissão da controlada Investco, onde de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão da controlada Investco) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

As controladas Bandeirante e Escelsa reconhecem um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

Para Consumidores e concessionárias o cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital regulamentada pela ANEEL, aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento).

A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é evidenciado no resultado financeiro da Companhia.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 21 e das operações de energia de curto prazo na CCEE para o ativo não circulante, basicamente são os depósitos vinculados a dívida com o BNDES das controladas Santa Fé, Pantanal e Enerpeixe.

As ações do grupo Rede Energia são registradas como disponível para venda e marcadas a mercado através da cotação Bovespa. (Nota 37)

Outros créditos (Passivos) - Derivativos, são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. Estão mensurados pelo seu valor justo através de políticas adotadas pela Administração da Companhia para mitigar riscos de exposição de taxas e câmbios. Sua evidenciação está descrita na nota 34.6 de Instrumentos financeiros derivativos. São compostos por hedge de fluxo de caixa de caixa de Pecém, Escelsa e Bandeirante.

O saldo de Fornecedores é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com taxas definidas pelo mercado regulado pela ANEEL e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

As Debêntures, Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e contratos de mútuos e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

O valor da rubrica Uso do bem público consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para as controladas Enerpeixe e Investco.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 2012, as distribuidoras Bandeirante e Escelsa reclassificaram a rubrica Ativo financeiro indenizável da categoria empréstimos e recebíveis para a categoria disponível para venda. Este instrumento financeiro é o direito de indenização ao término da concessão (Nota 15).

A mensuração foi realizada a partir do laudo de avaliação desses ativos emitido pelo Poder Concedente. Dessa forma o ativo passou a ser medido pelo valor justo, anteriormente avaliado pelo custo amortizado.

As principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente e de seus respectivos preços de reposição ao término da concessão.

Para as demais controladas não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício. A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
 (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Operação	Controladora			
	Risco	Mensuração do valor justo		
		31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		99.054	62.025	37.029
Ativos financeiros disponíveis para venda		19.806	19.806	
		118.860	81.831	37.029

Operação	Consolidado			
	Risco	Mensuração do valor justo		
		31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		572.378	310.153	262.225
Ativo financeiro indenizável		690.278		690.278
Cauções e depósitos vinculados		649	649	
Ativos financeiros disponíveis para venda		19.806	19.806	
Outros créditos - Derivativos		43.600	43.600	
		1.326.711	329.959	306.474
Passivos financeiros				
Fornecedores		124.489	124.489	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		1.103.533	1.103.533	
Derivativos		88.749	88.749	
Partes relacionadas		133.489	133.489	
		1.450.260	-	1.450.260

34.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 21, possuem como contraparte o BEI, o BNDES, o BID, a Eletrobrás, o Banco do Brasil e o Banco Santander. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui risco de mercado associado à TJLP, ao CDI, ao dólar e à Libor.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores.

Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas, especificamente - para a Companhia - Dólar e Euro, são considerados favoráveis. Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial a operações com moedas estrangeiras, onde em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. A Companhia possui derivativos com efeito de *hedge* e *swaps* para controlar todas as exposições à variação cambial e de juros para essas obrigações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

34.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Controladora							
		Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.100		2.100	525	1.050	(525)	(1.050)	
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(39.063) (36.963)	(3.340) (3.340)	(42.403) (40.303)	(10.130) (9.605)	(20.086) (19.036)	10.311 9.786	20.810 19.760	
Operação	Risco	Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Instrumentos financeiros ativos		10.823	1.709	12.532	6.818	13.579	(6.891)	(13.849)	
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(149.002)	(112.139)	(261.141)	(58.299)	(115.880)	59.047	118.873	
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(5.632) (143.811)	(22.038) (132.468)	(444) (444)	(28.114) (276.723)	(7.029) (58.509)	(14.057) (116.358)	7.029 59.184	14.057 119.081
Operação	Risco	Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(104.201) (104.201)	(328.003) (328.003)	(236.883) (236.883)	(669.087) (669.087)	(105.369) (105.369)	(210.088) (210.088)	105.286 105.286	209.754 209.754
Operação	Risco	Consolidado							
		Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Instrumentos financeiros passivos				(119.252)	(238.504)	119.252	238.504		
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	(152) (152)	(4.781) (4.781)	-	(4.933) (4.933)	78.594 (81.316)	157.188 (81.316)	(78.594) 40.658	(157.188) 81.316

Operação	Risco	Consolidado								
		Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)		
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		
Instrumentos financeiros passivos	Libor	-6M	(12.892)	(63.714)	(33.401)	(110.007)	(8.682)	(17.364)	8.682	17.364
Instrumentos financeiros derivativos	Libor	-6M	(14.635) (27.527)	(24.952) (88.666)	(16.534) (49.935)	(56.121) (166.128)	(15.222) (23.904)	(30.445) (47.809)	15.222 23.904	30.445 47.809

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Libor e Dólar estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a Expectativa da administração da Companhia e de suas controladas (no caso do consolidado).

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00%; TJLP entre 5,00% e 5,50%; Libor 6M entre 0,55% e 4,55%; e Dólar entre 1,81 e 1,85.

34.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 21.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. *Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 20. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Consumidores e concessionárias (Nota 5) e Ativo financeiro indenizável (Nota 15). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Para Ativo financeiro indenizável, o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição.

34.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor as controladas, Bandeirante e Escelsa, ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores, as regras para composição da estimativa integralmente contabilizada atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos das companhias, pode-se levar em face a composição de 8,65% de estimativas de não realização dos créditos conforme nota 5.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as companhias realizam métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

34.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Todas as operações de *hedge* de fluxo de caixa são da controlada em conjunto Porto do Pecém, enquanto os *swaps* são das controladas Bandeirante e Escelsa. Os derivativos da Companhia em 31 de dezembro de 2012 estão registrados contabilmente pelo seu valor justo.

Os ganhos e perdas resultantes das oscilações durante o exercício contidas nos derivativos das controladas e controladas em conjunto, foram registradas no resultado.

A operação de *hedge* qualificada para a contabilidade de cobertura da controlada em conjunto Porto do Pecém é constituída pela compra de uma NDF no valor de US\$327.000 vencendo em 1º de outubro de 2012, com a finalidade de cobrir o pagamento de dívida em dólares junto ao BID. Em 25 de setembro de 2012 houve a liquidação da NDF no valor de R\$128.274. Na mesma data, ocorreu a contratação de NDFs no valor de US\$ 327.000 para refazer a estrutura de *hedge* de fluxo de caixa. As NDFs foram contratadas com vencimentos até 15 de maio de 2015.

O Instrumento derivativo qualificado como proteção do fluxo de caixa foi feito pela efetividade de cobertura observado na contratação, bem como através de avaliações subsequentes de efetividade.

As alterações no valor justo do Instrumento derivativo designado como proteção do fluxo de caixa são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido, proporcionalmente a participação na controlada em conjunto. O valor justo dos derivativos da controlada em conjunto Porto do Pecém e das controladas Bandeirante e Escelsa são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa.

Operação	Risco	Consolidado					
		Instrumentos financeiros derivativos			Instrumentos financeiros derivativos		
		31/12/2012		31/12/2011		31/12/2011	
		Hedge de fluxo de caixa	Swaps	Total	Hedge de fluxo de caixa	Swaps	Total
Ponta ativa							
Libor + 1,275% a.a.	Escelsa		40.368	40.368			-
Libor + 1,275% a.a.	Bandeirante		40.368	40.368			-
US\$ + Libor 4,375 % a.a.	Bandeirante					1.221	1.221
US\$ + Libor 4,375 % a.a.	Bandeirante					214	214
US\$ + Libor 4,375 % a.a.	Bandeirante					766	766
US\$ + Libor 4,375 % a.a.	Bandeirante					613	613
Var. US\$ + Libor	Porto do Pecém	183.200		183.200	174.642		174.642
Var. US\$ + Libor	Porto do Pecém	139.841		139.841	131.601		131.601
		323.041	80.736	403.777	306.243	2.814	309.057
Ponta passiva							
93,40% do CDI	Escelsa		34.881	34.881			-
93,40% do CDI	Bandeirante		34.881	34.881			-
104,69% do CDI	Bandeirante					2.450	2.450
118,94% do CDI	Bandeirante					816	816
109,70% do CDI	Bandeirante					1.324	1.324
109,50% do CDI	Bandeirante					934	934
Var. US\$ + 5,79% a.a.	Porto do Pecém	226.442		226.442	212.227		212.227
Var. US\$ + 5,82% a.a.	Porto do Pecém	180.416		180.416	166.363		166.363
R\$	Porto do Pecém	4.932		4.932	69.017		69.017
US\$	Porto do Pecém				17		17
R\$	Porto do Pecém				22		22
		411.790	69.762	481.552	447.646	5.524	453.170
		(88.749)	10.974	(77.775)	(141.403)	(2.710)	(144.113)
Total							

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pelas controladas da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são:

	Consolidado			
	Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos			
	31/12/2012		31/12/2011	
Resultado financeiro	Patrimônio líquido	Resultado financeiro	Patrimônio líquido	
Derivativos com propósito de proteção				
Riscos cambiais	4.926	(24.989)	(9.701)	(27.606)
Riscos de taxas de juros e moeda	(9.741)	(30.435)	(3.389)	(23.680)
Total	(4.815)	(55.424)	(13.090)	(51.286)

O vencimento líquido dos derivativos segue demonstrado no quadro.

Vencimento	Consolidado	
	Derivativos líquidos	
2013	(16.555)	
2014	(18.364)	
Após 2014	(42.856)	
Receber/ (pagar)	(77.775)	

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre Instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

Descrição	Controlada	Contraparte	Início Vencimento	Posição	Nacional US\$/EUR		Nacional R\$/US\$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
									Nacional EUR		Nacional USD	
Swap												
Ativo	Escelsa	Banco Goldman Sachs	09/02/2012	Libor 6M + 1,275 % a.a.	19.740				40.368			4.588
Passivo			20/02/2018	93,40% do CDI			34.071		34.881			5.487
									4.587			4.588
Ativo	Bandeirante	Banco Goldman Sachs	09/02/2012	Libor 6M + 1,275 % a.a.	19.740				40.368			4.588
Passivo			20/02/2018	93,40% do CDI			34.071		34.881			5.487
									5.487			4.588
Ativo	Bandeirante	Banco Citibank	19/03/2004	Libor + 4,375 % a.a.		651		1.897		1.221		(97)
Passivo			14/02/2012	104,69% do CDI						2.450		32
										(1.229)		(129)
Ativo	Bandeirante	Banco Citibank	14/12/2004	Libor + 4,375 % a.a.		244		676		214		(36)
Passivo			14/02/2012	118,94% do CDI						816		12
										(602)		(48)
Ativo	Bandeirante	Banco JP Morgan	05/04/2006	Libor + 4,375 % a.a.		407		1.174		766		(59)
Passivo			14/02/2012	109,70% do CDI						1.324		19
										(558)		(78)
Ativo	Bandeirante	Banco JP Morgan	05/04/2006	Libor + 4,375 % a.a.		325		846		613		(49)
Passivo			14/02/2012	109,50% do CDI						934		13
										(321)		(62)
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	02/04/2012	Var. USD + Libor	89.505			182.904		183.200	174.642	
Passivo			01/10/2021	Var. USD + 5,79% a.a.						226.442	212.227	5.447
										(43.242)	(37.585)	(5.447)
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	02/04/2012	Var. USD + Libor	68.322			139.615		139.841	131.601	
Passivo			01/10/2024	Var. USD + 5,82% a.a.						180.416	166.363	4.294
										(40.575)	(34.762)	(4.294)
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	16/11/2009	100% Libor								
Passivo			16/11/2011	100% USD + 2,0895% a.a.								(1.205)
												1.205
NDF												
Comprada	Porto do Pecém	Banco Citibank	17/10/2007	USD								
Vendida			16/11/2011	R\$							69.017	(914)
											(69.017)	914
												(10.102)
Comprada	Porto do Pecém	Banco Citibank	30/06/2009	EUR								
Vendida			16/01/2012	R\$		54.784		111.950		1.713		1.713
										(1.713)		(1.713)
Comprada	Porto do Pecém	BTG Pactual	30/06/2009	EUR								
Vendida			16/01/2012	USD			31.795	64.973		807	17	715
										(807)	(17)	(715)
												(64)
												64
Comprada	Porto do Pecém	BTG Pactual	30/06/2009	EUR								
Vendida			16/01/2012	R\$		72.392		147.932		2.412	22	2.412
										(2.412)	(22)	(2.412)
												22

34.7 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Nota	Consolidado	
		2012	2011
Total dos empréstimos e debêntures	20 e 21	4.280.828	3.613.586
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	4	(572.378)	(895.868)
Dívida líquida		3.708.450	2.717.718
Total do Patrimônio líquido		6.350.203	6.547.638
Total do capital		10.058.653	9.265.356
Índice de alavancagem financeira - %		36,87	29,33

35 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. No exercício as atividades que não envolveram movimentação de caixa das controladas e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, seguem:

O montante de R\$4.138 da controlada em conjunto Porto do Pecém refere-se a movimentação do hedge de fluxo de caixa que não havia sido pago em Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2012. A controlada ECE Participações realizou a capitalização de Adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$78.300.

As controladas Companhia Energética do Jari e ECE Participações e a controlada em conjunto Porto do Pecém realizaram a capitalização de encargos de dívidas a Imobilizado no valor de R\$96.409.

As controladas Bandeirante e Escelsa realizaram a capitalização de encargos de dívidas ao Intangível no valor de R\$8.903.

36 Compromissos contratuais e Garantias

36.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos e outros passivos de curto e longo prazos (que figuram nas demonstrações financeiras) e o restante das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Nota	Controladora				
		31/12/2012				
		Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	20 e 21	460.674				460.674
Responsabilidades com locações operacionais		1.041	1.041			
Obrigações de compra		48.671	35.601	13.070		
		510.386	36.642	473.744		
Consolidado						
31/12/2012						
Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	20 e 21	4.280.828	800.741	2.138.175	439.368	902.544
Responsabilidades com locações operacionais		71.337	40.744	30.308	285	
Obrigações de compra		38.591.372	4.866.279	9.318.720	6.396.812	18.009.561
Uso do bem público	25	264.093	21.953	39.261	34.290	168.589
Contraprestação contingente	26	29.692	29.692			
Licenças ambientais	26	22.067	12.664	9.403		
Desmantelamento	26	2.079				2.079
		43.261.468	5.772.073	11.535.867	6.870.755	19.082.773

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de suas controladas. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionada com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional das companhias do Grupo.

36.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aval de acionista	39.724	19.610	400.547	217.244
Depósito Caucionado	222	222	73.851	66.789
Fiança Bancária	95.893	7.879	502.759	237.680
Fiança Corporativa			1.050.424	890.911

Tipo de garantia oferecida

Tipo de garantia oferecida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Garantias em recebíveis			298.541	277.647
Notas Promissórias			1.151.803	1.292.197
Penhor de Ações			1.572.060	2.047.840
Seguro garantia	8.560		177.397	163.400
Penhor de Direitos			716.299	585.318

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo na Controladora e no consolidado, em sua maioria, refere-se aos contratos de seguros de vida.

Depósito Caucionado: São depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras, em sua maioria com o BNDES, nota 11.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, em sua totalidade na Controladora, refere-se aos depósitos para ações tributárias e judiciais. No consolidado, em sua maioria, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo na Controladora e no consolidado, em sua maioria, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. As fianças corporativas foram emitidas pela EDP Energias do Brasil e pela EDP Eletricidade de Portugal S.A. para as controladas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Garantias em recebíveis: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão.

As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, em sua maioria, refere-se aos contratos de compra e venda de energia.

Notas Promissórias: É uma promessa de pagamento pela qual o emitente se compromete diretamente com o beneficiário a pagar-lhe certa quantia em dinheiro.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, em sua maioria, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de Penhor de ações em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos. A responsabilidade final das ações dadas como garantia das controladas Santa Fé, Enerpeixe, Investco e Porto do Pecém, pertencem à EDP - Energias do Brasil na proporção de sua participação.

Seguro garantia: O Seguro garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas encontramos o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, em sua totalidade na Controladora, refere-se a garantia de participação LEILÃO 02/2012-CCEE. No consolidado, em sua maioria, refere-se a garantia de executante construtor.

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Concessão da UHE Lajeado, da UHE Assis Chateaubriand (Pantanal), UHE Peixe Angical (Enerpeixe) e PCH Francisco Gros (Santa Fé) compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

37 Ativos financeiros disponíveis para venda

Referem-se à aquisição de 5,63% de ações preferenciais, correspondente a 3,16% do total de ações da Denerge S.A., sociedade de capital fechado detentora de participações em empresas do setor elétrico. No âmbito dessa negociação, a Companhia tinha a opção de converter essas ações da Denerge em ações preferenciais da Rede Energia S.A., em um período de até dois anos a partir de 11 de setembro de 2008, ao preço de eventual oferta pública. Após este período, se a oferta pública não ocorrer a Companhia deveria exercer a opção de converter as ações em até um ano ao preço unitário fixo de R\$5,68.

Em 15 de setembro de 2011, foi exercida a opção de conversão, resultando na transferência das ações detidas pela EDP - Energias do Brasil sobre a Denerge para as ações da Rede Energia S.A., tendo sido reconhecida uma perda de marcação a mercado contra o resultado daquele exercício, o montante de R\$12.808, por contrapartida dos Outros resultados abrangentes.

A variação no saldo em 31 de dezembro de 2012, de R\$13.205 sendo reconhecida em Outros resultados abrangentes o montante de R\$2.707 e na Despesa financeira R\$10.497.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

38. Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

38.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "Holding" refere-se a Controladora, sendo a origem desse lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. O resultado de equivalência patrimonial é integralmente eliminado na coluna "Eliminação".

38.1.1 Demonstração do Resultado

	2012						
	Distribuição	Geração	Comercialização	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	4.461.794	1.364.164	1.354.606	1.777	9.885	(624.943)	6.567.283
Custo do serviço de energia elétrica							
Custo com energia elétrica							
Energia elétrica comprada para revenda	(2.450.866)	(335.308)	(1.308.184)			594.815	(3.499.543)
Encargos de uso da rede elétrica	(652.808)	(97.815)	(15.503)			28.910	(737.216)
	(3.103.674)	(433.123)	(1.323.687)	-	-	623.725	(4.236.759)
Custo da produção da energia elétrica							
Custo da matéria-prima consumida		(6.149)				616	(5.533)
	-	(6.149)	-	-	-	616	(5.533)
Custo de operação							
Pessoal	(155.629)	(28.973)	(4.280)		(525)	-	(189.407)
Materiais e serviços de terceiros	(197.843)	(28.846)	(3.307)		(1.186)	1.003	(230.179)
Depreciações e amortizações	(170.849)	(103.026)	(56)				(273.931)
Outros custos de operação	(3.699)	(9.151)	(546)		(129)		(13.525)
	(528.020)	(169.996)	(8.189)	-	(1.840)	1.003	(707.042)
	(3.631.694)	(609.268)	(1.331.876)	-	(1.840)	625.344	(4.949.334)
Custo do serviço prestado a terceiros	(240.445)	(790)	(294)		(1.963)	-	(243.492)
Lucro bruto	589.655	754.106	22.436	1.777	6.082	401	1.374.457
Despesas e Receitas operacionais							
Despesas com vendas	(44.162)	(1.519)	34.363	(484)	(25)		(11.827)
Despesas gerais e administrativas	(189.616)	(58.587)	(6.764)	(49.523)	(1.093)		(305.583)
Depreciações e amortizações	(9.383)	(32.583)	(223)	(6.209)		(18.088)	(66.486)
Outras despesas e receitas operacionais	37.970	(42.574)	3.584	(16.443)	(38)		(17.501)
	(205.191)	(135.263)	30.960	(72.659)	(1.156)	(18.088)	(401.397)
	384.464	618.843	53.396	(70.882)	4.926	(17.687)	973.060
Resultado antes do resultado financeiro, tributos e participações societárias							
Resultado das participações societárias							
Receitas financeiras	137.133	33.647	4.424	27.085	427	(10.754)	191.962
Despesas financeiras	(196.999)	(200.619)	(265)	(49.821)	(722)	10.754	(437.672)
	(59.866)	(166.972)	4.159	(22.736)	(295)	-	(245.710)
Resultado financeiro	324.598	451.871	57.555	342.887	4.631	(457.090)	724.452
Resultado antes dos tributos sobre o lucro							
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.539)	(112.253)	(5.844)	(1.243)	(448)		(146.327)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(60.139)	22.607	(13.205)			6.149	(44.588)
	(86.678)	(89.646)	(19.049)	(1.243)	(448)	6.149	(190.915)
Resultado líquido do exercício	237.920	362.225	38.506	341.644	4.183	(450.941)	533.537
Atribuível aos acionistas controladores	237.920	312.947	38.506	341.644	4.183	(593.556)	341.644
Atribuível aos acionistas não controladores		49.278				142.615	191.893

	2011						
	Distribuição	Geração	Comercialização	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	4.232.456	1.096.357	921.735	1.384	6.518	(553.041)	5.705.409
Custo do serviço de energia elétrica							
Custo com energia elétrica							
Energia elétrica comprada para revenda	(1.912.360)	(61.865)	(860.457)			531.860	(2.302.822)
Encargos de uso da rede elétrica	(568.800)	(88.455)	(14.381)			20.238	(651.398)
	(2.481.160)	(150.320)	(874.838)	-	-	552.098	(2.954.220)
Custo de operação							
Pessoal	(142.839)	(20.781)	(3.355)		(576)		(167.551)
Materiais e serviços de terceiros	(191.060)	(30.078)	(1.186)		(907)	545	(222.686)
Depreciações e amortizações	(161.704)	(99.414)	(76)				(261.194)
Outros custos de operação	(32.611)	(3.093)	(313)		(73)		(36.090)
	(528.214)	(153.366)	(4.930)	-	(1.556)	545	(687.521)
	(3.009.374)	(303.686)	(879.768)	-	(1.556)	552.643	(3.641.741)
Custo do serviço prestado a terceiros	(308.794)	(439)	(62)				(309.295)
Lucro bruto	914.288	792.232	41.905	1.384	4.962	(398)	1.754.373
Despesas e Receitas operacionais							
Despesas com vendas	(36.111)	(860)	(3.424)	(1.430)			(41.825)
Despesas gerais e administrativas	(182.887)	(53.697)	(6.430)	(67.642)	(252)		(310.908)
Depreciações e amortizações	(9.036)	(62.821)	(346)	(12.192)			(84.395)
Outras despesas e receitas operacionais	(102.089)	(36.089)	555	12.479	(122)		(125.266)
	(330.123)	(153.467)	(9.645)	(68.785)	(374)	-	(562.394)
	584.165	638.765	32.260	(67.401)	4.588	(398)	1.191.979
Resultado antes do resultado financeiro, tributos e participações societárias							
Resultado das participações societárias							
Receitas financeiras	134.678	48.819	4.916	30.647	630	(9.434)	210.256
Despesas financeiras	(265.554)	(190.265)	(2.216)	(44.278)	(820)	9.434	(493.699)
	(130.876)	(141.446)	2.700	(13.631)	(190)	-	(283.443)
Resultado financeiro	453.289	506.665	34.960	488.919	4.398	(583.177)	905.054
Resultado antes dos tributos sobre o lucro							
Imposto de renda e contribuição social correntes	(118.782)	(103.113)	(11.887)	(354)	(451)		(234.587)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.630)	26.105	625	2.149			21.249
	(126.412)	(77.008)	(11.262)	1.795	(451)	-	(213.338)
Resultado líquido do exercício	326.877	429.657	23.698	490.714	3.947	(583.177)	691.716
Atribuível aos acionistas controladores	326.877	471.308	23.698	490.714	3.947	(477.818)	838.726
Atribuível aos acionistas não controladores		(41.651)				(105.359)	(147.010)

38.1.2 Balanço Patrimonial

	2012						
	Distribuição	Geração	Comercialização	Holding	Outros	Eliminação	Total
Ativo circulante	1.614.152	733.447	209.360	423.366	212	(261.876)	2.718.661
Ativo não circulante	1.432.778	387.126	7.599	396.277	4.322	(302.100)	1.926.002
Investimentos		1.326	200	4.392.502	520	(4.298.007)	96.541
Propriedades para investimentos	4.127						4.127
Imobilizado	197	5.778.490	1.181	5.004	3.638	471.020	6.259.530
Intangível	1.921.880	1.331.928	623	1.670	5.506	363.375	3.424.982
Passivo circulante	1.715.317	1.256.112	157.919	188.448	2.140	(253.821)	3.066.115
Passivo não circulante	1.847.407	2.765.692	248	567.028	5.302	(172.152)	5.013.525
Patrimônio líquido e não controladores	1.410.410	4.210.513	60.796	4.463.343	6.756	(3.801.615)	6.350.203

	2011						
	Distribuição	Geração	Comercialização	Holding	Outros	Eliminação	Total
Ativo circulante	1.569.745	637.134	146.423	584.987	19.140	(291.419)	2.666.010
Ativo não circulante	1.189.436	402.668	18.742	126.687	56.253	(105.601)	1.688.185
Investimentos		(461.806)					32.896
Propriedades para investimentos	4.186			4.168.961	379.137	(4.053.396)	4.186
Imobilizado	409	5.651.731	567	3.113	3.713		5.659.533
Intangível	2.023.102	1.378.405	650	856	5.344	156.786	3.565.143
Passivo circulante	1.656.058	911.083	112.173	181.191	118.582	(290.649)	2.688.438
Passivo não circulante	1.630.672	2.455.877	4.518	98.399	320.277	(129.866)	4.379.877
Patrimônio líquido e não controladores	1.500.148	4.241.172	49.691	4.605.014	24.728	(3.873.115)	6.547.638

39. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora 31/12/2012	Consolidado 31/12/2012
Subestações		1.005.006
Usinas		4.805.437
Prédios e conteúdos (próprios)		63.994
Prédios e conteúdos (terceiros)	11.836	86.056
Responsabilidade civil	58.999	191.499
Transportes (materiais)		5.000
Transportes (veículos)	1.600	3.350
Acidentes pessoais	39.724	278.761

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Controladora, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$6.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de R\$12.680; e
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O), com cobertura de R\$40.562, extensível as suas controladas.

Para as apólices dos itens (i) e (ii), estão seguradas a Controladora e as seguintes controladas: Bandeirante, Escelsa, Energest, Pantanal, Santa Fé, Ceneael, EDP Comercializadora e Investco.

40. Eventos Subsequentes

40.1 Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12) - Escelsa e Bandeirante

O ano de 2012 foi marcado por significativas alterações nas regulamentações aplicadas ao setor de energia elétrica, entre elas, a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, na qual o governo federal apresentou medidas para reduzir a conta de energia elétrica, a partir de janeiro de 2013. A redução média prevista para todo o Brasil era de 20,2%, decorrente da atuação do governo em duas frentes: Renovação das Concessões (13%) e Encargos Setoriais (7%).

A Medida Provisória nº 579/2012 que resultou na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, estabeleceu que as concessionárias de geração e transmissão, licitadas antes de 13 de fevereiro de 1995 (art. 19 da Lei nº 9.074/1995) e que tiverem seus contratos vencendo entre 2013 e 2017, poderão prorrogar antecipadamente as suas concessões. As concessões de geração alcançadas pela Lei deverão disponibilizar sua garantia física de energia para o regime de cotas a ser distribuído proporcionalmente ao mercado de cada distribuidora, impactando a contratação de energia. Por sua vez, as concessionárias de transmissão, atingidas pela MP 579/12, terão considerados em sua tarifa, somente os custos de operação e manutenção, encargos e tributos, já que os ativos vinculados à prestação do serviço estarão totalmente amortizados.

No que se refere aos Encargos Setoriais, as cotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR deixará de ser cobrada dos consumidores e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE será inicialmente reduzida em 75% de seu valor atual.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013 estabeleceu uma maior abrangência para a aplicação dos recursos da CDE, os quais poderão ser utilizados para subsidiar os descontos tarifários previstos em lei, como a tarifa social baixa renda, rural, água, esgoto e saneamento, irrigantes, entre outros. Desse modo, a diferença auferida de receita, devido aos descontos concedidos, não será mais ressarcida por meio das tarifas dos demais consumidores.

Em 24 de janeiro de 2013 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, específica para o ajuste dos custos de energia, custos de transmissão e encargos setoriais, de todas as distribuidoras de energia. Assim, simultaneamente serão reduzidos os custos não gerenciáveis e as tarifas de fornecimento, não havendo impactos na margem das distribuidoras. Estes efeitos serão percebidos pelos consumidores a partir do final de janeiro de 2013. As principais alterações que permitiram a redução da conta foram:

- i) Alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessões renovadas;
- ii) Redução dos custos de transmissão;
- iii) Redução dos encargos setoriais; e

iv) Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional. As concessões de geração hidroelétrica detidas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil - por terem sido outorgadas após fevereiro de 1995, data de entrada em vigor da Lei 8.987/1995 - não são atingidas pelas mudanças regulatórias em pauta.

40.2 As ações da EDP Energias do Brasil passam a integrar o índice Bovespa

Em 7 de janeiro de 2013, a Companhia comunicou ao mercado que as ações passaram a integrar o índice Bovespa com participação de 0,645%. A nova carteira do Ibovespa passa a ser composta por 69 ações. O Índice Bovespa ("Ibovespa") é um dos mais importantes indicadores de desempenho das cotações do mercado de ações brasileiro. Sua relevância advém do fato do Ibovespa retratar o comportamento dos papéis negociados na BM&FBOVESPA das empresas negociadas mais representativas da economia Brasileira.

40.3 BlackRock passa a deter 5,10% das ações ordinárias da Companhia

Conforme comunicado ao mercado em 11 de janeiro de 2013 a BlackRock passou a deter, no consolidado 24.329.252 (vinte e quatro milhões, trezentos e vinte e nove mil e duzentas e cinquenta e duas) ações da Companhia, correspondente à 5,10% do seu capital social. A BlackRock declarou que esta participação nas ações da Companhia não visa nem resulta qualquer alteração do controle acionário da Companhia ou de sua estrutura administrativa e tem finalidade de investimento.

40.4. Captação de Empréstimos Energest

Em 11 de janeiro e 4 de fevereiro de 2013, a controlada Energest assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$6.000 cada, totalizando R\$12.000. Sobre os valores contratados, há incidência de juros de 115,03% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em março e maio de 2013 respectivamente.

Em 22 de fevereiro de 2013, a controlada Energest assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$22.000. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 115,00% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em maio de 2013.

Bandeirante

Em 5 de fevereiro de 2013, a controlada Bandeirante assinou junto ao Banco do Brasil, contrato de empréstimo na modalidade de Conta Garantida, no valor de R\$20.000. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 116,00% do CDI com principal e juros a vencer em única parcela maio de 2013.

Em 5 de fevereiro de 2013, a controlada Bandeirante assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$20.000. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 115,00% do CDI com principal e juros a vencer em única parcela maio de 2013.

Empresa de Energia Cachoeira do Caldeirão

Em 14 de fevereiro de 2013 em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado a celebração de contrato de empréstimo entre a Empresa de Energia Cachoeira do Caldeirão e o Banco do Brasil S.A, na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$30.000. Sobre o valor contratado há incidência de juros de 109,00% do CDI com vencimento em 8 de março de 2013, podendo ser prorrogado por mais 30 dias.

Escelsa

Em 15 de fevereiro de 2013, a controlada Escelsa assinou junto ao Banco do Brasil, contrato de empréstimo nas modalidades de Crédito Rural e Agronegócio, no valor de R\$34.000 cada, totalizando R\$68.000. Sobre os valores contratados, há incidência de juros de 98,50% do CDI e de 105,50% do CDI, respectivamente, com principal e juros a vencer em única parcela em fevereiro de 2015.

EDP - Energias do Brasil

Em 22 de fevereiro de 2013, a Companhia assinou junto ao Banco do Brasil, contrato de empréstimo na modalidade de Conta Garantida, no valor de R\$8.000. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 116,00% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em maio de 2013.

Em 22 de fevereiro de 2013 em Reunião do Conselho de Administração foi aprovado a celebração de contrato de empréstimo entre a Companhia e o Banco do Brasil S.A, no valor de R\$210.000. Sobre o valor contratado há incidência de juros de 107,1% do CDI com vencimento em 30 de abril de 2013. A liberação parcial do valor de R\$185.000 ocorreu em 26 de fevereiro de 2013.

40.5. UHE Mascarenhas inicia operação comercial de 2ª turbina

Em 8 de fevereiro de 2013, a ANEEL, através do Despacho nº 326, publicado em 14 de fevereiro de 2013, autorizou o início da operação comercial da unidade geradora II, de 49,5 MW de potência instalada. A unidade geradora II esteve paralisada no período de 8 de fevereiro de 2012 a 8 de fevereiro de 2013 para repotenciação. Com a entrada em operação comercial da unidade geradora II, a UHE Mascarenhas que está localizada nos municípios de Baixo Guandu e Aimorés, finaliza o processo de repotenciação de suas quatro unidades geradoras. O projeto de repotenciação das 4 unidades geradoras acrescentou 17,5 MW, totalizando hoje 198 MW de potência instalada.

40.6. A Unidade II da Usina Termelétrica Energia Pecém I sincroniza ao Sistema Interligado Nacional

Em 20 de fevereiro de 2013, a Usina Termelétrica Energia Pecém I realizou a sincronização da unidade II com o Sistema Interligado Nacional. A sincronização e os testes em carga constituem a etapa final para a aprovação da Declaração de Operação Comercial (DOC).

40.7. Debêntures - Cachoeira Caldeirão S.A

Em 21 de fevereiro de 2013 em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de sua controlada, a Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., no valor total de R\$168.000 mediante a emissão de 16.800 debêntures, que farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu valor nominal unitário, correspondentes a 106,30% da taxa média diária de juros dos DI, incidentes desde a data de emissão, sobre as "Debêntures" e a "Remuneração".

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio Luis Guerra Nunes Mexia
Presidente
Ana Maria Machado Fernandes
Vice-Presidente

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves
Conselheiro
Jorge Manuel Pragana da Cruz Moraes
Conselheiro

Pedro Sampaio Malan
Conselheiro
Francisco Carlos Coutinho Pitella
Conselheiro

Modesto Souza Barros Carvalho
Conselheiro
Paulo Cesar Hartung Gomes
Conselheiro

DIRETORIA

Ana Maria Machado Fernandes
Diretora-Presidente
Miguel Dias Amaro
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Vice-Presidente de Geração
Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Vice-Presidente de Distribuição

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Vice-Presidente de Comercialização
Miguel Dias Amaro
Diretor Vice-Presidente de Controle de Gestão

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Fabiana Bueno Hernandez
Gestora Operacional de Consolidação Contábil
Contadora - CRC 1SP224652/O-4

CONSELHO FISCAL

Adir Pereira Keddi
Conselheiro Fiscal Efetivo
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Conselheiro Fiscal Efetivo

Jorge Michel Lepeltier
Conselheiro Fiscal Efetivo
Antonio Carlos Varela
Conselheiro Fiscal Suplente

Ricardo Julio Rodil
Conselheiro Fiscal Suplente
João Crédito da Silva Guimarães
Conselheiro Fiscal Suplente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, consideraram que as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia relativo à 31.12.2012 estão adequadamente apresentadas com parecer favorável para encaminhamento aos Acionistas para deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

Adir Pereira Keddi
Conselheiro Efetivo

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013.
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Conselheiro Efetivo

Jorge Michel Lepeltier
Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
EDP - Energias do Brasil S.A.

(São Paulo - SP)
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **EDP - Energias do Brasil S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Partes Beneficiárias na controlada Lajeado Energia S.A.
Conforme descrito na nota explicativa 27.4.1 às demonstrações financeiras, a controlada Lajeado Energia S.A. ("Lajeado"), emitiu, em 2006, partes beneficiárias para terceiros, cujo saldo, no montante de R\$451 milhões, desde a data da emissão, foi registrado no patrimônio líquido daquela controlada. Nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referido saldo foi registrado como participações de não controladores, como parte do patrimônio líquido consolidado. Considerando-se que as características dessas partes beneficiárias são as de um instrumento híbrido, referido saldo não deveria, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, ser integralmente registrado em conta de patrimônio líquido, devendo parte substancial ser registrada como passivo, representado, no mínimo, pelo montante de caixa que a Companhia deve pagar para o detentor das partes beneficiárias durante o prazo de sua vigência. Por ter entendimento diverso, a Companhia não determinou o montante mínimo que deveria ser registrado como parte do passivo, resultando, em um patrimônio líquido consolidado aumentado e saldo do passivo diminuído, em 31 de dezembro de 2012, por montante ainda não determinado, e o resultado do exercício não contempla qualquer efeito decorrente desse ajuste.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo do item "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP - Energias do Brasil S.A em 31 de

dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo do item "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da EDP - Energias do Brasil S.A em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Conforme descrito na nota explicativa 2.2(g), os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. A medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas num único conjunto

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da EDP - Energias do Brasil S.A essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras" estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

No ano de 2012, a EDP Bandeirante prosseguiu com a sua atuação sustentável junto aos acionistas, clientes, colaboradores e à sociedade em geral, com foco na qualidade e na obtenção de resultados.

O baixo crescimento econômico do país, refletiu-se no volume de energia elétrica distribuída na nossa área de concessão, com um crescimento de 0,5% face a 2011. O setor industrial cativo apresentou queda de 6,9% comparado ao ano anterior. No período, a base de clientes foi incrementada em 3,6%, cerca de 56 mil novos clientes, em sua grande maioria nas classes residencial e comercial.

Revisão Tarifária e Resultados Financeiros

Em 16 de outubro de 2012, foi aprovada a revisão tarifária do ciclo 2007/2011, retroativa a outubro de 2011, juntamente com o reajuste anual da EDP Bandeirante de 11,45%, que passou a ser aplicado a partir de 23 de outubro de 2012. Em relação à tarifa praticada anteriormente, o efeito médio percebido pelos clientes, considerando a revisão tarifária de 2011 e o reajuste tarifário de 2012, foi de 7,29%.

A receita operacional líquida atingiu, em 2012, o valor de R\$ 2.557,1 milhões, em linha com mesmo período do ano anterior. O EBITDA foi de R\$ 217,1 milhões e o lucro líquido R\$ 81,0 milhões, impactados, principalmente, pelo abrandamento do mercado industrial e elevação dos preços com aquisição de energia, que ficaram acima do valor reconhecido na tarifa, pelo aumento do volume de geração termoelétrica, em face do baixo nível de água dos reservatórios em todas as regiões do país e impacto positivo de R\$ 24,5 milhões pelo Valor novo de Reposição de Ativos de distribuição conforme definido na Medida Provisória nº 579, os ativos da concessão passam a ser indenizados considerando o Valor Novo de Reposição - VNR, o mesmo utilizado nos processos de Revisão Tarifária das Concessões de Distribuição de Energia para a definição da Base de Remuneração Regulatória.

Investimentos e Otimização de Processos

A EDP Bandeirante mantém investimentos consistentes com foco na qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e no atendimento às regras regulatórias. Estes investimentos superaram, nos últimos três anos, 500 milhões, contemplando obras estruturantes para o reforço do sistema elétrico, nomeadamente através da construção de 5 novas subestações e da ampliação de outras 8, que permitiram expandir em 13% a capacidade instalada. Vale ressaltar o incremento e modernização dos canais de atendimento, como a melhoria da agência virtual que disponibiliza serviços online aos clientes e o atendimento presencial em todas as cidades da área de concessão.

Aplicando ferramentas de inteligência operacional, a EDP Bandeirante reduziu, em cerca de 8% face a 2011, a quantidade de deslocamentos imprevistos das equipes de plantão. O projeto Lean, já implantado com sucesso nos centros de manutenção, traduziu o comprometimento da Empresa com a melhoria nos processos, resultando em maior eficiência operacional e melhor utilização de recursos. Este esforço de otimização estendeu-se também ao ciclo comercial, com efeitos na redução em cerca de 60% das reclamações em relação ao ano anterior.

Indicadores Operacionais

Os indicadores técnicos que medem a continuidade do fornecimento de energia, DEC (Duração Equivalente de Interrupção) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção), apresentaram índices melhores que os padrões estabelecidos pela ANEEL, 9,42 horas e 6,03 vezes, respectivamente, resultado dos investimentos na expansão e modernização das redes e do plano de manutenção. Como consequência da elevação do nível de automação da rede de distribuição, verificou-se o aumento do número de clientes abrangidos por transferência automática de cargas. Atualmente, cerca de 38% dos clientes da Empresa estão abrangidos pela transferência automática de cargas (em 2008 eram apenas 2%). A EDP Bandeirante é uma das empresas do setor que possui maior avanço nesta área.

As perdas totais mantiveram-se estáveis face a 2011. A manutenção deste indicador se deve essencialmente ao controle das perdas não técnicas, resultado do Projeto Garantia de Receita.

Investimentos em Inovação e Eficiência Energética

Em 2012, a EDP Bandeirante prosseguiu com a implementação do Projeto InovCity, alcançando o total de 12 mil unidades consumidoras com medidores inteligentes instalados. A iniciativa, realizada em parceria com a Secretaria de Energia de São Paulo e a Prefeitura de Aparecida, permitirá uma maior eficiência e qualidade na prestação de serviços ao cliente, como medição inteligente, iluminação pública eficiente, micro-geração com fontes renováveis de energia, mobilidade elétrica e ações de eficiência energética. Com o foco na segurança, conforto e qualidade de vida dos clientes, a EDP Bandeirante deu continuidade aos projetos no âmbito do Programa de Eficiência Energética. Destaca-se o Programa Boa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de comunidades carentes. Em 2012, o projeto atendeu mais de 25 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com orientações quanto ao uso racional e consumo consciente de energia elétrica.

Reconhecimentos e Agradecimentos

Com o objetivo de medir a qualidade percebida pelos clientes com relação ao fornecimento de energia elétrica e à eficácia dos serviços oferecidos, a EDP Bandeirante participa anualmente da pesquisa conduzida pela ABRADÉE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Em 2012, atingiu um índice de Satisfação com a Qualidade Percebida de 85,9%, o melhor resultado da distribuidora na história da pesquisa.

A EDP Bandeirante recebeu ainda a premiação de "Evolução do Desempenho", promovido pela ABRADÉE, sendo reconhecida como a empresa do setor de distribuição elétrica no Brasil, que registrou melhor evolução na avaliação global dos critérios do prêmio (Gestão Operacional, Satisfação do Cliente, Gestão Econômico-Financeira, Qualidade de Gestão, Responsabilidade Social).

No Prêmio Nacional da Qualidade a empresa foi destaque novamente, desta vez, no critério Clientes, que mensura a gestão e o desempenho da empresa no relacionamento com os clientes.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo. Em 2013, manteremos a política de segurança e qualidade dos serviços prestados, acompanhado de rigorosa gestão financeira e continuaremos empenhados profundamente na satisfação dos nossos clientes e no desenvolvimento das nossas pessoas.

Ana Maria Machado Fernandes

Presidente do Conselho de Administração

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O setor de serviços segue como importante propulsor da economia paulistana, entre janeiro e setembro de 2012, segundo a SEADE, o PIB paulista cresceu 2,1%, em relação a igual período de 2011, refletindo a expansão 4,2% no valor adicionado dos serviços e de 1,3% nos impostos.

A robustez desse seguimento fica evidenciada na geração de emprego, que de acordo com CAGED/MTE, no ano, verificou acréscimo de 336.398 postos (+2,77%), dos quais o setor de serviços respondeu +201.787 postos e o comércio por +104.189 postos. Em linha com este resultado, volume de vendas do comércio varejista apresentou crescimento de 9,9% taxa acumulada até nov/12, frente ao mesmo período de 2011.

Em 2012, o setor industrial paulista foi fortemente impactado pelo arrefecimento da economia, reflexo da conjuntura internacional. Segundo o IBGE, o índice acumulado da produção física industrial nos onze meses de 2012, frente a igual período de 2011, mostrou queda de 3,9%, com treze das vinte atividades investigadas apontando recuo na produção. O maior impacto negativo sobre o total da indústria veio de veículos automotores (-15,2%), pressionado, principalmente, pela menor produção de caminhões e automóveis. O alívio veio dos setores de outros equipamentos de transporte (17,5%) e de refino de petróleo e produção de álcool (7,2%) que apontaram as contribuições positivas mais relevantes, impulsionados, em grande parte, pelos itens aviões, no primeiro ramo, e gasolina automotiva e óleo diesel e outros óleos combustíveis, no segundo.

3. A EDP BANDEIRANTE E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A Bandeirante Energia S.A. (EDP Bandeirante), Companhia de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão, firmado naquela data.

A partir de abril de 2005 passou a ser subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina.

Atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte, abrangendo cerca de 4,5 milhões de habitantes, compreendidos entre 2,5 milhões no Alto Tietê e 2,0 milhões no Vale do Paraíba.

4. PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	SalDOS		
		dez/12	dez/11	Varição %
Financeiros				
Ativo Total	R\$ mil	2.511.611	2.577.538	(2,6)
Patrimônio Líquido	R\$ mil	779.289	791.368	(1,5)
Dívida Líquida ⁽¹⁾	R\$ mil	525.133	455.722	15,2
Dívida Líquida/ Patrimônio Líquido	vezes	0,67	0,58	15,5
Dívida Bruta/EBITDA (12 meses)	vezes	2,93	1,34	118,7

Descrição	unidade	janeiro - dezembro		
		2012	2011	Varição %
Resultados				
Receita Líquida	R\$ mil	2.557.089	2.584.707	(1,1)
Gastos Gerenciáveis e Não Gerenciáveis	R\$ mil	2.422.101	2.177.538	11,2
Resultado do Serviço (EBIT)	R\$ mil	134.988	407.169	(66,8)
EBITDA ⁽²⁾	R\$ mil	217.089	481.363	(54,9)
Resultado Financeiro	R\$ mil	(22.389)	(88.016)	(74,6)
Resultado Antes de Impostos	R\$ mil	112.599	319.153	(64,7)
Lucro Líquido	R\$ mil	80.968	222.901	(63,7)
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/rec. líquida)	%	8,8%	20,0%	-11,1 p.p.
Margem Líquida (lucro líq./rec. líquida)	%	3,2%	8,6%	-5,5 p.p.
Operacionais				
Investimentos Líquidos ⁽³⁾	R\$ mil	101.043	184.826	(45,3)
Número de Clientes Finais	mil	1.601.441	1.545.296	3,6
Número de Colaboradores ⁽⁴⁾	Unidade	1.184	1.103	7,3
Produtividade (MWh distribuído/empregado) ⁽⁵⁾	MWh	12.943	13.876	(6,7)
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC	horas	9,42	9,43	(0,1)
Frequência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC	vezes	6,03	6,17	(2,3)

(1) Dívida Líquida = Dívida bruta - Caixa e equivalentes de caixa

(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação e amortização

(3) Investimentos líquidos das adições de Obrigações Especiais e Receitas de Ultrapassagem e Excedente de Reativo

(4) Considera quantidade de colaboradores + Conselho de Administração

(5) Considera a média de colaboradores no período

5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

ALTERAÇÕES REGULATÓRIAS

O ano de 2012 foi marcado por significativas alterações nas regulamentações aplicadas ao setor de energia elétrica, entre elas, a Medida Provisória nº 579/2012, na qual o governo federal apresentou medidas para reduzir a conta de energia elétrica. A redução média prevista para todo o Brasil é de 20,2%, decorrente da atuação do governo em duas frentes: Encargos Setoriais (7%) e Renovação das Concessões (13%).

No que se refere aos Encargos Setoriais, a cobertura tarifária referente às quotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR deixará de ser repassada pelas distribuidoras aos consumidores e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE será inicialmente reduzida em 75% de seu valor atual.

A Medida Provisória nº 579/2012 estabeleceu que as concessionárias de geração e transmissão, licitadas antes de 13 de fevereiro de 1995 (art. 19 da Lei nº 9.074/1995) e que tiverem seus contratos vencendo entre 2013 e 2017, poderão prorrogar antecipadamente as suas concessões. As concessões de geração deverão disponibilizar sua garantia física de energia e de potência para o regime de cotas a ser distribuído proporcionalmente ao mercado de cada distribuidora, impactando a contratação de energia.

As concessionárias de geração e transmissão que tiverem seus contratos alcançados pela MP 579/2012 poderão prorrogar suas concessões, e considerando que os ativos vinculados à prestação do serviço de geração e transmissão de energia elétrica estarão totalmente amortizados, terão reconhecidos nas tarifas os custos de operação e manutenção, encargos e tributos.

Estes efeitos serão percebidos pelos consumidores a partir de fevereiro de 2013, quando todas as distribuidoras de energia elétrica passarão por uma revisão tarifária extraordinária - RTE, específica para ajuste dos custos de energia, custos de transmissão e encargos setoriais. Assim, simultaneamente, os custos não-gerenciáveis serão reduzidos e as tarifas de fornecimento também, não havendo impactos na margem das distribuidoras.

As concessões de geração hidroelétrica detidas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil - por terem sido outorgadas após fevereiro de 1995, data de entrada em vigor da Lei 8.987 - não são atingidas pelas mudanças regulatórias em pauta. Entretanto, estas mudanças com certeza influenciarão as regras que serão aplicadas às prorrogações destas concessões no futuro, conforme as condições estabelecidas agora:

- Remuneração por tarifa calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para cada usina hidroelétrica.

- Venda da energia das usinas (certificado chamado de Garantia Física) através de quotas destinadas exclusivamente ao Ambiente Regulado, ou seja, às distribuidoras.

- Submissão aos padrões de qualidade do serviço fixado pela ANEEL.

REVISÕES TARIFÁRIAS

A metodologia para a realização do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária (2CRTP) foi publicada após a data de revisão tarifária de algumas distribuidoras. Desta forma, a Diretoria da ANEEL, decidiu que as empresas com revisão tarifária entre 2011 e fevereiro de 2012, tivessem as suas tarifas prorrogadas até a data do próximo reajuste tarifário, todavia com efeitos retroativos à data originalmente definida. A EDP Bandeirante fez parte do grupo de empresas nessa situação, tendo no processo tarifário de outubro de 2012, os efeitos retroativos da revisão tarifária de 2011 e do próprio reajuste tarifário de 2012. A partir da diferença entre as tarifas prorrogadas e aquelas definidas na revisão tarifária, foi gerado um componente financeiro, que será amortizado em três parcelas, sendo a primeira considerada no reajuste tarifário de 2012 e as demais nos reajustes subsequentes.

REAJUSTE TARIFÁRIO

Conforme já mencionado, o reajuste tarifário anual médio concedido à concessionária foi de 11,45%, reposicionando as tarifas para o período de 23 de outubro de 2012 a 22 de outubro de 2013. Deste percentual, 7,60% referem-se ao reajuste econômico e 3,85% referem-se a componentes financeiros.

Em relação à tarifa praticada até 22 de outubro 2012, homologadas no reajuste tarifário anual de 2010, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos, já considerado o reposicionamento tarifário de 2011, foi de 7,29%, sendo 7,82% o efeito médio para os consumidores de alta e média tensão e 6,82% o efeito médio para os consumidores baixa tensão.

O ajuste financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária Periódica de 2011 da EDP Bandeirante, no valor total de R\$ 78 milhões, foi dividido em três parcelas, sendo a primeira já considerada nesse reajuste.

¹ Resolução Homologatória ANEEL nº 1.368 de 16/10/2012

6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

6.1 Balanço Energético (MWh)

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo.

ITAIPU + PROINFA 2.969.789	(+)	Perdas de ITAIPU -135.560	=>	ENERGIA REQUERIDA 16.477.718	=<	Fornecimento 9.399.260
BILATERAIS 2.318.690		Perdas na Rede Básica -243.728				Suprimento 44.376
LEILÕES 6.422.384		Ajustes no Curto Prazo -3.841				Perdas na Distribuição 1.684.765
COMPRAS CURTO PRAZO 10.223		VENDAS CURTO PRAZO -209.557				Energia em Trânsito 5.349.317
ENERGIA EM TRÂNSITO 5.349.317						

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

6.2 Compra de Energia

A compra de energia em 2012 foi de 11.721 GWh inferior em 1,8% à verificada em 2011. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do Proinfa representam 25,3%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 54,8% e os Contratos Bilaterais 19,8%.

6.3 Energia Distribuída

A EDP Bandeirante faturou 9.443,6 GWh para os clientes cativos, permissionárias e consumo próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2012, representando um crescimento de 1,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia em trânsito, distribuída a clientes livres, totalizou 5.349,3 GWh em 2012, apresentando um decréscimo de 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia distribuída pela EDP Bandeirante apresentou um crescimento de 0,5% no mesmo período, totalizando 14.792,9 GWh.

Receita Operacional Líquida	janeiro - dezembro					
	Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Fornecimento						
Residencial	1.458.722	1.415.879	3.374.935	3.260.568	1.158.093	1.102.266
Industrial	11.711	11.348	2.973.313	3.194.680	777.889	843.522
Comercial	110.378	97.927	2.025.909	1.847.221	612.181	562.079
Rural	8.072	8.124	84.183	83.595	18.767	18.471
Outros ⁽¹⁾	12.247	11.781	935.099	880.671	223.218	211.665
(-) Transferência para TUSD - clientes cativos					(1.368.834)	(1.327.490)
Fornecimento não Faturado					22.370	4.004
Consumo próprio	169	137	5.821	4.382		
Total Fornecimento	1.601.299	1.545.196	9.399.260	9.271.117	1.443.684	1.414.517
Suprimento	2	2	44.376	42.024	2.402	2.083
Total Fornecimento e suprimento	1.601.301	1.545.198	9.443.636	9.313.141	1.446.086	1.416.600
Disponibilização do Sistema de Distribuição	140	98	5.349.317	5.412.538	1.757.608	1.723.222
Total Energia Distribuída	1.601.441	1.545.296	14.792.953	14.725.679	3.203.694	3.139.822
Outras receitas operacionais ⁽²⁾					146.686	221.826
Energia de curto prazo			209.556	443.308	27.931	7.921
(-) Deduções à receita operacional					(821.222)	(784.862)
Receita Operacional Líquida	1.601.441	1.545.296	15.002.509	15.168.987	2.557.089	2.584.707

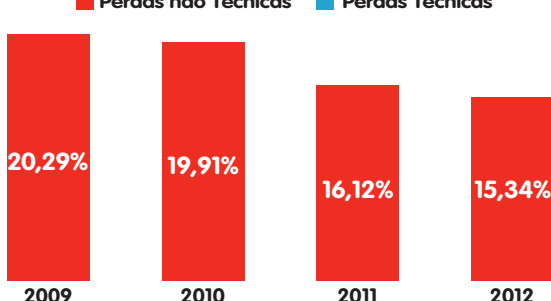
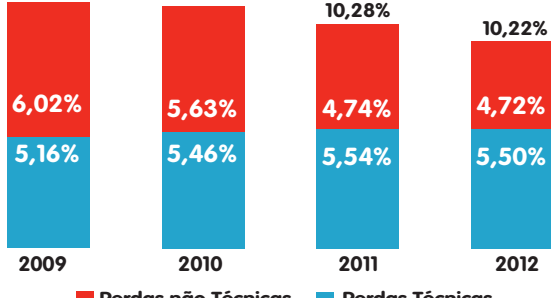
(1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público

(2) Considera as receitas de construção de R\$ 96,8 milhões em 2012 e R\$ 174,1 milhões em 2011

6.4 Perdas Técnicas e Não Técnicas

A ANEEL determina, para cada ciclo tarifário, o nível de perdas a ser admitido no sistema de distribuição da EDP Bandeirante. Essa determinação pode ser feita mediante a fixação de um valor único para todo o período tarifário ou pela definição de uma "trajetória" ou curva decrescente.

Para o período 2011/2012 esses valores foram estabelecidos em 4,90% para as perdas técnicas e 14,63% para as perdas não técnica (padrão). Vale lembrar que, para este último índice, o valor é calculado considerando a energia total das perdas não técnicas dividido pela energia total vendida no segmento de baixa tensão, resultando o valor de 15,34% para o ano de 2012.



6.5 Combate às Perdas Não Técnicas

No início de 2012 a EDP Bandeirante ainda não conhecia a trajetória de perdas referente ao 3º ciclo 2011-2015, em virtude do congelamento da revisão tarifária de outubro de 2011, sendo definida e divulgada pela ANEEL somente em outubro de 2012. Este fato exigiu a elaboração de um plano de combate às perdas não técnicas com ações que permitissem adequações para aderência à trajetória estipulada na revisão tarifária. Dando continuidade à estratégia adotada de priorização de ações em grandes consumidores buscando a blindagem de 70% do faturamento foram implementadas ações de modernização do parque de telemetria de 100% dos clientes de média tensão, além da ampliação para mais 2.000 unidades consumidoras atendidas em baixa tensão.

Como parte do plano o recém-inaugurado Centro Integrado de Medição, que conta com uma equipe de especialistas responsáveis pela gestão das informações geradas, garantiu nesse período o tratamento de mais de 500 eventos de monitoramento, possibilitando a intervenção imediata e mitigação dos riscos de perdas. Para a perenidade do projeto foi prevista a instalação de telemedição a todos os novos clientes destas classes.

Para as demais classes de clientes, as principais ações foram a renovação do parque de medidores com a substituição de mais de 35 mil unidades, o plano de inspeções com cerca de 55 mil intervenções e a regularização de mais de 10 mil ligações clandestinas na área de concessão.

Para potencializar a eficácia das inspeções investiu-se na modernização dos equipamentos e instrumentos utilizados pelas equipes de campo e capacitação.

O conjunto de ações resultou no investimento total de R\$ 13MM em CAPEX e R\$ 9MM em OPEX.

7. ATIVIDADE COMERCIAL

7.1 Relacionamento com o Cliente

A EDP Bandeirante possui uma estrutura de atendimento segmentada em nível de tensão de fornecimento e classe de clientes, respectivamente classificadas em baixa, média e alta tensão e entidades da esfera pública e privada. A distribuidora oferece acesso aos canais de relacionamento Call Center, Agências de Atendimento Presencial, Agência Virtual na internet e atendimento exclusivo a clientes corporativos, empresariais, institucionais e poderes públicos.

A Central de Atendimento Telefônico (Call Center), em conformidade com as exigências regulatórias, conta com infraestrutura e parque tecnológico de ponta dedicado para melhor atender os clientes. Com estrutura para atendimentos de caráter emergencial e comercial e opção de atendimento humano e eletrônico, em 2012 foram atendidas 2.709 mil chamadas. Adicionalmente, na Agência Virtual, na internet, foram realizados 5.866 mil acessos, entre utilização de serviços e consultas. Nas 30 Agências de Atendimento Presencial, distribuídas em todos os municípios de atuação da concessionária, foram realizados 1.164 mil atendimentos; além disso, ainda há a disponibilização de 1.775 pontos de pagamento de fatura de energia elétrica, distribuídos em agentes lotéricos, bancos e correspondentes bancários.

As Entidades Municipais, Estaduais e Federais contam com uma estrutura exclusiva, com opções de atendimento telefônico, eletrônico e presencial. Ao Procon e demais órgãos de Defesa do Consumidor também é oferecida estrutura exclusiva de atendimento com um Call Center gratuito. Além disso, em 2012, como refinamento da segmentação dos clientes de média e alta tensão, foram criadas carteiras de clientes por ramo de atividade e promovida a gestão do conhecimento do negócio dos clientes pelos analistas de Grandes Clientes.

A Ouvidoria da EDP Bandeirante é responsável por acolher as reclamações, elogios, sugestões e críticas dos clientes com garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, além da atribuição de instância administrativa de recursos, bem como intermediária com os Órgãos Reguladores ARSESP e ANEEL. Cabe ressaltar que em 2012 houve significativa redução no montante das reclamações críticas dos consumidores, na ordem de 53%, em decorrência do aperfeiçoamento nas práticas de gestão comercial e técnica.

A EDP Bandeirante, ainda em 2012, foi destaque no critério Clientes do PNQ - Prêmio Nacional da Qualidade, promovido pela FNQ - Fundação Nacional da Qualidade, que realiza anualmente um ciclo de avaliações que reconhece as organizações que praticam a excelência em gestão no Brasil.

7.2 Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente - Pesquisa ABRADDEE

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a EDP Bandeirante participa da pesquisa conduzida pela ABRADDEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, em parceria com o Instituto Innovare, que mede o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, contemplando vários aspectos, como o fornecimento de energia elétrica e a qualidade dos serviços prestados. Baseado nos resultados apresentados tem-se reavaliado processos e alinhado projetos atendendo às necessidades dos clientes. Em 2012, a EDP Bandeirante atingiu um Índice de Satisfação da Qualidade Percebida de 85,9%, conferindo-lhe o reconhecimento em 1º lugar na categoria "Evolução do Desempenho", que congregou a avaliação do grau de melhoria dos indicadores de gestão operacional, gestão econômico-financeira, qualidade de gestão, responsabilidade social e a avaliação da Distribuidora feita pelos clientes que participaram da pesquisa promovida pela ABRADDEE.

8. INVESTIMENTOS

Foram realizados a título de investimento em 2012 R\$ 101,0 milhões, já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento e considerando os juros capitalizados. Os juros capitalizados representam R\$ 4,2 milhões do total.

Investimento - R\$ Mil	janeiro - dezembro		
	2012	2011	Variação R\$ Mil
Expansão do Sistema Elétrico	68.912	130.184	(61.272)
Melhoramento da Rede	44.558	48.831	(4.273)
Universalização	10.630	4.421	6.209
Telecom., Informática e Outros	30.872	26.686	4.186
Sub Total ⁽¹⁾	155.509	210.122	(55.063)
Receitas de Ultrapassagem ⁽²⁾	(42.845)		(42.845)
(-) Obrigações Especiais ⁽³⁾	(11.167)	(25.296)	14.129
Investimento Líquido	101.043	184.826	(83.783)

(1) Sub Total = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede + Juros capitalizados

(2) Novas regras instituídas com os procedimentos para revisão tarifária relativas à receita de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente (PRORET 2.7) que reduz a Receita Operacional e quando do início do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, o valor acumulado nessa subconta receberá o tratamento usual de depreciação dos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

(3) Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios nos projetos de investimentos

8.1 Expansão do Sistema Elétrico

Para atendimento a demanda de mercado foram investidos R\$ 68,9 milhões na expansão de linhas, subestações e redes de distribuição, visando à ligação de novos clientes e à instalação de sistemas de medição. Vale destacar que, deste montante, R\$ 27,4 milhões, foram destinados ao início das construções de novas subestações e linhas além da ampliação e recapitação de ativos dessa natureza.

8.2 Melhoramento da Rede

Os investimentos em melhoramento de redes totalizaram R\$ 44,5 milhões, que foram aplicados, principalmente, na substituição de equipamentos e medidores obsoletos, na substituição de redes em final de vida útil e em ações de combate às perdas não técnicas. Tais medidas propiciam a modernização do sistema elétrico, com melhoria de qualidade do fornecimento de energia elétrica e expressiva redução das perdas.

8.3 Universalização

Os investimentos na Universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica totalizaram R\$ 10,6 milhões, que foram destinados à ligação, dos clientes da área urbana e rural com demanda inferior a 50 kW. Neste Programa, a EDP Bandeirante somou esforços, no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais onde atua.

8.4 Tecnologia da Informação

Foram investidos o total de R\$ 14,0 milhões, sendo que R\$ 0,9 milhões refere-se às aquisições de Hardwares e Softwares, necessários para manter operante e atualizado o parque tecnológico que suporta as aplicações, e que visa à otimização e organização dos processos da organização, reduzindo riscos de indisponibilidades e falhas por obsolescência, e R\$ 13,1 milhões referentes aos projetos necessários para atender as Obrigações Legais e Órgãos Regulatórios. Os principais projetos investidos referem-se: à Atualização de nova versão técnica dos sistemas SAP ISU/CCS (Industry Solution Utilities/Customer Care Service) e SAP CRM (Customer Relationship Management), à adequação do sistema SAP R/3 e do IS-U/CCS para atender a homologação das Resoluções ANEEL 472/2012 de 24 de janeiro de 2012, referente ao novo modelo de subvencão, Resolução ANEEL 479/2012 de 12 de abril de 2012, revisando alguns artigos da Resolução 414 e Resolução ANEEL 464/2012 de 22 de novembro de 2011, referente a estrutura tarifária e tarifa branca e novas bandeiras e à modernização do web site com implementação da "Agência Virtual" que integrou os serviços comerciais para atendimento online via internet, aperfeiçoando os processos relacionados ao atendimento de consumidores.

8.5 Automação e Telecomunicações Operativas

Os investimentos em Automação e Telecomunicações totalizaram R\$ 5,2 milhões e destaca-se, entre as diversas ações, a continuidade de instalações dos acessos das subestações à Rede de Transporte Digital de Alta Capacidade - RTDAC, interligando via rádio digital o COS (Centro de Operação Sistema) com 11 subestações reduzindo custos de aluguel de links. No Sistema PLATOE - Plataforma de Operação e Engenharia foram prosseguidas as implantações e integrações de microrremotas celulares nas Subestações para transporte de dados do sistema CAE (Centro de Análise de Engenharia) local, integrado a Base de Dados do Sistema PLATOE GRID. Para a melhoria contínua do processo operativo a rede de MT teve a incorporação de 11 novas Transferências Automáticas (TA's) de carga entre alimentadores telecomandados e telesupervisionados através do Sistema PLATOE/SCADA, totalizando 74 TA's. Desta forma mais de 35% dos clientes da EDP Bandeirante são beneficiados com essas transferências de cargas automáticas.

A implantação dos sistemas do ERAC - Esquema Regional de Alívio de Carga, em atendimento à resolução do ONS, foram finalizados nos 49 clientes de AT, onde foram instalados equipamentos para telesupervisionar os níveis de tensão, corrente, frequência, tensão do banco de baterias da subestação do cliente, bem como estados dos disjuntores. A migração dos sistemas instalados nas transmissoras para as distribuidoras serão executados até meados de 2013.

Em atendimento a publicação das normas regulamentares ditadas pelas resoluções 523 (15/12/2008), 558 (20/12/2008) e 528 (15/06/2011), da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL foi realizada a contratação da digitalização da rede de rádio UHF/VHF, para a substituição das repetidoras de Rádio para repetidoras digitais, sistemas irradiantes, cabos, conectores, antenas e substituição dos rádios VHF nas viaturas utilizando a tecnologia P25, provida de características técnicas para o atendimento de serviços de missão crítica, ampliando a área de cobertura e possibilitando a interoperabilidade entre os sistemas analógicos legados.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

9.1 Indicadores de Performance

Mesmo com o agravamento dos eventos climáticos no final do ano, conseguimos com a consolidação das práticas do ciclo anterior e uma maior sinergia entre as áreas e total empenho dos colaboradores, atingindo resultados positivos.

Os indicadores de qualidade do serviço apresentaram uma melhoria no ano de 2012, atingindo valores inferiores aos limites estabelecidos pela ANEEL, tanto para o DEC quanto para o FEC.

Indicador	Unidade	2009	2010	2011	2012
DEC	Real	12,77	12,18	9,43	9,42
	Meta Aneel Regulatória	11,25	10,20	9,70	9,57
FEC	Real	6,43	7,05	6,17	6,03
	Meta Aneel Regulatória	9,36	8,82	8,42	8,37

DEC = Duração Equivalente de Interrupções por Clientes (horas - média cliente/ano)

FEC = Frequência Equivalente de Interrupções por Cliente (Interrupções - média cliente/ano)

9.2 Principais Dados das Instalações Elétricas

Descrição	2012	2011	Variação %
Subestações			
Quantidade	62	63	-1,6
Potência Instalada de Transformadores (MVA)	3.575	3.535	1,1
Redes de Distribuição - Própria (Km)	27.210	26.893	1,2
AT (maior ou igual a 69 KV)	901	884	1,9
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	13.851	13.686	1,2
BT (menor que 1 kV)	12.458	12.323	1,1
Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)	60.189	58.252	3,3
Urbano	43.870	42.427	3,4
Rural	16.270	15.776	3,1
Subterrâneo	49	49	0,0
Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)	3.256	3.093	5,3
Urbano	2.822	2.684	5,1
Rural	407	383	6,3
Subterrâneo	27	26	3,8
Postes em Redes de Distribuição - Quantidade	533.674	527.637	1,1
Urbano	403.500	399.654	1,0
Rural	130.174	127.983	1,7
Iluminação Pública	354.412	346.893	2,2
Lâmpadas - unidades (de propriedade da empresa)	268.553	280.127	-4,1
Lâmpadas - unidades (de propriedade dos municípios)	85.859	66.766	28,6

10. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

10.1 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2012, foram encerrados 26 projetos de P&D, permanecendo assim 15 projetos em execução, com investimentos da ordem de R\$ 7,79 milhões. A EDP Bandeirante destaca o projeto Inovcity Aparecida, o qual contempla a instalação de um sistema de medição inteligente completo na cidade de Aparecida/SP, que possibilitará uma real aplicação do conceito das redes inteligentes, criando um ambiente para a realização de testes de gerenciamento da rede, de modo a permitir a avaliação dos impactos sociais e econômicos desta tecnologia, em condições reais de utilização. Os resultados obtidos nos projetos de P&D foram amplamente divulgados à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas.

10.2 Eficiência Energética

Sempre orientadas para assegurar a melhor utilização do produto distribuído aos seus clientes promovendo soluções inovadoras e sustentáveis, as atividades de eficiência energética desempenhadas pela EDP Bandeirante, em 2012, caracterizaram-se pela realização de projetos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética - PEE. No ano de 2012 a EDP Bandeirante investiu R\$ 16,7 milhões com os projetos "Boa Energia Solar" instalando no período equipamentos de aquecimento solar de alta eficiência em 1.117 unidades consumidoras, permitindo assim substituir os chuveiros elétricos existentes. Deu sequência ao projeto "Boa Energia na Comunidade", que visa aumentar a eficiência energética e regularizar as unidades consumidoras de baixa renda, no ano de 2012 incluiu a substituição de refrigeradores, chuveiros inteligentes e reforma completa das instalações elétricas internas. Por fim, realizou o projeto "Boa Energia nas Escolas" que levou conhecimento sobre o uso adequado e seguro da energia a 838 professores de 170 escolas da rede pública de ensino, atingindo um total de 61.250 alunos. Foi doado a cada escola material didático para utilização dos alunos e produzido uma unidade móvel de ensino "caminhão da boa energia" que visitou as escolas interagindo diretamente com os alunos através de experimentos científicos, jogos educativos, filme em 3D sobre os caminhos da energia e folder explicativo.

11. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE - R\$ Mil	janeiro - dezembro		
	2012	2011	Variação %
Receita Operacional Bruta	3.378.311	3.369.569	0,3
(-) Deduções à Receita Operacional	(821.222)	(784.862)	4,6
(=) Receita Operacional Líquida	2.557.089	2.584.707	(1,1)
(-) Despesas Operacionais:	2.422.101	2.177.538	11,2
Gerenciáveis	493.361	624.187	(21,0)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	122.801	108.260	13,4
Material	11.838	12.598	(6,0)
Serviços de terceiros	135.054	142.107	(5,0)
Depreciação e amortização	82.101	74.194	10,7
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas	22.636	17.641	28,3
Provisões para contingências	5.573	32.934	(83,1)
Aluguéis e arrendamentos	4.179	3.105	34,6
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	6.513	32.476	(79,9)
Valor novo de reposição	(24.534)	-	-
Custo com construção da infraestrutura	96.783	174.082	(44,4)
Outras	30.417	26.790	13,5
Não gerenciáveis	1.928.740	1.553.351	24,2
Energia elétrica comprada para revenda	1.499.859	1.177.752	27,3
Encargos de uso da rede elétrica	422.575	369.460	14,4
Taxa de fiscalização	6.306	6.139	2,7
EBITDA	217.089	481.363	(54,9)
Margem do EBITDA - %	8,8%	20,0%	-11,1 p.p.
(=) Resultado do Serviço	134.988	407.169	(66,8)
Margem do EBIT - %	5,5%	16,9%	-11,4 p.p.
Resultado financeiro	(22.389)	(88.016)	(74,6)
EBT	112.599	319.153	(64,7)
Imposto de renda e contribuição social	(31.631)	(96.252)	(67,1)
Resultado Líquido	80.968	222.901	(63,7)

As margens EBITDA e EBIT não consideram as receitas de construção. A Receita Operacional Líquida apresentou redução de 1,1% no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 2.557,1 milhões. A redução de R\$ 27,6 milhões considera a variação negativa na receita de construção (R\$ 77,3 milhões). Se desconsiderarmos a receita de construção, temos um crescimento na Receita Operacional Líquida de R\$ 49,7 milhões, explicados principalmente por:

1) Aumento de R\$ 86,0 milhões da receita bruta, em virtude dos seguintes fatores: i) crescimento nas receitas de fornecimento a clientes cativos (R\$ 29,2 milhões); ii) crescimento nas receitas referentes a disponibilização do sistema de distribuição (R\$ 34,4 milhões); iii) aumento da receita da energia de curto prazo (R\$ 20,0 milhões).

2) Aumento das deduções da receita operacional em R\$ 36,4 milhões. O principal fator deste aumento foi o crescimento dos encargos setoriais em R\$ 22,4 milhões, que compreendem: i) aumento na CCC (Conta de Consumo de Combustível) em R\$ 1,5 milhões; ii) aumento na CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em R\$ 14,6 milhões. RGR (Reserva Global de Reversão) e P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) apresentam R\$ 1,7 milhões de impacto negativo nas deduções da receita operacional.

As Despesas Operacionais totalizaram R\$ 2.422,1 milhões no período de doze meses acumulado em 31 de dezembro de 2012, superiores em 11,2% às despesas verificadas no mesmo período do ano anterior.

As despesas operacionais gerenciáveis da EDP Bandeirante, que compreendem os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, reduziram R\$ 130,8 milhões em 2012, o que correspondeu a um decréscimo de 21,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Excluindo os custos de construção que decrescem R\$ 77,3 milhões, a variação de R\$ 53,5 milhões menor em 2012 das despesas gerenciáveis devem-se ao impacto de maior custo em 2011 no valor de R\$ 25,1 milhões referente provisões para contingências em razão do processo da White Martins S.A e crédito contábil não recorrente em 2012 devido à atualização de Valor Novo de Reposição de Ativos de Distribuição no valor de R\$ 24,5 milhões.

As despesas operacionais não gerenciáveis que correspondem aos custos com energia comprada para revenda, encargos setoriais de transmissão e taxa de fiscalização totalizaram em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 1.928,7 milhões, superiores em 24,2% em relação às praticadas no mesmo período do ano anterior. Tal fato é decorrente principalmente ao aumento do custo de energia elétrica comprada para revenda em 2012 de R\$ 1.499,8 milhões, 27,3% superior ao comparado de R\$ 1.177,7 milhões em 2011 em decorrência de: (i) início de suprimento de energia de dois novos produtos em 2012, adquiridos nos leilões de energia nova, necessários ao atendimento do crescimento do mercado. A entrada desses produtos representa um aumento de 520 GWh na Bandeirante; (ii) acréscimo no preço médio da compra de energia, reajustado pela variação do IPCA e IGPM; (iii) acréscimo no valor da energia comprada de ITAIPU, em 2012, devido ao aumento de 17% no dólar do período e (iv) O PLD permaneceu num patamar elevado, alcançando a média de R\$ 166,69/MWh ao longo de 2012, contra a média de R\$ 29,42/MWh em 2011, refletindo em maior despacho das usinas térmicas no período. O PLD é formado por um modelo estatístico definido pelo ONS com o objetivo de otimizar a exploração das usinas no Brasil, influenciado pelo nível dos reservatórios de água no país e pela expectativa hidrológica de curto prazo. Quando o PLD atinge um valor acima do custo variável de geração térmica, as térmicas passam a ser despachadas com o objetivo de manter o equilíbrio do sistema.

Em 2012, a conta de encargos de uso e conexão apresentou saldo de R\$ 422,6 milhões, 14,4% acima do apresentado em 2011 devido do reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, além do acréscimo nas distribuidoras proveniente dos encargos de energia de reserva em função de início de suprimento de energia elétrica proveniente de fonte eólica, objeto do 2º Leilão de Energia de Reserva, com o início do suprimento em julho de 2012 e do aumento do encargo de segurança energética devido ao despacho de usinas térmicas por segurança do sistema.

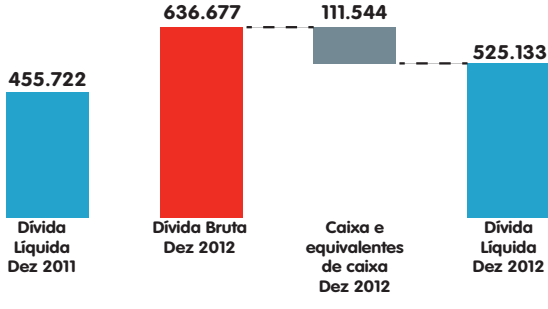
A variação de 2,7% na taxa de fiscalização é decorrente do reajuste no valor do encargo realizado pelo regulador.

O Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT) totalizou R\$ 135,0 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2012, inferior em 66,8% ao mesmo resultado no período findo em 31 de dezembro de 2011, em virtude dos mesmos efeitos citados anteriormente. A margem líquida em 31 de dezembro de 2012, desconsiderando o efeito da receita de construção na receita líquida, foi 5,5% enquanto no mesmo período de 2011 foi 16,9%. O EBITDA do período foi R\$ 217,1 milhões, inferior em 54,9% ao EBITDA obtido no mesmo período do ano anterior. A margem do EBITDA em 2012, desconsiderando o efeito da receita de construção na receita líquida, foi 8,8% enquanto em 2011 foi de 20,0%.

O Resultado Financeiro do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012 foi R\$ 22,4 milhões negativos, superiores em R\$ 65,6 milhões comparado ao resultado financeiro de R\$ 88,0 milhões negativos de 2011, principalmente pelo impacto da despesa não recorrente em função da atualização monetária do passivo relacionando ao litígio com a empresa White Martins S.A que afetou o resultado do ano anterior.

Pelos motivos ressaltados anteriormente a EDP Bandeirante apresentou um Lucro Líquido de R\$ 80,9 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, inferior em 63,7% ao registrado em igual período do ano anterior.

11.1 Endividamento



Em 31 de dezembro de 2012, a EDP Bandeirante apresentou um endividamento líquido de R\$ 525,1 milhões, fechando o quarto trimestre do ano de 2012 em 15,2% superior ao saldo de dezembro de 2011.

A dívida bruta da EDP Bandeirante em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 636,7 milhões e é composta da seguinte forma: R\$ 405,7 milhões de debêntures, R\$ 207,1 milhões de financiamentos para o programa de investimentos (BNDES, BID e outras instituições financeiras) e R\$ 23,8 milhões de financiamentos junto à Eletrobrás. Em 31 de dezembro de 2012, a dívida líquida representou 0,67 vezes o Patrimônio Líquido da companhia (0,58 vezes em 31 de dezembro de 2011).

12. GESTÃO DE PESSOAS

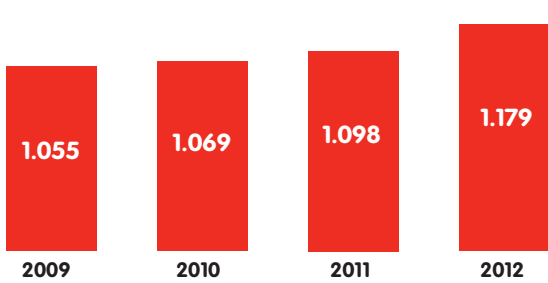
Visando o desenvolvimento dos gestores da EDP Bandeirante, durante o ano de 2012 foi dado sequência ao Programa de Desenvolvimento da Liderança, como parte da estrutura da Escola de Desenvolvimento de Diretivos da Universidade EDP. A Escola de Diretivos tem como objetivo promover o desenvolvimento de competências de Gestão e Liderança do Grupo EDP. Ao mesmo tempo, tem função de acompanhar o potencial que temos no grupo, preparando líderes, gerindo sucessão e facilitando a mobilidade funcional e geográfica. O Programa é composto por 5 Pilares importantes para o Grupo: Estratégia, Liderança, Comunicação, Negociação e Inovabilidade. Cada Pilar possui treinamentos obrigatórios e optativos, dependendo do público alvo de cada iniciativa. Com objetivo de garantir a cultura organizacional da EDP, o programa de integração para novos colaboradores transmite informações sobre a cultura, o Código de Ética, direitos e benefícios concedidos pela Empresa.

No âmbito do Projeto Conciliar, foram desenvolvidas ações que visam o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar dos colaboradores. Distribuídas em 4 pilares: saúde e bem-estar, apoio à família, cidadania e cultura e vida pessoal e trabalho, as ações incluem: parcerias com academias, participação no JOIS/SESI, hotéis, restaurantes e agências de viagem para obtenção de descontos aos colaboradores, realização de Colônia de férias aos dependentes entre 5 e 12 anos, prática de ginástica laboral, dispensa à gestantes 15 dias antes do parto e distribuição de cestas maternidade/adoção, visita de filhos ao local de trabalho, Conte Comigo com apoio psicossocial, orientação financeira e jurídica, entre outros. Asseguramos nossa estratégia de remuneração, através da análise remuneratória do Grupo EDP em relação ao mercado, revisamos nossa Política de Cargos e Salários e aplicamos nossa política de mérito.

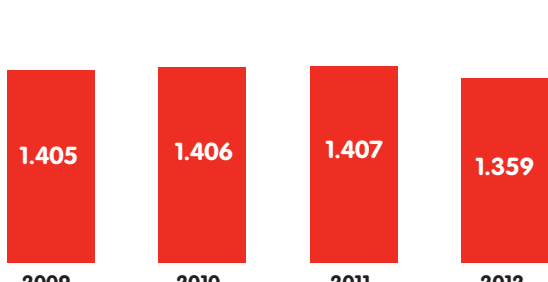
12.1 Força de Trabalho

O quadro de pessoal próprio da EDP Bandeirante, ao final de 2012, foi de 1.179 colaboradores, 4 colaboradores da alta direção em regime estatutário e 1 conselheiro totalizando 1.184. A relação clientes por colaborador próprio atingiu 1.359 perante a 1.407 apresentado em 2011, devido a primarizações feitas pela empresa.

Número de Colaboradores



Índice de Produtividade



12.2 Programa de Benefícios

A EDP Bandeirante dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência complementar, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, auxílio creche e auxílio dependente especial.

12.3 Capacitação e Desenvolvimento

Investimentos na ordem de R\$ 0,79 milhões foram realizados pela Companhia em capacitação, desenvolvimento, atualização dos colaboradores, correspondendo a uma média de 95 horas por colaborador. No decorrer do ano, 56 colaboradores foram contemplados com o Programa de Incentivo à Educação Formal, programa realizado desde 2001 que disponibiliza bolsas de estudo aos colaboradores, englobando cursos técnicos, graduação, pós-graduação e MBA, visando o fomento ao auto desenvolvimento, atualização profissional e investimento na carreira.

12.4 Planejamento de Pessoas e Sucessão

Foi implantada a segunda etapa do sistema Rotas de Carreira na intranet para todos os colaboradores, com o objetivo de oferecer ferramentas e informações para o planejamento de sua carreira na EDP. Foram preenchidas 229 vagas, das quais 17% foram por recrutamento e aproveitamento interno. Contribuem para retenção de pessoas os programas ONTOP (programa de estágio) com aproveitamento de 23% dos estagiários e Energizing Development Program (programa interno de trainees).

12.5 Segurança no Trabalho

O sistema de Gestão de Segurança do trabalho é implementado através das vertentes de Engenharia de Segurança do Trabalho e da Medicina do Trabalho. A Engenharia de Segurança do Trabalho tem dois programas para reger suas atividades:

(i) PSC (Programa de Segurança para o Colaborador), voltado para o quadro próprio, visa desenvolver os colaboradores da EDP Bandeirante a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional. (ii) PSP (Programa de Segurança do Prestador de Serviços), baseado nos mesmos conceitos do PSC, é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual. No ano de 2012 as taxas de frequência e gravidade da EDP Bandeirante foram de 2,56 e 85 respectivamente, ao mesmo tempo que as prestadoras de serviços, registraram taxas de frequência e gravidade de 2,12 e 100 respectivamente, e foram realizadas 284 abordagens de segurança, e 240 inspeções.

A manutenção da certificação OHSAS (Occupational Health and Safety Assessment Series) 18001/2007 para o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional no escopo de Manutenção e Operação de Estações foi realizada no mês de novembro de 2012. Buscar continuamente o bem-estar dos colaboradores, provendo ambientes saudáveis é o princípio orientador em se tratando de saúde. Assim, além de exames periódicos, check up's (abrangem executivos e carreira y), visitas técnicas, monitoramentos de dislipidemias, foram realizadas, em 2012, campanhas de vacinação antigripal, combate ao fumo, prevenção a DST, doação de sangue, além de disseminação frequente de boletins relacionados a saúde.

12.6 Compromisso com a Sociedade

Visando o compromisso com a comunidade em que está inserida, a Bandeirante em parceria com o SENAI criou a Escola de Eletricistas, onde o objetivo é a qualificação de trabalhadores desempregados, através do curso de Construção e Manutenção de Rede de Distribuição Aérea, possibilitando aos participantes uma certificação sólida, com maiores chances de ingressar ao mercado de trabalho. Em 2012 foram realizadas 3 escolas, formando 36 profissionais, dentre os quais 100% foram absorvidos pela própria empresa e hoje fazem parte do quadro de funcionários. Com esta iniciativa a Bandeirante recebeu o prêmio Vida Profissional Sodexo na categoria Educação, Treinamento e Desenvolvimento.

13. RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

13.1 Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

Os novos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, revistos em 2012, e as orientações das Políticas Corporativas continuaram a nortear a atuação da EDP Bandeirante. As iniciativas visaram a criação de valor e o equilíbrio das relações com colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades do entorno e outros importantes atores sociais. Exemplo dessa integração é o projeto InovCity pela transversalidade dos seus programas que beneficiam o meio ambiente - através dos programas de mobilidade elétrica, iluminação pública com LED, programas de eficiência energética -, e a sociedade - por meio das iniciativas de melhoria do atendimento ao cliente, medição inteligente e os projetos sociais e educacionais promovidos pelo Instituto EDP.

Em 2012 os investimentos socioculturais realizados pela Companhia atingiram o valor de R\$ 2,9 milhões, beneficiando mais de 42 mil pessoas. O programa "EDP Solidária" apoiou projetos sociais com foco na educação e desenvolvimento local e propiciou o atendimento direto a aproximadamente 8 mil pessoas. Com o programa "EDP Cultura", fomentou-se a inclusão social através da seleção, por meio de edital, de projetos com ênfase na capacitação de jovens e crianças para valorização, resgate e disseminação da cultura local, como os projetos "Colorindo minha cidade", "Ritos de Fios e Ruas" e o "Teatro a Bordo". Com o Prêmio "EDP nas Artes" foram capacitados e valorizados jovens artistas plásticos de todo Brasil. Já o Programa "EDP nas Escolas" beneficiou, com a entrega de kits escolares, teatro nas escolas, melhorias do ambiente escolar e concursos culturais, mais de 5 mil alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. O "Programa de Voluntariado da EDP", com participação dos colaboradores da EDP Bandeirante, promoveu diversas ações de cidadania, beneficiando cerca de 2.000 pessoas atendidas por organizações sociais. Destaque para os projetos "Desafio do Bem", "Parte de Nós Florestas" e "Parte de Nós Natal". Esta atuação da EDP Bandeirante, que promove a excelência em responsabilidade social corporativa, contribuiu para manter o reconhecimento pelo sétimo ano consecutivo do Grupo EDP no Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa) e a renovação do título "Empresa Amiga da Criança".

13.2 Meio ambiente

Em 2012 destaca-se a participação da equipe especializada de meio ambiente da EDP Bandeirante no acompanhamento técnico das obras de construção da Linha de Transmissão de Itapeti São José para avaliar e minimizar o respectivo impacto nos recursos naturais e nas populações do entorno. A construção desta nova linha utilizou um novo método de desenvolvimento que permitiu uma redução da supressão de vegetação de 20ha para 2,5ha. Esse novo método tornou-se padrão para o Órgão Ambiental Paulista (Cetesb), tendo sido incorporado como condicionante para demais projetos dessa natureza.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Paralelamente, a EDP Bandeirante mantém as suas atividades de manutenção do sistema de gestão ambiental, assegurando a recertificação de três sub-estações em 2012 pela norma internacional ISO 14.001, o correto gerenciamento dos resíduos gerados, a manutenção dos níveis de ruídos das instalações em valores aceitáveis através das campanhas anuais de monitoramento, entre outras.

Outro destaque de 2012 foi a implementação do Projeto de Compensação de Gás Carbônico (CO₂) que envolveu o plantio de mudas com o objetivo de neutralizar as emissões de CO₂ decorrentes do deslocamento dos veículos da empresa movidos a diesel.

Estas atividades culminaram num total de R\$ 4,26 milhões de investimentos e gastos de natureza ambiental.

14. RECONHECIMENTOS EXTERNOS

No decorrer do ano de 2012, a EDP Bandeirante foi reconhecida em atividades que desenvolveu, atestando a qualidade de sua gestão empresarial. Destacam-se:

Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) - a EDP Bandeirante foi destaque no Prêmio Nacional da Qualidade no critério Clientes, por atender os requisitos estabelecidos pelo Modelo de Excelência da Gestão (MEG). Ganhou

evidência a prática de segmentação de clientes, o plano anual de comunicação e os canais de relacionamento com cliente.

A EDP Bandeirante recebeu a premiação de "Evolução do Desempenho", promovido pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Esta categoria do Prêmio ABRADEE avalia a evolução de 5 critérios (Gestão Operacional, Satisfação do Cliente, Gestão Econômico-Financeira, Qualidade de Gestão e Responsabilidade Social) comparativamente com os resultados dos últimos 3 anos. Significa que a EDP Bandeirante foi a empresa do setor de distribuição elétrica no Brasil, que registrou melhor evolução na avaliação global destes 5 critérios, em 2011.

A EDP Bandeirante renovou o selo Empresa Amiga da Criança 2011, promovido pela Fundação Abrinq.

A EDP Bandeirante manteve certificados os processos: tratamento das reclamações (ISO 9001:2008); coleta de dados e de apuração dos indicadores de continuidade coletivos e individuais (ISO 9001:2008); elaboração, execução, medição e verificação do Programa de Eficiência Energética (ISO 9001:2008); e o processo de Operação e Manutenção de Subestações de 88/138 kV (ISO 14001/OHSAS 18001).

15. BALANÇO SOCIAL ANUAL - FORMULÁRIO IBASE

1 - Base de Cálculo	2012 Valor (Mil reais)			2011 Valor (Mil reais)		
	Receita líquida (RL)	2.557.089			2.584.707	
Resultado operacional (RO)	112.599			319.153		
Folha de pagamento bruta (FPB)	100.073			95.714		
2 - Indicadores Sociais Internos	(Valor mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	11.988	11,98%	0,47%	10.598	11,07%	0,44%
Encargos sociais compulsórios	28.216	28,20%	1,10%	25.689	26,84%	1,07%
Previdência privada	3.344	3,34%	0,13%	2.854	2,98%	0,12%
Saúde	10.855	10,85%	0,42%	9.490	9,92%	0,39%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	394	0,41%	0,02%
Educação	298	0,30%	0,01%	229	0,24%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.610	1,61%	0,06%	1.311	1,37%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	304	0,30%	0,01%	235	0,25%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	6.816	7,12%	0,28%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	1.516	1,51%	0,06%	1.495	1,56%	0,06%
Total - Indicadores sociais internos	58.131	58,09%	2,27%	59.111	61,76%	2,45%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	441	0,39%	0,02%	635	0,20%	0,03%
Cultura	1.458	0,12%	0,01%	898	0,28%	0,04%
Saúde e saneamento	110	0,10%	0,00%	40	0,01%	0,00%
Esporte	931	0,03%	0,00%	175	0,05%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	104	0,09%	0,00%	50	0,02%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	3.044	0,73%	0,03%	1.798	0,56%	0,07%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.736.480	1542,18%	67,91%	1.727.895	541,40%	71,68%
Total - Indicadores sociais externos	1.739.524	1542,91%	67,94%	1.729.693	541,96%	71,75%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	4.260	3,78%	0,17%	4.989	1,56%	0,21%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	4.260	3,78%	0,17%	4.989	1,56%	0,21%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2012			2011		
Nº de empregados(as) ao final do período	1181			1102		
Nº de admissões durante o período	198			180		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1898			1660		
Nº de estagiários(as)	31			58		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	238			270		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	220			232		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	19,0%			17%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (1)	116			119		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,4%			1%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	35			39		

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2012			Meta 2013		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (2)	38,79			38,79		
Número total de acidentes de trabalho (3)	44			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)	33.397	1.664	3.742	0	0	N/A
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	97%	100%	51%	0%	0%	0%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2012: 1.841.091,00			Em 2011: 2.232.153		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	86% governo 5% colaboradores(as) 2% acionistas 5% terceiros 2% retido			78% governo 4% colaboradores(as) 2% acionistas 8% terceiros 8% retido		

7 - Outras Informações

(1) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.

(2) Para este indicador não foi considerado o salário do Presidente pois apesar da remuneração ser paga pelo Brasil, a decisão sobre os valores é realizada em Portugal. Já os Conselheiros, não foram considerados por não comporem o headcount do Grupo.

(3) Este número inclui os acidentes com e sem afastamento, envolvendo funcionários próprios e terceiros.

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. O grupo EDP no Brasil é signatário do pacto contra o trabalho escravo e infantil.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações não auditadas.

Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

16. AUDITORIA EXTERNA

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia firmou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, em dezembro de 2011, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras anuais, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A Deloitte iniciou a prestação de serviços em março de 2012. Adicionalmente em 2012, foram prestados serviços não relacionados a auditoria, referentes a procedimentos previamente acordados para atendimento ao Órgão Regulador no valor de R\$ 0,07 milhões que ultrapassaram 5% do valor do contrato de prestação de serviços de auditoria.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012.

18. AGRADECIMENTOS

A Administração da EDP Bandeirante registra agradecimentos ao seu acionista e membros do Conselho de Administração pelo seu apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos gestores e colaboradores na intensa participação em inúmeros projetos que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento dos objetivos da EDP Bandeirante.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011		Nota	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	111.544	191.654	Fornecedores	15	448.325	325.473
Consumidores e concessionárias	5	601.889	453.640	Impostos e contribuições sociais	6	151.695	246.766
Impostos e contribuições sociais	6	97.361	232.456	Dividendos	22.2	34.819	48.907
Estoques		15.648	21.174	Debêntures	16	16.545	24.825
Cauções e depósitos vinculados	9	327	149	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	60.508	62.041
Despesas pagas antecipadamente		133	1.050	Benefícios pós-emprego	18	16.076	18.317
Outros créditos	10	68.893	81.550	Obrigações estimadas com pessoal	19	22.661	21.864
		895.795	981.673	Encargos regulamentares e setoriais	20	85.484	130.916
				Provisões	21	6.404	6.900
				Outras contas a pagar	10	47.852	80.523
						890.369	966.532
Não circulante				Não circulante			
Ativo financeiro indenizável	11	238.834	188.432	Impostos e contribuições sociais	6	25.846	40.713
Consumidores e concessionárias	5	31.363	52.943	Debêntures	16	389.195	388.550
Impostos e contribuições sociais	6	32.797	21.317	Empréstimos e financiamentos	17	170.429	171.960
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	209.777	210.213	Benefícios pós-emprego	18	145.230	82.718
Partes relacionadas	8	1.033	1.421	Partes relacionadas	8	3.714	856
Cauções e depósitos vinculados	9	70.341	63.885	Encargos regulamentares e setoriais	20	6.988	885
Outros créditos	10	24.750	25.484	Provisões	21	68.675	80.685
		608.895	563.695	Reserva para reversão e amortização	2.2.p	17.248	17.248
				Outras contas a pagar	10	14.628	36.023
						841.953	819.638
				Patrimônio líquido			
Propriedades para investimentos	12	3.053	3.053	Capital social	22.1	254.628	254.628
Imobilizado	13	112	136	Reservas de capital	22.3	334.728	334.728
Intangível	14	1.003.756	1.028.981	Reservas de lucros	22.3	189.933	202.012
		1.006.921	1.032.170			779.289	791.368
Total do ativo		2.511.611	2.577.538	Total do passivo e patrimônio líquido		2.511.611	2.577.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	254.628	334.728	230.915	-	820.271	820.271
Dividendo adicional aprovado - AGO de 05/04/2011			(201.990)		(201.990)	(201.990)
Lucro líquido do exercício					222.901	222.901
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			1.536		(1.536)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(42.892)	(42.892)
Dividendo adicional aprovado					(12.449)	(12.449)
Dividendo adicional proposto			166.024		(166.024)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				8.374	8.374	8.374
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(2.847)	(2.847)	(2.847)
Transferência para reserva de lucros			5.527	(5.527)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	254.628	334.728	202.012	-	791.368	791.368
Reversão de dividendos - AGO de 19/12/2012			161.181		161.181	161.181
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2012			(166.024)		(166.024)	(166.024)
Lucro líquido do exercício					80.968	80.968
Destinação do lucro						
Dividendos intermediários (JSCP)					(40.963)	(40.963)
Reserva de retenção de lucros			40.005		(40.005)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(71.578)	(71.578)	(71.578)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				24.337	24.337	24.337
Transferência para reserva de lucros			(47.241)	47.241	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	254.628	334.728	189.933	-	779.289	779.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	112.599	319.153
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	22.636	17.641
Ativo financeiro indenizável - baixa	(371)	4.764
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(24.534)	
Depreciações e amortizações	82.101	74.194
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	14.302	17.194
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre	2.502	3.067
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	54.072	64.916
Provisão (reversão) para plano de benefícios pós-emprego	4.353	6.797
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	19.075	91.754
Ajuste a valor presente	4.508	(2.543)
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	17.831	19.346
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(2.599)	(8.862)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	3.132	8.987
Outros	9.385	52
	318.992	616.460
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	(174.892)	(42.817)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	24.585	57.904
Estoques	(3.859)	(5.789)
Cauções e depósitos vinculados	(4.035)	(5.084)
Despesas pagas antecipadamente	917	47
Outros ativos operacionais	(21.131)	(1.939)
	(178.415)	2.322
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	120.350	19.777
Outros tributos e contribuições sociais	(21.378)	(32.617)
Benefícios pós-emprego	(15.660)	(17.498)
Obrigações estimadas com pessoal	797	944
Encargos regulamentares e setoriais	(16.339)	7.330
Provisões	(31.608)	(14.080)
Devolução ao consumidor - PIS e COFINS COSIT 27	(74)	(25.108)
Outros passivos operacionais	(10.918)	583
	25.170	(60.669)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	165.747	558.113
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.242)	(129.974)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	142.505	428.139
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(96.783)	(174.082)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(96.783)	(174.082)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	3.246	383
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(53.750)	(263.604)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	49.889	61.707
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(61.272)	(141.178)
Encargos de dívidas líquido de derivativos	(63.945)	(83.797)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(125.832)	(426.489)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(80.110)	(172.432)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	111.544	191.654
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	191.654	364.086
	(80.110)	(172.432)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	Nota	2012	2011 Reclassificado
Receitas	23	2.557.089	2.584.707
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.499.859)	(1.177.752)
Encargos de uso da rede elétrica	24	(422.575)	(369.460)
		(1.922.434)	(1.547.212)
Custo de operação			
Pessoal		(84.594)	(73.577)
Materiais e serviços de terceiros		(93.432)	(97.011)
Depreciações e amortizações		(72.921)	(65.235)
Outros custos de operação	24	(2.121)	(17.407)
		(253.068)	(253.230)
		(2.175.502)	(1.800.442)
Custo do serviço prestado a terceiros	24	(100.541)	(177.012)
Lucro bruto		281.046	607.253
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas com vendas		(22.636)	(18.014)
Despesas gerais e administrativas		(110.999)	(101.511)
Depreciações e amortizações		(9.180)	(8.959)
Outras despesas e receitas operacionais		(3.243)	(71.600)
	24	(146.058)	(200.084)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		134.988	407.169
Receitas financeiras		71.146	81.977
Despesas financeiras		(93.535)	(169.993)
Resultado financeiro	25	(22.389)	(88.016)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		112.599	319.153
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.858)	(100.196)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(24.773)	3.944
		(31.631)	(96.252)
Resultado líquido do exercício		80.968	222.901
Atribuível aos acionistas controladores		80.968	222.901
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores	27		
Resultado básico por ação (Reais/ação) ON		0,00207	0,00570
Resultado diluído por ação (Reais/ação) ON		0,00207	0,00570
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
(Em milhares de reais)		2012	2011
Resultado líquido do exercício		80.968	222.901
Outros resultados abrangentes			
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	(71.578)	8.374	8.374
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.337	(2.847)	(2.847)
Resultado abrangente do exercício		33.727	228.428
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO			
(Em milhares de reais)		2012	2011 Reclassificado
Geração do valor adicionado		4.285.426	4.215.758
Receita operacional		4.170.238	4.048.371
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(22.636)	(17.641)
Receita de construção		96.783	174.082
Outras receitas		41.041	10.946
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(2.428.989)	(2.137.865)
Custos da energia comprada		(1.651.943)	(1.297.287)
Encargos de uso da rede elétrica		(464.600)	(406.195)
Materiais		(12.473)	(12.821)
Serviços de terceiros		(137.050)	(142.834)
Custo com construção da infraestrutura		(96.783)	(174.082)
Outros custos operacionais		(66.140)	(104.646)
Valor adicionado bruto		1.856.437	2.077.893
Retenções			
Depreciações e amortizações		(86.492)	(89.263)
Valor adicionado líquido produzido		1.769.945	1.988.630
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		71.146	81.977
Valor adicionado total a distribuir		1.841.091	2.070.607
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		70.563	61.544
Benefícios		24.663	21.754
FGTS		8.996	7.125
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		661.020	715.457
Estaduais		889.279	854.167
Municipais		3.554	3.750
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		97.795	180.736
Aluguéis		4.253	3.173
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio		40.963	42.892
Dividendos			12.449
		1.801.086	1.903.047
Lucros retidos		40.005	167.560
		1.841.091	2.070.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Bandeirante Energia S.A. (Companhia ou Bandeirante), Sociedade Anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A. (EDP Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo-SP, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 202/98 Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pelo prazo de 30 anos, válidos até outubro de 2028 e atua em 28 municípios no Estado de São Paulo, tendo suas atividades regulamentadas pela ANEEL. As principais obrigações estabelecidas às partes pelo contrato de concessão são como seguem:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato se for necessário para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

2 Base de preparação e Práticas contábeis**2.1 Base de preparação****2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitido pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber**• Consumidores e concessionárias (Nota 5)**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a ser faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, que incluem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;

(ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado financeiro do exercício (Nota 25);

(iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5.1); e

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: residencial há mais de 90 dias, comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias.

Adicionalmente, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Ativo financeiro indenizável (Nota 11)

A Companhia reconhece um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor novo de reposição - VNR, conforme critério estabelecido em regulamento do Poder Concedente no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

c) Estoques

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

d) Propriedades para investimentos (Nota 12)

Os investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pelos quais se auferem uma renda, são avaliados ao custo de aquisição.

e) Imobilizado (Nota 13)

São registrados nesta rubrica apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. Contabilizados pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos.

f) Intangível (Nota 14)

O intangível compreende:

• Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

• Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrentes da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo concessão da Companhia. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste

subgrupo como custo das respectivas obras.

g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

h) Redução ao valor recuperável**Ativo financeiro**

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

i) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j) Fornecedores (Nota 15)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

k) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures (Notas 16 e 17)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

As operações de *swap* foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado do exercício.

l) Provisões (Nota 21)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

m) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 26)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A Contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e Contribuição social diferidos ativos foram calculados a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

o) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão e aposentadoria. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600/09. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

p) Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

q) Capital social (Nota 22.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

r) Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

s) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente. A energia fornecida e não faturada, correspondente ao exercício decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos

materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, que são reconhecidos no resultado.

t) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Mensuração de demonstrações financeiras; Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e Planos de benefícios pós-emprego.

u) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou um passivo financeiro, ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.

v) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

w) Contratos de concessão

O CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, com alterações posteriores. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como o contrato de concessão da Companhia tem tais características, então esta interpretação é aplicável.

De acordo com a ICPC 01 (R1), a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Como a Companhia é remunerada (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado:

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual está registrado a valor justo com base no Valor novo de reposição - VNR.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários através da prestação de serviço. Reconhece-se, então, um ativo intangível.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo intangível da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

x) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

y) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

z) Resultado por ação (Nota 27)
O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n° 636/10. Não existe diferença entre o resultado básico por ação e o resultado por ação diluído.

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)
Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 01 de janeiro de 2013

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)
A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos. Eliminação da utilização do "método do corredor" passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros resultados abrangentes, prática esta já utilizada pela Companhia desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010. Além do reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados e a despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. Os impactos esperados são relacionados ao reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados como despesa quando da alteração do plano em substituição do diferimento contra o resultado.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)
A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11)
A revisão desse pronunciamento não altera a essência da versão original. Foram realizadas apenas algumas compatibilizações de texto no sentido de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS.

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)
A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)
A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12)
As principais mudanças são no sentido de dar clareza aos itens da interpretação bem como renomeação de alguns subtítulos. Os parágrafos 28 a 30 que tratavam de Apresentação e divulgação foram excluídos da ICPC 01 e adicionados na ICPC 17, nos parágrafos 6 e 7. A revisão da ICPC 01 e a emissão da ICPC 17 contemplam as alterações feitas pelo próprio IASB, incluindo algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção das ICPCs é produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação da IFRIC 12 e da SIC 29. A revisão feita não trouxe alterações significativas.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos
A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei n° 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

2.4 Reclassificações do exercício de 2011
Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.4.1 Balanço Patrimonial
De acordo com o CPC 33, foi reclassificado o saldo de ganhos e perdas atuariais líquidos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos no valor de R\$26.492 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de lucros.

2.4.2 Demonstração do Resultado
Receita e Despesa de construção: De acordo com o CPC 17, o valor de R\$174.082 desta natureza antes registrado líquido em Gastos operacionais foi reclassificado para Receita de construção (Nota 23) e Custo com construção da infraestrutura (Nota 24).

2.4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa
Adição do efeito de R\$10.743 referente a capitalização de encargos antes apresentado em adições ao imobilizado e intangível, na atividade de investimento, e em encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures na atividade operacional, por não representar efetiva saída de caixa. R\$14.268 refere-se aos encargos de P&D (MME e FNDCT) que foram reclassificados de Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária no ajuste do Lucro, para Encargos regulamentares e setoriais na variação dos passivos operacionais.

2.4.4 Demonstração do Valor Adicionado
De acordo com o CPC 17 a receita e a despesa de construção, no valor de R\$174.082 antes registrado líquido em Gastos operacionais foi reclassificado para Receita de construção e Custo com construção da infraestrutura. Reclassificação dos créditos de PIS e COFINS da rubrica de Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$157.220 (R\$119.535 referente a Custos da energia comprada, R\$36.735 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$223 referente a Materiais e R\$727 referente a Serviços de terceiros) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$15.069, para a rubrica de Distribuição do valor adicionado (R\$172.357 para a rubrica de Impostos Federais e (R\$68) da rubrica de Aluguéis) para adequação ao CPC 09 no valor de R\$172.289.

Reclassificação de R\$10.743 referente aos Juros capitalizados ao Imobilizado, anteriormente apresentado líquido em Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros para Outras receitas em Geração ao valor adicionado.

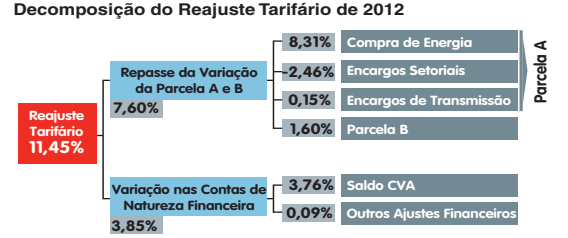
Eventos do exercício

3.1 Revisão tarifária 2011
A Resolução Homologatória ANEEL n° 1.365/12, homologou o resultado da Terceira Revisão Tarifária Periódica - RTP. O reposicionamento tarifário é de -1,85%, sendo -2,22% relativo ao reposicionamento econômico e 0,37% referente aos componentes financeiros pertinentes. Considerando-se os ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação relativa a períodos anteriores a outubro de 2011, o efeito médio aos consumidores cativos é de -2,25%, sendo -0,79% o efeito médio para os consumidores de alta e média tensão e -3,64% o efeito médio para os consumidores baixa tensão. No processo de revisão tarifária periódica, que se dá a cada quatro anos na Companhia, a ANEEL recalcula os parâmetros dos custos gerenciados pela Companhia (Parcela B) que incluem os custos operacionais, avalia os investimentos realizados (Base de Remuneração Regulatória - BRR) e a remuneração do capital. Os custos não gerenciáveis (Parcela A), como energia comprada de geradoras, encargos de transporte de energia e encargos setoriais, a exemplo da Conta de Consumo Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e taxa de fiscalização, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros ajustes financeiros, são considerados tomando-se por base a variação de preços nos doze meses imediatamente anteriores. O Fator X, a partir deste ciclo de revisão tarifária, passa a ser função dos Componentes "Pd" (ganhos de produtividade), "T" (trajetória para adequação de custos operacionais) e "Q" (incentivo à qualidade), os

quais foram homologados em: "Pd" - 1,08%; "T" - 0,0% e "Q" a ser apurado a partir do reajuste tarifário de 2013. Na composição do reposicionamento tarifário de 2011, objeto da Audiência Pública n° 055/12, destacam-se os componentes: Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, derivados da Base de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta é de R\$3,0 bilhões e a Base de Remuneração Líquida é de R\$1,545 bilhão.

3.2 Reajuste tarifário 2012
A ANEEL, em reunião pública ordinária da diretoria ocorrida em 16 de outubro de 2012, aprovou o reajuste tarifário anual de 2012 da Companhia, a ser aplicado a partir de 23 de outubro de 2012. O reajuste tarifário é de 11,45%, sendo 7,60% relativo ao reposicionamento econômico e 3,85% referente aos componentes financeiros pertinentes. Em relação à tarifa praticada atualmente, homologada no reajuste tarifário anual de 2010, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos, já considerando a revisão tarifária de 2011 e o reajuste tarifário de 2012, é de 7,29%, sendo 7,82% o efeito médio para os consumidores de alta e média tensão e 6,82% o efeito médio para os consumidores baixa tensão. O ajuste financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária Periódica de 2011 da Companhia, no valor total de R\$78 milhões, será dividido em três parcelas anuais, estando incluída a primeira nesse reajuste e as demais nos reajustes subsequentes.

No processo de reajuste tarifário, a ANEEL considera a variação dos custos verificada nos doze meses anteriores, ou seja, de outubro de 2011 a setembro de 2012. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis (Parcela B), sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X e custos não gerenciáveis (Parcela A), como energia comprada de geradoras, encargos de transporte de energia, encargos setoriais, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL, a exemplo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros ajustes financeiros. A seguir demonstra-se o resumo dos valores aprovados, destacando-se os componentes da Parcela A, a Parcela B e os ajustes financeiros:



4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	111.523	103.068
Aplicações financeiras - renda fixa	21	88.586
Total	111.544	191.654

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, remunerados a taxas que variam entre 97,0% e 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.3.

5 Consumidores e concessionárias

Circulante	Nota	Vencidos		Total	PCLD	Saldo	
		até 90 dias	até 90 dias			líquido em 31/12/2012	líquido em 31/12/2011
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial		80.571	12.640	158.436	(12.640)	145.796	126.645
Industrial		11.667	31.929	72.735	(14.519)	58.216	31.211
Comércio, Serviços e Outras Atividades		27.740	9.837	59.198	(6.109)	53.089	34.944
Rural		1.048	147	1.679	(78)	1.601	1.314
Poder Público							
Federal		2.796	65	3.118	(33)	3.085	2.614
Estadual		3.208	383	3.945	(339)	3.606	2.817
Municipal		5.115	5.454	13.826	(126)	13.700	7.148
Iluminação Pública		9.660	2.641	16.196	(213)	15.983	21.129
Serviço Público		9.091	117	9.724		9.724	12.969
Fornecimento não faturado		198.056		198.056		198.056	177.004
Parcelamentos de débitos		45.996	24.695	73.793	(28.351)	45.442	28.823
Ajuste a valor presente	5.3	(1.114)		(1.114)		(1.114)	314
Outros créditos			1.493	1.493		1.493	
Total Consumidores		393.834	127.850	611.085	(62.408)	548.677	446.482
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica		178	155	333		333	212
Energia de curto prazo	5.1	42.294		42.294		42.294	4.636
Encargos de uso da rede elétrica		540	370	2.006		2.006	2.310
Outros		8.168	411	8.579		8.579	
Total Concessionárias		51.180	370	53.212	-	53.212	7.158
Total Circulante		445.014	128.220	664.297	(62.408)	601.889	453.640
Não Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Industrial		4.271		4.271	(2.520)	1.751	2.489
Comércio, Serviços e Outras Atividades		18		18	(18)		18
Parcelamentos de débitos		35.157		35.157	(1.238)	33.919	31.552
(-) Ajuste a valor presente	5.3	(9.436)		(9.436)		(9.436)	(6.356)
Total Consumidores		30.010	-	30.010	(3.776)	26.234	27.703
Concessionárias							
Piratininga	5.2						21.079
Outros		5.248		5.248	(119)	5.129	4.161
Total Concessionárias		5.248	-	5.248	(119)	5.129	25.240
Total Não Circulante		35.258	-	35.258	(3.895)	31.363	52.943

5.1 Energia de Curto Prazo
Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.

5.2 Concessionária - Piratininga
Em 29 de junho de 2012, foi efetuado o encontro de contas dos valores a receber e a pagar no montante de R\$76.309 e R\$76.538, respectivamente, com a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, decorrentes da cisão parcial da Bandeirante realizada em 1º de outubro de 2001. Os valores foram corrigidos monetariamente nos termos estabelecidos no protocolo de cisão, e a diferença no valor de R\$229 liquidado na referida data.

5.3 Ajuste a valor presente
O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2012 corresponde a 11,36% a.a. (15,07% a.a. em 31 de dezembro de 2011), afetando negativamente o resultado do exercício em R\$4.508 (positivamente em R\$2.543 em 2011).

5.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A provisão é constituída conforme Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:
i) Residencial: vencidos há mais de 90 dias;
ii) Comercial: vencidos há mais de 180 dias; e
iii) Demais classes: vencidos há mais de 360 dias.
No exercício a Companhia efetuou a revisão dos critérios de apuração da PCLD dos parcelamentos de débitos, passando a adotar os seguintes critérios:
i) Clientes baixa tensão: parcela vencida há mais de 90 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento;
ii) Clientes média e alta tensão: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento; e
iii) Poder Público: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento, deduzindo-os dos valores cobertos através de apresentação de Nota de Empenho.
A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 28.5.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Ativo - Compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social	140.982	338	(363)	2.443	23.242	(46.515)		(95.970)	24.157
ICMS	86.289	296.262				(311.371)			71.180
PIS e COFINS	21.523	203.464					(2.061)	(193.446)	29.480
PIS e COFINS - COSIT 27	1.870					(73)			1.797
IRRF sobre aplicações financeiras	2.481	1.236				(662)		(2.453)	602
Outros	628	1.471			589		2.061	(1.807)	2.942
Total	253.773	502.771	(363)	2.443	23.831	(358.621)	-	(293.676)	130.158
Circulante	232.456								97.361
Não circulante	21.317								32.797
Total	253.773	-	-	-	-	-	-	-	130.158
Passivo - a recolher									
Imposto de renda e contribuição social	100.230	7.197						(100.230)	7.197
ICMS	90.718	913.044				(613.459)	(311.371)		78.932
PIS e COFINS	29.336	388.394				(145.537)	(40.818)	(193.446)	37.929
IRRF sobre juros s/capital próprio	6.433	6.143					(6.432)		6.144
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	45.881				2.756	(16.859)			31.778
Refis - conversão em renda	11.025				377				11.402
Outros	3.856	42.854				(42.551)			4.159
Total	287.479	1.357.632	-	-	3.133	(818.406)	(358.621)	(293.676)	177.541
Circulante	246.766								151.695
Não circulante	40.713								25.846
Total	287.479	-	-	-	-	-	-	-	177.541

6.1 ICMS

O saldo de R\$71.180, inclui (i) créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R\$36.646, que de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar 87/96 são compensados a razão de 1/48 avos por mês, e (ii) R\$34.534 referente a aquisição de créditos de ICMS de terceiros para compensação com o pagamento do ICMS devido pelas operações de venda de energia. Esta operação está prevista no regulamento do ICMS do Estado de São Paulo, Decreto nº 54.249/09 em seu artigo 84 inciso II. O saldo a pagar ao fornecedor do crédito está apresentado na nota 10.

6.2 Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09 e Refis conversão em renda

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

Do saldo de R\$ 43.180 em 31 de dezembro de 2012, R\$ 31.778 serão pagos em 22 parcelas de R\$ 1.444 atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R\$11.402 restantes possuem depósitos judiciais no valor de R\$10.473, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados na nota 7.1, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Ativo Não Circulante			Resultado	
	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011	
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Prejuízos Fiscais					(3.418)
Base Negativa da Contribuição Social					(5.272)
					(8.690)
Diferenças Temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.248	6.209	23.457	26.024	(2.567)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	36.500	13.140	49.640	52.676	(3.036)
Provisão para resultados de Swap	(1.372)	(494)	(1.866)	834	(2.700)
Provisão para perdas em estoques	617	221	838	86	752
Provisão para bônus empregados					13
Total diferenças temporárias	52.993	19.076	72.069	79.620	(7.551)
Benefícios pós-emprego - PSAP	10.680	3.845	14.525	18.369	(3.844)
Ágio incorporado	66.210	23.836	90.046	96.291	(6.245)
Diferenças Temporárias - RTT					
Consumidores - ajuste a valor presente	2.638	950	3.588	2.054	1.533
Encargos Financeiros - Recouponing				144	(144)
Emprést. e Financiamentos Moeda Estrangeira - MTM	(69)	(25)	(94)	88	(181)
Valor justo do Ativo Financeiro					
Indenizável - ICPC 01	(6.133)	(2.208)	(8.341)		(8.341)
Benefícios a empregados - CPC 33	27.929	10.055	37.984	13.647	
Total diferenças temporárias - RTT	24.365	8.772	33.137	15.933	(1.396)
Total Ativos Diferidos	154.248	55.529	209.777	210.213	
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos					(24.773)
					3.944

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R\$24.773 e R\$24.337 a crédito em Outros resultados abrangentes.

7.2 O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

7.3 O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo na aquisição de ações da Bandeirante, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$6.003 até o ano de 2027 (Nota 14.1).

7.4 A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas notas 7.2 e 7.3, serão realizados financeiramente até 2017 e 2027, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

7.5 Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2012, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013. Com base no estudo, a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 a 2020	2021 a 2022	Não circulante
	51.112	72.788	40.416	28.668	23.832	805	(7.844)	209.777

Os valores contidos no intervalo de 2011 a 2012 referem-se a diferenças temporárias que irão se realizar até o término da concessão.

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e são apresentados como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2012 (*)	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Outros Créditos										
Reembolso de gastos referentes ao Projeto Aliança com a unificação da plataforma do sistema compartilhado	Enerpeixe	01/01/2007	Indeterminado		162	162				
Ressarcimento por insuficiência de geração	Pecem	31/12/2012	Indeterminado		464				464	
					626	162	-	-	464	-
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP Energias do Brasil	01/07/2012					3.476	680	(3.476)	(6.760)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			108	238	176	(2.817)	(1.785)
Reembolso de gastos com links de comunicação para acesso a rede compartilhada	Enerpeixe	01/07/2007	Indeterminado		475	475				
Termo de confissão de dívida entre o Instituto EDP e a Bandeirante, aprovado pela ANEEL através do despacho nº 3.821/11	Instituto EDP	01/10/2011	30/09/2014		558	838			64	29
					1.033	1.421	3.714	856	(6.229)	(8.516)
Fornecedores										
Uso do sistema de transmissão	Evrecy	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025						9	(98)
Compra de energia elétrica	Enerpeixe	23/12/2002	01/10/2003 a 31/01/2016	187,23			19.530	18.707	(152.838)	(141.706)
	Enerpeixe	23/12/2002	01/10/2003 a 31/01/2016	174,77			6.799	6.817	(56.123)	(53.260)
	Pecem	27/08/2008	01/01/2012 a 31/12/2026				3.612		(8.951)	
	Energest	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	83,92			61	79	(537)	(601)
	Energest	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	94,23			46	59	(404)	(451)
	Energest	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	112,57			45	58	(403)	(447)
	Energest	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	161,57			22	21	(174)	(163)
	Investco	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	137,07			151	148	(1.578)	(1.467)
	Investco	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	137,07			4	4	(43)	(40)
	Lajeado Energia	09/11/2001	12/12/2001 a 30/11/2013	137,07			1.272	1.246	(13.297)	(4.628)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	160,18			1	1	(15)	(14)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	161,57			6	6	(69)	(64)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	150,45			29	25	(224)	(209)
	Santa Fé	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	171,49			45	45	(385)	(359)
Total					-	-	31.623	27.225	(235.139)	(203.525)
					1.659	1.583	35.337	28.081	(240.904)	(212.041)

(*) Não auditado pelos auditores independentes

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/11, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do timesheet.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu as minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883/12, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012 e para o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos através do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Os contratos de compra de energia elétrica são reajustados anualmente, sendo os de leilão reajustados pelo índice do IPCA e os contratos bilaterais pelo IGP-M.

Os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2).

8.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é a controladora.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria.

(i) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: 75%

Remuneração Variável: 25%

8.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	1 (*)	5 (**)	6
Remuneração fixa (em R\$)	34.848	1.882.207	1.917.055
Salário ou pró-labore	29.040	1.414.091	1.443.131
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	96.915	96.915
Encargos sociais	5.808	371.201	377.009
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	627.569	627.569
Bônus	n/a	498.726	n/a
Encargos sociais	n/a	128.843	n/a
Valor Total da remuneração, por órgão	34.848	2.509.776	2.544.624

(n/a) = Não Aplicável

(*) Das 6 posições do Conselho de Administração (5 titulares e 1 posição vaga), apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração é até R\$ 34.848,00, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Das 6 posições da Diretoria, 5 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R\$ 3.802.802,86, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

8.3.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração e diretoria estatutária de 2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	1	5
Valor da maior remuneração individual	34.848	840.795
Valor da menor remuneração individual	34.848	126.257
Valor médio da remuneração individual	34.848	418.296

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais	6.2 e 21			70.180	63.369
Cauções e depósitos vinculados		327	149	161	516
Total		327	149	70.341	63.885

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos a empregados		472	277		
Adiantamentos a fornecedores		512	2.960		
Modicidade tarifária - baixa renda	10.1		138	18.453	18.453
Dispêndios a reembolsar		5.316	5.316		
Bens destinados à alienação		2.917			
Serviços em curso	10.2	45.262	61.825		
Serviços prestados a terceiros		11.384	3.934		7.031
Desativações e alienações em curso		47	4.415		
Compartilhamento de infraestrutura		1.428	1.353		
Instrumentos financeiros derivativos				6.297	
Outros		1.555	1.332		
Total		68.893	81.550	24.750	25.484
Outras contas a pagar - Passivo					
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos		893	12.104		
Contribuição de iluminação pública		2.079	1.785		
Valores a pagar à CPFL - Piratinga	5.2				21.079
Cretores diversos - consumidores		9.843	9.320		
Folha de pagamento		1.799	1.785		
Modicidade tarifária - baixa renda	10.1	1.250	3.483	10.017	10.017
Cessão de créditos de ICMS	6.1	22.042	44.273		
Valores a pagar TVs a Cabo e Telefonía		2.939	2.928		
Outras		7.007	4.845	4.611	4.927
Total		47.852	80.523	14.628	36.023

14 Intangível

	31/12/2012			31/12/2011		
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada
Direito de concessão - Infraestrutura						
Em serviço	4,04	2.288.971	(1.385.906)	4,01	2.226.226	(1.320.925)
Em curso		100.691			123.680	
Atividades não vinculadas à concessão						
Ágio na incorporação de sociedade controladora		460.584			460.584	
(-) Provisão para manutenção de dividendos		(460.584)			(460.584)	
Amortização da provisão para manutenção de dividendos		195.744			177.376	
(-) Amortização acumulada do ágio		(195.744)			(177.376)	
		2.389.662	(1.385.906)		2.349.906	(1.320.925)
			1.003.756			1.028.981

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Juros Capitalizados	Transferência para intangível em serviço	Transferência para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Baixas	Valor líquido 31/12/2012
Intangível em serviço								
Direito de concessão - Infraestrutura	905.301			123.282	(25.497)	(86.470)	(13.551)	903.065
Intangível em curso	123.680	96.783	4.260	(123.282)			(750)	100.691
Total Intangível	1.028.981	96.783	4.260	-	(25.497)	(86.470)	(14.301)	1.003.756

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

A taxa média mensal aplicada no período para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 0,69%, que representa a taxa efetiva do empréstimo.

14.1 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade da exploração da concessão pelo prazo de concessão da Companhia.

15 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica		285.527	171.674
Energia livre	15.1	31.957	29.455
Encargos de uso da rede elétrica		41.371	46.970
Operações CCEE		31.778	19.201
Materiais e serviços		57.692	58.173
Total		448.325	325.473

16 Debêntures

16.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Quantidade de debêntures	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012			31/12/2011		
									Encargos Circulante	Principal circulante	Total	Encargos Circulante	Principal circulante	Total
SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.	39.000	10	390.000	01/07/2010 a 30/06/2016	01/07/2010	Recomposição de caixa ao pagamento de dívidas e ao financiamento de capital de giro.	CDI + 1,50%	Principal anual e juros semestral	17.080	390.000	407.080	25.360	390.000	415.360
Custos de emissão								Amortização mensal	(535)	(805)	(1.340)	(535)	(1.450)	(1.985)
Total									16.545	389.195	405.740	24.825	388.550	413.375

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à Remuneração das Debêntures, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (a) Dívida bruta em relação ao EBITDA e (b) EBITDA no período de apuração, acrescido de caixa no início do período de apuração, acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração, acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração, acrescida da porção da dívida vinculada durante o período de apuração, excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração, excluída da receita financeira de operações de *hedg*e e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);
- (iii) pedido de auto-falência formulado pela Emissora;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(iv) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;

(v) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

(vi) perda da concessão para distribuição de energia elétrica; e

(vii) transformação da Emissora em sociedade limitada;

(viii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas "a" a "g" do subitem "Hipóteses de Vencimento Antecipado" do item "Vencimento Antecipado" acima, não sanada em 30 dias contados da data do inadimplemento;

(ix) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000.000,00, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia na Escritura de Emissão;

(x) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei nº 6.404;

(xi) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta; e

(xii) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

16.2 Mutações das debêntures no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2011		Pagamentos de juros	Juros provisionados		Transfêrencias	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2012
	Ingressos							
Circulante	24.825		(46.485)	38.205	(535)	535	16.545	
Não circulante	388.550	110	(46.485)	38.205	(535)	535	389.195	
	388.550	110					389.195	

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants* previstas nos contratos de debêntures.

16.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não Circulante:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Encargos Não Circulante	Principal Circulante	Encargos Não Circulante	Principal Circulante
Circulante				
2013				16.545
				16.545
Não Circulante				
2014				77.517
2015				155.732
2016				155.946
				389.195
Total				405.740

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012		31/12/2011		Total	Total				
									Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante						
															Encargos	Principal	Encargos	Principal
estrangeira																		
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	USD 100.000	05/03/2004	USD 100.000	15/04/2004 a 15/02/2012	Projetos de Investimentos	i. Dívida total em relação a dívida total mais patrimônio líquido menor ou igual a 0,55; ii. Dívida total em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5; iii. Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2	Libor + 4,375% a.a. + variação cambial	Principal e Juros: Semestrais					19	3.052	3.071			
(-) BID - Custo da transação	(1.785)		(1.785)	01/09/2006 a 15/02/2012			Libor + 4,375% a.a. + variação cambial							(240)	(240)			
BEI - Banco Europeu de Investimento	EUR 45.000	17/02/2012	EUR 15.000	19/02/2012 a 17/02/2018		Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	Libor + 1,2750% a.a.	Principal no final do contrato e Juros semestral	443		40.064	40.507						
(-) BEI - Custo da transação	(110)	17/02/2012	(110)	19/02/2012 a 17/02/2018	Ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição da Bandeirante, para manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema.			Amortização mensal do custo de transação			(93)	(93)	19	2.812				
Moeda nacional									443	-	-	39.971	40.414	19	2.812	-		
Eletrobrás Reluz - ECF 2617/07	608	09/04/2007	608	30/05/2008 a 30/04/2013	Programa Reluz - Município de Aparecida/SP		5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal		42		42		125	42	167		
Eletrobrás Reluz - ECF 2656/07	3.911	12/12/2007	3.594	30/03/2009 a 28/02/2014	Programa Reluz - Município de Taubaté/SP		5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal		723	120	843		723	843	1.566		
Eletrobrás Reluz - ECF 2657/07	10.036	12/12/2007	9.919	30/05/2010 a 30/04/2015	Programa Reluz - Município de Guarulhos		5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal		2.000	2.667	4.667		2.000	4.665	6.665		
Eletrobrás Reluz - ECF 2658/07	2.946	12/12/2007	2.449	30/03/2009 a 28/02/2014	Programa Reluz - Município de Suzano/SP		5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal		493	82	575		493	575	1.068		
Eletrobrás Reluz - ECF 2779/09	3.517	18/03/2010	2.651	30/08/2012 a 30/07/2017	Programa Reluz - Município de Guaratinguetá/SP		5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal	3	548	1.965	2.516	7	227	2.430	2.664		
Eletrobrás Reluz - ECF 2800/09	3.392	27/05/2010	2.506	30/07/2012 a 30/08/2006	Programa Reluz - Município de Mogi das Cruzes/SP		5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal	4	524	1.881	2.409		224	2.325	2.549		
Eletrobrás LPT -ECFS 019/04	11.523	28/05/2004	9.342	30/07/2016 a 30/11/2009	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal			1.065	2.752	3.817	1.064	3.819	4.883		
Eletrobrás LPT -ECFS 184/07	12.359	25/06/2007	11.015	30/07/2017 a 30/10/2019	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal		1.313	7.663	8.976		371	2.533	2.904		
Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial	102.000	05/12/2006	102.000	05/06/2007 a 05/12/2013	Capital de Giro	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	105% do CDI	Principal anual e juros semestral	97	20.400		20.497	335	20.400	20.400	41.135		
Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial	30.000	22/06/2011	30.000	22/06/2011 a 06/06/2014	Capital de Giro		100% do CDI	parcela única no final	4.476		30.000	34.476	1.800		30.000	31.800		
BNDES - Banco do Brasil	35.513	27/12/2007	35.513	15/07/2008 a 15/06/2014	Programa de Investimentos de maio de 2006	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	3,3% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	29	5.937	2.968	8.934	59	5.937	8.905	14.901		
BNDES - Banco Santander	35.513	27/12/2007	35.513	15/07/2008 a 15/06/2014	Programa de Investimentos de maio de 2006	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	3,3% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	29	5.937	2.968	8.934	59	5.937	8.905	14.901		
BNDES - BB/CALC	153.283	29/01/2009	121.426	17/02/2010 a 17/06/2019	Programas de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	247	19.864	72.916	93.027	320	18.219	84.718	103.257		
Resultado dos Swaps									409	4.476	58.846	125.982	189.713	780	1.800	55.720	170.160	228.460
Banco Citibank				15/04/2004 a 15/02/2012	Proteção de VC dívida junto ao BID	Hedge frente ao financiamento do BID.	de 97,94% a 118,94% do CDI	Juros trimestral						1.831		1.831		
Banco JP Morgan				15/04/2004 a 15/02/2012	Proteção de VC dívida junto ao BID	Hedge frente ao financiamento do BID.	de 98,00% a 109,70% do CDI	Juros trimestral						879		879		
Goldman Sachs				19/02/2012 a 17/02/2018	Proteção de VC e taxa de juros da dívida junto ao BEI	Hedge frente ao financiamento do BEI.	93,40% do CDI	Juros semestral	810			810						
Total									1.662	4.476	58.846	165.953	230.937	799	1.800	61.242	170.160	234.001

A forma de realização das dívidas é ao custo e do resultado de Swap é ao mercado.

continua >>>
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Juros capitalizados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Custos de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	59.331		(59.822)	(16.142)	17.147	(168)	60.147		256	(241)	60.508
Swaps	2.710		(1.450)	(1.318)	59			(259)		258	
	62.041	-	(61.272)	(17.460)	17.206	(168)	60.147	(259)	256	17	60.508
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	171.960	49.779	-	-	2.676	168	(60.147)	(274)	-	6.267	170.429
	171.960	49.779	-	-	2.676	168	(60.147)	(274)	-	6.267	170.429

17.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de moeda			Total	Ajustes de experiência com ativos do plano	Ajustes de experiência com obrigações do plano	Situação do plano	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
	Nacional	Estrangeira	Total									
Circulante												
2013	59.255	1.253	60.508		(50.827)			(50.827)	(82.364)	17.794	(10.854)	16.490
	59.255	1.253	60.508									
Não circulante												
2014	66.566		66.566									
2015	24.618		24.618									
2016	23.507		23.507		122.405	73.990		122.405	73.990	32.761	(16.553)	(9.382)
2017	11.177		11.177									
2018	2.805	39.971	42.776									
2019 até 2023	1.785		1.785									
Total	130.458	39.971	170.429		(742.473)	(586.920)	(486.439)	(742.473)	(586.920)	(486.439)	(430.120)	(422.199)
	189.713	41.224	230.937		588.035	492.753	373.195	588.035	492.753	373.195	354.080	312.153
					(154.438)	(94.167)	(113.244)	(154.438)	(94.167)	(113.244)	(76.040)	(110.046)

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Alocação %	31/12/2012	Alocação %	31/12/2011
Títulos de dívida	89,50%		85,60%	
Ações	8,40%		11,56%	
Imóveis	0,30%		0,36%	
Outros	1,80%		2,48%	
Total	100,00%		100,00%	

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

Classe de ativo	2012		2011	
	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,22%	82,40%	10,84%
Ações	14,40%	16,27%	14,40%	16,31%
Imóveis	0,60%	10,01%	0,60%	10,77%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	100,00%	11,10%	100,00%	11,63%

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes do plano:

	31/12/2012	31/12/2011
Participantes ativos	666	749
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	136	103
Aposentados e pensionistas	653	610
	789	713
Total	1.455	1.462

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2012		2011	
	Taxa de desconto - nominal	Taxa de retorno esperado dos ativos	Taxa de desconto - nominal	Taxa de retorno esperado dos ativos
	9,30% a.a.	11,10% a.a.	10,25% a.a.	11,63% a.a.
	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	5,00% a.a.	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	4,50% a.a.
	5,00% a.a.		5,00% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas	Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	
	Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	
	Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	

18.1.2 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia no exercício. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$631 (R\$561 em 2011).

Esse plano em 31 de Dezembro de 2012 tem a adesão de 326 colaboradores.

19 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	19.113	18.566
INSS e FGTS	3.548	3.298
Total	22.661	21.864

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

20 Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2011	Adições	Atualização monetária	Pagos - Baixa	Saldo em 31/12/2012
Quota de reserva global de reversão - RGR		12.130	19.443		(28.910)	2.663
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC		17.749	195.464		(204.227)	8.986
Juros sobre fundo de reversão		73	875		(875)	73
Conta de desenvolvimento energético - CDE		11.952	157.976		(156.763)	13.165
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)		3.051			(74)	2.977
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	20.1	30.563	11.643	864	(6.609)	(2.139)
Programa de eficiência energética - PEE	20.1	54.668	11.609	702	(38.682)	28.297
Taxa de fiscalização - ANEEL		524	6.306		(6.301)	529
Outros encargos	20.2	1.091	6.965		(6.596)	1.460
Total		131.801	410.281	1.566	(410.355)	92.472
Circulante		130.916				85.484
Não circulante		885				6.988
Total		131.801				92.472

20.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência Energética. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso (Nota 10.2), e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE.

20.2 Outros encargos

A Lei nº 12.111/09, regulamentada pelos Ofícios circulares nº 965/10-SFF/ANEEL e 648/10-SAF/ANEEL, estabeleceu às concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de recolhimento adicional de 0,3% da Receita operacional líquida exigida no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012 utilizando-se do mesmo critério de constituição de passivo de P&D, para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional.

	2012			2011		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(586.920)	492.753	(94.167)	(486.439)	373.195	(113.244)
Custo do serviço corrente	93		93	939		939
Custo dos juros	(58.926)		(58.926)	(51.189)		(51.189)
Rendimento esperado dos ativos		54.480	54.480		43.453	43.453
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(122.405)	50.827	(71.578)	(73.990)	82.364	8.374
Contribuições pagas pela Companhia		15.660	15.660		17.500	17.500
Contribuições pagas pelos empregados	(2.107)	2.107		(1.766)	1.766	
Benefícios pagos pelo plano	27.792	(27.792)		25.525	(25.525)	
Saldo final reconhecido	(742.473)	588.035	(154.438)	(586.920)	492.753	(94.167)
Valor presente das obrigações atuariais	(742.473)	588.035	(154.438)	(586.920)	492.753	(94.167)

O retorno real dos ativos do plano no exercício cresceu substancialmente por valorização daqueles ativos, apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012.

A perda atuarial de R\$122.405 no valor presente das obrigações apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012 foi decorrente principalmente da mudança da taxa de desconto nesta avaliação. Em 2011, houve perda atuarial de R\$73.990.

As contribuições da Companhia esperadas para este plano para o exercício de 2013 são de R\$16.075.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão da Bandeirante - PSAP/Bandeirante, reconhecida no resultado de 2012 e 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	1.771	1.207
Custo dos juros	58.926	51.189
Rendimento esperado dos ativos	(54.480)	(43.453)
Contribuições esperadas dos empregados	(1.864)	(2.146)
Total	4.353	6.797

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2012 de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social é de R\$73.733 (R\$26.492 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2011).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	6.404	6.874	68.675	80.685
Licenças Ambientais		26		
Total	6.404	6.900	68.675	80.685

21.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Instâncias	Passivo				Ativo				
		Saldo em 31/12/2011	Adições	Depósitos Judiciais (Nota 9)	Reversões	Atualizações Monetárias	Reclassificação	Saldo em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	18.484	8.803	(10.181)	(2.084)	3.654		18.676	3.012	1.100
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	56.801	8.014	(10.954)	(10.369)	6.385	(6.548)	43.329	23.483	23.153
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	12.274	126		(406)	41	(7.531)	4.504		
Outros			1.490	(3.391)		3.923	6.548	8.570		
Total		87.559	18.433	(24.526)	(12.859)	14.003	(7.531)	75.079	26.495	24.253
Circulante		6.874						6.404		
Não circulante		80.685						68.675	26.495	24.253
Total		87.559						75.079	26.495	24.253

21.1.1.1 Trabalhistas

Contemplam ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Subseqüentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Bandeirante ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.

Incluem também diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras e adicional de periculosidade.

21.1.1.2 Cíveis

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$37.158 (R\$47.105 em 31 de dezembro de 2011), destacando-se:

Processos movidos pela White Martins, quais sejam:

- Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a Companhia cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R\$60.951 e em junho de 2011 foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R\$10.627. A Companhia apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R\$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R\$66.072. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R\$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e o Superior Tribunal de Justiça discutindo a questão. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial contra uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2012 é de R\$13.994 (R\$11.407 em 31 de dezembro de 2011).
- Processo nº 583.00.2000.577510-1, em trâmite na 32ª Vara Cível do Foro central da Comarca de São Paulo que discute a legalidade da majoração tarifária instituída pelas Portarias nºs 38/86 e 45/86 do DNAEE, e a consequente devolução dos valores supostamente pagos a maior durante o período de congelamento de preços (fevereiro a novembro de 1986). No mês de fevereiro de 2012, a autora iniciou a execução da sentença condenatória e apresentou os cálculos do valor da condenação, qual seja, R\$6.375. Em contrapartida, a Companhia realizou depósito judicial em garantia do referido valor, porém apresentou também impugnação aos cálculos da White Martins, visando sua redução para aproximadamente R\$5,7 milhões. Tendo em vista o acolhimento da impugnação da Companhia, realizamos a baixa do valor provisionado no valor atualizado do depósito judicial. Em 13 de agosto de 2012, a White Martins efetuou o levantamento do montante atualizado de R\$5.889 e a Bandeirante levantou o saldo remanescente no valor de R\$703. Aguarda-se arquivamento da ação. Não há saldo provisionado em 31 de dezembro de 2012 (R\$13.213 em 31 de dezembro de 2011).

21.1.1.3 Fiscais

A Companhia possui processos relativos à exigência de ICMS na conta de energia, avaliados como perda provável. Esses casos representam em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$4.285 (R\$12.274 em 31 de dezembro de 2011).

Há também discussão administrativa sobre exigência relativa à suposta utilização de crédito indevido de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas, cuja provisão em 31 de dezembro de 2012 é de R\$219 (em 31 de dezembro de 2011 não havia essa provisão).

21.1.1.4 Outros

Refere-se principalmente a autos de infração editados pela ANEEL em processo de fiscalização que encontram-se em fase de recurso pela Companhia, no valor de R\$5.548.

21.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Ativo			
		31/12/2012	31/12/2011	Depósito Judicial (Nota 9)	31/12/2012
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	42.736	31.943	1.098	726
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	167.378	136.889	1.746	1.681
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	455.721	280.917	7.933	6.447
Outros		2.673			
Total		668.508	449.749	10.777	8.854

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

21.1.2.1 Cíveis

A Companhia é parte no processo nº 2006.209.009405-0, em trâmite na 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de dezembro de 1986 a setembro de 2000. Em 23 de setembro de 2011, foi proferida sentença desfavorável à Companhia julgando procedente o pedido da parte autora, acrescido de correção monetária e juros de mora, a partir de 1º de junho de 2011. Contra tal decisão, a Bandeirante interps recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento para o fim de limitar a condenação da Bandeirante ao período de vigência da Portaria nº 153/86 (vigente até março/87). Em face da referida decisão, a Companhia opôs embargos de declaração, os quais pendem de julgamento. Importante ressaltar que há entendimento pacífico nos tribunais superiores no sentido de que só é devida a devolução dos valores pagos no período do congelamento de preços, período este não discutido nesta ação, motivo pelo qual o grau de risco foi mantido em possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$76.017 (R\$61.967 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia é parte na ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Belo Horizonte, movida pela ADIC - Associação de Defesa de Interesses Coletivo, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). A Companhia aguarda o julgamento dos recursos interpostos pela defensoria pública da União pelo Ministério Público Federal contra a decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$48.556 (R\$41.071 em 31 de dezembro de 2011).

21.1.2.2. Fiscais

Dentre as principais causas com risco de perda avaliada como possível, destaca-se a discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R\$111.498 em 31 de dezembro de 2012 (R\$102.887 em 31 de dezembro de 2011). A Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor de risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 e Resolução SF nº 98/10.

Possui ainda, discussão administrativa relativa à suposta utilização de crédito indevido de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas, em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$22.556 (em 31 de dezembro de 2011 não havia essa provisão). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

A Companhia possui outras contingências fiscais em 31 de dezembro de 2012 no montante estimado de R\$167.977 (R\$145.121 em 31 de dezembro de 2011), referentes à discussão administrativa de compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT nº 26/02 (impostos sobre RTE).

A Companhia ajuizou medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com AES Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias

nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. Os advogados externos que patrocinam a ação classificaram a contingência referente aos encargos da Procuradoria da União como perda possível. O valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$102.485 (em 31 de dezembro de 2011, os encargos não eram classificados como perda possível). Atualmente o processo aguarda julgamento de Recurso aos Tribunais Superiores.

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 é de R\$22.435 (R\$20.166 em 31 de dezembro de 2011).

Considerando o disposto no item 86 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não necessita efetuar o detalhe das suas contingências classificadas como remotas. Entretanto, por se tratar de uma ação recente e pelo fato gerador do principal estar a decorrer, sem perspectiva de término no médio prazo e dada a materialidade do saldo, a Companhia entende que deve proceder à divulgação da ação fiscal abaixo.

21.1.3.1 Fiscais

A Companhia, através do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia, ajuizou dois Mandados de Segurança Coletivos contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando à suspensão dos efeitos dos Decretos nºs 55.421/10 e 55.867/10. Ambos os processos possuem sentença favorável, sendo que em um dos casos já houve julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual foi confirmada a sentença favorável às Distribuidoras. No segundo caso, aguarda-se conclusão do julgamento de 2ª Instância. A Companhia e seus consultores externos avaliam o caso como perda remota. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012, nos termos dos Decretos, é de R\$ 117.031 (em 31 de dezembro de 2011, o contencioso ainda não havia sido instaurado).

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O Capital social é de R\$254.628 em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, e está representado por 39.091.735.037 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

22.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior. Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 09 de abril de 2012, a destinação do lucro líquido com distribuição de dividendos no valor de R\$178.473 e JSCP no valor de R\$42.892 referentes ao exercício de 2011. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2012, foi aprovada a reversão de parte dos dividendos do exercício de 2011 para a reserva de retenção de lucros no valor de R\$161.181. Em novembro de 2012 foram pagos a título de dividendos R\$17.292 e JSCP no valor de R\$42.892, à acionista titular de ações ordinárias da Companhia na data-base da Assembleia Geral Ordinária.

Lucro líquido apurado no exercício

Lucro líquido ajustado

Destinação do lucro:

Dividendos intermediários - JSCP

Reserva de lucros

Quantidade de ações

Dividendos por ação - R\$ - JSCP

Em 18 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre

capital próprio, no montante bruto de R\$40.963, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

22.3 Reservas

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de capital			
Doações e subvenções para investimento		177.342	177.342
Incentivos fiscais		787	787
Ágio na incorporação de sociedade controladora		156.599	156.599
Total		334.728	334.728
Reservas de lucros			
Legal		50.925	50.925
Retenção de lucros		212.741	11.555
Dividendo adicional proposto			166.024
Outras reservas de lucro	22.3.2	(73.733)	(26.492)
Total		189.933	202.012
		524.661	536.740

22.3.1 Reservas de capital - Doações e subvenções para investimento

Constituídas originalmente na Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., tendo sido vertidas na proporção do Patrimônio líquido no processo de cisão realizada pela referida antecessora, ocorrido a partir de 1º de janeiro de 1998, e que deu origem ao início das operações da Companhia.

Essas reservas de capital foram constituídas basicamente por:

(i) Despesa de remuneração das imobilizações em curso:

Decorrentes da contabilização da remuneração da parcela de capital próprio incorporado ao custo do ativo imobilizado em curso, com amparo na regulamentação e Plano de contas contábil setorial vigente e, principalmente, através da Portaria DNAEE nº 250/85, tendo sido registrada em contrapartida à rubrica de Reservas de capital no Patrimônio líquido; e

(ii) Conta de resultados a compensar - CRC:

A Conta de resultados a compensar teve origem na contabilização de crédito relativo aos efeitos do reconhecimento ao direito da compensação dos déficits de remuneração setorial mínima assegurada e que foi reconhecida quando da mudança do regime de remuneração das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, que substituiu o regime do custo do serviço para o atual modelo de remuneração e controle pelos preços. Com amparo na Lei nº 8.631/93, essa contabilização foi efetuada em contrapartida à rubrica de Reservas de capital no Patrimônio líquido.

22.3.2 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de Benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2011	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Transferência para reserva	Saldo em 31/12/2012
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego		-	19.529 (91.107)	24.337	47.241	-
		-	19.529 (91.107)	24.337	47.241	-

22.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23 Receita	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
	Reclassificado					
Fornecimento (**)						
Residencial	1.458.722	1.415.879	3.374.935	3.260.568	1.158.093	1.102.266
Industrial	11.711	11.348	2.973.313	3.194.680	777.889	843.522
Comercial	110.378	97.927	2.025.909	1.847.221	612.181	562.079
Rural	8.072	8.124	84.183	83.595	18.767	18.471
Poder público	8.649	8.373	322.565	304.642	100.939	96.026
Iluminação pública	2.297	2.184	315.233	304.070	58.845	56.394
Serviço público	1.301	1.224	297.301	271.959	63.434	59.245
Consumo próprio	169	137	5.821	4.382		
(-) Transferência para TUSD - clientes cativos					(1.368.834)	(1.327.490)
Fornecimento não faturado					22.370	4.004
Subtotal	1.601.299	1.545.196	9.399.260	9.271.117	1.443.684	1.414.517
Suprimento de energia elétrica	2	2	44.376	42.024	2.402	2.083
Energia de curto prazo	2	2	209.556	443.308	27.931	7.921
Total Fornecimento e suprimento	1.601.301	1.545.198	9.653.192	9.756.449	1.474.017	1.424.521
Disponibilização do Sistema de Distribuição	140	98	5.349.317	5.412.538	1.757.608	1.723.222
TUSD - outros	140	98	5.349.317	5.412.538	390.092	393.860
TUSD - clientes cativos					1.368.834	1.327.490
TUSD - não faturado					(1.318)	1.872
Receita de construção					96.783	174.082
Outras receitas operacionais					49.903	47.744
Subtotal	1.601.441	1.545.296	15.002.509	15.168.987	3.378.311	3.369.569
(-) Deduções à receita operacional						
P&D					(23.252)	(23.779)
Outros encargos					(36.346)	(31.607)
CCC					(195.464)	(194.012)
CDE					(157.976)	(143.424)
RGR					(19.443)	(17.201)
PIS/COFINS					(388.394)	(374.566)
ICMS					(159)	(139)
ISS					(188)	(134)
Subtotal	-	-	-	-	(821.222)	(784.862)
Receita	1.601.441	1.545.296	15.002.509	15.168.987	2.557.089	2.584.707

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

(**) As receitas de fornecimento e disponibilização de sistema de distribuição (TUSD) estão apresentadas líquidas de ICMS.

23.1 Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL através da REN nº 463/11, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente, a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, no caso da Companhia, a partir de 23 de outubro de 2011, determinou a contabilização como Obrigações especiais anteriormente registrado como Receita operacional em curso dos valores provenientes e por ocasião do 4º ciclo de revisões tarifárias, 2015 no caso da Companhia, o valor acumulado nessa subconta, até a data do laudo de avaliação os ativos, deverá ser transferido para a conta normal de Obrigações especiais, quando então, receberá o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações especiais. Não obstante a essa determinação a Companhia, por meio da ABRADÉE, contestou judicialmente o tratamento dessas receitas.

No dia 8 de fevereiro de 2012, a antecipação de tutela requerida pela ABRADÉE na Ação Ordinária nº 003357.85.2012.4.01.3400, em curso junto a 6ª Vara da JFDF, foi integralmente concedida. A decisão judicial foi no sentido de: a) suspender o tratamento das receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos constantes dos §§ 9 a 11 do item 3.1.1 ("Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo") do item 3.1 ("Receitas Inerentes ao Serviço de Distribuição") do Submódulo 2.7 ("Outras Receitas") anexo à Resolução Normativa ANEEL nº 463/11; b) suspender a determinação de contabilização em separado dessas receitas como se obrigações especiais fossem; e c) deferir tutela de caráter inibitório para determinar que a ANEEL abstenha-se de praticar qualquer ato tendente a exigir cumprimento das referidas disposições (o que impede a adoção de medidas outras destinadas a produzir o mesmo efeito).

No dia 19 de junho de 2012, o Juiz Convocado junto ao TRF-1, concedeu efeito suspensivo a Agravo de Instrumento interposto pela ANEEL, pelo que foi suspensa a antecipação de tutela originalmente concedida em primeiro grau e, com isso, restabeleceu-se a eficácia da Resolução Normativa ANEEL nº 463/11.

Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda dessa ação é remota, no entanto, a Companhia efetuou o registro contábil da Obrigação especial. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$50.132 (R\$7.287 em 31 de dezembro de 2011).

24 Gastos operacionais

	2012						2011	
	Custo do serviço		Despesas operacionais				Total	Total Reclas-sificado
	Com energia elétrica	De operação	Pres-tado a terceiros	Gerais e Com adminis-trativas	Outras			
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Moeda estrangeira - Itaipu	269.919					269.919	231.733	
Moeda nacional	1.229.940					1.229.940	946.019	
Encargos de uso da rede elétrica	422.575					422.575	369.460	
Taxa de fiscalização					6.306	6.306	6.139	
Subtotal	1.922.434	-	-	-	-	6.306	1.928.740	
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	84.594	109		38.098		122.801	108.260	
Material	9.794	1.007		1.037		11.838	12.598	
Serviços de terceiros	83.638	2.617		48.799		135.054	142.107	
Depreciação				23		23	37	
Amortização	72.921			9.157		82.078	74.157	
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas					22.636	22.636	17.641	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				5.573		5.573	32.934	
Aluguéis e arrendamentos		14		4.165		4.179	3.105	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					6.513	6.513	32.476	
Valor justo do ativo financeiro indenizável					(24.534)	(24.534)		
Custo com construção da infraestrutura		96.783				96.783	174.082	
Outras	2.107	25		18.900	9.385	30.417	26.790	
Subtotal	-	253.068	100.541	22.636	120.179	(3.063)	493.361	
Total	1.922.434	253.068	100.541	22.636	120.179	3.243	2.422.101	

25 Resultado financeiro

	2012		2011	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	2.325		10.387	
Varição monetária e acréscimo moratório da energia vendida	48.679		46.041	
Operações de swap e hedge	4.271			
Atualização monetária depósitos judiciais	618		8.299	
Atualização monetária depósitos judiciais - REFIS	1.981		563	
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	2.326		4.272	
Marcação a mercado - MTM	533			
Descontos obtidos	525		351	
Ajustes a valor presente	(4.508)		2.543	
Outras receitas financeiras	14.396		9.521	
Subtotal	71.146		81.977	
Despesas financeiras				
Varição monetária e acréscimo moratório da energia comprada	(2.586)		(146)	
Encargos de dívidas	(56.768)		(73.634)	
Variações monetárias moeda nacional			(1)	
Variações monetárias moeda estrangeira	(6.024)		(8.959)	
Juros e multa sobre ICMS	(756)		(1.261)	
Operações de swap e hedge			(1.165)	
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(13.502)		(58.820)	
SELIC - Energia Livre	(2.502)		(3.067)	
Atualizações monetárias - REFIS	(3.132)		(8.987)	
Marcação a mercado - MTM			(239)	
Benefícios pós-emprego	(4.611)		(7.853)	
(-) Juros capitalizados	4.260		10.743	
Outras despesas financeiras	(7.914)		(16.604)	
Subtotal	(93.535)		(169.993)	
Total	(22.389)		(88.016)	
26 Imposto de renda e contribuição social				
Imposto de Renda	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	112.599	319.153	112.599	319.153
Alíquota	25%	25%	9%	9%
Subtotal	(28.150)	(79.788)	(10.134)	(28.724)
Contribuição Social				
IRPJ e CSLL				
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(269)	(282)	(97)	(101)
Perdas indedutíveis	(5.390)	85	(1.941)	31
Multas indedutíveis	(15)	(17)	(5)	(6)
Despesas indedutíveis		(186)		(67)
Gratificações a administradores	(160)	(172)	(58)	(61)
Pesquisa e desenvolvimento		243		87
Programa REFIS		(1.462)		(526)
Juros sobre o capital próprio	10.240	10.723	3.687	3.861
(Adição) Reversão de diferenças permanentes		(853)		(306)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	259	36	79	13
Adicional IRPJ	24	24		
Programa de Alimentação do Trabalhador	133	171		
Incentivo Cultural e Artístico	133	1.025		
Doações aos Fds Direitos da Criança e do Adolescente		33		
Despesa de IRPJ e CSLL	(23.162)	(70.453)	(8.469)	(25.799)
Alíquota efetiva	20,57%	22,07%	7,52%	8,08%

27 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de 2012, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	80.968	222.901
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	39.091.735	39.091.735
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,00207	0,00570

28 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

28.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

28.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecimento.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos. Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo, exceto para determinados empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que neste caso, o valor contábil pode diferir do seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	111.544	191.654	111.544	191.654
Consumidores e concessionárias	601.889	453.640	601.889	453.640
Cauções e depósitos vinculados	327	149	327	149
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável	238.834	188.432	238.834	188.432
Consumidores e concessionárias	31.363	52.943	31.363	52.943
Partes relacionadas	1.033	1.421	1.033	1.421
Cauções e depósitos vinculados	161	516	161	516
Outros créditos - Derivativos	6.297		6.297	
Total Ativo	991.448	888.755	991.448	888.755
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	448.325	325.473	448.325	325.473
Debêntures	16.545	24.825	16.545	24.825
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	59.785	59.922	60.508	59.331
Derivativos		2.710		2.710
Não circulante				
Debêntures	389.195	388.550	389.195	388.550
Empréstimos e financiamentos	168.392	166.084	170.429	171.960
Partes relacionadas	3.714	856	3.714	856
Total Passivo	1.085.956	968.420	1.088.716	973.705

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro. Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da administração onde o saldo é apresentado pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. A Companhia reconhece na rubrica Ativo financeiro indenizável um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão. Para Consumidores e concessionárias, o cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital regulamentada pela ANEEL, aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é evidenciado no resultado financeiro da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros	31/12/2012				31/12/2011				
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		111.544			111.544		191.654		191.654
Ativo financeiro indenizável				238.834	238.834	188.432			188.432
Consumidores e concessionárias	633.252				633.252	506.583			506.583
Cauções e depósitos vinculados			488		488			665	665
Partes relacionadas	1.033				1.033	1.421			1.421
Outros créditos - Derivativos		6.297			6.297				
	634.285	117.841	488	238.834	991.448	696.436	191.654	665	888.755

Passivos financeiros	31/12/2012		31/12/2011	
	Outros ao custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Outros ao custo amortizado
Fornecedores	448.325	448.325		325.473
Debêntures	405.740	405.740		413.375
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	230.937	230.937	231.291	231.291
Derivativos			2.710	2.710
Partes relacionadas	3.714	3.714	856	856
	1.088.716	1.088.716	2.710	970.995

Em 2012, a Companhia reclassificou a rubrica Ativo financeiro indenizável da categoria empréstimos e recebíveis para a categoria disponível para venda. Este instrumento financeiro é o direito a indenização ao término da concessão (nota 11).

A mensuração foi realizada a partir do laudo de avaliação desses ativos emitido pelo Poder Concedente. Dessa forma o ativo passou a ser medido pelo valor justo, anteriormente avaliado pelo custo amortizado.

As principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente e de seus respectivos preços de reposição ao término da concessão.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
 - (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
 - (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
- A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa, mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Ativos financeiros Circulante	Mensuração do valor justo			
	31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Mercados similares Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	111.544	111.523	21	
Ativo financeiro indenizável	238.834			238.834
Outros Créditos - Derivativos	6.297		6.297	
	356.675	111.523	6.318	238.834

Operação	Risco	Aging cenário provável				
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	4	(56.678)		4	(19.346)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	(39.560)	(11.019)		(96.238)	(38.380)
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(2.816)	(67.697)	(222)	(14.057)	(7.029)
		(42.372)	(67.697)	(222)	(110.291)	(22.859)
Operação	TJLP	(5.734)	(7.297)	(115)	(13.146)	(2.138)
Instrumentos financeiros passivos		(5.734)	(7.297)	(115)	(13.146)	(2.138)
Operação	Dólar					(2.138)
Instrumentos financeiros passivos	Dólar					(2.138)
Instrumentos financeiros derivativos						(2.138)
Operação	Libor - 6M	(884)	(12.640)	(324)	(13.848)	(2.866)
Instrumentos financeiros passivos	Libor - 6M	884	12.640	324	13.848	2.866
Instrumentos financeiros derivativos						(2.866)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Libor e Dólar estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00%; TJLP entre 5,00% e 5,50%; Libor 6M entre 0,55% e 4,55%; e Dólar entre 1,81 e 1,85.

28.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua avançagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetuadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Consumidores e concessionárias (Nota 5) e Ativo financeiro indenizável (Nota 11). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um valor estimado para os recebimentos. Para Ativo financeiro indenizável, o saldo apresentado corresponde ao fluxo a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição.

28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores, as regras para composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados é apresentado pelo seu valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos decorrente de operações de participação em leilão de energia.

Os Derivativos, são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. Estão mensurados pelo seu valor justo através de políticas adotadas pela Administração da Companhia para mitigar riscos de exposição de taxas e câmbios. Sua evidência está descrita na nota 28.6 - Instrumentos financeiros derivativos.

O saldo de Fornecedores é composto, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

As Debêntures e os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem nenhum tipo de acréscimos.

28.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 16 e 17, possuem como contraparte o BEI, BNDES, a Eletrobrás, o Banco do Brasil e o Banco Santander. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui risco de mercado associado à TJLP, ao CDI, ao Dólar e à Libor.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas, especificamente - para a Companhia - Dólar e Euro, são considerados favoráveis.

Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial a operações com moedas estrangeiras, onde em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. A Companhia possui derivativos com efeito de *hedge* e *swaps* para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

28.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir, foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente. Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável					Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	4	(56.678)		4	(19.346)	(2)	
Instrumentos financeiros ativos	CDI	(39.560)	(11.019)		(96.238)	(38.380)	19.671	
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(2.816)	(67.697)	(222)	(14.057)	(7.029)	3.514	
		(42.372)	(67.697)	(222)	(110.291)	(22.859)	23.184	
Operação	TJLP	(5.734)	(7.297)	(115)	(13.146)	(2.138)	2.138	
Instrumentos financeiros passivos		(5.734)	(7.297)	(115)	(13.146)	(2.138)	2.138	
Operação	Dólar					(2.138)	2.138	
Instrumentos financeiros passivos	Dólar					(2.138)	2.138	
Instrumentos financeiros derivativos						(2.138)	2.138	
Operação	Libor - 6M	(884)	(12.640)	(324)	(13.848)	(2.866)	2.866	
Instrumentos financeiros passivos	Libor - 6M	884	12.640	324	13.848	2.866	(2.866)	
Instrumentos financeiros derivativos						(2.866)	2.866	

recebimentos da Companhia, pode-se levar em face a composição de 9,48% de estimativas de não realização dos créditos, conforme nota 5.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa a Companhia realiza métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

28.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os ganhos e perdas resultantes das oscilações durante o exercício contidas nos derivativos da Companhia foram registradas no resultado.

O valor justo dos derivativos da Companhia são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa.

Ponta ativa	31/12/2012	31/12/2011
	Swap	Swap
Libor + 1,275% a.a.	40.368	
US\$ + Libor 4,375 % a.a.		1.221
US\$ + Libor 4,375 % a.a.		214
US\$ + Libor 4,375 % a.a.		766
US\$ + Libor 4,375 % a.a.		613
	40.368	2.814
Ponta passiva		
93,40% do CDI	34.881	
104,69% do CDI		2.450
118,94% do CDI		816
109,70% do CDI		1.324
109,50% do CDI		934
	34.881	5.524
Total	5.487	(2.710)



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

No ano de 2012, a EDP Escelsa prosseguiu com a sua atuação sustentável junto aos acionistas, clientes, colaboradores e à sociedade em geral, com foco na qualidade e na obtenção de resultados.

Apesar da economia mundial e do país apresentarem baixo crescimento e terem significativa repercussão na economia do Estado do Espírito Santo, devido ao peso do comércio exterior ser acima da média brasileira a energia elétrica distribuída, na área de concessão da EDP Escelsa, teve um crescimento de 3,2% quando comparado ao ano anterior. As classes de consumo residencial, comercial e rural apresentaram elevado crescimento de 5,1%, 8,8% e 7%, respectivamente, enquanto a classe industrial apresentou crescimento de apenas 1,5%. No período, a base de clientes foi incrementada em 3,6%, cerca de 46 mil novos clientes, em sua grande maioria nos setores residencial e rural.

Reajuste Tarifário e Resultados financeiros

O reajuste tarifário da EDP Escelsa, aprovado para o período de 07 de agosto de 2012 a 06 de agosto de 2013 foi de 14,29%, resultando em um efeito médio percebido pelos clientes de 11,33%.

A receita operacional líquida atingiu, em 2012, o valor de R\$ 1.904,7 milhões, 15,6% superior ao mesmo período do ano anterior. O EBITDA do ano foi de R\$ 347,6 milhões e o lucro líquido R\$ 157,0 milhões, impactados, principalmente, pela elevação dos preços com aquisição de energia, que ficou acima do reconhecido na tarifa, pelo aumento do volume de geração termoeletrica, em face do baixo nível de água dos reservatórios em todas as regiões do país e impacto positivo de R\$ 77,9 milhões pelo Valor novo de Reposição de Ativos de distribuição conforme definido na Medida Provisória nº 579, os ativos da concessão passam a ser indenizados considerando o Valor Novo de Reposição - VNR, o mesmo utilizado nos processos de Revisão Tarifária das Concessões de Distribuição de Energia para a definição da Base de Remuneração Regulatória.

Investimentos e Otimização de Processos

Nos últimos cinco anos, a EDP Escelsa fez investimentos de aproximadamente R\$ 870 milhões, que contemplam obras estruturantes para o reforço do sistema elétrico, nomeadamente através da construção de 15 novas subestações e da ampliação de outras 33, que permitiram expandir em 12% a capacidade instalada. Vale ressaltar o incremento e modernização dos canais de atendimento, como a melhoria da agência virtual que disponibiliza serviços online aos clientes e o atendimento presencial em todas as cidades da área de concessão.

Aplicando ferramentas de eficiência operacional, a EDP Escelsa reduziu, em cerca de 14% face a 2011, a quantidade de deslocamentos imprecidentes das equipes de plantão. O projeto *Lean*, já implantado com sucesso nos centros de manutenção, traduziu o comprometimento da Empresa com a melhoria nos processos, resultando em maior eficiência operacional e melhor utilização de recursos. Este esforço de otimização estendeu-se também ao ciclo comercial, com efeitos na redução das reclamações em cerca de 37% face ao ano anterior. Como destaque, em 2012, três instalações foram certificadas com a ISO 14.001 e outros três processos mantiveram a certificação pela ISO 9001:2008.

Indicadores operacionais

Os indicadores técnicos que medem a continuidade do fornecimento de energia, DEC (Duração Equivalente de Interrupção) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção), apresentaram índices melhores que os padrões estabelecidos pela ANEEL, com 9,88 horas e 6,37 vezes, respectivamente, resultado de investimentos na expansão e modernização das redes de distribuição e do plano de manutenção. Como consequência da elevação do nível de automação da rede de distribuição, verificou-se o aumento do número de clientes abrangidos por transferência automática de cargas. Atualmente, mais de 34% dos clientes da Empresa estão abrangidos pela transferência automática de cargas (em 2009 eram menos de 6%). A EDP Escelsa é uma das empresas do setor que possui maior avanço nesta área.

As perdas totais em 2012 fecharam em 13,68%, acima em 0,89 p.p. em relação a 2011. A elevação das perdas foi influenciada, principalmente, pelo atraso na conclusão de duas importantes obras na Rede Básica, as altas temperaturas e baixo nível de pluviosidade registradas em dezembro que elevaram fortemente a carga.

Investimentos em inovação e eficiência energética

A EDP Escelsa destaca-se na área de inovação, por ter 100% de seus clientes AT e MT telemedidos e monitorados por um moderno Centro Integrado de Medição. O programa de telemetria teve continuidade em 2012 e elevou para cerca de 6% o número dos clientes BT já atendidos com telemetria.

Destaca-se também o sistema Climagrid, que permite à EDP Escelsa incorporar à operação o acompanhamento das condições climáticas (tempestades, descargas elétricas, etc.) em tempo real.

Com o foco na segurança, conforto e qualidade de vida dos clientes, a EDP Escelsa deu continuidade aos projetos no âmbito do Programa de Eficiência Energética. Destaca-se o Programa Boa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de comunidades carentes. O projeto atendeu, no ano de 2012, mais de 26 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações na educação e orientação ao uso racional e consumo consciente e seguro de energia elétrica.

Reconhecimentos e agradecimentos

Com objetivo de medir a qualidade percebida pelos clientes com relação ao fornecimento de energia elétrica e à eficácia dos serviços oferecidos, a EDP Escelsa participa anualmente da pesquisa conduzida pela Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Em 2012 atingiu um índice de Satisfação com a Qualidade Percebida de 83,3%, acima em 5,1 p.p. em relação a 2011. Pela quarta vez consecutiva, a distribuidora recebeu distinção no Prêmio de Qualidade do Estado do Espírito Santo, que avalia as práticas de gestão empresarial. A EDP Escelsa se destacou com a maior pontuação registrada em todas as edições do prêmio e recebeu seu quarto troféu ouro.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo. Em 2013 manteremos a política de segurança e qualidade dos serviços prestados, acompanhada de rigorosa gestão financeira e continuaremos empenhados profundamente na satisfação dos nossos clientes e no desenvolvimento das nossas pessoas.

Ana Maria Machado Fernandes

Presidente do Conselho de Administração

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Para os capixabas 2012 foi um ano de grandes desafios. Do ponto de vista político, o estado enfrentou a batalha pelos royalties do petróleo e terá de adaptar-se a unificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as importações, ambos significam perdas de receita. Sob a ótica econômica, o Espírito Santo, que é caracterizado por ter uma economia fortemente voltada para o comércio internacional, foi um dos mais afetados pela redução da demanda global por commodities consequência da crise econômica mundial.

Segundo o MDIC (dados preliminares), a balança comercial do Espírito Santo fechou o ano com o saldo de 3,5 bilhões, em relação a 2011, tendo verificado reduções em torno de 19% tanto nas exportações quanto nas importações nessa base de comparação.

Notadamente, a indústria foi um dos setores mais afetados pela desaceleração da economia em 2012. De acordo com o IBGE, no ano 2012 frente a 2011, a produção física industrial recuou 6,3% pressionada, sobretudo pela queda de 39,5% verificada no setor de metalurgia básica (menor fabricação de lingotes, blocos, tarugos ou placas de aços ao carbono) e pela redução de 1,6% no setor extrativo, influenciado em grande parte pelo recuo nos itens gás natural e minérios de ferro.

O contraponto, no ano, foi dado pelo setor de comércio cujo volume de vendas do comércio varejista (de acordo com o IBGE) cresceu 10,4%, no acumulado até nov/12 em relação ao mesmo período do ano passado. Desempenho refletido no mercado de trabalho, que no ano (dados do CAGED), teve criados cerca de 25 mil postos de trabalho formais, sendo que as maiores contratações foram verificadas no setor de Serviços (+11.055) e Comércio (+8.459).

3. A EDP ESELSA E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A EDP Escelsa, empresa de capital aberto, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo e controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, sendo sua subsidiária integral, a partir de abril de 2005. A EDP Escelsa atende a 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, numa área de 41.241 km², aproximadamente 90% do Estado e a 94% da população total, o que corresponde a 3,3 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995, outorgada pela União Federal.

4. PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	Saldos		Variação %
		dez/12	dez/11	
Financeiros				
Ativo Total	R\$ mil	2.461.523	2.209.340	11,4
Patrimônio Líquido	R\$ mil	631.121	708.780	(11,0)
Dívida Líquida ⁽¹⁾	R\$ mil	637.329	597.718	6,6
Dívida Líquida/ Patrimônio Líquido	vezes	1,01	0,84	20,2
Dívida Bruta/EBITDA (12 meses)	vezes	2,08	2,57	(19,1)
 janeiro - dezembro				
Descrição	unidade	2012	2011	Variação %
Resultados				
Receita Líquida	R\$ mil	1.904.705	1.647.749	15,6
Gastos Gerenciais e Não Gerenciais	R\$ mil	1.655.229	1.470.753	12,5
Resultado do Serviço (EBIT)	R\$ mil	249.476	176.996	41,0
EBITDA ⁽²⁾	R\$ mil	347.607	273.542	27,1
Resultado Financeiro	R\$ mil	(37.477)	(42.860)	(12,6)
Resultado antes de Impostos	R\$ mil	211.999	134.136	58,0
Lucro Líquido	R\$ mil	156.952	103.976	51,0
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/rec. líquida)	%	19,7%	18,0%	1,6 p.p.
Margem Líquida (lucro líq./rec. líquida)	%	8,2%	6,3%	1,9 p.p.
Operacionais				
Investimentos Líquidos ⁽³⁾	R\$ mil	141.633	138.781	2,1
Número de Clientes Finais	mil	1.332.481	1.286.361	3,6
Número de Colaboradores ⁽⁴⁾	Unidade	959	988	(2,9)
Produtividade (MWh distribuído/empregado) ⁽⁵⁾	MWh	10.822	10.159	6,5
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC	horas	9,88	10,48	(5,7)
Frequência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC	vezes	6,37	6,38	(0,2)

(1) Dívida Líquida = Dívida bruta - Caixa e equivalentes de caixa

(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação e amortização

(3) Investimentos líquidos das adições de Obrigações Especiais e Receitas de Ultrapassagem e Excedente de Reativo

(4) Considera quantidade de colaboradores + Conselho de Administração

(5) Considera a média de colaboradores no período

5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

ALTERAÇÕES REGULATÓRIAS

O ano de 2012 foi marcado por significativas alterações nas regulamentações aplicadas ao setor de energia elétrica, entre elas, a Medida Provisória nº 579/2012, na qual o governo federal apresentou medidas para reduzir a conta de energia elétrica. A redução média prevista para todo o Brasil é de 20,2%, decorrente da atuação do governo em duas frentes: Encargos Setoriais (7%) e Renovação das Concessões (13%).

No que se refere aos Encargos Setoriais, a cobertura tarifária referente às quotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR deixará de ser repassada pelas distribuidoras aos consumidores e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE será inicialmente reduzida em 75% de seu valor atual.

A Medida Provisória nº 579/2012 estabeleceu que as concessionárias de geração e transmissão, licitadas antes de 13 de fevereiro de 1995 (art. 19 da Lei nº 9.074/1995) e que tiverem seus contratos vencendo entre 2013 e 2017, poderão prorrogar antecipadamente as suas concessões. As concessões de geração deverão disponibilizar sua garantia física de energia e de potência para o regime de cotas a ser distribuído proporcionalmente ao mercado de cada distribuidora, impactando a contratação de energia.

As concessionárias de geração e transmissão que tiverem seus contratos alcançados pela MP 579/2012 poderão prorrogar suas concessões, e considerando que os ativos vinculados à prestação do serviço de geração e transmissão de energia elétrica estarão totalmente amortizados, terão reconhecidos nas tarifas os custos de operação e manutenção, encargos e tributos.

Estes efeitos serão percebidos pelos consumidores a partir de fevereiro de 2013, quando todas as distribuidoras de energia elétrica passarão por uma revisão tarifária extraordinária - RTE, específica para ajuste dos custos de energia, custos de transmissão e encargos setoriais. Assim, simultaneamente, os custos não gerenciáveis serão reduzidos e as tarifas de fornecimento também, não havendo impactos na margem das distribuidoras.

As concessões de geração hidroelétrica detidas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil - por terem sido outorgadas após fevereiro de 1995, data de entrada em vigor da Lei 8.987 - não são atingidas pelas mudanças regulatórias em pauta. Entretanto, estas mudanças com certeza influenciarão as regras que serão aplicadas às prorrogações destas concessões no futuro, conforme as condições estabelecidas agora:

- Remuneração por tarifa calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para cada usina hidroelétrica.
- Venda da energia das usinas (certificado chamado de Garantia Física) através de quotas destinadas exclusivamente ao Ambiente Regulado, ou seja, às distribuidoras.
- Submissão aos padrões de qualidade do serviço fixado pela ANEEL.

REVISÕES TARIFÁRIAS

A metodologia para a realização do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária (2CRTP) foi publicada após a data de revisão tarifária de algumas distribuidoras. Desta forma, a Diretoria da ANEEL, decidiu que as empresas com revisão tarifária entre 2011 e fevereiro de 2012, tivessem as suas tarifas prorrogadas até a data do próximo reajuste tarifário, todavia com efeitos retroativos à data originalmente definida. A EDP Escelsa terá a sua sexta revisão tarifária com a nova metodologia, em agosto de 2013.

REAJUSTE TARIFÁRIO

O reajuste tarifário anual¹ médio concedido à concessionária foi de 14,29%, reposicionando as tarifas para o período de 07 de agosto de 2012 a 06 de agosto de 2013. Deste percentual, 6,78% referem-se ao reajuste econômico e 7,51% referem-se a componentes financeiros.

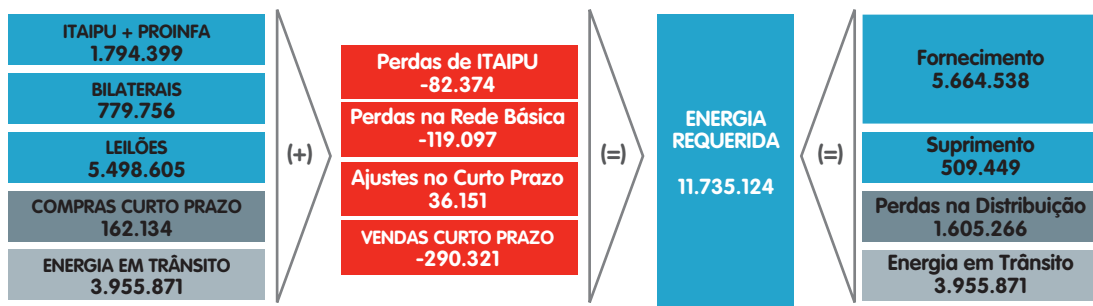
O efeito médio percebido pelos consumidores cativos da EDP Escelsa foi de 11,33%, considerando os ajustes financeiros referentes a períodos anteriores.

¹Resolução Homologatória ANEEL nº 1.326 de 31/07/2012

6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

6.1 Balanço Energético - MWh

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo.



6.2 Compra de Energia

A compra de energia em 2012 foi de 8.234,9 GWh, superior em 2,9% à de 2011. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do PROINFA representam 21,8%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 66,8%, os Contratos Bilaterais 9,5% e o Curto Prazo 2,0%.

6.3 Energia Distribuída

A EDP Escelsa faturou 6.174,0 GWh para os clientes cativos, suprimento e consumo próprio no período findo em 31 de dezembro de 2012,

representando um crescimento de 6,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia em trânsito, distribuída a clientes livres, totalizou 3.955,9 GWh no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, apresentando uma redução de 1,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia distribuída pela EDP Escelsa apresentou um crescimento no volume em relação ao ano anterior de 3,2%, totalizando 10.129,9 GWh, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita Operacional Líquida	janeiro - dezembro					
	Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Fornecimento						
Residencial	1.035.279	996.704	1.962.700	1.866.962	731.579	635.202
Industrial	11.499	11.429	1.111.320	1.095.160	328.034	295.410
Comercial	113.492	111.333	1.302.270	1.197.163	457.177	388.262
Rural	160.592	155.484	622.968	582.139	130.855	114.206
Outros (1)	11.379	11.194	656.683	616.251	182.812	157.627
(-) Transferência para TUSD - clientes cativos					(1.018.441)	(887.840)
Fornecimento não Faturado					16.841	7.190
Consumo próprio	172	169	8.598	8.555		
Total Fornecimento	1.332.413	1.286.313	5.664.539	5.366.230	828.857	710.057
Suprimento	1	1	509.449	450.398	59.920	54.686
Total Fornecimento e suprimento	1.332.414	1.286.314	6.173.988	5.816.628	888.777	764.743
Disponibilização do sistema de distribuição	67	47	3.955.871	4.001.396	1.302.003	1.162.198
Total Energia Distribuída	1.332.481	1.286.361	10.129.859	9.818.024	2.190.780	1.926.941
Outras receitas operacionais (2)					174.365	183.668
Energia de curto prazo			290.321	528.959	56.025	16.646
(-) Deduções à receita operacional					(516.465)	(479.506)
Receita Operacional Líquida	1.332.481	1.286.361	10.420.180	10.346.983	1.904.705	1.647.749

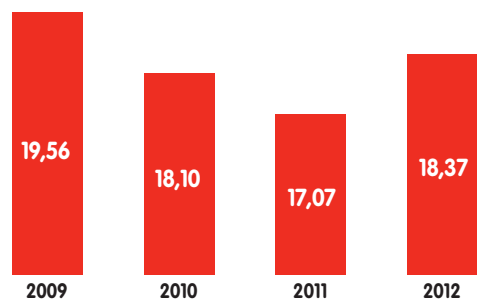
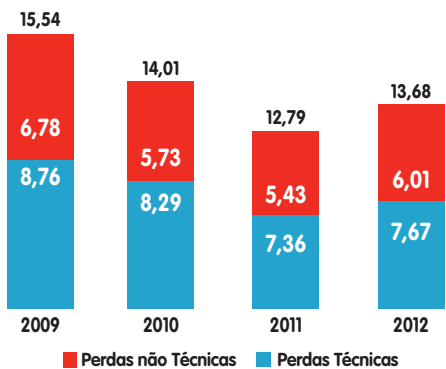
(1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público

(2) Considera as receitas de construção de R\$ 136,9 milhões em 2012 e R\$ 129,7 milhões em 2011

6.4 Perdas Técnicas e não Técnicas

As perdas totais em 2012 foram de 13,68%, acima em 0,89 p.p. em relação a 2011. As perdas técnicas aumentaram 0,31 p.p., passando de 7,36% para 7,67%. A EDP Escelsa investiu R\$ 101,4 milhões na expansão do sistema elétrico para atendimento ao crescimento do mercado, com a ampliação de 7 subestações existentes, totalizando 83,3 MVA de capacidade instalada, 9 novos alimentadores, bem como a instalação de compensação reativa na rede de média tensão. Porém, mesmo com todos os investimentos realizados, houve incremento nas perdas técnicas devido ao atraso na conclusão de duas importantes obras na Rede Básica.

As obras da Rede Básica, que consistem na construção da LT 500 kV Mesquita - Viana e a LT 230 kV Mascarenhas - Linhares, sofreram atraso. As conclusões dos empreendimentos citados promoveriam alívio nas linhas de transmissão da EDP Escelsa. A elevação de temperatura e baixa hidráulica também foram fatores que contribuíram para o aumento das perdas técnicas.



6.5 Combate às Perdas não Técnicas

O resultado do fechamento das perdas não técnicas da EDP Escelsa foi fortemente influenciado pela elevação da carga no mês de dezembro de 2012. O aumento do consumo causado pelas altas temperaturas fez com que a carga própria de dezembro de 2012 fosse 20,9% maior que a carga de novembro de 2012 e 22,3% maior que a carga própria de dezembro de 2011, influenciando o encerramento de 2012 com perda não técnica de 6,01%, alta de 0,58 pontos percentuais em relação a dezembro de 2011, o qual encerrou com perda não técnica de 5,43%.

Em 2012 o plano de investimento para o programa de perdas não técnicas da EDP Escelsa foi objeto de replanejamento, pois as ações de repressão que no passado surtiram efeito já não apresentam a mesma intensidade na redução das perdas não técnicas e, com o desenvolvimento da matriz de perdas não técnicas da EDP Escelsa, ficou caracterizada que a principal causa das perdas não técnicas são as ligações clandestinas presentes nas áreas de alta complexidade social. Com isso, o foco do novo programa passou a ser em ações que tem como objetivo regularizar as ligações clandestinas, tornando o valor da conta de energia elétrica sustentável do ponto de vista do orçamento familiar.

Desta forma, foi criado o projeto Agentes da Boa Energia, no qual agentes comunitários e técnicos regularizam as unidades consumidoras de forma que os consumidores clandestinos passem a fazer parte da base da EDP Escelsa e os clientes com débitos, ou na iminência de se tornarem inadimplentes, passem a ter os consumos de energia elétrica com valores adequados à capacidade de pagamento.

Visando dar suporte às ações de sustentabilidade no pagamento das contas e no controle das perdas não técnicas nas áreas socialmente complexas, um novo conceito de rede de distribuição de energia foi introduzido. A nova rede elimina os cabos de distribuição da baixa tensão e distribui a energia para as unidades consumidoras através de ramais individuais já medidos por meio de medições instaladas em concentradores, que por sua vez estão ligados diretamente na saída dos transformadores de

distribuição. A partir deste novo conceito, qualquer intervenção na rede ou nos ramais poderá ser identificada através de sistema remoto de monitoramento.

Nas ações de fiscalização, foram realizadas 164.913 inspeções e retiradas 120.690 ligações clandestinas da rede de distribuição de baixa tensão.

7. ATIVIDADE COMERCIAL

7.1 Relacionamento com o Cliente

A EDP Escelsa mantém canais de relacionamento que são disponibilizados aos clientes permitindo maior interação com os mesmos, tais como: Call Center, internet (agência virtual), agências de atendimento presencial e agentes comerciais, bem como atendimento exclusivo para os grandes clientes, clientes corporativos e poderes públicos e com os Órgãos de Defesa do Consumidor. Além desses canais, há uma estrutura de Ouvidoria com Call Center dedicado, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, críticas e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com as Ouvidorias da ANEEL.

Para garantir um atendimento de qualidade, a EDP Escelsa conta com uma moderna Central de Atendimento Telefônico (Call Center), com infraestrutura e parque tecnológico de última geração. Essa Central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e está estruturada para atendimentos comerciais e de emergência, com opção de atendimento humano e eletrônico. Em 2012, foram atendidas 1,7 milhão de ligações por esse canal para se comunicar com a empresa.

Para o atendimento aos clientes de baixa tensão, a EDP Escelsa está presente nos Municípios da sua área de concessão com uma estrutura composta por 70 lojas de atendimento presencial que realizaram 1,2 milhão de atendimentos. Além destas agências, aproveitando a sinergia com a rede de arrecadadores, possui também 108 agentes comerciais distribuídos na área de concessão. Por meio destes canais e da internet, através da agência virtual, foram realizados 1,9 milhão de atendimentos.

Cabe destacar que 2012 houve significativa redução das reclamações comerciais, da ordem de 28%, decorrente do aprimoramento na qualidade da gestão comercial através da aplicação de metodologias de melhoria contínua. Houve também redução de 52% nas notas de Ouvidoria interna e de 6% nas notas de Ouvidoria Aneel.

Para os grandes clientes e clientes corporativos o mercado é segmentado de acordo com seus respectivos perfis, visando atender suas necessidades, facilitando o acesso e contribuindo para uma maior satisfação destes segmentos e maior aproximação institucional. Os órgãos públicos também contam com uma estrutura de atendimento dedicada, com opção de atendimento telefônico, internet (agência virtual) e presencial, tornando mais ágil o processamento das demandas dos poderes públicos. As necessidades desses clientes são identificadas através de visitas periódicas aos órgãos, permitindo ainda a elaboração de projetos em parceria e o desenvolvimento de produtos e serviços específicos destinados a este segmento, contribuindo para um bom relacionamento institucional da concessionária com os órgãos públicos.

7.2 Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente - Pesquisa ABRADEE

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a Empresa participa da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, em parceria com o Instituto Innovare, que mede o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, contemplando vários aspectos, como o fornecimento de energia elétrica e a qualidade dos serviços prestados. Baseado nos resultados apresentados tem-se reavaliado processos e alinhado projetos atendendo às necessidades dos clientes.

Em 2012, a EDP Escelsa atingiu um Índice de Satisfação da Qualidade Percebida de 83,3%, superior ao obtido em 2011 que foi de 78,2%. Outro indicador avaliado na pesquisa, o ISG - índice de Satisfação Geral foi avaliado em 81,8%, superior ao obtido em 2011 que foi de 79,5%.

8. INVESTIMENTOS

Foram realizados a título de investimento em 2012 R\$ 141,6 milhões, já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento e considerando os juros capitalizados. Os juros capitalizados representam R\$ 4,6 milhões do total.

Investimento - R\$ Mil	janeiro - dezembro		
	2012	2011	Variação R\$ Mil
Expansão do Sistema Elétrico	101.377	96.650	4.727
Melhoramento da Rede	34.653	33.754	899
Telecom., Informática e Outros	26.927	27.301	(374)
Sub Total (1)	162.957	157.705	5.252
(-) Obrigações Especiais (2)	(21.325)	(18.924)	(2.401)
Investimento Líquido	141.633	138.781	2.852

(1) Sub Total = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede + Juros capitalizados

(2) Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união, estado e municípios nos projetos de investimentos

8.1 Expansão de Rede

Para atendimento da demanda do mercado, foram investidos R\$101,4 milhões na expansão da rede elétrica, ligação de novos clientes e instalação de sistemas de medição. Destacam-se os investimentos para atender as seguintes regiões:

- Na Grande Vitória, ressaltamos a energização de três novos circuitos de 15 kV na SD Itapoã e dois novos circuitos de 15 kV na SD Manguinhos. Destaca-se também o início das obras da subestação de Serra Sede, com previsão de conclusão em 2013;

- Já na Região Sul, evidenciamos a substituição dos transformadores das subestações Vila Rica, Iúna, Venda Nova, Bom Jesus e Afonso Cláudio, além da energização de quatro novos circuitos de 15 kV, para assegurar o atendimento aos mercados dos municípios do sul do Estado do Espírito Santo;

- Na Região Norte, realizamos a substituição dos transformadores das subestações Suiça, Pedro Canário e Ponto Belo, aumentando assim a capacidade de transformação instalada. Destaca-se também o início das obras da subestação de Jurama, com previsão de conclusão em 2013.

As obras visam a atender o crescimento de mercado da região, além de elevar o nível de qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica.

8.2 Melhoramento de Rede

Os principais investimentos em melhoramento de linhas, subestações e redes de distribuição totalizaram R\$34,7 milhões e consistiram na substituição de equipamentos, além do recondução de redes em final de vida útil e reposição de neutro. Foram substituídos trechos de rede nua de média e baixa tensão para rede protegida e isolada, garantindo maior disponibilidade, preservação do meio ambiente e segurança.

8.3 Tecnologia de Informação

Foram investidos o total de R\$13,8 milhões, sendo que R\$2,2 milhões referem-se às aquisições de Hardwares e Softwares, necessários para manter operante e atualizado o parque tecnológico que suporta as aplicações, e que visa à otimização e organização dos processos da empresa, reduzindo riscos de indisponibilidades e falhas por obsolescência, e R\$11,6 milhões referentes aos projetos necessários para atender as obrigações Legais e Órgãos Regulatórios. Os principais projetos investidos referem-se a: Atualização de nova versão técnica dos sistemas SAP ISU/CCS (Industry Solution Utilities/Customer Care Service) e SAP CRM (Customer Relationship Management); Adequação do sistema SAP R/3 e do IS-U/CCS para atender a homologação das Resoluções ANEEL 472/2012 de 24 de janeiro de 2012, referente ao novo modelo de subvênção, Resolução ANEEL 479/2012 de 12 de abril de 2012, revisando alguns artigos da Resolução 414 e Resolução ANEEL 464/2012 de 22 de novembro de 2011, referente à estrutura tarifária e tarifa branca e novas bandeiras e à modernização do website com implementação da "Agência Virtual" que integrou os serviços comerciais para atendimento online via internet, aperfeiçoando os processos relacionados ao atendimento de consumidores.

8.4 Automação e Telecomunicações Operativas

O investimento em automação teve continuidade no ano de 2012, com a aquisição de 75 novos religadores, totalizando 584 religadores telecomandados e telessupervisionados na rede Média Tensão, elevando para 34% o percentual de clientes da EDP Escelsa beneficiados pela transferência automática de cargas.

Dando continuidade ao processo de Inovação, no ano de 2012 foi implementada uma nova lógica de recomposição automática de carga denominada LIT (Lógica de Isolação de Transformador), que propicia o restabelecimento automático das cargas e clientes desligados, quando de uma ocorrência em uma Subestação. Esta lógica foi implementada em 19 subestações.

Visando inserir a EDP Escelsa no contexto de SmartGrids, no ano de 2012 deu-se início a integração da telemetria de clientes com o Sistema supervisório SCADA. Este projeto pioneiro, que insere a EDP Escelsa em um contexto de inovação a nível nacional, disponibiliza, em tempo real, para o Centro de Operação (COD) os alarmes de falta de tensão nas unidades consumidoras telemetridas, possibilitando maior agilidade na tomada de decisão, como por exemplo, antecipando ações de restabelecimento de energia antes mesmo do cliente ter feito contato com a empresa.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

9.1 Indicadores de Performance

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço se mantiveram dentro dos padrões de excelência nacionais. Isso se deve principalmente aos investimentos realizados, bem como das ações de manutenção preventiva realizadas nos ativos do sistema de distribuição. Os indicadores DEC e FEC, que se apresentam em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, sendo em 2012 registradas 9,88 horas e 6,37 interrupções, respectivamente.

Indicador	Unidade	2009	2010	2011	2012
DEC	Horas	11,55	9,16	10,48	9,88
	Meta Aneel Regulatória	11,70	11,49	11,18	10,78
FEC	Veze	6,95	6,35	6,38	6,37
	Meta Aneel Regulatória	9,69	9,12	8,98	8,51

DEC = Duração Equivalente de interrupções por Clientes (horas - média cliente/ano)

FEC = Frequência Equivalente de interrupções por Cliente (interrupções - média cliente/ano)

Os dados foram alterados em relação a publicação anterior em função de determinação da ANEEL para revisão do critério de aplicação do conceito de dia crítico e reprocessamento dos indicadores da empresa para os anos de 2010 e 2011.

9.2 Principais Dados das Instalações Elétricas da EDP Escelsa

Descrição	2012	2011	Varição %
Subestações			
Quantidade	85	85	0,0
Potência Instalada de Transformadores (MVA)	3.277	3.232	1,4
Redes de Distribuição - Própria (Km)	59.864	58.724	1,9
AT (maior ou igual a 69 KV)	2.642	2.215	19,3
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	48.267	47.740	1,1
BT (menor que 1 kV)	8.955	8.769	2,1
Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)	91.628	88.542	3,5
Urbano	24.046	23.059	4,3
Rural	67.582	65.483	3,2
Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)	2.668	2.508	6,4
Urbano	1.647	1.558	5,7
Rural	1.021	950	7,4
Postes em Redes de Distribuição	617.669	599.927	3,0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

10. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

10.1 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2012, foram encerrados 6 projetos de P&D, permanecendo assim 16 projetos em execução, com investimentos da ordem de R\$ 3,47 milhões. A EDP Escelsa destaca o projeto que desenvolveu uma solução de baixo custo, no âmbito de automação, para chaves seccionadoras já em uso na rede de distribuição, possibilitando menores custos operacionais, melhoria nos índices de qualidade e desempenho, e melhoria dos níveis de segurança na operação das redes de distribuição. O protótipo desenvolvido tem características e funcionalidades que possibilitam a inserção de equipamentos antigos em operação no conceito das Redes Elétricas Inteligentes.

Os resultados obtidos nos projetos de P&D foram amplamente divulgados à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas.

10.2 Eficiência Energética

Sempre orientadas para assegurar a melhor utilização do produto distribuído aos seus clientes promovendo soluções inovadoras e sustentáveis, as atividades de eficiência energética desempenhadas pela EDP Escelsa, em 2012, caracterizaram-se pela realização de projetos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética - PEE. No ano de 2012 a EDP Escelsa investiu R\$ 15 milhões com 26 projetos de eficiência energética em hospitais e entidades beneficentes e em 03 prédios públicos do Governo do Estado, basicamente atuando nos sistemas de ar-condicionado e iluminação dessas instituições com a substituição de equipamentos de baixo rendimento energético por outros mais econômicos e eficientes. Continuou com o projeto “Boa Energia Solar” instalando no período equipamentos de aquecimento solar de alta eficiência em 3.042 unidades consumidoras, permitindo assim substituir os chuveiros elétricos existentes. Deu sequência ao projeto “Boa Energia na Comunidade”, que visa aumentar a eficiência energética e regularizar as unidades consumidoras de baixa renda. Iniciou o projeto “Agente da Boa Energia”, que atendeu 966 unidades consumidoras em Planalto Serrano, cadastrando-os no CadÚnico, para usufruto da tarifa social, realizou orientações financeiras e de mudança de hábito de consumo, negociou dívidas regularizando-os na EDP e introduziu equipamentos eficientes em substituição aos ineficientes. Por fim, realizou o projeto “Boa Energia nas Escolas” que levou conhecimento sobre o uso adequado e seguro da energia a 459 professores de 107 escolas da rede pública de ensino, atingindo um total de 45.874 alunos. Foi doado a cada escola material didático para utilização dos alunos e produzido uma unidade móvel de ensino “caminhão da boa energia” que visitou as escolas interagindo diretamente com os alunos através de experimentos científicos, jogos educativos, filme em 3D sobre os caminhos da energia e folder explicativo.

11. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

janeiro - dezembro			
DRE - R\$ Mil	2012	2011	Variação %
Receita Operacional Bruta	2.421.170	2.127.255	13,8
(-) Deduções à Receita Operacional	(516.465)	(479.506)	7,7
(=) Receita Operacional Líquida	1.904.705	1.647.749	15,6
(-) Despesas Operacionais:	1.655.229	1.470.753	12,5
Gerenciáveis	469.707	532.492	(11,8)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	102.522	105.576	(2,9)
Material	9.736	9.498	2,5
Serviços de terceiros	137.020	124.666	9,9
Depreciação e amortização	98.131	96.546	1,6
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas	19.870	17.565	13,1
Provisões para contingências	19.542	7.387	164,5
Aluguéis e arrendamentos	1.328	1.116	19,0
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	11.781	19.104	(38,3)
Valor novo de reposição	(77.905)	-	-
Custo com construção da infraestrutura	136.990	129.665	5,6
Outras	10.692	21.369	(50,0)
Não gerenciáveis	1.185.522	938.261	26,4
Energia elétrica comprada para revenda	951.007	734.608	29,5
Encargos de uso da rede elétrica	230.233	199.340	15,5
Taxa de fiscalização	4.282	4.313	(0,7)
EBITDA	347.607	273.542	27,1
Margem do EBITDA - %	19,7%	18,0%	1,6 p.p.
(=) Resultado do Serviço	249.476	176.996	41,0
Margem do EBIT - %	14,1%	11,7%	2,5 p.p.
Resultado financeiro	(37.477)	(42.860)	(12,6)
EBT	211.999	134.136	58,0
Imposto de renda e contribuição social	(55.047)	(30.160)	82,5
Resultado Líquido	156.952	103.976	51,0

As margens EBITDA e EBIT não consideram as receitas de construção. A Receita Operacional Líquida apresentou um aumento de 15,8% no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 1.904,7 milhões. O crescimento de R\$ 256,9 milhões pode ser composto da seguinte forma:

1) Crescimento de R\$ 293,9 milhões da receita bruta, principalmente em virtude dos seguintes fatores: i) aumento de 16,7% do fornecimento de energia aos clientes cativos (R\$ 118,8 milhões); ii) aumento da receita da energia de curto prazo (R\$ 39,4 milhões); iii) aumento de 12,0% da disponibilização do sistema de distribuição e transmissão (R\$ 139,8 milhões); e; iv) decréscimo de outras receitas (R\$ 16,6 milhões).

2) Aumento de 7,7% das deduções da receita operacional em R\$ 37,0 milhões. Os principais fatores deste aumento foram o crescimento dos encargos setoriais em R\$ 7,5 milhões, que compreendem: i) Aumento de R\$ 29,4 milhões de PIS/COFINS (Programa de Integração Social/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); ii) aumento na CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em R\$ 6,9 milhões; iii) Aumento da RGR (Reserva Global de Reversão) em R\$ 4,6 milhões, mitigados por iv) Redução na CCC (Conta de Consumo de Combustível) em R\$ 8,3 milhões.

A receita operacional líquida desconsiderando o valor das receitas de construção totaliza em 2012 R\$ 1.767,7 milhões, 16,4% superior a 2011.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 1.655,2 milhões no período de doze meses acumulado em 31 de dezembro de 2012, superiores em 12,5% às despesas verificadas no mesmo período do ano anterior.

As despesas operacionais gerenciáveis da EDP Escelsa, que compreendem os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, reduziram R\$ 62,8 milhões em 2012, o que correspondeu a um decréscimo de 11,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais eventos foram o aumento nas provisões para contingências, crédito contábil não recorrente em 2012 devido à atualização de Valor Novo de Reposição de Ativos de Distribuição no valor de R\$ 77,9 milhões, a menor despesa na desativação de bens no valor de R\$ 7,3 milhões, menor custos com pessoal em função principalmente do crédito do SAT (Seguro de Acidente de Trabalho) sobre a ação judicial relativa aos anos de 1991-1999 e 2005-2010 devido a pagamentos a maior nestes períodos anteriores no valor de R\$ 8,5 milhões

e aumento de R\$ 12,2 milhões referente a despesas de serviços de terceiros em virtude de reforço da manutenção para garantir a realização do DEC anual inferior a 10 horas e atendimento à demanda do Termo de Notificação Aneel 034/2012, reajuste dos contratos de leitura e entrega de contas, em média 16,35% superior ao período anterior, custos com inventário de ativos e maiores custos com adequação de sistemas para responder a obrigações legais e Resoluções da ANEEL. Desconsiderando o evento não recorrente referente ao VNR às despesas gerenciáveis da EDP Escelsa seriam R\$ 545,2 milhões, superiores a 2011 em 2,4%, percentual menor que a inflação no período.

As despesas operacionais não gerenciáveis que correspondem aos custos com energia comprada para revenda, encargos setoriais de transmissão e taxa de fiscalização totalizaram em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 1.185,5 milhões, superiores em 26,4% em relação às praticadas no mesmo período do ano anterior. O valor de energia elétrica comprada para revenda totalizou R\$ 951,0 milhões, 29,5% acima de 2011, em decorrência de: (i) Início de suprimento de energia de dois novos produtos em 2012, adquiridos nos leilões de energia nova, necessários ao atendimento do crescimento do mercado. A entrada desses produtos representa um aumento de 320GWh na EDP Escelsa; (ii) acréscimo no preço médio da compra de energia, reajustado pela variação do IPCA e IGPM; (iii) acréscimo no valor da energia comprada de ITAIPU, em 2012, devido ao aumento de 17% no dólar do período; (iv) O PLD permaneceu num patamar elevado, alcançando a média de R\$ 166,69/MWh ao longo de 2012, contra a média de R\$ 29,42/MWh em 2011, refletindo em maior despacho das usinas térmicas no período. O PLD é formado por um modelo estatístico definido pelo ONS com o objetivo de otimizar a exploração das usinas no Brasil, influenciado pelo nível dos reservatórios de água no país e pela expectativa hidrológica de curto prazo. Quando o PLD atinge um valor acima do custo variável de geração térmica, as térmicas passam a ser despachadas com o objetivo de manter o equilíbrio do sistema.

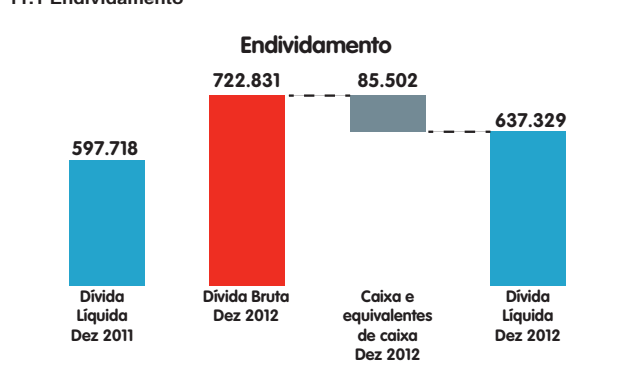
Em 2012, a conta de encargos de uso e conexão apresentou saldo de R\$ 230,2 milhões, 15,5% acima do apresentado em 2011 devido ao reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, além do acréscimo nas distribuidoras proveniente dos encargos de energia de reserva em função de início de suprimento de energia elétrica proveniente de fonte eólica, objeto do 2º Leilão de Energia de Reserva, com o início do suprimento em julho de 2012 e do aumento do encargo de segurança energética devido ao despacho de usinas térmicas por segurança do sistema.

O Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT) totalizou R\$ 249,5 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2012, superior em 41,0% ao mesmo resultado no período findo em 31 de dezembro de 2011, em virtude dos mesmos efeitos citados anteriormente. A margem do EBIT em 31 de dezembro de 2012, desconsiderando o efeito da receita de construção na receita líquida foi 14,1% enquanto no mesmo período de 2011 foi 11,7%. O EBITDA do período foi R\$ 347,6 milhões, superior em 27,1% ao EBITDA obtido no mesmo período do ano anterior. A margem do EBITDA em 2012, desconsiderando o efeito da receita de construção na receita líquida foi 19,7% enquanto em 2011 foi de 18,0%.

O Resultado Financeiro do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012 foi R\$ 37,5 milhões negativos, superior em R\$ 5,4 milhões comparado ao resultado financeiro de R\$ 42,9 milhões negativos de 2011. A variação deve-se a redução do custo médio da dívida em função da Selic média e da TJLP em 2012, impacto em 2011 de atualização monetária de depósitos judiciais referentes a processos do programa Refis e impacto positivo da atualização financeira referente ao crédito do SAT (Seguro de Acidente de Trabalho) sobre ação judicial relativa aos anos de 1991 a 1999 e 2005 a 2010 devido a pagamentos a maior nestes períodos anteriores.

Pelos motivos ressaltados anteriormente a EDP Escelsa apresentou um Lucro Líquido de R\$ 157,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012, superior em 51,0% ao registrado em igual período do ano anterior.

11.1 Endividamento



Em 31 de dezembro de 2012, a EDP Escelsa apresentou um endividamento líquido de R\$ 637,3 milhões, fechando o exercício do ano de 2012 em 6,6% superior ao saldo de dezembro de 2011.

A dívida bruta da EDP Escelsa em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 722,8 milhões e é composta da seguinte forma: R\$ 166,5 milhões (23,0%) de debêntures, R\$ 478,5 milhões (66,2%) de financiamentos para o programa de investimentos (BNDES, BID e outras instituições financeiras) e R\$ 77,8 milhões (10,8%) de financiamentos junto à Eletrobrás. Em 31 de dezembro de 2012, a dívida líquida representou 1,01 vezes o Patrimônio Líquido da companhia (0,84 vezes em 31 de dezembro de 2011).

12. GESTÃO DE PESSOAS

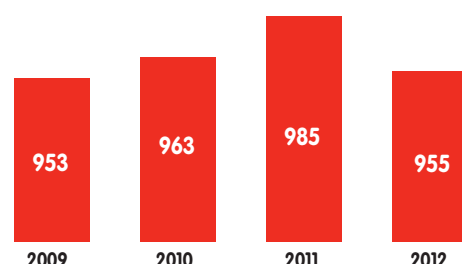
Visando o desenvolvimento dos gestores da EDP Escelsa, durante o ano de 2012 foi dado sequência ao Programa de Desenvolvimento de Liderança, como parte da estrutura da Escola de Desenvolvimento de Diretivos da Universidade EDP. A Escola de Diretivos tem como objetivo promover o desenvolvimento de competências de Gestão e Liderança do Grupo EDP. Ao mesmo tempo, tem função de acompanhar o potencial que se tem no grupo, preparando líderes, gerindo sucessão e facilitando a mobilidade funcional e geográfica. O programa é composto por 5 pilares importantes para o grupo: estratégia, liderança, comunicação, negociação e inovabilidade. Cada pilar possui treinamentos obrigatórios e optativos, dependendo do público alvo de cada iniciativa. Com objetivo de garantir a cultura organizacional da EDP, o programa de integração para novos colaboradores transmite informações sobre a cultura da empresa, o Código de Ética, direitos e benefícios concedidos pela empresa. Como refinamento das práticas de compartilhar e reter conhecimentos, em 2012 foi implementado o 'Programa Valorizar a Experiência', com objetivo de criar mecanismos para que os especialistas em determinados temas repassem seus conhecimentos para outros colaboradores, a fim de preservar o conhecimento técnico crítico para o negócio. O Programa permite mapear e disseminar o conhecimento de profissionais experientes em todas as localidades e Áreas de negócio do Grupo, para repassar aos mais novos, permitindo promover o desenvolvimento integral das pessoas como cidadãos e profissionais, além de preservar e reter os talentos na Empresa. Na EDP Escelsa tivemos a participação de 55 colaboradores.

No âmbito do Projeto Conciliar, foram desenvolvidas ações que visam o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar dos colaboradores. Distribuídas em 4 pilares: saúde e bem-estar, apoio à família, cidadania e cultura e vida pessoal e trabalho, as ações incluem: adoção de parcerias com academias, hotéis, restaurantes e agências de viagem para obtenção de descontos aos colaboradores, realização de Colônia de férias aos dependentes entre 5 e 12 anos, prática de ginástica laboral, realização de Festival de Esportes, dispensa à gestantes 15 dias antes do parto e distribuição de cestas maternidade/adoção, visita de filhos ao local de trabalho, Clube da Corrida, Conte Comigo, entre outros. Assegura-se a estratégia de remuneração, através da análise remuneratória do Grupo EDP em relação ao mercado, com revisão da Política de Cargos e Salários e aplicação de uma política de mérito.

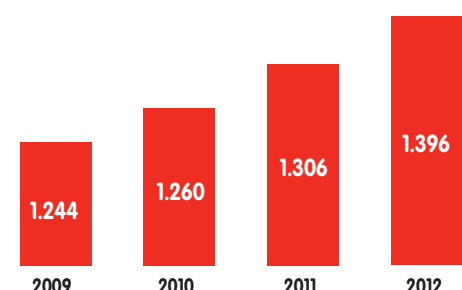
12.1 Força de Trabalho

O quadro de pessoal próprio da EDP Escelsa, ao final de 2012, era de 955 colaboradores, 2 colaboradores da alta direção em regime estatutário e 2 conselheiros, totalizando 959. A relação clientes por colaborador próprio atingiu 1.396 face a 1.306 apresentado em 2011.

Número de Colaboradores



Índice de Produtividade



12.2 Programa de Benefícios

A EDP Escelsa dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência complementar, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, auxílio creche e auxílio dependente especial.

12.3 Capacitação e Desenvolvimento

A empresa possui um programa de Incentivo à educação formal individual, através da concessão de bolsas de estudos, conciliando as necessidades dos colaboradores e da EDP Escelsa, em cursos reconhecidos pelas autoridades de educação, técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação e MBA. Em 2012, 58 foram contemplados com este benefício. Em capacitação, desenvolvimento, reciclagem e atualização dos colaboradores foram realizadas 79.680 horas de treinamento, com média de 85,88 horas por colaborador, com investimentos na ordem de R\$ 780 Mil.

12.4 Planejamento de Pessoas e Sucessão

Em 2012 foram preenchidas 58 vagas na Distribuição Escelsa, das quais 48% foram por recrutamento e aproveitamento interno. Contribuem para retenção de pessoas os programas ON TOP (programa de estágio), com aproveitamento de 08 estagiários em 2012, e Energizing Development Program (programa interno de trainees).

12.5 Segurança no Trabalho

O sistema de Gestão de Segurança do trabalho é implementado através das vertentes de Engenharia de Segurança do Trabalho e da Medicina do Trabalho. A Engenharia de Segurança do Trabalho tem dois programas para reger suas atividades:

- (i) PSC (Programa de Segurança para o Colaborador), voltado para o quadro próprio, visa desenvolver os colaboradores da EDP Escelsa a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional.
- (ii) PSP (Programa de Segurança do Prestador de Serviços), baseado nos mesmos conceitos do PSC, é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual.

No ano de 2012 foi dado um grande enfoque à segurança no trabalho, tendo sido criado os Comitês Operacional e Estratégico de Segurança, onde mensalmente são discutidos e deliberados temas de segurança do trabalho, com o envolvimento da equipe técnica de segurança, gestores e diretores. Foram realizadas 2.363 inspeções/abordagens em atividades relacionadas ao negócio. Com relação às taxas de frequência e gravidade para a EDP Escelsa, no ano de 2012 foram registrados os índices de 0,51 e 8, respectivamente, enquanto que para as prestadoras de serviços, as taxas de frequência e gravidade foram 3,50 e 5.075, respectivamente.

13. RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

13.1 Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

Os novos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, revistos em 2012, e as orientações das Políticas Corporativas continuaram a nortear a atuação da EDP Escelsa. As iniciativas visaram a criação de valor e o equilíbrio das relações com colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades do entorno e outros importantes atores sociais. Exemplo dessa integração é o Ciclo de Diálogo EDP & Sustentabilidade realizado no âmbito da preparação do Relatório Anual do Grupo EDP no Brasil que teve como objetivo reunir representantes da comunidade local e dos órgãos públicos em um debate voltado para a reflexão dos reais interesses dos grupos diretamente influenciados pelas atividades da EDP Escelsa. Em 2012 os investimentos socioculturais promovidos pela Companhia atingiram o valor de R\$ 825 mil, beneficiando mais de 5 mil pessoas. O programa “EDP Solidária” apoiou projetos sociais com foco na educação e desenvolvimento local e propiciou o atendimento direto a aproximadamente 1.200 pessoas. Com o programa “EDP Cultura”, fomentou a inclusão social por meio das artes, patrocinando os projetos “Ginga Dendê” que promove reflexões sobre a cultura negra e a história do estado do Espírito Santo, “Projeto Animação” que utiliza o cinema de animação como instrumento de

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

aprendizagem e o "Prêmio EDP nas Artes" que capacita e valoriza jovens artistas plásticos de todo Brasil. Já o Programa "EDP nas Escolas" beneficiou, com a entrega de kits escolares, teatro nas escolas e concursos culturais, cerca de 1.200 alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. O "Programa de Voluntariado da EDP", com apoio, dedicação e talento dos colaboradores da EDP Escelsa, promoveu, no Espírito Santo, diversas ações de cidadania, beneficiando cerca de 800 pessoas atendidas por organizações sociais de todo o Estado. Destaque para o projeto "Desafio do Bem" e a campanha "Natal Solidário".

Esta atuação da EDP Escelsa, que promove a excelência em responsabilidade social corporativa, contribuiu para manter o reconhecimento pelo sétimo ano consecutivo do Grupo EDP no Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa) e a renovação do título "Empresa Amiga da Criança".

13.2 Meio Ambiente

No ano de 2012 a EDP Escelsa conquistou a certificação na norma internacional ISO 14.001, que comprova a aplicação das práticas de excelência do sistema de gestão ambiental em duas sub-estações da área de concessão: Goiabeiras e Manguinhos.

A promoção de uma cultura de respeito pelo meio ambiente também foi reforçada neste ano, através da realização de um ciclo de palestras sobre o uso racional de energia para estudantes de 1º e 2º grau e crianças da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e por meio de ações de sensibilização ambiental dos prestadores de serviço da EDP Escelsa integradas nas reuniões mensais de saúde e segurança que a Companhia realiza com esses parceiros.

Em 2012 foi realizada a distribuição de 300 mudas de árvores nativas para as prefeituras de Cachoeira do Itapemirim, Aracruz e Vitória no Dia da Árvore contando com a presença de Secretários de Meio Ambiente em

15. BALANÇO SOCIAL (MODELO IBASE)

	2012 Valor (Mil reais)			2011 Valor (Mil reais)		
1 - Base de Cálculo						
Receita Líquida (RL)		1.904.705			1.647.749	
Resultado operacional (RO)		249.476			176.996	
Folha de pagamento bruta (FPB)		82.836			84.725	
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	9.860	11,90%	0,52%	9.290	11,21%	0,61%
Encargos sociais compulsórios	19.062	23,01%	1,00%	22.750	26,85%	1,50%
Previdência privada	5.573	6,73%	0,29%	5.572	6,58%	0,37%
Saúde	13.385	16,16%	0,70%	13.383	15,80%	0,88%
Segurança e saúde no trabalho	55	0,07%	0,00%	179	0,21%	0,01%
Educação	193	0,23%	0,01%	216	0,26%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	904	1,09%	0,05%	869	1,03%	0,06%
Creches ou auxílio-creche	195	0,24%	0,01%	157	0,19%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	9.133	10,78%	0,60%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	609	0,74%	0,03%	559	0,66%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	49.836	60,16%	2,62%	62.109	73,31%	4,09%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	336	0,13%	0,02%	214	0,16%	0,01%
Cultura	368	0,15%	0,02%	300	0,22%	0,02%
Saúde e saneamento	29	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	90	0,04%	0,00%	77	0,06%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	2	0,00%	0,00%	156	0,12%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	825	0,33%	0,04%	747	0,56%	0,05%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.200.054	481,03%	63,00%	1.089.162	811,98%	71,75%
Total - Indicadores sociais externos	1.200.879	481,36%	63,05%	1.089.909	812,54%	71,80%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	7.970	3,19%	0,42%	7.223	5,38%	0,48%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	7.970	3,19%	0,42%	7.223	5,38%	0,48%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2012			2011	
Nº de empregados(as) ao final do período		957			987	
Nº de admissões durante o período		75			81	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		2.459			2.578	
Nº de estagiários(as)		53			95	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		422			489	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		228			223	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		11%			10%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (1)		213			238	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		3%			2%	
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		32			38	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2012			Meta 2013	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (2)		26,36			26,36	
Número total de acidentes de trabalho (3)		48			0	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivar a seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	52.990	3.167	2.941	-	-	-
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	96%	100%	75%	0%	0%	0%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		1.454.283			1.297.956	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		77% governo 6% colaboradores(as) 3% acionistas	7% terceiros 7% retido		79% governo 6% colaboradores(as) 3% acionistas	7% terceiros 5% retido
7 - Outras Informações						
(1) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.						
(2) Para este indicador não foi considerado o salário do Presidente pois apesar da remuneração ser paga pelo Brasil, a decisão sobre os valores é realizada em Portugal. Já os Conselheiros, não foram considerados por não comporem o headcount do Grupo.						
(3) Este número inclui os acidentes com e sem afastamento, envolvendo funcionários próprios e terceiros.						

Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. O grupo EDP no Brasil é signatário do pacto contra o trabalho escravo e infantil.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações não auditadas.

Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

16. AUDITORIA EXTERNA

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia firmou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, em dezembro de 2011, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras anuais, bem como a revisão de informações contábeis interdiárias. A Deloitte iniciou a prestação de serviços em março de 2012. Adicionalmente em 2012, foram prestados serviços não relacionados a auditoria, referentes a procedimentos previamente acordados para atendimento ao Órgão Regulador no valor de R\$ 0,07 milhões que ultrapassaram 5% do valor do contrato de prestação de serviços de auditoria.

conjunto com o Instituto EDP. Aos colaboradores da EDP Escelsa foram igualmente distribuídas 1000 mudas de árvores.

Estas iniciativas em conjunto com as demais ações correntes de gestão ambiental das operações, nomeadamente de manutenção das condicionantes das licenças de operação dos ativos da Companhia, compreendem gastos e investimentos de natureza ambiental da EDP Escelsa na ordem de R\$ 7,97 milhões.

14. RECONHECIMENTOS EXTERNOS

No decorrer do ano de 2012, a EDP Escelsa foi reconhecida em atividades que desenvolveu, atestando a qualidade de sua gestão empresarial. Destacam-se:

Pela quarta vez, a distribuidora recebeu a máxima distinção no Prêmio Qualidade Espírito Santo que avalia as práticas de gestão empresarial. A EDP Escelsa se destacou com a maior pontuação registrada em todas as edições do prêmio e recebeu o quarto troféu ouro. O Prêmio Qualidade Espírito Santo reconheceu a EDP Escelsa como uma das empresas que alcançaram níveis de excelência de gestão e confirmou a satisfação de mais de 83,3% dos clientes, como mostrou pesquisa da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

A EDP Escelsa renovou o selo "Empresa Amiga da Criança 2012", promovido pela Fundação Abrinq.

A EDP Escelsa manteve certificados os processos: tratamento das reclamações (ISO 9001:2008); coleta de dados e de apuração dos indicadores de continuidade coletivos e individuais (ISO 9001:2008); elaboração, execução, medição e verificação do Programa de Eficiência Energética (ISO 9001:2008); e o processo de Manutenção dos Ativos das Subestações de Goiabeiras e Manguinhos (ISO 14.001).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011	(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO				PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	85.502	105.726	Fornecedores	15	306.320	226.598
Consumidores e concessionárias	5	437.189	338.851	Impostos e contribuições sociais	6	119.901	104.927
Impostos e contribuições sociais	6	77.622	72.367	Dividendos	22.2	38.099	38.066
Estoques		15.288	14.239	Debêntures	16	83.189	83.098
Cauções e depósitos vinculados	9	135	4	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	66.216	62.888
Despesas pagas antecipadamente		87	877	Benefícios pós-emprego	18	19.269	11.598
Outros créditos	10	102.534	56.008	Obrigações estimadas com pessoal	19	18.913	18.440
		718.357	588.072	Encargos regulamentares e setoriais	20	91.196	113.780
				Provisões	21	1.337	3.681
				Outras contas a pagar	10	80.508	26.450
						824.948	689.526
Não circulante				Não circulante			
Ativo financeiro indenizável	11	451.444	274.735	Impostos e contribuições sociais	6	30.098	34.533
Consumidores e concessionárias	5	8.931	10.714	Debêntures	16	83.305	166.494
Impostos e contribuições sociais	6	8.942	8.722	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	490.121	390.964
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	247.111	226.836	Benefícios pós-emprego	18	340.582	177.179
Partes relacionadas	8	777	20	Partes relacionadas	8	3.044	820
Cauções e depósitos vinculados	9	99.392	103.569	Encargos regulamentares e setoriais	20	7.727	5.359
Outros créditos	10	7.286	1.145	Provisões	21	50.131	34.923
		823.883	625.741	Outras contas a pagar	10	446	762
						1.005.454	811.034
Propriedades para investimentos	12	1.074	1.133	Patrimônio líquido			
Imobilizado	13	85	273	Capital social	22.1	376.022	376.022
Intangível	14	918.124	994.121	Reservas de capital	22.3	101.035	101.035
		919.283	995.527	Reservas de lucros	22.3	154.064	231.723
						631.121	708.780
Total do ativo		2.461.523	2.209.340	Total do passivo e patrimônio líquido		2.461.523	2.209.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	376.022	101.035	333.026	-	-	810.083
Dividendo adicional aprovado - AGO de 05/04/2011			(103.319)			(103.319)
Lucro líquido do exercício					103.976	103.976
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			5.199		(5.199)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(44.783)	(44.783)
Dividendo adicional proposto			51.781		(51.781)	-
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE			2.213		(2.213)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(86.631)	(86.631)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos				29.454	29.454	
Transferência para reserva de lucros			(57.177)	57.177	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	376.022	101.035	231.723	-	-	708.780
Reversão de reserva de lucros - AGO de 19/12/2012			(30.000)			(30.000)
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2012			(51.781)			(51.781)
Lucro líquido do exercício					156.952	156.952
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			7.848		(7.848)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(44.821)	(44.821)
Reserva de retenção de lucros			102.383		(102.383)	-
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE			1.900		(1.900)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(163.650)	(163.650)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos				55.641	55.641	
Transferência para reserva de lucros			(108.009)	108.009	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	376.022	101.035	154.064	-	-	631.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
		Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	211.999	134.136
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	19.870	17.565
Ativo financeiro indenizável - baixa	8.214	3.974
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(77.905)	
Depreciações e amortizações	98.131	96.546
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	10.095	8.554
Fornecedores - atualização monetária - energia livre	2.504	3.069
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	52.607	64.700
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	26.622	17.182
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	26.791	11.283
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária	7	
Ajuste a valor presente	(352)	1.184
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	12.835	12.869
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(4.163)	(1.743)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	2.597	(11.320)
Outros	(1.087)	(315)
	388.765	357.684
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	(116.073)	(26.980)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	2.065	58.541
Estoques	38	(3.602)
Cauções e depósitos vinculados	8.209	(6.505)
Despesas pagas antecipadamente	790	(71)
Outros ativos operacionais	(13.999)	8.199
	(118.970)	29.582
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	77.218	25.651
Outros tributos e contribuições sociais	2.878	(4.438)
Benefícios pós-emprego	(19.198)	(11.761)
Obrigações estimadas com pessoal	473	2.707
Encargos regulamentares e setoriais	(10.952)	415
Provisões	(13.934)	(3.968)
Devolução ao consumidor - PIS e COFINS COSIT 27		(31.770)
Outros passivos operacionais	(728)	3.333
	35.757	(19.831)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	305.552	367.435
Imposto de renda e contribuição social pagos	(26.306)	(27.130)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	279.246	340.305
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Alienação (adição) ao investimento	59	161
Adições ao imobilizado e intangível	(136.990)	(129.665)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(136.931)	(129.504)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	1.467	711
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(119.846)	(140.299)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	148.916	73.663
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(152.638)	(138.466)
Encargos de dívidas líquido de derivativos	(40.438)	(56.723)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(162.539)	(261.114)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(20.224)	(50.313)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	85.502	105.726
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	105.726	156.039
	(20.224)	(50.313)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2012	2011
			Reclasificado
Receitas	23	1.904.705	1.647.749
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(951.007)	(734.608)
Encargos de uso da rede elétrica	24	(230.233)	(199.340)
		(1.181.240)	(933.948)
Custo de operação			
Pessoal		(71.035)	(69.262)
Materiais e serviços de terceiros		(104.411)	(94.049)
Depreciações e amortizações		(97.928)	(96.469)
Outros custos de operação	24	(1.578)	(15.204)
		(274.952)	(274.984)
Custo do serviço prestado a terceiros	24	(139.904)	(131.782)
Lucro bruto		308.609	307.035
Despesas e receitas operacionais			
Despesas com vendas		(21.526)	(18.097)
Despesas gerais e administrativas		(78.617)	(81.376)
Depreciações e amortizações		(203)	(77)
Outras despesas e receitas operacionais	24	41.213	(30.489)
		(59.133)	(130.039)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		249.476	176.996
Receitas financeiras		65.987	52.701
Despesas financeiras		(103.464)	(95.561)
Resultado financeiro	25	(37.477)	(42.860)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		211.999	134.136
Imposto de renda e contribuição social correntes		(19.681)	(18.586)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(35.366)	(11.574)
		(55.047)	(30.160)
Resultado líquido do exercício		156.952	103.976
Atribuível aos acionistas controladores		156.952	103.976
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores	27		
Resultado básico por ação (Reais/ação)			
ON		26,71063	17,69499
Resultado diluído por ação (Reais/ação)			
ON		26,71063	17,69499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
Lucro líquido do exercício	156.952	103.976
Outros Resultados Abrangentes		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	(163.650)	(86.631)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	55.641	29.454
Resultado abrangente do exercício	48.943	46.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
		Reclassificado
Geração do valor adicionado	3.129.740	2.704.258
Receita operacional	2.924.910	2.581.433
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(19.870)	(17.565)
Receita de construção	136.990	129.665
Outras receitas	87.710	10.725
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.640.739)	(1.351.965)
Custos da energia comprada	(1.043.386)	(808.107)
Encargos de uso da rede elétrica	(253.025)	(219.016)
Materiais	(10.019)	(9.803)
Serviços de terceiros	(140.200)	(127.252)
Custo com construção da infraestrutura	(136.990)	(129.665)
Outros custos operacionais	(57.119)	(58.122)
Valor adicionado bruto	1.489.001	1.352.293
Retenções		
Depreciações e amortizações	(100.705)	(107.038)
Valor adicionado líquido produzido	1.388.296	1.245.255
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	65.987	52.701
Valor adicionado total a distribuir	1.454.283	1.297.956
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	59.838	60.037
Benefícios	24.307	23.516
FGTS	9.664	5.286
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	450.988	413.806
Estaduais	641.916	584.807
Municipais	1.174	724
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	108.107	104.678
Aluguéis	1.337	1.126
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	44.821	44.783
	1.342.152	1.238.763
Lucros retidos	112.131	59.193
	1.454.283	1.297.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
Espirito Santo Centrais Elétricas S.A. (Companhia ou Escelsa), Sociedade Anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Vitória - ES, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 001/1995 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válidos até julho de 2025 e atua em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo (90% da área total do Estado), sendo que dentro dos 41.241 km² da área de concessão a Companhia atende a 94% dos consumidores do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As principais obrigações estipuladas no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato se for necessário para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica às tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

2 Base de preparação e Práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitido pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Consumidores e concessionárias (Nota 5)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a ser faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, que incluem:

- (i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;
- (ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado financeiro do exercício (Nota 25);
- (iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5.1); e
- (iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: residencial há mais de 90 dias, comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias.

Adicionalmente, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Ativo financeiro indenizável (Nota 11)

A Companhia reconhece um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo Valor Novo de Reposição - VNR, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

c) Estoques

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

d) Propriedades para Investimentos (Nota 12)

Os investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pelos quais se auferem uma renda, são avaliados ao custo de aquisição.

e) Imobilizado (Nota 13)

São registrados nesta rubrica apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. Contabilizados pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos.

f) Intangível (Nota 14)

O intangível compreende:

- Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.
- Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de

Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo com custo das respectivas obras.

g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

h) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

i) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j) Fornecedores (Nota 15)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

k) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures (Notas 16 e 17)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

As operações de *swap* foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado do exercício.

l) Provisões (Nota 21)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

m) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 26)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram calculados, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

Em 23 de março de 2010, a Companhia obteve, junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 26/10, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2010, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício de 2010. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de lucro, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

o) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão, aposentadoria e assistência médica. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18. Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600/09. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

p) Capital social (Nota 22.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

q) Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

r) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidas no Resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, quando aplicável, que são reconhecidas no Resultado.

s) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e Planos de benefícios pós-emprego.

t) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento
- Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado
- Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.

u) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

v) Contratos de concessão

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como o contrato de concessão da Companhia tem tais características, então esta interpretação é aplicável.

De acordo com a ICPC 01 (R1), a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Como a Companhia é remunerada (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado:

- Modelo do ativo financeiro
- Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual está registrado a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR.
- Modelo do ativo intangível
- Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários através da prestação de serviço. Reconhece-se, então, um ativo intangível.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

w) Modelo bifurcado
Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo intangível da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

w) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

x) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

y) Resultado por ação (Nota 27)

O Resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O Resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e o Resultado por ação diluído.

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidas anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013

CPC 33 - (R1) Benefícios a Empregados (IAS 19)

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos. Eliminação da utilização do "método do corredor" passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros resultados abrangentes, prática esta já utilizada pela Companhia desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010. Além do reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados, e a despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. Os impactos esperados são relacionados ao reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados como despesa quando da alteração do plano em substituição do diferimento contra o resultado. Os impactos estimados são de uma redução no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2012 de R\$27.833 e aumento na despesa de Pessoal do exercício de 2012 em R\$25.237, quando apresentado de forma comparativa com as demonstrações financeiras para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013. Em contrapartida, a amortização de custo do serviço passado no valor de R\$2.596 por ano que ocorreria, no prazo médio, por mais 10 exercícios não impactará mais a despesa.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11)

A revisão desse pronunciamento não altera a essência da versão original. Foram realizadas apenas algumas compatibilizações de texto no sentido de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS.

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

5 Consumidores e concessionárias

Circulante	Nota	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias
Consumidores			
Fornecimento faturado			
Residencial		51.153	54.590
Industrial		25.731	10.745
Comércio, serviços e outras atividades		38.784	18.347
Rural		11.710	8.704
Poder Público			
Federal		2.420	90
Estadual		3.944	123
Municipal		5.215	1.912
Iluminação pública		5.122	1.131
Serviço público		4.065	207
Fornecimento não faturado		99.604	
Parcelamentos de débitos		15.430	4.389
(-) Ajuste a valor presente	5.2	(344)	
Outros créditos	5.4	28.748	
		291.582	100.238
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica		8.680	
Energia de curto prazo	5.1	29.509	
Encargos de uso da rede elétrica		1.991	
Outros		6.184	
		46.364	-
Total Circulante		337.946	100.238
Não circulante			
Consumidores			
Fornecimento faturado			
Industrial		689	
Parcelamentos de débitos		14.882	
(-) Ajuste a valor presente	5.2	(4.071)	
		11.500	-
Total Não Circulante		11.500	-

5.1 Energia de Curto Prazo

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.

5.2 Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza,

ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12)

As principais mudanças são no sentido de dar clareza aos itens da Interpretação bem como renomeação de alguns subtítulos. Os parágrafos 28 a 30 que tratavam de Apresentação e divulgação foram excluídos da ICPC 01 e adicionados na ICPC 17, nos parágrafos 6 e 7. A revisão da ICPC 01 e a emissão da ICPC 17 contemplam as alterações feitas pelo próprio IASB, incluindo algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção das ICPCs é produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação da IFRIC 12 e da SIC 29. A revisão feita não trouxe alterações significativas.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que, os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

2.4 Reclassificações do exercício de 2011

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.4.1 Demonstração do resultado

Para fins de comparabilidade foi feita a seguinte reclassificação nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

Receita e Despesa de construção: De acordo com o CPC 17, o valor de R\$129.665 desta natureza antes registrado líquido em Gastos operacionais foi reclassificado para Receita de construção (Nota 23) e Custo com construção da infraestrutura (Nota 24).

2.4.2 Demonstração do valor adicionado

Nos valores apresentados em 31 de dezembro de 2011 os seguintes itens foram reclassificados:

(i) De acordo com o CPC 17 a receita e a despesa de construção, no valor de R\$129.665 antes registrado líquido em Gastos operacionais foi reclassificado para Receita de construção e Custo com construção da infraestrutura.

(ii) Reclassificação de R\$9.117 referente aos Juros capitalizados ao Imobilizado, anteriormente apresentado líquido em Remuneração de Capitais de Terceiros - Juros para Outras receitas em Geração ao valor adicionado.

(iii) Reclassificação dos Créditos de PIS e COFINS da rubrica de Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$96.966 (R\$73.499 referente a Custos da energia comprada, R\$19.676 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$305 referente a Materiais, R\$2.586 referente a Serviços de terceiros), de Outras Receitas no valor de (R\$6) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$10.492, para Distribuição do valor adicionado (R\$106.562 referente a Impostos Federais, (R\$10) referente aos Aluguéis) para adequação ao CPC 09 no valor de R\$106.552.

2.4.3 Demonstração do fluxo de caixa

Nos valores apresentados em 31 de dezembro de 2011 os seguintes itens foram reclassificados:

(i) Adição do efeito de R\$9.117 referente a capitalização de encargos antes apresentado em adições ao imobilizado e intangível, na atividade de investimento, e em encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures na atividade operacional, por não representar efetiva saída de caixa.

(ii) R\$9.025 refere-se aos encargos de P&D (MME e FNDCT) que foram reclassificados de Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária no ajuste do Lucro, para Encargos regulamentares e setoriais na variação dos passivos operacionais.

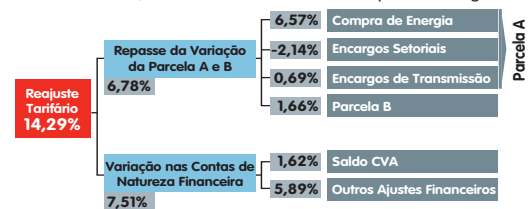
Evento do exercício

3.1 Reajuste Tarifário de 2012

Em 31 de Julho de 2012 a ANEEL, em reunião pública ocorrida nesta data, aprovou o reajuste tarifário anual médio de 14,29%, a ser aplicado às tarifas da Companhia, a partir de 7 de agosto de 2012, sendo 6,78% relativo ao reajuste tarifário anual econômico e 7,51% referente aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação relativa a períodos passados, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos será de 11,33%.

No processo de reajuste tarifário, a ANEEL considera a variação de custos que as empresas experimentaram no decorrer de doze meses anteriores. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis (Parcela B), sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X e custos não gerenciáveis (Parcela A), como energia comprada de geradoras, encargos de transmissão (transporte de energia), os encargos setoriais, como Conta de Consumo Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR) e taxa de fiscalização, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros ajustes financeiros. Na composição do reajuste aplicado em 2012 para a Companhia destacam-se os componentes da Parcela A, a Parcela B e os ajustes financeiros, conforme demonstrado no quadro a seguir:



* Correspondentes principalmente ao saldo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e aos demais itens financeiros previstos em regulamentação.

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	55.145	54.680
Aplicações financeiras - renda fixa	30.357	51.046
Total	85.502	105.726

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxas que variam entre 98,5% e 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.3.

Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
7.868	113.611	(7.868)	105.743	81.173
7.514	43.990	(4.661)	39.329	33.056
4.477	61.608	(1.984)	59.624	44.073
3.478	23.892	(257)	23.635	20.378
2	2.512	(2)	2.510	1.913
37	4.104	(26)	4.078	2.876
265	7.392	(47)	7.345	5.444
37	6.290	(1)	6.289	4.945
476	4.748		4.748	7.772
	99.604		99.604	84.450
30.428	50.247	(40.731)	9.516	6.728
	(344)		(344)	(302)
	28.748		28.748	28.592
54.582	446.402	(55.577)	390.825	321.098
	8.680		8.680	9.217
	29.509		29.509	6.819
	1.991		1.991	1.717
	6.184		6.184	
-	46.364	-	46.364	17.753
54.582	492.766	(55.577)	437.189	338.851
	689	(689)		
	14.882	(1.880)	13.002	15.179
	(4.071)		(4.071)	(4.465)
-	11.500	(2.569)	8.931	10.714
-	11.500	(2.569)	8.931	10.714

o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2012 correspondia a 15,07% a.a. (15,07% a.a. em 31 de dezembro de 2011), afetando positivamente o resultado do exercício em R\$352 (negativamente em R\$1.184 em 2011).

5.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão é constituída conforme Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/11, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu as minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883/12, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012 e para o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos através do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

b) Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro. Os contratos de compra de energia elétrica são reajustados anualmente, sendo os de leilão reajustados pelo índice do IPCA e os contratos bilaterais pelo IGP-M.

Os avais recebidos do acionista estão descritos na nota 29.2.

8.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é a controladora.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria

(i) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 80%

Remuneração Variável: 20%

8.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	2 (*)	6 (**)	8
Remuneração fixa (em R\$)	68.064	2.350.203	2.418.267
Salário ou pró-labore	56.720	1.795.560	1.852.280
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	76.169	76.169
Encargos sociais	11.344	478.474	489.818
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	599.499	599.499
Bônus	n/a	476.796	476.796
Encargos sociais	n/a	122.703	122.703
Valor Total da remuneração, por órgão	68.064	2.949.702	3.017.766

(n/a) = Não Aplicável

(*) Das 7 posições do Conselho de Administração, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é até R\$129.600,00, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, 6 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R\$2.639.097,25, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

8.3.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	2	6
Valor da maior remuneração individual	44.832	841.930
Valor da menor remuneração individual	23.232	273.200
Valor médio da remuneração individual	34.032	491.617

9 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Depósitos judiciais	6.1 e 21		99.277	103.228
Cauções e depósitos vinculados		135	4	341
Total		135	4	99.392

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados		354	268	
Modicidade tarifária - baixa renda		4.477	282	
Dispêndios a reembolsar		2.939	2.922	
Programa eficiência energética		428	428	987
Bens destinados à alienação	10.1	42.253		1.143
Serviços em curso	10.2	44.156	48.830	
Serviços prestados a terceiros		2.993	1.582	2
Desativações e alienações em curso		1.602	645	
Instrumentos financeiros derivativos			6.297	
Outros		3.332	1.051	2
Total		102.534	56.008	7.286

	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Juros capitalizados	Transferência para intangível em serviço	Transferência para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2012
Intangível em serviço								
Direito de concessão - Infraestrutura	907.315			153.507	(104.429)	(100.705)	(12.128)	843.560
Intangível em curso	86.806	136.990	4.643	(153.507)		(368)		74.564
Total Intangível	994.121	136.990	4.643	-	(104.429)	(100.705)	(12.496)	918.124

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo da concessão anualmente ou sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no Resultado.

A taxa média mensal aplicada no período para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 0,69%, que representa a taxa efetiva do empréstimo.

14.1 Ágio - Incorporação de sociedade controladora

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade da exploração da concessão pelo prazo de concessão da Companhia.

15 Fornecedores

	Circulante	
	Nota	31/12/2012
Suprimento de energia elétrica		153.341
Energia livre	15.1	31.983
Encargos de uso da rede elétrica		28.892
Operações CCEE		37.453
Materiais e serviços		54.651
Total		306.320

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Outras contas a pagar - Passivo				
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos		54.526	1.355	
Contribuição de iluminação pública		13.134	12.887	
Cretores diversos - consumidores		1.327	4.613	
Folha de pagamento		3.679	1.681	
Juros sobre empréstimo compulsório		358	358	
Arrecadação de terceiros a repassar			5.302	
Valores a pagar TVs a Cabo e Telefonia		2		
Outras		7.482	254	446
Total		80.508	26.450	446

10.1 Bens destinados à alienação

Do saldo de R\$42.253 em 31 de dezembro de 2012, R\$41.685 refere-se ao saldo a receber referente a venda de imóvel, de acordo com Instrumento de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis assinado pela Companhia, em 27 de novembro de 2012, com Campo Participações Imobiliárias S/A., tendo como objeto o compromisso de venda da proporção de 85.300 m² do imóvel com área total de 107.277,58 m² (Registrado no cartório de Registro de Imóveis da Serra/ES), localizado na Rodovia BR 101 Norte, nº 3.450, Planalto de Carapina, Município de Serra, Estado do Espírito Santo. Os valores propostos da venda excederam substancialmente o valor contábil dos respectivos ativos. O processo de desmbramento e desmobilização deve ser concluído em até 180 dias, após a assinatura do referido Instrumento, período previsto para efetivação da transferência do imóvel ao adquirente. O registro contábil do ganho da alienação desse imóvel no valor estimado de R\$50 milhões, ocorrerá no momento da transferência dos riscos e benefícios da propriedade ao comprador, conforme CPC 31.

10.2 Serviços em curso

O saldo de R\$44.156 em 31 de dezembro de 2012 (R\$48.830 em 31 de dezembro de 2011) é composto por gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), instituídos pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à P&D e nº 300/08, referente ao PEE, cuja realização se dará a débito do Passivo Circulante de Encargos regulamentares e setoriais quando do encerramento do projeto (Nota 20.2) no valor de R\$41.126 em 31 de dezembro de 2012 (R\$44.662 em 31 de dezembro de 2011) e de custos dos serviços prestados a terceiros e próprios, incluindo gastos com pessoal, material e serviços, na execução dos serviços prestados pela Companhia relacionados diretamente ao objeto da concessão e que são apurados e registrados por meio do sistema de Ordens em Curso no valor de R\$3.030 em 31 de dezembro de 2012 (R\$4.168 em 31 de dezembro de 2011).

11 Ativo financeiro indenizável

O saldo da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$451.444 (R\$274.735 em 31 de dezembro de 2011) no não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes ativos financeiros são avaliados com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão e que serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão.

A ANEEL emitiu em 7 de fevereiro de 2012, a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados.

Em virtude de o ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) ser omisso sobre o tratamento contábil dessa situação, a Administração exerceu seu julgamento na aplicação de uma política contábil que refletisse a essência econômica dessa alteração e representasse adequadamente a posição patrimonial, conforme requerido pelo CPC 23 (IAS 8), item 10.

Como resultado dessa análise, o acréscimo no saldo do ativo financeiro indenizável, no valor de R\$28.615, apurado em 1º de janeiro de 2012, foi registrado em contrapartida ao saldo do ativo intangível, para refletir a nova parcela que será recuperada diretamente do Poder Concedente no final da concessão. Como decorrência desse registro contábil ocorreu uma redução equivalente no saldo do ativo intangível para adequar a parcela que será recuperada através da prestação dos serviços outorgados (venda de energia). A implementação desta resolução, resultou num acréscimo da vida útil média dos ativos da Companhia de 20 para 22 anos.

A Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783/13, em seu artigo 8º, parágrafo 2º, determina que o cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, motivo pelo qual a Companhia efetuou o registro contábil em dezembro de 2012 do valor da diferença entre o VNR e o custo histórico corrigido no montante de R\$77.905 em contrapartida à redução da rubrica de Outras despesas e receitas operacionais (Nota 24).

A movimentação do exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2011	Transferências do intangível	Valor novo de reposição	Baixas	Reclas-sificação	Saldo em 31/12/2012
Ativo financeiro indenizável	274.735	104.429	77.905	(5.813)	188	451.444
	274.735	104.429	77.905	(5.813)	188	451.444

12 Propriedades para investimentos

O saldo de R\$1.074 em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.133 em 31 de dezembro de 2011), refere-se aos investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia. São avaliados ao custo de aquisição.

O valor justo destas propriedades, de acordo, com a avaliação emitida em dezembro de 2012 por empresa terceirizada especializada, é de R\$6.258 (R\$11.083 em 31 de dezembro de 2011).

13 Imobilizado

Refere-se aos ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão e o saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$85 (R\$273 em 31 de dezembro de 2011). No exercício houve a reclassificação de R\$188 para a rubrica de Ativo financeiro indenizável.

14 Intangível

	31/12/2012			31/12/2011		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de concessão						
-Infraestrutura						
Em serviço	1.899.407	(1.055.847)	843.560	1.884.182	(976.867)	907.315
Em curso	74.564		74.564	86.806		86.806
Atividades não vinculadas à concessão						
Ágio na incorporação de sociedade controladora	103.964		103.964	103.964		103.964
(-) Provisão para manutenção de dividendos	(103.964)		(103.964)	(103.964)		(103.964)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos	29.224		29.224	22.851		22.851
(-) Amortização acumulada do ágio	(29.224)		(29.224)	(22.851)		(22.851)
	1.973.971	(1.055.847)	918.124	1.970.988	(976.867)	994.121

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Transferência para intangível em serviço	Transferência para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2012
Intangível em serviço					
Direito de concessão - Infraestrutura	153.507	(104.429)	(100.705)	(12.128)	843.560
Intangível em curso	(153.507)		(368)		74.564
Total Intangível	-	(104.429)	(100.705)	(12.496)	918.124

15.1 Energia livre

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 387/09, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1/04.

Por meio do Despacho ANEEL nº 2.517/10, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal. Tal liquidação deveria ter ocorrido até 30 de setembro de 2010.

O pagamento por parte da Companhia, encontra-se suspenso, por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até que o pedido de liminar formulado nos autos do Mandado de Segurança 91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADDEE, seja apreciado pelo juízo da 15ª Vara Federal do Distrito Federal.

O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R\$2.504 (R\$3.069 em 2011) em contrapartida da despesa financeira (Nota 25).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16 Debêntures

16.1 Composição do saldo de debêntures

Agente Fiduciário	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012			31/12/2011		
									Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Banco Citibank S/A	25.000	10	250.000	02/07/2007	02/07/2007 a 02/07/2014	Alongamento da dívida. Pagamento das <i>Senior Notes</i> com vencimento em 15/07/2007	105,0% do CDI	Principal anual e juro semestral	83.325	83.350	166.675	83.325	166.675	250.000
Custos de emissão Total								Amortização mensal	(136)	(45)	(181)	(227)	(181)	(408)
									83.189	83.305	166.494	83.098	166.494	249.592

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 2 dias úteis contado da data do inadimplemento;

(ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros ((a) Dívida bruta em relação ao EBITDA e (b) EBITDA no período de apuração, acrescido de caixa no início do período de apuração, acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração, acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração, acrescida da porção da dívida vinculada durante o período de apuração, excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração, excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);

(iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;

(iv) falência formulada pela Emissora;

(v) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;

(vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

(vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica;

(viii) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que o valor unitário ou cumulativo ultrapasse

R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia no respectivo contrato; e

(ix) descumprimento pela Emissora da manutenção dos índices financeiros "a" e "b" do item "iii" nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, sendo que para "a" não superior a 3,5 e para "b" não inferior a 1.

16.2 Mutação das debêntures no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Paga-mentos provisivos de juros onados	Juros onados	Transfe-rências	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante	83.098	(83.325)	(18.440)	18.440	83.189	227	83.189
	83.098	(83.325)	(18.440)	18.440	83.189	227	83.189
Não circulante	166.494	-	-	-	(83.189)	-	83.305
	166.494	-	-	-	(83.189)	-	83.305

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants*, previstas no contrato de debêntures.

16.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante:

	Circulante	Não Circulante
2013		83.189
		83.189
2014		83.305
		83.305
Total		166.494

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

17.1 Composição do saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda estrangeira	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012				31/12/2011					
									Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
BEI - Banco Europeu de Investimento	EUR 45.000	17/02/2012	EUR 15.000	19/02/2012 a 17/02/2018	Ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição da Escelsa, para manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	Libor + 1,2750% a.a.	Principal no final do contrato e Juros semestral	443	-	-	40.065	40.508	-	-	-	-	
									443	-	-	40.065	40.508	-	-	-	-	
BNDES - BB/CALC (-) BNDES -CALC - Custos de transação	164.091 (205)	29/01/2009	148.201 (205)	17/02/2010 a 15/05/2017	Programas de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	312	24.693	88.172	113.177	388	21.933	96.882	119.203		
Eletrobrás Reluz - ECF 2481/05	1.230	30/09/2008	924	30/01/2012 a 30/12/2016	Programa Reluz Município de Viana/ES	5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal	200	602	802			201	802	1.003			
Eletrobrás Reluz - ECF 2488/05	261	12/07/2007	214	30/12/2008 a 30/11/2013	Programa Reluz Município de Alfredo Chaves/ES	5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal	40	40				43	40	83			
Eletrobrás Reluz - ECF 2500/05	380	12/07/2007	294	30/12/2008 a 30/11/2013	Programa Reluz Município de Santa Maria de Jetiba/ES	5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal	54	54				60	54	114			
Eletrobrás LPT - ECFS 031/04	30.968	21/05/2004	22.729	30/08/2006 a 30/07/2016	Programa Luz para Todos	5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal	2.338	6.040	8.378			2.338	8.379	10.717			
Eletrobrás LPT - ECFS 106/05	50.304	20/11/2005	37.114	30/05/2008 a 30/04/2018	Programa Luz para Todos	5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal	3.752	16.257	20.009			3.752	20.009	23.761			
Eletrobrás LPT - ECFS 181/07	75.764	25/06/2007	44.821	30/04/2010 a 30/04/2020	Programa Luz para Todos	5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal	4.529	28.685	33.214			4.293	31.484	35.777			
Eletrobrás LPT - ECFS 258/09	56.737	28/08/2009	17.021	30/01/2012 a 30/12/2021	Programa Luz para Todos	5% a.a. + 1,5% a.a. (tx.adm.)	Principal e juros mensal	1.702	13.617	15.319			1.702	15.319	17.021			
Banco do Brasil e Santander - Cédula de Crédito Bancário	40.400	9/02/2007	40.400	09/08/2007 a 10/02/2014	Capital de Giro	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	105% do CDI	Principal anual e Juros semestral	464	7.134	8.080	8.080	23.758	1.123	8.080	16.160	25.363	
Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial	135.000	24/06/2010	135.000	29/11/2010 a 29/05/2015	Capital de Giro	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	100% do CDI	Principal e juros em parcela única no final	1.919	30.295	7.000	110.500	149.714	1.226	20.597	7.000	117.500	146.323
Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial (-) Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial - Custos de Transação	45.000 (2.025)	27/05/2011	45.000 (2.025)	27/05/2011 a 9/05/2014	Capital de Giro		100% do CDI	Principal e juros em parcela única no final				45.000	45.000	3.088		45.000	48.088	
								Custo		(392)	(517)	(909)		(414)	(909)	(1.323)		
BNDES - Banco do Brasil	35.358	27/12/2007	33.160	15/07/2008 a 15/06/2014	Programa de investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	3,3% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	27	5.545	2.773	8.345	55	5.545	8.317	13.917		
BNDES - Banco Santander	35.358	27/12/2007	33.160	15/07/2008 a 15/06/2014	Programa de investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	3,3% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	27	5.545	2.773	8.345	55	5.545	8.317	13.917		
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	90.000	4/10/2012	90.000	04/10/2012 a 24/09/2014	Financiamento para comercialização de energia elétrica para a atividade agropecuária.		98,5% do CDI	Principal ao final do contrato e juros semestrais		1.327		90.000	91.327					
(-) Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário - Custos de Transação	(1.689)	4/10/2012	(1.689)	04/10/2012 a 24/09/2014				Amortização mensal do custo de transação		(842)	(637)	(1.479)						
									2.749	38.756	62.214	411.300	515.019	2.847	23.685	60.041	367.279	453.852

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012				31/12/2011					
									Encargos		Principal		Encargos		Principal			
									Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Proteção de VC e taxa de juros da dívida junto ao BEI	9/02/2012	19/02/2012 a 17/02/2018		Hedge frente ao financiamento do BEI.		93,40% do CDI	Juros semestral	810	810	810	810	810	810	810	810			
Total								4.002	4.002	38.756	62.214	451.365	556.337	2.847	23.685	60.041	367.279	453.852

A forma de realização das dívidas é ao custo e do resultado de Swap é ao mercado.

17.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

Circulante	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Custos de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2012
Empréstimos e Financiamentos	62.888	7.600	(69.313)	(21.998)	21.446	64.932	-	661	-	66.216
Total	62.888	7.600	(69.313)	(21.998)	21.446	64.932	-	661	-	66.216
Empréstimos e Financiamentos	390.964	141.316	-	-	16.779	(64.932)	(274)	-	6.268	490.121
Total	390.964	141.316	-	-	16.779	(64.932)	(274)	-	6.268	490.121

17.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de Moeda		Total
	Nacional	Estrangeira	
Circulante			
2013	64.963	1.253	66.216
Total	64.963	1.253	66.216
Não circulante			
2014	200.724		200.724
2015	171.300		171.300
2016	36.685		36.685
2017	20.260		20.260
2018	9.399	40.065	49.464
2019 até 2023	11.688		11.688
Total	450.056	40.065	490.121
Total	515.019	41.318	556.337

O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R\$34.382 (R\$30.644 em 2011), face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R\$27.961 (R\$27.092 em 2011), ocasionando assim um ganho atuarial de R\$6.421 (R\$3.572 em 2011) não registrados no Patrimônio líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superávit mencionado anteriormente.

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes dos planos:

	2012		2011	
	Plano I	Plano II	31/12/2012	31/12/2011
Participantes ativos	2	723	725	802
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos		15	15	11
Aposentados e pensionistas	719	214	933	941
Total	719	229	948	952
Total	721	952	1.673	1.754

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2012	
	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,10% a.a.	11,10% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

Econômicas	2011	
	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,63% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 2000	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

18 Benefícios pós-emprego

	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA	1.730	981	1.302	2.597
Assistência médica e seguro de vida	17.512	10.591	339.280	174.582
Previdência privada - EnerPrev	27	26		
Total	19.269	11.598	340.582	177.179

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas pelo CPC 33. Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos benefícios definidos, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

18.1.1 Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável

• Plano I - Escelsos estruturado na modalidade "Benefício Definido", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.

• Plano II - Escelsos estruturado na modalidade "Contribuição Variável", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

Esse plano tem a adesão de 661 colaboradores.

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano
Saldo inicial	(159.876)	258.427	(143.214)	239.072
Custo do serviço corrente	(394)		(113)	
Custo dos juros	(15.699)		(14.729)	
Rendimento esperado dos ativos		27.961		27.092
Ganhos/(perdas) atuariais	(26.995)	6.421	(13.304)	3.572
Contribuições pagas pela Companhia		210		175
Contribuições pagas pelos empregados	(206)	206	(172)	172
Benefícios pagos pelo plano	12.024	(12.024)	11.656	(11.656)
Saldo final	(191.146)	281.201	(159.876)	258.427

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da patrocinadora ou a reversão de valores no futuro.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A Companhia contribuiu no exercício com R\$2.882 (R\$2.778 em 2011).

Ajustes de experiência com ativos do plano	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
	(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(6.421)	(3.572)	(28.137)	(1.972)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	-2,28%	-1,38%	-11,77%	-0,99%	10,50%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	26.995	13.304	7.782	9.016	(8.448)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	14,12%	8,32%	5,43%	6,80%	-7,01%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(191.146)	(159.876)	(143.214)	(132.626)	(120.453)
Valor justo dos ativos	281.201	258.427	239.072	200.084	187.553
Situação do plano	90.055	98.551	95.858	67.458	67.100

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	31/12/2012		31/12/2011	
	Alocação %	Alocação %	Alocação %	Alocação %
Títulos de dívida		91,09%		90,80%
Ações		7,60%		7,76%
Imóveis		0,44%		0,50%
Outros		0,87%		0,94%
Total		100,00%		100,00%

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

Classe de ativo	2012		2011	
	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,22%	82,40%	10,84%
Ações	14,40%	16,27%	14,40%	16,31%
Imóveis	0,60%	10,01%	0,60%	10,77%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	100,00%	11,10%	100,00%	11,63%

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$650 (R\$460 em 31 de dezembro de 2011).

Esse plano tem a adesão de 243 colaboradores.

18.2 Auxílio incentivo à aposentadoria, Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado a seguir na movimentação do período do passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(188.751)	(188.751)	(96.725)	(96.725)
Custo do serviço corrente	(2.331)	(2.331)	(1.366)	(1.366)
Custo dos juros	(21.565)	(21.565)	(13.220)	(13.220)
Custo do serviço passado	(2.596)	(2.596)	(2.596)	(2.596)
Custo especial por término de benefício	(130)	(130)		
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(163.650)	(163.650)	(86.631)	(86.631)
Benefícios pagos diretamente pela Companhia	19.199	19.199	11.787	11.787
Saldo final reconhecido	(359.824)	(359.824)	(188.751)	(188.751)
Custo do serviço passado não reconhecido	(25.237)		(27.833)	
Valor presente das obrigações atuariais	(385.061)	(359.824)	(216.584)	(188.751)

A Companhia iria reconhecer como despesa linear no prazo médio de 10 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados, porém, de acordo com a Instrução CVM nº 695/12, que altera a versão do CPC 33 para (R1), os custos do serviço passados não reconhecidos até o exercício de 2012 serão reconhecidos integralmente no exercício de 2013.

A perda atuarial de R\$163.650 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente da revisão das premissas de inflação médica e a mudança na taxa de desconto nesta avaliação. Em 2011, houve perda atuarial de R\$86.631.

As contribuições esperadas da Companhia para estes benefícios para o exercício de 2013 são de R\$19.242.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2012 e 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	2.331	1.366
Custo dos juros	21.565	13.220
Custo do serviço passado	2.596	2.596
Custo especial por término de benefício	130	
Total	26.622	17.182

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2012 de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social é de R\$208.735 (R\$100.726 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2011).

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	163.650	86.631	33.765	25.182	(10.884)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	42,50%	40,00%	26,55%	33,56%	-19,64%

Situação do plano
 Valor presente das obrigações totalmente descobertas (385.061) (216.584) (127.154) (75.040) (55.428)
 Situação do plano (385.061) (216.584) (127.154) (75.040) (55.428)
 A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos			
	+1%	-1%		
Obrigação de Benefício definido	358.141	406.823		317.582
Custo do Serviço e Custo dos juros	25.358	28.657		22.677

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2012			
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	n/a	n/a	6,90% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	n/a	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2024	n/a	n/a
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1

	2011			
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	n/a	n/a	7,59% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023	n/a	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1

19 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	15.918	15.708
INSS e FGTS	2.995	2.732
Total	18.913	18.440

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas as provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

20 Encargos regulamentares e setoriais
 As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2011	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Baixas	Saldo em 31/12/2012
Quota de reserva global de reversão - RGR		11.351	28.415		(36.219)		3.547
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC		9.556	96.636		(101.145)		5.047
Conta de desenvolvimento energético - CDE		6.655	86.763		(86.188)		7.230
Encargos tarifários (ECE/EAEFE)	5.4	28.721	15				28.736
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	20.1	18.268	8.498	627	(4.717)	(1.359)	21.317
Programa de eficiência energética - PEE	20.1	43.613	8.479	329	(20.740)		31.681
Taxa de fiscalização - ANEEL		353	4.282		(4.272)		363
Outros encargos	20.2	622	5.087		(4.707)		1.002
Total		119.139	238.175	956	(237.248)	(22.099)	98.923
Circulante		113.780					91.196
Não circulante		5.359					7.727
		119.139					98.923

20.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE
 Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência Energética. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso (Nota 10.2), e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE.

20.2 Outros encargos
 A Lei nº 12.111/09, regulamentada pelos Ofícios circulares nº 965/10-SFF/ANEEL e nº 648/10-SAF/ANEEL, estabeleceu às concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de recolhimento adicional de 0,3% da Receita operacional líquida exigidas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012 utilizando-se do mesmo critério de constituição de passivo de P&D, para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional.

21 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	1.255	3.600	50.121	34.920
Licenças ambientais	82	81	10	3
Total	1.337	3.681	50.131	34.923

21.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas
 A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

21.1.1 Risco de perda provável
 A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo				
	Baixas	Atualizações	Reclassificação	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011	Depósito Judicial (Nota 9)	31/12/2012	31/12/2011		
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	29.973	14.469	(7.172)	(4.044)	6.028	39.254	21.230	20.501	
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	8.263	8.460	(5.040)	(1.643)	1.071	(3.601)	7.510	3.797	3.518
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	284	12			749	1.045	995		
Outros			2.312	(3.165)		819	3.601	3.567		
Total		38.520	25.253	(15.377)	(5.687)	8.667	51.376	26.022	24.019	
Circulante		3.600					1.255			
Não circulante		34.920					50.121			
Total		38.520					51.376			

21.1.1.1 Trabalhistas
 Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

21.1.1.2 Cíveis
 Do valor de R\$7.510 em 31 de dezembro de 2012 (R\$8.263 em 31 de dezembro de 2011), R\$2.644 em 31 de dezembro de 2012 (em 31 de dezembro de 2011 não existia saldo provisionado) referem-se, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário.

21.1.1.3 Fiscais
 A Companhia possui discussões judiciais relativas à exigência de ISSQN e IPTU avaliadas como perda provável, cuja provisão em 31 de dezembro de 2012 é de R\$321 (R\$284 em 31 de dezembro de 2011). Também discute multa aplicada pelo INSS com risco estimado em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$723 (em 31 de dezembro de 2011 não havia essa provisão). O processo encontra-se aguardando decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

21.1.1.4 Outros
 O saldo apresentado nesta rubrica inclui autos de infração editados pela ANEEL em processo de fiscalização que encontram-se em fase de recurso pela Companhia, no valor de R\$1.255.

21.1.2 Risco de perda possível
 Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Passivo		Ativo	
	Instâncias	31/12/2012	31/12/2011	Depósito Judicial (Nota 9) 31/12/2012 31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	71.689	53.131	4.401 4.367
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	46.774	49.140	881 790
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	140.016	100.753	983 1.208
Outros		101		
Total		258.580	203.024	6.265 6.365

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

21.1.2.1 Cíveis
 A Companhia é parte na ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Belo Horizonte, movida pela ADIC - Associação de Defesa de Interesses Coletivos, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). A Companhia aguarda o julgamento dos recursos interpostos pela defensoria pública da União pelo Ministério Público Federal contra a decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação. O valor estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$21.608 (R\$18.277 em 31 de dezembro de 2011).

21.1.2.2 Trabalhistas
 Dentre as diversas ações de reclamações trabalhistas destacam-se 28 processos, envolvendo diversos colaboradores, os quais questionam as alterações realizadas no plano de cargos e salários, entre os anos de 2002 e 2006. Em 26 destes processos, a matéria está em discussão no Tribunal Superior do Trabalho, havendo ainda expectativa de decisões judiciais favoráveis à Companhia. Em 2 processos, por questões processuais, houve trânsito em julgado, mas ainda não houve materialização da sentença. O montante estimado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$27.217 (R\$21.653 em 31 de dezembro de 2011).

21.1.2.3 Fiscais
 A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a descon sideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Escelsa; (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. O valor dessas notificações em 31 de dezembro de 2012 é de R\$7.401 (R\$9.205 em 31 de dezembro de 2011) e atualmente aguardam decisão administrativa.

Diversas Prefeituras - A Escelsa discute judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos em 31 de dezembro de 2012 totalizam o montante de R\$9.363 (R\$8.654 em 31 de dezembro de 2011) e aguardam decisão em primeira instância.

A Escelsa possui, ainda, discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/2002 (impostos sobre RTE), no valor de R\$102.670 em 31 de dezembro de 2012 (R\$78.209 em 31 de dezembro de 2011).

21.1.3 Risco de perda remota
 Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.559 (R\$5.787 em 31 de dezembro de 2011).

22 Patrimônio líquido
22.1 Capital social
 O capital social é de R\$376.022 em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e está representado por 5.876.012 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

22.2 Destinação do lucro
 As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado, o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior. Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 9 de abril de 2012, a destinação do lucro líquido com distribuição de dividendos no valor de R\$51.781 e JSCP no valor de R\$44.783 referentes ao exercício de 2011 ambos pagos em novembro de 2012, sem ajuste, ao acionista titular de ações ordinárias da Companhia na data-base da Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2012
Lucro líquido apurado no exercício	156.952
Lucro líquido ajustado	156.952
Constituição da reserva legal - 5%	(7.848)
	149.104

	31/12/2012
Destinação do lucro:	
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	1.900
Dividendos intermediários - JSCP	44.821
Reserva de lucros	102.383
Quantidade de ações	5.876.012
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	7.62779

Em 18 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$44.821, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

22.3 Reservas

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de capital			
Juros de obras em andamento		65.687	65.687
Ágio na incorporação de sociedade controladora		35.348	35.348
		101.035	101.035

Reservas de lucros

Legal	69.547	61.699	
Retenção de lucros	284.980	212.597	
Dividendo adicional proposto		51.781	
Outras reservas de lucros	22.3.2	(208.735)	(100.726)
Incentivos fiscais		8.272	6.372
		154.064	231.723
		255.099	332.758

22.3.1 Juros de obras em andamento
 Essas reservas de capital foram constituídas basicamente por despesa de remuneração das imobilizações em curso, decorrentes da contabilização da remuneração da parcela de capital próprio incorporado ao custo do ativo imobilizado em curso com amparo na regulamentação e Plano de contas contábil setorial vigente e principalmente através da Portaria DNAEE nº 250/85, tendo sido registrada em contrapartida às reservas de capital no Patrimônio Líquido.

22.3.2 Outros resultados abrangentes
 Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em		Provisão Transferência para		Saldo em
	31/12/2011	Ganhos	Perdas	IRPJ/CSLL reserva de lucro	
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	-	9 (163.659)	55.641	108.009	-
	-	9 (163.659)	55.641	108.009	-

22.3.3 Reserva de retenção de lucros
 A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias. Em 19 de dezembro de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de parcela de lucros retidos no valor de R\$30.000, pagos integralmente no dia 20 de dezembro de 2012.

22.3.4 Reserva de incentivos fiscais
 A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor Dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
23 Receitas						
Fornecimento (**)						Reclassificado
Residencial	1.035.279	996.704	1.962.700	1.866.962	731.579	635.202
Industrial	11.499	11.429	1.111.320	1.095.160	328.034	295.410
Comercial	113.492	111.333	1.302.270	1.197.163	457.177	388.262
Rural	160.592	155.484	622.968	582.139	130.855	114.206
Poder público	9.857	9.732	244.774	223.985	97.091	81.013
Iluminação pública	389	369	234.620	224.250	42.778	37.893
Serviço público	1.133	1.093	177.289	168.016	42.943	38.721
Consumo próprio	172	169	8.598	8.555		
(-) Transferência para TUSD - clientes cativos					(1.018.441)	(887.840)
Fornecimento não faturado					16.841	7.190
	1.332.413	1.286.313	5.664.539	5.366.230	828.857	710.057
Suprimento de energia elétrica	1	1	509.449	450.398	59.920	54.686
Energia de curto prazo			290.321	528.959	56.025	16.646
	1	1	799.770	979.357	115.945	71.332
Total Fornecimento e suprimento	1.332.414	1.286.314	6.464.309	6.345.587	944.802	781.389
Disponibilização do Sistema de Distribuição (**)	67	47	3.955.871	4.001.396	1.302.003	1.162.198
TUSD - outros	67	47	3.955.871	4.001.396	285.249	275.348
TUSD - clientes cativos					1.018.441	887.840
TUSD - não faturado					(1.687)	(990)
Receita de construção					136.990	129.665
Outras receitas operacionais					37.375	54.003
Subtotal	1.332.481	1.286.361	10.420.180	10.346.983	2.421.170	2.127.255
(-) Deduções à receita operacional						
P&D					(16.977)	(15.012)
Outros encargos					(19.512)	(17.214)
CCC					(96.636)	(104.894)
CDE					(86.763)	(79.858)
RGR					(28.415)	(23.848)
PIS/COFINS					(267.255)	(237.847)
ICMS					(733)	(676)
ISS					(174)	(157)
Subtotal	-	-	-	-	(516.465)	(479.506)
Receita	1.332.481	1.286.361	10.420.180	10.346.983	1.904.705	1.647.749

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

(**) As receitas de fornecimento e disponibilização de sistema de distribuição (TUSD) estão apresentadas líquidas de ICMS.

	2012					2011
	Custo do serviço		Despesas Operacionais			
	Com energia elétrica	De operação	Pres-tado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras
24 Gastos operacionais						
						Reclassificado
Não gerenciáveis						
Moeda estrangeira - Itaipu	163.932					163.932
Moeda nacional	787.075					787.075
Encargos de uso da rede elétrica	230.233					230.233
Taxa de fiscalização						4.282
	1.181.240	-	-	-	-	4.282
Gerenciáveis						1.185.522
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	71.035	87		31.400		102.522
Material	8.084	567		1.085		9.736
Serviços de terceiros	96.327	2.260		38.433		137.020
Amortização	97.928			203		98.131
Provisão p/créd.liq. duvidosa/perdas líquidas			19.870			19.870
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					19.542	19.542
Aluguéis e arrendamentos		15		1.313		1.328
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					11.781	11.781
Valor justo do ativo financeiro indenizável					(77.905)	(77.905)
Custo com construção da infraestrutura		136.990				136.990
Outras	1.563		1.656	6.386	1.087	10.692
	- 274.952	139.904	21.526	78.820	(45.495)	469.707
Total	1.181.240	274.952	139.904	21.526	78.820	(41.213)
						1.655.229
						1.470.753

	Nota	2012		2011	
				Reclassificado	
25 Resultado financeiro					
Receitas financeiras					
Renda de aplicações financeiras			3.417		8.000
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida			35.968		31.213
Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>			4.588		
Atualização monetária depósitos judiciais			118		(5.738)
Atualização monetária depósitos judiciais - REFIS			4.045		7.481
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis			14.035		5.722
Marcação a mercado - MTM			274		
Descontos obtidos			663		600
Ajustes a valor presente			352		
Outras receitas financeiras			2.527		5.423
			65.987		52.701
Despesas financeiras					
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada			(1.680)		(94)
Encargos de dívidas			(56.213)		(74.732)
Variações monetárias moeda nacional			(34)		(26)
Variações monetárias moeda estrangeira			(6.285)		(5.498)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			(7.249)		(3.896)
SELIC - Energia Livre	15,1		(2.504)		(3.069)
Atualizações monetárias - REFIS	6		(2.597)		11.320
Ajustes a valor presente					(1.184)
Benefícios pós-emprego			(21.775)		(13.353)
(-) Juros capitalizados			4.643		9.117
Outras despesas financeiras			(9.770)		(14.146)
			(103.464)		(95.561)
Total			(37.477)		(42.860)

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011
26 Imposto de renda e contribuição social				
Lucro antes do IRPJ e CSLL	211.999	134.136	211.999	134.136
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(53.000)	(33.534)	(19.080)	(12.072)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(171)	(105)	(61)	(38)
Perdas indedutíveis	(482)	(6.526)	(173)	(2.349)
Multas indedutíveis	(2)	(6)	(1)	(2)
Despesas indedutíveis	(181)	(143)	(65)	(52)
Gratificações a administradores	(221)	(143)	(79)	(51)
Pesquisa e desenvolvimento		257		92
Programa REFIS		4.582		1.649
Juros sobre o capital próprio	11.205	11.196	4.034	4.030
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	283	192	72	86
Adicional IRPJ	24	24		
Programa de alimentação do trabalhador	403	158		
Incentivo cultural e artístico	368	337		
Doações a atividades de caráter desportivo	90			
Doações aos Fds direitos da criança e do adolescente	90			
SUDENE	1.900	2.258		
Despesa de IRPJ e CSLL	(39.694)	(21.453)	(15.353)	(8.707)
Alíquota efetiva	18,72%	15,99%	7,24%	6,49%

27 Resultado por ação
 O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.
 No exercício de 2012, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	156.952	103.976
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	5.876	5.876
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	26,71063	17,69499

28 Instrumentos financeiros
 Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.
28.1 Considerações gerais
 A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.
 A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

28.2 Valor justo
 Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos. Para apuração do valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.
 As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo, exceto para determinados empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que neste caso, o valor contábil pode diferir do seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	85.502	105.726	85.502	105.726
Consumidores e concessionárias	437.189	338.851	437.189	338.851
Cauções e depósitos vinculados	135	4	135	4
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável	451.444	274.735	451.444	274.735
Consumidores e concessionárias	8.931	10.714	8.931	10.714
Partes relacionadas	777	20	777	20
Cauções e depósitos vinculados	115	341	115	341
Outros créditos - Derivativos	6.297		6.297	
	990.390	730.391	990.390	730.391

Passivos financeiros
Circulante
 Fornecedores 306.320 226.598 306.320 226.598
 Debêntures 83.189 83.098 83.189 83.098
 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas 66.172 59.688 66.216 62.888
Não circulante
 Debêntures 83.305 166.494 83.305 166.494
 Empréstimos e financiamentos 489.796 371.068 490.121 390.964
 Partes relacionadas 3.044 820 3.044 820
Total **1.031.826** **907.766** **1.032.195** **930.862**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.
 Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.
 A Companhia reconhece na rubrica Ativo financeiro indenizável um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.
 Para Consumidores e concessionárias, o cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital regulamentada pela ANEEL, aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é evidenciado no resultado financeiro da Companhia.
 O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados é apresentado pelo seu valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos decorrente de operações de participação em leilão de energia.
 Os Derivativos são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. Estão mensurados pelo seu valor justo através de políticas adotadas pela Administração da Companhia para mitigar riscos de exposição de taxas e câmbios. Sua evidênciação está descrita na nota 28.6 - Instrumentos Financeiros derivativos.
 O saldo de Fornecedores é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.
 As Debêntures, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.
 Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem nenhum tipo de acréscimo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2012				31/12/2011				
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa		85.502			85.502		105.726		105.726
Ativo financeiro indenizável				451.444	451.444	274.735			274.735
Consumidores e concessionárias	446.120				446.120	349.565			349.565
Cauções e depósitos vinculados			250		250			345	345
Partes relacionadas	777				777	20			20
Outros Créditos - Derivativos		6.297			6.297				
	446.897	91.799	250	451.444	990.390	624.320	105.726	345	730.391

	31/12/2012	31/12/2011
Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado	Outros ao custo amortizado
Fornecedores	306.320	226.598
Debêntures	166.494	249.592
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	556.337	453.852
Partes relacionadas	3.044	820
	1.032.195	930.862

Em 2012, a Companhia reclassificou a rubrica Ativo financeiro indenizável da categoria empréstimos e recebíveis para a categoria disponível para venda. Este instrumento financeiro é o direito a indenização ao término da concessão (nota 11).

A mensuração foi realizada a partir do laudo de avaliação desses ativos emitido pelo Poder Concedente. Dessa forma o ativo passou a ser medido pelo valor justo, anteriormente avaliado pelo custo amortizado.

As principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente e de seus respectivos preços de reposição ao término da concessão.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
 (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
 (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo			
	31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	Mercados similares Nível 3
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	85.502	55.145	30.357	
Ativo financeiro indenizável	451.444			451.444
Outros Créditos - Derivativos	6.297		6.297	
	543.243	55.145	36.654	451.444

Operação	Risco	Aging cenário provável			Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos					
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.149			2.149	537	1.075	(537)	(1.075)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(37.964)	(21.899)		(59.863)	(14.966)	(29.932)	14.966	29.932
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(2.816)	(11.019)	(222)	(14.057)	(3.514)	(7.029)	3.514	7.029
		(38.631)	(32.918)	(222)	(71.771)	(17.943)	(35.886)	17.943	35.886
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(7.279)	(9.400)	(84)	(16.763)	(4.191)	(8.382)	4.191	8.382
		(7.279)	(9.400)	(84)	(16.763)	(4.191)	(8.382)	4.191	8.382
Instrumentos financeiros passivos	Dólar					(12.534)	(25.068)	12.534	25.068
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar					12.534	25.068	(12.534)	(25.068)
		-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros passivos	Libor - 6M	(884)	(12.640)	(324)	(13.848)	(2.866)	(5.732)	2.866	5.732
Instrumentos financeiros derivativos	Libor - 6M	884	12.640	324	13.848	2.866	5.732	(2.866)	(5.732)
		-	-	-	-	-	-	-	-

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Libor e Dólar estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00%; TJLP entre 5,00% e 5,50%; Libor 6M entre 0,55% e 4,55%; e Dólar entre 1,81 e 1,85.

28.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Consumidores e concessionárias (Nota 5) e Ativo financeiro indenizável (Nota 11). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Para Ativo financeiro indenizável, o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição.

28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. As regras para composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos da Companhia. Pode-se levar em face a composição de 11,5% de estimativas de não realização dos créditos conforme nota 5.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa a Companhia realiza métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras.

28.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto à praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 16 e 17, possuem como contraparte o BEI, BNDES, a Eletrobrás, o Banco do Brasil, o Banco Santander e o Citibank. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui risco de mercado associado à TJLP, ao CDI, ao Dólar e à Libor.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas, especificamente - para a Companhia - Dólar e Euro, são considerados favoráveis.

Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial a operações com moedas estrangeiras, onde em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. A Companhia possui derivativos com efeito de *hedge* e *swaps* para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

28.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

28.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os ganhos e perdas resultantes das oscilações durante o exercício contidas nos derivativos da Companhia foram registradas no resultado.

O valor justo dos derivativos da Companhia é calculado internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa.

	31/12/2012
	Swaps
Ponta ativa	
Libor + 1,275% a.a.	40.368
	40.368
Ponta passiva	
93,40% do CDI	34.881
	34.881
Total	5.487

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pela Companhia no exercício são:

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos		Resultado Financeiro
		31/12/2012
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais		4.588
Total		4.588

O vencimento líquido dos derivativos segue demonstrado no quadro.

	Derivativos líquido
Após 2014	5.487
Receber	5.487

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício, assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Descrição	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nocional USD	Nocional R\$	Valor Justo	Efeitos no Resultado
					31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Swap								
Ativo	Banco Goldman Sachs	09/02/2012	20/02/2018	Libor 6M + 1,275 % a.a.	19.740	34.071	40.368	4.588
Passivo				93,40% do CDI			34.881	
					19.740	34.071	5.487	4.588

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos e outros passivos de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2012					
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	16 e 17	722.831	149.405	492.014	76.497	4.915
Responsabilidades com locações operacionais		20.139	11.237	8.902		
Obrigações de compra		12.299.157	1.315.428	3.008.083	2.360.646	5.615.000
Licenças ambientais	21	92	83	9		

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As dívidas financeiras de curto e longo prazo incluem juros vincendos correspondentes aos saldos de empréstimos, debêntures e respectivos juros vincendos, contraído junto a entidades bancárias, empréstimos por obrigações não conversíveis, papel comercial e outros empréstimos. Os juros vincendos foram calculados considerando a taxa de juros em vigor em 31 de dezembro de 2012.

29.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida

	31/12/2012	31/12/2011
	Valor	Valor
Aval de acionista	91.170	30.165
Depósito Cauçionado	250	345
Fiança Bancária	172.101	119.064
Garantias em recebíveis	146.778	134.891
Notas Promissórias	77.816	80.839

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

Depósito Cauçionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia para participação nos Leilões de energia da ANEEL.

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo das garantias com fianças bancárias refere-se: (i) R\$25.941 de ações judiciais; (ii) R\$103.230 de ações tributárias; (iii) R\$4.155 de contratos de compra e venda de energia; (iv) R\$38.775 de contratos de empréstimos e financiamentos.

Garantias em recebíveis: o artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo, com prazo médio de vencimento superior a cinco anos, destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Em 31 de dezembro de 2012, do saldo dado como garantia em recebíveis, R\$63.571 refere-se aos contratos de compra e venda de energia, R\$13.769 aos contratos de uso dos sistemas de Distribuição e Transmissão e R\$69.438 aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Notas Promissórias: é uma promessa de pagamento pela qual o emitente se compromete diretamente com o beneficiário a pagar-lhe certa quantia em dinheiro. O saldo de Notas Promissórias, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes Presidente	Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Vice-Presidente Agostinho Gonçalves Barreira Conselheiro	Luiz Otávio Assis Henriques Conselheiro Miguel Dias Amaro Conselheiro	Dante Segundo Pancini Pola Conselheiro Edson Wilson Bernardes França Conselheiro
--	---	--	---

DIRETORIA

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Diretor-Presidente	Agostinho Gonçalves Barreira Diretor Vice-Presidente Executivo Fernando Saliba Diretor Técnico e de Ambiente	Michel Nunes Itkes Diretor Comercial Carlos Yoshio Motoki Diretor Administrativo e de Sustentabilidade	Carlos Emanuel Baptista Andrade Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Donato Silva Filho Diretor de Regulação
Carlos Sérgio Salgueira Martins Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade		Elisa Saeko Ishizaka Turci Gestora Operacional de Contabilidade Geral Técnica - CRC 1SP137209/O-8 "S" ES	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa

Vitória - ES

Examinamos as demonstrações financeiras da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

30 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou a capitalização de encargos de dívidas ao intangível no valor de R\$4.643, atividade esta que não envolveu movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa.

31 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2012
Subestações	446.252
Prédios e conteúdos (próprios)	40.182
Prédios e conteúdos (terceiros)	4.865
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	91.170
A controladora EDP - Energias do Brasil, detém a controlada Escelsa como cossegurada em sua apólice de seguro de Responsabilidade civil.	

32 Eventos subsequentes

32.1 Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12).

O ano de 2012 foi marcado por significativas alterações nas regulamentações aplicadas ao setor de energia elétrica, entre elas, a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, na qual o governo federal apresentou medidas para reduzir a conta de energia elétrica, a partir de janeiro de 2013. A redução média prevista para todo o Brasil era de 20,2%, decorrente da atuação do governo em duas frentes: Renovação das Concessões (13%) e Encargos Setoriais (7%).

A Medida Provisória nº 579/2012 que resultou na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, estabeleceu que as concessionárias de geração e transmissão, licitadas antes de 13 de fevereiro de 1995 (art. 19 da Lei nº 9.074/1995) e que tiverem seus contratos vencendo entre 2013 e 2017, poderão prorrogar antecipadamente as suas concessões. As concessões de geração alcançadas pela Lei deverão disponibilizar sua garantia física de energia para o regime de cotas a ser distribuído proporcionalmente ao mercado de cada distribuidora, impactando a contratação de energia. Por sua vez, as concessionárias de transmissão, atingidas pela MP 579/12, terão considerados em sua tarifa, somente os custos de operação e manutenção, encargos e tributos, já que os ativos vinculados à prestação do serviço estarão totalmente amortizados.

No que se refere aos Encargos Setoriais, as cotas da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Reserva Global de Reversão - RGR deixará de ser cobrada dos consumidores e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE será inicialmente reduzida em 75% de seu valor atual.

O Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013 estabeleceu uma maior abrangência para a aplicação dos recursos da CDE, os quais poderão ser utilizados para subsidiar os descontos tarifários previstos em lei, como a tarifa social baixa renda, rural, água, esgoto e saneamento, irrigantes, entre outros. Desse modo, a diferença auferida de receita, devido aos descontos concedidos, não será mais ressarcida por meio das tarifas dos demais consumidores.

Em 24 de janeiro de 2013 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, específica para o ajuste dos custos de energia, custos de transmissão e encargos setoriais, de todas as distribuidoras de energia. Assim, simultaneamente serão reduzidos os custos não gerenciáveis e as tarifas de fornecimento, não havendo impactos na margem das distribuidoras. Estes efeitos serão percebidos pelos consumidores a partir do final de janeiro de 2013. As principais alterações que permitiram a redução da conta foram:

- i) Alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessões renovadas;
- ii) Redução dos custos de transmissão;
- iii) Redução dos encargos setoriais; e
- iv) Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional.

32.2 Captação de Empréstimos

Em 15 de fevereiro de 2013, a Companhia assinou junto ao Banco do Brasil, contrato de empréstimo nas modalidades de Crédito Rural e Agronegócio, no valor de R\$34.000 cada, totalizando R\$68.000. Sobre os valores contratados, há incidência de juros de 98,50% do CDI e de 105,50% do CDI, respectivamente, com principal e juros a vencer em única parcela em fevereiro de 2015.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian

Contadora

CRC nº 1 SP 121517/O-3 S/ES





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
			Reclas-sificado		Reclas-sificado
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	16.916	80.349	44.195	108.216
Concessionárias	5	24.225	20.724	35.571	30.548
Impostos e contribuições sociais	6	13.130	24.254	13.794	25.111
Dividendos a receber	8	11.737	10.403		792
Estoques		3.824	238	5.441	611
Cauções e depósitos vinculados	10	4.912		5.388	
Despesas pagas antecipadamente		11	395	13	603
Outros créditos	11	3.338	5.989	3.578	6.495
		78.093	142.352	107.980	172.376
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	7.697	6.437	7.697	6.437
Partes relacionadas	9	834	2.680	5	1.857
Cauções e depósitos vinculados	10	2.410	3.840	7.918	15.061
		10.941	12.957	15.620	23.355
Investimentos	12	197.904	190.896		
Imobilizado	13	457.980	409.213	703.101	654.953
Intangível	14	21.885	20.713	23.009	21.792
		677.769	620.822	726.110	676.745
Total do ativo		766.803	776.131	849.710	872.476

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
			Reclas-sificado		Reclas-sificado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	15	38.337	18.764	41.125	26.373
Impostos e contribuições sociais	6	20.530	17.855	22.061	20.067
Dividendos	8	23.169	47.048	23.169	47.048
Debêntures	16	1.713		1.713	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	12.908	50.594	19.301	59.129
Benefícios pós-emprego	18	132	102	133	102
Obrigações estimadas com pessoal	19	5.284	5.088	5.434	5.088
Encargos regulamentares e setoriais	20	2.498	3.905	3.057	4.599
Provisões	21	492	488	1.208	1.110
Outras contas a pagar	11	405	404	445	407
		105.468	144.248	117.646	163.923
Não circulante					
Debêntures	16	119.459		119.459	
Empréstimos e financiamentos	17	30.255	42.358	88.185	106.420
Benefícios pós-emprego	18	4.981	2.272	4.981	2.272
Partes relacionadas	9	543	61.612	886	61.681
Encargos regulamentares e setoriais	20			276	250
Provisões	21	9.559	8.956	10.205	9.676
Outras contas a pagar	11	34	59	34	59
		164.831	115.257	224.026	180.358
Patrimônio líquido					
Capital social	22.1	263.436	263.436	263.436	263.436
Reservas de lucros	22.3.2	233.068	253.190	233.068	253.190
		496.504	516.626	496.504	516.626
Participações não controladores					
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		496.504	516.626	508.038	528.195
Total do passivo e patrimônio líquido		766.803	776.131	849.710	872.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
			Reclas-sificado		Reclas-sificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		115.257	113.207	125.986	128.686
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(297)	(13)	(138)	(23)
Ativo financeiro indenizável - baixa				585	
Depreciações e amortizações		10.564	7.023	17.470	16.308
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		4.541	1.690	7.723	3.200
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos		3.121			
Despesas pagas antecipadamente		465		689	240
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		11.420	8.722	16.541	16.670
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		(405)		(405)	
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		2.852	5.609	2.912	6.191
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		49	(28)	130	34
Participações societárias		(54.566)	(60.025)		
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária		702	574	849	901
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(60)		(648)	(1.332)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(288)		(356)	(29)
		93.355	76.759	170.753	171.431
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Concessionárias		(3.204)	(2.673)	(4.885)	(2.487)
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(9.171)	7.124	(9.669)	6.099
Estoques		(3.586)	(229)	(4.830)	(540)
Cauções e depósitos vinculados		(3.426)	(1.274)	2.399	1.030
Despesas pagas antecipadamente		(81)	24	(100)	(242)
Outros ativos operacionais		2.651	(128)	2.933	(187)
		(16.817)	2.844	(14.152)	3.673
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		19.573	6.468	14.752	3.559
Outros tributos e contribuições sociais		15.236	(5.174)	14.957	(3.508)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
			Reclas-sificado		Reclas-sificado
Resultados					
Receitas	23	191.041	143.274	282.827	257.835
Custo da produção e do serviço de energia elétrica					
Custo do serviço de energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(49.968)	(16.890)	(54.557)	(21.861)
Encargos de uso da rede elétrica		(9.417)	(7.969)	(12.989)	(11.990)
	24	(59.385)	(24.859)	(67.546)	(33.851)
Custo de operação					
Pessoal		(14.207)	(13.610)	(14.602)	(14.126)
Materiais e serviços de terceiros		(10.599)	(8.687)	(12.794)	(13.029)
Depreciações e amortizações		(8.699)	(6.936)	(15.555)	(16.134)
Outros custos de operação		(749)	(1.455)	(839)	(1.114)
	24	(34.254)	(30.688)	(43.790)	(44.403)
		(93.639)	(55.547)	(111.336)	(78.254)
Custo do serviço prestado a terceiros	24	(790)	(439)	(790)	(439)
Lucro bruto		96.612	87.288	170.701	179.142
Despesas e Receitas operacionais					
Despesas com vendas	24	(297)	(13)	(463)	(366)
Despesas gerais e administrativas		(14.985)	(16.422)	(18.966)	(24.185)
Depreciações e amortizações		(1.865)	(87)	(1.915)	(174)
Outras despesas e receitas operacionais	24	(7.401)	(10.556)	(9.596)	(12.247)
		(24.548)	(27.078)	(30.940)	(36.972)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
			Reclas-sificado		Reclas-sificado
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos					
Resultado das participações societárias	12	54.566	60.025	139.761	142.170
Receitas financeiras		5.988	5.624	8.930	11.963
Despesas financeiras		(17.361)	(12.652)	(22.705)	(25.447)
	25	(11.373)	(7.028)	(13.775)	(13.484)
Resultado financeiro		115.257	113.207	125.986	128.686
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(11.845)	(9.839)	(15.892)	(19.114)
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.1	551	780	551	1.500
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(11.294)	(9.059)	(15.341)	(17.614)
Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores					
Atribuível aos acionistas controladores		103.963	104.148	110.645	111.072
Atribuível aos acionistas não controladores				6.682	6.924
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores					
Resultado básico por ação (Reais/Ação)					
ON	27	0,10390	0,10409	0,10390	0,10409
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)					
ON	27	0,10390	0,10409	0,10390	0,10409

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2011	226.912	229.360			456.272	11.367	467.639
Aumento de capital - AGE de 10/10/2011	27.891	(27.891)			-		-
Redução de capital - AGE de 17/10/2011	(27.891)			(27.891)	(27.891)	(27.891)	(27.891)
Aumento de capital - AGE de 27/12/2011	36.524			36.524	36.524		36.524
Distribuição de Reserva de Retenção de Lucros		(23.700)		(23.700)	(23.700)	(23.700)	(23.700)
Lucro líquido do exercício				104.148	104.148	6.924	111.072
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal		5.207		(5.207)	-		-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		1.022		(1.022)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)				(27.468)	(27.468)	(6.722)	(34.190)
Dividendo adicional proposto		70.451		(70.451)			
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego			(1.907)	(1.907)	(1.907)	(1.907)	(1.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			648	648	648	648	648
Transferência para Reserva de lucros		(1.259)	1.259				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	263.436	253.190	-	- 516.626	11.569	528.195	
Dividendo adicional aprovado AGO 30/04/2012		(70.452)		(70.452)	(70.452)	(70.452)	(70.452)
Dividendo adicional aprovado - AGE de 08/11/2012		(25.000)		(25.000)	(25.000)	(25.000)	(25.000)
Lucro líquido do exercício				103.963	103.963	6.682	110.645
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal		5.198		(5.198)	-		-
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		106		(106)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)				(27.257)	(27.257)	(6.717)	(27.257)
Dividendos propostos				-	-	(6.717)	(6.717)
Dividendo adicional proposto		71.402		(71.402)			
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego			(2.086)	(2.086)	(2.086)	(2.086)	(2.086)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			710	710	710	710	710
Transferência para Reserva de lucros		(1.376)	1.376				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	263.436	233.068	-	- 496.504	11.534	508.038	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Energest S.A. (Companhia ou Energest ou Controladora), Sociedade Anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades, gerir ativos de geração de energia, produzir e consolar toda a informação de controle de gestão relevante, implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou no exterior.

Em 31 de julho de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da Castelo Energética S.A. - CESA, deliberou a Incorporação desta Companhia pela Energest, que assumiu a responsabilidade ativa e passiva, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. Em função disso a CESA foi extinta de pleno direito.

A controlada Evrecy Participações S.A. teve seu controle acionário transferido para a EDP Energias do Brasil, controladora do Grupo EDP, em 23 de dezembro de 2011 após anuência da SFF - Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessões

A Companhia e suas controladas, Pantanal Energética Ltda. (Pantanal), Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé) e Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica), possuem junto à ANEEL, as seguintes concessões de geração em operação:

Empresas	Usinas Hidrelétricas	Tipo	Estado	Capacidade assegurada		Concessão/Autorização/Registro	
				instalada (MW)	(MWm)	Início	Término
Energest	Mascarenhas	(1)	ES/MG	193,50	136,60	13/07/1995	16/07/2025
	Suíça	(1)	ES	33,90	18,91	13/07/1995	16/07/2025
	Alegre	(1)	ES	2,06	1,16	13/07/1995	16/07/2025
	Fruteiras	(1)	ES	8,74	5,56	13/07/1995	16/07/2025
	Jucu	(1)	ES	4,84	2,62	13/07/1995	16/07/2025
	Rio Bonito	(1)	ES	22,50	9,40	13/07/1995	16/07/2025
	Viçosa	(2)	ES	4,50	2,52	19/05/1999	19/05/2029
	São João	(2)	ES	25,00	14,35	19/05/1999	19/05/2029
Pantanal	Coxim	(3)	MS	0,40	0,30	4/12/1997	Indefinida
	São João I	(3)	MS	0,66	0,54	4/12/1997	Indefinida
	São João II	(3)	MS	0,60	0,45	4/12/1997	Indefinida
	Paraíso	(2)	MS	21,60	12,59	23/12/1999	23/12/2029
	Assis Chateaubriand	(1)	MS	29,50	20,90	4/12/1997	4/12/2027
Costa Rica	Costa Rica	(2)	MS	16,00	11,67	5/11/2001	5/11/2031
Santa Fé	Francisco Gros	(2)	ES	29,00	16,40	13/11/2001	13/11/2031

- (1) Serviço público de energia (Concessão)
- (2) Produção independente de energia (Autorizada)
- (3) Serviço público de energia (Registro)

Contratos de concessão da Controladora (UHEs Mascarenhas, Suíça, Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito)

O prazo das concessões das UHEs da Controladora, poderão ser prorrogados por período de até 20 anos, nos termos do § 2º do artigo 40 da Lei nº 9.074/95, com a redação dada pelo artigo 80 da Lei nº 10.848/04, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das Concessionárias, desde que a exploração das usinas hidrelétricas estejam nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração das usinas hidrelétricas, as concessionárias terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

Os contratos de concessão das UHEs da Controladora estabelecem que o preço aplicável na comercialização da energia elétrica produzida será negociado livremente pelas concessionárias com os compradores, conforme artigo 10 da Lei nº 9.648/98, e artigos 27 e 28 da Lei nº 10.438/02, com redação dada pelas Leis nº 10.604/02 e nº 10.848/04.

Os contratos de concessão das UHEs da Controladora estabelecem que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, à reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida às concessionárias, observados os valores e as datas das respectivas incorporações ao sistema elétrico.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Contrato de Concessão da controlada Pantanal (UHE Assis Chateaubriand)

O contrato de concessão estabelece que a critério exclusivo do Poder Concedente, e para assegurar a continuidade e qualidade da energia produzida, o prazo da concessão poderá ser prorrogado, no máximo por igual período, mediante requerimento da concessionária.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Geração do valor adicionado	282.923	205.733	390.480	358.771
Receita operacional	217.095	158.340	315.296	282.216
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(297)	(13)	(456)	(261)
Receita relativa à construção de ativos próprios	66.125	46.928	75.640	76.300
Outras receitas		478		516
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(146.692)	(94.052)	(170.926)	(144.053)
Custos da energia comprada	(55.061)	(18.612)	(59.650)	(23.583)
Encargos de uso da rede elétrica	(10.377)	(8.781)	(13.949)	(12.802)
Materiais	(8.241)	(7.650)	(13.097)	(19.370)
Serviços de terceiros	(72.547)	(48.595)	(83.449)	(77.125)
Outros custos operacionais	(466)	(10.414)	(781)	(11.173)
Valor adicionado bruto	136.231	111.681	219.554	214.718
Retenções				
Depreciações e amortizações	(11.644)	(7.051)	(18.550)	(16.336)
Valor adicionado líquido produzido	124.587	104.630	201.004	198.382
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	5.988	5.624	8.930	11.963
Participações dos não controladores			(6.682)	(6.924)
Resultado da equivalência patrimonial	54.566	60.025		
Valor adicionado total a distribuir	185.141	170.279	203.252	203.421
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	18.717	18.556	19.468	19.533
Benefícios	3.278	2.809	3.300	2.880
FGTS	1.618	1.246	1.642	1.271
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	38.144	28.882	48.604	46.627
Estaduais	150	278	1.604	1.699
Municipais	145	139	175	169
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	17.361	12.652	22.705	25.444
Aluguéis	1.765	1.569	1.791	1.650
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	27.257	27.468	27.257	27.468
Lucros retidos	108.435	93.599	126.546	126.741
	76.706	76.680	76.706	76.680
	185.141	170.279	203.252	203.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício	103.963	104.148	110.645	111.072
Outros resultados abrangentes				
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(2.086)	(1.907)	(2.086)	(1.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	710	648	710	648
Resultado abrangente do exercício	102.587	102.889	109.269	109.813
Atribuível aos acionistas controladores	102.587	102.889	102.587	102.889
Atribuível aos acionistas não controladores			6.682	6.924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Na exploração das usinas hidrelétricas, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O contrato estabelece, para comercialização de energia, que a concessionária aplique as tarifas homologadas pelo Poder Concedente e atenda a disciplina legal que vier a ser estabelecida para o setor elétrico após a assinatura do respectivo contrato. As tarifas são reajustadas com periodicidade anual.

O contrato de concessão estabelece que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, à reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados, procedendo-se os levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A controlada Pantanal aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Autorizações da Controladora (PCHs Viçosa e São João), das Controladas Santa Fé (Francisco Gros), Pantanal (Paraíso) e Costa Rica

O prazo das autorizações das PCHs vigorará pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogado a critério da ANEEL, nos termos do artigo 7º da Resolução 110/99 e 111/99.

Na exploração das PCHs, as autorizadas terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Ao final do prazo desta Autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

Registros da Controlada Pantanal (CGHs Coxim, São João I e II)

Os aproveitamentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 1.000 kW são denominadas Centrais geradoras hidrelétricas - CGHs, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas obter o registro junto a ANEEL, conforme o art. 8º da Lei nº 9.074/95. O registro vigorará por prazo indefinido em regime precário conforme artigo 22 da Resolução ANEEL nº 395/98.

A energia elétrica produzida pelas CGHs destina-se à comercialização exclusiva no mercado regulado.

2 Base de preparação e Práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuarão sendo consolidadas até a data que cessará tal controle.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Controladora e suas controladas para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Concessionárias (Nota 5)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os contratos resultantes de participação em leilões no ambiente regulado, os valores a receber relativos à energia comercializada no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, valores do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultantes do despacho do Operador Nacional de Sistema - ONS por melhor gestão dos recursos hídricos e por recebíveis de empresas de distribuição de energia elétrica decorrentes de operações de uso do sistema de transmissão.

c) Investimentos (Nota 12)

• Controladas

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de uma mesma Companhia ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

d) Imobilizado (Nota 13)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e esta indenizará a Companhia pelos ativos não totalmente depreciados. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

e) Ativo intangível (Nota 14)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de softwares, desenvolvimento de projetos e faixas de servidão. Os seguintes critérios são aplicados:

- Softwares: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização;
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1); e
- Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças ambientais (Notas 14 e 21)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é constituída uma provisão e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

g) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 15)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

j) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures (Notas 17 e 16)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação.

k) Provisões (Nota 21)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 26)

O imposto de renda e a contribuição social correntes e os diferidos registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o Lucro tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos Lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%, ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitada a 30% do Lucro Real, quando aplicável.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), cuja opção foi confirmada quando da entrega da declaração do imposto de renda em 15 de outubro de 2009.

Para as controladas Santa Fé, Pantanal e Costa Rica, o imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A partir da edição do Pronunciamento Técnico CPC 32 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros Resultados Abrangentes.

Em 22 de dezembro de 2009, a Energest obteve junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/09, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, sobre 33,08% da receita gerada pela Usina Mascarenhas localizada no Município de Baixo Guandu no Estado do Espírito Santo correspondentes a 28,16% do total da receita da Companhia, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2005.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício de 2010 e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

n) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão e aposentadoria e assistência médica. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 695/12. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

o) Dividendos (Nota 8)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

p) Capital social (Nota 22.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

q) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

r) Reconhecimento de receita

• Receita operacional

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica e serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidas no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de swap e hedge, quando aplicável, que estão reconhecidos no resultado.

s) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10.

Não existe diferença entre o Lucro básico por ação e Lucro por ação diluído.

t) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos anualmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Análise de redução ao valor recuperável dos ativos; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, civis e trabalhistas; Provisões necessárias para custos relacionados a Licenças ambientais; e Planos de benefícios pós-emprego.

u) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por elas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

v) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

w) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

x) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às Demonstrações Financeiras.

y) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas, aprovada pela Deliberação CVM nº 668/11, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 12.2).

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas companhias controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as companhias controladas incluídas na consolidação; e
- Destaque da participação dos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.4 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Novos normativos e revisões sobre consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas e incorporou a SIC-12 Consolidação - Sociedades de Propósito Específico. Esta norma introduz o conceito de controle como a base de consolidação. Esta definição de controle considera três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que a IFRS 10 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Negócios em Conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 - Participações em *Joint Ventures*, e aborda como deve ser classificada uma participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto. Esta norma define que os acordos de participação são classificados como operações conjuntas (reconhecimento de ativos e passivos) ou *joint ventures* (método da equivalência patrimonial), conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e não são esperados ajustes na adoção dessa norma.

IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 exige a divulgação abrangente de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os riscos associados a participações em outras entidades, bem como os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. No geral, as divulgações exigidas são agrupadas nas categorias mais amplas a seguir mencionadas: Julgamentos e premissas significativas; Participações em controladas; Participações em acordos conjuntos e coligadas; e Participações em entidades estruturadas não consolidadas. A IFRS 12 relaciona exemplos específicos e divulgações adicionais que informam mais detalhadamente cada um desses objetivos de divulgação, inclusive outras orientações acerca das divulgações abrangentes exigidas. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e a Administração da Companhia entende que o impacto da IFRS 12 será basicamente um incremento na divulgação.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28)

Inclusão da referência a Empreendimento Controlado em Conjunto. A exemplo da versão anterior do Pronunciamento CPC 18 a presente norma inclui a referência a Investimento em Controlada, que não consta na versão do IAS 28 (emitido pelo IASB), mas é necessária no Brasil em função da previsão, contida na Legislação Societária Brasileira, de que nas demonstrações contábeis individuais o investimento com controlada seja avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o CPC 18 (R2) não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (IFRS 11)

As principais alterações incluíram compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação da IFRS 11 - *Joint Arrangements*, a sua aplicação mandatória se dá a partir de 2013, e alteram do Pronunciamento original principalmente quanto a eliminação da opção de se consolidar os denominados investimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) e a diferenciação entre uma controlada em conjunto e acordos de operação conjunta, como definidos no Pronunciamento. A Administração da Companhia entende que não são esperados ajustes na adoção dessa norma.

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos. Eliminação da utilização do "método do corredor" passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros resultados abrangentes, prática esta já utilizada pela Companhia e suas controladas desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010. Além do reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados e a despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. Os impactos esperados são relacionados ao reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados como despesa quando da alteração do plano em substituição do diferimento contra o resultado.

Os impactos estimados são de uma redução no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2012 de R\$1.508 e aumento na despesa de Pessoal do exercício de 2012 em R\$1.353, quando apresentado de forma comparativa com as demonstrações financeiras para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013. Em contrapartida, a amortização de custo do serviço passado no valor de R\$155 por ano que ocorreria, no prazo médio, por mais 10 exercícios não impactará mais a despesa.

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10)

Essa norma exige que a controladora apresente suas demonstrações financeiras consolidadas como se fosse uma única entidade econômica, substituindo as exigências anteriormente contidas na IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e SIC 12 - Consolidação - Entidades de Propósito Específico. Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 10. A Administração da Companhia entende que o CPC 36 (R3) não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 12. A Administração da Companhia entende que o CPC 45 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 13. A Administração espera que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada e em Controladas (IAS 28)

A única alteração refere-se à mudança do item 22A e a inclusão dos itens 22B e 22C, com a proposta de não eliminar os resultados que, do ponto de vista da consolidação, são considerados não realizados nas demonstrações individuais de uma controlada, quando da venda de ativos para a Controladora ou outras controladas do mesmo grupo econômico, de forma a evitar que a participação de sócios não controladores na controlada vendadora tenham seus possíveis dividendos ou recebimentos de lucros diferidos no tempo. Resumidamente, transações que gerem mais ou menos valias entre empresas do mesmo grupo econômico, não devem ser reconhecidas na Controladora, nem no consolidado, porque não refletem alterações a esse nível.

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP) representam de fato uma

obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas, Consolidadas e Equivalência Patrimonial

A revisão desta interpretação decorre do processo de audiência pública do CPC 18 (R2), nos itens descritos acima, que implicam mudanças diretas nas Demonstrações Financeiras. Foram efetuadas mudanças adicionais no sentido de dar clareza aos itens da interpretação fornecendo referências cruzadas de itens correlacionados com outras normas, bem como renomeação de alguns subtítulos.

2.5 Reclassificações do exercício de 2011

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.5.1 Balanço Patrimonial Controladora

Reclassificação no valor de R\$53 referente a Imposto de renda e contribuição social diferidos. Esta reclassificação ocorreu na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos entre Passivo não circulante para Ativo não circulante, no qual está sendo apresentado em 2012 pelo valor líquido (Nota 2.2 - d). De acordo com o CPC 33, foi reclassificado o saldo de ganhos e perdas atuarias líquidos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos no valor de R\$1.259 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de lucros.

Consolidado

Reclassificação no valor de R\$53 referente a Imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado em 2012 pelo valor líquido (Nota 2.2 - d). Reclassificação entre Obrigações estimadas com pessoal e Impostos e Contribuições sociais no valor de R\$354

De acordo com o CPC 33, foi reclassificado o saldo de ganhos e perdas atuarias líquidos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos no valor de R\$1.259 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de lucros.

2.5.2 Demonstração do Fluxo de Caixa Controladora

Reclassificação de Concessionárias no valor de R\$13 para Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas no resultado das atividades operacionais.

Reclassificação do Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados (créditos de PIS e COFINS da depreciação) no valor de R\$28, para Outros tributos e contribuições sociais (variação dos impostos) alocado nos ativos operacionais.

Reclassificação dos encargos regulamentares e setoriais, no valor de R\$819 inicialmente alocado no resultado das atividades operacionais para passivos operacionais.

Reclassificação de Cauções e depósitos vinculados no valor de R\$480, inicialmente alocados em ativos operacionais para as atividades de financiamento, para adequação ao CPC 03.

Consolidado

Reclassificação de Concessionárias no valor de R\$13 para Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas no resultado das atividades operacionais.

Reclassificação do Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados (créditos de PIS e COFINS da depreciação) no valor de R\$28, para Outros tributos e contribuições sociais (variação dos impostos) alocado nos passivos operacionais.

Reclassificação dos encargos regulamentares e setoriais, no valor de R\$990 inicialmente alocado no resultado das atividades operacionais para passivos operacionais.

Reclassificação das Cauções e depósitos vinculados a litígios das atividades operacionais no valor de R\$516 para Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária no resultado das atividades operacionais.

Reclassificação de Cauções e depósitos vinculados no valor de (R\$270), inicialmente alocados em ativos operacionais para as atividades de financiamento, para adequação ao CPC 03.

Reclassificação dos Impostos e contribuições sociais das atividades operacionais no valor de R\$29 para Impostos e contribuições sociais - atualização monetária no resultado das atividades operacionais.

2.5.3 Demonstração do Valor Adicionado Controladora

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$46.928, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$42.921 (R\$6.383 referente a Materiais, R\$35.912 referente a Serviços de terceiros e R\$626 referente a Outros custos operacionais) e R\$4.007 referente a Pessoal da linha Distribuição do valor adicionado.

Reclassificação dos Créditos de PIS e Cofins da rubrica de Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$2.694 (R\$1.722 referente a Custos da energia comprada, R\$812 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$32 referente a Materiais e R\$128 referente a Serviços de terceiros) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$28, para Distribuição do valor adicionado (R\$2.735 referente a Impostos Federais e (R\$13) referente aos Aluguéis) para adequação ao CPC 09 no valor de R\$2.722.

Consolidado

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$76.300, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$72.293 (R\$16.877 referente a Materiais, R\$54.992 referente a Serviços de terceiros e R\$424 referente a Outros custos operacionais) e R\$4.007 referente a Pessoal da linha de Distribuição do valor adicionado.

Reclassificação dos Créditos de PIS e Cofins da rubrica de Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$2.694 (R\$1.722 referente a Custos da energia comprada, R\$812 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$32 referente a Materiais e R\$128 referente a Serviços de terceiros) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$28, para Distribuição do valor adicionado (R\$2.735 referente a Impostos Federais e (R\$13) referente aos Aluguéis) para adequação ao CPC 09 no valor de R\$2.722.

3 Eventos do Exercício

Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783/13, que renova determinadas concessões de ativos de energia elétrica, o processo foi desencadeado pela publicação da MP 579, publicada em 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial, entende que não sofrerá impactos significativos de curto prazo decorrentes das disposições contidas na lei.

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	9.315	12.913	14.860	17.631
Aplicações financeiras - renda fixa	7.601	67.436	29.335	90.585
Total	16.916	80.349	44.195	108.216

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia e suas controladas possuem a opção de resgate das referidas aplicações financeiras, sem penalidade ou perdas de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificado de Depósito Bancário e Debêntures, remunerados à taxa de 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.3.

5 Concessionárias

	Controladora				
	Saldos vincendos	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	21.404	21.404		21.404	19.540
Energia de curto prazo	2.821	2.821		2.821	1.184
Total circulante	24.225	24.225	-	24.225	20.724
Não circulante					
Concessionárias					
Energia de curto prazo	905	905	(905)		
Total não circulante	905	905	(905)	-	-

	Consolidado					
	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Concessionárias						
Suprimento de energia elétrica	30.646	2.065	32.711		32.711	29.223
Energia de curto prazo	2.860		2.860		2.860	1.325
	33.506	2.065	35.571		35.571	30.548
Total circulante	33.506	2.065	35.571	-	35.571	30.548
Não circulante						
Concessionárias						
Energia de curto prazo	1.267		1.267	(1.267)		
Total não circulante	1.267	-	1.267	(1.267)	-	-

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Impostos e contribuições sociais

	Controladora							
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	16.430	242		6.303	(10.072)		(4.729)	8.377
ICMS	13		203					13
PIS e COFINS	5.053	7.581	85		(4.605)	4	(6.708)	1.410
IRRF sobre aplicações financeiras	1.567	1.158					(892)	1.833
Outros	1.191	432				(4)	(122)	1.497
Total	24.254	9.413	288	6.303	(14.677)	-	(12.451)	13.130
Circulante	24.254							13.130
	24.254							13.130
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	9.500	12.085			(3.757)		(5.743)	12.085
ICMS sobre diferencial de alíquota	45	337		(315)				67
PIS e COFINS	1.617	20.081		(6.463)	(6.800)		(6.708)	1.727
ISS	343	1.174		(1.148)		(4)		365
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	130	1.148		(1.194)				84
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	77	461		(388)				151
IRRF sobre juros s/capital próprio	4.120	4.089			(4.120)			4.089
Outros	2.023	7.897		(7.961)		4		1.963
Total	17.855	47.272	-	(17.469)	(14.677)	-	(12.451)	20.530
Circulante	17.855							20.530
	17.855							20.530

	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	16.601	442	271	6.303	(10.778)		(4.211)	8.628
ICMS	23							23
PIS e COFINS	5.053	7.581	85		(4.605)	4	(6.708)	1.410
IRRF sobre aplicações financeiras	2.177	1.523			(101)		(1.454)	2.145
Outros	1.257	465				(4)	(130)	1.588
Total	25.111	10.011	356	6.303	(15.484)	-	(12.503)	13.794
Circulante	25.111							13.794
Não circulante								
	25.111							13.794
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	10.649	16.030		(3.690)	(4.204)		(5.795)	12.990
ICMS sobre diferencial de alíquota	69	535		(686)				(82)
ICMS	12	135		(135)				12
PIS e COFINS	1.968	23.648		(9.692)	(7.160)		(6.708)	2.056
ISS	588	1.422		(1.584)		(4)		422
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	160	1.380		(1.444)				96
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	120	608		(547)				181
IRRF sobre juros s/capital próprio	4.120	4.089			(4.120)			4.089
Outros	2.381	11.481		(11.569)		4		2.297
Total	20.067	59.328	-	(29.347)	(15.484)	-	(12.503)	22.061
Circulante	20.067							22.061
	20.067							22.061

6.1 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 22.2). Neste exercício foi retido o montante de R\$4.089.

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

Natureza dos créditos	Controladora					
	Ativo			Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	31/12/2012	31/12/2011	Total	2012	2011	Total
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	
Diferenças Temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.894	682	2.576	2.478	98	(669)
Benefício pós-emprego	1.273	458	1.731	801	221	153
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.368	852	3.220	2.920	300	1.366
Total diferenças temporárias	5.535	1.992	7.527	6.199	619	850
Diferenças Temporárias - RTT						
Licenças Ambientais - CPC 25	125	45	170	238	(68)	(70)
Total diferenças temporárias - RTT	125	45	170	238	(68)	(70)
Total Ativos Diferidos	5.660	2.037	7.697	6.437		
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos				551	780	

Natureza dos créditos	Consolidado					
	Ativo			Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	31/12/2012	31/12/2011	Total	2012	2011	Total
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	
Diferenças Temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.894	682	2.576	2.478	98	(669)
Benefício pós-emprego	1.273	458	1.731	801	221	153
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.368	852	3.220	2.920	300	2.091
Total diferenças temporárias	5.535	1.992	7.527	6.199	619	1.575

Natureza dos créditos	Consolidado					
	Ativo			Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	31/12/2012	31/12/2011	Total	2012	2011	Total
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	
Diferenças Temporárias						
Diferenças Temporárias - RTT						
Licenças Ambientais - CPC 25	125	45	170	238	(68)	(75)
Total diferenças temporárias - RTT	125	45	170	238	(68)	(75)
Total Ativos Diferidos	5.660	2.037	7.697	6.437		
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos					551	1.500
Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2012, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013. Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:						
				2013	2014	Total Não circulante
				4.486	3.211	7.697

7.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos, na Controladora e no Consolidado foi registrado em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R\$551 e a crédito de Patrimônio líquido em R\$710.

EDP - Energias do Brasil	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Evrecy		792	23.169	47.048		792	23.169	47.048
Pantanal	8.576	7.167						
Santa Fé	3.161	2.444						
Total	11.737	10.403	23.169	47.048	792	23.169	47.048	

9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar e a receber apresentados na nota 8, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Controladora				Receitas (despesas) no exercício		
				Preço praticado R\$/MWh		Passivo		2012	2011	
				em 31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011			
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	83,92	61	79		537	601	
	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	94,23	46	59		404	451	
	Bandeirante	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	112,57	45	58		403	447	
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	161,57	22	21		174	163	
	EDP Comercializadora	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022		50	166		533	1.770	
	EDP Comercializadora	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014		529	393		4.424	4.198	
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2014		474			3.961		
	EDP Comercializadora	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2012		942			8.174		
	Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025						2.203	
	Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025						10.451	
	Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025						12.720	
	Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025	201,18	392	439		4.324	1.806	
	Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025	186,23	1.862	2.083		20.515	8.565	
	Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025	178,55	3.063	3.237		24.483	10.289	
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	83,11	118	135		975	965	
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	93,31	45	52		374	369	
	Escelsa	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	111,47	30	34		247	244	
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	160,00	46	48		366	344	
	Pantanal	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2014	81,60	33			394		
Serviços de consultoria ambiental e manutenção e operação da PCH Costa Rica	Costa Rica	01/07/2008	01/07/2008 a 30/06/2014		63	60		833	774	
Serviços de consultoria ambiental	Enerpeixe	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014		31	31		347	344	
	Investco	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014			39		185	139	
	Santa Fé	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			19		111	107	
	Pantanal	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014					444	428	
	Pecem	01/02/2012	01/02/2012 a 31/01/2013			100		100		
	Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014					421	132	
					7.952	6.953	-	-	72.729	57.510

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

9.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

As contrapartes Costa Rica, Pantanal Energética e Santa Fé são controladas diretas da Companhia.

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: 70%

Remuneração Variável: 30%

9.2.2 Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2012 (em R\$)

	2012	Diretoria Estatutária
Número de membros		4 (*)
Remuneração fixa		1.361.480
Salário ou pró-labore	977.001	
Benefícios diretos e indiretos (i)	114.995	
Encargos sociais	269.484	
Remuneração Variável	576.591	
Bônus	450.462	
Encargos sociais	126.129	
Valor Total da remuneração, por órgão	1.938.071	

(n/a) = Não Aplicável

(*) Todos os 4 membros da Diretoria são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos a empregados	68	161			68	164		
Dispêndios a reembolsar	1.954	1.954			1.954	1.954		
RGR a compensar		134				134		
Serviços em curso	1.072	3.577			1.224	3.947		
Serviços prestados a terceiros	194	148			194	148		
Desativações e alienações em curso	30				90	205		
Outros	20	15			48	(57)		
Total	3.338	5.989			3.578	6.495		
Outras contas a pagar - Passivo								
Folha de pagamento	337	355			373	355		
Outras	68	49	34	59	72	52	34	59
Total	405	404	34	59	445	407	34	59

12 Investimentos

12.1 Movimentação dos investimentos no exercício:

	Saldos em 31/12/2011			% Participação direta		
	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP		Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Pantanal	74.624	34.301	(30.076)	78.849	100,00	100,00
Costa Rica	12.041	6.954	(6.989)	12.006	51,00	51,00
Santa Fé	104.231	13.311	(10.493)	107.049	100,00	100,00
Total	190.896	54.566	(47.558)	197.904		

12.2 Participação direta dos investimentos

Empresas	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado do exercício	
	31/12/2012	31/12/2011	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Pantanal	23.390	23.390	100,00	100,00	100,00	100,00	91.574	87.897	12.725	13.273	78.849	74.624	49.418	44.541	34.301
Costa Rica	7.302	7.302	51,00	51,00	51,00	51,00	25.041	25.727	1.500	2.117	23.541	23.610	17.475	17.921	13.636	14.130
Santa Fé	86.371	86.371	100,00	100,00	100,00	100,00	176.858	184.129	69.809	79.898	107.049	104.231	26.676	21.951	13.311	10.291

13 Imobilizado

	Controladora						Consolidado					
	Taxas anuais médias de depreciação %		31/12/2012		31/12/2011		Taxas anuais médias de depreciação %		31/12/2012		31/12/2011	
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço												
Geração												
Terrenos		5.693	5.693		1.215	1.215						
Reservatórios, barragens e adutoras	2,57	109.475	(37.552)	71.923	2,82	105.330	(35.656)	69.674				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,23	39.956	(21.069)	18.887	3,70	32.911	(20.318)	12.593				
Máquinas e equipamentos	4,31	323.490	(53.352)	270.138	4,10	200.663	(57.134)	143.529				
Veículos	14,29	877	(505)	372	20,00	714	(406)	308				
Móveis e utensílios	6,52	464	(221)	243	10,00	393	(200)	193				
		479.955	(112.699)	367.256		341.226	(113.714)	227.512				
Administração												
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	89	(14)	75	4,00	88	(10)	78				
Máquinas e equipamentos	12,21	1.628	(455)	1.173	9,57	1.523	(303)	1.220				
Veículos	14,29	1.080	(648)	432	20,00	1.078	(500)	578				
Móveis e utensílios	6,29	484	(262)	222	10,00	472	(233)	239				
		3.281	(1.379)	1.902		3.161	(1.046)	2.115				
Total do Imobilizado em serviço		483.236	(114.078)	369.158		344.387	(114.760)	229.627				
Imobilizado em curso												
Geração		88.653	88.653		179.384	179.384		179.384				
Administração		169	169		202	202		202				
Total do Imobilizado em curso		88.822	-	88.822		179.586	-	179.586				
Total imobilizado		572.058	(114.078)	457.980		523.973	(114.760)	409.213				

	Controladora						Consolidado					
	Taxas anuais médias de depreciação %		31/12/2012		31/12/2011		Taxas anuais médias de depreciação %		31/12/2012		31/12/2011	
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço												
Geração												
Terrenos		10.484	10.484		6.006	6.006						
Reservatórios, barragens e adutoras	2,59	245.203	(63.358)	181.845	2,76	235.276	(58.609)	176.667				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,25	101.198	(49.603)	51.595	3,66	93.075	(47.694)	45.381				
Máquinas e equipamentos	4,15	433.753	(83.786)	349.967	4,19	282.376	(85.540)	196.836				
Veículos	14,29	1.251	(855)	396	20,00	1.088	(725)	363				
Móveis e utensílios	6,75	800	(414)	386	9,98	718	(370)	348				
		792.689	(198.016)	594.673		618.539	(192.938)	425.601				
Transmissão												
Terrenos		1	1		1	1		1				
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,55	96	(53)	43	4,00	96	(49)	47				
Máquinas e equipamentos	3,65	2.465	(1.028)	1.437	3,41	2.465	(942)	1.523				
		2.562	(1.081)	1.481		2.562	(991)	1.571				
Administração												
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	89	(14)	75	4,00	88	(10)	78				
Máquinas e equipamentos	12,21	1.628	(455)	1.173	9,57	1.523	(303)	1.220				
Veículos	14,29	1.080	(648)	432	20,00	1.078	(500)	578				
Móveis e utensílios	6,29	489	(263)	226	10,00	477	(234)	243				
		3.286	(1.380)	1.906		3.166	(1.047)	2.119				
Total do Imobilizado em serviço		798.537	(200.477)	598.060		624.267	(194.976)	429.291				
Imobilizado em curso												
Distribuição		1	1		1	1		1				
Geração		104.871	104.871		225.459	225.459		225.459				
Administração		169	169		202	202		202				
Total do Imobilizado em curso		105.041	-	105.041		225.662	-	225.662				
Total imobilizado		903.578	(200.477)	703.101		849.929	(194.976)	654.953				

O saldo apresentado na rubrica de Imobilizado em curso - Geração refere-se a reopontencialização da UHE Masacarenhas e o saldo apresentado na rubrica de Transmissão refere-se aos itens do Imobilizado em serviço da controlada Costa Rica.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2011	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2012
Imobilizado em serviço							
Terrenos	1.215			4.478			5.693
Reservatórios, barragens e adutoras	69.674			4.333	(2.084)		71.923
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.671			7.048	(756)	(1)	18.962
Máquinas e equipamentos	144.749			137.657	(8.015)	(3.080)	271.311
Veículos	886			163	(245)		804
Móveis e utensílios	432			83	(50)		465
Total do imobilizado em serviço	229.627	-	-	153.762	(11.150)	(3.081)	369.158
Total do Imobilizado em curso	179.586	60.123	-	(151.381)	-	1.920	88.822
Total do imobilizado	409.213	60.123	-	2.381	(11.150)	(4.507)	457.980

de Administração e da Diretoria é de até R\$1.900.000,00, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 9 de abril de 2012.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

9.2.3 Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria relativos ao exercício de 2012 (em R\$)

	2012		Diretoria Estatutária	
Número de membros				4
Valor da maior remuneração individual				751.003
Valor da menor remuneração individual				79.659
Valor médio de remuneração individual				484.518

10 Cauções e depósitos vinculados

	Controladora				Consolidado				
	Nota	Circulante		Não circulante		Circulante	Não circulante		
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011	
Depósitos judiciais	21			1.667	3.255			1.667	3.255
Cauções e depósitos vinculados		4.912	743	585	5.388	6.251	11.806		
Total		4.912	2.410	3.840	5.388	7.918	15.061		

10.1 Depósitos judiciais

O saldo apresentado no consolidado em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 refere-se a depósitos judiciais recursais, visto que as ações de natureza trabalhista encontram-se em andamento.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2011	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2012
Imobilizado em serviço							
Terrenos	6.008			4.478			10.486
Reservatórios, barragens e adutoras	176.606			10.117	(4.937)	(1)	187.149
Edificações, obras civis e benfeitorias	45.507			8.139	(1.929)	(2)	51.715
Máquinas e equipamentos	199.638			167.033	(10.757)	(3.280)	347.270
Veículos	941			163	(276)		828
Móveis e utensílios	591			93	(72)		612
Total do imobilizado em serviço	429.291	-		190.023	(17.971)	(3.283)	598.060
Total do Imobilizado em curso	225.662	69.520		(187.701)	-	(4.359)	105.041
Total do imobilizado	654.953	69.520		2.322	(17.971)	(7.642)	703.101

14 Intangível

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011	
Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço								
Geração								
Software	19,20	2.133	(1.650)	483	19,05	1.975	(1.335)	640
Servidão permanente		42	42	42		42	42	
Direito de concessão - Licenças ambientais	14,61	527	(448)	79	6,06	528	(372)	156
		2.702	(2.098)	604		2.545	(1.707)	838
Administração								
Software	20,00	698	(311)	387	19,41	520	(208)	312
		698	(311)	387		520	(208)	312
Total do Intangível em Serviço		3.400	(2.409)	991		3.065	(1.915)	1.150
Intangível em curso								
Geração		20.305		20.305		19.081		19.081
Administração		589		589		482		482
Total do Intangível em Curso		20.894	-	20.894		19.563	-	19.563
Total intangível		24.294	(2.409)	21.885		22.628	(1.915)	20.713

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012		31/12/2011	
Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço								
Geração								
Software	17,16	2.387	(1.825)	562	17,10	2.200	(1.464)	736
Servidão permanente		402	402	402		219	219	
Direito de concessão - Licenças ambientais	6,96	1.107	(1.028)	79	2,89	1.107	(913)	194
		3.896	(2.853)	1.043		3.526	(2.377)	1.149
Administração								
Software	20,00	698	(311)	387	19,41	520	(208)	312
		698	(311)	387		520	(208)	312
Total do Intangível em Serviço		4.594	(3.164)	1.430		4.046	(2.585)	1.461
Intangível em curso								
Geração		20.990		20.990		19.845		19.845
Administração		589		589		486		486
Total do Intangível em Curso		21.579	-	21.579		20.331	-	20.331
Total intangível		26.173	(3.164)	23.009		24.377	(2.585)	21.792

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora							Consolidado						
	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2012	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2012
Intangível em serviço														
Software	952			336	(418)		870	952			336	(418)		870
Servidão permanente	42						42	42						42
Direito de concessão - Licenças ambientais	156				(77)		79	156				(77)		79
Intangível em curso	19.563	6.002		(2.717)	(34)	(1.920)	20.894	19.563	6.002		(2.717)	(34)	(1.920)	20.894
Total Intangível	20.713	6.002		(2.381)	(495)	(1.920)	21.885	20.713	6.002		(2.381)	(495)	(1.920)	21.885

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de conexão, de transmissão associadas à geração de energia da Companhia, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não são amortizadas.

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software.

Licenças ambientais são exigidas pela legislação ambiental brasileira e devem ser obtidas após a entrada em operação das usinas hidrelétricas. A amortização deverá ser efetuada durante o período de vigência da licença.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	1.958	968	1.898	968
Encargos de uso da rede elétrica	903	843	947	937
Operações CCEE	17.975	1.403	19.467	1.422
Materiais e serviços	17.501	15.550	18.813	23.046
Total	38.337	18.764	41.125	26.373

16 Debêntures

16.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Empresa	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado		
										31/12/2012		Total
										Circulante	Não circulante	
					1ª emissão em	23/04/2012 a	Alongamento da dívida, financiamento de capital de giro e financiamento de CAPEX	CDI + 0,98%	Principal anual a partir de abril/2016 e juro semestral	1.713	120.000	121.713
Banco Bradesco BBI S/A	Energest	12.000	1	120.000	23/04/2012	23/04/2017			Amortização mensal	-	(541)	(541)
Custos de emissão	Energest			(635)						1.713	119.459	121.172
Total												

As principais cláusulas dos contratos prevendo rescisão estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
- (ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
- (iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei nº 6.404;
- (iv) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano;
- (v) pedido de auto-falência;
- (vi) liquidação, dissolução ou decretação de falência;
- (vii) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- (viii) perda da concessão, desde que tal perda possa prejudicar o fiel cumprimento das obrigações;
- (ix) notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$50.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants*, previstas no contrato de debêntures.

16.2 Mutação das debêntures do exercício

	Controladora e Consolidado						Valor líquido em 31/12/2012	16.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante:		
	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transfe-rências	Custos de transação		Circulante	Não Circulante	Total
Circulante										
Debêntures	-	-	(5.355)	7.068	(94)	94	1.713	2013		1.713
			(5.355)	7.068	(94)	94	1.713	2016		79.482
Não circulante								2017		39.977
Debêntures	119.365			94			119.459	Total		119.459
	119.365						119.459			121.172

* continuação Energest S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

										Controladora									
										31/12/2012			31/12/2011						
										Encargos	Principal	Não circulante	Total	Encargos	Principal	Não circulante	Total		
Moeda nacional	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	Energest	48.000	20/02/2008	48.000	20/02/2011 a 20/02/2015	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	106,6% do CDI	Principal anual e Juros semestral	773	9.600	19.200	29.573	1.628	9.600	28.800	40.028		
Santander - CDI - 231006019	Energest	11.864	12/02/2009	11.864	12/02/2009 a 05/03/2012	Capital de Giro		113,50% do CDI	Principal ao final do contrato e juros no momento da repactuação				-	1.285	11.864			13.149	
Santander - CDI - 231006029	Energest	21.355	12/02/2009	21.355	12/02/2009 a 05/03/2012	Capital de Giro		113,50% do CDI	Principal ao final do contrato e juros no momento da repactuação				-	2.314	21.355			23.669	
BNDES	Energest	25.404	13/11/2009	20.004	15/06/2010 a 15/05/2018	Programa de Investimento		4,50% a.a. e 1,92% acima da TJLP	Principal e juros mensal	32	2.503	11.055	13.590	45	2.503	13.558	16.106		
Total										805	12.103	30.255	43.163	5.272	45.322	42.358	92.952		
										Consolidado									
										31/12/2012			31/12/2011						
										Encargos	Principal	Não circulante	Total	Encargos	Principal	Não circulante	Total		
Moeda estrangeira	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	
BNDES - USD	Pantanal	55.447	18/02/2002	9.266	16/03/2002 a 16/06/2012	Implantação das usinas hidrelétricas Viçosa/ES, São João/ES e Paraíso/MS.	Patrimônio líquido sobre ativo total maior ou igual a 30%.	UMBNDDES + 4,50% a.a.	Principal e juros mensal				-	1	178			179	
													-	1	178			179	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	Energest	48.000	20/02/2008	48.000	20/02/2011 a 20/02/2015	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	106,6% do CDI	Principal anual e Juros semestral	773	9.600	19.200	29.573	1.628	9.600	28.800	40.028		
Santander - CDI - 231006019	Energest	11.864	12/02/2009	11.864	12/02/2009 a 05/03/2012	Capital de Giro		113,50% do CDI	Principal ao final do contrato e juros no momento da repactuação				-	1.285	11.864			13.149	
Santander - CDI - 231006029	Energest	21.355	12/02/2009	21.355	12/02/2009 a 05/03/2012	Capital de Giro		113,50% do CDI	Principal ao final do contrato e juros no momento da repactuação				-	2.314	21.355			23.669	
BNDES	Energest	25.404	13/11/2009	20.004	15/06/2010 a 15/05/2018	Programa de Investimento		4,50% a.a. e 1,92% acima da TJLP	Principal e juros mensal	32	2.503	11.055	13.590	45	2.503	13.558	16.106		
BNDES - BRL	Pantanal	55.447	18/02/2002	53.214	16/03/2002 a 16/06/2012	Implantação das usinas hidrelétricas Viçosa/ES, São João/ES e Paraíso/MS.	Patrimônio líquido sobre ativo total maior ou igual a 30%.	4,50% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal				-	8	1.894			1.902	
Eletrobrás Reluz - ECF 1568/97	Costa Rica	5.375	04/11/1997	5.375	30/10/2010 a 31/05/2014	Construção da Usina Hidrelétrica Costa Rica.		5,00% + 1,50% a.a. (tx adm.)	Principal e juros mensal	6	532	196	734	9	532	649	1.190		
BNDES - Banco do Brasil	Santa Fé	75.633	11/05/2009	75.633	15/04/2010 a 15/02/2024	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé/ES.	i. Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2. ii. Índice de cobertura de capital próprio maior ou igual a 30%. iii. Restrição de pagamento de dividendos.	1,90% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	176	5.679	57.734	63.589	234	5.679	63.413	69.326		
Total										987	18.314	88.185	107.486	5.523	53.427	106.420	165.370		
										987	18.314	88.185	107.486	5.524	53.605	106.420	165.549		

17.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

								Controladora						
								Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2012	
Circulante								50.594	(45.321)	(8.820)	4.352	12.103	12.908	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas								50.594	(45.321)	(8.820)	4.352	12.103	12.908	
Não circulante								42.358	-	-	-	(12.103)	30.255	
Empréstimos e financiamentos								42.358	-	-	-	(12.103)	30.255	
								Consolidado						
								Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2012	
Circulante								59.129	(53.549)	(13.987)	9.450	18.265	(7)	19.301
Empréstimos e Financiamentos								59.129	(53.549)	(13.987)	9.450	18.265	(7)	19.301
Não circulante								106.420	-	-	30	(18.265)	-	88.185
Empréstimos e financiamentos								106.420	-	-	30	(18.265)	-	88.185

17.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

		Controladora	Consolidado
		Tipo de moeda Nacional	
Vencimento			
Circulante			
2013		12.908	19.301
		12.908	19.301
Não circulante			
2014		12.103	17.978
2015		12.103	17.782
2016		2.503	8.182
2017		2.503	8.182
2018		1.043	6.722
2019 até 2023			28.395
2024 até 2028			944

Total 30.255 88.185

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

18.1.1 Plano de Benefício definido e Contribuição variável

A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde outubro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Esse plano tem a adesão de 23 colaboradores.

	2012			2011		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo
Saldo inicial reconhecido	(1.187)	2.643	(1.456)	(986)	2.115	(1.129)
Custo do serviço corrente	(51)		51	(25)		25
Custo dos juros	(118)		118	(103)		103
Rendimento esperado dos ativos		292	(292)		243	(243)
Ganhos/(perdas) atuariais	(201)	(80)	281	(131)	328	(197)
Contribuições pagas pela Companhia		15	(15)		15	(15)
Contribuições pagas pelos empregados	(7)	7		(8)	8	
Benefícios pagos pelo plano	48	(48)		66	(66)	
Saldo final reconhecido	(1.516)	2.829	(1.313)	(1.187)	2.643	(1.456)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.516)	2.829	(1.313)	(1.187)	2.643	(1.456)

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu, com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes destes planos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A Companhia contribuiu no exercício com R\$183 (R\$181 em 31 de dezembro de 2011).

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Ajustes de experiência com ativos do plano (Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos		80	(328)	930	(130)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano		2,83%	-12,41%	43,97%	-4,67%
Ajustes de experiência com obrigações do plano (Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações		201	131	(459)	622
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano		13,26%	11,05%	-46,55%	46,42%

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Situação do plano Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(1.516)	(1.186)	(986)	(1.340)	(850)
Valor justo dos ativos	2.829	2.642	2.115	2.782	2.469
Situação do plano	1.313	1.456	1.129	1.442	1.619

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	31/12/2012		31/12/2011	
	Alocação %	Alocação %	Alocação %	Alocação %
Títulos de dívida	89,12%	88,38%		
Ações	8,57%	9,13%		
Imóveis	0,88%	0,97%		
Outros	1,43%	1,53%		
Total	100,00%	100,00%		

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

Classe de ativo	2012		2011	
	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,22%	82,40%	10,84%
Ações	14,40%	16,27%	14,40%	16,31%
Imóveis	0,60%	10,01%	0,60%	10,77%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	100,00%	11,10%	100,00%	11,63%

O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R\$212, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R\$292, ocasionando assim uma perda atuarial de R\$80 não registrados no Patrimônio líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superávit mencionado anteriormente.

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes dos planos:

	Plano I		Plano II		31/12/2012		31/12/2011	
Participantes ativos			41	41	41	41	46	46
Participantes assistidos								
Com benefícios diferidos			4	4	4	4	2	2
Aposentados e pensionistas			1	1	5	6	4	4
Total			1	46	47	50		

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2012		2011	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,10% a.a.	11,10% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	n/a	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2012		2011	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,63% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	n/a	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2012		2011	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,63% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	n/a	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

18.1.2 Plano de Contribuição Definida
A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Pprevic e a Companhia administra um plano PGBL contratado através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos destes planos.

Na qualidade de patrocinadoras, a Companhia e sua controlada Pantanal contribuíram no exercício com R\$572 (R\$477 no exercício de 2011 referem-se a Companhia e suas controladas).

Esse plano tem a adesão de 63 colaboradores da Controladora e 9 colaboradores de sua controlada Pantanal.

18.2 Auxílio Incentivo a aposentadoria, Assistência médica e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Auxílio Incentivo à aposentadoria-AIA	4	37			4	37		
Assistência médica e seguro de vida	108	48	4.981	2.272	108	48	4.981	2.272
Previdência Privada - EnerPrev	20	17			21	17		
Total	132	102	4.981	2.272	133	102	4.981	2.272

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios,

segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos.

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano reconhecido	Valor presente (Passivo) das obrigações do plano reconhecido	Valor presente das obrigações do plano reconhecido	Valor presente (Passivo) das obrigações do plano reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(2.357)	(2.357)		
Custo do serviço corrente	(143)	(143)	(90)	(90)
Custo dos juros	(392)	(392)	(177)	(177)
Custo do serviço passado	(155)	(155)	(190)	(190)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(2.086)	(2.086)	(1.907)	(1.907)
Benefícios pagos diretamente pela Companhia	40	40	7	7
Saldo final reconhecido	(5.093)	(5.093)	(2.357)	(2.357)
Custo do serviço passado não reconhecido	(1.353)		(1.508)	
Valor presente das obrigações atuariais	(6.446)	(5.093)	(3.865)	(2.357)

A Companhia iria reconhecer como despesa linear no prazo médio de 12 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados. Porém, de acordo com a Instrução CVM nº 695/12, que altera a versão do CPC 33 para (R1), os custos do serviço passados não reconhecidos até o exercício de 2012 serão reconhecidos integralmente no exercício de 2013.

A perda atuarial de R\$2.086 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2012, foi decorrente principalmente da revisão das premissas de inflação médica e a mudança na taxa de desconto nesta avaliação. Em 2011, houve perda atuarial de R\$1.907.

As contribuições esperadas pela Companhia para estes benefícios para o ano de 2013 são de R\$112.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2012 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	143	90
Custo dos juros	392	177
Custo do serviço passado	155	190
Total	690	457

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2012 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$2.635.

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Ajustes de experiência com obrigações do plano	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2010	
	(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano
	2.086	32,36%	1.907	49,34%		
Situação do plano Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(6.446)		(3.865)		(1.651)	
Situação do plano A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:	(6.446)		(3.865)		(1.651)	

Assistência Médica

Assistência Médica	Pressupostos centrais		Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
			+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	6.202		7.294	5.313
Custo do Serviço e Custo dos juros	638		728	565

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2012		2011	
	AIA	Assistência médica	AIA	Assistência médica
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.	9,30% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,90% a.a. até 2016, reduzindo para 5,79% a.a. a partir de 2017	n/a	n/a	6,90% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	n/a	n/a	5,00% a.a.

11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6,00% a.a. até 2024

Inflação médica de longo prazo

Inflação

Fator de envelhecimento

Demográficas

Tábua de mortalidade

Tábua de mortalidade de inválidos

Tábua de entrada em invalidez

Inflação médica de longo prazo

Inflação

Fator de envelhecimento

Demográficas

Tábua de mortalidade

Tábua de mortalidade de inválidos

Tábua de entrada em invalidez

19 Obrigações estimadas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	4.230	4.239	4.366	4.239
INSS e FGTS	1.054	849	1.068	849
Total	5.284	5.088	5.434	5.088

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2012.

20 Encargos regulamentares e setoriais

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Baixa	Saldo em 31/12/2012
Quota de reserva global de reversão - RGR	226	3.849		(3.587)		488
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	705	4.700		(4.374)		1.031
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.907	1.737	8	(1.023)	(2.736)	893
Taxa de fiscalização - ANEEL	67	1.033		(1.014		

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21 Provisões

Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas
 Licenças ambientais
 Total

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
			9.471	8.589			9.865	8.923
	492	488	88	367	1.208	1.110	340	753
Total	492	488	9.559	8.956	1.208	1.110	10.205	9.676

21.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Instâncias	Controladora						Consolidado	
		Passivo						Ativo	
		Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas		Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012	Depósito Judicial	
Pagamentos	Reversões			Saldo em 31/12/2012	31/12/2012			31/12/2011	
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.921	2.029	(1.970)	(537)	327	2.770	1.193	2.352
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	5.668				1.033	6.701		101
Total		8.589	2.029	(1.970)	(537)	1.360	9.471	1.193	2.453
Não circulante		8.589					9.471	1.193	2.453
Total		8.589					9.471	1.193	2.453

	Instâncias	Controladora						Consolidado	
		Passivo						Ativo	
		Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas		Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012	Depósito Judicial	
Pagamentos	Reversões			31/12/2012	31/12/2011				
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.921	2.029	(1.970)	(537)	327	2.770	1.193	2.352
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	6.002				1.093	7.095		101
Total		8.923	2.029	(1.970)	(537)	1.420	9.865	1.193	2.453
Não circulante		8.923					9.865	1.193	2.453
Total		8.923					9.865	1.193	2.453

Trabalhistas
 Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

21.1.2 Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Controladora				Consolidado			
		Ativo				Ativo			
		Depósito Judicial		Depósito Judicial		Depósito Judicial		Depósito Judicial	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	3.563	4.302	159	223	3.563	4.302	159	223
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	638	548			638	548		
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	3.480	3.328			3.615	3.417		
Total		7.681	8.178	159	223	7.816	8.267	159	223

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista na extinta controlada CESA, que foram incorporados pela Companhia, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais é de R\$315 em 31 de dezembro de 2012 (R\$579 em 31 de dezembro de 2011). (Nota 10).

21.2 Licenças Ambientais

Referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das Usinas, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e são atualizados com base no IGP-M.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$263.436. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	1.000.572.259	100,00	1.000.572.259	100,00
Outros	5		5	
Total	1.000.572.264	100,00	1.000.572.264	100,00

22.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Em 18 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$27.257, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Lucro líquido apurado no exercício

	31/12/2012
Lucro líquido ajustado	103.963
Constituição da reserva legal - 5%	(5.198)
	98.765
Destinação do lucro:	98.765
Dividendos intermediários - JSCP	27.257
Reserva de Incentivo Fiscal	106
Dividendo adicional proposto	71.402
Quantidade de ações	1.000.572.264
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	0,00003
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos complementares	0,00007

22.3 Reservas

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de lucros			
Legal		28.616	23.418
Retenção de lucros		124.357	149.358
Dividendo adicional proposto		71.402	70.451
Outras reservas de lucros	22.3.1	(2.635)	(1.259)
Incentivos fiscais		11.328	11.222
Total		233.068	253.190

24 Gastos operacionais

	Controladora						2011
	2012			2011			
	Custo do serviço			Despesas operacionais			
Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	49.968						49.968
Encargos de uso da rede elétrica	9.417						9.417
Taxa de fiscalização						1.033	1.033
Compensações financeiras						4.700	4.700
	59.385	-	-	-	-	5.733	65.118
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		14.207			9.212		23.419
Material		1.123	56		161		1.340
Serviços de terceiros		9.476	729		6.728		16.933
Depreciação		8.222			1.847		10.069
Amortização		477			18		495
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas				297			297
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						1.493	1.493
Aluguéis e arrendamentos		89	5		1.652		1.746
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						32	32
Outras		660			(2.768)	143	(1.965)
		34.254	790	297	16.850	1.668	53.859
Total		59.385	34.254	790	297	16.850	83.064

22.3.1 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2011		Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Transferência para Reservas de lucros	Saldo em 31/12/2012
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	-	3	(2.089)	710	1.376	-	
	-	3	(2.089)	710	1.376	-	

22.3.2 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os programas de investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

23 Receitas

	Controladora			
	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica	1.827.414	1.715.689	204.389	150.921
Energia de curto prazo			10.162	4.978
Total suprimento	1.827.414	1.715.689	214.551	155.899
Outras receitas operacionais			2.544	2.441
Subtotal	1.827.414	1.715.689	217.095	158.340
(-) Deduções à receita operacional				
P&D			(1.737)	(1.364)
RGR			(4.112)	1.064
PIS/COFINS			(20.081)	(14.646)
ISS			(124)	(120)
Receita	1.827.414	1.715.689	191.041	143.274

(*) Não auditado pelos auditores independentes

	Consolidado					
	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica	5	10	2.411.040	2.270.642	298.327	268.714
Energia de curto prazo	1				15.375	6.821
Total suprimento	6	10	2.411.040	2.270.642	313.702	275.535
Disponibilização do Sistema de Distribuição e Transmissão TUST						5.874
Outras receitas operacionais					1.594	808
Subtotal	6	10	2.411.040	2.270.642	315.296	282.217
(-) Deduções à receita operacional						
P&D					(2.030)	(1.851)
RGR					(5.229)	(168)
PIS/COFINS					(23.685)	(20.918)
ICMS					(1.401)	(1.325)
ISS					(124)	(120)
Receita	6	10	2.411.040	2.270.642	282.827	257.835

(*) Não auditado pelos auditores independentes

* continuação
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						2011
	2012						
	Custo do serviço			Despesas operacionais			
Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda estrangeira - Itaipu							
Moeda nacional	54.557					54.557	21.861
Encargos de uso da rede elétrica	12.989					12.989	11.990
Taxa de fiscalização						1.385	1.137
Compensações financeiras						5.803	4.958
	67.546	-	-	-	-	7.188	39.946
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		14.602			9.594	24.196	23.332
Material		1.490	56		470	2.016	2.461
Serviços de terceiros		11.304	729	7	10.699	22.739	22.006
Depreciação		14.994			1.896	16.890	15.571
Amortização		561			19	580	737
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas				456		456	260
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						1.493	5.694
Aluguéis e arrendamentos		93	5		1.674	1.772	1.637
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						737	497
Outras		746			(3.471)	178	(2.547)
	-	43.790	790	463	20.881	2.408	68.332
Total	67.546	43.790	790	463	20.881	9.596	115.665

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	3.706	3.493	6.539	9.428
Atualização monetária depósitos judiciais	11		11	
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	288	1.873	356	2.155
Variações monetárias moeda estrangeira			7	
Descontos obtidos	91	6	96	49
Multa contratual	1.700		1.700	
Outras receitas financeiras	192	252	221	331
	5.988	5.624	8.930	11.963
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(12.120)	(9.113)	(17.249)	(17.800)
Variações monetárias moeda nacional	(1)		(1)	(21)
Variações monetárias moeda estrangeira				(5)
Atualização monetária de licenças ambientais	(49)	(28)	(130)	(69)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.359)	(274)	(1.419)	(495)
Atualização monetária contratos de mútuo	(3.121)	(2.772)	(3.121)	(6.434)
Benefícios pós-emprego	(405)	(186)	(405)	(186)
Outras despesas financeiras	(306)	(279)	(380)	(437)
	(17.361)	(12.652)	(22.705)	(25.447)
Total	(11.373)	(7.028)	(13.775)	(13.484)

26 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	115.257	113.207	115.257	113.207	125.986	128.686	125.986	128.686
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(28.814)	(28.302)	(10.373)	(10.189)	(31.497)	(32.171)	(11.339)	(11.582)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Doações	(113)	(42)	(41)	(15)	(113)	(42)	(41)	(15)
Perdas indedutíveis		(538)		(193)		(746)		(268)
Multas indedutíveis	(2)	(1)	(1)	(1)	(2)	(1)	(1)	(1)
Despesas indedutíveis		(138)		(50)		(138)		(50)
Gratificações a administradores	(134)	(108)	(48)	(39)	(134)	(108)	(48)	(39)
Pesquisa e desenvolvimento		74		27		74		27
Resultados de equivalência patrimonial	13.641	15.006	4.910	5.402				
Juros sobre o capital próprio	6.813	6.868	2.452	2.472	6.813	6.868	2.452	2.472
(Adição) Reversão de diferenças permanentes		(308)		(111)	(1)	246	(1)	89
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	183	(329)	58	(11)	183	(331)	58	(12)
Ajuste lucro presumido					13.424	12.400	4.514	4.139
Adicional IRPJ	24	24			241	132		
PAT	45				45			
Lei Rouanet		115				115		
SUDENE	106	1.328			106	1.328		
Despesa de IRPJ e CSLL	(8.251)	(6.351)	(3.043)	(2.708)	(10.935)	(12.374)	(4.406)	(5.240)
Alíquota efetiva	7,16%	5,61%	2,64%	2,39%	8,68%	9,62%	3,50%	4,07%

27 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Exercícios findos em 31 de Dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	103.963	104.148	103.963	104.148
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	1.000.572	1.000.572	1.000.572	1.000.572
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,10390	0,10409	0,10390	0,10409

28 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nº 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09 e posteriores alterações, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

28.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

28.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas, e utiliza como taxa de desconto o

DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	16.916	80.349	16.916	80.349
Concessionárias	24.225	20.724	24.225	20.724
Cauções e depósitos vinculados	4.912		4.912	
Não circulante				
Partes relacionadas	834	2.680	834	2.680
Cauções e depósitos vinculados	743	585	743	585
	47.630	104.338	47.630	104.338
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	38.337	18.764	38.337	18.764
Debêntures	1.713		1.713	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12.953	50.000	12.908	50.594
Não circulante				
Debêntures	119.459		119.459	
Empréstimos e financiamentos	30.361	41.860	30.255	42.358
Partes relacionadas	543	61.612	543	61.612
	203.366	172.236	203.215	173.328
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	44.195	108.216	44.195	108.216
Concessionárias	35.571	30.548	35.571	30.548
Cauções e depósitos vinculados	5.388		5.388	
Não circulante				
Partes relacionadas	5	1.857	5	1.857
Cauções e depósitos vinculados	6.251	11.806	6.251	11.806
	91.410	152.427	91.410	152.427
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	41.125	26.373	41.125	26.373
Debêntures	1.713		1.713	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19.346	57.886	19.301	59.129
Não circulante				
Debêntures	119.459		119.459	
Empréstimos e financiamentos	88.291	98.911	88.185	106.420
Partes relacionadas	886	61.681	886	61.681
	270.820	244.851	270.669	253.603

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro. Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 10. Para o ativo não circulante, basicamente são os depósitos

vinculados à dívida com o BNDES das controladas Santa Fé e Pantanal. Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto. Partes relacionadas é composta por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contrato de Mútuo e transferência de ativos entre a Companhia e a ECE Participações, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

		Controladora				Controladora			
		31/12/2012				31/12/2011			
		Valor justo por				Valor justo por			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	
Caixa e equivalentes de caixa		16.916		16.916		80.349		80.349	
Concessionárias	24.225			24.225	20.724			20.724	
Cauções e depósitos vinculados			5.655	5.655			585	585	
Partes relacionadas	834			834	2.680			2.680	
	25.059	16.916		5.655	23.404	80.349	585	104.338	

		Controladora				Controladora			
		31/12/2012				31/12/2011			
		Outros ao custo				Outros ao custo			
Passivos financeiros		amortizado	Total		amortizado	Total		Total	
Fornecedores		38.337	38.337		18.764	18.764		18.764	
Debêntures		121.172	121.172						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		43.163	43.163		92.952	92.952		92.952	
Partes relacionadas		543	543		61.612	61.612		61.612	
		203.215	203.215		173.328	173.328		173.328	

		Consolidado				Consolidado			
		31/12/2012				31/12/2011			
		Valor justo por				Valor justo por			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	
Caixa e equivalentes de caixa		44.195		44.195		108.216		108.216	
Concessionárias	35.571			35.571	30.548			30.548	
Cauções e depósitos vinculados			11.639	11.639			11.806	11.806	
Partes relacionadas	5			5	1.857			1.857	
	35.576	44.195		11.639	32.405	108.216	11.806	152.427	

		Consolidado				Consolidado			
		31/12/2012				31/12/2011			
		Outros ao custo				Outros ao custo			
Passivos financeiros		amortizado	Total		amortizado	Total		Total	
Fornecedores		41.125	41.125		26.373	26.373		26.373	
Debêntures		121.172	121.172						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		107.486	107.486		165.549	165.549		165.549	
Partes relacionadas		886	886		61.681	61.681		61.681	
		270.669	270.669		253.603	253.603		253.603	

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício. A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado. A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

		Controladora				Consolidado			
		Mensuração do valor justo				Mensuração do valor justo			
		31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2		31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa		16.916	9.315	7.601		44.195	14.860	29.335	
		16.916	9.315	7.601		44.195	14.860	29.335	

		Controladora										Consolidado																			
		Aging cenário provável					Cenário (I)					Cenário (II)					Cenário (III)					Cenário (IV)					Cenário (V)				
		Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Operação																															
Instrumentos financeiros ativos	CDI		1.354	161		1.515	379	758	(379)	(758)		835	1.671	(835)	(1.671)		835	1.671	(835)	(1.671)		835	1.671	(835)	(1.671)		835	1.671	(835)	(1.671)	
Instrumentos financeiros passivos	CDI		(11.058)	(30.222)		(41.280)	(8.766)	(17.391)	8.913	17.979		(8.766)	(17.391)	8.913	17.979		(8.766)	(17.391)	8.913	17.979		(8.766)	(17.391)	8.913	17.979		(8.766)	(17.391)	8.913	17.979	
			(9.704)	(30.061)		(39.765)	(8.387)	(16.633)	8.534	17.221		(8.387)	(16.633)	8.534	17.221		(8.387)	(16.633)	8.534	17.221		(8.387)	(16.633)	8.534	17.221		(8.387)	(16.633)	8.534	17.221	
Operação																															
Instrumentos financeiros passivos	TJLP		(526)	(971)	(7)	(1.504)	(275)	(550)	275	550		(275)	(550)	275	550		(275)	(550)	275	550		(275)	(550)	275	550		(275)	(550)	275	550	
			(526)	(971)	(7)	(1.504)	(275)	(550)	275	550		(275)	(550)	275	550		(275)	(550)	275	550		(275)	(550)	275	550		(275)	(550)	275	550	

		Consolidado										Consolidado																			
		Aging cenário provável					Cenário (I)					Cenário (II)					Cenário (III)					Cenário (IV)					Cenário (V)				
		Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Operação																															
Instrumentos financeiros ativos	CDI		2.613	727		3.340	835	1.671	(835)	(1.671)		835	1.671	(835)	(1.671)		835	1.671	(835)	(1.671)		835	1.671	(835)	(1.671)		835	1.671	(835)	(1.671)	
Instrumentos financeiros passivos	CDI		(11.058)	(30.222)		(41.280)	(8.766)	(17.391)	8.913	17.979		(8.766)	(17.391)	8.913	17.979		(8.766)	(17.391)	8.913	17.979		(8.766)	(17.391)	8.913	17.979		(8.766)	(17.391)	8.913	17.979	
			(8.445)	(29.495)		(37.940)	(7.931)	(15.720)	8.078	16.308		(7.931)	(15.720)	8.078	16.308		(7.931)	(15.720)	8.078	16.308		(7.931)	(15.720)	8.078	16.308		(7.931)	(15.720)	8.078	16.308	
Operação																															
Instrumentos financeiros passivos	TJLP		(5.053)	(14.029)	(5.419)	(24.501)	(4.472)	(8.943)	4.472	8.943		(4.472)	(8.943)	4.472	8.943		(4.472)	(8.943)	4.472	8.943		(4.472)	(8.943)	4.472	8.943		(4.472)	(8.943)	4.472	8.943	
			(5.053)	(14.029)	(5.419)	(24.501)	(4.472)	(8.943)	4.472	8.943		(4.472)	(8.943)	4.472	8.943		(4.472)	(8.943)	4.472	8.943		(4.472)	(8.943)	4.472	8.943		(4.472)	(8.943)	4.472	8.943	

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00%; e TJLP entre 5,00% e 5,50%.

28.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. *Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação

com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

financeiras é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de rating com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

28.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, bem como não houve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2012.

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2012
Usinas	328.309	470.353
Prédios e conteúdos (próprios)	5.020	5.020
Prédios e conteúdos (terceiros)	3.350	3.350
Transportes (veículos)	1.600	1.600
Acidentes pessoais	19.543	20.463

30 Compromissos contratuais e Garantias

30.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos e os contratos de mútuos (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Nota	Controladora					
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos		
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vencidos	17	164.335	14.621	106.191	43.523	
Responsabilidades com locações operacionais		169	125	44		
Obrigações de compra		35.045	26.529	8.516		
Licenças ambientais	21	580	492	88		
		200.129	41.767	114.839	43.523	
Consolidado						
Nota	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vencidos	17	228.658	21.014	123.424	60.559	23.661
Responsabilidades com locações operacionais		180	136	44		
Obrigações de compra		44.780	34.571	10.209		
Licenças ambientais	21	1.548	1.208	340		
		275.166	56.929	134.017	60.559	23.661

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes
Presidente

Luiz Otávio Assis Henriques
Vice-Presidente

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor

Carlos Alberto de São José Cavaleiro
Diretor

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu
Diretor de Sustentabilidade

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Energest S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energest S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os

procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente
 Conforme descrito na nota explicativa 2.2(d), os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas num único conjunto

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de suas controladas. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

30.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Valor	Valor	Valor	Valor
Aval de acionista	21.047	9.466	21.047	9.466
Depósito caucionado	5.655	585	11.639	11.806
Fiança corporativa			63.589	71.407
Penhor de ações			86.371	109.761
Seguro garantia	445	445	445	445
Penhor de direitos			63.589	71.407

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua maioria, refere-se aos contratos de seguro de vida.

Depósito caucionado: São depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras. O saldo de Depósito Caucionado, em sua maioria, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos e de compra e venda de energia.

Fiança corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

Penhor de ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia. O saldo de Penhor de ações, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas existe o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc. O saldo de Seguro garantia, refere-se aos Contratos de compra e venda de energia.

Penhor de direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Autorização da Santa Fé e da Pantanal, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: **a)** o direito de gerar energia elétrica; **b)** a energia elétrica a ser gerada; e **c)** as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado. O saldo de Penhor de direitos, em sua totalidade, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

31 Meio ambiente

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia e suas controladas por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental da Companhia e suas controladas em 2012 foram de R\$2.160 sendo R\$515 capitalizados no exercício, relativos a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente, e R\$1.645 em contrapartida no resultado do exercício, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

32 Eventos subsequentes

32.1 UHE Mascarenhas inicia operação comercial da Unidade II

Em 8 de fevereiro de 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 326, publicado em 14 de fevereiro de 2013, autorizou o início da operação comercial da unidade geradora II, de 49,5 MW de potência instalada. A unidade geradora II esteve paralisada no período de 08 de fevereiro de 2012 a 08 de fevereiro de 2013 para repotenciação. Com a entrada em operação comercial da unidade geradora II, a UHE Mascarenhas que está localizada nos municípios de Baixo Guandu e Aimorés, finaliza o processo de repotenciação de suas quatro unidades geradoras. O projeto de repotenciação das 4 unidades geradoras acrescentou 17,5 MW, totalizando hoje 198 MW de potência instalada.

32.2 Captação de Empréstimos

Em 11 de janeiro e 4 de fevereiro de 2013, a Companhia assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$6.000 cada, totalizando R\$12.000. Sobre os valores contratados, há incidência de juros de 115,03% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em março e maio de 2013 respectivamente.

Em 22 de fevereiro de 2013, a Companhia assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$22.000. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 115,00% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em maio de 2013.

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Energest S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
 Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
 CRC nº 2 SP 011609/O-8
 Iara Pasian
 Contadora
 CRC nº 1 SP 121517/O-3



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

despesas de amortização.

- Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Licenças ambientais (Notas 10, 13 e 13.2)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação, amortizado pelo prazo de vigência da licença.

f) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 11)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 12)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 13)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6 e 18)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

m) Dividendos (Nota 14.2)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

n) Capital social (Nota 14.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

p) Reconhecimento de receita

• Receita operacional

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos, que estão reconhecidos no resultado.

q) Lucro por ação (Nota 19)

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o Lucro básico por ação e Lucro por ação diluído.

r) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e Provisões necessárias para custos relacionados a Licenças ambientais.

s) Instrumentos financeiros (Nota 21)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo financeiro, a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

t) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

u) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às Demonstrações Financeiras.

v) Ativos de infraestrutura vinculados à autorização

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/099, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das autorizações do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à autorização, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na autorização.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no ano de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013

CPC 46 Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações

6 Impostos e contribuições sociais						
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2012
Ativo - compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social			53		(554)	518
IRRF sobre aplicações financeiras	566	308				(562)
Outros	50	20				(8)
Total	616	328	53	-	(554)	(52)
Circulante	616					391
Total	616					391
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	396	1.485		(1.128)	(346)	(52)
ICMS sobre diferencial de alíquota	138	15		(153)		
PIS e COFINS	77	1.011		(777)	(208)	
ISS	114	85		(179)		
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	22	91		(86)		27
Outros	30	92		(110)		12
Total	777	2.779	-	(2.433)	(554)	(52)
Circulante	777					517
Total	777					517

7 **Partes relacionadas**
Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e estão apresentadas como segue:

realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

2.4 Reclassificações do exercício de 2011

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.4.1 Demonstrações do fluxo de caixa

Reclassificação dos Impostos e contribuições sociais das atividades operacionais no valor de R\$13 para Impostos e contribuições sociais - atualização monetária no resultado das atividades operacionais. Reclassificação de Cauções e depósitos vinculados a litígios das atividades operacionais no valor de R\$516 para Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária no resultado das atividades operacionais.

Reclassificação de Cauções e depósitos vinculados no valor de (R\$750), inicialmente alocados em ativos operacionais para as atividades de financiamento, para adequação ao CPC 03.

2.4.2 Demonstrações do valor adicionado

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado no valor de R\$16.752 anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas dos Insumos adquiridos de terceiros: R\$9.331 referente a Materiais, R\$7.249 referente a Serviços de terceiros e R\$172 referente a Outros custos operacionais.

Evento do exercício

Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783/13, que renova determinadas concessões de ativos de energia elétrica, o processo foi desencadeado pela publicação da MP 579, publicada em 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial, entende que não sofrerá impactos significativos de curto prazo decorrentes das disposições contidas na lei.

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	1.757	2.929
Aplicações financeiras - renda fixa	14.774	17.487
Total	16.531	20.416

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários remunerados a taxa de 98,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.3.

Concessionárias

	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011
Circulante		
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	3.604	3.604
Energia de curto prazo		141
Total Circulante	3.604	3.604
Não Circulante		
Concessionárias		
Energia de curto prazo	87	(87)
Total Não Circulante	87	(87)
	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2012	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	171,49	45	45			385	359
	Escelsa	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	169,82	37	39			315	296
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011			32				275
	EDP Comercializadora	01/10/2011	01/10/2011 a 31/10/2011							18
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2014		95				362	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012		670				2.540	
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 29/02/2012						5	
				847	116		-	-	3.607	948
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Energest	19/10/2007					828	822		
Serviços de consultoria ambiental	Energest	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014					20	(111)	(107)
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						(22)	
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP Energias do Brasil	01/07/2012					128	25	(126)	(268)
							956	867	(259)	(375)
Fornecedores										
Contrato de uso do sistema de distribuição	Escelsa	20/03/2009	20/03/2009 a 17/07/2025				44	40	(513)	(442)
	EDP Comercializadora	01/01/2011	01/05/2011 a 31/08/2011							(877)
	EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 30/11/2012						2.050	
							-	-	44	40
				Total	847	116	1.000	907	4.885	(746)

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/11, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de janeiro de 2012.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu as minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883/12, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012 e para o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012

assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos através do Depacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio e consumo efetivo de gastos com telecomunicação.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

7.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Energest e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil.

7.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais chaves da administração.

Cauções e depósitos vinculados

	Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Cauções e depósitos vinculados	5.508	5.081
Total	5.508	5.081

O saldo de Cauções e depósitos vinculados refere-se a depósitos mantidos em conta de reserva em cumprimento dos contratos de financiamentos.

9 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2012			Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2011		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		4.200		4.200			4.200	4.200
Reservatórios, barragens e adutoras	2,64	82.055	(5.882)	76.173	2,65	82.056	(4.137)	77.919
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,38	18.884	(1.482)	17.402	3,41	18.885	(1.022)	17.863
Máquinas e equipamentos	3,17	50.709	(3.203)	47.506	3,57	32.394	(2.074)	30.320
Móveis e utensílios	7,85	39	(11)	28	10,00	33	(7)	26
Total do Imobilizado em serviço		155.887	(10.578)	145.309		137.568	(7.240)	130.328
Imobilizado em curso								
Geração		4.816		4.816		24.275		24.275
Total do Imobilizado em curso		4.816	-	4.816		24.275	-	24.275
Total imobilizado		160.703	(10.578)	150.125		161.843	(7.240)	154.603

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido 31/12/2012
Imobilizado em serviço						
Terrenos	4.200					4.200
Reservatórios, barragens e adutoras	77.919			(1.746)		76.173
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.863			(461)		17.402
Máquinas e equipamentos	30.320		18.397	(1.134)	(77)	47.506
Móveis e utensílios	26		6	(4)		28
Total do imobilizado em serviço	130.328	-	18.403	(3.345)	(77)	145.309
Total do Imobilizado em curso	24.275	1.897	(18.485)	(2.870)	(2.947)	4.816
Total do imobilizado	154.603	1.897	(82)	(3.345)	(2.947)	150.125

10 Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2012			Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2011		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	28	(6)	22	20,00	13	(4)	9
Servidão permanente		360		360		177		177
Direito de concessão - Licenças ambientais	8,26	460	(460)	-	31,37	459	(421)	38
Total do Intangível em serviço		848	(466)	382		649	(425)	224
Intangível em curso								
Geração						118		118
Administração						4		4
Total do Intangível em Curso		-	-	-		122	-	122
Total intangível		848	(466)	382		771	(425)	346

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Transferência para intangível em serviço	Depreciações e amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2012
Intangível em serviço					
Software	9	16	(3)		22
Servidão permanente	177	183			360
Direito de concessão - Licenças ambientais	38		(38)		-
Intangível em curso	122	(117)	(5)	(5)	-
	346	82	(41)	(5)	382

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*.

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de autorização na Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes (vida útil indefinida), não são amortizadas.

Licenças ambientais são exigidas pela legislação ambiental brasileira que devem ser obtidas para entrada em

operação das usinas hidrelétricas e sua amortização é efetuada durante o período de vigência da licença. Em 2012 a Administração requereu junto aos órgãos competentes a prorrogação das licenças ambientais, 120 dias antes do vencimento. A partir desta solicitação e até que se obtenha a renovação ficam em vigor as licenças ambientais anteriormente obtidas.

11 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	2	
Encargos de uso da rede elétrica	44	40
Operações CCEE	225	
Materiais e serviços	421	5.577
Total	692	5.617

Em 31 de dezembro de 2011 do montante de R\$5.577 do saldo de Materiais e serviços, R\$3.626 referem-se a pagamentos relativos aos serviços de recuperação da usina Francisco Gros devido a inundação da casa de força e R\$915 referentes à aquisição de 50% da linha de transmissão de São Simão.

* continuação
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

12.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012			31/12/2011			
									Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	
									Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	
Moeda estrangeira															
BNDES - Banco do Brasil	75.633	11/05/2009	75.633	15/04/2010 a 15/02/2024	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé/ES.	i. Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2. ii. Índice de cobertura de capital próprio maior ou igual a 30%. iii. Restrição de pagamento de dividendos.	1,90% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	176	5.679	57.734	63.589	234	5.679	63.413
Total									176	5.679	57.734	63.589	234	5.679	63.413

12.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos	5.913	(5.679)	(5.034)	4.976	5.679	5.855
	5.913	(5.679)	(5.034)	4.976	5.679	5.855
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	63.413	-	-	-	(5.679)	57.734
	63.413	-	-	-	(5.679)	57.734

12.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Nacional			
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
2013			5.855	5.855
Não circulante				
2014			5.679	5.679
2015			5.679	5.679
2016			5.679	5.679
2017			5.679	5.679
2018			5.679	5.679
2019 até 2023			28.395	28.395
2024 até 2028			944	944
Total			57.734	63.589

16 Gastos operacionais

	Custo do serviço		2012				2011
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Outras	Total	
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda			2.927			2.927	1.395
Moeda nacional			513			513	459
Encargos de uso da rede elétrica							513
Taxa de fiscalização					61	61	556
			3.440		61	3.501	1.910
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada				5	121	126	257
Material				128		128	111
Serviços de terceiros				1.040	291	1.331	1.188
Depreciação				3.345		3.345	3.403
Amortização				41		41	146
Provisão p/créd.liq.duvida/perdas líquidas					55	55	16
Aluguéis e arrendamentos					4	4	9
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							9
Outras				(156)	80	(72)	37
			-	4.407	55	497	5.167
Total			3.440	4.407	55	497	7.077

13 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			394	334
Licenças ambientais	409	491	86	37
Total	409	491	480	371

13.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

13.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso.

	Passivo			
	Saldo em 31/12/2011		Saldo em 31/12/2012	
	Atualização monetária	Atualização monetária	Atualização monetária	Atualização monetária
Cíveis	334	60	394	334
Total	334	60	394	394
Não circulante	334		394	
Total	334		394	

13.1.2 Risco de perda possível

Na Companhia não existem processos de naturezas Trabalhistas, Cíveis ou Fiscais em andamento, cuja perda tenha sido estimada como possível.

13.2 Licenças ambientais

O montante de R\$409 em 31 de dezembro de 2012 (R\$491 em 31 de dezembro de 2011) no circulante e R\$86 em 31 de dezembro de 2012 (R\$37 em 31 de dezembro de 2011) no não circulante referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da PCH Francisco Gros, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, implantação de unidades de conservação e monitoramento do lençol freático. O reconhecimento dos custos associados às licenças prévias e de instalação ocorreram contra a rubrica de Imobilizado, sendo, portanto, tratados como custo da usina. Já os custos associados à licença de operação foram reconhecidos contra a rubrica de Intangível. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$86.371 representados por 86.371.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas de propriedade da Energest.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

14.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	13.311	10.291
Constituição da reserva legal - 5%	(666)	(666)
	12.645	9.625
Destinação do lucro		
Dividendo obrigatório	3.161	3.161
Reserva de lucros	9.484	9.484
Quantidade de ações	86.371.000	86.371.000
Dividendos por ação - R\$ - Dividendo obrigatório	0,0000366	0,0000366
Dividendos por ação - R\$	0,0001464	0,0001464

14.3 Reservas de lucros

	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de lucros		
Legal	1.839	1.173
Retenção de lucros	18.839	9.355
Dividendo adicional proposto	7.332	7.332
Total	20.678	17.860

15 Receita

	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica	172.953	142.316	26.177	22.108
Energia de curto prazo			1.510	675
Total Fornecimento e suprimento	172.953	142.316	27.687	22.783
(-) Deduções à receita operacional			(1.011)	(832)
Receita	172.953	142.316	26.676	21.951

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

17 Resultado financeiro

	2012	2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.877	2.612
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	53	13
Outras receitas financeiras	1	14
	1.931	2.639
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(4.976)	(5.576)
Atualização monetária de licenças ambientais	(49)	(13)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(60)	(29)
Outras despesas financeiras	(29)	(29)
	(5.114)	(5.647)
	(3.183)	(3.008)

18 Imposto de Renda e Contribuição Social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	14.796	11.866	14.796	11.866
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(3.699)	(2.967)	(1.332)	(1.068)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Ajuste lucro presumido	2.662	1.852	860	584
Adicional IRPJ	24	24		
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.013)	(1.091)	(472)	(484)
Alíquota Efetiva	6,85%	9,19%	3,19%	4,08%

19 Lucro por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os períodos apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas. No exercício de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	13.311	10.291
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	86.371	86.371
Lucro básico e diluído por ações (reais/ação)	0,15411	0,11915
Seguros		
A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:		
Usinas	2012	55.350
Transportes (veículos)		1.600

21 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nº 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

21.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos. Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	16.531	20.416	16.531	20.416
Concessionárias	3.604	2.755	3.604	2.755
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	5.508	5.081	5.508	5.081
	25.643	28.252	25.643	28.252
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	692	5.617	692	5.617
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	5.855	5.259	5.855	5.913
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	57.734	56.402	57.734	63.413
Partes relacionadas	956	867	956	867
	65.237	68.145	65.237	75.810

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

O saldo de concessionárias é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica. O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES para depósitos vinculados a dívida da Companhia. Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto. Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2012			31/12/2011		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa		16.531			20.416	
Concessionárias	3.604			2.755		
Cauções e depósitos vinculados			5.508			5.081
	3.604	16.531	5.508	2.755	20.416	5.081
			5.508			5.081
			25.643			28.252

em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 12, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui risco de mercado associado somente à TJLP.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

21.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

	Mensuração do valor justo		
	31/12/2012	Mercados idênticos	Mercados similares
	Nível 1	Nível 2	
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	16.531	1.757	14.774
	16.531	1.757	14.774

21.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto

Operação	Risco	Aging cenário provável		
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Instrumentos financeiros ativos		1.129	566	
		1.129	566	-
Operação				
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(4.527)	(13.058)	(5.412)
		(4.527)	(13.058)	(5.412)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00%; e TJLP entre 5,00% e 5,50%.

21.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 12.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos **covenants** impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos **covenants** por contrato aparecem descritos individualmente na nota 12. Até 31 de dezembro de 2012

todos os **covenants** das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

21.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações

Operação	Risco	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
		1.695	424	848	(424)	(848)
		1.695	424	848	(424)	(848)

todos os **covenants** das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

21.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações

financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22 Compromissos contratuais e Garantias

22.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2012				
	Total Nota	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dividas financeiras de curto e longo prazos inclui					
Juros vincendos	12	63.589	5.855	17.037	17.036
Obrigações de compra		2.389	1.892	497	
Licenças ambientais	13	495	409	86	
		66.473	8.156	17.620	17.036
					23.661

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionada com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

22.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Depósito Cauconado	5.508	5.081		
Fiança Corporativa	63.589	69.326		
Penhor de Ações	86.371	86.371		
Penhor de Direitos	63.589	69.326		

Depósito Cauconado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos. A responsabilidade final das ações dadas como garantia pertence à Energest, conforme nota 14.1.

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Autorização da Santa Fé, compreendendo, mas não se limitando, aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

23 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental em 2012 foram de R\$305, sendo R\$107 capitalizados no exercício, relativos a gestão e proteção do meio ambiente e R\$198 em contrapartida resultado do exercício, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem.

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8 "S" RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Santa Fé Energia S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Fé Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem

do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Fé Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.2(c), os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.4 às demonstrações financeiras da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	77.417	6.820	83.440	10.134
Títulos a receber	6	5.280	4.501	4.530	4.165
Concessionárias	5	38.312	58.212	38.861	58.794
Impostos e contribuições sociais	8	29.802	27.374	58.650	49.842
Partes relacionadas	11		49.233		
Dividendos a receber	24	29.729	9.074		
Estoques	9			3.729	4.696
Cauções e depósitos vinculados	12			19	
Despesas pagas antecipadamente			56	5	720
Rendas a receber	7			6.150	4.825
Outros créditos	13	7.475	7.497	7.554	7.669
		188.015	162.767	202.938	140.845
Não Circulante					
Títulos a receber	6	27.675	30.353	21.324	23.897
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	105.358	112.897	105.358	121.037
Cauções e depósitos vinculados	12	766	435	1.883	1.628
		133.799	143.685	128.565	146.562
Investimentos	14	810.018	792.447	55	55
Imobilizado	15	28	32	1.286.864	1.317.130
Intangível	16	575.755	605.646	601.893	632.508
		1.385.801	1.398.125	1.888.812	1.949.693

Total do ativo 1.707.615 1.704.577 2.220.315 2.237.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Receitas					
Custo da produção e do serviço de energia elétrica					
Custo do serviço de energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(21.846)	(38.892)	(21.988)	(39.021)
Encargos de uso da rede elétrica		(46.957)	(45.491)	(48.343)	(46.788)
	26	(68.803)	(84.383)	(70.331)	(85.809)
Custo de operação					
Pessoal				(6.766)	(5.423)
Materiais e serviços de terceiros				(4.863)	(5.691)
Depreciações e amortizações		(8)	(8)	(35.454)	(34.720)
Outros custos de operação		(181.100)	(142.071)	(83)	(102)
	26	(181.108)	(142.079)	(47.166)	(45.936)
		(249.911)	(226.462)	(117.497)	(131.745)
Custo do serviço prestado a terceiros					
Lucro bruto		196.229	200.867	401.362	353.877
Despesas e Receitas operacionais					
Despesas com vendas		(882)	(410)	(904)	(494)
Despesas gerais e administrativas		(1.789)	(2.562)	(18.651)	(14.259)
Depreciações e amortizações		(29.886)	(29.869)	(30.471)	(30.086)
Outras despesas e receitas operacionais		(18.659)	(18.382)	(21.271)	(20.196)
	26	(51.216)	(51.223)	(71.297)	(65.035)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		145.013	149.644	330.065	288.842
Resultado das participações societárias					
Receitas financeiras		9.445	15.201	6.678	15.997
Despesas financeiras		(2.005)	6.352	(29.540)	(18.461)
	27	7.440	21.553	(22.862)	(2.464)
Resultado financeiro		221.758	230.953	307.203	286.378
Resultado antes dos tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes		(36.376)	(28.713)	(74.071)	(62.456)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.539)	(6.145)	(30.477)	(3.279)
	8.1	(43.915)	(34.858)	(104.548)	(65.735)
Resultado líquido antes das partes beneficiárias		177.843	196.095	202.655	220.643
Partes beneficiárias		(17.784)	(19.610)	(17.784)	(19.610)
Resultado líquido do exercício		160.059	176.485	184.871	201.033
Atribuível aos acionistas controladores	23.2	160.059	176.485	160.059	176.485
Atribuível aos acionistas não controladores				24.812	24.548
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores					
Resultado básico por ação (Reais/Ação)					
ON		0,43934	0,48442	0,43934	0,48442
PNA		0,31513	0,34748	0,31513	0,34748
PNB		0,03199	0,03527	0,03199	0,03527
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)					
ON		0,43934	0,48442	0,43934	0,48442
PNA		0,31513	0,34748	0,31513	0,34748
PNB		0,03199	0,03527	0,03199	0,03527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício	160.059	176.485	184.871	201.033
Outros Resultados Abrangentes				
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(91)	(190)	(125)	(260)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31	65	42	89
Resultado Abrangente do exercício	159.999	176.360	184.788	200.862
Atribuível aos acionistas controladores	159.999	176.360	159.999	176.360
Atribuível aos acionistas não controladores			24.789	24.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	17	27.796	19.698	16.017	10.873
Impostos e contribuições sociais	8	62.196	52.715	111.849	92.276
Dividendos	24	89.152	93.815	102.753	100.752
Partes relacionadas	11				5.519
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18			11.099	60.653
Benefícios pós-emprego	22			19	12
Obrigações estimadas com pessoal		154	78	2.440	1.443
Encargos regulamentares e setoriais	19	12.693	14.273	13.041	14.431
Uso do bem público	20			3.894	3.634
Provisões	21			7.496	8.519
Outras contas a pagar	13	16	702	432	970
		192.007	181.281	269.040	299.082
Não Circulante					
Impostos e contribuições sociais	8	12.032	17.105	12.032	17.105
Impostos e contribuições sociais diferidos	10			14.756	
Empréstimos e financiamentos	18			67.274	68.657
Benefícios pós-emprego	22			551	243
Partes relacionadas	11	346	67	833	199
Encargos regulamentares e setoriais	19	1.746	413	2.080	454
Uso do bem público	20			39.612	37.814
Provisões	21			13.078	14.758
Outras contas a pagar	13			1.281	1.281
		14.124	18.866	150.216	140.511
Patrimônio líquido					
Capital social	23.1	756.868	756.868	756.868	756.868
Reservas de capital	23.3	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	23.3	165.413	168.359	165.159	168.188
Outros Resultados Abrangentes				254	171
		1.501.484	1.504.430	1.501.484	1.504.430
Participações não controladores					
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		1.501.484	1.504.430	1.801.059	1.797.507
Total do passivo e patrimônio líquido		1.707.615	1.704.577	2.220.315	2.237.100

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		221.758	230.953	307.203	286.378
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		882	410	860	419
Títulos a receber - AVP		(278)	(255)		
Depreciações e amortizações		29.894	29.877	65.925	64.806
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		1	8	198	14.255
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos		(3.393)	(5.201)		
Despesas pagas antecipadamente		59	21	874	867
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures				19.685	14.275
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				5.470	8.204
Provisão para plano de benefícios pós-emprego				(79)	(89)
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas				3.587	2.094
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				898	791
Participações societárias		(69.305)	(59.756)		
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária		1.963	2.032	2.240	2.063
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(331)		(331)	
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(1.193)	7.758	(1.208)	7.527
Outros		(4.285)	(3.312)	(4.285)	(8.032)
		175.772	202.535	401.037	393.558
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Concessionárias		19.018	(9.400)	19.073	(9.454)
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(27.991)	(8.120)	(30.386)	(16.390)
Estoques				967	(4.696)
Cauções e depósitos vinculados				57	(573)
Despesas pagas antecipadamente		(3)	(26)	(159)	(811)
Rendas a receber				(1.325)	(238)
Títulos a receber		4.191	4.342	4.191	4.342
Outros ativos operacionais		22	(2.954)	115	(3.053)
		(4.763)	(16.158)	(7.467)	(30.873)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		8.098	1.247	5.144	(2.205)
Outros tributos e contribuições sociais		16.131	(23.483)	19.631	(12.046)
Benefícios pós-emprego				269	85
Obrigações estimadas com pessoal		76	14	997	55
Encargos regulamentares e setoriais		(2.210)	505	(2.004)	512
Provisões				(7.188)	(6.346)
Outros passivos operacionais		(686)	1	(538)	14
		21.409	(21.716)	16.311	(19.931)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais					
Imposto de renda e contribuição social pagos		192.418	164.661	409.881	342.754
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(27.710)	(29.321)	(68.728)	(60.241)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		25.782	16.496		
Adições ao imobilizado e Intangível			15	(6.484)	(19.534)
Partes relacionadas		52.854	391		
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		78.636	16.902	(6.484)	(19.534)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Partes relacionadas		51	67	(4.855)	1.232
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(172.798)	(219.223)	(182.474)	(226.623)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures					10.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures				(56.655)	(101.016)
Encargos de dívidas líquido de derivativos				(13.967)	(10.803)
Uso do bem público				(3.412)	(3.281)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(172.747)	(219.156)	(261.363)	(330.491)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		70.597	(66.914)	73.306	(67.512)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		77.417	6.820	83.440	10.134
		<			

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

valores a pagar relativos à energia comercializada na CCEE.

m) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 18)
Os empréstimos, financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

n) Provisões (Nota 21)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

o) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

p) Imposto de renda e contribuição social (Notas 8, 10 e 28)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A partir da edição do Pronunciamento Técnico CPC 32 o Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

q) Benefícios pós-emprego (Nota 22)

A controlada Investco possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 22.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600/09. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

r) Uso do bem público (Nota 20)

É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente calculado pela taxa implícita do projeto, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

s) Capital social (Nota 23.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

t) Partes beneficiárias (Nota 23.3.1)

As partes beneficiárias, títulos emitidos pela Companhia ao abrigo do art. 46 da lei 6.404/76, são classificadas como instrumento de patrimônio, conforme os itens 16C e 16D do CPC 39.

u) Dividendos (Nota 24)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

v) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

w) Reconhecimento de receita

• **Receita operacional**

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

• **Receitas e despesas financeiras**

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

x) Resultado por ação (Nota 29)

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e as ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o resultado básico por ação e o resultado diluído, pois as Partes Beneficiárias têm um efeito anti-diluidor.

y) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de Benefícios pós-emprego, que é revista semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; e Provisões necessárias para custos relacionados a Licenças ambientais e plano de Benefícios pós-emprego.

z) Instrumentos financeiros (Nota 31)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• **Empréstimos e recebíveis**

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

aa) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

ab) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.3 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3)- Demonstrações Consolidadas, aprovada pela Deliberação CVM nº 668/11, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 14.2).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e a sua controlada direta; e
- Destaque da participação dos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

2.4 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em Outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Novos normativos e revisões sobre consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que tratam das demonstrações financeiras consolidadas e incorporou a SIC 12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico. Esta norma introduz o conceito de controle como a base de consolidação. Esta definição de controle considera três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que a IFRS 10 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 exige a divulgação abrangente de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os riscos associados a participações em outras entidades, bem como os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. No geral, as divulgações exigidas são agrupadas nas categorias mais amplas a seguir mencionadas: Julgamentos e premissas significativas; Participações em controladas; Participações em acordos conjuntos e coligadas; Participações em entidades estruturadas não consolidadas. A IFRS 12 relaciona exemplos específicos e divulgações adicionais que informam mais detalhadamente cada um desses objetivos de divulgação, inclusive outras orientações acerca das divulgações abrangentes exigidas. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e a Administração da Companhia entende que o impacto da IFRS 12 será basicamente um incremento na divulgação.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 01 de janeiro de 2013

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28)

Inclusão da referência a Empreendimento Controlado em Conjunto. A exemplo da versão anterior do Pronunciamento CPC 18 a presente norma inclui a referência a Investimento em Controlada, que não consta na versão do IAS 28 (emitido pelo IASB), mas é necessária no Brasil em função da previsão, contida na Legislação Societária Brasileira, de que nas demonstrações contábeis individuais o investimento com controlada seja avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o CPC 18 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos. Eliminação da utilização do “método do corredor” passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros resultados abrangentes, prática esta já utilizada pela Companhia e suas controladas desde a adoção inicial ao IFRS, em 2010. Além do reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados, e a despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. Os impactos esperados são com relação ao reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados como despesa quando da alteração do plano em substituição do diferimento contra o resultado. Os impactos estimados na controlada Investco são de uma redução no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2012 no valor de R\$425 e aumento na despesa de Pessoal do exercício de 2012 em R\$406, quando apresentado de forma comparativa com as demonstrações financeiras para o exercício a partir de 31 de dezembro de 2013. Em contrapartida, a amortização de custo do serviço passado no valor de R\$19 por ano que ocorreria, no prazo médio, por mais 21 exercícios não impactará mais a despesa.

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10)

Essa norma exige que a controladora apresente suas demonstrações financeiras consolidadas como se fosse uma única entidade econômica, substituindo as exigências anteriormente contidas na IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e SIC 12 - Consolidação - Entidades de Propósito Específico. Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 10. A Administração da Companhia entende que o CPC 36 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 12. A Administração da Companhia entende que o CPC 45 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 13. A Administração espera que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia.

CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e em Controladas (IAS 28)

A única alteração refere-se à mudança do item 22A e a inclusão dos itens 22B e 22C, com a proposta de não eliminar os resultados que, do ponto de vista da consolidação, são considerados não realizados nas demonstrações individuais de uma controlada, quando da venda de ativos para a controladora ou outras controladas do mesmo grupo econômico, de forma a evitar que a participação de sócios não controladores na controlada vendedora tenham seus possíveis dividendos ou recebimentos de lucros diferidos no tempo. Resumidamente, transações que gerem mais ou menos valias entre empresas do mesmo grupo econômico, não devem ser reconhecidas na controladora, nem no consolidado, porque não refletem alterações a esse nível.

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas, Consolidadas e Equivalência Patrimonial

A revisão desta interpretação ocorre do processo de audiência pública do CPC 18 (R1), nos itens descritos acima, que implicam mudanças diretas nas Demonstrações Financeiras. Foram efetuadas mudanças adicionais no sentido de dar clareza aos itens da interpretação fornecendo referências cruzadas de itens correlacionados com outras normas, bem como renomeação de alguns subtítulos.

2.5 Reclassificações do exercício de 2011

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

2.5.1 Balanço Patrimonial Controladora

De acordo com o CPC 33, foi reclassificado o saldo de ganhos e perdas atuariais líquidos de Imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$125 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de Lucros.

Consolidado

Reclassificação dos Títulos a receber da Rede Energia no valor de R\$4.948 do ativo circulante para o Não circulante, para melhor comparabilidade dos saldos contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.1 Parcelamento Excepcional - PAEX

A Companhia aderiu, em setembro de 2006, ao Parcelamento Excepcional - PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303/06, que trata de parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 130 parcelas mensais e sucessivas (SRF/PGFN), corrigidas pela TJLP para os débitos com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, e em 120 parcelas mensais e sucessivas (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPMF, INSS e multa), corrigidas pela SELIC para os débitos com vencimento entre 1º de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União ou do INSS, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal ajuizada, inclusive aos débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

O débito consolidado em 130 parcelas mensais, de acordo com o disposto no artigo 1º da Medida Provisória nº 303/06, está sendo pago desde setembro de 2006. Sobre o saldo devedor incidem juros mensais equivalentes à variação da TJLP.

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão do PAEX ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. O valor de R\$7.239 (registrados em 2011) decorre da opção da Companhia em transferir débitos incluídos no PAES/PAEX para o REFIS.

O saldo de R\$18.310 em 31 de dezembro de 2012, será pago em 35 parcelas de R\$ 523 atualizáveis mensalmente pela SELIC.

8.2 IRRF - Juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2012 aos acionistas a título de Juros sobre o capital próprio, conforme legislação (Nota 23.2) liquidado em janeiro de 2013. Neste exercício foi retido o montante de R\$12.594 (R\$21.872 no consolidado).

Estoques

O valor de R\$3.729 (R\$4.696 em 31 de dezembro de 2011), refere-se a itens de peças e materiais de manutenção no qual a controlada Investco, através de Reunião de Diretoria em 19 de julho de 2011, deliberou a implementação de controle através de estoque, com o objetivo de criar controles analíticos adequados que permitam otimizar o sistema de controle interno.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

Natureza dos créditos	Controladora				Resultado	
	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
	31/12/2012	31/12/2011	Total	2012	2011	
IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL		
Diferenças temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	436	157	593	292	301	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.458	525	1.983	1.983	1.983	
Total diferenças temporárias	1.894	682	2.576	2.275	301	
Ágio incorporado	73.971	26.629	100.600	108.781	(8.181)	
Diferenças temporárias - RTT						
Instrumentos financeiros - CPC 39	1.604	578	2.182	1.841	341	
Total diferenças temporárias - RTT	1.604	578	2.182	1.841	341	
Total Ativos Diferidos	77.469	27.889	105.358	112.897	-	
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos				(7.539)	(6.145)	

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido foi registrada em contrapartida a débito resultado do exercício em R\$ 7.539.

Em dezembro de 2012 a controlada Investco reavaliou o cálculo do Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ganhos da adoção dos CPCs, associados à classificação das ações preferenciais (classe PNA, PNB e PNC) como Instrumentos financeiros conforme CPC 39, de forma a adequar à expectativa de realização futura.

Natureza dos créditos

Diferenças temporárias

Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Benefício pós-emprego
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Total diferenças temporárias

Ágio incorporado

Diferenças temporárias - RTT

Licenças ambientais - CPC 25
Uso do bem público - CPC 25
Instrumentos financeiros - CPC 39

Total diferenças temporárias - RTT

Total Ativos/Passivos Diferidos

Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos

Natureza dos créditos	Consolidado				Resultado		
	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante			
	31/12/2012	31/12/2011	Total	31/12/2012	31/12/2011	Total	
IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	436	157	593	297	(9)	(3)	(12)
Benefício pós-emprego				89	(143)	(51)	(194)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.458	525	1.983	2.829	(631)	(224)	(855)
Total diferenças temporárias	1.894	682	2.576	3.215	(783)	(278)	(1.061)
Ágio incorporado	73.971	26.629	100.600	108.781			
Diferenças temporárias - RTT							
Licenças ambientais - CPC 25				(367)	1.305	470	1.775
Uso do bem público - CPC 25				9.465	(7.638)	(2.749)	(10.387)
Instrumentos financeiros - CPC 39	1.604	578	2.182	(57)	17.965	6.464	24.429
Total diferenças temporárias - RTT	1.604	578	2.182	9.041	11.632	4.185	15.817
Total Ativos/Passivos Diferidos	77.469	27.889	105.358	121.037	10.849	3.907	14.756
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos							(30.477)
							(3.279)

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R\$ 30.477, a crédito de Patrimônio líquido em R\$31.

O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da EDP Lajeado Energia S.A. e da Tocantins Energia S.A., ocorrida em novembro de 2009, representada pelo benefício fiscal proveniente da dedutibilidade do ágio pago pela controladora EDP - Energias do Brasil, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo da concessão da Companhia, que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$5.030 até o ano de 2032 (Nota 16.1).

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2012, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013. Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia

estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Controladora					
2013	2014	2015	2016	Total Não circulante	
12.555	35.818	43.809	13.176	105.358	
Consolidado					
2013	2014	2015	2016	Total Não circulante	
12.555	35.818	43.809	13.176	105.358	

11 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para a sua controladora e a receber de sua controlada direta Investco, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentados como segue:

Objeto do contrato	Concessionárias	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/ MWh em 31/12/2012	Controladora				Receitas (despesas) no exercício	
						Ativo		Passivo		2012	2011
						31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Venda de energia elétrica		Bandeirante	09/11/2001	12/12/2001 a 31/11/2013	137,07	1.272	1.246			13.297	4.628
		Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	160,18	1	1			15	14
		Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	161,57	6	6			69	64
		Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	150,45	29	25			224	209
		EDP Comercializadora	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2022		9.130	10.350			114.761	109.207
		EDP Comercializadora	01/04/2011	01/04/2011 a 31/12/2011			852				13.524
		EDP Comercializadora	01/07/2011	01/07/2011 a 31/12/2011			2.481				13.935
		EDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2010 a 31/10/2011							1.307
		EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012						1.250	
		EDP Comercializadora	01/04/2012	01/04/2012 a 31/12/2012		65				3.458	
		Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	158,62	3	3			32	30
		Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	160,00	5	6			56	53
		Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	148,99	23	24			183	172
Outros Créditos											
Uso do sistema de transmissão		IEDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011		1.904	1.890			15.503	14.396
						12.438	16.884			148.848	157.539
Partes relacionadas											
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13		IEDP Energias do Brasil	01/07/2012					344	65	(344)	(666)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11.		IEDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				2	2	(22)	(17)
Contratos de mútuo - 100% do CDI		Investco	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012						3.621	5.204
						-	49.233	346	67	3.255	4.521
Fornecedores											
Uso do sistema de transmissão		Evrecy	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025					2	(18)	(21)
Compra de energia elétrica		EDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2011 a 31/03/2011							(13.062)
		EDP Comercializadora	01/02/2011	01/02/2011 a 31/05/2011							(13.486)
		EDP Comercializadora	01/09/2011	01/09/2011 a 30/09/2011							(124)
		EDP Comercializadora	01/11/2011	01/11/2011 a 30/11/2011							(481)
		EDP Comercializadora	01/12/2011	01/12/2011 a 31/12/2011					1.327		(1.201)
		EDP Comercializadora	01/12/2012	01/12/2012 a 31/12/2012						(3.291)	
		EDP Comercializadora	01/12/2012	01/12/2012 a 31/12/2012						(8.039)	
Arrendamento UHE Lajeado		Investco	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033				16.629	12.045	(181.086)	(142.059)
						-	-	16.629	13.374	(192.434)	(170.434)
						Total	12.438	66.117	16.975	13.441	(40.331)
										(8.374)	

Objeto do contrato	Concessionárias	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/ MWh em 31/12/2012	Consolidado				Receitas (despesas) no exercício	
						Ativo		Passivo		2012	2011
						31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Venda de energia elétrica		Bandeirante	09/11/2001	12/12/2001 a 31/11/2013	137,07	1.272	1.246			13.297	4.628
		Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	160,18	1	1			15	14
		Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	161,57	6	6			69	64
		Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	150,45	29	25			224	209
		Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	137,07	151	148			1.578	1.467
		Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	137,07	4	4			43	40
		EDP Comercializadora	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2022		9.130	10.350			114.761	109.207
		EDP Comercializadora	01/04/2011	01/04/2011 a 31/12/2011			852				13.524
		EDP Comercializadora	01/07/2011	01/07/2011 a 31/12/2011			2.481				13.935
		EDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2010 a 31/10/2011							1.307
		EDP Comercializadora	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012						1.250	
		EDP Comercializadora	01/04/2012	01/04/2012 a 31/12/2012		65				3.458	
		Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	158,62	3	3			32	30
		Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	160,00	5	6			56	53
		Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	148,99	23	24			183	172
Uso do sistema de transmissão		IEDP Comercializadora	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011		1.904	1.890			15.503	14.381
						12.593	17.036			150.469	159.031

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora		
	Valor líquido em 31/12/2011	Depreciações e Amortizações	Valor líquido em 31/12/2012
Imobilizado em serviço			
Móveis e utensílios	32	(4)	28
Total do imobilizado em serviço	32	(4)	28
Total imobilizado	32	(4)	28

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2011	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2012
Imobilizado em serviço						
Terrenos	114.518					114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	562.600		227	(13.707)		549.120
Edificações, obras civis e benfeitorias	262.616			(7.727)		254.889
Máquinas e equipamentos	350.627		848	(14.759)	(126)	336.590
Veículos	561		183	(135)	(71)	538
Móveis e utensílios	267			(33)		234
Total do imobilizado em serviço	1.291.189	-	1.258	(36.361)	(197)	1.255.889
Imobilizado em curso						
Depósitos judiciais	14.209					14.209
Outros	11.732	6.292	(1.258)			16.766
Total imobilizado	1.317.130	6.292	-	(36.361)	(197)	1.286.864

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

16 Intangível

	Controladora							
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	31/12/2012 Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	31/12/2011 Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão	4,04	739.378	(163.782)	575.596	4,04	739.378	(133.930)	605.448
		739.378	(163.782)	575.596		739.378	(133.930)	605.448
Administração								
Software	20,00	249	(90)	159	20,00	194	(52)	142
		249	(90)	159		194	(52)	142
Total do Intangível em Serviço		739.627	(163.872)	575.755		739.572	(133.982)	605.590
Intangível em curso								
Administração						56		56
Total do Intangível em Curso		-	-	-		56	-	56
Atividades não vinculadas à concessão								
Ágio na incorporação de sociedade controladora		375.963		375.963		375.963		375.963
(-) Provisão para manutenção de dividendos		(375.963)		(375.963)		(375.963)		(375.963)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos		80.080		80.080		56.018		56.018
(-) Amortização acumulada do ágio		(80.080)		(80.080)		(56.018)		(56.018)
		-	-	-		-	-	-
Total intangível		739.627	(163.872)	575.755		739.628	(133.982)	605.646

	Consolidado							
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	31/12/2012 Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	31/12/2011 Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	975	(802)	173	20,00	899	(617)	282
Direito de concessão	4,04	739.378	(163.782)	575.596	4,04	739.378	(133.930)	605.448
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(7.180)	12.957	3,22	20.138	(6.533)	13.605
		760.490	(171.764)	588.726		760.415	(141.080)	619.335
Transmissão								
Servidão permanente		111		111		111		111
		111		111		111		111
Administração								
Software	20,00	663	(280)	383	20,00	608	(159)	449
		663	(280)	383		608	(159)	449
Total do Intangível em Serviço		761.264	(172.044)	589.220		761.134	(141.239)	619.895
Intangível em curso								
Geração		12.508		12.508		12.461		12.461
Administração		165		165		152		152
Total do Intangível em Curso		12.673	-	12.673		12.613	-	12.613
Atividades não vinculadas à concessão								
Ágio na incorporação de sociedade controladora		375.963		375.963		375.963		375.963
(-) Provisão para manutenção de dividendos		(375.963)		(375.963)		(375.963)		(375.963)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos		80.080		80.080		56.018		56.018
(-) Amortização acumulada do ágio		(80.080)		(80.080)		(56.018)		(56.018)
		-	-	-		-	-	-
Total intangível		773.937	(172.044)	601.893		773.747	(141.239)	632.508

Ágio na incorporação de sociedade controladora - refere-se ao ágio incorporado, oriundo de reorganização societária, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pelo prazo de concessão da Companhia ICPC 09, conforme descrito na nota 16.1.

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora					
	Valor líquido 31/12/2011	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Valor líquido 31/12/2012	
Intangível em serviço						
Software	142	56	(38)	(1)	159	
Direito de concessão	605.448		(29.852)		575.596	
Intangível em curso	56	(56)				
Total Intangível	605.646	-	(29.890)	(1)	575.755	
	Consolidado					
	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Valor líquido 31/12/2012
Intangível em serviço						
Software	731		132	(306)	(1)	556
Servidão permanente	111					111
Direito de concessão -						
Uso do Bem Público - UBP	13.605			(648)		12.957
Direito de concessão	605.448			(29.852)		575.596
Intangível em curso	12.613	192	(132)			12.673
Total Intangível	632.508	192	-	(30.806)	(1)	601.893

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Uso do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.673, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE - Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

16.1 Ágio na incorporação de sociedade controladora

Como resultado da reorganização societária, Incorporação da Tocantins Energia S.A. e da EDP Lajeado Energia S.A. pela Lajeado Energia, ocorrida em 30 de novembro de 2009, foi registrado ágio no valor de R\$375.963 suportado por laudo de avaliação econômico-financeira emitido por avaliadores independentes, que será amortizado pelo prazo remanescente da concessão até o ano de 2033, conforme Resolução autorizativa da ANEEL nº 2.218/09.

Em 31 de dezembro de 2012 o teste de recuperação do ágio da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No exercício não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis, eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Provisão para manutenção de dividendos - Efeitos CVM nºs 319/99 e 349/01

Saldo do ágio não amortizado da EDP Lajeado Energia	375.963
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%
Benefício fiscal de amortização do ágio	127.827
Provisão para manutenção dos dividendos	248.136

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros da Lajeado, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio, após a incorporação da EDP Lajeado, ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo da Lajeado Energia em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido da Lajeado (Nota 23.3.2).

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Investco - Arrendamento	16.629	12.045		
Suprimento de energia elétrica	30	1.327	31	1.327
Encargos de uso da rede elétrica	5.821	5.609	5.973	5.754
Operações CCEE	5.204	560	5.297	560
Materiais e serviços	112	157	4.716	3.232
Total	27.796	19.698	16.017	10.873

Investco - arrendamento - Refere-se ao Instrumento Particular de Contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, conforme mencionado na nota 7.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza fiscal, cíveis e trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais da controlada Investco é de R\$53 em 31 de dezembro de 2012 (R\$67 em 31 de dezembro de 2011) (Nota 12).

21.2 Licenças ambientais

O montante de R\$12.945 em 31 de dezembro de 2012 (R\$17.183 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

22 Benefícios pós-emprego

A controlada Investco mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

22.1 Investco

22.1.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a controlada Investco administra um plano PGBL contratado este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de Patrocinadora, a controlada Investco contribuiu no exercício com R\$52 (R\$22 em 31 de dezembro de 2011).

Esse plano tem a adesão de 25 colaboradores.

22.1.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Assistência médica Lei nº 9.656/98	19	8	551	243
Previdência Privada - EnerPrev		4		
	19	12	551	243

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da controlada Investco, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a controlada Investco contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada para a data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações do plano.

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011, está demonstrada a seguir:

	31/12/2012			
	Em milhares de ações			
	Quantidade de ações "ON"	% Participação	Quantidade de ações "PNA"	% Participação
EDP - Energias do Brasil S.A.	113.690	100,00		
Governo do Estado de Tocantins			8.278	100,00
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás			81.549	100,00
Total	113.690	100,00	81.549	100,00

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

23.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 28 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, da constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- b) uma parcela, por proposta de órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais no caso da controlada Investco;
- d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais 25% dos lucros líquidos; e
- e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249/95, no montante bruto de R\$83.962, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2012
Lucro líquido apurado no exercício	160.059
Constituição da reserva legal - 5%	(8.003)
	152.056
Destinação do lucro	152.056
Dividendos intermediários - JSCP	83.962
Reserva de lucros	725
Dividendo adicional proposto	67.369
Quantidade de ações	203.517.892
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	0,000413
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos Adicional Proposto	0,000331
Dividendos por ação - R\$	0,000747

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" tem as seguintes vantagens:

- As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.
 - As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:
 - (i) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e
 - (ii) recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".
- O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobrás prevê: i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; ii) garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos; iii) os valores dos investimentos na área ambiental da UHE Lajeado são descontados dos dividendos devidos à EDP - Energias do Brasil e registrados no Patrimônio líquido na rubrica Reserva de lucros.

Em 2012 o total dos rendimentos da Eletrobrás são de R\$46.381, sendo R\$17.784 referente a partes beneficiárias, e R\$28.597 juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF.

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano reconhecido	(Passivo)	Valor presente das obrigações do plano reconhecido	(Passivo)
Saldo inicial reconhecido	(251)	(251)		
Custo do serviço corrente	(106)	(106)	(158)	(158)
Custo dos juros	(69)	(69)	(89)	(89)
Custo do serviço passado	(19)	(19)	(298)	(298)
Custo especial por término de benefício			554	554
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(125)	(125)	(260)	(260)
Saldo final reconhecido	(570)	(570)	(251)	(251)
Custo do serviço passado não reconhecido	(406)		(425)	
Valor presente das obrigações atuariais	(976)	(570)	(676)	(251)

A controlada Investco reconheceu imediatamente os custos do serviço passado da parcela deste benefício, cujo direito a utilização já se encontra adquirida pelos beneficiários do plano, iria reconhecer como despesa linear no prazo médio de 21 anos os custos do serviço passado não reconhecidos que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados. Porém, de acordo com a Instrução CVM nº 695/12, que altera a versão do CPC 33 para (R1), os custos do serviço passados não reconhecidos até o exercício de 2012 serão reconhecidos integralmente no exercício de 2013. As contribuições da controlada Investco esperadas para este plano para o exercício de 2013 são de R\$19. A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	106	158
Custo dos juros	69	89
Custo do serviço passado	19	298
Custo especial por redução de benefício		(554)
Total	194	(9)

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição Social é de R\$185 em 31 de dezembro de 2012 (R\$125 em 31 de dezembro de 2011) (Nota 23.3.3).

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência Médica na Aposentadoria	Pressupostos Centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	976	1.142	841
Custo do Serviço e Custo dos juros	194	209	181
As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:			
Econômicas	2012	2011	
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a.	10,25% a.a.	
	11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2024	11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023	
Inflação	5,00% a.a.	4,50% a.a.	
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011, está demonstrada a seguir:

	31/12/2012			
	Em milhares de ações			
	Quantidade de ações "ON"	% Participação	Quantidade de ações "PNA"	% Participação
EDP - Energias do Brasil S.A.	113.690	100,00		
Governo do Estado de Tocantins			8.278	100,00
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás			81.549	100,00
Total	113.690	100,00	81.549	100,00

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

23.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 28 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, da constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- b) uma parcela, por proposta de órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais no caso da controlada Investco;
- d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais 25% dos lucros líquidos; e
- e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249/95, no montante bruto de R\$83.962, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2012
Lucro líquido apurado no exercício	160.059
Constituição da reserva legal - 5%	(8.003)
	152.056
Destinação do lucro	152.056
Dividendos intermediários - JSCP	83.962
Reserva de lucros	725
Dividendo adicional proposto	67.369
Quantidade de ações	203.517.892
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	0,000413
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos Adicional Proposto	0,000331
Dividendos por ação - R\$	0,000747

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" tem as seguintes vantagens:

- As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.
 - As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:
 - (i) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e
 - (ii) recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".
- O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobrás prevê: i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; ii) garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos; iii) os valores dos investimentos na área ambiental da UHE Lajeado são descontados dos dividendos devidos à EDP - Energias do Brasil e registrados no Patrimônio líquido na rubrica Reserva de lucros.

Em 2012 o total dos rendimentos da Eletrobrás são de R\$46.381, sendo R\$17.784 referente a partes beneficiárias, e R\$28.597 juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF.

23.3 Reservas

	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de capital		
Partes beneficiárias	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	127.827	127.827
	579.203	579.203
Reservas de lucros		
Legal	49.612	41.608
Retenção de lucros	34.914	34.915
Dividendo adicional proposto	67.369	78.983
Lucros a realizar	13.703	12.978
Outras reservas de lucros	(185)	(125)
	165.413	168.359
Total	744.616	747.562

23.3.1 Partes beneficiárias e Ações preferencias

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração nos Estatutos, criando 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária e, 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76. Estas ações, bem como as Partes beneficiárias foram integralmente subscritas e adquiridas, nesta data, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.

O prazo de duração das Partes beneficiárias é de até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em Ações preferenciais Classe A (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Lajeado (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Lajeado até o término do prazo de duração das Partes beneficiárias.

23.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Lajeado na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado. (Nota 16.1).

23.3.3 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de Benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo imposto de renda e Contribuição social diferidos. A movimentação de outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2011	Equity	Transferência para reserva de lucros	Saldo em 31/12/2012
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	–	(60)	60	–
	–	(60)	60	–

23.3.4 Reservas de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

24 Dividendos - Ativos e Passivos

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Passivo	Passivo
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Investco	29.729	9.074		
EDP - Energias do Brasil			39.868	41.451
Outros			49.284	52.364
Total	29.729	9.074	89.152	93.815
			102.753	100.752

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25 Receita

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de Energia elétrica	3.409.700	3.698.318	417.548	422.662	3.454.392	3.743.010	423.271	428.076
Energia de curto prazo			30.109	13.463			30.752	13.794
Total fornecimento e suprimento	3.409.700	3.698.318	447.657	436.125	3.454.392	3.743.010	454.023	441.870
Arrendamento							73.804	72.377
Outras receitas operacionais			48.874	39.469			49.582	25.646
Subtotal	3.409.700	3.698.318	496.531	475.594	3.454.392	3.743.010	577.409	539.893
(-) Deduções à receita operacional								
P&D			(4.462)	(4.273)			(5.140)	(4.331)
PIS/COFINS			(45.929)	(43.992)			(53.410)	(49.940)
Total	3.409.700	3.698.318	446.140	427.329	3.454.392	3.743.010	518.859	485.622

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

26 Gastos operacionais

	Controladora						2011
	Custo do serviço		Despesas Operacionais			Total	
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras		
Total	68.803	181.108	882	31.675	18.659	301.127	277.685

	Consolidado						2011
	Custo do serviço		Despesas Operacionais			Total	
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras		
Total	70.331	47.166	904	49.122	21.271	188.794	196.780

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado
	2012	2011	2012	2011		
Receitas financeiras						
Renda de aplicações financeiras	2.290	5.709	3.903	6.778		
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	278	255				
Atualização monetária depósitos judiciais	330		330			
Atualização monetária contratos de mútuo	3.621	5.204				
Variações monetárias moeda nacional			102			
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	262	519	277	750		
Descontos obtidos			6			
Remuneração das ações preferenciais				4.720		
Outras receitas financeiras	2.664	3.514	2.060	3.749		
Total	9.445	15.201	6.678	15.997	7.440	21.553

28 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	221.759	230.954	221.759	230.954	307.203	286.378	307.203	286.378
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(55.440)	(57.739)	(19.958)	(20.786)	(76.801)	(71.595)	(27.648)	(25.774)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes								
Doações	(104)	(103)	(38)	(37)	(211)	(173)	(77)	(62)
Multas indedutíveis					(1)	(1)		
Gratificações a administradores	171		61		177	(25)	63	(9)
Pesquisa e desenvolvimento		141		51		141		51
Resultados de equivalência patrimonial	17.326	14.940	6.237	5.379				
Partes beneficiárias		(4.903)		(1.765)		(4.903)		(1.765)
Programa REFIS		2.351		846		2.351		846
Juros sobre o capital próprio	12.247	24.153	4.409	8.696	27.710	28.728	9.976	10.343
Outros								
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	320		115		(17.433)		(6.276)	
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(7.257)	(4.788)	(2.613)	(1.723)	(11.057)	(4.324)	(3.981)	(1.555)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	171	66	67	(71)	175	986	69	267
Incentivos fiscais								
Adicional IRPJ	24	24			48	48		
Lei Rouanet	277	410			609	690		
Desporto	70				70			
FIA					40			
Despesa de IRPJ e CSLL	(32.195)	(25.448)	(11.720)	(9.410)	(76.674)	(48.077)	(27.874)	(17.658)
Alíquota Efetiva	14,52%	11,02%	5,29%	4,07%	24,96%	16,79%	9,07%	6,17%

29 Resultado por ação

	Exercícios findos em 31 de Dezembro			
	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	160.059	176.485	160.059	176.485
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	203.518	203.518	203.518	203.518
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,78646	0,86717	0,78646	0,86717

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

30 Seguros
A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	2012	
	Controladora	Consolidado
Usinas		690.460
Prédios e conteúdos (próprios)		1.360
Transportes (veículos)		1.600
Acidentes pessoais	284	3.339

31 Instrumentos financeiros
Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

31.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de

riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

31.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos. Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Controladora		Consolidado	
	Valor justo 31/12/2012	Valor justo 31/12/2011	Valor contábil 31/12/2012	Valor contábil 31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	77.417	6.820	77.417	6.820
Títulos a receber	5.280	4.501	5.280	4.501
Concessionárias	38.312	58.212	38.312	58.212
Partes relacionadas		49.233		49.233
Cauções e depósitos vinculados				
Rendas a receber				
Não circulante				
Títulos a receber	27.675	30.353	27.675	30.353
	148.684	149.119	148.684	149.119
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	27.796	19.698	27.796	19.698
Partes relacionadas				
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas				
Uso do bem público				
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos				
Partes relacionadas	346	67	346	67
Uso do bem público				
	28.142	19.765	28.142	19.765

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir, levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da instituição financeira.

Os Títulos a receber são constituídos por Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" e refere-se à emissão da controlada Investco, onde de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

O saldo de rendas a receber, refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado, Paulista Lajeado Energia e Lajeado para assegurar receita. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo IPCA medido pelo IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Os saldos de concessionárias e fornecedores são compostos principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica, encargos de uso da rede e energia de curto prazo com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

Os Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Na categoria de empréstimos temos constituídas ainda Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" e refere-se à emissão da controlada Investco, onde de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contratos de Mútuo e arrendamento, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

O valor da rubrica Uso do bem público consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	Controladora					
	31/12/2012			31/12/2011		
Ativos financeiros	Valor justo			Valor justo		
	Empréstimos e recebíveis	por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa		77.417	77.417		6.820	6.820
Títulos a receber	32.955		32.955	34.854		34.854
Concessionárias	38.312		38.312	58.212		58.212
Partes relacionadas				49.233		49.233
	71.267	77.417	148.684	142.299	6.820	149.119
Passivos financeiros						
Fornecedores		27.796	27.796		19.698	19.698
Partes relacionadas		346	346		67	67
		28.142	28.142		19.765	19.765

	Controladora		Consolidado	
	Valor justo 31/12/2012	Valor justo 31/12/2011	Valor contábil 31/12/2012	Valor contábil 31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	77.417	6.820	77.417	6.820
Títulos a receber	5.280	4.501	5.280	4.501
Concessionárias	38.312	58.212	38.312	58.212
Partes relacionadas		49.233		49.233
Cauções e depósitos vinculados				
Rendas a receber				
Não circulante				
Títulos a receber	27.675	30.353	27.675	30.353
	148.684	149.119	148.684	149.119
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	27.796	19.698	27.796	19.698
Partes relacionadas				
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas				
Uso do bem público				
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos				
Partes relacionadas	346	67	346	67
Uso do bem público				
	28.142	19.765	28.142	19.765

	Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
Ativos financeiros	Valor justo		Valor justo	
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa		83.440		83.440
Rendas a receber	6.150		4.825	4.825
Títulos a receber	25.854		28.062	28.062
Concessionárias	38.861		58.794	58.794
Cauções e depósitos vinculados		19		19
	70.865	83.440	91.681	101.815
Passivos financeiros				
Fornecedores		16.017	10.873	10.873
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		78.373	78.373	129.310
Partes relacionadas		833	833	5.718
Uso do bem público		43.506	43.506	41.448
		138.729	138.729	187.349

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos Instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

	Controladora		Consolidado	
	Mensuração do valor justo		Mensuração do valor justo	
Ativos financeiros	Mercados idênticos	Mercados similares	Mercados idênticos	Mercados similares
	31/12/2012	Nível 1	Nível 2	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	77.417	23.170	54.247	83.440
	77.417	23.170	54.247	83.440

31.3 Risco de mercado

O Risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

31.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Controladora								
	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos									
CDI	2.967				2.967	742	1.483	(742)	(1.483)
	2.967	-	-	2.967	742	1.483	(742)	(1.483)	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Consolidado									
Aging cenário		Cenário (I)		Cenário (II)		Cenário (III)		Cenário (IV)		Cenário (V)	
		provável		Aumento do		Aumento do		Redução do		Redução do	
Operação	Risco	Até 1 ano	Provável	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%	risco em 25%	risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.968	2.968	742	1.483	(742)	(1.483)				
		2.968	2.968	742	1.483	(742)	(1.483)				

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00%;

31.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Concessionárias (Nota 5) e Rendas a receber (Nota 7). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

31.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

32 Compromissos contratuais e Garantias

32.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos, os contratos de mútuos e o Uso do bem público (que figuram nas demonstrações financeiras) as obrigações de compras e as responsabilidades com locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

		Controladora				
		31/12/2012				
		Total geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	Nota	4.657.133	195.737	510.703	398.071	3.552.622
Obrigações de compra		1.525	1.468	57		
		4.658.658	197.205	510.760	398.071	3.552.622
		Consolidado				
		31/12/2012				
		Total geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	18	78.373	11.099	11.004	8.680	47.590
Responsabilidades com locações operacionais		1.137	257	727	153	
Obrigações de compra		19.758	11.168	8.163	427	
Uso do bem público	20	43.506	3.894	8.991	7.350	23.271
Licenças ambientais	21	12.945	7.496	5.449		
		155.719	33.914	34.334	16.610	70.861

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de sua controlada. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

Responsabilidades com locações operacionais, inclui essencialmente o compromisso financeiro assumido em função do contrato de Arrendamento da UHE Lajeado. A titular do contrato de arrendamento é sua controlada direta Investco.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia e de sua controlada.

32.2 Garantias

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
		Valor	Valor	Valor	Valor
Aval de acionista				3.055	1.109
Depósito caucionado				19	39
Fiança bancária				635	
Fiança corporativa					46.94
Garantias em recebíveis		4.245	4.245	4.304	4.304
Notas promissórias		25.828	28.035	25.828	184.035
Penhor de ações					915.296
Seguro garantia		571		571	
Penhor de direitos					46.941

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia, nota 12.

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Garantias em recebíveis: o artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade de as concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Notas Promissórias: é uma promessa de pagamento pela qual o emitente se compromete diretamente com o beneficiário a pagar-lhe certa quantia em dinheiro.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega da ações como garantia.

Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas encontramos o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc.

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Concessão da UHE Lajeado, compreendendo, mas não se limitando, aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado.

33 Meio ambiente

A controlada Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a controlada Investco investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2012 foram de R\$6.928 sendo R\$5.880, capitalizados no exercício, relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$1.048 em contrapartida do resultado do exercício relativo ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais em todas as suas instalações e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otávio Assis Henriques Presidente	Miguel Dias Amaro Conselheiro	Álvoro Jorge Guerreiro de Sousa Conselheiro	Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira Conselheiro	Antonio Frederico Pereira da Silva Conselheiro
--	---	---	--	--

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente	Luiz Otávio Assis Henriques Diretor Executivo	Álvoro Jorge Guerreiro de Sousa Diretor Técnico	Carlos Emanuel Baptista Andrade Diretor	Hélio Fernandes Dias Diretor
Carlos Sérgio Salgueira Martins Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade			Ana Paula Marzano Cerqueira Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos Contadora - CRC 1SP204118/O-8	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Lajeado Energia S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lajeado S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Partes Beneficiárias na Companhia

Conforme descrito na nota explicativa 23.3.1, a Companhia emitiu, em 2006, partes beneficiárias para terceiros, cujo saldo, no montante de R\$451 milhões, desde a data da emissão, foi registrado no patrimônio líquido. Considerando-se que as características dessas partes beneficiárias são as de um instrumento híbrido, referido saldo não deveria, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, ser integralmente registrado em conta de patrimônio líquido, devendo parte substancial ser registrada como passivo, representado, no mínimo, pelo montante de caixa que a Companhia deve pagar para o detentor das partes beneficiárias durante o prazo de sua vigência. Por ter entendimento diverso, a Companhia não determinou o montante mínimo que deveria ser registrado como parte do passivo, resultando, portanto, em um patrimônio líquido aumentado e saldo do passivo diminuído, em 31 de dezembro de 2012, por montante ainda não determinado, e o resultado do exercício não contempla qualquer efeito decorrente desse ajuste.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo do item "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lajeado S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo do item "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Lajeado S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Conforme descrito na nota explicativa 2.2(f), os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente

sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas num único conjunto

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Lajeado S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras" estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

A COMPANHIA

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõe a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Investco S.A. opera e mantém a UHE Lajeado, através de quadro próprio, treinado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. No ano de 2012, foi atingido o recorde de geração com 5.211,4 GWh, aproximadamente 13% superior da energia assegurada anual de 4.613 GWh. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 93,05%, fechando o mês de Dezembro com disponibilidade média de 92,62% (apurada com base na média dos últimos 60 meses), índice também superior ao exigido no Contrato de Concessão, que é de 89,6%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Investco S.A. registrou Receita Operacional Líquida de R\$253,8 milhões em 2012, aumento de 26,7% ao apurado no ano de 2011 que totalizou R\$200,4 milhões. Este acréscimo de R\$53,4 milhões é proveniente, principalmente, em função da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) sobre o cálculo do arrendamento de 2010. Cabe ressaltar que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos estão inclusos a remuneração dos custos operacionais. O endividamento financeiro, composto por Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, atingiu R\$85,5 milhões no ano de 2012 frente a R\$136,1 milhões em 2011 (R\$79,1 milhões referente a ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39 e R\$57,0 milhões de empréstimos bancários), sendo o saldo reduzido em 37,2% principalmente por encerramento dos empréstimos bancários. O valor remanescente refere-se às ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39.

O EBTIDA (lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional) totalizou R\$221,1 milhões no ano de 2012 frente aos R\$174,1 milhões do ano de 2011, aumento de 27,0% em decorrência da aplicação do CA (coeficiente de ajuste) sobre o arrendamento. O Resultado antes do Resultado Financeiro e Tributos totalizou R\$185,1 milhões em 2012, aumento 32,9% sobre o ano de 2011, esta variação é em função, principalmente, do aumento da Receita Operacional Bruta e o Lucro Líquido alcançou R\$94,1 milhões em 2012, aumento de 11,6% frente ao mesmo período do ano anterior. Os Investimentos 2012 totalizaram R\$ 6,5 milhões sendo: R\$ 2,8 milhões em Máquinas e Equipamentos, R\$ 1,2 milhão em obras civis, R\$ 1,1 milhão em regularizações de terrenos, R\$ 0,7 milhão em programas ambientais e R\$ 0,7 milhão em TI e Infraestrutura.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE

A Investco, como uma das maiores empresas do Tocantins, tem uma importante função como promotora do equilíbrio social, econômico e ambiental no estado. A gestão da responsabilidade socioambiental em 2012, baseada na interação com a comunidade, no incentivo à educação, ao esporte e na valorização da cultura local, trilha um caminho que incentiva o desenvolvimento econômico sustentável e a conservação dos recursos naturais.

Os investimentos socioambientais da Investco focam o uso múltiplo do reservatório da Usina e o desenvolvimento regional. Através de patrocínios, a Empresa tem incentivado a realização de eventos esportivos, no entorno do reservatório, buscando o seu uso múltiplo de forma equilibrada, por acreditar na força do esporte como mecanismo de educação e inclusão social. Esses incentivos fomentam a realização de vários eventos de destaque estadual e nacional. Com parcerias com a sociedade civil organizada, gestores públicos, setor privado e instituições de ensino, diversos programas foram executados e mais de 20 mil de pessoas foram beneficiadas.

Circuito Cultural e Esportivo Investco - ações que proporcionam a toda comunidade do entorno do reservatório da Usina Luis Eduardo Magalhães - Lajeado atividades de educação ambiental, cultura, esporte e lazer. Através da valorização das diversidades culturais locais, o evento busca a conscientização da população sobre a importância da preservação ambiental aliada ao desenvolvimento sustentável. Entre as competições estão maratonas aquáticas, provas de enduro a pé, ciclismo, natação, canoagem, atletismo, além da promoção de peças de teatro e oficinas artísticas para as cidades de Lajeado, Porto Nacional, Ipueiras e Brejinho de Nazaré por meio do projeto Teatro a Bordo.

Canais de Diálogo com a Comunidade

Central de Atendimento - Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, a Investco mantém uma Central de Atendimento, com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 6463443. Pelo número, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos. Além disso, o diálogo permanente é uma ótima forma de promover a troca de conhecimentos e experiências, melhorando sempre nesse processo de gestão empresarial.

Publicações em Jornais e Diário Oficial - Por meio dos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE (Diário Oficial do Estado), a Investco amplia o alcance da comunicação, promovendo o diálogo com diversos públicos, e não somente com a comunidade do entorno. Usualmente, essa forma de comunicação é utilizada para divulgar as ações realizadas pela Investco.

Comerciais Televisivos - Outro veículo que atinge grande parte da população é a televisão. No último ano a Investco veiculou comerciais na TV Globo. Os temas foram o Circuito Cultural e Esportivo Investco e o Fórum das Águas. Para que um maior número de pessoas assistisse aos vídeos, as gravações foram ao ar cerca de cinquenta vezes entre os meses de maio e novembro.

Visitas à Usina - Trata-se de uma ferramenta que vem sendo muito procurada pela comunidade. Após solicitação por telefone, e-mail ou fax, a Investco recebe grupos de visitantes na Usina, acompanhados por técnicos da área de comunicação, meio ambiente ou operação e manutenção, de acordo com o perfil do visitante. Na ocasião, os visitantes assistem a uma palestra sobre as ações da empresa e o funcionamento da Usina, além de verem de perto as instalações da UHE. No último ano, cerca de mil pessoas de diferentes locais do país conheceram a Usina.

Projetos com foco na Educação

EDP nas Escolas - Iniciativa que contribui para o desenvolvimento do aluno e para a melhoria na qualidade do ensino fundamental em escolas públicas. No Tocantins, foram beneficiados 588 alunos e 38 professores, no município de Porto Nacional, Escola Estadual Beira Rio, por meio da distribuição de kits escolares, concurso de Arte com Energia e apresentação teatral com o tema Energias Renovável.

Projetos de Educação e Meio Ambiente

Premio EDP nas Artes - promovido pelo Instituto Tomie Ohtake, a iniciativa contempla a capacitação de artistas de regiões fora do eixo Rio/São Paulo. O ciclo do Prêmio é bianual, iniciando com capacitações e finalizando com a escolha das melhores obras de arte, com exposição e premiação dos artistas. Em 2012 foram 291 trabalhos inscritos, com exposição realizada de junho a agosto, no próprio Instituto Tomie Ohtake.

Ano Portugal no Brasil - Patrocínio do Espetáculo Mariza e Roberta Sá no lançamento do "Ano Portugal no Brasil" em Brasília. Realizado pelo Interlúdio Eventos e Serviços Artísticos e Culturais Ltda.

Projetos Socioambientais e Culturais patrocinados a partir do edital público

Esporte e Cidadania - Educação através do esporte (escolinha de futebol de campo e vôlei de areia) em parceria com a escola local e Polícia Comunitária. Foram beneficiados 550 crianças e adolescentes da região do Assentamento de Luzimangues.

CEDECA - A parceria com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone, desenvolve o projeto **Candeia**, o qual visa a promoção de ações que assegurem a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas de violência, respeitando os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como as diretrizes estabelecidas pela VII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. O Conselho Estadual da Criança e do Adolescente somente repassou o recurso destinado pela empresa em Novembro/12. O projeto será monitorado em 2013.

Zig-Zag - Promoção da inclusão social de adolescentes e jovens que estão em situação de vulnerabilidade social, assegurando o seu desenvolvimento integral e o pleno direito à cidadania através da qualificação profissional na área de corte e costura, da formação humana e cristã, do lazer, do esporte, da cultura e da educação realizada pelo Centro Juvenil Salesiano Dom Bosco. O Projeto finalizou suas ações em 2012.

Circuito EDP Teatro a Bordo - Realizado em novembro, o tradicional espetáculo realizado pela Investco, com apoio do Instituto EDP, o Grupo de Teatro a Bordo, reuniu cerca de 2500 pessoas, que acompanharam apresentações de teatro, teatro infantil, festival de cinema curta metragem, oficinas de reciclagem e contagem de histórias, intervenções artísticas e apresentações de palhaços.

Festival do Minuto - Formação, engajamento e capacitação de público jovem e de professores de escolas públicas para gravação de filmes de até um minuto, utilizando-se de oficinas online, materiais didáticos em DVD, mostras de filmes e posterior festival e premiação Palmas. Participaram os municípios de Porto Nacional, Miracema, Lajeado, Ipueiras e Brejinho de Nazaré.

Buriti Viola - Produção de um plano pedagógico para Escolas Públicas em torno da leitura do livro Buriti Viola, envolvendo, dentre outras ações, a edição e a impressão de 9 mil exemplares do livro infantil Buriti Viola e de 2 mil cartilhas de projeto pedagógico, o encontro com o autor por meio de 18 apresentações de contagem de história e de um website específico para engajamento de alunos e professores além da disponibilização gratuita do material produzido. Municípios contemplados: Brejinho de Nazaré, Ipueiras, Lajeado, Miracema, Palmas e Porto Nacional.

Futebol Society Athenas - Projeto com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos aspectos cognitivo, motor e sócio-afetivo, além da inclusão social. Para continuar participando do programa, os participantes têm como obrigação manter boas notas nas escolas. Foram atendidos 250 jovens entre 6 e 17 anos.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, em Dezembro de 2011, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias. A Deloitte iniciou a prestação de serviços em março de 2012, desde então, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da Instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - FORMULÁRIO IBASE

INVESTCO

1 - Base de Cálculo	2012 Valor (Mil reais)	2011 Valor (Mil reais)
Receita líquida (RL)	253.805	200.353
Resultado operacional (RO)	154.750	115.181
Folha de pagamento bruta (FPB)	9.779	8.336

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	766	7,83%	0,30%	623	7,48%	0,31%
Encargos sociais compulsórios	2.558	26,16%	1,01%	2.116	25,39%	1,06%
Previdência privada	61	0,62%	0,02%	47	0,57%	0,02%
Saúde	734	7,51%	0,29%	439	5,27%	0,22%
Segurança e saúde no trabalho	-	0,00%	0,00%	30	0,36%	0,01%
Educação	27	0,28%	0,01%	26	0,31%	0,01%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	208	2,13%	0,08%	147	1,77%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	21	0,21%	0,01%	14	0,17%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	447	5,36%	0,22%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	22	0,22%	0,01%	24	0,29%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	4.397	44,96%	1,73%	3.915	46,96%	1,95%

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	54	0,03%	0,02%	45	0,04%	0,02%
Cultura	333	0,21%	0,13%	200	0,17%	0,10%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	40	0,03%	0,02%	135	0,12%	0,07%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	426	0,28%	0,17%	380	0,33%	0,19%
Tributos (excluídos encargos sociais)	87.436	56,5%	34,45%	51.727	44,91%	25,82%
Total - Indicadores sociais externos	87.863	56,78%	34,62%	52.107	45,24%	26,01%

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	6.928	4,47%	2,73%	5.782	5,02%	2,89%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	6.928	4,47%	2,73%	5.782	5,02%	2,89%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50% () não possui metas () cumpre de 76 a 100% () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100% () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2012	2011
Nº de empregados(as) ao final do período	74	77
Nº de admissões durante o período	5	9
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	52	38
Nº de estagiários(as)	-	-
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	12	14
Nº de mulheres que trabalham na empresa	16	15
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0%	17%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa ⁽¹⁾	1	2
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	1	-

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.023	3.314
Rendas a receber	6	22.779	16.870
Concessionárias	5	549	582
Impostos e contribuições sociais	7	28.848	22.468
Estoques	10	3.729	4.696
Cauções e depósitos vinculados	11	19	-
Despesas pagas antecipadamente		5	664
Outros créditos		79	172
		62.031	48.766
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.117	8.140
Cauções e depósitos vinculados	11	1.117	1.193
		1.117	9.333
Imobilizado	12	1.286.836	1.317.098
Intangível	13	26.138	26.862
		1.312.974	1.343.960
Total do ativo		1.376.122	1.402.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	804.459	14.473	202.426	-	-	1.021.358
Lucro líquido do exercício					84.304	84.304
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			4.215		(4.215)	-
Reserva de retenção de lucros			60.067		(60.067)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(18.300)	(18.300)
Dividendos propostos					(1.722)	(1.722)
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(260)		(260)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				89		89
Transferência para Reserva de lucros			(171)	171		-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	804.459	14.473	266.537	-	-	1.085.469
Ajuste de Avaliação Patrimonial						
Dividendo adicional aprovado - AGO 12/04/2012			(22.053)			(22.053)
Lucro líquido do exercício					94.117	94.117
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			4.706		(4.706)	-
Dividendos intermediários (JSCP)					(47.911)	(47.911)
Dividendo adicional proposto			41.500		(41.500)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(125)		(125)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				42		42
Transferência para Reserva de lucros			(83)	83		-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	804.459	14.473	290.607	-	-	1.109.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6 - Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2012	Metas 2013
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa ⁽²⁾	11,80	11,80
Número total de acidentes de trabalho ⁽³⁾	5	-
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(x) organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	225.514	175.913
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	39% governo 27% acionistas	5% colaboradores(as) 15% terceiros
	30% governo 14% retido	5% colaboradores(as) 17% terceiros 37% retido

7 - Outras Informações

(1) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.
 (2) Para este indicador não foi considerado o salário do Presidente pois apesar da remuneração ser paga pelo Brasil, a decisão sobre os valores é realizada em Portugal. Já os Conselheiros, não foram considerados por não comporem o headcount do Grupo.
 (3) Este número inclui os acidentes com e sem afastamento, envolvendo funcionários próprios e terceiros.
 Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. O grupo EDP no Brasil é signatário do pacto contra o trabalho escravo e infantil.
 Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
 Informações não auditadas.
 Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	14	4.850	3.220
Impostos e contribuições sociais	7	49.653	39.561
Dividendos	22	43.330	16.011
Partes relacionadas	9	-	54.752
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	11.849	60.989
Benefícios pós-emprego	20	19	12
Obrigações estimadas com pessoal	18	2.286	1.365
Encargos regulamentares e setoriais	16	348	158
Uso do bem público	17	3.894	3.634
Provisões	19	7.496	8.519
Outras contas a pagar		416	268
		124.141	188.489
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	14.756	-
Empréstimos e financiamentos	15	73.624	75.113
Benefícios pós-emprego	20	551	243
Partes relacionadas	9	487	132
Encargos regulamentares e setoriais	16	334	41
Uso do bem público	17	39.612	37.814
Provisões	19	13.078	14.758
		142.442	128.101
Patrimônio Líquido			
Capital social	21.1	804.459	804.459
Reservas de capital	21.3	14.473	14.473
Reservas de lucros	21.3	290.607	266.537
		1.109.539	1.085.469
Total do passivo e patrimônio líquido		1.376.122	1.402.059

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		Nota	2012	2011
Receitas		23	253.805	200.353
Custo da produção e do serviço de energia elétrica				
Custo do serviço de energia elétrica		24		
Energia elétrica comprada para revenda			(142)	(129)
Encargos de uso da rede elétrica			(1.386)	(1.297)
			(1.528)	(1.426)
Custo de operação		24		
Pessoal			(6.766)	(5.423)
Materiais e serviços de terceiros			(4.863)	(5.691)
Depreciações e amortizações			(35.446)	(34.712)
Outros custos de operação			(69)	(91)
			(47.144)	(45.917)
			(48.672)	(47.343)
			205.133	153.010
Lucro bruto				
Despesas e Receitas operacionais		24		
Despesas com vendas			(22)	(84)
Despesas gerais e administrativas			(16.862)	(11.697)
Depreciações e amortizações			(585)	(217)
Outras despesas e receitas operacionais			(2.612)	(1.814)
			(20.081)	(13.812)
			185.052	139.198
Receitas financeiras			1.955	6.255
Despesas financeiras			(32.257)	(30.272)
Resultado financeiro		25	(30.302)	(24.017)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			154.750	115.181
Imposto de renda e contribuição social correntes			(37.695)	(33.743)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(22.938)	2.866
		26	(60.633)	(30.877)
			94.117	84.304
Resultado líquido do exercício			94.117	84.304
Atribuível aos acionistas			94.117	84.304
Resultado por ação atribuível aos acionistas				
Resultado básico por ação (Reais/Ação)		27		
ON			0,06121	0,05483
PNR			0,03889	0,03484
PNA			0,00248	0,00222
PNB			0,00078	0,00070
PNC			0,01631	0,01461
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)		27		
ON			0,06121	0,05483
PNR			0,03889	0,03484
PNA			0,00248	0,00222
PNB			0,00078	0,00070
PNC			0,01631	0,01461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		Nota	2012	2011
Lucro líquido do exercício			94.117	84.304
Outros resultados abrangentes		21.3.2		
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego			(125)	(260)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			42	89
Resultado abrangente do exercício			94.034	84.133
Atribuível aos acionistas controladores			94.034	84.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Contrato de Concessão).

1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 701,4 MW.

Da potência e energia asseguradas, a Companhia deverá destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso a Companhia não consiga entregar essa quantidade de energia, deverá ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A., titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias da UHE Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$1.045, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria. Nota (16.1)

2. Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2012	2011
			Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		154.750	115.181
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(22)	9
Depreciações e amortizações		36.031	34.929
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		197	14.247
Juros e atualizações monetário dos contratos de mútuos		4.027	5.826
Despesas pagas antecipadamente		815	846
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		20.329	14.530
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		5.470	8.204
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		(79)	(89)
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		3.587	2.094
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		898	791
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária		277	3
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(15)	(231)
Outros			(4.720)
		226.265	191.648
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		55	(54)
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(2.395)	(8.270)
Estoques		967	(4.696)
Cauções e depósitos vinculados		57	(573)
Despesas pagas antecipadamente		(156)	(785)
Rendas a receber		(5.909)	(4.881)
Outros ativos operacionais		93	(99)
		(7.288)	(19.358)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		1.630	1.191
Outros tributos e contribuições sociais		3.500	11.437
Benefícios pós-emprego		269	85
Obrigações estimadas com pessoal		921	41
Encargos regulamentares e setoriais		206	7
Provisões		(7.188)	(6.346)
Outros passivos operacionais		148	13
		(514)	6.428
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		218.463	178.718
Imposto de renda e contribuição social pagos		(41.018)	(30.920)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		177.445	147.798
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(6.484)	(19.549)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(6.484)	(19.549)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas		(58.424)	149
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(35.458)	(23.896)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures			10.000
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(56.655)	(101.016)
Encargos de dívidas líquido de derivativos		(14.303)	(10.803)
Uso do bem público		(3.412)	(3.281)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(168.252)	(128.847)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		2.709	(598)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.023	3.314
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.314	3.912
		2.709	(598)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)		2012	2011
			Reclassificado
Geração do valor adicionado		286.891	244.000
Receita operacional		280.422	220.839
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(22)	(9)
Receita relativa à construção de ativos próprios		6.484	23.170
Outras receitas		7	
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(26.060)	(37.643)
Custos da energia comprada		(157)	(142)
Encargos de uso da rede elétrica		(1.527)	(1.429)
Materiais		(3.699)	(14.910)
Serviços de terceiros		(17.268)	(21.056)
Outros custos operacionais		(3.409)	(106)
Valor adicionado bruto		260.831	206.357
Retenções			
Depreciações e amortizações		(37.272)	(36.699)
Valor adicionado líquido produzido		223.559	169.658
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		1.955	6.255
Valor adicionado total a distribuir		225.514	175.913
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		8.901	7.936
Benefícios		1.542	1.100
FGTS		567	505
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		87.421	51.205
Estaduais		67	22
Municipais		109	106
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		32.257	30.273
Aluguéis		533	462
Remuneração de capital próprio			
Juros sobre capital próprio		47.911	18.300
Dividendos			1.722
		179.308	111.631
Lucros retidos		46.206	64.282
		225.514	175.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 5)

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Rendas a receber (Nota 6)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

d) Estoques (Nota 10)

Os materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

e) Imobilizado (Nota 12)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamentação da desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

g) Ativo intangível (Nota 13)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - Uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
- Direito de concessão - Uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão. Amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h) Licenças ambientais (Notas 13 e 19)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

i) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

j) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

k) Fornecedores (Nota 14)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

l) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são substancialmente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

m) Provisões (Nota 19)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

n) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

o) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7, 8 e 26)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A Contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A partir da edição do Pronunciamento Técnico CPC 32 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

p) Benefícios pós-emprego (Nota 20)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota de Benefício pós-emprego.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600/09. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

q) Uso do bem público (Nota 17)

É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente calculado pela taxa implícita do projeto, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

r) Capital social (Nota 21)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

s) Dividendos (Nota 22)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

t) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

u) Reconhecimento de receita

• Receita operacional

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

v) Resultado por ação (Nota 27)

O Resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O Resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído.

w) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de Benefícios pós-emprego, que é revista semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais e plano de Benefícios pós-emprego.

x) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

y) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

z) Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 01 de janeiro de 2013

CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19)

A revisão contempla substancialmente alterações introduzidas no texto da IAS 19. As principais modificações desta norma referem-se aos planos de benefícios definidos. Eliminação da utilização do "método do corredor" passando a vigorar somente o reconhecimento integral dos ganhos e perdas atuariais na data das demonstrações contábeis em Outros resultados abrangentes, prática esta já utilizada pela Companhia desde a adoção inicial ao IFRS em 2010. Além do reconhecimento integral no resultado dos custos dos serviços passados, e a despesa/receita financeira do plano que passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto. As modificações à IAS 19 são efetivas para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2013 e exigem adoção retroativa. Os impactos esperados são com relação ao reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados como despesa quando da alteração do plano em substituição do diferimento contra o resultado. Os impactos estimados são de uma redução no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2012 no valor de R\$425 e aumento na despesa de Pessoal do exercício de 2012 em R\$406, quando apresentado de forma comparativa com as demonstrações financeiras para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013. Em contrapartida, a amortização de custo do serviço passado no valor de R\$19 por ano que ocorreria, no prazo médio, por mais 21 exercícios não impactará mais a despesa.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

2.4 Reclassificações no exercício anterior

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.4.1 - Balanço Patrimonial

De acordo com o CPC 33, foi reclassificado o saldo de ganhos e perdas atuárias líquidos de Imposto de renda e Contribuição social diferidos no valor de R\$171.00 da rubrica de Outros resultados abrangentes para a rubrica de Reserva de lucros.

2.4.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

Reclassificação dos encargos regulamentares e setoriais, no valor de R\$34 inicialmente alocado no resultado das atividades operacionais para passivos operacionais.

Reclassificação de uso do bem público no valor de R\$3.281 de atividade operacional para atividade de financiamento.

Reclassificação dos juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos das atividades operacionais para atividades de financiamento, no valor de R\$5.826.

Reclassificação dos Impostos e contribuições sociais das atividades operacionais no valor de R\$231 para Impostos e contribuições sociais - atualização monetária no resultado das atividades operacionais.

Reclassificação da provisão para plano de Benefícios pós-emprego no valor de R\$89 para Benefícios pós-emprego alocado no passivo operacional.

Reclassificação dos créditos de PIS e COFINS da depreciação (Depreciações e amortizações) no valor de R\$1.770, sendo que, R\$218 foram alocados no valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados e o restante (R\$1.552) lançado em outros tributos e contribuições sociais situado nos passivos operacionais.

2.4.3 Demonstração do valor adicionado

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa à construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado no valor de R\$23.170 anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas dos Insumos adquiridos de terceiros: R\$14.160 referente a Materiais, R\$8.537 referente a Serviços de terceiros e R\$473 referente a Outros custos operacionais.

Reclassificação dos Créditos de PIS e COFINS da rubrica de Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$151 (R\$13 referente a Custos da energia comprada, R\$132 referente a Encargos de uso da rede elétrica, R\$5 referente a Materiais e R\$1 referente a Serviços de terceiros) e das Depreciações e amortizações no valor de R\$1.770, para os Impostos Federais alocados na distribuição do valor adicionado para adequação ao CPC 09 no valor de R\$1.921.

3. Evento do exercício

Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783/13, que renova determinadas concessões de ativos de energia elétrica, o processo foi desencadeado pela publicação da MP 579, publicada em 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial, entende que não sofrerá impactos significativos de curto prazo decorrentes das disposições contidas na lei.

7. Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	22.074	6	15	28.224	(307)		(21.755)	28.257
PIS e COFINS	101	1.883				100	(1.913)	171
IRRF sobre aplicações financeiras	285			412			(285)	412
Outros	8							8
Total	22.468	1.889	15	28.636	(307)	100	(23.953)	28.848
Circulante	22.468							28.848
Total	22.468							28.848

	Saldo em 31/12/2011		Compen Adiantamentos/ sação de Transfe- Saldo em 31/12/2012	
	Adição	Pagamentos	tributos	rência
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social	34.834	37.701	(12.794)	(22.040)
ICMS sobre diferencial de alíquota	57	172	(209)	20
PIS e COFINS	1.706	26.113	(23.443)	(307) (1.913)
ISS	61	262	(277)	11
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	30	415	(432)	13
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	18	119	(108)	29
IRRF sobre juros s/ capital próprio	2.600	9.278	(2.600)	9.278
Outros	255	2.897	(2.742)	(11)
Total	39.561	76.957	(42.605)	(307) (23.953)
Circulante	39.561			
Total	39.561			49.653

IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2012 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, com retenção de R\$9.278, conforme legislação (Nota 21.2) liquidado em janeiro de 2013.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado		Receitas (despesas) nos exercícios			
				R\$/MWh em 31/12/2012	Ativo 31/12/2012	Passivo 31/12/2012	2012	2011	
Concessionárias									
Venda de energia elétrica	Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	137,07	151	148	1.578	1.467	
	Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	137,07	4	4	43	40	
					155	152	1.621	1.507	
Rendas a receber									
Arrendamento UHE Lajeado	Lajeado Energia	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		16.629	12.045	181.086	142.059	
	CEB Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		4.556	3.574	49.612	38.920	
	Paulista Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.594	1.251	17.364	13.622	
					22.779	16.870	248.062	194.601	
Partes relacionadas									
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP Energias do Brasil	01/07/2012				475	86	(475)	(964)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			12	8	(136)	(85)
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014				38	(185)	(153)
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				5.519	(406)	(622)
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				49.233	(3.621)	(5.204)
Total					22.934	17.022	487	54.884	(4.823)
							487	54.884	244.860
								189.080	

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora final da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora final são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/11, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174/12. Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuidade já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu as minutas dos 2º e 3º Termos

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	6.023	3.314
Total	6.023	3.314

5. Concessionárias

	Saldos vincendos	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Circulante				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	472		472	460
Energia de curto prazo	18		18	63
Encargos de uso da rede elétrica	59		59	59
Total Circulante	549	-	549	582
Não circulante				
Concessionárias				
Energia de curto prazo	36	(36)		
Total Não Circulante	36	(36)	-	-

O saldo do circulante em 31 de dezembro de 2012 é composto por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

6. Rendas a receber

O saldo de R\$22.779 em 31 de dezembro de 2012 (R\$16.870 em 31 de dezembro de 2011), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, sendo Lajeado Energia, Paulista Lajeado Energia e CEB Lajeado, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 9).

O contrato de arrendamento foi aditado em 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83% a.a., sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo exercício.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada à aprovação da ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/10, da Superintendência de Fiscalização Financeira - SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

8.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2011	IRPJ	31/12/2012	CSLL	2012	2011
Diferenças Temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(9)	(3)	(12)	7	5
Benefício pós-emprego	89	(143)	(51)	(194)	63	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	846	(631)	(224)	(855)	9	846
Total diferenças temporárias	940	(783)	(278)	(1.061)	79	851
Diferenças Temporárias - RTT						
Licenças ambientais - CPC 25	(367)	1.305	470	1.775	(1.408)	(369)
Uso do bem público - CPC 25	9.465	(7.638)	(2.749)	(10.387)	922	8.119
Instrumentos financeiros - CPC 39	(1.898)	17.965	6.464	24.429	(22.531)	(5.735)
Total diferenças temporárias - RTT	7.200	11.632	4.185	15.817	(23.017)	2.015
Total Ativos Diferidos	8.140	10.849	3.907	14.756	-	-
Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos					(22.938)	2.866

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R\$22.938 e a crédito do Patrimônio líquido R\$42.

Em dezembro de 2012 a Companhia reavaliou o cálculo do Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ganhos da adoção dos CPCs, associados à classificação das ações preferenciais (classe PNA, PNB e PNC) como Instrumentos financeiros conforme CPC 39, de forma a adequar à expectativa de realização futura.

9. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 22, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício são apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado		Receitas (despesas) nos exercícios			
				R\$/MWh em 31/12/2012	Ativo 31/12/2012	Passivo 31/12/2012	2012	2011	
Concessionárias									
Venda de energia elétrica	Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	137,07	151	148	1.578	1.467	
	Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	137,07	4	4	43	40	
					155	152	1.621	1.507	
Rendas a receber									
Arrendamento UHE Lajeado	Lajeado Energia	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		16.629	12.045	181.086	142.059	
	CEB Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		4.556	3.574	49.612	38.920	
	Paulista Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.594	1.251	17.364	13.622	
					22.779	16.870	248.062	194.601	
Partes relacionadas									
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 205/13	EDP Energias do Brasil	01/07/2012				475	86	(475)	(964)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			12	8	(136)	(85)
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014				38	(185)	(153)
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				5.519	(406)	(622)
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				49.233	(3.621)	(5.204)
Total					22.934	17.022	487	54.884	(4.823)
							487	54.884	244.860
								189.080	

Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e sua controladora final, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12. Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883/12, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuidade concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012 e para o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos através do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis,

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2)

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A.

9.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia estão sob controle comum, exceto pela EDP - Energias do Brasil S.A. que é sua controladora final e as companhias que compõem o Consórcio Lajeado: Lajeado Energia S.A., sua controladora direta, CEB Lajeado S.A e Paulista Lajeado Energia S.A., acionistas não controladores.

9.3 Remuneração dos administradores

9.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa: 100%

9.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	1 (*)	2 (**)	5 (***)	8
Remuneração fixa (em R\$)	76.003	281.563	108.000	465.566
Salário ou pró-labore	63.336	234.636	90.000	387.972
Encargos sociais	12.667	46.927	18.000	77.594
Valor Total da remuneração, por órgão	76.003	281.563	108.000	465.566

(*) Das 3 posições do Conselho de Administração apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R\$ 76.003,20, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 12 de abril de 2012.

(**) Das 6 posições da Diretoria Estatutária apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é de até R\$ 291.516,46, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 12 de abril de 2012.

(***) Das 5 posições do Conselho Fiscal todos os membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal é de até R\$ 108.000, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 12 de abril de 2012.

9.3.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1	2	5
Valor da maior remuneração individual	76.003	195.163	21.600
Valor da menor remuneração individual	76.003	86.400	21.600
Valor médio da remuneração individual	76.003	140.782	21.600

10 Estoques

O valor de R\$3.729 (R\$4.696 em 31 de dezembro de 2011), refere-se a itens de peças e materiais de manutenção.

11 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	31/12/2012		31/12/2011	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Depósitos judiciais	19		1.117		1.193
Cauções e depósitos vinculados		19			
Total		19	1.117		1.193

12 Imobilizado

	31/12/2012			31/12/2011				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.518		114.518		114.518		114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	688.262	(139.142)	549.120	2,00	688.035	(125.435)	562.600
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,25	340.616	(85.727)	254.889	3,75	340.614	(77.998)	262.616
Máquinas e equipamentos	5,07	441.178	(129.313)	311.865	6,90	440.520	(115.940)	324.580
Veículos	14,29	984	(897)	87	20,00	903	(851)	52
Móveis e utensílios	11,46	1		1	10,00	1		1
		1.585.559	(355.079)	1.230.480		1.584.591	(320.224)	1.264.367
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	3,66	33.773	(9.396)	24.377	3,50	33.774	(8.202)	25.572
		33.773	(9.396)	24.377		33.774	(8.202)	25.572
Administração								
Máquinas e equipamentos	13,74	1.370	(1.022)	348	9,98	1.362	(887)	475
Veículos	14,29	678	(227)	451	20,00	659	(150)	509
Móveis e utensílios	6,29	538	(333)	205	10,00	539	(305)	234
		2.586	(1.582)	1.004		2.560	(1.342)	1.218
Total do Imobilizado em serviço		1.621.918	(366.057)	1.255.861		1.620.925	(329.768)	1.291.157
Imobilizado em curso								
Geração								
Depósitos Judiciais (Nota 19.1.1.2)		14.209		14.209		14.209		14.209
Outros		16.766		16.766		11.732		11.732
Total do Imobilizado em curso		30.975		30.975		25.941		25.941
Total do Imobilizado		1.652.893	(366.057)	1.286.836		1.646.866	(329.768)	1.317.098

De acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2011	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido 31/12/2012
Imobilizado em serviço						
Terrenos	114.518					114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	562.600		227	(13.707)		549.120
Edificações, obras civis e benfeitorias	262.616			(7.727)		254.889
Máquinas e equipamentos	350.627		848	(14.759)	(126)	336.590
Veículos	561		183	(135)	(71)	538
Móveis e utensílios	235			(29)		206
Total do imobilizado em serviço	1.291.157		1.258	(36.357)	(197)	1.255.861
Imobilizado em curso						
Depósitos judiciais	14.209					14.209
Outros	11.732	6.292	(1.258)			16.766
Total do Imobilizado em curso	25.941	6.292	(1.258)			30.975
Total do Imobilizado	1.317.098	6.292		(36.357)	(197)	1.286.836

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

13 Intangível

	31/12/2012			31/12/2011				
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	975	(802)	173	20,00	899	(617)	282
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	20.137	(7.180)	12.957	3,22	20.138	(6.533)	13.605
		21.112	(7.982)	13.130		21.037	(7.150)	13.887
Transmissão								
Servidão permanente		111		111		111		111
		111		111		111		111
Administração								
Software	20,00	414	(190)	224	20,00	414	(107)	307
		414	(190)	224		414	(107)	307
Total do Intangível em Serviço		21.637	(8.172)	13.465		21.562	(7.257)	14.305
Intangível em curso								
Geração		12.508		12.508		12.461		12.461
Administração		165		165		96		96
Total do Intangível em Curso		12.673		12.673		12.557		12.557
Total do Intangível		34.310	(8.172)	26.138		34.119	(7.257)	26.862

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido Nota	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Amortização	Valor líquido 31/12/2012
Intangível em serviço						
Software	589			76	(268)	397
Servidão permanente	111					111
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	17	13.605			(648)	12.957
Total do Intangível em curso		12.557	192		(76)	12.673
Total do Intangível		26.862	192		(916)	26.138

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das ações e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Uso do bem público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.673, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE - Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

14 Fornecedores

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Suprimento de energia elétrica	1			
Encargos de uso da rede elétrica	152			145
Operações CCEE	93			
Materiais e serviços	4.604			3.075
Total	4.850			3.220

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012			31/12/2011			
									Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
Ações recebíveis cumulativa					Ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39	i. Índice de Capital Próprio: Patrimônio Líquido sobre Ativo Total igual ou superior a 30%. ii. Manutenção de caixa mínimo de R\$3 Milhões.	8,70% a.a.	Dividendos anuais	11.849	52.331	21.293	85.473	4.012	75.113	79.125
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	10.000	20/12/2011	10.000	20/12/2011 a 20/03/2012	Capital de Giro		107% do CDI	Principal e juros em parcela única no final					36	10.000	10.036
BNDES e outros bancos	300.000	21/09/2000	300.000	15/01/2001 a 15/10/2012	Implantação da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães - Lajeado		4,00% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal					185	46.756	46.941
Total									11.849	52.331	21.293	85.473	221	60.768	136.102

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Valor total em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provi- sionados	Transfe- rências	Ajuste a valor presente	Variação monetária e cambial	Valor total em 31/12/2012
Circulante								
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	60.989	(56.655)	(14.303)	17.199	4.720		(101)	11.849
	60.989	(56.655)	(14.303)	17.199	4.720	-	(101)	11.849
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	75.113				(4.720)	3.231		73.624
	75.113	-	-	-	(4.720)	3.231	-	73.624

15.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de Moeda		Vencimento	Tipo de Moeda
	Nacional	Nacional		
Circulante			2017	3.381
2013	11.849		2018	3.110
	11.849		2019 até 2023	12.193
Não circulante			2024 até 2028	8.035
2014	4.342		2029 até 2032	34.893
2015	3.995			73.624
2016	3.675		Total	85.473

16 Encargos regulamentares e setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2011	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Baixa	Saldo em 31/12/2012
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		48	257		(256)		49
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	16.1	149	678	6	(163)	(39)	631
Taxa de fiscalização - ANEEL		2	19		(19)		2
Total		199	954	6	(438)	(39)	682
Circulante		158					348
Não circulante		41					334
Total		199					682

16.1 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Pesquisa de Eficiência Energética - PEE

Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até outubro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, referente à Pesquisa e Desenvolvimento e nº 300/08, referente ao Programa de Eficiência Energética. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso, e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE. Pela resolução Normativa nº 504/12, a receita de arrendamento deixou de ser excluída da base de cálculo do P&D.

17 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

Em 31 de dezembro de 2012 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tendo ocorrido, no exercício, pendências de pagamento.

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 13) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC 38. Segue abaixo movimentação no exercício:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.634	37.814
Ajuste a valor presente	(8)	237
Encargos e atualizações monetárias	252	4.989
Amortizações	(3.412)	

	Circulante	Não circulante
Transferência para o circulante	3.428	(3.428)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.894	39.612

18 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	2.023	1.263
INSS e FGTS	263	102
Total	2.286	1.365

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

19 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			7.629	6.094
Licenças ambientais	7.496	8.519	5.449	8.664
Total	7.496	8.519	13.078	14.758

19.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

19.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo						Ativo		
	Instâncias	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas		Atualizações Monetárias	Saldo em 31/12/2012	Depósito Judicial (Nota 11)	
				Pagamentos	Reversões			31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.746	713	(1.775)	(493)	555	1.746	996	771
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	3.348	1.697	(1.348)	(3)	689	4.383		
Outros			1.500				1.500		
Total		6.094	3.910	(3.123)	(496)	1.244	7.629	996	771
Não circulante		6.094					7.629		
Total		6.094					7.629		

19.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

19.1.1.2 Cíveis

Indenizações
 As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo ex-proprietário. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 é de R\$14.209 e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 12).

19.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito Judicial (Nota 11)			
	Instâncias	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	60	335	36
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	87.679	83.112	32
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	930	778	
Total		88.669	84.225	68

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se às ações descritas na nota 19.1.1.2 - Indenizações.

19.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cível em andamento, cuja perda foi estimada como remota, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 é de R\$53 (R\$67 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a ações trabalhistas (Nota 11).

19.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$12.945 em 31 de dezembro de 2012 (R\$17.183 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a

provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorreram contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

20 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

20.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$52 (R\$22 em 31 de dezembro de 2012).

Esse plano tem a adesão de 25 colaboradores.

20.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Assistência médica Lei nº 9.656/98	19	8	551	243
Previdência Privada -EnerPrev		4		
Total	19	12	551	243

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2012 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações do plano:

	2012		2011	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(251)	(251)		
Custo do serviço corrente	(106)	(106)	(158)	(158)
Custo dos juros	(69)	(69)	(89)	(89)
Custo do serviço passado	(19)	(19)	(298)	(298)
Custo especial por término de benefício			554	554
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(125)	(125)	(260)	(260)
Saldo final reconhecido	(570)	(570)	(251)	(251)
Custo do serviço passado não reconhecido	(406)		(425)	
Valor presente das obrigações atuariais	(976)	(570)	(676)	(251)

A Companhia iria reconhecer como despesa linear no prazo médio de 21 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados. Porém, de acordo com a Instrução CVM nº 695/12, que altera a versão do CPC 33 para (R1), os custos do serviço passados não reconhecidos até o exercício de 2012 serão reconhecidos integralmente no exercício de 2013.

As contribuições da Companhia esperadas para este plano para o exercício de 2013 são de R\$19.

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	106	158
Custo dos juros	69	89
Custo do serviço passado	19	298
Custo especial por redução de benefício		(554)
Total	194	(9)

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social é de R\$254 em 31 de dezembro de 2012 (R\$171 em 31 de dezembro de 2011) (Nota 21.3.2).

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência Médica na Aposentadoria	Pressupostos Centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	976	1.142	841
Custo do Serviço e Custo dos juros	194	209	18

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	2012	2011
Taxa de desconto - nominal	9,30% a.a. 11,44% a.a. em 2013, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2024	10,25% a.a. 11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023
Inflação médica de longo prazo	5,00% a.a.	4,50% a.a.

Demográficas

Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é de R\$804.459. Conforme Estatuto Social a Companhia não possui capital autorizado.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2012 segue conforme demonstrado a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2011:

Acionistas	31/12/2012											
	Em milhares de ações											
	Qtd. de ações "ON"	% Participação	Qtd. de ações "PNR"	% Participação	Qtd. de ações "PNA"	% Participação	Qtd. de ações "PNB"	% Participação	Qtd. de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,25			71.252	66,47	71.458	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

Em atendimento ao parágrafo 19 do CPC 39, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" foram classificadas como instrumento de dívida por satisfazerem a condição de passivo financeiro, sendo reclassificadas para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 15), porém estão apresentadas no quadro anterior para melhor entendimento da destinação do lucro (Nota 21.2).

21.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
- o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249/95, no montante bruto de R\$61.852, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2012
Lucro líquido apurado no exercício	94.117
Constituição da reserva legal - 5%	(4.706)
	89.411
Destinação do lucro:	
Dividendos intermediários - JSCP	89.411
Quantidade de ações	47.911
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	786.406,270
De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:	0,00006092

a) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

b) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

21.3 Reservas

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações		14.473	14.473
		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Reserva legal		26.693	21.987
Retenção de lucros		128.099	150.152
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)		94.569	94.569
Outras reservas de lucros	21.3.2	(254)	(171)
Dividendo adicional proposto		41.500	
		290.607	266.837
Total		305.080	281.010

21.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

21.3.2 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2011	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Transferência para Reservas de lucros	Saldo em 31/12/2012
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	-	3	(128)	42	83	-
	-	3	(128)	42	83	-

21.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

21.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

21.4 Ações preferenciais classe "C"

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, no montante de R\$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

22 Dividendos

	Passivo	
	31/12/2012	31/12/2011
Lajeado Energia S.A.	29.729	9.684
CEB Lajeado S.A.	8.145	2.653
Paulista Lajeado Energia S.A.	2.851	929
Acionistas não controladores	2.605	2.745
Total	43.330	16.011

23 Receitas

	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica	44.692	44.692	5.723	5.414
Energia de curto prazo			643	331
Total Suprimento	44.692	44.692	6.366	5.745
Arrendamento			273.348	214.437
Outras receitas operacionais			708	657
(-) Deduções à receita operacional			(678)	(58)
P&D			(25.939)	(20.428)
PIS/COFINS				
	44.692	44.692	253.805	200.353

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.4 Risco de liquidez

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), Concessionárias (Nota 5) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos, os contratos de mútuos e Uso do bem público (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Nota	31/12/2012					
	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	15	85.473	11.849	12.012	9.352	52.260
Responsabilidades com locações operacionais		1.137	257	727	153	
Obrigações de compra		18.233	9.700	8.106	427	
Uso do bem público	17	43.506	3.894	8.991	7.350	23.271
Licenças ambientais	19.2	12.945	7.496	5.449		
		161.294	33.196	35.285	17.282	75.531

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia. As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

29.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2012	
	Valor	Valor
Aval de acionista	3.055	1.109
Depósito caucionado	19	
Fiança bancária	635	395
Fiança corporativa		46.941
Garantias em recebíveis	59	59
Notas promissórias		156.000
Penhor de ações		915.296

Penhor de direitos

46.941

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia, (Nota 11).

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos, que para a data-base de 31 de dezembro de 2012 foram liquidados.

Garantias em recebíveis: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Notas Promissórias: é um título cambiário em que seu criador assume a obrigação direta e principal de pagar a soma constante no título. A nota promissória nada mais é do que uma promessa de pagamento. Para seu nascimento são necessárias duas partes, o emitente ou subscritor (devedor), criador da promissória no mundo jurídico, e o beneficiário ou tomador que é o credor do título. O saldo de Notas promissórias, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos, que para a data-base de 31 de dezembro de 2012 foram liquidados.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia. As ações ordinárias dadas em garantia são detidas pela Lajeado Energia (73%) e pela EDP - Energias do Brasil (40,78%), conforme mencionado nas notas 9.1 e 21.1. O saldo de Penhor de Ações, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos, que para a data-base de 31 de dezembro de 2012 foram liquidados.

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Concessão da UHE Lajeado, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado. O saldo de Penhor de Direitos, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos, que para a data-base de 31 de dezembro de 2012 foram liquidados.

30 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, sendo em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	31/12/2012
Usinas	690.460
Prédios e conteúdos (próprios)	1.360
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	3.055
A controladora EDP - Energias do Brasil, detém a controlada Investco como cossegurada em sua apólice de seguro de Responsabilidade civil.	

31 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2012 foram de R\$6.928 sendo R\$5.880, capitalizados no exercício (Nota 12), relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$1.048 em contrapartida do resultado do exercício relativo ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais em todas as suas instalações e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes
Conselheiro Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro Efetivo

Rubem Fonseca Filho
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Felipe Ha Jung Kim
Conselheiro

Edison Rodrigues
Conselheiro

Marco Antonio Vieira
Conselheiro

Flávio Samuel Disitzer
Conselheiro

Rubens dos Santos
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores e Diretor Administrativo e Financeiro

Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Diretor Vice-Presidente

Plácio Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor Vice-Presidente de Controle

Francisco Toledo Watson
Diretor Vice-Presidente

Andréa Mazzaro Carlos de Vicenti
Diretora Jurídica

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos Contadora - CRC 1SP204118/O-8 "S" TO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, consideraram que as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia relativo à 31.12.2012 estão adequadamente apresentadas com parecer favorável para encaminhamento aos Acionistas para deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

Adir Pereira Keddi
Conselheiro Efetivo

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013.
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Conselheiro Efetivo

Jorge Michel Lepeltier
Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Investco S.A.

Miracema do Tocantins - TO

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho

de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.2(e), os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.4 às demonstrações financeiras da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian

Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3 S/TO





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
			Reclassificado	Reclassificado	
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.849	7.089	9.973	9.242
Impostos e contribuições sociais	5	182	100	1.022	3.747
Despesas pagas antecipadamente		1	1	3	1
Outros créditos	8		18	277	385
		6.032	7.208	11.275	13.375
Não circulante					
Impostos e contribuições sociais				13.773	
Partes relacionadas	7	8	3.747		
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	95.000	29.000		
		95.008	32.747	13.773	-
Investimentos	10	448.545	378.617		
Imobilizado	11	2.810	75	459.074	100.858
Intangível	12	13	18	585.441	584.311
		451.368	378.710	1.044.515	685.169
Total do ativo		552.408	418.665	1.069.563	698.544

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
			Reclassificado	Reclassificado	
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	13	175	153	7.392	1.723
Impostos e contribuições sociais	5	12	28	2.033	132
Debêntures	14	334.088		334.088	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15			296	
Obrigações estimadas com pessoal				1.180	13
Provisões	16	27.265	114.089	30.589	129.389
Outras contas a pagar	8	7	8	137	26
		361.547	114.278	375.715	131.283
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	5.577	3.463	206.399	202.116
Debêntures	14			305.593	305.593
Empréstimos e financiamentos	15			298.540	55.038
Partes relacionadas	7	2	1	22	1.859
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	192.300	2.047	192.300	2.047
Provisões	16			3.605	7.325
		197.879	311.104	700.866	573.978
Patrimônio líquido negativo					
Capital social	17.1	56.174	20.127	56.174	20.127
Prejuízos acumulados		(63.192)	(26.844)	(63.192)	(26.844)
		(7.018)	(7.017)	(7.018)	(6.717)
Total do passivo e patrimônio líquido		552.408	418.665	1.069.563	698.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Custo de operação	18				
Pessoal				(3.064)	(134)
Materiais e serviços de terceiros				(2.011)	(297)
Outros custos de operação				(467)	(9)
		-	-	(5.542)	(440)
Custo do serviço prestado a terceiros				(5.542)	(440)
Lucro bruto				(5.542)	(440)
Despesas e receitas operacionais	18				
Despesas gerais e administrativas		(871)	(481)	(871)	(481)
Depreciações e amortizações		(28)	(35)	(28)	(35)
Outras despesas e receitas operacionais		3.459	9.825	3.851	9.825
		2.560	9.309	2.952	9.309
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		2.560	9.309	(2.590)	8.869
Resultado das participações societárias		(8.371)	(466)		
Receitas financeiras		373	2.042	373	2.042
Despesas financeiras		(28.796)	(14.566)	(29.848)	(14.592)
Resultado financeiro	19	(28.423)	(12.524)	(29.475)	(12.550)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(34.234)	(3.681)	(32.065)	(3.681)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(2.114)	(3.463)	(4.283)	(3.463)
		(2.114)	(3.463)	(4.283)	(3.463)
Resultado líquido do exercício		(36.348)	(7.144)	(36.348)	(7.144)
Atribuível aos acionistas controladores		(36.348)	(7.144)	(36.348)	(7.144)
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores					
Resultado básico por ação (Reais/Ação) ON		(1,80596)	(0,35495)	(1,80596)	(0,35495)
Resultado diluído por ação (Reais/Ação) ON		(1,80596)	(0,35495)	(1,80596)	(0,35495)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício	(36.348)	(7.144)	(36.348)	(7.144)
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente do exercício	(36.348)	(7.144)	(36.348)	(7.144)
Atribuível aos acionistas controladores	(36.348)	(7.144)	(36.348)	(7.144)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Geração do valor adicionado				
Receita relativa à construção de ativos próprios	6.217	10.184	363.226	92.736
Outras receitas	6.217	10.184	25.814	11.646
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(829)	(701)	(335.719)	(80.959)
Materiais	(21)	(70)	(42.087)	(1.216)
Serviços de terceiros	(797)	(239)	(272.982)	(77.137)
Outros custos operacionais	(11)	(392)	(20.650)	(2.606)
Valor adicionado bruto	5.388	9.483	27.507	11.777
Retenções				
Depreciações e amortizações	(28)	(35)	(28)	(35)
Valor adicionado líquido produzido	5.360	9.448	27.479	11.742
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	373	2.042	373	2.042
Resultado da equivalência patrimonial	(8.371)	(466)		
Valor adicionado total a distribuir	(2.638)	11.024	27.852	13.784
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	2	(58)	5.521	1.155
Benefícios	8	6	651	20
FGTS		12	343	19
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	2.115	3.503	5.360	3.530
Estaduais	16	55	107	58
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	31.554	14.566	51.811	16.057
Aluguéis	15	84	407	89
	33.710	18.168	64.200	20.928
Prejuízos	(36.348)	(7.144)	(36.348)	(7.144)
	(2.638)	11.024	27.852	13.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
				Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(34.234)	(3.681)	(32.065)	(3.681)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	28	35	28	35
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		4.164		418
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos		5		5
Despesas pagas antecipadamente	6	3	6	3
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	25.737	9.372	25.750	9.710
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			635	25
Participações societárias	8.371	466		
Ganho gerado sobre mais valia concessão		(10.184)		(10.184)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(8)		(8)	
Atualização (reversão) monetária contraprestação contingente	(439)	2.350	(521)	2.350
	(539)	2.530	(6.175)	(1.319)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(74)	404	(13.847)	(3.243)
Despesas pagas antecipadamente	(6)		(8)	
Outros ativos operacionais	18	(18)	108	4.868
	(62)	386	(13.747)	1.625
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	22	145	5.669	5.113
Outros tributos e contribuições sociais	(16)	(467)	4.708	(377)
Obrigações estimadas com pessoal			1.167	13
Provisões			(6.623)	(9.154)
Outros passivos operacionais	(1)	8	111	16
	5	(314)	5.032	(4.389)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(596)	2.602	(14.890)	(4.083)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(596)	2.602	(14.890)	(4.083)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienação (adição) ao investimento		(257.160)		(284.079)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(144.299)	(29.000)		
Adições ao Imobilizado e Intangível		(3.806)	(337.412)	(66.261)
Partes relacionadas	3.739	(3.747)		
Caixa e equivalentes de caixa - investimento mantido para venda				8.907
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(140.560)	(293.713)	(337.412)	(341.433)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	1	(56)	(1.836)	1.802
Adiantamento para futuro aumento de capital	226.300	2.030	226.300	2.030
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		600.000	531.758	654.700
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures			(303.779)	(292.900)
Encargos de dívidas líquido de derivativos				(14.278)
Contraprestação contingente	(86.385)			(96.011)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	139.916	298.195	353.033	354.753
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.240)	7.084	731	9.237
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.849	7.089	9.973	9.242
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.089	5	9.242	5
	(1.240)	7.084	731	9.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total Controladora	Total Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2011	20.127	(19.700)	427	427
Prejuízo do exercício		(7.144)	(7.144)	(7.144)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	20.127	(26.844)	(6.717)	(6.717)
Aumento de capital - AGO de 09/04/2012	36.047		36.047	36.047
Prejuízo do exercício		(36.348)	(36.348)	(36.348)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	56.174	(63.192)	(7.018)	(7.018)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia, CEJA ou Controladora), anteriormente denominada Ipueiras Energia, Sociedade Anônima de capital fechado, Companhia do Grupo EDP - Energias do Brasil S.A. (Grupo EDP - Energias do Brasil) com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, tem por objeto as atividades de geração e transmissão e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionadas ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

Em 31 de dezembro de 2010 por meio de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a incorporação da Enernova S.A., controlada integral da EDP - Energias do Brasil pela Ipueiras, a Enernova foi extinta de pleno direito e a Companhia assumiu a responsabilidade ativa e passiva, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2011,

Usina Hidrelétrica	Estado PA/AP	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão	
		(MW)	(MWm)	Início	Término
Santo Antônio do Jari		373,40	217,70	21/12/1987	31/12/2044

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo de 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

O prazo da concessão poderá ser prorrogado, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da concessionária, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, na legislação do setor, e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O projeto básico da UHE Jari foi alterado em 27 de julho de 2011, através do Despacho nº 3.080 da ANEEL passando sua potência de 300 MW para 373,4 MW de capacidade instalada. A garantia física relacionada à potência de 300 MW é de 196,1 MW médios de energia assegurada, conforme Portaria MME nº 34/10.

Em 23 de maio de 2012, o Ministério de Minas e Energia através da Portaria MME nº 35/12, publicou a revisão da garantia física passando de 196,1 para 217,7 MWm (Casa de Força Principal 214,5 MWm e Casa de Força Secundária 3,2 MWm).

No leilão A-5 ocorrido em dezembro de 2010, foram vendidos 190MW médios instalados a um fator de utilização de 65% da capacidade instalada, já aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo período de 30 anos findo em 31 de dezembro de 2044.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à usina hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados em auditoria.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a ECE recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$ 574. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O reconhecimento do valor justo total do Direito de concessão relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão será registrado quando da entrada em operação da primeira unidade geradora e amortizado de acordo com o prazo desse contrato.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A ECE aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.911/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com a legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando integralmente conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o Patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o Patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

A ECE é consolidada desde a data de aquisição, que corresponde à

foi aprovada a mudança na denominação social anteriormente Ipueiras Energia S.A. para Companhia Energética do Jari - CEJA.

A Companhia adquiriu em 2011 100% da ECE Participações S.A. e efetua consolidação integral.

A Controlada ECE Participações é a detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), que encontra-se em fase pré-operacional.

A Companhia é subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A., cujo plano de negócios é parte integrante do plano estratégico do Grupo EDP - Energias de Portugal, e visa o crescimento no segmento de geração de energia elétrica, numa estratégia de diluição do risco de negócio. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía participação em controlada que se encontrava em fase pré-operacional. A manutenção das atividades da Companhia e sua controlada são garantidas e quando necessário financiadas pela EDP - Energias do Brasil, pelo que esta prevê efetuar aportes de capital para cumprir com seus compromissos de curto prazo.

1.1 Concessões

A ECE possui a seguinte autorização de geração em operação, junto à ANEEL:

Usina Hidrelétrica	Estado PA/AP	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão	
		(MW)	(MWm)	Início	Término
Santo Antônio do Jari		373,40	217,70	21/12/1987	31/12/2044

data na qual a Companhia obteve o controle, e continua sendo consolidada até a data que cessa tal controle.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Controladora e pela ECE para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Investimentos (Nota 10)

Nas demonstrações financeiras da Controladora, os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

• Direito de Concessão

Conforme o ICPC 09 os Direitos de Concessão são classificados como Investimentos líquidos de Impostos diferidos na Controladora.

c) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão, os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intagível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

d) Intangível (Nota 12)

Os intangíveis compreendem:

• Direitos de concessão - outros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo

e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis de intangíveis associados a direito de concessão não superam os prazos residuais dos contratos de concessão. O início da amortização ocorrerá quando a usina entrar em operação.

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

e) Licenças ambientais (Notas 16 e 23)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

f) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 14 e 15)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Contraprestação contingente (Nota 16)

Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do período, esses passivos são atualizados pela taxa de juros efetiva e variações no valor justo.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5, 6 e 20)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A partir da edição do Pronunciamento Técnico CPC 32 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

m) Capital social (Nota 17.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

n) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

o) Reconhecimento de receita

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, que estão reconhecidos no resultado.

p) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e para avaliação de imparidade é em base anual.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do Imposto de renda e contribuição social diferidos, a Mensuração de Instrumentos financeiros, Licenças ambientais e Contraprestação contingente.

q) Instrumentos financeiros (Nota 21)

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, Caixa e equivalentes de caixa, Cauções e depósitos vinculados, Contas a receber e outros recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, Empréstimos, financiamentos, Debêntures e Fornecedores, assim como Contas a pagar e Outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus Instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os Instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por elas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado ou taxa de juros efetiva.

r) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivo resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, pelo seu valor justo ou pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O ágio é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores.

O ágio não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

O deságio é reconhecido diretamente no resultado pela adquirente quando o total dos valores justos for superior ao valor pago pelo negócio.

s) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

t) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às Demonstrações Financeiras.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas, aprovada pela Deliberação CVM nº 668/11, abrangendo a Companhia e sua controlada (conforme descrito na Nota 10.2).

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Companhia na sua controlada; e
- Eliminação dos saldos das contas entre a Companhia e sua controlada.

A ECE Participações é consolidada integralmente desde 13 de outubro de 2011.

2.4 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)
Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis

atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Novos normativos e revisões sobre consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas e incorporou a SIC-12 Consolidação - Sociedades de Propósito Específico. Esta norma introduz o conceito de controle como a base de consolidação. Esta definição de controle considera três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que a IFRS 10 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 exige a divulgação abrangente de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os riscos associados a participações em outras entidades, bem como os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. No geral, as divulgações exigidas são agrupadas nas categorias mais amplas a seguir mencionadas: Julgamentos e premissas significativas; Participações em controladas; Participações em acordos conjuntos e coligadas e Participações em entidades estruturadas não consolidadas. A IFRS 12 relaciona exemplos específicos e divulgações adicionais que informam mais detalhadamente cada um desses objetivos de divulgação, inclusive outras orientações acerca das divulgações abrangentes exigidas. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e a Administração da Companhia entende que o impacto da IFRS 12 será basicamente um incremento na divulgação.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28).

Inclusão da referência a Empreendimento Controlado em Conjunto. A exemplo da versão anterior do Pronunciamento CPC 18 a presente norma inclui a referência a Investimento em controlada, que não consta na versão do IAS 28 (emitido pelo IASB), mas é necessária no Brasil em função da previsão, contida na Legislação Societária Brasileira, de que nas demonstrações contábeis individuais o investimento com controlada seja avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o CPC 18 (R2) não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10)

Essa norma exige que a controladora apresente suas demonstrações financeiras consolidadas como se fosse uma única entidade econômica, substituindo as exigências anteriormente contidas na IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e SIC 12 - Consolidação - Entidades de Propósito Específico. Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 10. A Administração da Companhia entende que o CPC 36 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 12. A Administração da Companhia entende que o CPC 45 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 13. A Administração espera que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada e em Controladas (IAS 28)

A única alteração refere-se à mudança do item 22A e a inclusão dos itens 22B e 22C, com a proposta de não eliminar os resultados que, do ponto de vista da consolidação, são considerados não realizados nas demonstrações individuais de uma controlada, quando da venda de ativos para a controladora ou outras controladas do mesmo grupo econômico, de forma a evitar que a participação de sócios não controladores na controlada vendedora tenham seus possíveis dividendos ou recebimentos de lucros diferidos no tempo. Resumidamente, transações que gerem mais ou menos valias entre empresas do mesmo grupo econômico, não devem ser reconhecidas na controladora, nem no consolidado, porque não refletem alterações a esse nível.

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas, Consolidadas e Equivalência Patrimonial

A revisão desta interpretação decorre do processo de audiência pública do CPC 18 (R2), nos itens descritos acima, que implicam mudanças diretas nas Demonstrações Financeiras. Foram efetuadas mudanças adicionais no sentido de dar clareza aos itens da interpretação fornecendo referências cruzadas de itens correlacionados com outras normas, bem como renomeação de alguns subtítulos.

2.5 Reclassificações nos exercícios anteriores

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.5.1 Balanço patrimonial

Controladora
 Reclassificação do Direito de concessão no valor de R\$346.593 do grupo de Intangível para Investimento, pois de acordo com o ICPC 09 o Direito de concessão deve ser tratado nas companhias individuais como Investimento e nas demonstrações consolidadas como Intangível.

Consolidado
 Reclassificação no valor de R\$3.566 referente a Imposto de renda e contribuição social diferidos. Esta reclassificação ocorreu na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos entre Passivo não circulante para Ativo não circulante, no qual está sendo apresentado em 2012 pelo valor líquido (Nota 2.2 - I).

2.5.2 Demonstração do fluxo de caixa

Controladora
 Reclassificação de Partes relacionadas alocadas em atividades de financiamento no valor de R\$5, para Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos alocados nos resultados das atividades operacionais.

Consolidado
 Reclassificação de Partes relacionadas alocadas em atividades de financiamento no valor de R\$5, para Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos alocados nos resultados das atividades operacionais. Reclassificação de Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP no valor de R\$26, para Outros.

2.5.3 Demonstração do valor adicionado

Consolidado
 Reclassificação dos Juros capitalizados de Outras receitas, para Remuneração de capitais de terceiros - Juros no valor de R\$1.462.

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$81.090, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$79.961 (R\$1.123 referente a Materiais, R\$76.624 referente a Serviços de terceiros e R\$2.214 referente a Outros custos operacionais) e R\$1.129 referente a Pessoal da linha Distribuição do valor adicionado.

Evento do exercício

3.1 Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783/13, que renova determinadas concessões de ativos de energia elétrica, o processo foi desencadeado pela publicação da MP 579/12, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial, entende que não sofrerá impactos significativos de curto prazo decorrentes das disposições contidas na lei.

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	271	435	4.395	2.588
Aplicações financeiras - renda fixa	5.578	6.654	5.578	6.654
Total	5.849	7.089	9.973	9.242

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a CDB, remunerados a taxa que variam entre 99,00% e 100,20% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A exposição da Companhia e controlada a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

Impostos e contribuições sociais

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012
Ativo - Compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social	15		8	108
IRRF sobre aplicações financeiras	85	74	(85)	74
Total	100	74	8	182
Circulante	100			182
Total	100			182

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Adiantamentos/Pagamentos	Saldo em 31/12/2012
Passivo - a recolher				
ICMS sobre diferencial de alíquota	3	2	(5)	-
ISS	9		(4)	5
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	4	20	(23)	1
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	2	6	(8)	-
Outros	10		(4)	6
Total	28	28	(44)	12
Circulante	28			12
Total	28			12

Partes relacionadas

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Controladora									
Partes relacionadas									
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	ECE Participações	15/12/2011			3.747				3.747
Compartilhamento de gastos com pessoal	ECE Participações	31/12/2012		8					
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			2	1	(22)	(18)
Contrato de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/08/2009	10/08/2009 a 08/04/2011						(6)
Total				8	3.747	2	1	(22)	3.723
Consolidado									
Partes relacionadas									
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	Energest	15/12/2011					1.858		(1.858)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			2	1	(22)	(18)
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			15		(165)	
	Energest	30/09/2012				5			
Compartilhamento de gastos com pessoal	Energest	30/09/2012							(6)
Contrato de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/08/2009	08/04/2011						(6)
Total						22	1.859	(187)	(1.882)

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

	Consolidado					Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Compensação de tributos	Transferência	
Ativo - Compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	15		8		85	108
PIS e COFINS		13.773				13.773
IRRF sobre aplicações financeiras	85	74			(85)	74
ISS	3.647			(2.807)		840
Total	3.747	13.847	8	(2.807)	-	14.795
Circulante	3.747					1.022
Não circulante						13.773
Total	3.747					14.795

	Consolidado					Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	
Passivo - a recolher						
ICMS sobre diferencial de alíquota		4	2.318	(1.751)		571
ISS		10	4.459	(678)	(2.807)	984
PIS, COFINS e CSLL						
- Sobre serviços prestados por terceiros		46	1.031	(959)		118
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros		32	505	(445)		92
Outros		40	1.877	(1.649)		268
Total	132	10.190	(5.482)	(2.807)	(2.807)	2.033
Circulante	132					2.033
Total	132					2.033

	Controladora					
	Passivo Não Circulante			Resultado		
	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
	Natureza dos créditos					
Diferenças temporárias - RTT						
Imobilizado em serviços - Intangíveis	4.101	1.476	5.577	3.463	(2.114)	(3.463)
Total diferenças temporárias - RTT	4.101	1.476	5.577	3.463	(2.114)	(3.463)
Total Passivos Diferidos	4.101	1.476	5.577	3.463		
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos						
					(2.114)	(3.463)

	Consolidado					
	Passivo Não Circulante			Resultado		
	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
	Natureza dos créditos					
Diferenças temporárias - RTT						
Imobilizado em serviços - Intangíveis	6.821	2.456	9.277	3.463	(5.814)	(3.463)
Mais valia - CPC 15	146.069	52.584	198.653	198.653		
Licenças ambientais - CPC 25	(1.126)	(405)	(1.531)		1.531	
Total diferenças temporárias - RTT	151.764	54.635	206.399	202.116	(4.283)	(3.463)
Total Passivos Diferidos	151.764	54.635	206.399	202.116		
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos						
					(4.283)	(3.463)

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Controladora									
Partes relacionadas									
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	ECE Participações	15/12/2011			3.747				3.747
Compartilhamento de gastos com pessoal	ECE Participações	31/12/2012		8					
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			2	1	(22)	(18)
Contrato de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/08/2009	10/08/2009 a 08/04/2011						(6)
Total				8	3.747	2	1	(22)	3.723
Consolidado									
Partes relacionadas									
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	Energest	15/12/2011					1.858		(1.858)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			2	1	(22)	(18)
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			15		(165)	
	Energest	30/09/2012				5			
Compartilhamento de gastos com pessoal	Energest	30/09/2012							(6)
Contrato de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/08/2009	08/04/2011						(6)
Total						22	1.859	(187)	(1.882)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo				
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados		18	1	31
Serviços em curso			200	354
Desativações e alienações em curso			76	
Total		-	18	385
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento		7	8	26
Outras			5	
Total		7	8	137
9 Adiantamento para futuro aumento de capital				
Ativo				
Não circulante				
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
EDP - Energias do Brasil			192.300	2.047
ECE Participações	95.000	2		

CONTINUAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9.1 Movimentação do AFAC

Ativo - Controladora	Passivo - Controladora e Consolidado	
	Não Circulante	
Não Circulante	31/12/2012	31/12/2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011	29.000	Saldo em 31 de dezembro de 2011 2.047
Integralização de capital - AGOE 09/04/2012	(29.000)	AFAC - EDP x CEJA 33.000
AFAC - CEJA x ECE	5.299	AFAC - EDP x CEJA 1.000
AFAC - CEJA x ECE	44.000	Integralização de capital - AGOE 09/04/2012 (36.047)
Integralização de capital - AGE 19/10/2012	(49.299)	AFAC - EDP x CEJA 53.300
AFAC - CEJA x ECE	95.000	AFAC - EDP x CEJA 44.000
		AFAC - EDP x CEJA 95.000
Saldo em 31 de dezembro de 2012	95.000	Saldo em 31 de dezembro de 2012 192.300

10 Investimentos

10.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Saldos em 31/12/2011	Adições	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2012
	Reclassificado			
Investimentos	32.024	78.299	(8.371)	101.952
Direito de Concessão	346.593			346.593
Total	378.617	78.299	(8.371)	448.545

Os valores de concessão decorrem da alocação do preço de compra, conforme CPC 15 (R1). Por não ter

atingido os critérios para dedutibilidade fiscal, foi constituído um Imposto de renda diferido passivo sobre o Direito de Concessão (Nota 6).

Para fins de consolidação os Direitos de Concessão são classificados como Intangível e Imposto de renda diferido no Passivo não circulante.

Aquisição UHE Santo Antônio do Jari

Em 15 de junho de 2011, a EDP - Energias do Brasil, por meio de sua controlada Ipueiras Energia (atualmente denominada Companhia Energética do Jari - CEJA), adquiriu a totalidade das ações da ECE Participações S.A., Companhia que pertencia aos Grupos CS e Participa, detentora de 90% do Consórcio Amapá Energia, o qual possuía os direitos de exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), na divisa dos Estados do Pará e Amapá.

Em 13 de outubro de 2011 foi concluída a aquisição dos 90% dos direitos de exploração da UHE Jari.

A participação remanescente de 10% no Consórcio Amapá Energia era detida pela Jari Energética S.A., detentora original da concessão que tinha direito de venda conjunta da sua participação à Ipueiras Energia, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento (*tag along*). O exercício deste direito foi realizado em 30 de junho de 2011.

Em 23 de dezembro de 2011, foi concluída a aquisição, através da controlada ECE Participações, dos 10% remanescentes dos direitos de exploração da UHE Jari. Com esta aquisição o Grupo EDP - Energias do Brasil passou a deter 100% dos direitos de exploração.

O investimento total previsto pode variar entre R\$1,27 bilhão e R\$1,41 bilhão, incluindo o investimento na construção da usina para a instalação da capacidade máxima de 373,4 MW e o pagamento do projeto aos vendedores.

Para fins de cálculo da equivalência patrimonial foi considerado o resultado a partir de 13 de outubro de 2011, data da obtenção do controle, da ECE Participações.

10.2 Participação direta dos investimentos

Empresas	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)			% de participação da Companhia			Ativos totais	Passivos (Circulantes e Não circulantes)	Patrimônio líquido	Resultado acumulado						
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2012						31/12/2011					
	Ordinárias/ Quotas	Preferenciais	Ordinárias/ Quotas	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital social integralizado					Capital	Capital				
ECE Participações	51.194	18.545	18.545	18.545	100,00	100,00	100,00	100,00	515.463	Reclassificado 145.997	31/12/2012 413.510	Reclassificado 113.973	31/12/2011 101.953	31/12/2011 32.024	31/12/2012 (8.371)	31/12/2011 (561)

11 Imobilizado

	Controladora								Consolidado													
	31/12/2012				31/12/2011				31/12/2012				31/12/2011									
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido						
Imobilizado em serviço																						
Geração																						
Veículos	14,29	71	(52)	19	20,00	71	(41)	30					14,29	71	(52)	19	20,00	71	(41)	30		
Administração																						
Máquinas e equipamentos	16,67	20	(6)	14	10,00	20	(3)	17					16,67	20	(6)	14	10,00	20	(3)	17		
Veículos	14,29	68	(49)	19	20,00	68	(40)	28					14,29	68	(49)	19	20,00	68	(40)	28		
Total do Imobilizado em serviço		159	(107)	52		159	(84)	75					159	(107)	52		159	(84)	75			
Imobilizado em curso																						
Geração		2.758		2.758										459.022		459.022				100.783		100.783
Total do Imobilizado em curso		2.758		2.758										459.022		459.022				100.783		100.783
Total imobilizado		2.917	(107)	2.810		159	(84)	75						459.181	(107)	459.074				100.942	(84)	100.858

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2011	Juros Capitalizados	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2012
Imobilizado em serviço				
Máquinas e equipamentos	17		(3)	14
Veículos	58		(20)	38
Total do imobilizado em serviço	75		(23)	52
Total do Imobilizado em curso		2.758		2.758
Total do imobilizado	75	2.758	(23)	2.810

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Juros Capitalizados	Depreciações	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2012
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	17			(3)		14
Veículos	58			(20)		38
Total do imobilizado em serviço	75			(23)		52
Total do Imobilizado em curso		100.783	21.963		2.389	459.022
Total do imobilizado	100.858	333.887	21.963	(23)	2.389	459.074

11.1 Ingressos

Construção UHE Jari

A controlada ECE celebrou um contrato de Engineering Procurement and Construction - EPC na modalidade turn-key pleno com um consórcio constituído pelas empresas CESBE S.A. Engenharia e Empreendimentos, Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. e Areva Koblitz S.A.

A construção da UHE Jari tem evoluído de acordo com o cronograma previsto:

A Licença de Instalação do projeto foi emitida em junho de 2011 e as obras foram iniciadas em agosto de 2011 com conclusão prevista para o final de 2014. No ano de 2012, foram também emitidas as Licenças de Instalação específicas para: (i) a construção da Linha de Transmissão (LT) 230 kV para conexão à Rede Básica; e (ii) a implantação do Projeto de Realocação da Vila de São Francisco do Itapuru.

Os ingressos no imobilizado referem-se a construção da UHE Santo Antônio do Jari, sendo que os principais valores referem-se a Barragens (R\$134.304) e Edificações (R\$192.134).

O investimento total previsto para o projeto situa-se entre R\$1.270 milhões e R\$1.410 milhões.

12 Intangível

	Controladora							
	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2012			Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2011		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	26	(13)	13	20,00	26	(8)	18
Total do Intangível em Serviço		26	(13)	13		26	(8)	18
Total intangível		26	(13)	13		26	(8)	18

	Consolidado							
	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2012			Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2011		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Outros		584.273		584.273		584.273		584.273
Administração								
Software	20,00	26	(13)	13	20,00	26	(8)	18
Total do Intangível em Serviço		584.299	(13)	584.286		584.299	(8)	584.291
Geração		1.155		1.155		20		20
Total do Intangível em Curso		1.155		1.155		20		20
Total intangível		585.454	(13)	585.441		584.319	(8)	584.311

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora	
	Valor líquido 31/12/2011	Valor líquido 31/12/2012
Intangível em serviço		
Software	18	(5)
Total Intangível	18	(5)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado					
	Valor líquido 31/12/2011	Ingressos	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2012
Intangível em serviço						
<i>Software</i>	18		(5)			13
Direito de concessão - Outros	584.273					584.273
Intangível em curso	20	3.525		(1)	(2.389)	1.155
Total Intangível	584.311	3.525	(5)	(1)	(2.389)	585.441

12.1 Direito de Concessão - Outros
 Refere-se aos direitos de exploração da UHE Jari adquiridos em 2011, conforme descrito na nota 10.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Controladora Circulante				
Materiais e serviços	175	153	7.392	1.723
Total	175	153	7.392	1.723

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo de Debêntures

	Controladora e Consolidado															
	31/12/2012			31/12/2011												
Agente Fiduciário	Empresa	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Encargos		Encargos		Principal Não Circulante	Principal Não Circulante	Total
										Circulante	Circulante	Total	Circulante			
Oliveira Trust	CEJA	300	1.000	300.000	1ª emissão em 24/10/2011	24/10/2011 a 11/10/2013	Alongamento da dívida. Liquidação das CCBs utilizadas na aquisição da UHE Jari.	110,5% do CDI	Principal e juros em parcela única no final	34.125	300.000	334.125	5.593	300.000	305.593	305.593
Custos de emissão	CEJA			(83)								(37)	(37)			-
Total										34.125	299.963	334.088	5.593	300.000	305.593	305.593

14.2 Emissão de debêntures
 Em 24 de outubro de 2011, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos.
 Foi emitido o total de 300 debêntures, de valor nominal unitário de R\$1.000.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$300.000, com vigência até 11 de outubro de 2013, pagamento de juros remuneratórios na data de vencimento.
 A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 110,50% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (Taxa DI), com base em 252 dias úteis (acréscimo sobre a Taxa DI), de acordo com a fórmula estabelecida na escritura de emissão.
 Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento da Companhia e redução dos seus custos financeiros.
 O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:
 (i) Se a Emissora não pagar pontualmente quaisquer valores devidos aos Debenturistas, uma vez decorrido 05 dias úteis da notificação para pagamento entregue à Emissora pelo Agente Fiduciário;
 (ii) Se a Emissora requerer sua recuperação extrajudicial ou tiver sua recuperação judicial ou sua falência decretada; e
 (iii) Se a Emissora deixar de fornecer seus balanços anuais auditados por empresa de primeira linha durante todo o período de vigência das Debêntures.

14.3 Mutação das debêntures no exercício:

	Controladora e Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2011	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante					
Debêntures	-	5.338	328.704	46	334.088
		5.338	328.704	46	334.088
Não circulante					
Debêntures	305.593	23.111	(328.704)	-	-
	305.593	23.111	(328.704)	-	-

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição do saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Controladora e Consolidado													
	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Encargos Circulante	Encargos Principal Não Circulante	Encargos Total	Encargos Não Circulante	Encargos Não Circulante	Total
Moeda estrangeira														
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	360.000	26/10/2011	246.900	26/10/2011 a 13/10/2013	Implementação do projeto de construção da UHE Jari	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização.	109% do CDI	Principal e juros em parcela única no final	-	338	54.700	55.038		
BNDIS	736.807	13/12/2012	300.000	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari	ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 25%.	1,86% acima da TJLP	Principal e Juros mensais a partir de 15/06/2015	296	300.000	300.296			
BNDIS - custos de transação	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031				Amortização mensal do custo de transação		(1.460)	(1.460)			
									296	298.540	298.836	338	54.700	55.038

15.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante								
Empréstimos e Financiamentos	-	45.000	(292.900)	(14.278)	4.582	252.911	4.981	296
		45.000	(292.900)	(14.278)	4.582	252.911	4.981	296
Não circulante								
Empréstimos e Financiamentos	55.038	486.758	-	-	9.655	(252.911)	-	298.540
	55.038	486.758	-	-	9.655	(252.911)	-	298.540

15.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Vencimento				
Circulante				
2013	296		296	
Não circulante				
2015		10.502		10.502
2016		18.622		18.622
2017		18.630		18.630
2018		18.639		18.639
2019 até 2023		93.323		93.323
2024 até 2028		93.511		93.511
2029 até 2032		45.313		45.313
Total		298.540		298.540

16 Provisões - Circulante e Não circulante

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Licenças ambientais			897	3.165
Contraprestação contingente	27.265	114.089	29.692	126.224
Total	27.265	114.089	30.589	129.389

16.1 Licenças Ambientais
 Refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

16.2 Contraprestação contingente Controladora
 Como parte do contrato de compra da UHE Jari, em dezembro de 2011 foi efetuada a transferência dos 10% restantes da concessão, que pertenciam a Jari Energética e foi acordada entre as partes uma contraprestação contingente com a Jari Energética S.A. (ex-proprietária). Até 31 de dezembro de 2012 foram pagos pela CEJA o montante de R\$86.385, referentes a prorrogação do contrato de concessão, o aumento da potência instalada da usina, incremento da energia assegurada e homologação do REIDI, permanecendo em aberto o montante de R\$21.843 que serão pagos mediante a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota (DIFAL) devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional, objeto do convênio ICMS nº 53/01 e R\$5.422 referente a celebração pela Companhia do CCEAR de 2010 com a respectiva contraparte relativa ao percentual de 1,99% da energia elétrica vendida no leilão 004/2010.

Consolidado
 Como parte do contrato de compra da ECE Participações pela CEJA e da transferência dos 10% adicionais da concessão UHE Jari para a ECE, foram acordadas contraprestações contingentes com os ex-proprietários. Até 31 de dezembro de 2012 foi pago, pela CEJA e ECE, o montante de R\$96.011 referentes a prorrogação do contrato de concessão, o aumento da potência da usina, incremento da energia assegurada e homologação do REIDI. Permanecendo em aberto o montante de R\$21.843 (CEJA) e R\$2.427 (ECE), referentes a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional (DIFAL), objeto do Convênio ICMS nº 53/01 e R\$5.422 (CEJA) referente a celebração pela Companhia do CCEAR de 2010 com a respectiva contraparte relativa ao percentual de 1,99% da energia elétrica vendida no leilão 004/2010.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social
 O capital social em 31 de dezembro de 2012 é de R\$56.174 e em 31 de dezembro de 2011 era de R\$20.127 e está representado por 20.126.746 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil (20.126.746 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2011).
 Em 9 de abril de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do Capital social, sem emissão de novas ações mediante a capitalização de créditos de titularidade da acionista controladora, EDP - Energias do Brasil, decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$36.047.

continuação
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	20.126.743	100,00	20.126.743	100,00
Outros	3		3	
Total	20.126.746	100,00	20.126.746	100,00

18 Gastos operacionais

	Controladora			
	2012		2011	
	Despesas operacionais			
	Gerais e administrativas			
	Outras	Total	Outras	Total
Gerenciáveis				
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	9	9		
Material	21	21	70	70
Serviços de terceiros	797	797	239	239
Depreciação	23	23	30	30
Amortização	5	5	5	5
Aluguéis e arrendamentos	15	15	84	84
Outras	29	(3.459)	(3.430)	(9.737)
Total	899	(3.459)	(2.560)	(9.309)

	Consolidado			
	2012		2011	
	Custo do serviço			
	Despesas operacionais			
	Gerais e administrativas			
	Nota	De operação	Outras	Total
Gerenciáveis				
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	3.064	9	3.073	134
Material	413	21	434	93
Serviços de terceiros	1.598	797	2.395	513
Depreciação		23	23	30
Amortização		5	5	5
Aluguéis e arrendamentos	392	15	407	89
Outras	18.1	75	(3.851)	(3.747)
Total	5.542	899	(3.851)	(8.869)

18.1 Outras
 O montante de R\$3.851 é decorrente de reversão de contraprestação contingente.

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	365	479	365	479
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	8		8	
Outras receitas financeiras	373	1.563	373	1.563
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(28.532)	(12.208)	(47.837)	(13.670)
Variações monetárias moeda nacional	(3.020)	(2.350)	(3.329)	(2.376)
Atualização monetária de licenças ambientais			(635)	
Atualização monetária contratos de mútuo (-) Juros capitalizados	2.758	(5)	21.963	1.462
Outras despesas financeiras	(2)	(3)	(10)	(3)
Total	(28.796)	(14.566)	(29.848)	(14.592)
Total	(28.423)	(12.524)	(29.475)	(12.550)

20 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(34.234)	(3.681)	(34.234)	(3.681)	(32.065)	(3.681)	(32.065)	(3.681)
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	8.559	920	3.081	331	8.016	920	2.886	331
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Doações						3		1
Resultados de equivalência patrimonial	(2.093)	(117)	(753)	(42)		23		8
IRPJ e CSLL não reconhecidos	(8.021)	(3.349)	(2.887)	(1.206)	(11.071)	(3.492)	(4.114)	(1.257)
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.555)	(2.546)	(559)	(917)	(3.055)	(2.546)	(1.228)	(917)
Alíquota Efetiva	-4,54%	-69,17%	-1,63%	-24,91%	-9,53%	-69,17%	-3,83%	-24,91%

21 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09 e alterações posteriores, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

21.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.849	7.089	5.849	7.089
Não circulante				
Partes relacionadas	8	3.747	8	3.747
Total	5.857	10.836	5.857	10.836
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	175	153	175	153
Debêntures	334.088		334.088	
Não circulante				
Debêntures		305.593		305.593
Partes relacionadas	2	1	2	1
Total	334.265	305.747	334.265	305.747

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9.973	9.242	9.973	9.242
Total	9.973	9.242	9.973	9.242
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	7.392	1.723	7.392	1.723
Debêntures	334.088		334.088	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	296		296	
Não circulante				
Debêntures		305.593		305.593
Empréstimos e financiamentos	300.000	55.969	298.540	55.038
Partes relacionadas	22	1.859	22	1.859
Total	641.798	365.144	640.338	364.213

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

As Debêntures, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e transferência de ativos entre a Companhia e a ECE Participações, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	Controladora			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor justo			
	Empréstimos e recebíveis	por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis por meio do resultado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.849	5.849	7.089
Partes relacionadas	8	8	8	3.747
Total	8	5.849	5.857	7.089

	31/12/2012		31/12/2011	
	Outros ao custo amortizado	Outros ao custo amortizado	Outros ao custo amortizado	Outros ao custo amortizado
Passivos financeiros				
Fornecedores	175	153		
Debêntures	334.088	305.593		
Partes relacionadas	2	1		
Total	334.265	305.747		

	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	9.973	9.242	9.973	9.242
Total	9.973	9.242	9.973	9.242

	31/12/2012		31/12/2011	
	Outros ao custo amortizado	Outros ao custo amortizado	Outros ao custo amortizado	Outros ao custo amortizado
Passivos financeiros				
Fornecedores	175	153		
Debêntures	334.088	305.593		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	298.836	55.038		
Partes relacionadas	22	1.859		
Total	640.338	364.213		

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício. A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual, buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

	Controladora			
	31/12/2012	Mensuração do valor justo		31/12/2011
		Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5.849	271	5.578	5.578
Total	5.849	271	5.578	5.578
Passivos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	9.973	4.395	5.578	5.578
Total	9.973	4.395	5.578	5.578

21.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 14 e 15, possuem como contraparte o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui risco de mercado associado ao CDI.

Como riscos de mercado associados as taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

21.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

CONTINUAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Controladora					
		31/12/2012					
		Até 1 ano	Provável	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	258	258	65	129	(65)	(129)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(21.357)	(21.357)	(5.091)	(10.091)	5.186	10.472
		(21.099)	(21.099)	(5.026)	(9.962)	5.121	10.343

Operação	Risco	Controladora							
		31/12/2012							
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
Instrumentos financeiros ativos	CDI	258			258	65	129	(65)	(129)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(21.357)			(21.357)	(5.091)	(10.091)	5.186	10.472
		(21.099)	-	-	(21.099)	(5.026)	(9.962)	5.121	10.343

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia e de sua controlada (no caso do consolidado).

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00% e TJLP entre 5,00% e 5,50%.

21.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados na nota 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato aparece descrita individualmente na nota 12. Até 31 de dezembro de 2012 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O ativo financeiro mais expressivo da Companhia é demonstrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

21.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de rating, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Vice-Presidente	Miguel Dias Amaro Conselheiro	Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Conselheiro
--	---	---	---

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Otavio Assis Henriques Diretor-Presidente	André Luiz de Castro Pereira Diretor de Engenharia e Construção	Stella Maris Moreira Fuão Diretor Administrativo e Financeiro	Carlos Sérgio Salgueira Martins Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade	Ana Paula Marzano Cerqueira Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos Contadora - CRC 1SP204118/O-8
--	---	---	--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia Energética do Jari - CEJA

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética do Jari - CEJA ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Jari - CEJA em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

22 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada, mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2012	31/12/2012
Usinas		731.323
Responsabilidade civil		50.000
Transportes (veículos)	1.600	1.600
Acidentes pessoais		7.878

23 Compromissos contratuais e Garantias

23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos representados por passivos de curto e por dívidas financeiras de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e as obrigações de compras (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Controladora			
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	14	334.088	334.088	
Obrigações de compra		313	179	134
Contraprestação contingente	16	27.265	27.265	
		361.666	361.532	134

	Consolidado					
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	14 e 15	632.924	334.384	29.124	55.917	213.499
Responsabilidades com locações operacionais		16	8	8		
Obrigações de compra		132.816	77.361	55.455		
Contraprestação contingente	16	29.692	29.692			
Licenças ambientais	16	4.502	897	3.605		
		799.950	442.342	88.192	55.917	213.499

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e sua controlada. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

23.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aval de acionista				55.038
Fiança Corporativa	334.125	305.593	634.421	305.593
Penhor de Ações			111.276	
Seguro garantia			56.912	
Penhor de Direitos			300.296	

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Fiança corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Penhor de ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de penhor de ações, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas existe o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc. O saldo, refere-se aos contratos de compra e venda de energia.

Penhor de direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Autorização da ECE, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de Penhor de Direitos, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

24 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou aumento de capital por meio de integralização da AFAC no valor de R\$36.047. A Companhia e sua controlada realizaram também a capitalização de encargos de dívidas ao imobilizado no valor de R\$21.963, atividades essas que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa da Companhia.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Energética do Jari - CEJA em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética do Jari - CEJA essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian

Contadora

CRC nº 1 SP 121517/O-3

Deloitte.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011	Nota	31/12/2012	31/12/2011
			Não auditado			Não auditado
ATIVO						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.124	2.153			
Impostos e contribuições sociais	5	840	3.647			
Despesas pagas antecipadamente		2				
Outros créditos	8	277	367			
		5.243	6.167			
Não circulante						
Impostos e contribuições sociais	5	13.773				
		13.773				
Imobilizado	9	456.264	100.783			
Intangível	10	40.183	39.047			
		496.447	139.830			
Total do ativo		515.463	145.997			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	1.822	(391)	1.431
Aumento de capital - AGE 18/03/2011	14.668		14.668
Aumento de capital - AGE 09/08/2011	7.211		7.211
Aumento de capital - AGE 01/09/2011	1.704		1.704
Aumento de capital - AGE 19/09/2011	7.571		7.571
Prejuízo do exercício		(561)	(561)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Não auditado)	32.976	(952)	32.024
Ajuste de exercícios anteriores			
Aumento de capital - AGOE 09/04/2012	29.000		29.000
Aumento de capital - AGE 19/10/2012	49.300		49.300
Prejuízo do exercício		(8.371)	(8.371)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	111.276	(9.323)	101.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011	2012	2011
		Não auditado		Não auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.202)	(561)	(14.294)	(2.520)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais				(26.919)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	338	(337.412)	(77.668)
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	635			
Atualização (reversão) monetária contraprestação contingente	(82)			
Outros	(5.636)	(197)		
(Aumento) diminuição de ativos operacionais	(13.773)	(3.647)	353.677	109.079
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(2)	(356)		
Despesas pagas antecipadamente	90			
Outros ativos operacionais	(13.685)	(4.003)		
Aumento (diminuição) de passivos operacionais	5.647	1.559	1.971	1.972
Fornecedores	4.724	90	4.124	2.153
Outros tributos e contribuições sociais	1.167	13	2.153	181
Obrigações estimadas com pessoal	(6.623)			
Provisões	112	18	1.971	1.972
Outros passivos operacionais	5.027	1.680		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

ECE Participações S.A. (Companhia ou ECE), é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da Companhia Energética do Jari - CEJA (CEJA), Companhia do Grupo EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP, que tem por objeto social o propósito específico de direta ou indiretamente, implantar e explorar o potencial hidráulico da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari) e comercializar a energia elétrica nela gerada e ainda exercer outras ações que possam no todo ou em parte ser vinculada a seu propósito específico.

Em 15 de junho de 2011, a CEJA, adquiriu a totalidade das ações da ECE, Companhia que pertencia aos Grupos CS e Participa, detentora de 90% do Consórcio Amapá Energia, o qual possuía os direitos de exploração da UHE Jari, na divisa dos Estados do Pará e Amapá.

Usina Hidrelétrica

Santo Antônio do Jari

Estado

PA/AP

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo de 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da concessionária, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder

Em 13 de outubro de 2011 foi concluída a aquisição dos 90% dos direitos de exploração da UHE Jari.

A participação remanescente de 10% no Consórcio Amapá Energia era detida pela Jari Energética S.A., detentora original da concessão que tinha direito de venda conjunta da sua participação à Ipueiras Energia (atual CEJA), pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento (*tag along*). O exercício deste direito foi realizado em 30 de junho de 2011.

Em 23 de dezembro de 2011, foi concluída a aquisição, através da ECE, dos 10% remanescentes dos direitos de exploração da UHE Jari.

1.1 Concessões

A Companhia detém o direito de concessão, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL:

Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWm)	Concessão	
		Início	Término
373,4	217,7	21/12/1987	31/12/2044

Concedente e da ANEEL.

O projeto básico da UHE Jari foi alterado em 27 de julho de 2011, através do Despacho nº 3.080 da ANEEL passando sua potência de 300 MW para 373,4 MW de capacidade instalada. A garantia física relacionada à potência de 300 MW é de 196,1 MW médios de energia assegurada, conforme Portaria MME nº 34/10.

Em 23 de maio de 2012, o Ministério de Minas e Energia através da Portaria MME nº 35/12, publicou a revisão da garantia física passando de 196,1 para 217,7 MWm (Casa de Força Principal 214,5 MWm e Casa de Força Secundária 3,2 MWm).

No leilão A-5 ocorrido em dezembro de 2010, foram vendidos 190 MW médios correspondente a um fator de utilização de 65% da capacidade instalada, já aprovados pela ANEEL, pelo período de 30 anos a findar-se em 31 de dezembro de 2044.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2012	2011
			Não auditado
Custo da produção e do serviço de energia elétrica			
Custo de operação			
Pessoal		(3.064)	(134)
Materiais e serviços de terceiros		(2.011)	(330)
Outros custos de operação		(467)	(68)
	16	(5.542)	(532)
Custo do serviço prestado a terceiros			
Lucro bruto	16	(5.542)	(532)
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais		392	
	16	392	
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos			
Despesas financeiras		(1.052)	(29)
	17	(1.052)	(29)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(2.169)	
		(2.169)	
Resultado líquido do exercício			
		(8.371)	(561)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
		Não auditado
Resultado líquido do exercício	(8.371)	(561)
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	(8.371)	(561)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
		Não auditado
Geração do valor adicionado	357.009	82.552
Receita relativa à construção de ativos próprios	337.412	81.090
Outras receitas	19.597	1.462
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(334.890)	(80.353)
Materiais	(42.066)	(1.146)
Serviços de terceiros	(272.185)	(76.931)
Outros custos operacionais	(20.639)	(2.276)
Valor adicionado bruto	22.119	2.199
Valor adicionado líquido produzido	22.119	2.199
Valor adicionado total a distribuir	22.119	2.199
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.519	1.213
Benefícios	643	14
FGTS	343	7
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	3.245	27
Estaduais	91	3
Municipais		
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	20.257	1.491
Aluguéis	392	5
	30.490	2.760
Prejuízos	(8.371)	(561)
	22.119	2.199

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$574, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O reconhecimento do valor justo total do Direito de concessão relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão será registrado quando da entrada em operação da primeira unidade geradora e amortizado de acordo com o prazo desse contrato.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com a legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Imobilizado (Nota 9)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento, conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

c) Intangível (Nota 10)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos no desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - outros. Os seguintes critérios são aplicados:

- Direitos de concessão - outros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e avaliados anualmente para fins de imparidade.

- Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis de intangíveis associados a direito de concessão não superam os prazos residuais dos contratos de concessão. O início da amortização ocorrerá quando a usina entrar em operação.

- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

d) Licenças Ambientais (Notas 9 e 14)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é constituída uma provisão e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

e) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g) Fornecedores (Nota 11)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

h) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas (Nota 12)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

i) Contraprestação contingente (Nota 14)

Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos são atualizados pela taxa de juros efetiva.

j) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias que estão reconhecidos no resultado.

l) Instrumentos financeiros (Nota 19)

Instrumentos financeiros não derivativos incluem Caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente

atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• **Instrumentos mantidos até o vencimento**

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

m) Capital social (Nota 15)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis, por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

n) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração de instrumentos financeiros, recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos a licenças ambientais e contraprestação contingente.

o) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5 e 6)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), cuja opção foi confirmada quando da entrega da declaração do imposto de renda em 15 de outubro de 2009.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A partir da edição do Pronunciamento Técnico CPC 32 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros Resultados Abrangentes.

p) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

q) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às Demonstrações Financeiras.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

2.4 Reclassificações no exercício de 2011

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.4.1 Demonstração do balanço patrimonial

Reclassificação no valor de R\$3.566 referente a Imposto de renda e contribuição social diferidos. Esta reclassificação ocorreu na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos entre Passivo não circulante para Ativo não circulante, no qual está sendo apresentado em 2012 pelo valor líquido (Nota 2.2 - o).

2.4.2 Demonstração do valor adicionado

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$81.090, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos Adquiridos de terceiros no valor de R\$79.961 (R\$1.123 referente a Materiais, R\$76.624 referente a Serviços de terceiros e R\$2.214 referente a Outros custos operacionais) e R\$1.129 referente a Pessoal do grupo Distribuição do valor adicionado. Reclassificação dos Juros Capitalizados de Outras Receitas, para Remuneração de capitais de terceiros - Juros no valor de R\$1.462.

2.4.3 Demonstração do fluxo de caixa

Reclassificação de Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP no valor de R\$26, para Outros.

Reclassificação de Alienações (aquisições) de ações em tesouraria no valor de R\$26.919 para as Baixas (adições) ao investimento.

Evento do exercício

3.1 Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783/13, que renova determinadas concessões de ativos de energia elétrica, o processo foi desencadeado pela publicação da MP 579, publicada em 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial, entende que não sofrerá impactos significativos de curto prazo decorrentes das disposições contidas na lei.

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	4.124	2.153
Total	4.124	2.153

5 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2012
Não auditado				

Ativo -				
Compensáveis				
PIS e COFINS	13.773			13.773
ISS	3.647	(2.807)		840
Total	3.647	(2.807)		14.613
Circulante	3.647			840
Não circulante				13.773
	3.647			14.613

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Pagamentos	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2012
Não auditado					

Passivo - a recolher					
ICMS sobre diferencial de alíquota	1	2.316	(1.746)		571
ISS	1	4.459	(674)	(2.807)	979
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	42	1.011	(936)		117
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	30	499	(437)		92
Outros	30	1.877	(1.645)		262
Total	104	10.162	(5.438)	(2.807)	2.021
Circulante	104				2.021
Não circulante					
	104				2.021

6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

A Companhia não reconheceu ativos de impostos no valor de R\$4.355 em 31 de dezembro de 2012 (R\$187 em 31 de dezembro de 2011) com relação a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$12.808 (R\$549 em 31 de dezembro de 2011), que podem ser compensados com lucro tributável futuro.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo

Natureza dos créditos	Passivo Não Circulante			Resultado	
	31/12/2012			2012	
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL	
Diferenças temporárias - RTT					
Imobilizado em serviços - Intangíveis	2.720	980	3.700		(3.700)
Licenças ambientais - CPC 25	(1.126)	(405)	(1.531)		1.531
Total diferenças temporárias - RTT	1.594	575	2.169		(2.169)
Total Passivos Diferidos	1.594	575	2.169		
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos					(2.169)

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contra- parte	Data da transação	Período de duração	Passivo		Receitas (Despesas) no exercício	
				31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
						Não auditado	Não auditado
Partes relacionadas							
Contrato de Cessão e							
Transferência de Investimentos	CEJA	15/12/2011		3.747		(3.747)	
Contrato de Cessão e							
Transferência de Investimentos	Energest	15/12/2011		1.858		(1.858)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação,							
aprovados pela ANEEL	EDP -		01/01/2011				
através do despacho	Energias		a				
nº 1.598/11	do Brasil	01/01/2011	31/12/2014	15		(165)	
Compartilhamento de gastos com pessoal	CEJA	31/12/2012		8			
Compartilhamento de gastos com pessoal	Energest	30/09/2012		5			
Total				28	5.605	(165)	(5.605)

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

7.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Companhia Energética do Jari - CEJA e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A.

7.2 Remuneração dos administradores

7.2.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

7.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R\$)

	Diretoria Estatutária
Número de membros	2 (*)
Remuneração fixa	676.821
Salário ou pró-labore	528.766
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a
Encargos sociais	148.055
Valor Total da remuneração, por órgão	676.821

(n/a) = Não Aplicável

(*) Das 3 posições da Diretoria Estatutária, apenas 02 membros são remunerados. A remuneração anual global para a Administração é de até R\$ 1.200.000,00, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 9 de abril de 2012.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

7.2.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Diretoria Estatutária
Número de membros	2
Valor da maior remuneração individual	402.379
Valor da menor remuneração individual	274.442
Valor médio da remuneração individual	338.410

12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

12.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012			31/12/2011				
									Encargos Circulante	Principal Não circulante	Total	Encargos Não circulante	Principal Não circulante	Total		
															Não auditado	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	360.000	26/10/2011	246.900	26/10/2011 a 13/10/2013	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.	109% do CDI	Principal e juros em parcela única no final.				338	54.700	55.038			
BNDDES	736.807	13/12/2012	300.000	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.	1,86% acima da TJLP	Principal e Juros mensais a partir de 15/06/2015.	296	300.000	300.296						
(-) BNDDES - Custos de Transação	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031							(1.460)	(1.460)				
Total								296	298.540	298.836	338	54.700	55.038			

12.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante								
Empréstimos e Financiamentos	-	45.000	(292.900)	(14.278)	4.582	252.911	4.981	296
		45.000	(292.900)	(14.278)	4.582	252.911	4.981	296
Não circulante								
Empréstimos e Financiamentos	55.038	486.758	-	-	9.655	(252.911)	-	298.540
	55.038	486.758	-	-	9.655	(252.911)	-	298.540

Em 2012 ocorreram liberações no curto prazo no valor de R\$45.000, referente ao contrato Capital de Giro junto ao Banco do Brasil da Companhia, devido seu vencimento em outubro de 2013. Em outubro de 2012 foi transferido para o curto prazo o montante de R\$252.911 e liquidado antecipadamente em dezembro de 2012.

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Outros créditos - Ativo		
Adiantamentos a empregados	1	13
Serviços em curso	200	354
Desativações e alienações em curso	76	
Total	277	367
Outras contas a pagar - Passivo		
Folha de pagamento	125	18
Outras	5	
Total	130	18

9 Imobilizado

	31/12/2012		31/12/2011	
	Custo Histórico	Valor Líquido	Custo Histórico	Valor Líquido
Imobilizado em curso				
Geração	456.264	456.264	100.783	100.783
Total do imobilizado em curso	456.264	456.264	100.783	100.783
Total imobilizado	456.264	456.264	100.783	100.783

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Juros capitalizados	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2012
Imobilizado					
Imobilizado em curso	100.783	333.887	19.205	2.389	456.264
Total do imobilizado	100.783	333.887	19.205	2.389	456.264

9.1 Ingressos

Construção da UHE Jari

A Companhia celebrou um contrato de *Engineering Procurement and Construction* - EPC na modalidade *turn-key* pleno com um consórcio constituído pelas empresas CESBE S.A Engenharia e Empreendimentos, Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda e Areva Koblitz S.A.

A construção da UHE Jari tem evoluído de acordo com o cronograma previsto:

A Licença de Instalação do projeto foi emitida em junho de 2011 e as obras foram iniciadas em agosto de 2011 com conclusão prevista para o final de 2014. No ano de 2012, foram também emitidas as Licenças de Instalação específicas para: (i) a construção da Linha de Transmissão (LT) 230 kV para conexão à Rede Básica; e (ii) a implantação do Projeto de Realocação da Vila de São Francisco do Itatapuru.

Os ingressos no imobilizado referem-se a construção da UHE Jari, sendo que os principais valores referem-se a Barragens (R\$134.304) e Edificações (R\$192.134).

O investimento total previsto para o projeto situa-se entre R\$1.270 milhões e R\$1.410 milhões.

10 Intangível

	31/12/2012		31/12/2011	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor Líquido
Intangível em serviço				
Geração				
Direito de concessão - Outros	39.028	39.028	39.028	39.028
Total do Intangível em Serviço	39.028	39.028	39.028	39.028
Intangível em curso				
Geração	1.155	1.155	19	19
Total do Intangível em Curso	1.155	1.155	19	19
Total do intangível	40.183	40.183	39.047	39.047

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2012
Intangível em serviço				
Direito de concessão - Outros	39.028			39.028
Intangível em curso	19	3.525	(2.389)	1.155
Total do intangível	39.047	3.525	(2.389)	40.183

10.1 Direito de Concessão - Outros

Em 20 de dezembro de 2011, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.292, anuiu a transferência da participação de 10% da Jari Energética S.A. na concessão da UHE Jari, para a Companhia.

Em 23 de dezembro de 2011, data da transferência, foram reconhecidos R\$26.919, referente o percentual de 10%, e R\$12.109 referente a contraprestação contingente. Os valores na data da transferência encontravam-se atualizados de acordo com as cláusulas contratuais, sendo 50% da variação da taxa DI e 50% da variação da IPCA.

11 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Materiais e serviços	7.217	1.570
Total	7.217	1.570

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):	
	Tipo de moeda
	Nacional
Vencimento	
Circulante	
2013	296
	296
Não circulante	
2015	10.502
2016	18.622
2017	18.630
2018	18.639
2019 até 2023	93.323
2024 até 2028	93.511
2029 até 2032	45.313
	298.540
Total	298.836

13 Adiantamento para futuro aumento de capital		
	Passivo	
	Não circulante	
	31/12/2012	
	31/12/2011	
	Não auditado	
Companhia Energética do Jari - CEJA	95.000	29.000
Total	95.000	29.000

Em 18 de outubro de 2011 a ECE recebeu um Adiantamento para futuro aumento de capital da CEJA no valor de R\$1.000, e em 23 de dezembro de 2011 foi efetuado outro AFAC no montante de R\$28.000.

13.1 Movimentação do AFAC	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	29.000
Integralização de capital - AGOE 09/04/2012	(29.000)
AFAC - CEJA x ECE	5.300
AFAC - CEJA x ECE	44.000
Integralização de capital - AGE 19/10/2012	(49.300)
AFAC - CEJA x ECE	95.000
Saldo em 31 de dezembro de 2012	95.000

Em 09 de abril de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária o aumento do Capital Social, sem emissão de novas ações mediante a capitalização de créditos de titularidade da acionista controladora, CEJA, decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no valor de R\$29.000 vide nota 15.1.

Em 19 de outubro de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do Capital Social, sem emissão de novas ações mediante a capitalização de créditos de titularidade da acionista controladora, CEJA, decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no valor de R\$49.300 vide nota 15.1.

14 Provisões		
	Circulante	Não circulante
	31/12/2012	31/12/2011
	Não auditado	
Licenças ambientais	897	3.165
Contraprestação contingente	2.427	12.135
Total	3.324	15.300

14.1 Licenças Ambientais
 O montante de R\$4.502 em 31 de dezembro de 2012, refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

14.2 Contraprestação contingente
 Como parte do contrato de compra da UHE Jari, em dezembro de 2011 foi efetuada a transferência dos 10% restantes da concessão, que pertenciam a Jari Energética S.A. e foi acordada entre as partes uma contraprestação contingente com a Jari Energética S.A. (expropriatória), até 31 de dezembro de 2012 foram pagos pela ECE o montante de R\$9.626, referentes a prorrogação do contrato de concessão, o aumento da potência instalada da usina, incremento da energia assegurada e homologação do REIDI, permanecendo em aberto o montante de R\$2.427 que será pago mediante a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota (DIFAL) devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional, objeto do Convênio ICMS nº 53/01.

15 Patrimônio líquido
15.1 Capital social
 O Capital Social da Companhia subscrito em 31 de dezembro de 2012 é de R\$361.647, sendo que o capital integralizado é de R\$111.276 representado por 217.003.125 ações ordinárias parcialmente integralizadas, e 18.545.208 ações preferenciais totalmente integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal.
 O capital social em 31 de dezembro de 2011 era de R\$32.976 e estava representado por 18.545.208 ações ordinárias e 18.545.208 ações preferenciais, sem valor nominal, sendo integralizadas 15.248.758 ações ordinárias e 17.726.788 ações preferencias, integralmente detidas pela CEJA.

16 Gastos operacionais		
	2012	2011
	Custo do serviço de operação	Despesas operacionais Total
	Outras	Total
Gerenciáveis		
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	3.064	3.064
Material	413	413
Serviços de terceiros	1.598	1.598
Aluguéis e arrendamentos	392	392
Outras	75	(392) (317)
Total	5.542	(392) 5.150

17 Resultado financeiro		
	2012	2011
	Não auditado	
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(19.305)	(1.462)
Variações monetárias moeda nacional	(309)	(26)
Atualização monetária de licenças ambientais	(635)	
(-) Juros capitalizados	19.205	1.462
Outras despesas financeiras	(8)	(3)
Total	(1.052)	(29)

18 Imposto de renda e contribuição social		
	Imposto de Renda	Contribuição Social
	31/12/2012	31/12/2011
	Não auditado	
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(6.202)	(561)
Alíquota	25%	25%
IRPJ e CSLL	1.551	140
Ajustes para refletir a alíquota efetiva Doações		3
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecido	(3.051)	(143)
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.500)	-
Alíquota efetiva	-24,19%	-10,79%

19 Instrumentos financeiros
 Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09 e alterações posteriores, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

19.1 Considerações gerais
 A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

19.2 Valor justo
 Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos. Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Não auditado		Não auditado	
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.124	2.153	4.124	2.153
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	7.217	1.570	7.217	1.570
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	296		296	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	300.000	55.969	298.540	55.038
Partes relacionadas	28	5.605	28	5.605
Total	307.541	63.144	306.081	62.213

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro. Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da instituição financeira.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto. Partes relacionadas é composto por contratos de transferências de ativos entre a Companhia e a Energest e a CEJA, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2012	31/12/2011
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	4.124	2.153
	4.124	2.153
	Outros ao	
	custo amortizado	
Passivos financeiros		
Fornecedores	7.217	1.570
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	298.836	55.038
Partes relacionadas	28	5.605
	306.081	62.213

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício. A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia: (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alterações nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

	Mensuração do valor justo	
	Mercados idênticos	
	31/12/2012	Nível 1
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	4.124	4.124
	4.124	4.124

19.3 Risco de mercado
 O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros. Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 12, possuem como contraparte o BNDES (risco TJLP). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui risco de mercado associado à TJLP. Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos instrumentos avaliados aproxima-se do seu valor contábil.

19.4 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as

Operação	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
		Até 1 ano	2 a 5 anos					
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(23.066) (23.066)	(91.991) (91.991)	(115.057) (115.057)	(168.374) (168.374)	(30.843) (30.843)	(61.687) (61.687)	30.843 30.843

As curvas futuras dos indicadores financeiros TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: TJLP entre 5,00% e 5,50%.

19.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e liberados pela Companhia são apresentados na nota 12. Contratados e liberados.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 12. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O ativo financeiro mais expressivo da Companhia é demonstrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

19.6 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões,

datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente. Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
		Até 1 ano	2 a 5 anos					
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(23.066) (23.066)	(91.991) (91.991)	(115.057) (115.057)	(168.374) (168.374)	(30.843) (30.843)	(61.687) (61.687)	30.843 30.843

contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

20 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2012
Usinas	731.323
Responsabilidade civil	50.000
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	7.878

21 Compromissos contratuais e Garantias

21.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos representados por passivos de curto prazo e por dívidas financeiras de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2012					
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui						
juros vincendos	12	298.836	296	29.124	55.917	213.499
Responsabilidades com locações operacionais		16	8	8		
Obrigações de compra		132.503	77.182	55.321		
Contraprestação contingente	14	2.427	2.427			
Licenças ambientais	14	4.502	897	3.605		
		438.284	80.810	88.058	55.917	213.499

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

21.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2012	31/12/2011
	Valor	Valor
		Não auditado
Aval de acionista		55.038
Fiança corporativa	300.296	
Penhor de ações	111.276	
Seguro garantia	56.912	
Penhor de direitos	300.296	

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Aval de acionista, referia-se aos contratos de empréstimos e financiamentos, Empréstimo-Ponte com o Banco do Brasil que encontra-se totalmente liquidado na data-base de 31 de dezembro de 2012.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia. O saldo de Penhor de ações, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas existe o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc. O saldo de Seguro garantia, em sua totalidade, refere-se a Outros (Garantia Executante Construtor).

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Autorização da ECE, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado. O saldo de Penhor de direitos, refere-se aos Contratos de Empréstimos e Financiamentos.

22 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou aumento de capital por meio de integralização de AFAC no valor de R\$78.300 e capitalização de encargos de dívidas ao imobilizado no valor de R\$19.205, atividades essas que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa da Companhia.

23 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2012 foram de R\$17.298 (R\$3.022 até 31 de dezembro de 2011), sendo este montante capitalizado no exercício, relativos à gestão e proteção do meio ambiente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes
Presidente do Conselho de Administração

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Patrimônio e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
ECE Participações S.A.
 São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da ECE Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter

segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ECE Participações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
 Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
 As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, não foram anteriormente auditados por nós, nem por outros auditores independentes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
 Auditores Independentes
 CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian
 Contadora
 CRC nº 1 SP 121517/O-3



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da **Enerpeixe S.A.** ("Companhia" ou Enerpeixe"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, além da situação econômico-financeira da Companhia, poderão ser examinados através do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, dos Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

A Companhia, consciente de sua responsabilidade sócio-ambiental, em 2012 deu continuidade aos seus projetos sociais nas áreas de educação, esporte, assistência social, os quais contribuíram para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes nas áreas de influência da usina e no aspecto ambiental apoiou iniciativas de estudos e conservação do patrimônio natural, dando grande relevância para o manejo dos recursos naturais dentro da sua área de atuação.

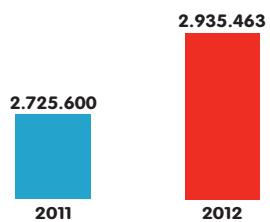
Na procura contínua da excelência, a Companhia no ano de 2012 foi recertificada no seu processo de operação e manutenção a ISO NBR 14001, na valorização do seu contingente de colaboradores a OSHAS 18001 - Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho, com creditações na UKAS (Europa), ANAB (Estados Unidos) e, INMETRO (Brasil) e na ISO 9001 - Gerenciamento, Operação e Manutenção com o escopo de que todos os processos sejam padronizados dentro dos requisitos de qualidade total, atingindo seu objetivo de ter um Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade - SGIS.

A Administração da Enerpeixe registra aos seus acionistas e membros do Conselho de Administração um especial agradecimento pelo apoio e confiança. Aos colaboradores, funcionários e prestadores de serviços expressamos nosso reconhecimento por sua dedicação e empenho estendendo também nosso reconhecimento aos clientes, fornecedores, comunidade, poderes constituídos e demais parceiros por suas contribuições.

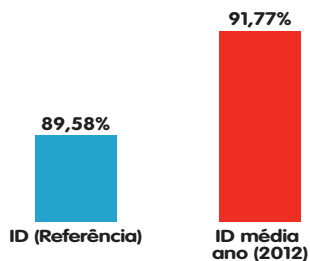
1. Desempenho Operacional

A Companhia opera e mantém a UHE Peixe Angical, através de quadro próprio, treinado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. Em 2012, foi atingido o recorde de geração dos anos de 2006 a 2011 com 2.935.463,4 MWh, aproximadamente 19,14% acima da energia assegurada anual de 2.463.912 MWh. A Usina apresentou um índice de disponibilidade médio anual de 91,77%, fechando o mês de dezembro com uma disponibilidade de 93,10%, bem acima do Índice de Disponibilidade (ID) de referência, que é 89,58%.

Produção de Energia (MWh)



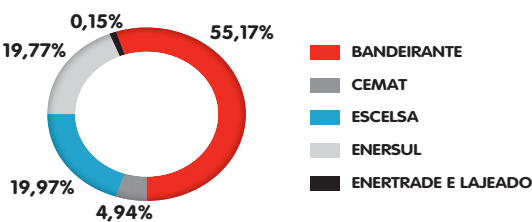
Índice de Disponibilidade



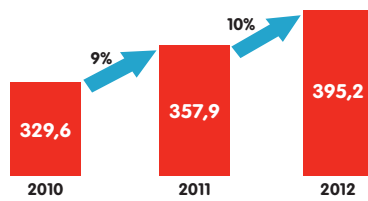
2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Receita Operacional Líquida

Composição da Receita (Suprimento de Energia Elétrica)



Receita Líquida (R\$ milhões)

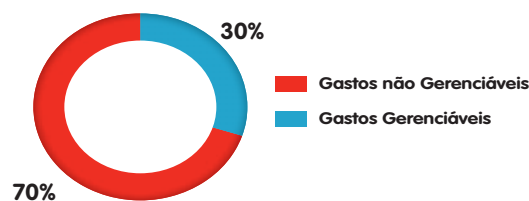


No acumulado do ano, a receita operacional líquida atingiu R\$ 395,2 milhões e apresentou aumento de 10,4%, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Os principais determinantes da evolução da receita líquida no ano foram:

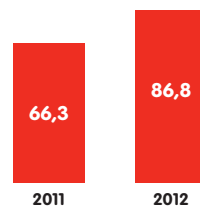
- O volume de energia vendida pela Companhia em 2012 alcançou 2.389.648 MWh, com aumento de 1% em relação a 2011.
- Aumento de R\$ 14 milhões em Energia Elétrica de Curto Prazo devido ao aumento do preço de venda da sobra de energia gerada, decorrente do aumento do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em 2012 (média de R\$ 130,52/MW) comparado a 2011 (média de R\$ 29,63/MW).

2.2. Gastos Operacionais (não inclui depreciação e amortização)

Composição dos Gastos Operacionais



Gastos Operacionais



Os gastos operacionais, desconsiderando depreciações e amortizações, totalizaram R\$ 87 milhões em 2012, que representa um aumento de 31% sobre o mesmo período do ano anterior.

2.2.1 Gastos Não Gerenciáveis

Os gastos não gerenciáveis estão relacionados à compra de energia, encargos de uso da rede elétrica e taxa de fiscalização da ANEEL que, em conjunto, somaram R\$ 63,7 milhões, com incremento de 46% em 2012, com relação ao ano anterior.

Gastos Não Gerenciáveis (R\$ milhões)	2011	2012	Δ	Δ%
Comp. Financ. Utilização Rec. Hídricos (CFURH)	12,6	14,4	1,9	15%
Taxa de Fiscalização	0,9	1	0,1	8%
Energia Elétrica comprada para revenda no Curto Prazo	0,3	15,3	15	-
Energia Elétrica comprada para revenda	0,7	0,3	(0,4)	-56%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	29,1	32,7	3,5	12%
Total	43,6	63,7	20,1	46%

• A energia elétrica comprada para revenda no Curto Prazo totalizou R\$ 15,3 milhões.

• Os encargos de uso da Rede Elétrica apresentaram aumento de 12% no ano de 2012, quando comparado a 2011. Esse aumento decorrente do Contrato do Uso do Sistema de Transmissão reajustado pelo IGP-M e o acréscimo das transmissoras no SIN (Sistema Interligado Nacional).

• A compensação financeira teve um acréscimo de 15% em 2012, em razão do crescimento da geração realizada no 1º trimestre de 2012 (+7% em relação ao 1º trimestre de 2011, alcançando 632.308,14 MWh).

2.2.2 Gastos Gerenciáveis

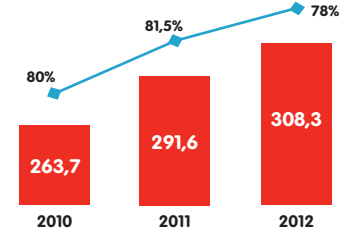
Os gastos gerenciáveis, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 23 milhões, com aumento de 4% de 2012 para 2011, enquanto a inflação acumulada ficou em 7,82% (IGP-M) e 5,84% (IPCA). Estes gastos estão relacionados às despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, provisões e outros.

Gastos Gerenciáveis (R\$ milhões)	2011	2012	Δ	Δ%
Pessoal	5,2	7,9	2,7	51%
Material	0,6	1,6	1	164%
Serviços	14,1	11,2	(2,9)	-20%
Outros/Contingências/PDD	2,2	2,3	0,1	7%
Total	22,1	23	0,9	4%

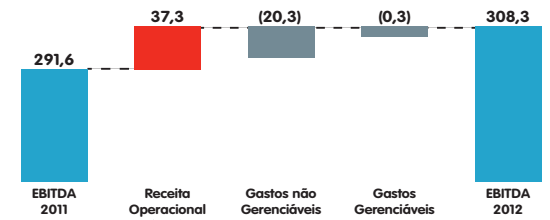
2.3. EBITDA

Em 2012, o EBITDA atingiu R\$ 308,3 milhões, aumento de 6% em relação ao ano passado, principalmente em decorrência do aumento da Receita Operacional Líquida.

EBITDA (R\$ milhões) e Margem EBITDA (%)



Formação do EBITDA (R\$ milhões)



2.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro líquido em 2012 foi negativo, totalizando R\$ 51,9 milhões, 19% inferior a 2011. O Resultado Financeiro foi composto por:

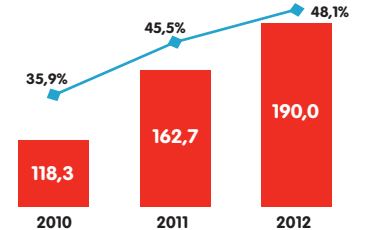
- Receita Financeira em 2012 R\$ 16,3 milhões, 0,5% abaixo em relação a 2011;
- Despesa Financeira em 2012 R\$ 68,2 milhões, 15% abaixo em relação a 2011.

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2011	2012	Δ	Δ%
Receita Financeira	16.421	16.343	(78)	-
• Rendas	16.079	15.783	(296)	-2%
• Outras Receitas	342	560	218	64%
Despesas Financeiras	(80.255)	(68.237)	12.018	-15%
• Encargos de dívidas	(53.087)	(40.861)	12.226	-23%
• Variações Monetárias Moeda Nacional	(153)	32	185	-121%
• Atualização Monetária UBP	(27.730)	(27.004)	726	-3%
• Ajustes a Valor Presente	1.719	446	(1.273)	-74%
• Outras Despesas Financeiras	(1.004)	(850)	154	-15%
Total	(63.834)	(51.894)	11.940	-19%

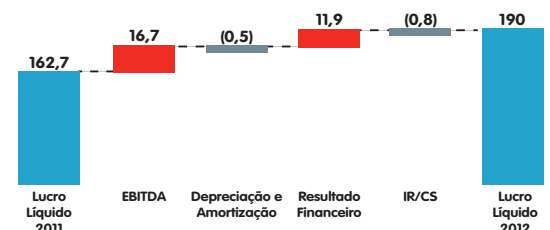
2.5. Lucro Líquido

O Lucro Líquido do exercício de 2012 totalizou R\$ 190 milhões, 17% superior ao exercício de 2011. Além dos efeitos demonstrados no EBITDA, o lucro também foi impactado pelos efeitos do Resultado Financeiro e pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.

Lucro Líquido (R\$ milhões) e Margem Líquida (%)



Formação do Lucro Líquido (R\$ milhões)



BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011 Reclassificado
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	118.623	155.114
Concessionárias	4	47.907	48.093
Impostos e contribuições sociais	5	2.867	2.460
Estoques		473	518
Cauções e depósitos vinculados	9	11.502	1.354
Despesas pagas antecipadamente		364	394
Outros créditos		6.047	5.302
		187.783	213.235
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	34.646	29.468
Cauções e depósitos vinculados	9	42.309	43.915
		76.955	73.383
Imobilizado	10	1.620.906	1.663.807
Intangível	11	120.759	126.079
		1.741.665	1.789.886
Total do ativo		2.006.403	2.076.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011 Reclassificado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	12	21.793	5.065
Impostos e contribuições sociais	5	24.874	22.764
Dividendos	20	62.985	44.200
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	115.219	115.922
Obrigações estimadas com pessoal	16	920	510
Encargos regulamentares e setoriais	14	12.330	11.611
Uso do bem público	15	18.059	16.550
Provisões	17	85	529
Outras contas a pagar		69	49
		256.334	217.200
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	237.195	351.048
Partes relacionadas	7	637	637
Uso do bem público	15	202.528	193.325
Provisões	17	580	1.042
		440.940	546.052
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	882.628	882.628
Reservas de capital		18.546	18.546
Reservas de lucros		407.955	412.078
		1.309.129	1.313.252
Total do passivo e patrimônio líquido		2.006.403	2.076.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	882.628	18.546	301.375	-	1.202.549
Lucro líquido do exercício				162.703	162.703
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			8.135	(8.135)	
Reserva de retenção de lucros			75.519	(75.519)	
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			27.049	(27.049)	
Dividendos intermediários (JSCP)				(52.000)	(52.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	882.628	18.546	412.078	-	1.313.252
Dividendo extraordinário - AGE de 08/10/2012			(120.000)		(120.000)
Lucro líquido do exercício				189.977	189.977
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			9.499	(9.499)	
Reserva de retenção de lucros			78.579	(78.579)	
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			27.799	(27.799)	
Dividendos intermediários (JSCP)				(74.100)	(74.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	882.628	18.546	407.955	-	1.309.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2012	2011
Receitas	21	395.166	357.914
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(15.601)	(983)
Encargos de uso da rede elétrica		(32.675)	(29.134)
	22	(48.276)	(30.117)
Custo de operação			
Pessoal		(3.954)	(1.591)
Materiais e serviços de terceiros		(9.178)	(11.895)
Depreciações e amortizações		(49.238)	(48.560)
Outros custos de operação		(1.281)	(1.930)
	22	(63.651)	(63.976)
		(111.927)	(94.093)
Lucro bruto		283.239	263.821
Despesas e receitas operacionais			
Despesas com vendas		(152)	
Despesas gerais e administrativas		(8.439)	(7.255)
Depreciações e amortizações		(97)	(230)
Taxa de fiscalização		(1.011)	(932)
Compensações financeiras		(14.443)	(12.563)
Outras despesas e receitas operacionais		(114)	(10)
	22	(24.256)	(20.990)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		258.983	242.831
Receitas financeiras		16.343	16.421
Despesas financeiras		(68.237)	(80.255)
Resultado financeiro	23	(51.894)	(63.834)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		207.089	178.997
Imposto de renda e contribuição social correntes		(50.089)	(49.007)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5.178	5.664
(-) Incentivo ADA/ADENE		27.799	27.049
		(17.112)	(16.294)
Resultado líquido do período		189.977	162.703
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R\$		228,02	195,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011 Reclassificado
Geração do valor adicionado	443.109	404.067
Receita operacional	439.799	398.340
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(152)	
Receita relativa à construção de ativos próprios	3.462	5.727
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(72.139)	(56.693)
Custos da energia comprada	(17.191)	(1.083)
Encargos de uso da rede elétrica	(35.962)	(32.103)
Materiais	(2.273)	(2.398)
Serviços de terceiros	(13.047)	(15.311)
Outros custos operacionais	(3.666)	(5.798)
Valor adicionado bruto	370.970	347.374
Retenções		
Depreciações e amortizações	(51.497)	(50.863)
Valor adicionado líquido produzido	319.473	296.511
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	16.343	16.421
Valor adicionado total a distribuir	335.816	312.932
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	7.435	5.087
Remuneração direta	6.029	4.167
Benefícios	1.086	620
F.G.T.S.	320	300
Impostos, taxas e contribuições	69.772	64.542
Federais	69.714	64.462
Estaduais	34	69
Municipais	24	11
Remuneração de capitais de terceiros	68.632	80.600
Juros	68.237	80.255
Alugueis	395	345
Remuneração de capital próprio	74.100	52.000
Juros sobre capital próprio	74.100	52.000
	219.939	202.229
Lucros retidos	115.877	110.703
	335.816	312.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
Constituída em 2 de maio de 2001, a Enerpeixe S.A. ("Companhia" ou "Enerpeixe"), Companhia de capital fechado, tem por objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ANEEL nº 130/2001. A Usina tem potência instalada de 498,75 MW com a implantação das três turbinas, sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006, tendo como energia assegurada 280,5 MW, conforme a Portaria nº 11 do MME de 19 de maio de 2011. A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão.

1.1 Contrato de Concessão
A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001. O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Concessionária, desde que a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor, e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo do Contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias, e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública, referentes à exploração de energia elétrica.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	207.089	178.997
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	152	
Depreciações e amortizações	51.497	50.865
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	186	
Despesas pagas antecipadamente	774	454
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	40.790	53.031
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	26.558	26.011
Provisão e atualização monetária para contingências		580
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	(32)	153
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	19.451	17.491
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(3.694)	(5.351)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(404)	(231)
	342.367	322.006

(Aumento) diminuição de ativos operacionais
Concessionárias 34 (2.213)
Impostos e contribuições sociais compensáveis (3.489) (3.080)
Estoques 45 (56)
Cauções e depósitos vinculados (4.848) 18.276
Despesas pagas antecipadamente (744) (435)
Outros ativos operacionais (745) (2.465)
(9.747) 10.027

Aumento (diminuição) de passivos operacionais
Fornecedores 16.728 (4.685)
Outros tributos e contribuições sociais (678) 121
Obrigações estimadas com pessoal 410 23
Encargos regulamentares e setoriais (18.732) (15.552)
Provisões (874) (2.118)
Outros passivos operacionais 21
(3.125) (22.211)

Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais 329.495 309.822

Imposto de renda e contribuição social pagos (19.332) (20.062)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais 310.163 289.760

Fluxo de caixa das atividades de investimento
Adições ao Imobilizado e Intangível (3.462) (5.727)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento (3.462) (5.727)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos (172.000) (17.000)
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos (113.854) (113.854)
Pagamento de encargos de dívidas (41.492) (53.543)
Uso do bem público (15.846) (14.816)

Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento (343.192) (199.213)

(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa (36.491) 84.820

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 118.623 155.114
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 155.114 70.294
(36.491) 84.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
Resultado líquido do exercício	189.977	162.703
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	189.977	162.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

No caso da energia gerada ser inferior a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completarem os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do GCOI (Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica) em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL. A qualquer tempo, para atender o interesse público e na forma da legislação em vigor, o Poder Concedente poderá promover a encampação, mediante indenização prévia, dos bens ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Concessionária. A determinação do valor da indenização será realizada por auditoria do Poder Concedente. Caso ocorra a declaração de caducidade da concessão, o Poder Concedente indenizará os investimentos realizados pela Concessionária durante a vigência do Contrato, ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados, deduzidos os valores das penalidades e dos danos porventura decorrentes do fato motivador da caducidade.

1.2 Lei nº 12.783 (Conversão da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012)

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783, que renova determinadas concessões de ativos de energia elétrica. O processo foi desencadeado pela publicação da MP 579 iniciado em 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial entende que não sofrerá impactos significativos a curto prazo.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada pela Administração em 25 de fevereiro de 2013, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial*

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Reporting Standards - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Refere-se à venda de energia conforme contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

d) Imobilizado (Nota 10)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

f) Ativo intangível (Nota 11)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
- Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

g) Licenças ambientais (Notas 11 e 17)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

h) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

i) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j) Fornecedores (Nota 12)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica, de encargos de uso da rede elétrica e negociação de compra na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

k) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 13)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

l) Provisões (Nota 17)

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

m) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5, 6 e 24)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

o) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia possui plano de benefícios a empregados do tipo Contribuição definida. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

p) Uso do bem público (Nota 15)

É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente calculado pela taxa implícita do projeto, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

q) Capital social (Nota 19)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

r) Dividendos (Nota 20)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

s) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

t) Reconhecimento de receita

• Receita operacional

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento dos contratos de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, juros sobre créditos fiscais recuperáveis e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

u) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído.

v) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de Benefícios pós-emprego, que é revista semestralmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o

período presente como períodos futuros.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais.

w) Instrumentos financeiros (Nota 25)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

x) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

2.3.1 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto, não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data da sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

2.3.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, alterada em outubro de 2010 e com vigência a partir de 2015, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

O efeito mais significativo desta norma está relacionado com a classificação e mensuração de passivos financeiros, e refere-se à contabilização através do resultado das variações no valor justo de um passivo financeiro, atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. O registro anteriormente previsto pela IAS 39/CPC 38, seria o reconhecimento no resultado do total da variação no valor justo do passivo financeiro (classificado ao valor justo através do resultado).

Para estes passivos financeiros, a norma ajustou para que o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo seja reconhecido em Outros Resultados Abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado.

A Administração da Companhia entende que a IFRS 9 a ser adotada nas demonstrações financeiras trará um efeito relevante sobre os saldos reportados, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada.

IFRS 13 - Mensuração do valor justo

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo.

A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

2.3.3 Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no ano de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013

CPC 46 Mensuração do valor justo (IFRS 13)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 13.

A Administração espera que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

2.3.4 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade.

Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de pagamento de dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e equivalência patrimonial

A revisão desta interpretação decorre do processo de audiência pública do CPC 18 (R1), nos itens descritos acima, que implicam mudanças diretas nas Demonstrações Financeiras. Foram efetuadas mudanças adicionais no sentido de dar clareza aos itens da interpretação fornecendo referências cruzadas de itens correlacionados com outras normas, bem como renomeação de alguns subtítulos.

2.4 Reclassificações nos períodos anteriores

2.4.1 Balanço patrimonial

Para melhor apresentação foram feitas as seguintes reclassificações:

- no montante de R\$ 43.915, anteriormente registrados no Ativo circulante na rubrica de Cauções e depósitos vinculados para a mesma rubrica no Não circulante;
- no montante de R\$ 518, anteriormente apresentados no Ativo na rubrica de Outros créditos para a rubrica de Estoques;
- no montante de R\$ 1.147, anteriormente apresentados no Passivo na rubrica de Partes relacionadas para a rubrica de Fornecedores; e
- no montante de R\$ 42.708, anteriormente apresentados no Passivo na rubrica de Impostos e contribuições sociais diferidos, agora apresentado em base líquida no Ativo na rubrica de Impostos e contribuições sociais diferidos.

2.4.2 Demonstrações dos fluxos de caixa

Para melhor apresentação foram feitas as seguintes reclassificações:

- no montante de R\$ 3.312, da rubrica de Imposto de renda e contribuição social pagos, para as rubricas de Depreciações e amortizações (R\$ 2.075) e Impostos e contribuições sociais - atualização monetária (R\$ 231) nos Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais, e para a rubrica de Impostos e contribuições sociais compensáveis (R\$ 1.006) nos Ativos operacionais;
- no montante de R\$ 17.491, da rubrica de Encargos regulamentares e setoriais nos Passivos operacionais para a rubrica de Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária nos Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais;
- no montante de R\$ 5.351 da rubrica de Cauções e depósitos vinculados dentro de Ativos operacionais para a rubrica de Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária nos Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais;
- no montante de R\$ 56 da rubrica de Outros ativos operacionais para a rubrica de Estoques nos Ativos operacionais; e
- no montante de R\$ 3.000 da rubrica de Fornecedores para a rubrica de Outros tributos e contribuições sociais nos Passivos operacionais.

2.4.3 Demonstrações do valor adicionado

Para melhor apresentação e adequação ao CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado foram feitas as seguintes reclassificações:

- no montante de R\$ 5.149, anteriormente classificado na rubrica de Impostos - Federais, para as rubricas de Custo da energia comprada (R\$ 100), Encargos de uso da rede elétrica (R\$ 2.969), Outros (R\$ 20) nos Insumos adquiridos de terceiros, e na rubrica de Depreciação (R\$ 2.060) nas Retenções;
- no montante de R\$ 5.727, anteriormente classificado na rubrica de Material (R\$ 1.806), Serviços de terceiros (R\$ 1.225) e Outros (R\$ 1.961) nos Insumos adquiridos de terceiros, na rubrica de Depreciação (R\$ 13) nas Retenções, e na rubrica de Pessoal (R\$ 722), para a rubrica de Receita relativa à construção de ativos próprios na Geração do valor adicionado; e
- no montante de R\$ 151, anteriormente classificado na rubrica de Outros custos operacionais nos Insumos adquiridos de terceiros, para as rubricas de Pessoal (R\$ 1), Impostos, taxas e contribuições (R\$ 13) e Remuneração de capitais de terceiros - Juros (R\$ 137).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	13.926	1.646
Aplicações financeiras - CDI	104.697	153.468
Total	118.623	155.114

7 Partes relacionadas

Contraparte	Objeto do contrato	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2012	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Concessionárias										
Bandeirante	Venda de energia elétrica	23/12/2002	01/2/2006 a 31/1/2016	187,23	19.530	18.707			152.838	141.706
	Venda de energia elétrica	23/12/2002	01/2/2006 a 31/1/2016	174,77	6.799	6.817			56.123	53.260
Escelsa	Venda de energia elétrica	23/12/2002	23/12/2002 a 31/1/2016	182,82	9.540	9.944			75.646	70.125
EDP Comercializadora	Venda de energia elétrica	23/12/2002	23/12/2002 a 31/1/2016		51				412	
					35.920	35.468			285.019	265.091
Partes relacionadas										
Bandeirante	(1)	01/01/2007	Não existe data para liquidação do saldo				162	162		
Bandeirante	(2)	01/07/2007	Não existe data para liquidação do saldo				475	475		
							637	637		
Fornecedores										
Energest	Serviços de consultoria ambiental						31	31	(342)	(339)
Furnas	Encargos de uso da rede						536	545	(4.459)	(4.039)
Furnas	Serviço de operação e manutenção da usina							570	(1.256)	(5.038)
								567	1.146	(6.057)
					35.920	35.468	1.204	1.783	278.962	255.675

(1) Reembolso de gastos transversais referentes ao Projeto Aliança onde ocorreu a unificação da plataforma do sistema compartilhado.

(2) Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente links de comunicação para acesso a rede compartilhada.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários remunerados a taxas que variam entre 98% e 102,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

4 Concessionárias

	Saldos a vencer	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	47.907		47.907	47.218
Energia de curto prazo				875
Total circulante	47.907	-	47.907	48.093
Não circulante				
Energia de curto prazo	836	(836)		
Total não circulante	836	(836)	-	-

Os saldos do circulante na data do balanço são compostos por valores a vencer, com vencimentos em até 45 dias, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

5 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Transfe-rência	Saldo em 31/12/2012
Ativo - compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	2.460		404	7.894	(7.894)	2.864
PIS e COFINS		3				3
IRRF sobre aplicações financeiras				3.486	(3.486)	
Total	2.460	3	404	11.380	(11.380)	2.867
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	11.739	22.289		(11.438)	(11.380)	11.210
ICMS sobre diferencial de alíquota	97	101		(185)		13
ICMS		4		(4)		
PIS e COFINS	2.879	33.614		(34.260)		2.233
ISS	28	366		(365)		29
PIS, COFINS e CSSL - sobre serviços prestados por terceiros	195	619		(642)		172
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	8	157		(176)		(11)
IRRF sobre juros s/capital próprio	7.800	11.115		(7.800)		11.115
Outros	18	2.272		(2.177)		113
Total	22.764	70.537	-	(57.047)	(11.380)	24.874

5.1 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 20). No exercício de 2012 foi retido o montante de R\$ 11.115.

6 Impostos e contribuições sociais diferidos

Base de cálculo	Ativo não circulante			Resultado	
	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011	IR/CS
Natureza dos créditos					
Diferenças temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	836	209	75	284	284
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	580	145	52	197	197
Total diferenças temporárias	354	127	481	481	-
Diferenças temporárias - RTT					
Licenças ambientais - CPC 25	(1.365)	(341)	(123)	(464)	(312)
Uso do bem público - CPC 25	101.848	25.462	9.167	34.629	29.299
Total diferenças temporárias - RTT	25.121	9.044	34.165	28.987	5.178
Total Ativos/Passivos Diferidos	25.475	9.171	34.646	29.468	5.178

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 a 2020	2021 a 2022	Realização após 2022	Não circulante
890	1.354	1.354	1.354	1.354	1.354	4.062	2.708	21.570	34.646

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2012, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Os valores a partir de 2022 referem-se a diferenças temporárias que irão se realizar até o término da concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2012:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

8.1.1 Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de

2012:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
2012			
Número de membros	5	2	7
Remuneração fixa anual (em R\$)	98.191	1.202.803	1.300.994
Salário ou pró-labore	81.826	998.780	1.080.606
Encargos sociais	16.365	204.023	220.388
Valor total da remuneração, por órgão	98.191	1.202.803	1.300.994

8.1.2 Remuneração média do Conselho de Administração e Diretoria relativa ao exercício de 2012:

2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	3.400	35.700
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	3.400	26.250
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	3.400	30.975

Obs.: dos 5 Conselheiros de administração da Companhia, 2 são remunerados.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 9 de abril de 2012, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R\$ 1.995, para o período de abril de 2012 a março de 2013.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
		Reclassificado		Reclassificado
Depósitos judiciais			53	53
Cauções e depósitos vinculados	11.502	1.354	42.256	43.862
Total	11.502	1.354	42.309	43.915

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados refere-se, basicamente, a parte das aplicações financeiras da Companhia mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado no item (iv) da nota 13 e das operações de energia de curto prazo na CCEE.

10 Imobilizado

	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		13.023		13.023		13.023		13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	2,01	857.505	(106.218)	751.287	2,00	856.247	(89.074)	767.173
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,27	259.641	(35.002)	224.639	2,12	259.841	(29.607)	230.234
Máquinas e equipamentos	3,67	745.395	(140.542)	604.853	2,99	744.546	(117.332)	627.214
Veículos	14,15	1.442	(1.048)	394	19,29	1.476	(1.080)	396
Móveis e utensílios	8,68	898	(252)	646	9,86	838	(186)	652
		1.877.904	(283.062)	1.594.842		1.875.971	(237.279)	1.638.692
Administração								
Máquinas e equipamentos	13,34	13	(3)	10	6,70	9	(3)	6
Veículos	14,29	136	(85)	51	20,00	136	(66)	70
Móveis e utensílios	10,55	355	(155)	200	9,95	359	(121)	238
		504	(243)	261		504	(190)	314
Total do imobilizado em serviço		1.878.408	(283.305)	1.595.103		1.876.475	(237.469)	1.639.006
Imobilizado em curso								
Geração		25.803		25.803		24.801		24.801
Total do imobilizado em curso		25.803	-	25.803		24.801	-	24.801
Total imobilizado		1.904.211	(283.305)	1.620.906		1.901.276	(237.469)	1.663.807

De acordo com a Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido em 31/12/2012
Imobilizado em serviço						
Terrenos	13.023					13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	767.173		1.258	(17.144)		751.287
Edificações, obras civis e benfeitorias	230.234			(5.429)	(166)	224.639
Máquinas e equipamentos	627.220		854	(23.210)		604.864
Veículos	466		106	(126)	(2)	444
Móveis e utensílios	890		86	(112)	(18)	846
Total do imobilizado em serviço	1.639.006	-	2.304	(46.021)	(186)	1.595.103
Imobilizado em curso	24.801	3.306	(2.304)	-	-	25.803
Total do imobilizado	1.663.807	3.306	-	(46.021)	(186)	1.620.906

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização ou de que não seja recuperável por meio dos resultados obtidos de sua realização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

11 Intangível

	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	714	(483)	231	19,99	594	(437)	157
Servidão permanente		268		268		268		268
Direito de concessão - Licenças ambientais	16,67	2.747	(1.297)	1.450	16,67	2.747	(839)	1.908
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,28	151.423	(32.684)	118.739	3,28	151.423	(27.720)	123.703
		155.152	(34.464)	120.688		155.032	(28.996)	126.036
Administração								
Software	20,00	198	(196)	2	20,00	198	(189)	9
		198	(196)	2		198	(189)	9
Total do Intangível em Serviço		155.350	(34.660)	120.690		155.230	(29.185)	126.045
Intangível em curso		69	-	69		34	-	34
Total intangível		155.419	(34.660)	120.759		155.264	(29.185)	126.079

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Transferência para Intangível em serviço	Amortização	Valor líquido em 31/12/2012
Intangível em serviço					
Software	166			121	234
Servidão permanente	268				268
Direito de concessão - Licenças ambientais	1.908			(458)	1.450
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	123.703			(4.965)	118.738
Intangível em curso	34	156	-	(121)	69
Total intangível	126.079	156	-	(5.476)	120.759

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos, com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

12 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	130	133
Encargos de uso da rede elétrica	3.708	3.750
Operações CCEE	16.873	
Materiais e serviços	1.082	1.182
Total	21.793	5.065

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
13.1 Composição dos empréstimos

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012		31/12/2011					
									Encargos	Principal	Encargos	Principal				
										Não circulante	Total	Não circulante	Total			
Moeda nacional																
BNDES	335.000	21/05/2004	335.000	a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	677	56.454	117.611	174.742	1.025	56.454	174.064	231.543
Banco Itaú	100.500	21/05/2004	100.500	a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	206	17.220	35.875	53.301	313	17.220	53.096	70.629
Bradesco	83.750	21/05/2004	83.750	a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	172	14.350	29.896	44.418	261	14.350	44.246	58.857
Unibanco	67.000	21/05/2004	67.000	a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	138	11.480	23.917	35.535	208	11.480	35.397	47.085
Banco do Brasil	83.750	21/05/2004	83.750	a 15/01/2016	(1)	(2)	4,5% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	172	14.350	29.896	44.418	261	14.350	44.245	58.856
									1.365	113.854	237.195	352.414	2.068	113.854	351.048	466.970

(1) Implantação da Usina Hidrelétrica Peixe Angical

(2) i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3. ii. Restrição de pagamento de dividendos.

a) Vencimentos das parcelas de curto e longo prazo (principal e encargos):

	Total
Circulante	
2013	115.219
	115.219
Não Circulante	
2014	113.854
2015	113.854
2016	9.487
	237.195
Total	352.414

b) Garantias e obrigações:

- Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela EDP - Energias do Brasil S.A.;

- Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros:

- Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT; e
- As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVEs.

- Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização de juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização;

- Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., regida pelas leis portuguesas;

- Em 31 de dezembro de 2012, as cláusulas restritivas desses contratos de financiamentos encontram-se em pleno atendimento.

c) Mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante						
Empréstimos e Financiamentos	115.922	(113.854)	(41.492)	40.790	113.853	115.219
	115.922	(113.854)	(41.492)	40.790	113.853	115.219
Não circulante						
Empréstimos e Financiamentos	351.048	-	-	-	(113.853)	237.195
	351.048				(113.853)	237.195

14 Encargos regulamentares e setoriais:

	Saldo em 31/12/2011	Atualização monetária	Adições	Pagamentos	Baixa	Saldo em 31/12/2012
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.658	14.443		(14.138)		2.963
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	8.875	3.952	45	(2.359)	(1.231)	9.282
Taxa de fiscalização - ANEEL	78	1.011		(1.004)		85
Total	11.611	19.406	45	(17.501)	(1.231)	12.330
Circulante	11.611					12.330
Total	11.611					12.330

14.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa.

15 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Peixe Angical, pagará ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão e enquanto estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato de concessão, atualizado anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro.

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 11) no momento inicial do reconhecimento.

Este Intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente à realização do pagamento.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente a uma taxa de desconto de 6% ao ano.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	16.550	193.325
Ajuste a valor presente		(446)
Encargos e atualizações monetárias		27.004
Amortizações		(15.846)
Transferência para o circulante	17.355	(17.355)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	18.059	202.528

16 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	751	256
INSS e FGTS	169	254
Total	920	510

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

17 Provisões

	Circulante	Não circulante
	31/12/2012	31/12/2011
Provisões trabalhistas		580
Licenças ambientais	85	529
Total	85	580

17.1 Provisões trabalhistas

17.1.1 Risco de perda provável

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso.

17.1.2 Risco de perda possível em ações cíveis, trabalhistas e administrativas

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista e civil em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Ativo		Depósito judicial (Nota 9)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas		12		
Cíveis	296	296	32	32
Administrativas	3.741	3.741		
Total	4.037	4.049	32	32

17.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2012 é de R\$21 (R\$21 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a ações trabalhistas (Nota 9).

17.2 Licenças ambientais

O montante de R\$85 em 31 de dezembro de 2012 (R\$991 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Peixe Angical, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões: Contribuição definida

A partir do dia 03 de fevereiro de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 40, a Companhia passou a patrocinar à EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A. A implantação ocorreu em Março de 2010.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$ 170.

Esse plano tem a adesão de 38 colaboradores.

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2011:

	31/12/2012		
Acionistas	Quantidade de ações	% Participação	Capital social
EDP Energias do Brasil S.A.	499.951.253	60%	529.577
Furnas Centrais Elétricas S.A.	333.300.836	40%	353.051
	833.252.089	100%	882.628

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

19.2 Reservas

	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de capital		
Incentivos fiscais	18.546	18.546
	18.546	18.546
Reservas de lucros		
Reserva legal	40.777	31.278
Retenção de lucros	242.802	284.223
Incentivos fiscais	124.376	96.578
	407.955	412.079
Total	426.501	430.625

19.2.1 Reservas de incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente a redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

19.2.2 Reserva de retenção de lucros

Os saldos remanescentes de lucros após dividendos são destinados à constituição de Reserva de Lucros ou Investimentos, em consonância com o Estatuto Social e as garantias estabelecidas no contrato de financiamento com o BNDES.

20 Dividendos

	Passivo	
	31/12/2012	31/12/2011
EDP - Energias do Brasil S.A.	37.791	26.520
Furnas Centrais Elétricas S.A.	25.194	17.680
Total	62.985	44.200

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20.1 Remuneração aos acionistas

	31/12/2012
Lucro líquido apurado no exercício	189.977
Constituição da Reserva de Incentivo fiscal - ADA	(27.799)
Constituição da Reserva Legal - 5%	(9.499)
Lucro a distribuir	152.679
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	38.170
Remuneração proposta:	
Dividendos - JSCP *	74.100
Reserva de lucros - dividendo adicional proposto	78.579
Remuneração líquida	152.679
Dividendos - JSCP brutos por ação ordinária (R\$)	0,0889

*Juros sobre capital próprio aprovado em Reunião do Conselho de Administração, de 18 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 74.100 (R\$ 62.985 líquido de IRRF).

21 Receita operacional líquida

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica	2.389.648	2.373.960	417.392	389.957
Energia de curto prazo			22.407	8.382
Total Suprimento	2.389.648	2.373.960	439.799	398.339
(-) Deduções à receita operacional				
P&D			(3.952)	(3.579)
PIS/COFINS			(40.681)	(36.846)
Receita operacional líquida	2.389.648	2.373.960	395.166	357.914

22 Gastos operacionais

	Exercícios findos em 31 de dezembro						
	2012						2011
	Custo do serviço		Despesas operacionais				Total
Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e adminis- trativas	Outras	Total	Total	
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda					15.601	983	
Moeda nacional	15.601						
Encargos de uso da rede elétrica	32.675				32.675	29.134	
Taxa de fiscalização				1.011	1.011	932	
Compensações financeiras				14.443	14.443	12.563	
	48.276	-	-	-	15.454	63.730	
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		3.954		3.932	7.886	5.212	
Material		1.281		284	1.565	593	
Serviços de terceiros		7.897		3.312	11.209	14.086	
Depreciação		43.770		90	43.860	43.225	
Amortização		5.468		7	5.475	5.565	
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas			152		152		
Provisões para contingências						580	
Aluguéis e arrendamentos		86		309	395	345	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					114	10	
Outras		1.195		602	1.797	1.855	
	-	63.651	152	8.536	114	72.453	
Total	48.276	63.651	152	8.536	15.568	115.083	

23 Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	15.783	16.079
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	404	231
Descontos obtidos	24	
Outras receitas financeiras	132	111
	16.343	16.421
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(40.861)	(53.087)
Atualização monetária de licenças ambientais	32	(153)
Atualização monetária e Ajuste a valor presente Uso do Bem Público	(26.558)	(26.011)
Outras despesas financeiras	(850)	(1.004)
	(68.237)	(80.255)
Total	(51.894)	(63.834)

24 Imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	207.089	178.997	207.089	178.997
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(51.772)	(44.749)	(18.638)	(16.110)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(15)	(36)	(5)	(13)
Perdas indedutíveis	(38)		(14)	
Despesas Indedutíveis	(18)	(2)	(7)	(1)
Juros sobre o capital próprio	18.525	13.000	6.669	4.680
Outras	17	(74)		(62)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	123		177	
Incentivos fiscais				
Adicional IRPJ		24		
Lei Rouanet	70			
FIA	15			
SUDAM	27.799	27.049		
Despesa de IRPJ e CSLL	(5.294)	(4.788)	(11.818)	(11.506)

24.1 Incentivos fiscais - ADA/SUDAM

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Sudene e da Sudam que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Companhia obteve em 2006 a concessão do direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido para os exercícios de 2007 a 2016.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais foi registrado no resultado do período como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais, é destinada à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais (nota 19.2.1), em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976.

25.1 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

25.2 Valor justo

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para a apuração de valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, esta situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados, fornecedores, empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Concessionárias	47.907	48.093	47.907	48.093
Cauções e depósitos vinculados	53.811	45.216	53.811	45.216
	101.718	93.309	101.718	93.309
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	21.793	5.065	21.793	5.065
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	115.219	115.922	115.219	115.922
Uso do bem público	18.059	16.550	18.059	16.550
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	237.195	351.048	237.195	351.048
Partes relacionadas	637	637	637	637
Uso do bem público	202.528	193.325	202.528	193.325
	595.431	682.547	595.431	682.547

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda, e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2012			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		118.623		118.623
Concessionárias	47.907			47.907
Cauções e depósitos vinculados			53.811	53.811
	47.907	118.623	53.811	220.341
Outros ao custo amortizado		Total		
Fornecedores	21.793	21.793		
Empréstimos e financiamentos	352.414	352.414		
Uso do bem público	220.587	220.587		
	594.794	594.794		
	31/12/2011			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		155.114		155.114
Concessionárias	48.093			48.093
Cauções e depósitos vinculados			45.269	45.269
	48.093	155.114	45.269	248.476
Outros ao custo amortizado		Total		
Fornecedores	5.065	5.065		
Empréstimos e financiamentos	466.970	466.970		
Uso do bem público	209.875	209.875		
	681.910	681.910		

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas, os créditos para a comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para a mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo		
	Mercados idênticos		Mercados similares
	31/12/2012	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	118.623	13.926	104.697

25.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 13, possuem como contraparte o BNDES e Agentes Financeiros (Banco do Brasil S/A, Banco Itaú S/A, Banco Bradesco S/A e Unibanco S/A). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um risco de mercado associado somente a TJLP.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação e do baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

25.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável sendo o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Operação	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)		Cenário (III)		Cenário (IV)		Cenário (V)	
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%				
Ativos financeiros												
Aplicações Financeiras	CDI	(49)		(49)	718	1.432		(738)		(1.487)		
Cauções e depósitos vinculados	CDI	(54)	982	928	3.186	6.320		(3.239)		(6.535)		
Instrumentos financeiros ativos												
Passivos financeiros												
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP		(791)	(791)	7.133	14.184		(7.216)		(14.518)		
Instrumentos financeiros passivos												
As curvas futuras dos indicadores econômico-financeiros CDI, estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia.												
Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,25% e 8,70% e TJLP entre 5,00% e 5,50%.												

25.4 Risco de liquidez

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 13. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionárias (Nota 4) e Cauções e depósitos vinculados (Nota 9). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

25.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Nota	Total	31/12/2012			Acima de 5 anos
		Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	13	352.414	115.219	227.708	9.487
Responsabilidades com locações operacionais		3.151	1.387	1.569	195
Uso do bem público	15	220.587	18.059	30.270	26.940
Licenças ambientais	17	85	85		
		576.237	134.750	259.547	36.622

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques Presidente	José Marcio Peralta Conselheiro	Marcus Vinicius Vaz Conselheiro	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro	Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa Conselheiro
---	------------------------------------	------------------------------------	--	--

DIRETORIA EXECUTIVA

Julio Galvão de Araújo Junior Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro	Carlos Nadalutti Filho Diretor de Operação	Cesare Barghetti Junior Gerente Administrativo e Financeiro	Leonardo Nery dos Santos Contador CRC1SP261342/O-2
--	---	--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Enerpeixe S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2012, o

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

26.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2012	31/12/2011
	Valor	Valor
Depósito Cauconado	53.758	45.216
Fiança Bancária	6.241	6.085
Fiança Corporativa	352.414	466.970
Penhor de Ações	529.577	529.577
Penhor de Direitos	352.414	466.970
	1.294.404	1.514.818

Depósito caucionado: É um depósito em dinheiro oferecido como garantia das dívidas que possam vir a existir em relação ao empréstimo e financiamento.

O saldo do Depósito caucionado, em sua totalidade, refere-se à garantia de empréstimo e financiamento, bem como, das garantias da CCEE.

Fiança bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF. O saldo de Fiança bancária, em sua totalidade, refere-se à locação de imóvel e contratos da ONS.

Fiança corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia, representando por 60% (sessenta por cento) do capital social da beneficiária, de propriedade da EDP - Energias do Brasil S.A..

Penhor de direitos: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

Subestações	18.700
Usinas	954.262
Responsabilidade civil	10.000

28 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2012 foram de R\$ 4.451, sendo R\$ 2.547 relativos a terrenos, serviço de apoio e desenvolvimento social, e R\$ 1.904 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento e Controle Ambiental e proteção de biodiversidade e da paisagem.

desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.2(d), os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.4 às demonstrações financeiras da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

Deloitte.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.694	14.343
Consumidores e concessionárias	5	152.736	97.213
Impostos e contribuições sociais	6	30.211	33.383
Cauções e depósitos vinculados	9	6.616	
Despesas pagas antecipadamente		36	340
Outros créditos		1.067	1.144
		209.360	146.423
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	1.327	14.532
Cauções e depósitos vinculados	9	6.272	4.210
		7.599	18.742
Investimentos	10	200	
Imobilizado	11	1.181	567
Intangível	12	623	650
		2.004	1.217
Total do ativo		218.963	166.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	13	124.249	81.568
Impostos e contribuições sociais	6	22.193	23.496
Dividendos		9.297	5.599
Benefícios pós-emprego	15	1	
Obrigações estimadas com pessoal		2.034	1.339
Outras contas a pagar		145	171
		157.919	112.173
Não circulante			
Partes relacionadas	8	243	77
Provisões	14		4.433
Outras contas a pagar		5	8
		248	4.518
Patrimônio líquido			
Capital social	16.1	26.285	26.285
Reservas de lucros	16.3	34.511	23.406
		60.796	49.691
Total do passivo e patrimônio líquido		218.963	166.382

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2012	2011
Receitas			
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.308.184)	(860.457)
Encargos de uso da rede elétrica		(15.503)	(14.381)
	18	(1.323.687)	(874.838)
Custo de operação			
Pessoal		(4.280)	(3.355)
Materiais e serviços de terceiros		(3.307)	(1.186)
Depreciações e amortizações		(56)	(76)
Outros custos de operação		(546)	(313)
	18	(8.189)	(4.930)
		(1.331.876)	(879.768)
Custo do serviço prestado a terceiros	18	(294)	(62)
Lucro bruto		22.436	41.905
Despesas e receitas operacionais			
Despesas com vendas		34.363	(3.424)
Despesas gerais e administrativas		(6.764)	(6.430)
Depreciações e amortizações		(223)	(346)
Outras receitas (despesas) operacionais		3.584	555
	18	30.960	(9.645)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		53.396	32.260
Receitas financeiras		4.424	4.916
Despesas financeiras		(265)	(2.216)
	19	4.159	2.700
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		57.555	34.960
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.844)	(11.887)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(13.205)	625
	20	(19.049)	(11.262)
Resultado líquido do exercício		38.506	23.698
Atribuível aos acionistas controladores		38.506	23.698
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores			
Resultado básico por ação (Reais/Ação)		1,46874	0,90392
ON			
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)		1,46874	0,90392
ON			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011				
Dividendo adicional aprovado - AGO de 04/04/2011	26.285	18.181	-	44.466
Lucro líquido do exercício		(12.550)		(12.550)
Destinação do lucro			23.698	23.698
Dividendos intermediários (JSCP)			(2.167)	(2.167)
Dividendos propostos			(3.756)	(3.756)
Dividendo adicional proposto		17.775	(17.775)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	26.285	23.406	-	49.691
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2012		(17.775)		(17.775)
Lucro líquido do exercício			38.506	38.506
Destinação do lucro			(2.197)	(2.197)
Dividendos intermediários (JSCP)			(7.429)	(7.429)
Dividendo adicional complementar			(28.880)	(28.880)
Dividendo adicional proposto		28.880		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	26.285	34.511	-	60.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011	(Em milhares de reais)	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	57.555	34.960	Aumento (diminuição) de passivos operacionais	42.681	22.644
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			Fornecedores	4.411	(746)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(34.403)	1.371	Outros tributos e contribuições sociais	1	
Depreciações e amortizações	279	412	Benefícios pós-emprego	695	122
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	3	154	Obrigações estimadas com pessoal	(30)	81
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos		283	Outros passivos operacionais	47.758	22.101
Despesas pagas antecipadamente	320	145	Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	32.143	33.070
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	(4.433)	(106)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.516)	(12.319)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(2.275)		Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	28.627	20.751
	17.046	37.219	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Aumento) diminuição de ativos operacionais	(21.126)	(25.229)	Alienação (adição) ao investimento	(200)	
Consumidores e concessionárias	(5.199)	(1.077)	Adições ao Imobilizado e Intangível	(869)	(151)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(6.403)		Caixa líquido proveniente das (atividades de investimento)	(1.069)	(151)
Cauções e depósitos vinculados	(16)	(412)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Despesas pagas antecipadamente	83	468	Partes relacionadas	166	(226)
Outros ativos operacionais			Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(23.373)	(16.446)
	(32.661)	(26.250)	Caixa líquido proveniente das (atividades de financiamento)	(23.207)	(16.672)
			(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.351	3.928
			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.694	14.343
			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.343	10.415
				4.351	3.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A. (Companhia ou EDP Comercializadora), Sociedade Anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação. Além das atividades mencionadas, a partir de 29 de outubro de 2009, a Companhia passou a prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior, bem como participar em outras sociedades como sócia.

Em 30 de outubro de 2012, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia, até então denominada Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A. para EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* -

IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e os instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores e concessionárias (Nota 5)

Representadas basicamente por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

c) Investimentos (Nota 10)

Nas demonstrações financeiras da Companhia o investimento está reconhecido pelo custo.

d) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, deduzidos da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos. Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Ativo intangível (Nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de softwares e desenvolvimento de projetos. Os seguintes critérios são aplicados:

• **Softwares:** são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• **Desenvolvimento de projetos:** são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

f) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica.

i) Provisões (Nota 14)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

j) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 20)

O Imposto de Renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos foram calculados a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos quando aplicável e são reconhecidas no resultado exceto aquelas que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

l) Benefícios pós-emprego (Nota 15)

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

m) Capital social (Nota 16.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidas como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

n) Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

p) Reconhecimento de receita

• Receita Comercialização de energia elétrica

A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, juros sobre impostos compensáveis e variações monetárias que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias.

q) Resultado por ação (Nota 21)

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CFC nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e Resultado por ação diluído.

r) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; e Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas.

s) Instrumentos financeiros (Nota 22)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, a um instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (trade date) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.

• Contratos de comercialização

A Administração considera que a função da Companhia está intimamente ligada à estratégia do Grupo no atendimento de seus clientes de geração e de distribuição e tendo por objetivo a entrega de energia aos principais clientes ligados à sua rede de distribuição. Consequentemente, a Companhia conduz as suas operações em estreita ligação com os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil e não tem por objetivo atuar de maneira autônoma no mercado. Desta maneira os contratos são registrados quando do efetivo despacho da energia aos seus clientes pelos valores estabelecidos nos contratos.

t) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às Demonstrações Financeiras.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto, não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente, substancialmente, de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas, e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam, de fato, uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

2.4 Reclassificações nos exercícios de 2011

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.4.1 Demonstração do Valor Adicionado

Reclassificação dos créditos de PIS e COFINS da rubrica de Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$ 88.584 (R\$ 87.118 referente a Custos da energia comprada e R\$ 1.466 referente a Encargos de uso da rede elétrica) para a rubrica de Impostos Federais para adequação ao CPC 09.

3 Evento do exercício

Acordo com a Ampla Energia e Serviços S.A. - Ampla

Em 12 de novembro de 2012 foi realizado um acordo entre a Companhia e a Ampla, com o objetivo de finalizar a disputa judicial entre as partes referentes a sentença arbitral proferida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. De forma a solucionar a questão, como um todo, foi aprovado:

- (i) A receber da Ampla o valor de R\$ 35.923 em 8 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013, correspondente ao direito reconhecido pela arbitragem associado ao valor das diferenças de preço previstas no contrato e o valor efetivamente pago pela Ampla com relação ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2004 e 28 de agosto de 2006;
- (ii) a pagar pela Companhia o valor de R\$ 14.923 em 8 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013, por meio do aumento dos preços vigentes em 2012 para os contratos de compra; e
- (iii) manutenção do contrato de comercialização de energia celebrado entre as partes em 26 de junho de 2002 até o ano de 2022. Para a data-base de 31 de dezembro 2012 após o acordo entre as partes, o valor de R\$ 35.923, será liquidado em 8 parcelas mensais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	18.694	6.331
Aplicações financeiras - renda fixa		8.012
Total	18.694	14.343

Em 31 de dezembro de 2011, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, remunerados à taxa de 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitassem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos financeiros são divulgadas na nota 22.3.

5 Consumidores e Concessionárias

	Saldos		Vencidos até			Vencidos há		Saldo líquido	
	Nota	Vincendos	90 dias	mais de 90 dias	Total	PCLD	em 31/12/2012	em 31/12/2011	
Circulante									
Consumidores									
Clientes livres		44.581			44.581		44.581	36.683	
		44.581			44.581		44.581	36.683	
Concessionárias									
Suprimento de energia elétrica	5.1	106.957	71	522	107.550	(522)	107.028	54.197	
Energia de curto prazo	5.2	1.127			1.127		1.127	6.333	
		108.084	71	522	108.677	(522)	108.155	60.530	
		152.665	71	522	153.258	(522)	152.736	97.213	
Total Circulante									
Não circulante									
Concessionárias									
Energia de curto prazo		3.307			3.307	(3.307)			
Total Não Circulante		3.307			3.307	(3.307)			

5.1 Suprimento de energia elétrica

Em 12 de novembro de 2012 foi realizado um acordo entre a Companhia e a Ampla, conforme mencionado na nota 3. Em decorrência do acordo firmado, foi efetuado no exercício a reversão da Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD no valor de R\$ 35.923 a ser liquidado em 8 parcelas mensais de 31 de janeiro de 2013 a 31 de agosto de 2013.

5.2 Energia de curto prazo

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.

Os valores de longo prazo referem-se a inadimplência decorrente de processos judiciais, movidos por agentes do setor que contestam os valores da CCEE, sendo constituídos integralmente à Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	23.574		314	3.516	(3.934)		(10.948)	12.522
ICMS	103							103
PIS e COFINS	7.628	129.937			(122.978)			14.587
IRRF sobre aplicações financeiras	266	332					(309)	289
ISS						21		21
Outros	1.812	1.528				(21)	(630)	2.689
Total	33.383	131.797	314	3.516	(126.912)	-	(11.887)	30.211
Circulante	33.383							30.211
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	11.887	5.838					(11.887)	5.838
ICMS	3.461	52.745		(51.451)				4.755
PIS e COFINS	7.686	133.075		(3.126)	(126.587)			11.048
ISS		514		(495)		29		48
IRRF sobre juros s/capital próprio	325	330			(325)			330
Outros	137	1.627		(1.561)		(29)		174
Total	23.496	194.129	-	(56.633)	(126.912)	-	(11.887)	22.193
Circulante	23.496							22.193

6.1 IRRF - Juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 16.2). Neste exercício foi retido o montante de R\$ 330.

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados na nota 7.1, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Base de cálculo	Ativo Não Circulante			Resultado		
		31/12/12	31/12/11	Total	2012	2011	Total
Diferenças temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.903	976	351	1.327	13.025	(11.698)	466
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas					1.507	(1.507)	159
Total diferenças temporárias		976	351	1.327	14.532	(13.205)	625
Total ativos diferidos		976	351	1.327	14.532		
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos						(13.205)	625

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício de 2012, foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R\$13.205. Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2012, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013. Com base no estudo a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos exercícios seguintes.

2013 **Total Não circulante** 1.327 1.327

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
				31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	2012	2011
Concessionárias									
	Costa Rica	01/05/2011	01/05/2011 a 30/11/2011						65
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/12/2012					230	
	Energest	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012	1.017	967			10.893	10.337
	Enerpeixe	01/03/2011	01/03/2011 a 31/05/2011						659
	Enerpeixe		01/01/2012 a 31/12/2012					243	
	Lajeado Energia	01/01/2011	01/01/2011 a 31/03/2011						13.062
	Lajeado Energia	01/02/2011	01/02/2011 a 31/05/2011						13.486
	Lajeado Energia	01/09/2011	01/09/2011 a 30/09/2011						124
	Lajeado Energia	01/11/2011	01/11/2011 a 30/11/2011						481
	Lajeado Energia	01/12/2011	01/12/2011 a 31/12/2011		1.327				1.201
	Lajeado Energia	01/12/2012	01/12/2012 a 31/12/2012					3.291	
	Lajeado Energia	01/12/2012	01/12/2012 a 31/12/2012					8.039	
	Santa Fé	01/01/2011	01/05/2011 a 31/08/2011						877
	Santa Fé	01/01/2012	01/01/2012 a 30/11/2012					2.050	
				1.017	2.294	-	-	24.746	40.292
Partes relacionadas									
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/07/2012				211	33	(211)	(522)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			32	44	(363)	(340)
Contratos de mútuo - 100% do CDI - 2º e 3º aditivos	EDP Energias do Brasil	09/11/2009	09/11/2009 a 09/11/2011	-	-	243	77	(574)	(1.145)
Fornecedores									
	CESA	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022						(1.024)
	Energest	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022			50	166	(533)	(746)
	Energest	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014			529	393	(4.424)	(4.198)
	Energest	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2014			474		(3.961)	
	Energest	01/12/2012	01/01/2012 a 31/12/2012			942		(8.174)	
	Enerpeixe	02/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012			51		(550)	
	Costa Rica	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011				278		(3.151)
	Costa Rica	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011						(56)
	Costa Rica	01/01/2011	01/07/2011 a 31/12/2011				147		(675)
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/12/2012			534		(3.553)	
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/12/2012			118		(1.035)	
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/12/2012			460		(3.157)	
	Costa Rica		01/01/2012 a 31/01/2012					(10)	
	EDP Lajeado	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2032			9.130	10.350	(114.761)	(109.192)
	EDP Lajeado	01/04/2011	01/04/2011 a 31/12/2011				852		(13.524)
	EDP Lajeado	01/07/2011	01/07/2011 a 31/12/2011				2.481		(13.935)
	EDP Lajeado	01/01/2011	01/01/2011 a 31/10/2011						(1.307)
	EDP Lajeado	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012					(1.250)	
	EDP Lajeado	01/04/2012	01/04/2012 a 31/12/2012			65		(3.458)	
	Santa Fé	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011				32		(275)
	Santa Fé	01/10/2011	01/10/2011 a 31/10/2011						(18)
	Santa Fé	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2014			95		(362)	
	Santa Fé	01/01/2012	01/01/2012 a 31/12/2012			670		(2.540)	
	Santa Fé	01/01/2012	01/01/2012 a 29/02/2012					(5)	
	Pantanal	01/09/2008	01/01/2009 a 31/12/2023			1.527	1.509	(14.888)	(13.906)
Uso do sistema de transmissão	EDP Lajeado	01/01/2001	01/01/2003 a 16/12/2032			1.904	1.890	(15.503)	(14.396)
Total				1.017	2.294	16.792	18.175	(153.992)	(137.256)

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/11, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa nº 334/08, permitindo, mediante análise da ANEEL, a prorrogação da anuência já concedida a contratos de compartilhamento de recursos humanos decorrentes da segregação de atividades estabelecida pela Lei nº 10.848/04, até a entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas no setor elétrico.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu as minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12.

Em 11 de setembro de 2012, a ANEEL através do Ofício Circular nº 883, manifestou-se no sentido de que as concessionárias, permissionárias e autorizadas interessadas na prorrogação do prazo de anuência concedida pela ANEEL, deveriam protocolar manifestação de interesse impreterivelmente até o dia 11 de outubro de 2012, motivo pelo qual no dia 10 de outubro de 2012, a Companhia solicitou a prorrogação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, para que o contrato tenha vigência apenas a partir de 1º de julho de 2012 e para o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de junho de 2012 assumidos integralmente pela controladora EDP - Energias do Brasil, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do artigo 27 da Resolução Normativa nº 334/08, alterada pela Resolução Normativa nº 489/12, os quais foram anuídos através do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/11, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio e consumo efetivo de gastos com telecomunicação.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

8.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é sua controladora.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Comitês.

(i) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: 75%

Remuneração Variável: 25%

8.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	4 (*)	3 (**)
Remuneração fixa	n/a	1.747.798
Salário ou pró-labore	n/a	1.270.229
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	121.905
Encargos sociais	n/a	355.664
Remuneração Variável	n/a	581.603
Bônus	n/a	454.377
Encargos sociais	n/a	127.226
Valor Total da remuneração, por órgão	n/a	2.329.401
(n/a) = Não Aplicável		

(*) Os 4 membros do Conselho de Administração não são remunerados.

(**) Os 3 membros da Diretoria, todos são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de até R\$2.600.000,00 para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 9 de abril de 2012.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.3.3 Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria relativos ao exercício de 2012 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	4	3
Valor da maior remuneração individual	n/a	982.630
Valor da menor remuneração individual	n/a	732.462
Valor médio de remuneração individual	n/a	776.467

9 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais	14		6.272	4.210
Cauções e depósitos vinculados	6.616			
Total	6.616		6.272	4.210

O valor de R\$6.616 refere-se ao aporte de garantia financeira exigida pela CCEE com a finalidade de mitigar o risco de inadimplência no Mercado de Curto Prazo (MCP).

10 Investimentos

Em 28 de fevereiro de 2012 a Companhia efetuou a aquisição de um lote de mil ações, no valor de R\$200, do BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia, que atua nos processos de comercialização e *back office* dos agentes do Ambiente de Contratação Livre - ACL.

11 Imobilizado

	31/12/2012				31/12/2011				
	Taxas anuais médias de depreciação %		Taxas anuais médias de depreciação %		Taxas anuais médias de depreciação %		Taxas anuais médias de depreciação %		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço									
Administração									
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	67 (24)	43	4,00	67 (22)	45			
Máquinas e equipamentos	14,88	333 (212)	121	9,90	274 (181)	93			
Veículos	14,29	438 (205)	233	20,00	438 (151)	287			
Móveis e utensílios	6,25	252 (151)	101	10,00	244 (138)	106			
Total do Imobilizado em serviço	1.090	(592)	498	1.023	(492)	531			
Imobilizado em curso									
Administração		683	683		36	36			
Total do imobilizado em curso	683	-	683	36	-	36			
Total imobilizado	1.773	(592)	1.181	1.059	(492)	567			

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011		Ingressos		Transferência para imobilizado em serviço		Depreciações		Valor líquido em 31/12/2012	
Imobilizado em serviço										
Edificações, obras civis e benfeitorias		45					(2)			43
Máquinas e equipamentos		93		60			(32)			121
Veículos		287					(54)			233
Móveis e utensílios		106		8			(13)			101
Total do imobilizado em serviço		531		68			(101)			498
Imobilizado em curso										
Administração		36								36
Total do imobilizado em curso		36		(68)			-			683
Total do imobilizado		567		715			(101)			1.181

12 Intangível

	31/12/2012				31/12/2011				
	Taxas anuais médias de amortização %		Taxas anuais médias de amortização %		Taxas anuais médias de amortização %		Taxas anuais médias de amortização %		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Intangível em serviço									
Administração									
Software	20,00	1.944 (1.572)	372	20,00	1.926 (1.393)	533			
Total do intangível em serviço	1.944	(1.572)	372	1.926	(1.393)	533			
Intangível em curso									
Administração		251	251		117	117			
Total do intangível em curso	251	-	251	117	-	117			
Total do intangível	2.195	(1.572)	623	2.043	(1.393)	650			

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011		Ingressos		Transferência para intangível em serviço		Amortizações		Valor líquido em 31/12/2012	
Intangível em serviço										
Software		533		17			(178)			372
Intangível em curso		117		154			(3)			251
Total do intangível		650		154			(178)			623

13 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	120.208	79.457
Encargos de uso da rede elétrica	1.904	1.890
Operações CCEE	1.028	
Materiais e serviços	1.109	221
Total	124.249	81.568

14 Provisões

14.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

14.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo			Ativo		
	Instâncias	Saldo em 31/12/2011	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2012	Depósito judicial
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	4.433	(3.586)	(847)	-	3.707
Total		4.433	(3.586)	(847)	-	3.707
Não circulante		4.433				3.707
Total		4.433			-	3.707

A Companhia em 31 de dezembro de 2011 era parte na Ação declaratória de Nulidade da decisão arbitral, em trâmite no Juizado de Niterói no estado do Rio de Janeiro, movido pela Ampla Serviços e Energia S.A. e o risco envolvido no processo era relativo a sucumbência no caso de eventual condenação da Companhia.

Em 12 de novembro de 2012 foi realizado um acordo entre as partes, com o objetivo de finalizar os processos judiciais relativos ao contencioso do contrato firmado em 26 de junho de 2002, o que originou a reversão das contingências cíveis (Nota 3).

14.1.2 Risco de perda possível

	Passivo		Ativo	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Trabalhistas	390	310		
Cíveis	3.707		5.299	
Fiscais	29.486	25.304	973	503
Total	33.583	25.614	6.272	503

14.1.2.1 Fiscais

A EDP Comercializadora discute judicialmente a exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$16.165 (R\$14.296 em 31 de dezembro de 2011) e encontra-se garantido por fiança bancária. O processo aguarda julgamento. O valor de risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização dos débitos do Estado de Minas Gerais. Existe discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004/2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2012 é de R\$13.044 (R\$10.915 em 31 de dezembro de 2011).

15 Benefícios pós-emprego

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição definida próprio cadastrado no CNBP - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e a Companhia administra um plano PGBL contratado através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos destes planos.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$170 (R\$185 em 2011).

Esse plano tem a adesão de 15 colaboradores.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O Capital social de R\$26.285, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, está representado por 26.217.027 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

16.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	38.506	
Destinação do lucro		
Dividendos intermediários - JSCP	2.197	
Dividendos complementares	7.429	
Dividendo adicional proposto	28.880	
Quantidade de ações	26.217.027	
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	0,083801	
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos complementares	0,283365	
Dividendos por ação - R\$	1,468740	
Dividendos por lotes de mil ações - em reais	1.468.740,14	
Dividendos por ação - JSCP	0,083801	
Dividendos complementares por ação ordinária	0,283365	

Em 18 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$2.197, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

16.3 Reservas de lucros

	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de lucros		
Legal	5.631	5.631
Dividendo adicional proposto	28.880	17.775
Total	34.511	23.406

17 Receitas

	2012	2011
(i) Comercialização de energia elétrica	1.402.584	977.697
Outras receitas operacionais	85.644	37.223
Subtotal	1.488.228	1.014.920
(-) Deduções à receita operacional	(133.622)	(93.185)
PIS/COFINS	(133.075)	(92.781)
ISS	(547)	(404)
Receita	1.354.606	921.735

(i) Líquido de ICMS

18 Gastos operacionais

	2012						2011	
	Custo do serviço			Despesas operacionais			Total	Total
	Com energia elétrica	De prestação a terceiros	Operacionais	Com vendas	Gerais e tratativas	Outras		
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Moeda nacional	1.308.184						1.308.184	860.457
Encargos de uso da rede elétrica	15.503						15.503	14.381
Total	1.323.687	-	-	-	-	-	1.323.687	874.838
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		4.280	294		3.741		8.315	6.664
Material		60			3		63	63
Serviços de terceiros		3.247			1.372		4.619	4.017
Depreciação		56			45		101	111
Amortização					178		178	311
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas					(34.403)		(34.403)	1.371
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							(3.586)	(3.586)
Aluguéis e arrendamentos		12			232		244	222
Outras		534			40	1.416	1.992	2.552
Total	1.323.687	8.189	294	(34.363)	6.987	(3.584)	(22.477)	14.637

19 Resultado financeiro

	2012	2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras		1.036
Atualização monetária depósitos judiciais		2.061
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis		314
Outras receitas financeiras		1.013
		4.424
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas		(171)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		847
Atualização monetária contratos de mútuo		(283)
Outras despesas financeiras		(1.112)
		(2.044)
Total		4.159

20 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	57.555	34.960	57.555	34.960
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(14.389)	(8.740)	(5.180)	(3.146)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(28)	(13)	(10)	(5)
Perdas indedutíveis		(43)		(15)
Multas indedutíveis	(1)			
Despesas indedutíveis		(2)		
Gratificações a administradores	(186)	(85)	(68)	(31)</

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	38.506	23.698
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	26.217	26.217
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	1,46874	0,90392

22 Instrumentos financeiros
 Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

22.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção, quando aplicável, é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

22.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	18.694	14.343	18.694	14.343
Consumidores e concessionárias	152.736	97.213	152.736	97.213
Cauções e depósitos vinculados	6.616	6.616	6.616	6.616
	178.046	111.556	178.046	111.556

Passivos financeiros

Circulante		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores		124.249	81.568	124.249	81.568
Não circulante					
Partes relacionadas		243	77	243	77
		124.492	81.645	124.492	81.645

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

Os saldos de Consumidores e concessionárias e Fornecedores são compostos, principalmente, de contratos bilaterais de fornecimento e suprimento de energia elétrica a preços usuais de mercado e pelo fato destes saldos terem giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados é apresentado pelo seu valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos decorrente de sua atividade operacional.

O saldo de Fornecedores é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem nenhum tipo de acréscimo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2012				31/12/2011			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa		18.694		18.694		14.343		14.343
Consumidores e concessionárias	152.736			152.736	97.213			97.213
Cauções e depósitos vinculados			6.616	6.616				
	152.736	18.694	6.616	178.046	97.213	14.343		111.556
				31/12/2012				31/12/2011
Passivos financeiros								
Fornecedores			124.249	124.249		81.568	81.568	
Partes relacionadas			243	243		77	77	
			124.492	124.492		81.645	81.645	

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
 - (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
 - (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
- A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Ativos financeiros	Mensuração do valor justo	
	31/12/2012	Mercados idênticos Nível 1
Caixa e equivalentes de caixa	18.694	18.694
	18.694	18.694

22.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a exposição à variação dos preços futuros em função da posição em aberto. Essa posição em aberto gera uma exposição a mercado que surge em função do descasamento de prazos e volumes entre a contratação de compra e venda de energia.

22.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações, quando aplicável. No exercício de 2012 a Companhia não realizou captações de recursos.

22.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

A Administração entende que as operações dos ativos financeiros não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

No exercício de 2012, a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

23 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2012
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	6.477

24 Compromissos contratuais e Garantias

24.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por obrigações de compras (que não figuram nas demonstrações financeiras) são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2012	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Obrigações de compra	3.545.799	1.013.444	1.405.294	625.965	501.096

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas a contratos de aquisição de energia elétrica para revenda, no âmbito da atividade operacional da Companhia.

24.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida

	31/12/2012	31/12/2011
	Valor	Valor
Aval de acionista	135.841	63.787
Depósito caucionado	6.616	
Fiança bancária	65.605	70.950
Seguro garantia	47.866	36.869

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de compra e venda de energia.

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Seguro garantia: O Seguro garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas encontra-se o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, etc.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente
Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente
Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

José Roberto Pascon
Diretor

João Carlos de Abreu Guimarães
Diretor
Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Operacional de Contabilidade Geral
Técnica - CRC 1SP137209/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A.**
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção

relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP - Comercialização e Serviços de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentadas na nota explicativa 2.4 às demonstrações financeiras da Companhia, que não foram auditados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.
São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011 Reclassificado	31/12/2012	31/12/2011 Reclassificado
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.521	1.338	24.964	7.956
Concessionárias	4			10.960	15.326
Impostos e contribuições sociais	5	152	83	15.186	10.289
Dividendos a receber	20	578	461		
Cauções e depósitos vinculados	9			1.945	
Despesas pagas antecipadamente			5		241
Outros créditos	10	38	32	45	34
		16.289	1.919	53.100	33.846
Não Circulante					
Impostos e contribuições sociais	5			9.389	15.236
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6			422	
Partes relacionadas	7	2.141	22		234
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	8		26.175		
Cauções e depósitos vinculados	9	138	65	23.844	17.296
		2.279	26.262	33.655	32.766
Investimentos	11	177.949	141.937		
Imobilizado	12	21.798	5.843	382.186	379.159
Intangível	13	15.848	13.808	21.439	19.390
		215.595	161.588	403.625	398.549
Total do ativo		234.163	189.769	490.380	465.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(6.441)	(7.738)	(398)	(3.931)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	38	38	15.861	10.618
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	2.012	1.377	2.013	4.652
Despesas pagas antecipadamente	5		459	268
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	10.586	6.504	25.689	18.120
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				(40)
Ajuste a valor presente			199	183
Participações societárias	(13.436)	(9.237)		
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária				(577)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária				(11)
	(7.236)	(9.056)	43.235	29.718
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias			4.366	(14.552)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(69)	(83)	(4.908)	(23.658)
Cauções e depósitos vinculados	(73)	(65)	(73)	(65)
Despesas pagas antecipadamente		8	(218)	(419)
Outros ativos operacionais	(6)	74	(12)	74
	(148)	(66)	(845)	(38.620)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	(301)	(77)	(545)	1.654
Outros impostos e contribuições sociais	115	57	6.139	210
Benefícios pós-emprego		(1)		(1)
Obrigações estimadas com pessoal	474	319	480	320
Encargos regulamentares e setoriais			19	(1)
Provisões	(500)	(7.550)	(500)	(7.550)
Outros passivos operacionais	78	9	2.564	186
	(134)	(7.243)	8.157	(5.182)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais				
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.518)	(16.365)	50.547	(14.084)
			(4.790)	(1.365)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(7.518)	(16.365)	45.757	(15.449)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienação (adição) ao investimento		(75.978)		
Dividendos recebidos	1.843	1.660		
Adiantamento para futuro aumento de capital		(26.175)		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(20.045)	(7.207)	(22.950)	(130.445)
Partes relacionadas	(480)	15		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18.682)	(107.685)	(22.950)	(130.445)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(307)	1.011	(442)	2.870
Cauções e depósitos vinculados			(7.843)	(16.094)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(458)		(458)
Aumento (redução) de capital	147.401	7.716	147.401	7.716
Captação de empréstimos e financiamentos		120.000		433.123
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(95.250)	(8.972)	(118.257)	(259.170)
Encargos de dívidas líquido de derivativos	(11.461)		(26.658)	(23.162)
Caixa proveniente nas atividades de financiamentos	40.383	119.297	(5.799)	144.825
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	14.183	(4.753)	17.008	(1.069)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.521	1.338	24.964	7.956
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.338	6.091	7.956	9.025
	14.183	(4.753)	17.008	(1.069)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício	(6.441)	(7.738)	(6.441)	(7.738)
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente do exercício	(6.441)	(7.738)	(6.441)	(7.738)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
	Saldos em 1º de janeiro de 2011	62.219	(4.986)
Aumento de capital - AGE de 09/12/2011	7.716		7.716
Prejuízo do exercício		(7.738)	(7.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	69.935	(12.724)	57.211
Aumento de capital - AGE de 02/01/2012	26		26
Aumento de capital - AGE de 14/03/2012	7.380		7.380
Aumento de capital - AGE de 05/07/2012	5.891		5.891
Aumento de capital - AGE de 23/08/2012	23		23
Aumento de capital - AGE de 14/12/2012	134.081		134.081
Prejuízo do exercício		(6.441)	(6.441)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	217.336	(19.165)	198.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011 Reclassificado	31/12/2012	31/12/2011 Reclassificado
PASSIVO					
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores	14	207		508	2.815
Impostos e contribuições sociais	5	272		157	7.665
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	24.757		120.882	48.430
Obrigações estimadas com pessoal	17	1.572		1.098	1.584
Encargos regulamentares e setoriais					21
Provisões	18	6.000		6.500	6.500
Outras contas a pagar		180		102	2.843
		32.988		129.247	69.358
Não Circulante					
Impostos e contribuições sociais diferidos	6				17.045
Empréstimos e financiamentos	15				198.716
Partes relacionadas	7	704		1.011	2.427
Provisões	18	2.300		2.300	4.663
		3.004		3.311	222.851
Patrimônio líquido					
Capital social	19.1	217.336		69.935	217.336
Prejuízos acumulados		(19.165)		(12.724)	(19.165)
		198.171		57.211	198.171
Total do passivo e patrimônio líquido		234.163		189.769	490.380

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011 Reclassificado
Receitas					
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Encargos de uso da rede elétrica	22			(2.786)	(1.822)
				(2.786)	(1.822)
Custo de operação					
Pessoal				(53)	(44)
Materiais e serviços de terceiros				(8.878)	(5.250)
Depreciações e amortizações				(13.240)	(8.781)
Outros custos de operação				(2.535)	(1.616)
	22			(24.706)	(15.691)
				(27.492)	(17.513)
				37.636	29.610
Lucro bruto					
Despesas e receitas operacionais					
Despesas com vendas				(8)	(9)
Despesas gerais e administrativas		(6.850)	(6.943)	(7.460)	(7.686)
Depreciações e amortizações		(38)	(38)	(2.621)	(1.837)
Outras despesas e receitas operacionais	22	(1.638)	(1.378)	(1.886)	(1.452)
		(8.526)	(8.367)	(11.967)	(10.984)
Resultado antes do resultado financeiro, tributos e participações societárias		(8.526)	(8.367)	25.669	18.626
Resultado das participações societárias	11.1	13.436	9.237		
Receitas financeiras		88	70	727	316
Despesas financeiras		(11.439)	(8.678)	(26.794)	(22.873)
Resultado financeiro	23	(11.351)	(8.608)	(26.067)	(22.557)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(6.441)	(7.738)	(398)	(3.931)
Imposto de renda e contribuição social correntes				(7.048)	(4.648)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					1.005
	24			(6.043)	(3.807)
Prejuízo do exercício		(6.441)	(7.738)	(6.441)	(7.738)
Atribuível aos acionistas controladores		(6.441)	(7.738)	(6.441)	(7.738)
Resultado por ação atribuível aos acionistas controladores					
Resultado básico por ação (Reais/Ação)					
ON	25	(0,017399)	(0,074256)	(0,017399)	(0,074256)
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)					
ON	25	(0,017399)	(0,074256)	(0,017399)	(0,074256)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011 Reclassificado
Geração do valor adicionado				
Receita operacional			71.248	51.408
Receita relativa à construção de ativos próprios	20.045	15.275	22.950	137.575
Outras receitas		3.349		15.911
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(22.306)	(18.826)	(38.055)	(148.211)
Encargos de uso da rede elétrica			(3.041)	(1.981)
Materiais	(107)	(780)	(595)	(88.937)
Serviços de terceiros	(19.734)	(15.998)	(31.321)	(54.468)
Outros custos operacionais	(2.465)	(2.048)	(3.098)	(2.825)
Valor adicionado bruto	(2.261)	(202)	56.143	56.683
Retenções				
Depreciações e amortizações	(38)	(38)	(15.861)	(10.618)
Valor adicionado líquido produzido	(2.299)	(240)	40.282	46.065
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	88	70	727	316
Resultado da equivalência patrimonial	13.436	9.237		
Valor adicionado total a distribuir	11.225	9.067	41.009	46.381
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	4.272	2.803	4.303	3.790
Benefícios	384	276	398	288
FGTS	175	309	177	310
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	498	508	12.359	8.466
Estaduais	49	130	60	134
Municipais	24	18	24	18
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	11.439	12.027	26.794	38.784
Aluguéis	825	734	3.335	2.329
	17.666	16.805	47.450	54.119
Prejuízos	(6.441)	(7.738)	(6.441)	(7.738)
	11.225	9.067	41.009	46.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional
 EDP Renováveis Brasil S.A. (Companhia ou Controladora ou EDP Renováveis Brasil), Sociedade Anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo - SP, controlada pela EDP Renováveis S.A. e EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 12 de dezembro de 2007, tem por objeto social a participação em outras sociedades, bem como as atividades de planejamento, operação e manutenção de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza e, em particular, as de regime especial, as de produção hidráulica ou mini-hidráulica, eólica, solar, solar térmica, fotovoltaica, biomassa e resíduos. A Companhia tem como acionistas a EDP Renováveis S.A. e a EDP - Energias do Brasil, cujos planos de negócios são parte integrante do plano estratégico do Grupo EDP Energias de Portugal, e visam o desenvolvimento de projetos em fontes de energia renováveis. A atividade da Companhia é garantida e quando necessário financiada pelos acionistas. Para a Companhia cumprir com seus compromissos de curto prazo os acionistas prevêem efetuar aportes de capital. Em 16 de fevereiro de 2009, a Companhia adquiriu a Cenaeel - Central Nacional de Energia Eólica S.A. (Cenaeel) que tem uma capacidade instalada de 13,8MW, distribuídos em 2 parques eólicos, já em funcionamento e a Elebrás Projetos S.A. (Elebrás) em 17 de março de 2009, com uma capacidade instalada de 70MW e que iniciou as operações em maio de 2011. Os parques incluem tarifas incentivadas PROINFA pelo prazo de 20 anos, exceto Horizonte que tem como característica a Geração Distribuída no Mercado Livre, contudo o contrato com a Celesc, prevê o benefício de tarifas compatíveis ao PROINFA. A Companhia, em 30 de dezembro de 2011, vendeu 57,2 MW médios de energia nova no Leilão A-5, por meio de quatro projetos de geração eólica: Baixa do Feijão I, II, III e IV, localizados no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. Em conjunto, os projetos somam capacidade instalada de 120 MW e possuem fator de

capacidade médio de 48%. O fator de capacidade foi estimado com base em 2 anos de medição através de estudos internos e externos de acordo com as especificações exigidas pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

As participações diretas detidas são as seguintes:

Empresas	Conso- lidação	% Participação	
		31/12/2012	31/12/2011
Cenaeel - Central Nacional de Energia Eólica S.A. (Cenaeel)	Integral	100,00%	100,00%
Elebrás Projetos S.A. (Elebrás)	Integral	100,00%	100,00%
Central Eólica Baixa do Feijão I S.A. (Feijão I)	Integral	100,00%	100,00%
Central Eólica Baixa do Feijão II S.A. (Feijão II)	Integral	100,00%	100,00%
Central Eólica Baixa do Feijão III S.A. (Feijão III)	Integral	100,00%	100,00%
Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A. (Feijão IV)	Integral	100,00%	100,00%
Central Eólica Aventura S.A. (Aventura)	Integral	100,00%	100,00%

Em 22 de maio de 2012, o empreendimento UEE Santa Vitória do Palmar I, do qual a EDP Energias do Brasil detém 49% de participação, teve sua outorga revogada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.503/12, conforme pleito encaminhado à Agência Reguladora. A Companhia se posicionou interessada em efetuar a devolução da Autorização, de forma a entrar na nova regra prevista na Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 391/05.

1.1 Concessões

A Companhia e suas controladas diretas Cenaeel e Elebrás possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as seguintes autorizações e registros de geração:

1.1.1 Em operação

Empresa	Usinas	Estado	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWm)	Autorização/Registro		
					Início	Término	
(1) Cenaeel	Horizonte	SC	4,80	1,01	12/08/2002	Indefinida	
(2) Cenaeel	Água Doce	SC	9,00	2,35	11/12/2002	11/12/2032	
(2) Elebrás	Tramandaí	RS	70,00	24,14	05/09/2002	05/09/2032	
Total			83,80	27,50			

- (1) Registro
- (2) Autorização

Registros e autorizações das Controladas Cenaeel e Elebrás

Registro Parque Eólico do Horizonte - Cenaeel

O registro vigorará por prazo indefinido.

A energia gerada é comercializada de acordo com a legislação, ficando assegurado o percentual de redução de 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, nos termos da Resolução ANEEL nº 77/04, onde se estabelecem os procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para empreendimentos hidroelétricos e aqueles com fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, com potência instalada menor ou igual a 30.000 kW, visando estimular novos investimentos na expansão dos sistemas elétricos.

Autorização Usina Eólica de Água Doce - Cenaeel

A autorização vigorará pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da autorizada.

A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Autorização Parque Eólico Cidreira I - Elebrás

A autorização vigorará pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da autorizada.

A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

1.1.2 Em estudo

Empresa	Usinas	Estado	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWm)	Autorização	
					Início	Término
Central Eólica Baixa do Feijão I S.A.	Baixa do Feijão I	RN	30,00	14,80	14/08/2012	14/08/2047
Central Eólica Baixa do Feijão II S.A.	Baixa do Feijão II	RN	30,00	14,40	14/08/2012	14/08/2047
Central Eólica Baixa do Feijão III S.A.	Baixa do Feijão III	RN	30,00	14,30	14/08/2012	14/08/2047
Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A.	Baixa do Feijão IV	RN	30,00	13,70	14/08/2012	14/08/2047
Total			120,00	57,20		

2. Base de preparação e Práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando integralmente conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o Patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2013.

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessará tal controle.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela controladora e suas controladas para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia.

c) Investimentos (Nota 11)

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

• Direito de concessão

Conforme o ICPC 09 os Direitos de concessão são classificados como investimentos líquidos dos impostos diferidos, na Controladora.

d) Imobilizado (Nota 12)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condições necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração e pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, se for o caso, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Para os bens do ativo Imobilizado diretamente relacionados à atividade de geração eólica, as taxas utilizadas levam em consideração a vida útil dos bens que é

de 25 anos. Para depreciação dos outros ativos utilizam-se as taxas de depreciação de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Ativo intangível (Nota 13)

Os ativos intangíveis compreendem:

- **Softwares:** são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- **Faixas de servidão:** compreendem as faixas de servidão permanente que estão registradas pelo custo de aquisição.
- **Ágio gerado por conta de uma combinação de negócios:** é registrado por conta da diferença entre o valor pago pelo negócio adquirido e o valor de mercado deste negócio.

O ágio de expectativa de resultados futuros, sem vida útil definida é sujeito a análise de recuperação anual e sem efeitos fiscais.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques.

g) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 14)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

j) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15)

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívida são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

k) Provisões (Nota 18)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação presente e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5, 6 e 24)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados: (i) na controlada direta Cenaeel com base nos resultados tributáveis presumidos, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%; e (ii) na Controladora e controlada direta Elebrás, o imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos cidadãos tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A partir da edição do Pronunciamento Técnico CPC 32 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros Resultados Abrangentes.

n) Benefícios pós-emprego (Nota 16)

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

o) Capital social (Nota 19.1)

Ações ordinárias são classificadas como capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

q) Reconhecimento de receita

• Receita operacional

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequente no exercício seguinte.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e juros sobre impostos compensáveis, que são reconhecidos no resultado, por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

r) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a avaliação de imparidade que é em base anual.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração de instrumentos financeiros; Provisão para desmantelamento; Provisão para variação entre energia faturada e energia despachada; Realização de imposto de renda diferido; e Provisão para contraprestação contingente.

s) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, a um instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerencia esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por elas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução a valor recuperável.

t) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

u) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CFC nº 1.287/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e Resultado por ação diluído.

v) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação adicional às Demonstrações financeiras.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas aprovada pela Resolução CFC nº 1.240/09 e alterações posteriores, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 1).

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Companhia nas suas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Companhia e suas controladas.

2.4 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Novos normativos e revisões sobre consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas e incorporou a SIC-12 Consolidação - Sociedades de Propósito Específico. Esta norma introduz o conceito de controle como a base de consolidação. Esta definição de controle considera três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração da Companhia entende que a IFRS 10 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 exige a divulgação abrangente de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem a natureza e os riscos associados a participações em outras entidades, bem como os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa. No geral, as divulgações exigidas são agrupadas nas categorias mais amplas a seguir mencionadas: Julgamentos e premissas significativas; Participações em controladas; Participações em acordos conjuntos e coligadas; Participações em entidades estruturadas não consolidadas. A IFRS 12 relaciona exemplos específicos e divulgações adicionais que informam mais detalhadamente cada um desses objetivos de divulgação, inclusive outras orientações acerca das divulgações abrangentes exigidas. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 e a Administração da Companhia entende que o impacto da IFRS 12 será basicamente um incremento na divulgação.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28)

Inclusão da referência a Empreendimento Controlado em Conjunto. A exemplo da versão anterior do Pronunciamento CPC 18 a presente norma inclui a referência a Investimento em Controlada, que não consta na versão do IAS 28 (emitido pelo IASB), mas é necessária no Brasil em função da previsão, contida na Legislação Societária Brasileira, de que nas demonstrações contábeis individuais o investimento com controlada seja avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o CPC 18 (R2) não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (IFRS 10)

Essa norma exige que a controladora apresente suas demonstrações financeiras consolidadas como se fosse uma única entidade econômica, substituindo as exigências anteriormente contidas na IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e SIC 12 - Consolidação - Entidades de Propósito Específico. Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 10. A Administração da Companhia entende que o CPC 36 (R3) não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 12. A Administração da Companhia entende que o CPC 45 não tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

Detalhes das alterações já foram acima identificados na IFRS 13. A Administração espera que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada e em Controladas (IAS 28)

A única alteração refere-se à mudança do item 22A e a inclusão dos itens 22B e 22C, com a proposta de não eliminar os resultados que, do ponto de vista da consolidação, são considerados não realizados nas demonstrações individuais de uma controlada, quando da venda de ativos para a controladora ou outras controladas do mesmo grupo econômico, de forma a evitar que a participação de sócios não controladores na controlada vendedora tenham seus possíveis

dividendos ou recebimentos de lucros diferidos no tempo. Resumidamente, transações que gerem mais ou menos valias entre empresas do mesmo grupo econômico, não devem ser reconhecidas na controladora, nem no consolidado, porque não refletem alterações a esse nível.

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e, desse modo, formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 01 de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e, classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP), representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas, Consolidadas e Equivalência Patrimonial

A revisão desta interpretação decorre do processo de audiência pública do CPC 18 (R2), nos itens descritos acima, que implicam mudanças diretas nas Demonstrações Financeiras. Foram efetuadas mudanças adicionais no sentido de dar clareza aos itens da interpretação fornecendo referências cruzadas de itens correlacionados com outras normas, bem como renomeação de alguns subtítulos.

2.5 Reclassificações nos exercícios anteriores

2.5.1 Balanço Patrimonial

Controladora

Reclassificação do Direito de concessão no valor de R\$3.769 do grupo de Intangível para Investimento, pois de acordo com o ICPC 09 o Direito de concessão deve ser tratado nas companhias individuais como Investimento e nas demonstrações consolidadas como Intangível.

Consolidado

Reclassificação no valor de R\$559 referente a Imposto de renda e contribuição social diferidos. Esta reclassificação ocorreu na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos entre Passivo não circulante para Ativo não circulante, no qual está sendo apresentado em 2012 pelo valor líquido (Nota 2.2 - m)

2.5.2 Demonstrações do fluxo de caixa

Consolidado

Reclassificação dos Impostos e contribuições sociais das atividades operacionais no valor de R\$26 para Impostos e contribuições sociais - atualização monetária no resultado das atividades operacionais.

Reclassificação dos encargos regulamentares e setoriais, no valor de R\$6, inicialmente alocado no resultado das atividades operacionais para passivos operacionais.

Reclassificação de Cauções e depósitos vinculados no valor de (R\$16.094), inicialmente alocados em atividades operacionais para as atividades de financiamento, para adequação ao CPC 03.

Reclassificação das baixas e juros capitalizados anteriormente apresentadas como adição ao imobilizado, no valor de R\$9.287

2.5.3 Demonstrações do valor adicionado

Controladora

Para adequação ao CPC 09 foi realizada a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$15.275, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$14.347 (R\$678 referente a Materiais, R\$13.449 referente a Serviços de terceiros e R\$220 referente a Outros custos operacionais) e R\$928 referente a Pessoal da linha de Distribuição do valor adicionado.

Reclassificação de Outras Receitas no valor de R\$3.349, para Juros (referente a juros capitalizados) alocados na distribuição do valor adicionado.

Consolidado

Para adequação ao CPC 09 foi realizada a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$137.575, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$135.684 (R\$88.792 referente a Materiais, R\$46.219 referente a Serviços de terceiros e R\$673 referente a Outros custos operacionais) e R\$1.891 referente a Pessoal da linha de Distribuição do valor adicionado.

Reclassificação de Outras Receitas no valor de R\$15.911 para Juros (referente a juros capitalizados), alocados na Distribuição do valor adicionado.

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	2.512	1.338	11.955	7.956
Aplicações financeiras - renda fixa	13.009		13.009	
Total	15.521	1.338	24.964	7.956

Aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Parte do saldo da conta de Bancos conta movimento consolidado no valor de R\$4.271 está sujeito a liquidação conforme contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES para financiamento do Parque Eólico, conforme parágrafo 13º item II alínea de (a) a (c). Maiores detalhes estão apresentados na nota 29.2.

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Debêntures remunerados a taxa de 80,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. Concessionárias

	Consolidado		
	Saldos vincendos	Saldo líquido Total em 31/12/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Circulante			
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	10.960	10.960	10.960
Total Circulante	10.960	10.960	10.960

No consolidado, o saldo de R\$10.960 em 31 de dezembro de 2012 (R\$15.326 em 31 de dezembro de 2011), é composto pelo contas a receber dos contratos bilaterais de suprimento de energia elétrica das controladas diretas Ceneael e Elebrás com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. no valor de R\$10.780 (R\$15.170 em 31 de dezembro de 2011) e com a CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. no valor de R\$180 (R\$156 em 31 de dezembro de 2011), para os quais não são esperadas perdas na sua realização. Os contratos de suprimento de energia das controladas Ceneael e Elebrás com a Eletrobrás possuem ajustes anuais, no montante de R\$2.663 em 31 de dezembro de 2012 (R\$176 em 31 de dezembro de 2011) vide nota 10.

Ativo - Compensáveis

Imposto de renda e contribuição social	
PIS e COFINS	
IRRF sobre aplicações financeiras	
Outros	
Total	
Circulante	
Não circulante	

Passivo - a recolher

Imposto de renda e contribuição social	
ICMS sobre diferencial de alíquota	
PIS e COFINS	
ISS	
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	
Outros	
Total	
Circulante	

6. Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

Os créditos fiscais apresentados, foram reconhecidos tomando por base as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

Natureza dos créditos	Consolidado									
	Ativo não circulante			Passivo não circulante			Resultado			
	31/12/2012	31/12/2011	Total	31/12/2012	31/12/2011	Total	2012	2011	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças Temporárias										
Provisão para materiais e serviços	163	58	221						(9)	230
Total diferenças temporárias	163	58	221						(9)	230
Diferenças Temporárias - RTT										
Ágio incorporado										
Imobilizado em Serviços	(412)	(148)	(560)						(560)	
Mais Valia - CPC 15 (Nota 13)				12.534	4.512	17.045	17.862		817	609
Licenças Ambientais - CPC 25	87	31	118						118	
Desmantelamentos - CPC 25	473	170	643						639	2
Total diferenças temporárias - RTT	148	53	201	4	12.534	4.512	17.045	17.862	1.014	611
Total Ativos/Passivos Diferidos	311	111	422	234	12.534	4.512	17.045	17.862		
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos									1.005	841

A Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2012, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013. Com base nesse estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante a partir do exercício de 2012 conforme demonstrado abaixo:

2013	2021 a 2022	Total Não circulante
221	201	422

O valor de tributos diferidos ativos referem-se à controlada Elebrás e o valor dos tributos diferidos passivos referem-se à controladora e a controlada Ceneael.

7. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a receber da controlada Ceneael, apresentados na nota 20, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e da Companhia com as controladoras, são apresentadas como segue:

Controladora									
Partes relacionadas	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente pessoal, material e serviço de terceiros	Elebrás	01/01/2010	Não existe data para liquidação do saldo	502	22				(3.147)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			1	1	(9)	
Contrato de Serviços de consultoria	EDP Energias do Brasil S.A.	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)			23	369	(316)	(369)
EDP Renováveis S.A.	EDP	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)			680	641	(39)	(308)
Redução do Capital Social através do despacho nº 3856	Renováveis	04/12/2012		1.639					
	CENAEEL			2.141	22	704	1.011	(364)	(3.824)
Total				2.141	22	704	1.011	(364)	(3.824)

Consolidado									
Partes relacionadas	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Passivo		Receitas (despesas) no exercício			
				31/12/2012	31/12/2011	2012	2011	2012	2011
Contrato de Serviços de consultoria	EDP Energias do Brasil S.A.	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	23	369	(316)			(369)
	EDP Energias do Brasil S.A.	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	80	235	(52)			(235)
	EDP Energias do Brasil S.A.	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	798	780	(1.034)			(780)
	EDP Renováveis S.A.	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	680	641	(39)			(308)
	EDP Renováveis S.A.	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	196	195				(195)
	EDP Renováveis S.A.	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	650	650				(650)
Total				2.427	2.870	(1.441)			(2.537)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1 Controladora direta

As controladoras diretas da Companhia são a EDP Renováveis S.A. e a EDP - Energias do Brasil. As companhias Cenaeel e Elebrás são controladas diretas da Companhia.

7.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais chave da administração.

8. Adiantamento para futuro aumento de capital

	<u>Ativo Não circulante</u>	
	<u>31/12/2011</u>	
Elebrás Projetos S.A.	26.175	
Total	26.175	

Em 9 de abril de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária o aumento do Capital Social da controlada Elebrás decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$26.175, concedido por sua Controladora.

9. Cauções e depósitos vinculados

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
	<u>Não circulante</u>		<u>Não circulante</u>		
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Depósito judiciais	138	65		140	67
Cauções e depósitos vinculados			1.945	23.704	17.229
Total	138	65	1.945	23.844	17.296

Como garantias aos contratos celebrados entre as controladas Cenaeel e Elebrás e o BNDES e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, foram estabelecidas a vinculação e cessão da receita vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretroatável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda arrecadação será depositada na Conta Vinculada. Os valores depositados na Conta Reserva do Serviço da

11 Investimentos

11.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	<u>Saldos em</u>		<u>Adições</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Dividendos/JSCP</u>	<u>Redução de Capital</u>	<u>% participação</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>Reclassificado</u>					<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2012</u>
Investimentos								
Cenaeel	27.130			1.810	(1.960)	(1.639)	25.341	100%
Elebrás	111.038		26.175	11.626			148.839	100%
Cenaeel - Goodwill	3.769						3.769	
Total	141.937		26.175	13.436	(1.960)	(1.639)	177.949	

Os valores dos investimentos apresentado no quadro acima para as companhias Cenaeel e Elebrás contém em seus saldos mais-valia sobre ativos gerados na combinação de negócios conforme CPC 15 (R1), apresentado no quadro abaixo:

	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Mais-valia sobre ativo CPC 15 (R1)</u>	<u>Saldos em 31/12/2012</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Mais valia sobre ativo CPC 15 (R1)</u>	<u>Saldos em 31/12/2011</u>
Cenaeel	14.743	14.367	29.110	15.908	14.991	30.899
Elebrás	123.179	25.660	148.839	84.240	26.798	111.038
Total			177.949			141.937

11.2 Participação direta dos investimentos

	<u>Ações (mil)</u>		<u>% participação</u>				<u>Ativos totais</u>		<u>Passivos (Circulantes e Não circulantes)</u>		<u>Patrimônio líquido</u>		<u>Receitas</u>		<u>Resultado do exercício</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>		<u>31/12/2011</u>		<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Capital social integralizado</u>	<u>Capital votante</u>	<u>Capital social integralizado</u>	<u>Capital votante</u>										
Companhias																
EDP Renováveis Brasil																
Cenaeel	2.054	2.054	100%	100%	100%	100%	35.205	36.611	20.462	20.703	14.743	15.908	8.100	8.092	2.434	1.940
Elebrás	132.601	132.601	100%	100%	100%	100%	344.609	347.725	221.430	263.485	123.179	84.240	57.028	39.031	12.764	8.481

12 Imobilizado

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>				
	<u>31/12/2012</u>			<u>31/12/2011</u>				
	<u>Taxa média de depreciação %</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa média de depreciação %</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Imobilizado em serviço								
Administração								
Máquinas e equipamentos	16,67	58	(17)	41	10,00	59	(8)	51
Veículos	14,29	127	(60)	67	20,00	127	(41)	86
Móveis e utensílios	6,25	3		3				
Total do Imobilizado em serviço		188	(77)	111		186	(49)	137
Imobilizado em curso								
Geração		21.585		21.585		5.132		5.132
Administração		102		102		574		574
Total do imobilizado em curso		21.687		21.687		5.706		5.706
Total imobilizado		21.875	(77)	21.798		5.892	(49)	5.843

O montante de R\$21.585, relativo ao imobilizado em curso (Controladora), refere-se a aquisição de torres de medição e equipamentos diversos para os projetos de desenvolvimento de novos parques eólicos.

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>				
	<u>31/12/2012</u>			<u>31/12/2011</u>				
	<u>Taxa média de depreciação %</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa média de depreciação %</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Imobilizado em serviço								
Geração		357		357		357		357
Terrenos		4.636	(263)	4.373		4.636	(108)	4.528
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	389.234	(37.872)	351.362	4,00	389.236	(22.210)	367.026
Máquinas e equipamentos	3,39	394.227	(38.135)	356.092	3,40	394.229	(22.318)	371.911
Administração								
Máquinas e equipamentos	15,29	79	(36)	43	10,00	79	(27)	52
Veículos	14,29	157	(87)	70	20,00	157	(64)	93
Móveis e utensílios	6,25	14	(9)	5	10,00	12	(9)	3
Total do Imobilizado em serviço		394.477	(38.267)	356.210		394.477	(22.418)	372.059
Imobilizado em curso								
Geração		25.874		25.874		6.526		6.526
Administração		102		102		574		574
Total do imobilizado em curso		25.976		25.976		7.100		7.100
Total imobilizado		420.453	(38.267)	382.186		401.577	(22.418)	379.159

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	<u>Controladora</u>				<u>Valor líquido em 31/12/2012</u>
	<u>Valor líquido em 31/12/2011</u>	<u>Ingressos</u>	<u>Transferência para imobilizado em serviço</u>	<u>Depreciações Baixas</u>	
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	51			(10)	41
Veículos	86			(18)	67
Móveis e utensílios			3		3
Total do imobilizado em serviço	137			(28)	111
Total do Imobilizado em curso	5.706	17.566		(352)	21.687
Total do imobilizado	5.843	17.566		(349)	21.798

	<u>Consolidado</u>				<u>Valor líquido em 31/12/2012</u>
	<u>Valor líquido em 31/12/2011</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Transferência para imobilizado em serviço</u>	<u>Depreciações Baixas</u>	
Imobilizado em serviço					
Terrenos	357				357
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.528			(154)	4.373
Máquinas e equipamentos	367.078			(15.673)	351.405
Veículos	93			(22)	70
Móveis e utensílios	3		3	(1)	5
Total do imobilizado em serviço	372.059		3	(15.850)	356.210
Total do Imobilizado em curso	7.100	20.461		(352)	25.976
Total do imobilizado	379.159	20.461		(15.850)	382.186

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13 Intangível

	Controladora							
	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
	Reclassificado							
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	381	(18)	363	20,00	33	(8)	25
Total do Intangível em Serviço		381	(18)	363		33	(8)	25
Intangível em curso								
Geração		15.468		15.468		13.766		13.766
Administração		17		17		17		17
Total do Intangível em Curso -		15.485	-	15.485		13.783	-	13.783
Total intangível		15.866	(18)	15.848		13.816	(8)	13.808

	Consolidado							
	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
	Reclassificado							
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	1	(1)	-	20,00	1	(1)	
Servidão permanente		1.788		1.788		1.788		1.788
		1.789	(1)	1.788		1.789	(1)	1.788
Administração								
Software	20,00	392	(20)	372	20,00	44	(9)	35
Total do Intangível em Serviço		392	(20)	372		44	(9)	35
Intangível em curso								
Geração		15.478		15.478		13.766		13.766
Administração		32		32		32		32
Total do Intangível em Curso		15.510	-	15.510		13.798	-	13.798
Ágio na aquisição de investimentos								
Cenaeeel		3.769		3.769		3.769		3.769
		3.769		3.769		3.769		3.769
Total intangível		21.460	(21)	21.439		19.400	(10)	19.390

Do montante de R\$15.478, relativo ao intangível em curso, R\$12.491 refere-se ao projeto Baixa do Feijão, adquirido em 2012 da Norvento Brasil Energias Renováveis Ltda., que se encontra em fase de pré-construção e que será implementado até 2015. O saldo remanescente de R\$2.878 refere-se essencialmente ao desenvolvimento e pesquisa de outros projetos de prospecção.

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2012
	Reclassificado				
Intangível em serviço					
Software	25		349	(10)	(1)
Intangível em curso	13.783	2.479			(777)
	13.808	2.479	349	(10)	(778)

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2012
	Reclassificado				
Intangível em serviço					
Software	35		349	(11)	(1)
Servidão permanente	1.788				1.788
Intangível em curso	13.798	2.489			(777)
Ágio na aquisição de investimentos	3.769				3.769
Total Intangível	19.390	2.489	349	(11)	(778)

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa consolidada, representativa do conjunto de bens tangíveis e intangíveis.

O valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade das operações da controlada Cenaeeel é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportados em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Nesta base, para efeitos destes testes, foi definido um conjunto de pressupostos de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

Base de determinação do valor recuperável: valor em uso – equity value;

Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção;

Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da autorização; e

Taxa de crescimento fluxo de caixa: evolução do preço.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia e suas controladas diretas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica			86	
Encargos de uso da rede elétrica			240	240
Materiais e serviços	207	508	2.489	3.120
Total	207	508	2.815	3.360

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora					
										31/12/2012		31/12/2011			
										Encargos	Principal	Encargos	Principal		
Moeda nacional															
Capital de Giro - Banco do Brasil	EDP Renováveis Brasil	40.000	01/08/2011	40.000	01/08/2011 a 28/07/2013	Capital de Giro		R\$15.250 em 28/12/2012 e R\$ 24.750 em 28/07/2013.		7	24.750	24.757	882	120.000	120.882
Total										7	24.750	24.757	882	120.000	120.882

	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Consolidado							
										31/12/2012		31/12/2011					
										Encargos	Principal	Encargos	Principal				
Capital de Giro - Renováveis Banco do Brasil	EDP Brasil	40.000	01/08/2011	40.000	01/08/2011 a 28/07/2013	Capital de Giro		R\$ 15.250 em 28/12/2012 e R\$ 24.750 em 28/07/2013		7	24.750	24.757	882	120.000	120.882		
BNDES	CENAEEEL	11.500	01/06/2006	11.500	01/06/2006 a 15/09/2019	Implantação da Usina Eólica de Água Doce	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,40	TJLP + 3,50% a.a.	Principal e Juros mensais	31	1.021	7.926	8.978	37	919	8.954	9.910
BRDE	CENAEEEL	9.000	01/06/2006	9.000	01/06/2006 a 15/09/2019	Implantação da Usina Eólica de Água Doce	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,40	TJLP + 4,50% a.a.	Principal e Juros mensais	29	804	6.456	7.289	33	718	7.267	8.018
BNDES - Banco do Brasil	ELEBRÁS	227.700	29/03/2011	227.700	29/03/2011 a 15/10/2027	Implantação do Parque Eólico de Cidreira I	Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,30	2,18% a.a. acima da TJLP e 5,5% a.a. fixo	Principal e Juros mensais	483	21.357	184.683	206.523	622	21.357	206.040	228.019
BNDES - Banco do Brasil - Custos de transação	ELEBRÁS											(52)	(349)	(401)	(56)	(401)	(457)
Total										550	47.880	198.716	247.146	1.574	142.938	221.860	366.372

Para maiores informações a respeito das garantias, vide a nota 29.2.

15.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2012		
	Consolidado						
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	120.882	(95.250)	(11.461)	10.586	24.757		
	120.882	(95.250)	(11.461)	10.586	24.757		
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	144.512	(118.257)	(26.658)	25.633	48.430		
	144.512	(118.257)	(26.658)	25.633	48.430		
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	221.860	-	-	(23.144)	198.716		
	221.860	-	-	(23.144)	198.716		

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Controladora	Tipo de Moeda Nacional	
	31/12/2012	31/12/2011
Vencimento		
Circulante		
2013	24.757	
Total	24.757	
Consolidado		
Vencimento		
Circulante		
2013	48.430	
Não circulante		
2014	23.305	
2015	23.497	
2016	23.707	
2017	23.937	
2018	24.188	
2019 até 2023	62.730	
2024 até 2028	17.352	
Total	198.716	
	247.146	

16 Benefícios pós-emprego

A EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo - Energias do Brasil é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio e um privado, este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., cadastrados no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos destes planos. Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$116 (R\$109 no exercício de 2011). Esse plano tem a adesão de 11 colaboradores.

17 Obrigações estimadas com pessoal

Controladora	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	1.225	898
INSS e FGTS	347	200
Total	1.572	1.098

Na rubrica Folha de pagamento está contemplada, basicamente, as provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2012.

18 Provisões

Controladora	Circulante		Não Circulante		Consolidado		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Desmantelamento									2.363
Total	6.000	6.500	2.300	2.300	6.000	6.500	2.300	2.300	4.663	4.464

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo depreciados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos.

O valor em 31 de dezembro de 2012 de R\$2.363 (R\$2.164 em 31 de dezembro de 2011) na rubrica Provisões do Passivo Não circulante do consolidado refere-se a Provisão para desmantelamento dos parques eólicos das controladas Ceneael e Elebrás registrados em contrapartida ao Imobilizado (Nota 12). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos, conforme nota 26.

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,18% a.a..

O saldo da rubrica de contraprestação contingente apresentado no circulante em 31 de dezembro de 2012 é de R\$6.000 (R\$6.500 em 31 de dezembro de 2011), referente ao saldo de pagamento à Norvento pela segunda parcela da aquisição do projeto eólico denominado Baixa do Feijão, sendo sua contrapartida registrada no ativo imobilizado em curso. Este pagamento não está sujeito a nenhuma atualização monetária. O saldo de R\$2.300 apresentado no Não circulante em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é composto de custos adicionais definidos em contrato associados à conclusão das diversas fases de implementação do parque eólico da Elebrás e de obtenção de licenças ambientais dos demais projetos.

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$217.336 (R\$69.935 em 31 de dezembro de 2011), representado por 370.203.370 ações (104.207.317 em 31 de dezembro de 2011) ordinárias distribuídas conforme a seguir:

No decorrer do exercício de 2012 a Companhia teve cinco aumentos de capital, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, totalizando o montante de R\$147.401.

Acionistas	Ações	%
EDP - Renováveis	203.611.853	55,00
EDP Energias do Brasil	166.591.517	45,00
Total	370.203.370	100,00

O Conselho de Administração está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$100, incluídas as ações ordinárias já emitidas, independentemente de reforma estatutária. O aumento do capital social será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão das novas ações, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

19.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior.

20 Dividendos a receber

A Companhia, em 31 de dezembro de 2012, tem um saldo a receber de R\$578 (R\$461 em 31 de dezembro de 2011) referente aos dividendos propostos de sua controlada Ceneael. A controlada Elebrás não distribuirá dividendos conforme definido em seu estatuto social.

21 Receita

Controladora	Consolidado	
	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica		
Total Fornecimento e suprimento	71.203	51.407
Outras receitas operacionais	45	
Subtotal	71.248	51.407
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(6.120)	(4.284)
Receita	65.128	47.123

22 Gastos operacionais

Controladora	Despesas operacionais		2012		2011	
	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	Total	Total
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	3.078		3.078	3.151		
Material	110		110	102		
Serviços de terceiros	2.426		2.426	2.549		
Depreciação	28		28	31		
Amortização	10		10	7		
Aluguéis e arrendamentos	774		774	667		
Outras	462	1.638	2.100	1.860		
Total	6.888	1.638	8.526	8.367		

Controladora	Custo do serviço		Despesas operacionais		2012		2011	
	Com energia elétrica	Operação	Gerais e De adminis-	Outras	Total	Total	Total	Total
Não gerenciáveis								
Encargos de uso da rede elétrica	2.786				2.786	1.822		
Taxa de fiscalização					248	17		
Total	2.786	-	-	248	3.034	1.839		
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		53	3.078		3.131	3.195		
Material		336	110		446	145		
Serviços de terceiros		8.542	2.426		10.968	8.249		
Depreciação		13.239	2.611		15.850	10.610		
Amortização		1	10		11	8		
Aluguéis e arrendamentos		2.510	774		3.284	2.262		
Outras		25	1.072	1.638	2.735	2.189		
Total	2.786	24.706	10.081	1.886	39.459	28.497		

23 Resultado financeiro

Controladora	Consolidada	
	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	85	70
Variações monetárias moeda nacional		
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	1	
Outras receitas financeiras	2	
Total	88	70
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(11.023)	(12.017)
Variações monetárias moeda nacional		
Ajustes a valor presente		(199)
(-) Juros capitalizados		3.349
Outras despesas financeiras	(416)	(10)
Total	(11.439)	(8.608)

24 Imposto de renda e contribuição social

Controladora	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(6.441)	(7.738)	(6.441)	(7.738)
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	1.610	1.935	580	696
Gratificações a administradores	(88)	(82)	(33)	(29)
Resultados de equivalência patrimonial	3.359	2.310	1.209	831
Outras		(169)		(61)
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(4.881)	(3.994)	(1.756)	(1.437)
Despesa de IRPJ e CSLL				
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	(11.351)	(8.608)	(26.067)	(22.557)

25 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os períodos apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

Controladora	Exercícios findos em 31 de dezembro		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(6.441)	(7.738)	(6.441)	(7.738)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores	370.203	104.207	370.203	104.207
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	(0,01740)	(0,07426)	(0,01740)	(0,07426)

26 Arrendamento mercantil operacional

26.1 Arrendamento - Ceneael

A controlada Ceneael firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação das usinas eólicas. Os contratos têm prazo de 21 e 23 anos e poderão ser renovados por igual período. O pagamento é efetuado por aerogerador instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M, índice divulgado pela FGV. Atualmente, considerando todos os contratos vigentes, estão instalados 23 aerogeradores.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2012	2011
Até um ano		85
Acima de um ano e até cinco anos		488
Acima de cinco anos		881
Total		1.454

A controlada Ceneael reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional não canceláveis no resultado do exercício de 2012 o valor de R\$72 e (R\$81 em 2011).

Adicionalmente aos pagamentos de arrendamento operacional, a controlada Ceneael tem previsto em seus contratos o pagamento da conta de energia das propriedades em que se encontram instalados os Aerogeradores. Nos contratos de arrendamento do Parque Eólico do Horizonte está previsto que a cada 3 anos será realizada uma revisão do valor a ser pago como arrendamento operacional comparando o IGP-M acumulado e o equivalente em arrobas de boi gordo vigente naquela data, praça de Santa Catarina e em consulta a órgão governamental em atividade comprovada a época do fato, prevalecendo dos dois o maior. No quadro abaixo demonstramos as despesas separadas dos arrendamentos conforme parágrafo 15 alínea (b) do ICPC 03:

	2012	2011
Despesa com a variação da arroba do boi (a)		1
Despesa com pagamento de energia	2	7
Total	2	8

(a) A controlada Ceneael revisou no ano 2011 o valor a ser pago como arrendamento operacional das fazendas arrendadas para o Parque Eólico do Horizonte e identificou que o preço da arroba do boi gordo foi superior ao reajuste acumulado do IGP-M. Na ocasião a variação do IGP-M foi de 19,91% e a variação da arroba do boi gordo foi de 20,42%, no acumulado dos anos de (2008 - 2011). Devido à variação da arroba do boi ser superior a variação do IGP-M, este índice foi utilizado para corrigir o valor do arrendamento em 2011. Em 2012 e 2013 será feito o reajuste pelo IGP-M e em 2014 será feita a comparação com a arroba do boi novamente. Para a Usina Eólica de Água Doce o contrato prevê apenas o IGP-M como índice de reajuste.

26.2 Arrendamento - Elebrás

A controlada Elebrás, firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação da usina eólica de Tramandaí. Os contratos têm prazo de 25 a 30 anos, prorrogáveis por iguais períodos, mediante manifestação expressa das partes. Todos os contratos têm cláusula de rescisão contratual sem ônus a ambas as partes após 60 meses da assinatura. Os pagamentos são efetuados mensalmente por percentual de 3,2% do valor da energia gerada pela usina eólica em kWh.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2012	2011
Até um ano		2.264
Acima de um ano e até cinco anos		12.944
Acima de cinco anos		79.183
Total		94.391

A controlada Elebrás reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional não canceláveis no resultado do exercício de 2012 o valor de R\$2.089 e (R\$1.746 em 2011).

A controlada Elebrás não possui outros tipos de despesas relacionadas ao arrendamento operacional.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora 31/12/2012	Consolidado 31/12/2012
Prédios e conteúdos (próprios)	2.178	2.178
Prédios e conteúdos (terceiros)	840	840
Responsabilidade civil	60.314	60.314
Transportes(veículos)	1.600	1.600
Acidentes pessoais	5.054	5.118
Aerogeradores		388.225

28 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

28.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

28.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	15.521	1.338	15.521	1.338
Não circulante				
Partes relacionadas	2.141	22	2.141	22
	17.662	1.360	17.662	1.360
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	207	508	207	508
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	24.849	121.368	24.757	120.882
Não circulante				
Partes relacionadas	704	1.011	704	1.011
	25.760	122.887	25.668	122.401
	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	15.521	1.338	15.521	1.338
Não circulante				
Partes relacionadas	2.141	22	2.141	22
	17.662	1.360	17.662	1.360
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	207	508	207	508
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	24.849	121.368	24.757	120.882
Não circulante				
Partes relacionadas	704	1.011	704	1.011
	25.760	122.887	25.668	122.401

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	24.964	7.956	24.964	7.956
Concessionárias	10.960	15.326	10.960	15.326
Cauções e depósitos vinculados	1.945		1.945	
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	23.704	17.229	23.704	17.227
	61.573	40.511	61.573	40.509
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.815	3.360	2.815	3.360
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	48.564	141.643	48.430	144.512
Credores diversos - concessionárias	2.663	176	2.663	176
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	199.075	190.378	198.716	221.860
Partes relacionadas	2.427	2.870	2.427	2.870
	255.544	338.427	255.051	372.778

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações, quando aplicáveis, são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da Instituição Financeira.

O saldo de Concessionárias é composto de contratos de suprimentos de energia elétrica com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados é apresentado pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e BRDE, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 9.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo. Classificação dos instrumentos financeiros:

	Controladora					
	31/12/2012			31/12/2011		
	Empré- timos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total	Empré- timos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa		15.521	15.521		1.338	1.338
Partes relacionadas	2.141	2.141	2.141	22	22	22
	2.141	15.521	17.662	22	1.338	1.360
	31/12/2012			31/12/2011		
	Outros ao custo amortizado		Total	Outros ao custo amortizado		Total
Passivos financeiros						
Fornecedores		207	207		508	508
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		24.757	24.757		120.882	120.882
Partes relacionadas		704	704		1.011	1.011
		25.668	25.668		122.401	122.401

	Consolidado							
	31/12/2012				31/12/2011			
	Empré- timos e recebi- veis	Valor jus- to por meio do resultado	Manti- dos até o venci- mento	Total	Empré- timos e recebi- veis	Valor jus- to por meio do resultado	Manti- dos até o venci- mento	Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa		24.964		24.964		7.956		7.956
Concessionárias	10.960			10.960	15.326			15.326
Cauções e depósitos vinculados			25.649	25.649			17.229	17.229
	10.960	24.964	25.649	61.573	15.326	7.956	17.229	40.511
	31/12/2012				31/12/2011			
	Outros ao custo amortizado		Total	Total	Outros ao custo amortizado		Total	Total
Passivos financeiros								
Fornecedores				2.815				3.360
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas				247.146				366.372
Partes relacionadas				2.427				2.870
Credores diversos - concessionárias				2.663				176
				255.051				372.778

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita à informação mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Controladora			
	Mensuração do valor justo			
	Mercados idênticos		Mercados similares	
	31/12/2012	Nível 1	31/12/2012	Nível 2
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	15.521	2.512		13.008
	15.521	2.512		13.008
	Consolidado			
	Mensuração do valor justo			
	Mercados idênticos		Mercados similares	
	31/12/2012	Nível 1	31/12/2012	Nível 2
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	24.964	11.955		13.008
	24.964	11.955		13.008

28.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 15, possuem como contraparte o BNDES, BRDE e o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP e ao CDI.

Como riscos de mercado associados às taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que, se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

28.3.1 Análises de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

	Controladora							
	31/12/2012							
	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%	
Operação								
Instrumentos financeiros ativos	CDI	864	864	216	432	(216)	(432)	
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(1.093)	(1.093)	(261)	(517)	266	536	
		(229)	(229)	(45)	(85)	50	104	
	Consolidado							
	31/12/2012							
	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Operação								
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.886	1.307	4.193	1.048	2.096	(1.048)	(2.096)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(1.093)	(1.093)	(261)	(517)	266	536	
		1.793	1.307	-	3.100	787	(782)	(1.560)
Operação								
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(6.503)	(19.364)	(8.430)	(34.297)	(5.831)	(11.661)	5.831
		(6.503)	(19.364)	(8.430)	(34.297)	(5.831)	(11.661)	5.831

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,75% e 8,00%; e TJLP entre 5,00% e 5,50%.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. *Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 15. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

28.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

A controlada Cenaeel durante o exercício de 2011 realizou uma operação com derivativo embutido de arrendamento mercantil operacional do imóvel para operação da usina eólica. O contrato prevê uma revisão a cada três anos comparando o IGP-M acumulado e a arroba do boi gordo prevalecendo dos dois o maior. Este derivativo embutido foi reconhecido na despesa e suas metodologias de cálculo estão descritas na nota 26.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

Descrição	Controlada	Consolidado				Efeitos no resultado 31/12/2011
		Contraparte	Início	Vencimento	Posição	
Derivativo	Cenaeel	Fazendas do Parque Eólico do Horizonte	16/02/2009	01/05/2023	Arrendamento de terras	(1) (1)

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos e outros passivos de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e o restante das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Controladora						30
	31/12/2012						
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	15	24.757	24.757				
Obrigações de compra		3.012	1.585	1.411	10	6	
Contraprestação contingente	18	8.300	6.000	2.300			
		36.069	32.342	3.711	10	6	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Manso Neto
Presidente

Ana Maria Machado Fernandes
Vice-Presidente

João Paulo Nogueira de Sousa Costeira
Conselheiro

Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira
Conselheiro

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro

DIRETORIA

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor-Presidente

Renato Volponi Lício
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade
Fabiana Bueno Hernandez
Gestora Operacional de Consolidação Contábil
Contadora - CRC 1SP224652/O-4

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor

Bernardo de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro
Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

EDP Renováveis Brasil S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Renováveis Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Renováveis Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da EDP Renováveis Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para

	Consolidado					
	31/12/2012					
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	15	247.146	48.430	70.509	71.775	56.432
Responsabilidades com locações operacionais		88.812	2.196	7.179	8.155	71.282
Obrigações de compra		15.833	12.708	3.108	11	6
Contraprestação contingente		8.300	6.000	2.300		
Desmantelamento	18	2.363				2.363
		362.454	69.334	83.096	79.941	130.083

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de suas controladas. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras foi utilizado como taxa de desconto o custo médio de capital da Companhia.

Os compromissos contratuais da Companhia referem-se à gestão do financiamento adquirido com a finalidade de construção do Parque Eólico de Tramandaí e Parque Eólico do Horizonte, conforme nota 15 e contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação da usina eólica de Tramandaí com prazo de duração de 25 a 30 anos e Parque Eólico do Horizonte com prazo de duração de 21 a 23 anos, conforme nota 26.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

29.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aval de acionista	5.054	1.524	5.054	1.524
Conta vinculada			4.337	2.291
Depósito Cauçionado			25.649	17.229
Fiança Bancária		242	493	690
Fiança Corporativa	24.757	122.571	24.757	122.571
Penhor de Ações			116.175	91.639
Seguro garantia	1.014		1.014	
Bens imóveis - Parque Eólico Agua Doce			18.188	19.235

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

Conta vinculada: A conta registra a movimentação verificada nos respectivos subtítulos e não podem ser movimentadas pela emissão de cheques por estarem vinculadas a determinadas operações, estabelecidas pelo BNDES para pagamento das despesas operacionais correntes inclusive as decorrentes dos Contratos de Manutenção e Prestação de Serviços (O&M) celebrado entre a Companhia e a *Wobben Windpower*. Pagamento das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida decorrente deste contrato. O saldo refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Depósito Cauçionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras. O saldo refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. O saldo, no Consolidado, refere-se aos contratos de compra e venda de energia da controlada Elebrás.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo na controladora e Consolidado referem-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertencem à Companhia.

Seguro garantia: O Seguro garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas encontramos o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia participação de Leilão.

Bens imóveis: Corresponde a alienação fiduciária de: 15 aerogeradores do Parque Eólico do Horizonte, localizado no Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina. O saldo em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Meio Ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Em 2012 não foram contabilizados gastos relevantes de natureza ambiental.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rosane Palharm
Contadora CRC 1SP220280/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011	Nota	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.570	4.299			
Concessionárias	4	1.099	1.082			
Impostos e contribuições sociais	5	1.203	914			
Despesas pagas antecipadamente			44			
Outros créditos	8	3				
		6.875	6.339			
Não circulante						
Cauções e depósitos vinculados	7	873	1.135			
		873	1.135			
Imobilizado	9	27.437	29.116			
Intangível		20	21			
		27.457	29.137			
Total do ativo		35.205	36.611			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	14.035	1.640	-	15.675
Dividendo adicional aprovado - AGO 23/02/2010		(1.246)		(1.246)
Lucro líquido do exercício			1.940	1.940
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		97	(97)	-
Dividendos propostos			(461)	(461)
Dividendo adicional proposto		1.382	(1.382)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	14.035	1.873	-	15.908
Redução de capital - AGE 06/11/2012	(1.639)			(1.639)
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2012		(1.382)		(1.382)
Lucro líquido do exercício			2.434	2.434
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		122	(122)	-
Dividendos propostos			(578)	(578)
Dividendo adicional proposto		1.734	(1.734)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	12.396	2.347	-	14.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011	(Em milhares de reais)	2012	2011
		Reclas-sificado			Reclas-sificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.715	2.286	Encargos regulamentares e setoriais	394	(1)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			Outros passivos operacionais	(147)	627
Depreciações e amortizações	1.680	1.982	Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	5.426	6.137
Despesas pagas antecipadamente	54	76	Imposto de renda e contribuição social pagos	(240)	(235)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	1.602	1.797	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.186	5.902
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		(40)	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ajuste a valor presente	40	100	Adições ao imobilizado e intangível		(11)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(83)	(126)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(11)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(11)	(26)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
	5.997	6.049	Partes relacionadas	(154)	430
			Cauções e depósitos vinculados	345	
			Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.843)	(1.661)
			Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(1.650)	(1.489)
			Encargos de dívidas líquido de derivativos	(1.613)	(1.777)
			Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(4.915)	(4.497)
			Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	271	1.394
			Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.570	4.299
			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.299	2.905
				271	1.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. (Companhia ou Cenaeel), Sociedade Anônima de capital fechado constituída em 11 de março de 2002, que tem como objeto social a produção de energia elétrica, tendo sido adquirida em 16 de fevereiro de 2009, pela EDP Renováveis Brasil S.A. os parques eólicos descritos abaixo. A Companhia tem sede e foro à Rodovia PRT 280 - Km 94,3, no município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, onde localizam-se

as usinas geradoras de energia eólica denominadas Parque Eólico do Horizonte e Usina Eólica de Água Doce.

Atualmente as duas usinas geradoras de energia eólica possuem 23 aerogeradores com capacidade instalada para geração de 13,8 MW.

A totalidade de produção de energia é comercializada com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e a Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Usinas Eólicas	Estado	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWh)	Ano do início da operação	Autorização/Registro	
					Início	Término
Horizonte (1)	SC	4,80	1,01	2004	12/08/2002	Indefinida
Água Doce (2)	SC	9,00	2,35	2006	11/12/2002	11/12/2032
Total		13,80	3,36			

(1) Registro
(2) Produção Independente de Energia (Autorização)

1.1 Registro do Parque Eólico do Horizonte

O registro vigorará por prazo indefinido. A energia gerada é comercializada de acordo com a legislação, ficando assegurado o percentual de redução de 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, nos termos da Resolução ANEEL nº 77/04, onde se estabelece os procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para empreendimentos hidroelétricos e aqueles com fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, com potência instalada menor ou igual a 30.000 kW, visando estimular novos investimentos na expansão dos sistemas elétricos.

1.2 Autorização da Usina Eólica de Água Doce

A autorização vigorará pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da Autorizada. A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo

Decreto nº 2.003/96.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2013.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2012	2011
Receitas			
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica	15	(287)	(259)
		(287)	(259)
Custo de operação			
Pessoal		(53)	(44)
Materiais e serviços de terceiros		(1.637)	(1.238)
Depreciações e amortizações		(1.676)	(1.975)
Outros custos de operação		(97)	(102)
	15	(3.463)	(3.359)
		(3.750)	(3.618)
Custo do serviço prestado a terceiros			
Lucro bruto			
Despesas e receitas operacionais			
Despesas com vendas		(45)	(493)
Despesas gerais e administrativas		(4)	(7)
Depreciações e amortizações		(19)	(73)
Outras despesas e receitas operacionais	15	(68)	(574)
		(126)	(1.147)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos			
Receitas financeiras			
Despesas financeiras			
Resultado financeiro			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(281)	(346)
		(281)	(346)
		2.434	1.940
Resultado líquido do exercício			
Resultado por ação			
Resultado básico por ação (Reais/Ação)			
ON	18	1,18529	0,94473
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)			
ON	18	1,18529	0,94473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

- EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
Resultado líquido do exercício	2.434	1.940
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	2.434	1.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
Geração do valor adicionado		
Receita operacional	8.407	8.846
Receita relativa à construção de ativos próprios	8.407	8.399
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.991)	(2.511)
Encargos de uso da rede elétrica	(287)	(259)
Materiais	(109)	(25)
Serviços de terceiros	(1.528)	(2.153)
Outros custos operacionais	(67)	(74)
Valor adicionado bruto	6.416	6.335
Retenções		
Depreciações e amortizações	(1.680)	(1.982)
Valor adicionado líquido produzido	4.736	4.353
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	94	246
Valor adicionado total a distribuir	4.830	4.599
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	31	24
Benefícios	14	12
FGTS	2	1
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	613	677
Estaduais	3	4
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.661	1.860
Aluguéis	72	81
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	578	461
	2.974	3.120
Lucros retidos	1.856	1.479
	4.830	4.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia.

c) Imobilizado (Nota 9)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração e pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, se for o caso, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Para os bens do ativo Imobilizado diretamente relacionados à atividade de geração eólica, as taxas utilizadas levam em consideração a vida útil dos bens que é de 25 anos. Para depreciação dos outros ativos utilizam-se as taxas de depreciação de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

d) Ativo intangível

Os Ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*. O seguinte critério é aplicado:
• Softwares: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques.

f) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 10)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 11)

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 12)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação presente e que possa ser estimada de maneira confiável. As Provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)

O Imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

m) Capital social (Nota 13.1)

Ações ordinárias são classificadas como capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

n) Dividendos (Nota 13.2)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos Juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

p) Reconhecimento de receita

• Receita operacional

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e juros sobre impostos compensáveis, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

q) Resultado por ação (Nota 18)

O Resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O Resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CFC nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e Resultado por ação diluído.

r) Uso de estimativa e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração de instrumentos financeiros e Provisão para desmantelamento.

s) Instrumentos financeiros (Nota 20)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, um instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

t) Contratos de arrendamento (Nota 19)

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

u) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação adicional às Demonstrações Financeiras.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em Outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descaimento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013

CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidas para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e, desse modo, formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP) representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

2.4 Reclassificações do exercício de 2011

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.4.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

Reclassificação dos Impostos e contribuições sociais compensáveis de R\$26 para os Impostos e contribuições sociais.

Reclassificação dos encargos regulamentares e setoriais, no valor de R\$6 inicialmente alocado nas atividades operacionais para passivos operacionais.

2.4.2 Demonstração do Valor Adicionado

Para adequação ao CPC 09 foi realizada a reclassificação da Receita relativa à construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado no valor de R\$447 anteriormente apresentada líquida na rubrica Serviços de terceiros alocada nos Insumos adquiridos de terceiros.

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	4.570	4.299
Total	4.570	4.299

3 Concessionárias

O saldo de R\$1.099 em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.082 em 31 de dezembro de 2011), é composto pelo contas a receber dos contratos bilaterais de suprimento de energia elétrica da Companhia com a CELESC no valor de R\$180 (R\$156 em 31 de dezembro de 2011) e com a Eletrobrás no valor de R\$919 (R\$926 em 31 de dezembro de 2011), para os quais não são esperadas perdas na sua realização, além de ajustes anuais do contrato de suprimento de energia com a Eletrobrás no valor de R\$571 em 31 de dezembro de 2012 (R\$176 em 31 de dezembro de 2011) - (Nota 8).

5 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos - pagamentos	Compensação de tributos	Transfêrencia	Saldo em 31/12/2012
Ativo - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	6	143	12		(108)	343	396
PIS e COFINS	8	238			(8)	424	662
IRRF sobre aplicações financeiras	223	12				(90)	145
Outros	677					(677)	-
Total	914	393	12	-	(116)	-	1.203
Circulante	914						1.203
Total	914						1.203
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	77	281			(240)	(47)	71
PIS e COFINS	28	307			(241)	(69)	25
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	1	96			(90)		7
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	10	27			(24)		13
Outros	24						24
Total	140	711	-	(595)	(116)	-	140
Circulante	140						140
Total	140						140

6 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora, apresentados na nota 13, os saldos de passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora indireta e coligada estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Partes relacionadas		Data da transação	Período de duração	Passivo			Receitas (despesas) no exercício
	Contraparte							
Contrato de Serviços de consultoria	EDP Energias do Brasil S.A.		30/12/2010	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	80	235	(52)	(235)
Contrato de Serviços de consultoria	EDP Renováveis S.A.		30/12/2010	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	196	195		(195)
Redução do Capital Social aprovado pela ANEEL através do despacho nº 3.856/12 (i)	EDP Renováveis do Brasil		04/12/2012			1.639		
Total						1.915	430	(52)

(i) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 3.856/12, que trata da redução do Capital social da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP Renováveis Brasil e a controladora final é a EDP - Renováveis. A EDP - Energias do Brasil S.A. é a coligada.

6.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais-chave da administração.

7 Cauções e depósitos vinculados

	Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Cauções e depósitos vinculados	873	1.135
Total	873	1.135

Os saldos disponíveis na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$873 (R\$1.135 em 31 de dezembro de 2011) foram aplicados em Fundos do tipo Unibanco Private Active Fix FI visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, foram estabelecidos a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretirável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. A Conta Reserva deverá manter saldo correspondente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização. A Conta Reserva somente será utilizada em caso de insuficiência de recursos existentes na Conta vinculada. Esta conta será movimentada apenas pelo Banco mandatário.

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Outros créditos - Ativo		
Adiantamentos a empregados	3	-
Total	3	-
Outras contas a pagar - Passivo		
Credores diversos - concessionárias	571	176
Outras		1
Total	571	177

O saldo de R\$571 na rubrica de credores diversos - Concessionárias refere-se ao ajuste anual do contrato de suprimento de energia elétrica com a Eletrobrás.

11 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**11.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	31/12/2012			31/12/2011					
							Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total			
BNDES	11.500	38.869	11.500	01/06/2006 a 15/09/2019	Implantação da Usina Eólica de Água Doce.	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,40.	TJLP + 3,50% a.a. Juros mensais.	31	1.021	7.926	8.978	37	919	8.954	9.910
BRDE	9.000	38.869	9.000	01/06/2006 a 15/09/2019	Implantação da Usina Eólica de Água Doce.	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,40.	TJLP + 4,50% a.a. Juros mensais.	29	804	6.456	7.289	33	718	7.267	8.018
Total							60	1.825	14.382	16.267	70	1.637	16.221	17.928	

A forma de realização das dívidas é ao custo.

Para maiores informações a respeito das garantias, vide a nota 21.2.

11.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	1.707	(1.650)	(1.613)	1.602	1.839	1.885
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	16.221	-	(1.839)	(1.839)	14.382	14.382

11.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de moeda Nacional	
	Circulante	Não circulante
2013	1.885	1.885
Não circulante		
2014		1.997
2015		2.185
2016		2.392
2017		2.618
2018		2.865
2019 até 2023		2.325
Total		14.382
		16.267

12 Provisões

	Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Desmantelamento	472	432
Total	472	432

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento.

O valor em 31 de dezembro de 2012 de R\$472 (R\$432 em 31 de dezembro de 2011) na rubrica Provisões do Passivo não circulante refere-se à Provisão para desmantelamento dos parques eólicos Horizonte e Água Doce, registrado em contrapartida ao Imobilizado (Nota 9). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos, conforme nota 19.

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,18% a.a.

13 Patrimônio líquido**13.1 Capital social**

Em 6 de novembro de 2012, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE foi aprovada a redução do Capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei das Sociedades por ações, sem o cancelamento de ações mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no Capital social da Companhia, sendo a referida redução no valor de R\$1.639. Em 4 de dezembro de 2012 a ANEEL concedeu a anuência referente a alteração do Estatuto Social para redução do Capital social da Companhia através do Despacho nº 3.856.

O Capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$12.396 e em 31 de dezembro de 2011 era de R\$14.035 e está representado por 2.053.500 ações nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme a seguir:

	Ações Nominativas	%
EDP - Renováveis Brasil S.A.	2.053.499	100
Outros	1	

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

13.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	31/12/2012
Resultado líquido apurado no exercício	2.434
Constituição da reserva legal - 5%	(122)
	2.312

	2012	2011
Destinação do lucro		
Dividendos	2.312	
Dividendo mínimo obrigatório	578	
Dividendo adicional proposto	1.734	
Quantidade de ações	2.053.500	
Dividendos por ação - R\$	0,001126	

9 Imobilizado

	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Máquinas e equipamentos	3,91	41.953	(14.523)	27.430	4,00	41.954	(12.849)	29.105
Total		41.953	(14.523)	27.430		41.954	(12.849)	29.105
Administração								
Máquinas e equipamentos	11,46	21	(19)	2	10,00	20	(19)	1
Veículos	14,29	30	(27)	3	20,00	30	(23)	7
Móveis e utensílios	6,25	11	(9)	2	10,00	12	(9)	3
Total		62	(55)	7		62	(51)	11
Total do Imobilizado em serviço		42.015	(14.578)	27.437		42.016	(12.900)	29.116
Total do imobilizado		42.015	(14.578)	27.437		42.016	(12.900)	29.116

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2011	Depreciações	Valor líquido 31/12/2012
Imobilizado em serviço			
Máquinas e equipamentos	29.106	(1.674)	27.432
Veículos	7	(4)	3
Móveis e utensílios	3	(1)	2
Total do imobilizado em serviço	29.116	(1.679)	27.437
Total do imobilizado	29.116	(1.679)	27.437

10 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Encargos de uso da rede elétrica	20	20
Materiais e serviços	485	1.107
Total	505	1.127

13.3 Reservas de lucros

	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de lucros		
Legal	613	491
Dividendo adicional proposto	1.734	1.382
Total	2.347	1.873

14 Receitas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica	8.362	8.398
Total Fornecimento e suprimento	8.362	8.398
Disponibilização do Sistema de Distribuição e Transmissão		
Outras receitas operacionais	45	
Subtotal	8.407	8.398
(-) Deduções à receita operacional	(307)	(306)
PIS/COFINS	(307)	(306)
Receita	8.100	8.092

15 Gastos operacionais

	2012				2011	
	Custo do serviço Com energia elétrica	De operação	Despesas operacionais Gerais e	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis						
Encargos de uso da rede elétrica	287			19	287	259
Taxa de fiscalização				19	19	17
Total	287			19	306	276
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		53			53	44
Material		109			109	25
Serviços de terceiros		1.528			1.528	1.706
Depreciação		1.675		4	1.679	1.981
Amortização		1			1	1
Aluguéis e arrendamentos		72			72	81
Outras		25		45	70	78
Total		3.463		49	3.512	3.916
		287		19	3.818	4.192

16 Resultado financeiro

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	83	215
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	11	26
Outras receitas financeiras		5
Total	94	246
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(1.602)	(1.797)
Variações monetárias moeda nacional	(5)	40
Ajustes a valor presente	(40)	(100)
Outras despesas financeiras	(14)	(3)
Total	(1.661)	(1.860)
	(1.567)	(1.614)

17 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.715	2.286	2.715	2.286
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(679)	(572)	(244)	(206)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Ajuste lucro presumido	454	300	164	108
Incentivos fiscais	24	24		
Despesa de IRPJ e CSLL	(201)	(248)	(80)	(98)
Alíquota efetiva	7,40%	10,85%	2,95%	4,29%

18 Resultado por ação

O Resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas. No exercício de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o Resultado por ação do período. Dessa forma, o Resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao Resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	2.434	1.940
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores	2.054	2.054
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	1,18529	0,94473

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 Arrendamento mercantil operacional

A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação das usinas eólicas. Os contratos têm prazo de 21 e 23 anos e poderão ser renovados por igual período. O pagamento é efetuado por aerogerador instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M, índice divulgado pela FGV. Atualmente, considerando todos os contratos vigentes, estão instalados 23 aerogeradores.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantils operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

Até um ano	85
Acima de um ano e até cinco anos	488
Acima de cinco anos	881
	1.454

A Companhia reconheceu como despesa com operações de Arrendamento mercantil operacional não canceláveis no resultado do exercício de 2012 o valor de R\$72 e (R\$81 em 2011).

Adicionalmente aos pagamentos de arrendamento operacional, a Companhia tem previsto em seus contratos o pagamento da conta de energia das propriedades em que se encontram instalados os Aerogeradores. Nos contratos de arrendamento do Parque Eólico do Horizonte está previsto que a cada 3 anos será realizada uma revisão do valor a ser pago como arrendamento operacional comparando o IGP-M acumulado e o equivalente em arrobas de boi gordo vigente naquela data, praça de Santa Catarina e em consulta a órgão governamental em atividade comprovada à época do fato, prevalecendo dos dois o maior. No quadro abaixo demonstramos as despesas separadas dos arrendamentos conforme parágrafo 15 alínea (b) do ICPC 03:

	2012	2011
Despesa com a variação da arroba do boi (a)		1
Despesa com pagamento de energia	2	7
	2	8

(a) A Companhia revisou no ano de 2011 o valor a ser pago como arrendamento operacional das fazendas arrendadas para o Parque Eólico do Horizonte e identificou que o preço da arroba do boi gordo foi superior ao reajuste acumulado do IGP-M. Na ocasião a variação do IGP-M foi de 19,91% e a variação da arroba do boi gordo foi de 20,42%, no acumulado dos anos de (2008 - 2011). Devido à variação da arroba do boi ser superior a variação do IGP-M, este índice foi utilizado para corrigir o valor do arrendamento em 2011. Em 2012 e 2013 será feito o reajuste pelo IGP-M e em 2014 será feita a comparação com a arroba do boi novamente. Para a Usina Eólica de Água Doce o contrato prevê apenas o IGP-M como índice de reajuste.

20 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

20.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros da Controladora EDP Renováveis Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

20.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.570	4.299	4.570	4.299
Concessionárias	1.099	1.082	1.099	1.082
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	873	1.135	873	1.135
	6.542	6.516	6.542	6.516
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	505	1.127	505	1.127
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.885	1.662	1.885	1.707
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	14.382	15.789	14.382	16.221
Partes relacionadas	1.915	430	1.915	430
	18.687	19.008	18.687	19.485

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações, quando aplicáveis, são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da instituição financeira.

O saldo de Concessionárias composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e BRDE, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 7.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de prestação de serviços, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	2012				2011			
	Empréstimos e re-observáveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e re-observáveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa		4.570		4.570		4.299		4.299
Concessionárias	1.099			1.099	1.082			1.082
Cauções e depósitos vinculados			873	873			1.135	1.135
	1.099	4.570	873	6.542	1.082	4.299	1.135	6.516
				2012				2011
Passivos financeiros				Outros ao custo amortizado				Total
Fornecedores				505		505		1.127
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas				16.267		16.267		17.928
Partes relacionadas				1.915		1.915		430
Credores diversos - concessionárias				571		571		176
				19.258		19.258		19.661

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos Instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa	4.570	4.570
	4.570	4.570

20.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 11, possuem como contraparte o BNDES e o BRDE. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um risco de mercado associado somente à TJLP.

Como riscos de mercado associados às taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

20.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	31/12/2012							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros	TJLP	(1.458)	(3.634)	(399)	(5.491)	(779)	(1.558)	779	1.558
passivos		(1.458)	(3.634)	(399)	(5.491)	(779)	(1.558)	779	1.558

A curva futura da TJLP está em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia, oscilando entre 5,00% e 5,50%.

20.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 11.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 11. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 4 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

20.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

20.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

A Companhia, durante o exercício, realizou uma operação com derivativo embutido de arrendamento mercantil operacional do imóvel para operação da usina eólica. O contrato prevê uma revisão a cada três anos comparando o IGP-M acumulado e a arroba do boi gordo prevalecendo dos dois o maior. Este derivativo embutido foi reconhecido na despesa e suas metodologias de cálculo estão descritas na nota 19.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

Descrição	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Efeitos no
					Resultado
					31/12/2011
Derivativo	Fazendas do Parque Eólico do Horizonte	16/02/2009	01/05/2023	Arrendamento de terras	(1)
					(1)

21 Compromissos contratuais e garantias

21.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos (que figuram nas demonstrações financeiras) e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Nota	31/12/2012			
		Total	Até 1 ano	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos incluídas					
juros vincendos	11	16.266	1.885	6.574	7.807
Responsabilidades com locações operacionais		632	57	169	247
Obrigações de compra		7.207	6.786	421	
Desmantelamento	12	472			472
		24.577	8.728	7.164	7.966
					719

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

Os compromissos contratuais da Companhia referem-se à gestão do financiamento adquirido com a finalidade de construção da Usina Eólica de Água Doce, conforme nota 11 e aos contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação da Usina Eólica de Água Doce com prazo de duração de 21 a 23 anos, conforme nota 19.

21.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida

Depósito caucionado	31/12/2012	31/12/2011
Penhor de Ações	873	1.135
Bens imóveis - Parque Eólico Água Doce	12.396	14.035
	18.188	19.235

Depósito caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras (Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de Depósito caucionado, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o BNDES, BRDE e a Companhia, neste caso beneficiária, em 19 de maio de 2006, para assegurar o pagamento das obrigações

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, deu em garantia todas as ações representativas do Capital social da Companhia, ou que venham a ser adquiridas no futuro, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dada como garantia pertencem à EDP - Renováveis Brasil, conforme nota 13.1.

Bens imóveis: Corresponde a alienação fiduciária de 15 aerogeradores do Parque Eólico do Horizonte, localizado no Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de Bens imóveis, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

22 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2012
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	64
Aerogeradores	42.300

23 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Em 2012 não foram contabilizados gastos relevantes de natureza ambiental.

DIRETORIA

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor

Renato Volponi Lício
Diretor

Bernardo de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O"S"SC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A.
Água Doce - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. ("Companhia"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2013



KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

www.edp.com.br



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

renováveis

Elebrás Projetos S.A.

CNPJ nº 04.823.041/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u> 31/12/2012	<u>31/12/2011</u> Reclassificado
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3 4.873	2.319
Concessionárias	4 9.861	14.244
Impostos e contribuições sociais	5 13.831	9.292
Cauções e depósitos vinculados	8 1.945	
Despesas pagas antecipadamente		192
Outros créditos	9 3	
	30.513	26.047
Não Circulante		
Impostos e contribuições sociais	5 9.389	15.236
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 422	234
Cauções e depósitos vinculados	8 22.833	16.096
	32.644	31.566
Imobilizado	10 279.650	288.320
Intangível	11 1.802	1.792
	281.452	290.112
Total do ativo	344.609	347.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u> 31/12/2012	<u>31/12/2011</u> Reclassificado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Circulante		
Fornecedores	12 2.103	1.725
Impostos e contribuições sociais	5 7.253	4.840
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13 21.788	21.923
Encargos regulamentares e setoriais		19
Outras contas a pagar	9 2.092	
	33.255	28.488
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	13 184.334	205.639
Partes relacionadas	7 1.950	1.451
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	26.175
Provisões	15 1.891	1.732
	188.175	234.997
Patrimônio líquido		
Capital social	16.1 103.779	77.604
Reservas de lucros	16.3 19.400	6.636
	123.179	84.240
Total do passivo e patrimônio líquido	344.609	347.725

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u> 2012	2011
Receitas		
	17 57.028	39.031
Custo do serviço de energia elétrica		
Custo com energia elétrica		
Encargos de uso da rede elétrica	18 (2.499)	(1.563)
	(2.499)	(1.563)
Custo de operação		
Materiais e serviços de terceiros		(7.241) (4.012)
Depreciações e amortizações		(11.564) (6.806)
Outros custos de operação		(2.438) (1.514)
	18 (21.243)	(12.332)
	(23.742)	(13.895)
Lucro bruto		33.286 25.136
Despesas e receitas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		(565) (250)
Outras Despesas e Receitas operacionais		(229)
	18 (794)	(250)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
	32.492	24.886
Receitas financeiras		545
Despesas financeiras		(13.694) (12.335)
	19 (13.149)	(12.335)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		
	19.343	12.551
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.767) (4.302)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6 188 232
	20 (6.579)	(4.070)
Resultado líquido do exercício	12.764	8.481
Resultado por ação		
Resultado básico por ação (Reais/Ação)		
ON	0,09626	0,06396
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)		
ON	0,09626	0,06396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2011	1.626		(1.845)	(219)
Aumento de capital - AGO de 20/06/2011	75.978			75.978
Lucro líquido do exercício			8.481	8.481
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		332	(332)	
Reserva de retenção de lucros		6.304	(6.304)	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	77.604	6.636	-	84.240
Aumento de capital - AGO de 30/04/2012	26.175			26.175
Lucro líquido do exercício			12.764	12.764
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		638	(638)	
Reserva de retenção de lucros		12.126	(12.126)	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	103.779	19.400	-	123.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

www.edp.com.br

continua →

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	2012	2011
	Reclassificado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.343	12.551
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	11.564	6.806
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	1	3.275
Despesas pagas antecipadamente	400	192
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	13.501	9.819
Ajuste a valor presente	159	83
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(494)	
	44.474	32.726
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	4.383	(14.244)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(4.445)	(23.397)
Despesas pagas antecipadamente	(208)	(374)
Outros ativos operacionais	(3)	
	(273)	(38.015)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	378	1.159
Outros tributos e contribuições sociais	5.949	275
Encargos regulamentares e setoriais	19	
Outros passivos operacionais	2.092	
	8.438	1.434
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	52.639	(3.855)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.550)	(1.130)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	48.089	(4.985)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(2.905)	(123.227)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(2.905)	(123.227)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	499	1.414
Cauções e depósitos vinculados	(8.188)	(16.094)
Adiantamento para futuro aumento de capital		26.175
Aumento (redução) de capital		75.978
Captação de empréstimos e financiamentos		313.123
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(21.357)	(248.709)
Encargos de dívidas	(13.584)	(21.385)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(42.630)	130.502
Redução de caixa e equivalentes de caixa	2.554	2.290
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.873	2.319
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.319	29
	2.554	2.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	2012	2011
	Reclassificado	
Geração do valor adicionado	65.746	177.424
Receita operacional	62.841	43.009
Receita relativa à construção de ativos próprios	2.905	121.853
Outras receitas		12.562
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(13.758)	(126.873)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.754)	(1.722)
Materiais	(379)	(88.132)
Serviços de terceiros	(10.059)	(36.317)
Outros custos operacionais	(566)	(702)
Valor adicionado bruto	51.988	50.551
Retenções		
Depreciações e amortizações	(11.564)	(6.806)
Valor adicionado líquido produzido	40.424	43.745
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	545	
Valor adicionado total a distribuir	40.969	43.745
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta		963
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	12.065	7.890
Estaduais	8	
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	13.694	24.897
Aluguéis	2.438	1.514
	28.205	35.264
Lucros retidos	12.764	8.481
	40.969	43.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Elebrás Projetos S.A. (Companhia ou Elebrás), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 17 de dezembro de 2001, tem como objeto social a produção de energia elétrica, tendo sido adquirida em 17 de março de 2009, pela EDP Renováveis Brasil S.A.

A Companhia tem sede e foro à Rua Mostardeiro, 366 - Conjunto 501, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, onde localiza-se a usina geradora de energia eólica denominada Parque Eólico de Tramandaí.

A usina geradora de energia eólica entrou em operação em maio de 2011 e atualmente possui 31 aerogeradores com capacidade instalada para geração de 70MW.

A totalidade de medição de energia é comercializada com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Autorização/Registro

Usinas Eólicas	Estado	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWm)	Início	Término
Cidreira I ⁽¹⁾	RS	70,00	24,14	05/09/2002	05/09/2032

⁽¹⁾ Produção Independente de Energia**1.1 Autorização do Parque Eólico Cidreira I**

A autorização vigorará pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da Autorizada.

A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

2 Base de preparação e Práticas contábeis**2.1 Base de preparação****2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2013.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia.

c) Imobilizado (Nota 10)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração e pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, se for o caso, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Para os bens do ativo Imobilizado diretamente relacionados à atividade de geração eólica, as taxas utilizadas levam em consideração a vida útil dos bens que é de 25 anos. Para depreciação dos outros ativos utilizam-se as taxas de depreciação de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d) Ativo intangível (Nota 11)

Os ativos intangíveis compreendem as faixas de servidão permanente que estão registradas pelo custo de aquisição.

e) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques.

f) Redução ao valor recuperável**Ativo financeiro**

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 12)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 13)

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívida são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 15)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação presente e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5, 6 e 20)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos cidadãos tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A partir da edição do Pronunciamento Técnico CPC 32 o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

m) Capital social (Nota 16.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

n) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

o) Reconhecimento de receita**• Receita operacional**

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidação subsequente no exercício seguinte.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e juros sobre impostos compensáveis, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

p) Resultado por ação (Nota 21)

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação, aprovado pela Resolução CFC nº 1.287/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e Resultado por ação diluído.

q) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração de instrumentos financeiros; e Provisão para desmantelamento.

r) Instrumentos financeiros (Nota 23)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, a um instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

s) Contratos de arrendamento (Nota 22)
Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

t) Demonstrações de valor adicionado
A Companhia elaborou Demonstrações de Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração de Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação adicional às Demonstrações Financeiras.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas
Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados até a data de sua aplicação obrigatória.
Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)
A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidas para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia
CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)
A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)
A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e, desse modo, formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos
A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP) representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

2.4 Reclassificações do exercício de 2011
Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:
2.4.1 Demonstração de Balanço Patrimonial
Reclassificação no valor de R\$559 referente a Imposto de renda e contribuição social diferidos. Esta reclassificação ocorreu na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos entre Passivo não circulante para Ativo não circulante, no qual está sendo apresentado em 2012 pelo valor líquido (Nota 6).
2.4.2 Demonstração do Fluxo de Caixa
Reclassificação dos Encargos de dívidas e variações monetárias sobre Empréstimos, financiamentos e debêntures, no valor de R\$10 para Encargos de dívidas líquido de derivativos alocados nas atividades de financiamento.
Reclassificação de Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP no valor de R\$83, para o Ajuste a valor presente.
Reclassificação de Adições ao Imobilizado e Intangível no valor de R\$9.287 alocadas no grupo de atividades de investimento para Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados no valor de R\$3.275 e Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos no valor de (R\$12.552) alocados nas atividades operacionais.

2.4.3 Demonstração do Valor Adicionado
Para adequação ao CPC 09 foi realizada a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado, no valor de R\$121.853, anteriormente apresentada líquida nas seguintes rubricas: Insumos adquiridos de terceiros no valor de R\$120.890 (R\$88.114 referente a Materiais, R\$32.323 referente a Serviços de terceiros e R\$453 referente a Outros custos operacionais) e R\$963 referente a Pessoal da linha de Distribuição do valor adicionado.
Reclassificação de Outras receitas no valor de R\$12.562, para Juros (referente a juros capitalizados) alocados na distribuição do valor adicionado.

Caixa e equivalentes de caixa
O saldo de R\$4.873 em 31 de dezembro de 2012 (R\$2.319 em 31 de dezembro de 2011) está representado em sua totalidade por saldo de Bancos conta movimento e R\$4.271 do saldo está sujeito a liquidação conforme contrato firmado com o BNDES para financiamento do Parque Eólico, conforme parágrafo 13º item II alínea de (a) a (c). Maiores detalhes estão sendo apresentados na nota 24.2.
Concessionárias
O saldo de R\$9.861 em 31 de dezembro de 2012 (R\$14.244 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao contas a receber dos contratos bilaterais de suprimento de energia elétrica da Companhia com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., para os quais não são esperadas perdas na sua realização, além de ajustes anuais do contrato de suprimento de energia com a Eletrobrás referente ao exercício de 2012 no valor de R\$2.092 (Nota 9).

5 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2011		Adiantamentos/ Transferências 31/12/2012		Saldo em 31/12/2012	
	Adição		pagamentos	Transfe- rência	Saldo em 31/12/2012	
Ativo - Compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	1.130	1.461	1.857	(1.130)	3.318	
PIS e COFINS	21.716	2.976		(4.798)	19.894	
IRRF sobre aplicações financeiras		8			8	
Outros	1.682			(1.682)		
Total	24.528	4.445	1.857	(7.610)	23.220	
Circulante	9.292				13.831	
Não circulante	15.236				9.389	
Total	24.528				23.220	
	Saldo em 31/12/2011		Reclassifi- cação		Saldo em 31/12/2012	
	Adição		pagamentos	Transfe- rência	Saldo em 31/12/2012	
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	4.303	6.768	(2.693)	(1.763)	6.615	
ICMS sobre diferencial de alíquota		15	(11)		4	
PIS e COFINS	547	5.813		(5.847)	513	
ISS	4	46	(37)		13	
PIS, COFINS e CPLL - Sobre serviços prestados por terceiros		183	(129)	1	55	
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	(24)	81	(22)		35	
Outros	10	143	(134)	(1)	18	
Total	4.840	13.049	(3.026)	-(7.610)	7.253	
Circulante	4.840				7.253	
Total	4.840				7.253	

Os montantes de PIS e COFINS registrados no ativo referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado.

6 Imposto de renda e contribuições sociais diferidos
Os créditos fiscais apresentados foram reconhecidos tomando por base as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

Natureza dos créditos	Ativo não circulante			Resultado		
	31/12/2012	31/12/2011		2012	2011	
	IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias						
Provisão para materiais e serviços	163	58	221	230	(9)	230
Total diferenças temporárias	163	58	221	230	(9)	230
Diferenças temporárias - RTT						
Imobilizado em serviços	(412)	(148)	(560)		(560)	
Licenças ambientais - CPC 25	87	31	118		118	
Desmantelamentos - CPC 25	473	170	643	4	639	2
Total diferenças temporárias - RTT	148	53	201	4	197	2
Total diferenças temporárias	311	111	422	234		
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos					188	232

A Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2012, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2013. Com base no estudo a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos exercícios seguintes.

	2021	2022	Total não circulante
2013			
2014	201	201	422

A realização dos tributos diferidos apresentados no quadro acima, referente aos anos de 2021 à 2022, está condicionada à realização efetiva dos custos com o desmantelamento previsto no final do prazo da autorização.

7 Partes relacionadas
São apresentados por saldos de passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladoras direta e final e sua coligada e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Partes relacionadas	Contra- parte	Data da transação	Período de duração	Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente pessoal, material e serviços de terceiros	EDP Renováveis Brasil		01/01/2010	Não existe data para liquidação do saldo	502	22		(3.147)
Contrato de Serviços de consultoria	Energias do Brasil S.A.		01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	798	780	(1.034)	(780)
Contrato de Serviços de consultoria	EDP Renováveis S.A.		01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	650	649		(650)
				Total	1.950	1.451	(1.034)	(4.577)

7.1 Controladora direta
A controladora direta da Companhia é a EDP Renováveis Brasil e a controladora final é a EDP Renováveis S.A. A EDP - Energias do Brasil S.A. é a coligada.

7.2 Remuneração dos administradores
A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais-chave da administração.

8 Cauções e depósitos vinculados

Nota	Circulante 31/12/2012	Não circulante	
		31/12/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais		2	2
Cauções e depósitos vinculados	23.2	1.945	22.831
Total	1.945	22.833	16.094

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foram estabelecidas a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irrevogável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter saldo correspondente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização.

9 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante 31/12/2012
Outros créditos - Ativo	
Adiantamentos a empregados	3
Total	3
Outras contas a pagar - Passivo	
Credores diversos - concessionárias	2.092
Total	2.092

O saldo de R\$2.092 em 31 de dezembro de 2012 registrado na rubrica Credores diversos - concessionárias representa o saldo que a Companhia tem a pagar à Eletrobrás, pois a energia gerada pela Companhia ficou abaixo do contratado.

10 Imobilizado

Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2012				31/12/2011			
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor depreciado	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor depreciado
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		357	357		357			357
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	4.636	(263)	4.373	4,00	4.636	(108)	4.528
Máquinas e equipamentos	4,00	288.676	(18.045)	270.631	4,00	288.677	(6.636)	282.041
Total do Imobilizado em serviço		293.669	(18.308)	275.361		293.670	(6.744)	286.926
Imobilizado em curso								
Geração		4.289	4.289		1.394		1.394	
Total do Imobilizado em curso		4.289		4.289	1.394		1.394	
Total imobilizado		297.958	(18.308)	279.650	295.064	(6.744)	288.320	

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2012	Ingressos	Depreciações e amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2011
Imobilizado em serviço					
Terrenos		357			357
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.528		(154)	(1)	4.373
Máquinas e equipamentos	282.041		(11.410)		270.631
Total do imobilizado em serviço	286.926		(11.564)	(1)	275.361
Total do Imobilizado em curso	1.394	2.895			4.289
Total do imobilizado	288.320	2.895	(11.564)	(1)	279.650

11 Intangível

	31/12/2012		31/12/2011	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em serviço				
Geração				
Servidão permanente	1.788	1.788	1.788	1.788
Total do Intangível em Serviço	1.788	1.788	1.788	1.788
Intangível em curso				
Geração		10		10
Administração	4	4	4	4
Total do Intangível em Curso	14	14	4	4
Total intangível	1.802	1.802	1.792	1.792

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Ingressos	Valor líquido em 31/12/2012
Intangível em serviço			
Servidão permanente	1.788		1.788
Intangível em curso	4		14
Total Intangível	1.792	10	1.802

12 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de energia elétrica	86	
Encargos de uso da rede elétrica	220	220
Materiais e serviços	1.797	1.505
Total	2.103	1.725

continuação
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012			31/12/2011				
									Encargos Circulante	Principal Circulante	Não Circulante	Encargos Circulante	Principal Circulante	Não Circulante		
BNDES - Banco do Brasil	227.700	29/03/2011	227.700	29/03/2011 a 15/10/2027	Implantação do Parque Eólico Cidreira I.	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,30.	2,18% a.a. acima da TJLP e 5,5% a.a. fixo	Principal e Juros mensais	483	21.357	184.683	206.523	622	21.357	206.040	228.019
BNDES - Banco do Brasil - Custos de transação										(52)	(349)	(401)		(56)	(401)	(457)
Total									483	21.305	184.334	206.122	622	21.301	205.639	227.562

A forma de realização das dívidas é ao custo.
 Para maiores informações a respeito das garantias, vide a nota 24.2.

13.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos principais	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Custo de Transação	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	21.923	(21.357)	(13.584)	13.445	21.305	56	21.788
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	205.639	-	-	(21.305)	-	-	184.334
Total	205.639	-	-	(21.305)	-	-	184.334

13.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de moeda Nacional	
	31/12/2011	31/12/2012
Circulante		
2013	21.788	21.788
Não circulante		
2014	21.308	21.308
2015	21.312	21.312
2016	21.315	21.315
2017	21.319	21.319
2018	21.323	21.323
2019 até 2023	60.405	60.405
2024 até 2028	17.352	17.352
Total	184.334	206.122

14 Adiantamento para futuro aumento de capital

Vencimento	Passivo Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2012
Circulante		
2013	21.788	21.788
Não circulante		
2014	21.308	21.308
2015	21.312	21.312
2016	21.315	21.315
2017	21.319	21.319
2018	21.323	21.323
2019 até 2023	60.405	60.405
2024 até 2028	17.352	17.352
Total	184.334	206.122

EDP Renováveis Brasil
 Total 26.175
 Em 9 de abril de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e o aumento do Capital social, sem emissão de novas ações mediante a capitalização de créditos de titularidade da acionista controladora, EDP Renováveis Brasil, decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), vide nota 16.1.

15 Provisões

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo depreciados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos.
 O valor, em 31 de dezembro de 2012, de R\$1.891 (R\$1.732 em 31 de dezembro de 2011) na rubrica Provisões do Passivo não circulante refere-se à Provisão para desmantelamento do Parque Eólico de Tramandaí, registrado em contrapartida ao Imobilizado (Nota 10). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos Parques Eólicos, conforme nota 22.
 O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,18% a.a.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social
 O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é de R\$103.779 (R\$77.604 em 2011) e está representado por 132.601.309 ações nominativas e sem valor nominal.
 Em 9 de abril de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e o aumento do Capital social decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$26.175, vide nota 14.

Acionistas	2012		Ações Nominativas	%
	2012	2011		
EDP - Renováveis Brasil	132.591.309	99,00		
Outros	10.000	1,00		
Total	132.601.309	100,00		

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

16.2 Destinação do lucro

Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá reter dividendos observando o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido à restrição prevista no contrato de financiamento junto ao BNDES (Nota 13.1).

	31/12/2012		31/12/2011	
	R\$	%	R\$	%
Lucro líquido apurado no exercício	12.764		12.764	
Constituição da reserva legal - 5%	(638)		(638)	
	12.126		12.126	
Destinação do lucro:				
Reserva de lucros	12.126		12.126	
Quantidade de ações	132.601.309		132.601.309	
16.3 Reservas				
	31/12/2012	31/12/2011		
Reservas de lucros				
Legal	970	332		
Retenção de lucros	18.430	6.304		
Total	19.400	6.636		

17 Receita

	R\$	
	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica	62.841	43.009
Total suprimento	62.841	43.009
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(5.813)	(3.978)
Receita	57.028	39.031

18 Gastos operacionais

	2012				2011	
	Custo do serviço Com energia elétrica	De operação	Despesas operacionais Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis						
Encargos de uso da rede elétrica	2.499	-	-	229	2.499	1.563
Taxa de fiscalização	2.499	-	-	229	2.228	1.563
Gerenciáveis						
Material		227			227	18
Serviços de terceiros		7.014			7.014	3.994
Depreciação		11.564			11.564	6.806
Aluguéis e arrendamentos		2.438			2.438	1.514
Outras			565		565	250
		21.243	565	-	21.808	12.582
Total	2.499	21.243	565	229	24.536	14.145

19 Resultado financeiro

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras		494
Variações monetárias moeda nacional		51
		545
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas		(13.501)
Variações monetárias moeda nacional		4
Ajustes a valor presente		(159)
(-) Juros capitalizados		12.562
Outras despesas financeiras		(34)
		(13.694)
		(13.149)

20 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	19.343	12.551	19.343	12.551
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(4.836)	(3.138)	(1.741)	(1.130)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(17)		(6)	
(Adição) Reversão de diferenças permanentes		128		46
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(2)		(1)	
Incentivos fiscais	24	24		
Despesa de IRPJ e CSLL	(4.831)	(2.986)	(1.748)	(1.084)
Alíquota efetiva	24,98%	23,79%	9,04%	8,64%

21 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.
 No exercício de divulgação, a Companhia não dispunha de Instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	12.764	8.481
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores	132.601	132.601
Resultado básico e diluído por ações (Reais/Ação)	0,09626	0,06396

22 Arrendamento mercantil operacional

A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação da usina eólica de Tramandaí. Os contratos têm prazo de 25 anos a 30 anos, prorrogáveis por iguais períodos, mediante manifestação expressa das partes. Todos os contratos têm cláusula de rescisão contratual sem ônus para ambas as partes, após 60 meses da assinatura. Os pagamentos são efetuados mensalmente por percentual de 3,2% do valor da energia gerada pela usina eólica em KWh.
 Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2012	2011
Até um ano	2.264	2.264
Acima de um ano e até cinco anos	12.944	12.944
Acima de cinco anos	79.183	79.183
	94.391	94.391

A Companhia reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional não canceláveis no resultado do exercício de 2012 o valor de R\$2.089 (R\$1.746 em 2011).

A Companhia não possui outros tipos de despesas relacionadas ao arrendamento operacional.

23 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

23.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

23.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.873	2.319	4.873	2.319
Concessionárias	9.861	14.244	9.861	14.244
Cauções e depósitos vinculados	1.945		1.945	
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	22.831	16.094	22.831	16.094
	39.510	32.657	39.510	32.657
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	2.103	1.725	2.103	1.725
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21.830	18.613	21.788	21.923
Credores diversos - concessionárias	2.092		2.092	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	184.693	174.589	184.334	205.639
Partes relacionadas	1.950	1.451	1.950	1.451
	212.668	196.378	212.267	230.738

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da administração, as aplicações, quando aplicáveis, são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da Instituição Financeira.

O saldo de Concessionárias é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados é apresentado pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 8.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo. Classificação dos instrumentos financeiros:

	2012			2011		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do mercado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do mercado	Mantidos até o vencimento
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa		4.873			2.319	
Concessionárias	9.861			14.244		
Cauções e depósitos vinculados			24.776			16.094
	9.861	4.873	24.776	14.244	2.319	16.094
			39.510			32.657
Passivos financeiros						
Fornecedores			2.103			1.725
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			206.122			227.562
Partes relacionadas			1.950			1.451
Credores diversos - concessionárias			2.092			2.092
			212.267			230.738

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	4.873	4.873
	4.873	4.873

23.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 13, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um risco de mercado associado somente à TJLP.

Como riscos de mercado associados as taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que, se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

23.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente. Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	31/12/2012							
		Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.022	1.307	3.329	832	1.664	(832)	(1.664)	
		2.022	1.307	3.329	832	1.664	(832)	(1.664)	
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(5.045)	(15.730)	(8.031)	(28.806)	(5.052)	(10.103)	5.052	10.103
		(5.045)	(15.730)	(8.031)	(28.806)	(5.052)	(10.103)	5.052	10.103

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

DIRETORIA

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor

Renato Volponi Lício
Diretor

Bernardo de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8 "S" RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Elebrás Projetos S.A.

Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Elebrás Projetos S.A. ("Companhia"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

23.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 13.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 13. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

23.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24 Compromissos contratuais e Garantias

24.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos (que figuram nas demonstrações financeiras) e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Nota	31/12/2012				
		Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Dividas financeiras de curto e longo prazos						
inclui juros vincendos	13	206.122	21.788	63.935	63.968	56.432
Responsabilidades com locações operacionais		88.179	2.139	7.010	7.996	71.034
Obrigações de compra		5.615	4.337	1.276	1	
Desmantelamento	15	1.891				1.891
		301.807	28.264	72.221	71.965	129.357

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

Os compromissos contratuais da Companhia referem-se à gestão do financiamento adquirido com a finalidade de construção do Parque Eólico de Tramandaí, conforme nota 13 e contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação da usina eólica de Tramandaí com prazo de duração de 25 a 30 anos, conforme nota 22.

24.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida

	31/12/2012	31/12/2011
	Valor	Valor
Conta vinculada	4.337	2.291
Depósito Caucionado	24.776	16.094
Fiança Bancária	493	448
Penhor de Ações	103.779	77.604

Conta vinculada: A conta registra a movimentação verificada nos respectivos subtítulos e não podem ser movimentadas pela emissão de cheques por estarem vinculadas a determinadas operações, estabelecidas pelo BNDES para pagamento das despesas operacionais correntes inclusive as decorrentes dos Contratos de Manutenção e Prestação de Serviços (O&M) celebrado entre a Companhia e a *Wobben Windpower*. Pagamento das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida decorrente deste contrato. O saldo de Conta vinculada, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras (Nota 8). O saldo refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. O saldo de Fiança Bancária refere-se aos contratos de venda de energia.

Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e a Companhia, neste caso beneficiária, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, deu em garantia todas as ações representativas do Capital social da Companhia, ou que venham a ser adquiridas no futuro, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dada como garantia pertence à EDP - Renováveis Brasil, conforme nota 16.1.

25 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2012
Transportes (veículos)	1.600
Aerogeradores	345.925

26 Meio Ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Em 2012 não foram contabilizados gastos relevantes de natureza ambiental.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011 Reclassificado	(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2012	31/12/2011 Reclassificado
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	323	493	Fornecedores		91	8
Impostos e contribuições sociais		3	3			91	8
		326	496	Não circulante			
Não circulante				Partes relacionadas			
Investimentos	6	1.271	1.271	Adiantamento para futuro aumento de capital		2	1
Imobilizado	7	3.211	3.211				
Intangível	8	96	99	Patrimônio Líquido			
		4.578	4.581	Capital social	9.1	5.816	5.316
Total do ativo		4.904	5.077	Prejuízos acumulados		(1.005)	(748)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Total do passivo e patrimônio líquido		4.904	5.077

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	5.316	(571)	4.745
Prejuízo do exercício		(177)	(177)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.316	(748)	4.568
Aumento de capital - AGO de 09/04/2012	500		500
Prejuízo do exercício		(257)	(257)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.816	(1.005)	4.811
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Energocuto S.A. (Companhia ou Energocuto), constituída em 18 de setembro de 2001, sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo, SP e tem como principal objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos que lhe

tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, exclusivamente em relação ao Aproveitamento Hidrelétrico designado como o conjunto composto pela Usina Hidrelétrica Couto Magalhães e pelas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central Geradora.

1.1 Concessões

A Companhia possui a seguinte autorização de geração em operação, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL:

Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWm)	Concessão	
		Início	Término
150,00	90,30	23/04/2002	23/04/2037

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Investimento (Nota 6)

Os investimentos em coligadas são reconhecidos pelo seu valor de custo.

c) Imobilizado (Nota 7)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

e) Ativo intangível (Nota 8)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de softwares, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- Softwares: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2012	2011
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(207)	(145)
Depreciações e amortizações		(1)	(1)
Outras despesas e receitas operacionais		(2)	(2)
		(210)	(146)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	10	(210)	(146)
Resultado das participações societárias			
Despesas financeiras		(47)	(31)
Resultado financeiro	11	(47)	(31)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
Resultado líquido do exercício		(257)	(177)
Atribuível aos acionistas controladores		(257)	(177)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
Resultado líquido do exercício	(257)	(177)
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	(257)	(177)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(257)	(177)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	1	1
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	2	
	(254)	(176)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	83	(78)
Outros tributos e contribuições sociais		(2)
	83	(80)
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		
	(171)	(256)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		
	(171)	(256)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível		(22)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(22)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	1	1
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	1	1
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
	(170)	(277)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	323	493
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	493	770
	(170)	(277)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2012	2011 Reclassificado
Geração do valor adicionado		
Receita relativa à construção de ativos próprios		22
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(194)	(142)
Serviços de terceiros	(189)	(139)
Outros custos operacionais	(5)	(3)
Valor adicionado bruto	(194)	(120)
Retenções		
Depreciações e amortizações	(1)	(1)
Valor adicionado líquido produzido	(195)	(121)
Valor adicionado total a distribuir	(195)	(121)
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Estaduais		13
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	47	31
Aluguéis	15	12
	62	56
Prejuízos	(257)	(177)
	(195)	(121)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

j) Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

k) Capital social (Nota 9.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquidas de quaisquer efeitos tributários.

l) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias que estão reconhecidos no resultado.

m) Instrumentos financeiros (Nota 13)

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, Caixa e equivalentes de caixa, assim como Contas a pagar e Outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por elas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

n) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às Demonstrações Financeiras.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no ano de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 01 de janeiro de 2013

CPC 46 Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia

CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de

6.2 Participação direta dos investimentos

	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil.)		% de participação da Companhia				Patrimônio líquido	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Ordinárias/Quotas	Ordinárias/Quotas	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante		
Companhia								
Enercouth Couto Magalhães	488	488	48,60	48,60	48,60	48,60	2.617	2.614

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em curso				
Geração	3.211	3.211	3.211	3.211
Total do Imobilizado em curso	3.211	3.211	3.211	3.211
Total do Imobilizado	3.211	3.211	3.211	3.211

Intangível

	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	5	(2)	3	20,00	5	(1)	4
Total do Intangível em Serviço		5	(2)	3		5	(1)	4
Intangível em curso								
Geração		93		93		93		93
Administração						2		2
Total do Intangível em curso		93		93		95		95
Total do intangível		98	(2)	96		100	(1)	99

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2011	Depreciações e amortizações	Valor líquido em 31/12/2012
Intangível em serviço			
Software	4	(1)	3
Intangível em curso	95	(2)	93
Total	99	(1)	96

produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e desse modo formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 01 de janeiro de 2015.

2.4 Reclassificações nos exercícios de 2011

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.4.1 Balanço Patrimonial

Reclassificação do Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R\$1.271 para os Investimentos.

2.4.2 Demonstração do valor adicionado

Para adequação ao CPC 09 realizamos a reclassificação da Receita relativa a construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado no valor de R\$22, anteriormente apresentada líquida na seguinte rubrica de Insumos adquiridos de terceiros: R\$22 referente a Serviços de terceiros.

Eventos do exercício

3.1 Lei nº 12.783/13 (Conversão da Medida Provisória nº 579/12)

Em 11 de janeiro de 2013 foi sancionada a Lei nº 12.783/13, que renova determinadas concessões de ativos de energia elétrica, o processo foi desencadeado pela publicação da MP 579, publicada em 11 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária e outras providências. A Companhia ainda não concluiu sua análise, porém a Administração, em uma avaliação inicial, entende que não sofrerá impactos significativos de curto prazo decorrentes das disposições contidas na lei.

3.2 Devolução da concessão da UHE Couto Magalhães

A ANEEL, por meio do Despacho nº 2.395/12, resolveu: (i) determinar o encaminhamento ao Ministério das Minas e Energia - MME do requerimento formulado pelas concessionárias Enercouth e Rede Couto Magalhães Energia, integrantes do Consórcio Ener-Rede Couto Magalhães, de extinção da concessão da UHE Couto Magalhães, objeto do Decreto s/nº, de 2 de abril de 2002 e do Contrato de Concessão nº 21/02-ANEEL, com pronunciamento favorável ao seu acolhimento, por ocorrência de Fato do Príncipe caracterizador de condição objetiva que inviabiliza a exploração do potencial hidráulico, sem qualquer ressarcimento às Concessionárias; (ii) determinar o encaminhamento à Secretaria do Tesouro Nacional - STN do requerimento formulado pela Enercouth S.A. e pela Rede Couto Magalhães Energia, da extinção da cobrança dos pagamentos pelo Uso de Bem Público - UBP, exigíveis a partir de 15 de julho de 2012, nos termos do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 21/02-ANEEL, com pronunciamento favorável ao seu acolhimento ou, ao menos, à suspensão da cobrança até que seja proferida a decisão definitiva pelo MME, e (iii) determinar que as garantias apresentadas pelas concessionárias sejam devolvidas, no caso de pronunciamento favorável do MME e da STN quanto aos itens (i) e (ii) acima.

As Companhias envolvidas no Consórcio Ener-Rede Couto Magalhães estão analisando a possibilidade de reembolso do investimento já efetuado, motivo pelo qual ainda se mantêm os ativos registrados. O montante registrado em 31 de dezembro de 2012 na Enercouth é de R\$3.307, sendo R\$3.211 referente ao imobilizado e R\$96 ao intangível. O requerimento formulado pelas concessionárias Enercouth e Rede Couto Magalhães está em análise pelo Ministério de Minas e Energia - MME

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	323	493
Total	323	493

Adiantamento para futuro aumento de capital

	Passivo Não circulante
	31/12/2011
EDP - Energias do Brasil	500
Total	500

Em 09 de abril de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária o aumento do Capital Social, sem emissão de novas ações mediante a capitalização de créditos de titularidade da acionista controladora, EDP Energias do Brasil, decorrentes de Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R\$500, vide nota 9.1.

Investimentos

6.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Saldos em 31/12/2011	Saldos em 31/12/2012
Investimentos		
Couto Magalhães	1.271	1.271
Total	1.271	1.271

9.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado anualmente pela Companhia terá a destinação que lhe for determinada pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., nos termos da Lei nº 10.406/02. Nenhum dos quotistas terá direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada deliberação expressa sobre a sua aplicação. Por deliberação da controladora EDP - Energias do Brasil S.A., a Companhia poderá levantar balancetes mensais, trimestrais ou semestrais, distribuindo então os lucros existentes, conforme previsto no Contrato Social da Companhia.

	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo apurado no exercício	(257)	(257)
Prejuízos acumulados	(748)	(748)
Prejuízo ajustado	(1.005)	(1.005)

	2012		2011	
	Despesas Operacionais Gerais e		Despesas Operacionais Gerais e	
	administrativas	Outras	Total	Total
Gerenciáveis				
Serviços de terceiros	189		189	117
Amortização	1		1	1
Aluguéis e arrendamentos	15		15	12
Outras	3	2	5	16
Total	208	2	210	146
Total	208	2	210	146

11 Resultado financeiro

	2012	2011
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(47)	(31)
Total	(47)	(31)

12 Imposto de Renda e Contribuição Social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(257)	(177)	(257)	(177)
Alíquota IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
Total	64	44	23	16
Ajustes para refletir a alíquota efetiva (Adição) Reversão de diferenças permanentes	(64)	(44)	(23)	(16)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%	0%	0%

13 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

13.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

13.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Partes relacionadas e Fornecedores.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	323	493	323	493
Total	323	493	323	493
Passivos financeiros Circulante				
Fornecedores	91	8	91	8
Não circulante				
Partes relacionadas	2	1	2	1
Total	93	9	93	9

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da instituição financeira.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	2012		2011	
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	323	493	323	493
Outros	323	493	323	493
Passivos financeiros				
Fornecedores	91	8	91	8
Partes relacionadas	2	1	2	1
Total	93	9	93	9

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado. A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2012	Nível 1
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	323	323
	323	323

13.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado aproxima-se ao seu valor contábil, nas operações de ativos e passivos financeiros avaliados.

13.3.1 Análise de sensibilidade

Para análise de sensibilidade são considerados os cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

As análises de sensibilidade são preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças

nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

Durante o exercício a Companhia não realizou aplicações financeiras e tampouco efetuou captação de recursos a título de empréstimo no mercado.

13.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações quando aplicável.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia não realizou nenhuma captação.

13.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

A Administração entende que as operações ativos financeiros não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

14 Compromissos contratuais e Garantias**14.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2012, as obrigações de compras (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2012		Entre 1 a 3 anos
	Total Geral	Até 1 ano	
Obrigações de compra	384	195	189
	384	195	189

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

14.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2012	31/12/2011
	Valor	Valor
Fiança Bancária	7.840	7.840

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de Fiança Bancária, em sua totalidade, refere-se aos contratos de compra e venda de energia.

15 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Não houveram gastos de natureza ambiental em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

16 Transações não envolvendo caixa

No exercício a Companhia realizou aumento de capital por meio de integralização de AFAC no valor de R\$500, atividades essas que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa da Companhia.

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques
Diretor Presidente

André Luiz de Castro Pereira
Diretor de Engenharia e Construção

Stella Maris Moreira Fuão
Diretor Administrativo e Financeiro

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de
Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade
Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

www.edpbr.com.br

sabemos que juntos
geramos uma boa energia



www.edp.com.br

uma boa energia



A energia elétrica da sua
empresa pode custar menos.
Depende da sua escolha.



Somos a **EDP Comercializadora**.
Uma das líderes na negociação
de energia e na gestão de risco
do mercado livre de energia elétrica.
Fornecemos excelentes condições
de aquisição de energia para
a sua empresa.

Entre em contato conosco
e descubra como essa energia
pode custar menos.

11 2185-5801

clientes@edpbr.com.br

www.edp.com.br

f /edpbr t @edpbr y /edpno brasil



uma boa energia